Razão nas Letras;

a obra e o percurso de Roberto Acízelo de Souza

Organização
José Luís Jobim
João Cezar Castro Rocha

edições
makunaima

edições makunaima

Coordenador
José Luís Jobim

Diagramação
Casa Doze Projetos e Edições

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

R278 Razão nas letras; a obra e o percurso de Roberto Acízelo de Souza [recurso eletrônico] / orgs. José Luís Jobim e João Cezar de Castro Rocha. — Rio de Janeiro : Makunaima, 2019.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-65130-25-7

1. Literatura brasileira - História e crítica. 2. Literatura comparada. I. Jobim, José Luís. II. Rocha, João Cezar de Castro. III. Título.

CDD B869.9

RAZÃO NAS LETRAS;
a obra e o percurso de Roberto Acízelo de Souza

Organizadores

José Luís Jobim

João Cezar de Castro Rocha

Rio de Janeiro

2019

edições
makunaima

Conselho Consultivo

Alcir Pécora (Universidade de Campinas, Brasil)
Alckmar Luiz dos Santos (NUPILL, Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil)
Amelia Sanz Cabrerizo (Universidade Complutense de Madrid, Espanha)
Benjamin Abdala Jr. (Universidade de São Paulo, Brasil)
Bethania Mariani (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Cristián Montes (Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, Chile)
Eduardo Coutinho (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Guillermo Mariaca (Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia)
Horst Nitschack (Universidad de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, Chile)
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
João Cezar de Castro Rocha (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Jorge Fornet (Centro de Investigaciones Literárias – Casa de las Américas, Cuba)
Lívia Reis (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Luiz Gonzaga Marchezan (Universidade Estadual Paulista, Brasil)
Luisa Campuzano (Universidad de La Habana, Cuba)
Luiz Fernando Valente (Brown University, EUA)
Marcelo Villena Alvarado (Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia)
Márcia Abreu (Universidade de Campinas, Brasil)
Maria da Glória Bordini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria Elizabeth Chaves de Mello (Universidade Federal Fluminense, Brasil)
Marisa Lajolo (Universidade de Campinas/Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil)
Marli de Oliveira Fantini Scarpelli (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)
Pablo Rocca (Universidad de la Republica, Uruguai)
Regina Zilberman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Roberto Acízelo de Souza (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Roberto Fernández Retamar (Casa de las Américas, Cuba)
Salete de Almeida Cara (Universidade de São Paulo, Brasil)
Sandra Guardini Vasconcelos (Universidade de São Paulo, Brasil)
Silvano Peloso (Universidade de Roma La Sapienza, Itália)
Sonia Neto Salomão (Universidade de Roma La Sapienza, Itália)

Sumário

Apresentação 9
João Cezar de Castro Rocha
José Luís Jobim

Do poeta oitocentista para o poeta contemporâneo 12
Ana Chiara

A história como perspectiva para os estudos literários 27
Ana Cláudia Viegas

O império da eloquência e a relevância dos estudos de retórica no Brasil e em Portugal 45
Ana Lúcia de Oliveira

Tramas, fontes e fios da pesquisa em *E a literatura, hoje?* 58
Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo

Academia e ideologia: relações sinuosas em ambiente burocrático 75
Claudio Cezar Henriques

A historiografia literária nacional pré-romeriana (1805-1888) 90
Constantino Luz de Medeiros

Mestre Acízelo, amigo Roberto 111
Eduardo Luz

Na aurora da literatura brasileira: as notas do organizador como revisão historiográfica 120
Éverton Barbosa Correia

E a literatura indígena e periférica, hoje, ontem, amanhã? 135
Fábio Almeida de Carvalho
Roberto Mibielli

Olhares estrangeiros e portugueses para o alvorecer da literatura brasileira 153
Fátima Cristina Dias Rocha

Impressões do editor 177
Francisco Venceslau dos Santos

Eloquência e retórica na expressividade oitocentista e na atualidade **182**

Germana Sales

Uma trajetória dedicada ao ensino, à pesquisa e à administração **196**

Henriqueta Do Couto Prado Valladares

Relações e experiências luso-brasileiras: imagens e imaginários na contemporaneidade **199**

Ida Alves

Sobre o trabalho filológico **219**

José Luiz Fiorin

Uma bússola no limiar do abismo: *Formação da teoria da literatura* **230**

Júlio França

Uma trajetória de teórico, historiador da literatura, pesquisador e professor **249**

Lucia Helena

No ritmo da delicadeza **253**

Lucia Teixeira

Sotero dos Reis e a máquina historiográfica **262**

Luiz Costa Lima

Iniciação à "mais fantasmagórica das ciências" **268**

Luiz Gonzaga Marchezan

Na parte como no todo: Roberto Acízelo de Souza, crítico literário **281**

Marcos Pasche

E as literaturas de língua inglesa? **293**

Maria Conceição Monteiro

Quando honestidade intelectual e competência se encontram: *Uma ideia moderna de literatura* **296**

Maria Elizabeth Chaves de Mello

O poeta e o crítico: diálogos (ambi)valentes **307**

Maria Teresa Gonçalves Pereira

Mitos, histórias, definições **318**
Marisa Lajolo
A segunda face de Janus de uma disciplina **324**
Nabil Araújo
Entre o rigor e o alumbramento **336**
Peron Rios
Na “iniciação...”, lições esquecidas **359**
Rauer Ribeiro Rodrigues
Álvares de Azevedo historiador da literatura **377**
Regina Zilberman
Amor à história **399**
Rogério Cordeiro
Nobreza de espírito **419**
Rogério Lima
As difíceis perguntas **431**
Sérgio Nazar David
Como e por que sou professor de literatura **438**
Roberto Acízelo de Souza

Livros do autor **494**

Sobre os colaboradores **497**

Não é por acaso que este livro se intitula *Razão nas Letras*. Afinal, todos os que acompanharam Roberto Acízelo de Souza em sua vida universitária e em suas publicações sabem que tanto nos textos quanto na ação, Roberto Acízelo sempre foi um defensor da racionalidade, seja na reflexão sobre literatura, seja no encaminhamento das questões profissionais. Esta é uma das razões pelas quais ele foi repetidamente convocado por seus colegas, tanto na Universidade Federal Fluminense quanto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a ocupar posições administrativas (foi chefe de departamento na UFF e na UERJ, diretor do Instituto de Letras da UFF, coordenador geral do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ mais de uma vez, e, *last but not least*, o único dirigente máximo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro egresso da área de Literatura e Linguística). Neste tipo de trabalho, sempre vestiu a camisa das instituições públicas a que serviu, e deu o melhor de si, inclusive em circunstâncias nas quais para ele, pessoalmente, teria sido melhor não se envolver, para evitar o *stress* e os dissabores de tentar resolver problemas irresolvíveis.

Roberto Acízelo faz parte de uma geração de profissionais universitários que, antes de exercerem o magistério superior, lecionaram em outros níveis, e já chegaram à instituição de ensino superior com a prática de tentar transmitir ao seu público o conteúdo disciplinar da melhor maneira possível. Foi uma geração preocupada em ser entendida em classe e nas publicações, e empenhada em apresentar da forma mais racional e inteligível os seus argumentos. Esta preocupação também se manifestou nas suas publicações – e não apenas naquelas em que esta característica é fundamental, como

os manuais e livros didáticos. Entre outras coisas, esta sua faceta profissional resultou na defesa da criação de disciplinas que ensinassem aos alunos métodos e técnicas de pesquisa, e na publicação de *Um pouco de método: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral* (2016).

No que diz respeito às suas publicações, este volume poderá, ao mesmo tempo, dar ao leitor uma visão panorâmica das grandes linhas que nortearam o trabalho deste grande pesquisador e da importância individual de muitos dos livros publicados ao longo de mais de quatro décadas de atividade fértil.

Em termos de interesses maiores, alguns dizem que Roberto Acízelo de Souza esteve sempre dividido entre a Literatura Brasileira e a Teoria da Literatura, mas cremos que esta não é a melhor descrição a ser feita, porque o próprio autor descrito vem argumentando *há muitos anos* que é impossível *falar sobre literatura* sem de algum modo *teorizar*. Diríamos, portanto, que ele não ficou dividido, pois somou a teoria à literatura, por assim dizer. Para não nos alongarmos muito, mencionemos apenas um exemplo concreto disso: a vertente de publicações sobre história da literatura.

Para começar, estas publicações não podem ser separadas do magistério, pois Roberto Acízelo vem dando cursos há muitos anos na graduação e na pós-graduação sobre este tema, mas ele também vem participando ativamente no Grupo de Trabalho de História da Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), além de dar palestras e conferências em eventos científicos no país inteiro. Ao reeditar uma série de autores que, no século XIX, produziram histórias da literatura brasileira, em sentido lato ou estreito, Roberto Acízelo também buscou resgatar a memória de sentidos anteriores dados à nossa literatura, alguns dos quais, diga-se de passagem, ainda estão presentes hoje. E também não se furtou a ele próprio elaborar uma visão abrangente sobre o significado destes historiadores

precursores, em ensaios agudos e precisos, recentemente reunidos em *Historiografia da Literatura Brasileira*.

Não vamos, nesta introdução, nos deter em considerações detalhadas sobre a obra de Roberto Acízelo, porque, como o leitor verá, ela foi extensivamente analisada, nos vários ensaios que compõem este volume, mas não podemos deixar de assinalar que recebemos um número muito significativo de contribuições de todo o país para este nosso livro, que celebra os 70 anos deste docente e pesquisador, por quem tantos de nós têm grande afeto, além de muita admiração. Este número significativo ainda seria maior, se muitos colegas e amigos que desejavam contribuir não tivessem tido impedimentos pessoais que os frustaram.

Last but not least, quem ler este volume poderá não somente ter acesso a muitas perspectivas diferentes sobre o percurso acadêmico e as obras deste pesquisador exemplar, como também ler o depoimento de Roberto Acízelo de Souza, com um título alencariano.

Boa leitura!

José Luís Jobim
João Cezar de Castro Rocha

Do poeta oitocentista para o poeta contemporâneo

Ana Chiara

Dos Novos Cadernos do Mestrado volumes 2 e 4

Nestes muitos anos de convívio na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pude conhecer o trabalho do professor Roberto Acízelo em profundidade e respeitar suas inegáveis qualidades de dedicação e de abdicação de si em favor do trabalho coletivo. Com profundo conhecimento da disciplina escolhida, literatura brasileira, fundamentado numa sólida e abrangente cultura que se espraia por outras literaturas, com domínio teórico e crítico das historiografias literárias, Acízelo também conhece o sistema educacional e as políticas vigentes de forma a dirimir dúvidas e contribuir para o perfazimento das diretrizes de currículo de graduação ou de pós-graduação em momentos sensíveis ou críticos de nossas vidas acadêmicas. Em sua extensa produção bibliográfica, Acízelo tem a preocupação de formar uma biblioteca de textos seminais que garantam ao estudante, ao professor e ao pesquisador de letras uma sólida bagagem para formação. Dentre tantas publicações, recortei dois pequenos livros de fino acabamento, ambos versando sobre textos oitocentistas, cuja tradução, apresentação e notas foram executadas por nosso autor. Trata-se dos dois volumes dos Novos Cadernos do Mestrado: *A ideia de poesia e arte: reflexões oitocentistas anglo-norte americanas* (v. 2) e *Never more, forever: a poesia na modernidade, ou Shelley versus Peacock* (v. 4).[1] Quando me dirigi a ele para relembrar a origem da publicação, Roberto Acízelo esclareceu, por *e.mail*, minha dúvida acerca dos dois pequenos e encantadores livros:

> Os Cadernos do Mestrado surgiram na época em que o João Cezar Castro Rocha era aluno, por iniciativa de um grupo de colegas liderado por ele. Depois de um extenso período, a série foi interrompida, até retornar, por iniciativa da Prof.ª Carlinda Pate Nuñez, no período em que ela foi coordenadora, então com apresentação gráfica melhor e com o nome de Novos Cadernos do Mestrado. Dessa nova série só se publicaram 4 volumes, o último dos quais com traduções minhas de Peacock e Shelley [...]. Entendo, assim, que a série permanece aberta, e sua dinamização depende de projetos que venham a ser apresentados à coord. geral.

A importância desses textos para a poesia moderna e para a contemporânea é inegável. Eles demonstram que, desde sempre, no cerne das elucubrações dos poetas estiveram as perguntas sobre o que é a poesia, qual a tarefa do poeta, quais os efeitos da poesia sobre o público, entre outras. Percebi, ao ter contato com os textos dos Novos Cadernos, que um ponto em comum entre eles consiste em delimitar e, de certa forma, proteger, os poemas da confusão com a prosa, desde que ocorreram progressivas rupturas com a tradição que foram libertando os poetas da obediência aos gêneros fixos. Este é o teor da maioria dos textos, que também registram polêmicas cujas reflexões, em tom respeitoso ou formal na maioria, também podem incluir tom blasfemo ou irônico, como em Blake, ou fervoroso, como em Shelley. As contracapas de C.N.C. v. 2 e 4 esclarecem, com precisão e síntese, os respectivos conteúdos dos volumes:

> Aqui se reúnem alguns textos seminais para a formulação de uma ideia moderna acerca da poesia e da arte. Temos um espectro de temas que vai da eleição do coloquial como fonte de uma poesia capaz de transfigurar a banalidade do cotidiano por meio da imaginação (Wordsworth) até a afirmação da forma como fundamento da arte (George Eliot), passando pela exaltação do gênio e da inspiração individual e individualizadora (Blake), o elogio poético de 'uma vida de sensações' (Keats), a caracterização da

> poesia como linguagem intimista avessa à extroversão própria à eloquência (Mill) e a valorização dos 'poemas menores' enquanto únicos aptos à comoção (Poe).
>
> Na Inglaterra do início do século XIX, o prestígio cultural de concepções e práticas poéticas da modernidade romântica criara um ambiente favorável à valorização social da poesia. Não obstante esse cenário, uma revista londrina publica, em 1820, um artigo em tom de panfleto, voltado contra os poetas e sua arte. O texto, assinado por Thomas Love Peacock, logo suscitaria uma réplica, da parte de Percy Bysshe Shelley. [...]. A presente edição apresenta traduções novas de ambos os ensaios, sendo que, no de Shelley – sua famosa 'Defesa da poesia' –, reinsere as partes suprimidas nas edições do texto que se tornaram canônicas.

Como se pode constatar, a organização[2] põe em perspectiva textos que à época não formavam conjunto para os contemporâneos. Nesses Novos Cadernos, essa enriquecedora recolha de textos sobre a ideia de poesia, com concepções diferenciadas entre si ou compartilhadas por esses poetas oitocentistas, avaliada, na atualidade, revela os alicerces do que conhecemos por poesia moderna e mesmo contemporânea, se guardadas as influências das mudanças socioculturais a que tudo se submete. Por essas razões, festejo os dois volumes, e ao mesmo tempo aguardo a retomada da série Novos Cadernos.[3]

É fato conhecido pela comunidade acadêmica a dificuldade dos professores e alunos de lidarem com a linguagem da poesia, e também é sabida a raridade de iniciativas do alcance dessa divulgação de textos seminais sobre poesia. Constatamos, por meio deles, que ainda vivemos sob a égide das lutas e descobertas das "concepções e práticas poéticas da modernidade romântica", que a reunião desses textos, resultante do empenho do pesquisador Roberto Acízelo, pode fertilizar nesse campo de estudos. As relações entre a experiência e a escrita da poesia com sua história, memória, gestos, imagens,

representações são, por conseguinte, de longa duração. As marcas da experiência estética convertidas em linguagem traduzem-se nos fluxos perceptivos, afetivos, sensórios de cada época, traduzidos em imagens verbais do interior para o exterior e vice-versa, do *pathos* expressivo para o circuito comunicacional. Resta observar que esses textos se erguem sobre a passagem de uma escrita privada (cartas) para uma escrita pública (poemas publicados em livros para um circuito amplo de leitores ou prefácios), como objetos de reflexão crítica que se fazem ao alcance de todos os interessados pelo assunto.

Minhas observações iniciais dizem respeito primeiramente ao conjunto dos temas compartilhados entre os escritores oitocentistas, tais como a vivência do cotidiano, a "linguagem vívida e real" e a necessidade de expressão dos impasses, contradições, perplexidades da condição moderna com sua fratura com a tradição e com o explícito desejo de poesia, tornando-os experiência estética. Importa bastante o estilo combativo desses escritos e o fato de terem sido publicado no Oitocentos, período particularmente interessante e importante para as investigações sobre poesia até os dias atuais. É forçoso reconhecer que o romantismo, sem dúvida, contribuiu para a reformulação das noções de lirismo, considerado como expressão do interior rumo ao exterior, e de sujeito do poema, afetando, por vezes, a própria subjetividade do poeta de modo a conduzir ao que se compreende hoje como abalos da subjetividade. De acordo com essa crise do lirismo a partir do "eu" romântico, chega-se ao sujeito do poema como coisa, animal ou planta resultantes de uma reversão do antropocentrismo no mundo contemporâneo: do "Je est um autre" de Rimbaud à poesia objetiva de nossos dias. Do sujeito lírico intensificado pela visão romântica à poesia do mundo, serão muitas idas e vindas, mas, sem dúvida, todas partem da "defesa da poesia" romântica.

No contexto histórico oitocentista, o quadro de complexidade em torno da questão torna-se cada vez mais acentuado à medida

que os anos se sucedem. Os avanços do racionalismo e da ciência produzem mudanças no nível da experiência e revelam-se maiores as dificuldades de o sujeito lidar com suas emoções dentro do contexto tanto pragmático da vida como no de fruição estética ou sensível. O sentimento de não pertencimento, as cobranças sociais, a solidão urbana, tudo parece contribuir para a problemática experiência do vivido. As noções acerca do indivíduo e da subjetividade, que serviam de motivação e suporte para a revolução moderna, já impactavam o homem comum, mas os poetas sentem tudo isso em maior intensidade. A experiência da poesia tomada assim como forma radical de a linguagem fazer frente ao movimento dispersivo da vida moderna torna-se, nesse quadro, uma possibilidade de afrontar as constrangedoras determinações sociais, políticas e históricas. A experiência da poesia provocaria um abalo sistemático, mesmo que surdo, nesse panorama convulsivo da experiência. Os embates entre a inclinação à expressão de uma experiência, muitas vezes de forte característica íntima, pessoal, confessional, em tensão com a necessidade de fazê-la ultrapassar o caráter privado e torná-la de interesse coletivo, deverão passar doravante pelo crivo do poeta, e não por regras de gênero. A nova e arriscada liberdade que se avizinhava provocou a reflexão dos poetas sobre o instrumento de suas vocações.

Minha releitura dos dois volumes, tendo em vista esse pano de fundo, não se detém exaustivamente nas discussões; passa pelas mesmas atentamente e seleciona temas a partir da possível afinidade entre esses textos e estados extremos da sensibilidade humana, entre os quais as dores passionais, as dúvidas existenciais, os estados de carência e de privação, nos quais as sensações sinestésicas têm um aspecto relevante. Uma hipótese provável é a tendência de a escrita dessas experiências tomar um caráter desafiador e, ao mesmo tempo, menos totalizante que o do racionalismo. A investigação da singularidade dessas experiências de escrita se dá contra

o amortecimento da sensibilidade e contra a dissolução rápida das formas artísticas em fórmulas norteadoras, sendo a experiência da escrita poética aquela capaz de retirar a linguagem de um circuito informacional imediato para, por meio de uma espécie de recurso à "presença do que está ausente", a certa metafísica do poema, abalar esse circuito comunicacional e criar novos espaços de trocas intersubjetivas, de fluxos de sensações, afetos e ideias.

A experiência poética, tal como a depreendemos desse conjunto, passou a ser um salto no "mundo real" da linguagem. Um confronto/encontro com uma qualidade da linguagem que, sob o movimento plasmático da mão/corpo da singularidade que escreve – e nela se inscreve –, reverte o mundo da prosa, tornando-o nesses casos uma experiência de interiorização, fazendo eclodir um não saber voluntário por meio do abandono de formas rígidas, e mergulhando num campo fusional entre sujeito e objeto, rompendo os limites impostos pela necessidade comunicacional que é vigiada pela capacidade socializante da linguagem. A marca dessa experiência de escrita invoca a linguagem como jogo que ultrapassa a necessidade prática. Dramatizam-se ao extremo as marcas, ou a marcação – se quisermos utilizar uma linguagem dramatúrgica – da experiência, do vivido. Leva-se ao máximo o sentimento de abandono ou desapego da vida prática, pelo qual o indivíduo sente romperem-se os limites impostos socialmente.

No circuito da experiência subjetiva à solidariedade com os homens, nessa aventura da escrita poética a "natureza das coisas" vacila. As coisas estão desde sempre dadas em sua não expressão, em sua não significância. São dadas. Dados. No plano do real, o poeta tem necessidade de conferir novo significado às coisas. Eles rolam os dados e vão dando contornos precários ao real, enfrentam que a montanha vacile, que a nuvem permaneça como metamorfose sem contornos precisos. A experiência poética que tentam descrever – circunscrever – desestabiliza os contornos. Esgarça os sentidos dados.

Então os dados que eram tidos como sentidos prévios, incontornáveis e/ou inquestionáveis, transformam-se em outros dados, no sentido das peças de jogo, e continuam rolando como num interminável jogo de possibilidades sígnicas. A experiência com a linguagem torna-se uma experiência de precariedade, de privação de si mesmo, de vulnerabilidade, de instabilidade.

Um componente importante desse tipo de experiência com a escrita é a implicação do corpo, não só tomado como fonte do desejo, mas como participante de um processo em que o fluxo interior/exterior, ativado pela escrita, torna-se demasiado importante e com aspectos de estranhamento. Não se trata, como usualmente se considera, de um movimento simplesmente expressivo. Paralelamente à ordem significante que os diversos códigos simbólicos impõem ao domínio do significado, existiria uma espécie de zona de indeterminação que resultaria primeiramente dessa inadequação fundamental entre as duas categorias, e em seguida do próprio fato de o homem se ver forçado a redistribuir os signos entre as coisas, para além do enquadramento em códigos simbólicos ordenados.

Algumas correlações abusivas

Num segundo momento, procedi à leitura dos textos dos Novos Cadernos do Mestrado como se fossem cartas dos poetas oitocentistas aos poetas contemporâneos. Ressaltou aos olhos como algumas postulações poderiam ter sido retomadas por poetas modernistas e que tipo de indagações poderiam instigar nos poetas posteriores. Correndo o risco de anacronismo, diríamos, com Blanchot, que a linguagem moderna da poesia, fundada na visão desses poetas do Oitocentos, estranha na/a linguagem, e o tempo "afirma-se numa presença estranha ao tempo presente do tempo e à presença no espaço", estando num presente que não é presente, "contemplando" uma profundidade vazia – a da imagem (Blanchot, 1987, p. 23). Escrever "a forma desenhada sobre essa ausência

torna(r)-se presença informe dessa ausência" (ibid., p. 23). Ou, conforme pensava Woordsworth:

> A essas qualidades [do poeta] acrescentou uma disposição para, mais que os outros homens, deixar-se afetar por coisas ausentes, como se estivessem presentes; uma habilidade para conjurar em si paixões que, de fato, estão longe de ser as mesmas produzidas por eventos reais, ainda que – especialmente nos aspectos agradáveis e deleitosos da solidariedade universal – se aproximem muito mais das paixões produzidas por eventos reais do que tudo aquilo que os outros homens, pelos seus próprios movimentos interiores, são normalmente capazes de sentir em si mesmos (N.C.M., v. 2, p.18).

Nesse texto, datado de 1800, "Prefácio à Segunda edição das *Baladas líricas*", William Wordsworth trata, por exemplo, da importante aproximação entre a linguagem da poesia e a linguagem "real" dos homens. E percorre várias questões ligadas à conquista dessa nova compreensão da poesia que dispensa outras estratégias mais tradicionais do estilo, permanecendo, porém, na defesa da métrica como meio de se atingir "a semelhança na dessemelhança". Será a métrica condutora do ritmo interiorizado. Sobre esse processo de interiorização das paixões humanas agirá a tarefa de seleção, quando o poeta traduzir a vida das paixões em linguagem, buscando torná-las vívidas. Com efeito, o poeta, enquanto tradutor, "não receia substituir por excelências de outro tipo aquelas que ficaram fora de seu alcance" (N.C.M.,v. 2, p. 19). Cumpre também o poeta o papel de transmissor de uma herança coletiva, "nos ligando aos nossos semelhantes por empatia habitual e direta" (ibid., p. 21). A partir desses trechos, delineia-se, para um leitor dos modernistas brasileiros, a lembrança dos versos de *Alguma poesi*a, de Carlos Drummond, na construção da figura de um homem comum preso à sua classe. Um homem cujo coração se aflige por um desejo maior que o mundo: "O bonde passa cheio de pernas: / pernas brancas pretas amarelas.

/ Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração. / Porém meus olhos / não perguntam nada" (Drummond, 1988, p. 4).

Já no texto "O princípio poético", Poe, ao se voltar para os poemas menores em extensão e/ou em importância, de alguma forma nos faz lembrar, por contaminação, do poeta Manuel Bandeira (2001, p. 126): "Sou poeta menor, perdoai! / Não faço versos de guerra. / Não faço porque não sei. / Mas num torpedo –suicida / Darei de bom grado a vida / Na luta que não lutei." Bandeira em seus breves poemas transmite a intensidade do sentimento, da "comoção", buscados por Poe em seu texto como "totalidade de efeito ou impressão". O poeta de *Never more* defende o poder de síntese da poesia que tanto irá influenciar o espírito poético modernista: "Para encarnar uma verdade necessitamos mais de severidade do que de eflorescência de linguagem" (N.C.M., v. 2, p. 71).

Os textos de Blake e de Shelley nos incitam a pensar em proposições afins com a poética do modernista Murilo Mendes, pela tendência ao visionarismo expansivo, pela transubstancialização dos seus materiais poéticos do concreto ao abstrato, assim como pelo movimento contrário, ou seja, do abstrato ao concreto.

> Inspiração e Visão eram então, & são agora, & espero sempre Permanecerão meu elemento, minha Eterna Morada! (N.C.M., v. 2, p. 41)

> A poesia é de fato algo divino. É simultaneamente o centro e a circunferência do conhecimento; aquilo que compreende toda a ciência e aquilo a que toda ciência deve ser referida. Constitui ao mesmo tempo a raiz e a flor de todos os sistemas de pensamento; é aquilo de que tudo brota e que a tudo adorna; e que, estiolado, nega o fruto e a semente, e priva o mundo estéril do alimento e da sucessão de rebentos da árvore da vida (N.C.M, v. 4, p. 56).

Esta poética acrescenta à percepção um plano de transmutação do imediato e do contingente, capaz, por exemplo, de alçar o homem do estado de estupidez e inconsequências diárias ao plano

da liberdade da imaginação e da potência criadora. O leitor da poesia de Murilo é portador de um passe-livre para o mundo da Ideia de absoluto. Ou seja, mesmo pertencendo à Poesia de 30, mesmo tendo praticado muitos dos procedimentos poéticos dessa geração, como o poema-piada e a paródia, a poesia de Murilo é uma libertação da Imaginação, um estado extremo dos sentidos, transgressão, ressacralização radical do poético, com raízes no oitocentismo poético radical. Isso só pode ocorrer por via de uma introspecção radical, de modo que o poeta, sem destituir a importância das referências externas, só poderá expressá-las sob um ponto de vista interno, subjetivo, particular e, sobretudo, livre das contaminações de sentido do senso comum. A poesia atinge a expressão mais alta das potências criadoras e revigoradoras do sentido.

Desdobramentos finais

Estimulados pelo conhecimento do espírito poético oitocentista, somos incitados a pensar no presente da poesia. E se, após ler esses textos, nos indagarmos fortemente sobre o poeta do futuro, quem seria capaz de trazer a poesia viva até a geração contemporânea – que está mais exposta à profunda e inegável crise de valores do que aos versos –, talvez sejamos acometidos de um mudo espanto. Colocar-se a questão do poeta do futuro no perturbado e perturbador cenário do século XXI parece uma tarefa inútil, como se a poesia como expressão máxima do coletivo e/ou da linguagem tivesse sido banida do mundo, como se estivéssemos sem remédio relegados à banalidade, à violência da superficialidade. Porque, embora se possa verificar um interesse crescente dos jovens pela poesia ao menos como uma forma expressiva, cada vez mais parece distante aquele que assumiria o lugar privilegiado de poeta de uma geração, aquele capaz de renunciar à atual perquirição narcísica do sentimental e do irônico ou ao elitismo crônico das recorrentes referências *intertextuais*, como se o público de poesia cada vez mais se dividisse entre

os ingênuos consumidores de projeções sentimentais e os iniciados nas artes da citação. Então, de onde surgiria o poeta capaz de dar voz às inquietações existenciais e sociais coletivas, ou aquele capaz de assumir a linguagem poética como um modo de contrapor-se à vulgaridade e à massificação, de modo a conseguir *desenvolver milimetricamente sua sensibilidade*, como queria Ismael Nery, pintor, poeta, morto prematuramente?

Embora esse quadro delineado, com seu tanto de impressionismo, pareça uma lamentação melancólica, devemos assumi-lo apenas como uma possível constatação do anúncio fúnebre de Walter Benjamin sobre a morte da comunicação da experiência e o desejo do fato único que poderia representar essa encarnação do poeta na sociedade contemporânea. O futuro chegou: o que parecia distante, longínquo, como um cenário de ficção, faz parte atualmente da vida cotidiana. O homem parece ter atingido níveis impensáveis de sofisticação tecnológica, como se pode conferir no campo da ciência, mas, ao mesmo tempo, enfrenta as mais terríveis ameaças da mis*éria social e espiritual. Parece*, portanto, cada vez mais distante a resposta nova à indagação de Octávio Paz (1972, p. 95):

> [...] será uma quimera pensar em uma sociedade que reconcilie o poema e o ato, que seja palavra viva e palavra vivida, criação da comunidade e comunidade criadora? [...] desde a aurora da idade moderna o poeta a faz sem cessar, e por isso escreve. A história também, sem cessar a rechaça – responde com outra coisa.

A história do século XX/XXI responde à indagação do crítico e poeta mexicano com um campo minado das novas incertezas e, neste cenário, a poesia parece enfraquecer, não porque não tenha meios para vivenciar o desconcerto do mundo, mas porque está calada pela máquina de guerra da linguagem da informação: dura, autocrática, maniqueísta e sem piedade: "Pressinto uma bomba atômica / Adormecida no bosque" (Mendes, 1994, p. 552).

Segundo Sérgio Paulo Rouanet (2001), a modernidade pode

ser encarada sob dois aspectos: o do emprego da tecnologia, do desenvolvimento material, e, portanto, da noção de eficácia do trabalho humano e do sistema social que este trabalho conquista, aquilo que o autor chama de *modernidade funcional*; o do centramento na noção de autonomia individual nas áreas econômica, cultural e política, sob o vetor iluminista, o que configura a *modernidade emancipatória*, aquela que garante o desenvolvimento espiritual, artístico e cultural do homem numa perspectiva de afirmação de valores éticos, morais e filosóficos humanistas.

O quadro diagnosticado da crise do caráter emancipatório da modernidade vem acompanhado de uma crise de linguagem e de uma crise de pensamento, muitas vezes definida pela expressão *mal-estar pós-moderno*. A percepção de uma crescente ameaça surge das diferenças acentuadas entre os povos, entre as religiões e entre os níveis de desenvolvimento, e, embora os meios de comunicação e o próprio sistema econômico celebrem o estreitamento de fronteiras e a homogeneidade virtual da tão esperada *aldeia global*, na verdade estamos submetidos a uma experiência de choque, que não se caracteriza mais pela luta de substituição do velho pelo novo, mas pela convivência impensável entre temporalidades radicalmente contrárias no cerne mesmo dos espaços culturais em que se confrontam. O que estamos querendo enfatizar é que a crise da modernidade emancipatória nos lança em meio a um conflito descompassado entre um avanço material incomparável e um retrocesso espiritual impensável.

> A inocência moderna fala do poder como se ele fosse um. [....] E, no entanto, se o poder fosse plural, como os demônios? 'Meu nome é Legião', poderia ele dizer: por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes 'autorizadas', que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância (Barthes,1978, p. 11).

O esforço notável de se explicar a modernidade sob essas novas configurações de poder, multiplicadas em vozes que se arrogam o direito à verdade, multiplicação de centros irradiantes de arrogância, é comparável ao sentimento de impotência diante dos acontecimentos, à perplexidade com que o mundo ficou durante alguns segundos, minutos, horas no dia 11 de setembro de 2001, preso diante de imagens que, se não eram novas, eram duramente reais, e de repente nos retiraram da confiança numa virtualidade enganadora e na paz isoladora dos computadores. O que dizer sobre os acontecimentos? Como dizer? A linguagem da informação retém os cristais partidos de uma racionalidade arrasada para justificar as novas engrenagens de mais preconceito, intolerância, incapacidade de restituir às palavras seu invejável frescor quando intatas, "em estado de dicionário", como diz Carlos Drummond de Andrade (1998, p. 95) no poema "Procura da poesia".

São essas contingências que desafiam o poeta que, a partir desse contexto, teria como tarefa constituir a linguagem da poesia como um modo de reerguer o pensamento da súbita e surpreendente queda no caos. A ameaça que pairou desde a catástrofe de setembro do ano de 2001 sobre o futuro da humanidade é a culminância de um processo de negação das altas aspirações humanas, que converteu todas as promessas emancipatórias da revolução moderna no quadro ameaçador de um mundo dividido e instável:

Terribilíssimos dedos
Desdobram vidas paralelas
De sangue mordaça e lágrimas.
O enorme monumento de ódio atinge as nuvens
Mundo envenenado
Sitia meu corpo exausto
Sem que até agora se distinga

O eco das trombetas vingadoras

O criador nos abandona à nossa própria sorte,

Recusando as hóstias profanadas

(Mendes, 1994, p. 383).

Ler os dois volumes sobre arte e poesia, contendo textos escritos há tanto tempo, faz-nos refletir junto aos poetas sobre a importância da arte e da poesia, recoloca as perguntas sobre a encarnação da poesia, perguntas por meio das quais o poeta da atualidade deverá superar a condição espetacular de sua solidão, convertendo-a num modo de fraternidade, solidariedade, irmandade. Usando uma metáfora do senso comum, os dois Novos Cadernos do Mestrado enviam, dentro de uma garrafa lançada ao mar da tradição, a pergunta sobre quem será o poeta contemporâneo capaz de fazer uma "defesa da poesia" e, com sua prática poética, criar o poema que seja simultaneamente o "centro e a circunferência do conhecimento" (Shelley, N.C.M., v. 4, p. 56).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

BANDEIRA, Manuel. Antologia poética. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Cultrix, 1978.

BLANCHOT, Maurice. O espaço literário. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

MENDES, Murilo. Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994.

PAZ, Octávio. Signos em rotação. São Paulo: Perspectiva, 1972.

RANCIÈRE, Jacques. Políticas da escrita. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

PEACOCK, Thomas Love; SHELLEY, Percy Byshee. Never more, forever: a poesia na modernidade, ou Shelley versus Peacock. Tradução, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Bonecker, 2007. Novos Cadernos do Mestrado, v. 4.

ROUANET, Sérgio Paulo. A coroa e a estrela. Folha de S. Paulo, São Paulo, Caderno Mais, 18 nov. 2001.

WORDSWORTH, William et alii. A ideia de poesia e arte: reflexões oitocentistas anglo-norte-americanas. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés, 2007. Novos Cadernos do Mestrado, v. 2.

NOTAS

1 A partir de agora, neste trabalho, referidos respectivamente por N.C.M., v. 2, e N.C.M., v. 4.

2 Além de organizar, apresentar e redigir as notas, Roberto Acízelo também exerceu a tarefa de tradutor, tendo contado, no N.C.M v. 1, com a contribuição das traduções de Maria Conceição Monteiro e Paulo Galvão.

3 Ao fechar este texto, recebi com muito interesse e alegria *Poéticas românticas inglesas*, com organização, tradução, apresentação e notas, pelo Professor Roberto Acízelo (São Paulo: Filocalia, 2017). Um lindo livro que aguarda uma leitura cuidadosa.

A história como perspectiva para os estudos literários

Ana Cláudia Viegas

No livro *Introdução à historiografia da literatura brasileira* (Rio de Janeiro: Eduerj, 2007), Roberto Acízelo de Souza reúne nove ensaios (acrescidos de uma "Nota preliminar" e uma "Nota final") a respeito de um tema que tem norteado sua atuação como professor e pesquisador. Conforme o próprio autor nos conta na "Nota preliminar", após muitos anos de uma orientação predominantemente teórica, a partir de 1995, circunstâncias de trabalho e pesquisa acabaram conduzindo seus estudos literários a investigações sobre o século XIX no Brasil, o que despertou seu interesse pelos estudos históricos. Desde então, procura percorrer tanto a via da história – "o substancialismo dos fatos e as circunstâncias concretas" – como a da teoria – "espécie de sublimação das coisas promovidas pelas construções conceituais" (p. 9). Nos ensaios reunidos nesse livro, predomina o matiz histórico, havendo também entre eles uma coincidência temática: "a constituição das ideias correlativas de literatura brasileira e sua história, da origem desse processo no século XIX a seus desdobramentos no XX e XXI" (p. 10).

Incluída na série Ponto de Partida, que busca "colocar ao alcance dos alunos de Letras e cursos afins volumes introdutórios aos conteúdos tratados, escritos por especialistas e com preço acessível" (p. 7), a obra nos apresenta, assim, "ao longo processo de 'invenção' da literatura brasileira como disciplina e instituição, bem como aos modos por que se relacionaram no século XIX, a partir da independência do Brasil, as literaturas nacionais do Brasil e de Portugal" (p. 7).

No decorrer dos ensaios, o autor vai se utilizando de várias fontes de pesquisa, tomadas como documentos de arquivo, cuja descrição e análise lhe permitem ir compondo a narrativa desse processo de institucionalização da literatura nacional. A primeira delas são os programas de ensino do Colégio Pedro II, fundado em 1837 e destinado a servir de modelo para um sistema educacional a ser implantado no país recém-independente. Com o objetivo de descrever como a literatura brasileira foi conquistando espaço no currículo dessa instituição, o ponto de partida é o programa de 1850, no qual consta a disciplina retórica, de conteúdo universalista, ensinada no sexto e sétimo anos. A presença da literatura brasileira restringe-se ao estudo da obra de José de Santa Rita Durão, *Caramuru*, incluída num conjunto de epopeias ilustres, à qual se soma, em 1851, *O Uraguai*, de José Basílio da Gama.

Em 1858, a disciplina do sétimo ano passa a se chamar retórica e poética, com menção explícita à literatura nacional em seu programa. Dois anos depois, já é possível encontrar no programa do sétimo ano uma disciplina específica para a literatura nacional, ainda que tratando também da literatura portuguesa, à qual aquela se subordinava. Em 1862, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, professor do Pedro II, publica a obra *Curso elementar de literatura nacional*, que passa a ser adotada no colégio.

A partir de 1892, consolida-se a disciplina história da literatura nacional, que inclui a literatura portuguesa apenas como introdução ao estudo da literatura brasileira. O livro adotado passa ser a *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, em substituição ao tratado *Le Brésil littéraire*, de Ferdinand Wolf, indicado até então.

Em sequência à descrição dos programas, são apresentados dois quadros: um resumitivo das disciplinas relativas aos estudos literários constantes de tais programas e outro listando os livros adotados como apoio ao ensino das disciplinas literárias.

Na conclusão do estudo, Roberto Acízelo destaca dois aspectos desenvolvidos em textos subsequentes do volume: o *status* privilegiado concedido nos currículos à literatura portuguesa e o processo de construção histórica da literatura brasileira como matéria de ensino. Não sendo este um fato natural, mas sim arquitetado sob as condições de um certo tempo, poder-se-ia pensar na sua superação? A voga da literatura comparada sinalizaria nessa direção, como correspondente acadêmico ao retraimento dos nacionalismos diante da globalização econômica?

As questões que encerram esse primeiro ensaio são retomadas bem adiante, na "Nota final: em defesa da história literária", numa afirmação – já anunciada pelo subtítulo da nota – da importância da história da literatura no campo dos estudos literários: "o nacionalismo não só não perdeu a razão de ser por causa da globalização, mas até se revitaliza em função dela, como forma de coesão social potencialmente apta a enfrentar certas decorrências perversas do próprio processo de globalização" (p. 150).

O segundo ensaio da coletânea, "Primórdios da historiografia literária nacional", é dedicado ao espaço ocupado pela literatura brasileira em obras historiográficas publicadas entre 1805 e 1888, tanto de autores nacionais quanto estrangeiros. As contribuições de estrangeiros são classificadas em cinco categorias: 1. obras que, no corpo de estudos historiográficos sobre a literatura portuguesa, mencionam alguns autores nascidos no Brasil; 2. obras em que a história da literatura brasileira é tratada de forma mais desenvolvida e autônoma, embora ainda como adendo à história da literatura portuguesa; 3. estudos em que a literatura brasileira tem presença exclusiva; 4. ensaios de teor mais crítico que historiográfico; 5. a obra *Le Brésil littéraire; histoire de la littérature brésilienne*, de Ferdinand Wolf, primeiro livro inteiramente dedicado à história da literatura brasileira, publicado em 1863. Em relação a este, ressalta-se ter se tornado importante referência didática, figurando entre os compên-

dios adotados na escola brasileira do século XIX. Tal informação pode ser referendada pelo segundo quadro resumitivo do estudo dedicado aos programas de ensino no Colégio Pedro II, em que a obra de Wolf figura como um dos compêndios adotados a partir de 1879.

Após a classificação das contribuições estrangeiras, o autor passa ao exame dos trabalhos de autores nacionais, dividindo também esses em diferentes modalidades: antologias de poesia; declarações de princípios sobre a ideia de literatura brasileira; estudos sobre a vida de escritores; edições de textos, com notícias biográficas sobre seus autores, juízos críticos e notas explicativas; e, finalmente, as histórias literárias propriamente ditas. Entre estas, destacam-se as obras de Joaquim Caetano Fernandes – *Curso elementar de literatura nacional* (1862) e *Resumo de história literária* (1873); Francisco Sotero Reis – *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873); e Joaquim Norberto de Sousa Silva – *História da literatura brasileira*, publicada sob a forma de capítulos na *Revista Popular*, entre os anos de 1859 e 1862, mas não concluída. Tais obras e autores serão objetos de estudo em capítulos posteriores do livro.

Antes de concluir o artigo, são elencados autores cujas produções apontaram, nas décadas de 1870 e 1880, novos rumos para a crítica e a historiografia: Machado de Assis, João Capistrano de Abreu, Manuel de Oliveira Lima, Araripe Júnior, Sílvio Romero e José Veríssimo. Reitera-se, ainda, que os três últimos constituiriam as principais referências brasileiras no campo dos estudos literários na passagem do século XIX para o XX, sendo as *Histórias da literatura brasileira* publicadas por Romero, em 1888, e Veríssimo, em 1916, decisivas para o processo de consolidação da disciplina. Mais uma vez, uma delas figura no quadro de obras adotadas pelo Colégio Pedro II no século XIX. Lá podemos encontrar, a partir de 1892, a indicação da *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero.

O ensaio seguinte apresenta – sob o sugestivo título "O cônego e o general: uma controvérsia matricial sobre a ideia de literatura

brasileira" – as biografias e obras do cônego Januário da Cunha Barbosa e do general José Inácio de Abreu e Lima, com o objetivo de mostrar que, não obstante o predomínio de uma "profissão de fé nacionalista" em nossa historiografia literária oitocentista, também houve vozes que se opuseram ao ufanismo e reivindicaram as dimensões universais da literatura. A partir dos textos de Abreu e Lima, identifica uma linhagem não hegemônica – que emergiria em Santiago Nunes Ribeiro, Antônio Francisco Dutra e Melo, Álvares de Azevedo e Antônio Joaquim de Macedo Soares –, de recusa a um nacionalismo estreito, podendo ser considerada precursora da crítica machadiana ao princípio romântico da "cor local", no clássico "Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade".

Na abordagem sobre os primeiros historiadores e críticos da literatura brasileira, Roberto Acízelo investiga, ainda, as contribuições hispânicas para a constituição de nossa historiografia, dedicando um ensaio às obras de Santiago Nunes Ribeiro, Antônio Deodoro de Pascoal e Juan Valera.

Logo na abertura do primeiro ensaio do livro, o professor Roberto já explicitara a relação entre a literatura romântica e a formação das identidades nacionais, em particular no caso dos países americanos, nos quais as literaturas surgem inseridas no projeto de independência nacional. Nesse contexto, é evidente que a construção da literatura brasileira como disciplina e instituição implicou as relações entre as literaturas nacionais do Brasil e de Portugal, a partir da independência do Brasil. No ensaio "O culto brasileiro da literatura portuguesa: suas raízes oitocentistas", abordam-se as soluções oferecidas para essa questão nas primeiras histórias de nossa literatura. No *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1873), Francisco Sotero dos Reis, conforme o título já indica, mantém a união entre a produção literária de Brasil e Portugal, devido à importância atribuída à língua na configuração do fato literário. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, por sua vez, segue

orientação semelhante. Apesar do título de seu *Curso elementar de literatura nacional* (1862), este trata das duas literaturas nacionais. Para ele, apenas a partir da Independência e do romantismo, haveria uma literatura brasileira distinta da portuguesa. Seu livro posterior, *Resumo de história literária* (1873), mantém a mesma tese.

A posição dessas obras é bastante representativa do modo como se institucionalizou o culto da literatura portuguesa entre nós. Apesar de não ter prevalecido a tese de seus autores de reconhecer uma literatura brasileira apenas a partir da independência – tendo sido incorporados à historiografia romântica os escritores aqui nascidos ou radicados também no período colonial –, a literatura portuguesa nunca foi considerada propriamente estrangeira em nosso País. Podem ser consideradas evidências disso a transformação de ambas as literaturas em matéria escolar na mesma época – 1858 – e a inclusão, pela legislação brasileira de 1962, da literatura portuguesa como uma das cinco disciplinas obrigatórias dos cursos de letras.

O ensaio "As literaturas portuguesa e brasileira: suas relações segundo a historiografia literária nacional" também se propõe a "considerar o modo por que os primeiros ensaios nacionais dedicados à história da literatura brasileira lidaram, nessa conjuntura de separação, com o problema do patrimônio literário, mostrando as correntes de opinião constituídas na época a propósito desse aspecto particular da questão" (p. 81). Parte de uma carta de José Bonifácio, de 1825 – considerada "o documento brasileiro mais antigo no qual surge o tema da historiografia literária do nosso país" (p. 81) –, na qual não se chega a fazer distinção entre as literaturas portuguesa e brasileira.

Em *Parnaso brasileiro* – antologia organizada entre 1829 e 1832, por Januário da Cunha Barbosa –, entretanto, já se manifesta uma clara convicção acerca da autonomia da literatura brasileira em relação às letras de Portugal. Tal fato pode ser observado no deslocamento para o rol de autores da literatura nacional dos po-

etas Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão e Tomás Antônio Gonzaga – incluídos no *Parnaso lusitano*, publicado anteriormente por Almeida Garrett.

A defesa da integração das letras do Brasil no âmbito da literatura portuguesa também será feita por José Inácio de Abreu e Lima, em ensaio de 1835, embora o autor tenha mudado de opinião em obra posterior (1843), admitindo a autonomia da literatura brasileira. A reivindicação dessa autonomia, contudo, terá como marco o "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil" (1836), de Gonçalves de Magalhães, cuja segunda edição, de 1865, foi precedida de uma "Advertência" e teve o título modificado para "Discurso sobre a história da literatura do Brasil". A partir desse estudo, a visão separatista da literatura brasileira ganharia muitos adeptos.

No início da década de 1840, "a polêmica da *Minerva Brasiliense*" expressa a disputa entre os pontos de vista separatista e unionista. Este seria, ainda, defendido por Álvares de Azevedo, em ensaio publicado em 1853, a partir dos argumentos da comunidade linguística e de razões culturais.

Em seu projeto – não concluído – de uma *História da literatura brasileira*, Joaquim Norberto de Sousa Silva também defende a tese separatista, enquanto Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Francisco Sotero dos Reis se posicionam entre os unionistas, defendendo que, apenas após a independência e o romantismo no século XIX, haveria uma literatura brasileira distinta da portuguesa.

As fontes consultadas permitem ao autor perceber ter havido, até a década de 1860, um equilíbrio entre as correntes separatista e unionista. A partir da década seguinte, no entanto, na controvérsia sobre as relações entre as literaturas portuguesa e brasileira, prevalece a corrente separatista, conforme se pode constatar nos trabalhos de Antônio Henriques Leal, Sílvio Romero e José Veríssimo. As obras homônimas desses dois últimos autores, *História*[s] *da Literatura Brasileira* – publicadas, respectivamente, em 1888

e 1916 –, encerram o ciclo oitocentista de construção dos conceitos de literatura brasileira e de sua história, consolidando a ideia de autonomia da literatura brasileira.

Antes de concluir seus comentários acerca das relações entre a literatura brasileira e a portuguesa durante a constituição da história de nossa literatura, Roberto Acízelo aponta momentos do século XX em que a presença da literatura portuguesa ainda se insinua nas reflexões sobre o conceito de literatura brasileira: a proposta elaborada por Antônio Soares Amora, em obra de 1954, de divisão de nossa literatura nas "eras" "luso-brasileira" (séculos XVI ao XVIII) e "nacional" (século XIX em diante); e a bastante conhecida afirmação de Antônio Cândido de que "a nossa literatura é galho secundário da portuguesa" (p. 96). Dessa recorrência, infere que a incorporação dos escritores do período colonial ao âmbito da literatura brasileira se deu sem maiores discussões ou justificativas teóricas.

Este é o tema de sua "Breve nota sobre o critério de nacionalidade para a inclusão de autores na história da literatura brasileira". Encontra em José Veríssimo um argumento teórico para essa inclusão, "naturalizada" nas obras de história da literatura brasileira desde o *Parnaso brasileiro*: a formação, desde nossas primeiras manifestações literárias, ainda no século XVI, "[d]o espírito nativista primeiro e [d]o nacionalista depois" (p. 100).

Ainda investigando a respeito da formação do conceito de literatura brasileira e sua relação com a portuguesa, no ensaio "As histórias literárias portuguesas e a emancipação da literatura do Brasil" Roberto Acízelo se propõe a rastrear, na produção historiográfico-literária portuguesa, o processo de reconhecimento da autonomia literária brasileira por parte da antiga metrópole. Inicia por uma breve descrição do desenvolvimento da historiografia literária de Portugal, desde seus antecedentes nos séculos XVII – sob a forma de biografias de autores específicos, como Camões, ou simples listagens de escritores e suas respectivas obras – e XVIII

– quando Diogo Barbosa Machado organiza a *Biblioteca lusitana* –, até sua consolidação no século XIX, com o formato moderno de narrativa generalista, primeiramente em trabalhos de estrangeiros (como Ferdinand Denis) e depois em autores portugueses (como Almeida Garrett) e brasileiros (Álvares de Azevedo, Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis). O destaque da produção oitocentista é a obra *História da literatura portuguesa*, de Teófilo Braga. Na passagem entre os séculos XIX e XX, a produção historiográfica parece se reduzir a manuais escolares, retomando propriedades mais intelectualizadas em obras como a de Saraiva e Lopes, ou dos brasileiros Massaud Moisés e Antônio Soares Amora. Na passagem para o século atual, merecem menção alguns projetos de reciclagem dessa tradição historiográfico-literária, como as obras *História crítica da literatura portuguesa* e *História e antologia da literatura portuguesa*, coordenadas, respectivamente, por Carlos Reis e Isabel Allegro de Magalhães.

Após esse breve levantamento da produção historiográfico-literária portuguesa, Acízelo investiga a posição dos autores brasileiros e da própria literatura brasileira como instituição nacional nessas obras. Na *Biblioteca lusitana* (1741-1759), os autores nascidos no Brasil são tratados como portugueses, até porque, pelo ponto de vista jurídico e político, realmente o eram, já que a obra é bem anterior ao processo da nossa independência. No *Dicionário bibliográfico português* (1858-1923), de Inocêncio Francisco da Silva e continuadores, mantém-se o mesmo princípio da unidade literária entre Brasil e Portugal, apesar de sua publicação ter-se iniciado bem depois da independência do Brasil.

Entre os estudos sobre a história literária de Portugal assinados no início do século XIX por autores estrangeiros, aqueles produzidos antes de 1822 tratam os escritores nascidos no Brasil como representantes da literatura portuguesa. Ferdinand Denis, no entanto, em seu *Resumo da história literária de Portugal, segui-*

do do resumo da história literária do Brasil, publicado em 1826, conforme já indicado no título, propõe a autonomia da literatura brasileira.

Embora também publicadas após 1822, as obras de Almeida Garrett, *Parnaso lusitano* (1826), Freire de Carvalho, *Primeiro ensaio sobre história literária de Portugal* (1845), e José Maria da Costa e Silva, *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses* (1850-1855), continuam a considerar os autores nascidos no Brasil como integrantes do patrimônio literário português. A posição contrária à tese romântica de uma literatura brasileira autônoma é defendida, ainda, por José da Gama e Castro na citada "polêmica da *Minerva Brasiliense*", ocorrida em 1842. Numa troca de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, Gama e Castro, sob o pseudônimo de "Um Português", faz a seguinte afirmação sobre a questão da nacionalidade da literatura: "[...] literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas [...] até não pode ter existência possível. [...] A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua [...]." (p. 110). Sua tese seria rebatida posteriormente em ensaios publicados por Santiago Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto de Sousa Silva, respectivamente na revista *Minerva Brasiliense* e na *Revista Popular*.

Conforme já mencionado em ensaio anterior, as obras dos brasileiros Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis também entendem "que os autores brasileiros nascidos até o início do século XIX integravam a literatura portuguesa, tendo ocorrido a divisão do patrimônio literário da língua portuguesa comum a Portugal e ao Brasil em duas literaturas nacionais distintas somente a partir da Independência e do Romantismo" (p. 112-113). Essa "saída conciliadora" parece ter sido assimilada por Teófilo Braga, em sua extensa *História da literatura portuguesa*. Chama a atenção, entretanto, a restrição dos autores brasileiros nela incluídos, estando ausentes nomes como os de Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Cláudio Manuel da Costa, por exemplo.

A partir de Teófilo Braga passa a vigorar a ideia de que a inclusão de autores nascidos ou residentes no Brasil na historiografia literária portuguesa deve se restringir àqueles anteriores à independência. Tal solução pode ser encontrada no *Curso de literatura portuguesa*, de Camilo Castelo Branco (1876); nos compêndios escolares de Mendes dos Remédios e Joaquim Ferreira (1939); na *História literária de Portugal*, de Fidelino de Figueiredo (1944); e na *História da literatura portuguesa*, de Antônio José Saraiva e Óscar Lopes (1955).

Nesse último, encontramos uma justificativa teórica para esse procedimento: "a literatura brasileira adquiriu características diferenciais, relacionadas com a progressiva diferenciação nacional brasileira" (p. 119). Os autores afirmam, ainda, "que seria legítimo conceber as obras de escritores nascidos no Brasil antes da Independência, e até as de autores naturais de Portugal e aqui radicados, 'sob o ponto de vista da formação da consciência nacional e literária brasileira'" (p. 119), referendando um princípio defendido por antologistas e historiadores românticos brasileiros, e consolidado, enfim, na *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero (1888). Daí em diante, as histórias da literatura brasileira tratariam tais autores como brasileiros, e as histórias da literatura portuguesa publicadas pelos brasileiros Massaud Moisés (1960) e Antônio Soares Amora (1961) não os incluiriam.

Acízelo conclui o ensaio enfatizando que, se a independência política do Brasil foi reconhecida por Portugal em 1825, a autonomia literária só o foi bem mais tarde. Na década de 1860, firmou-se a ideia de que as obras em língua portuguesa produzidas até antes da proclamação da nossa independência fariam parte do patrimônio da literatura portuguesa, não importando o local de nascimento de seus autores. Somente na década de 1950, as histórias literárias portuguesas passam a admitir que o conceito de literatura brasileira poderia abarcar o período colonial, embo-

ra não abram mão de poderem incluir em seu âmbito os autores "brasileiros" desse período.

No último capítulo, antes da "Nota final", Acízelo aborda "A historiografia literária brasileira nos séculos XX e XXI". As obras publicadas na primeira metade do século XX dariam sequência à tradição oitocentista, seguindo o modelo consagrado no século anterior. Exceções seriam as contribuições de Nélson Werneck Sodré – *História da literatura brasileira* (1938), que elege princípios marxistas como referencial teórico, e *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil* (1943), que defende uma concepção de literatura como parte do "processo histórico nacional"; e a obra *Brazilian literature: an outline* (1945), resultante de conferências proferidas por Érico Veríssimo, no ano anterior, na Universidade da Califórnia, e que teve sua edição brasileira apenas em 1995, com o título *Breve história da literatura brasileira*.

Na década de 1950, surgiriam obras com propostas de revisão das bases conceituais até então vigentes. Destacam-se a coleção *A literatura no Brasil*, dirigida por Afrânio Coutinho, e a *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido. Como inovações para a historiografia de nossa literatura, Afrânio Coutinho concebia a história literária como um trabalho coletivo, no qual vários estudiosos escreveriam capítulos sobre suas respectivas especialidades. Buscava, também, superar as perspectivas sociológicas e histórico-culturais dominantes nas histórias literárias brasileiras, adotando um ponto de vista estritamente estético. Propunha-se, ainda, a renovar o cânone, com a inclusão de novos autores e vertentes. A obra de Cândido, por sua vez, buscava conciliar as perspectivas histórico-social e estética, e dedicava-se aos períodos do arcadismo e romantismo, tomados como "momentos decisivos" para a constituição de nosso "sistema literário".

Nos anos 1960, Acízelo destaca a edição, pela editora Cultrix, dos seis volumes da série "A literatura brasileira", parte da coleção

"Roteiro das grandes literaturas": *Manifestações literárias da era colonial*, de José Aderaldo Castello; *O romantismo*, de Antônio Soares Amora; *O realismo*, de João Pacheco; *O simbolismo*, de Massaud Moisés; *O pré-modernismo*, de Alfredo Bosi; e *O modernismo*, de Wilson Martins.

Na década de 1970, são mencionados três lançamentos no campo da história literária nacional: *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi; *Apresentação da literatura brasileira*, de Oliveiros Litrento; e *De Anchieta a Euclides*, de José Guilherme Merquior. Seguem-se outras publicações das décadas de 1980 e 1990, como a *História da literatura brasileira*, de Massaud Moisés; *Iniciação à literatura brasileira*, de Antônio Cândido; *A literatura brasileira; origens e unidade (1500-1960)*, de José Aderaldo Castello.

Acízelo dá ainda notícia de outras publicações de caráter para-historiográfico, como bibliografias, obras de referência e antologias, publicadas ao longo do século XX: *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, de Otto Maria Carpeaux (1949); *Pequeno dicionário de literatura brasileira*, de José Paulo Paes e Massaud Moisés (1967); *Enciclopédia de literatura brasileira*, dirigida por Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa (1990); *Presença da literatura brasileira*, três volumes organizados por Antônio Cândido e José Aderaldo Castello (1964); *Antologia brasileira de literatura*, organizada por Afrânio Coutinho (1965-1966); *Antologia escolar brasileira*, organizada por Paulo Silveira a partir de seleção de Marques Rebelo (1967); *Literatura brasileira em curso*, organizada por Dirce Riedel, Carlos Lemos, Ivo Barbieri e Therezinha Castro (1968); e *A literatura brasileira através de textos*, organizada por Massaud Moisés (1971).

Sua pesquisa também inclui os estudos meta-historiográficos, "dedicados à reflexão sobre os fundamentos conceituais e metodológicos das histórias literárias brasileiras" (p. 138): *Uma interpretação da literatura brasileira*, de Viana Moog (1943); *Introdução*

à literatura brasileira, de Alceu Amoroso Lima (1956); *Conceito de literatura brasileira*, de Afrânio Coutinho (1960); *Introdução ao estudo da literatura brasileira*, dividida em duas partes, sendo a primeira assinada por Brito Broca e a segunda, por J. Galante de Sousa (1963); *Literatura e realidade nacional*, de Eduardo Portella (1963); *A tradição afortunada*, de Afrânio Coutinho (1968); *Por um novo conceito de literatura brasileira*, de Affonso Romano de Sant'Anna (1977).

Este último – único a ser publicado nos anos de 1970, quando as pesquisas de cunho histórico ficaram em segundo plano devido à hegemonia do estruturalismo no pensamento acadêmico – faz um questionamento dos juízos críticos naturalizados, prenunciando uma profunda mudança conceitual nos ensaios meta-historiográficos. Tais estudos – revitalizados na passagem do século XX para o XXI por conta de um retorno do interesse por temas históricos – deixariam de operar com pressupostos substancialistas, passando "a conceber origens, períodos e hierarquias axiológicas antes como construções contingentes e mais ou menos arbitrárias do que como entidades naturais" (p. 143). Seriam exemplos dessa nova fase dos estudos meta-historiográficos o livro *Eternamente em berço esplêndido*, de Maria Helena Rouanet (1991); o número monográfico "História da literatura e literatura brasileira" dos *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC-RS*, organizado por Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira (1995); o ensaio "A biblioteca imaginária", de João Alexandre Barbosa (1996); e a monografia "Historiografia literária do Brasil", de Benedito Nunes (1998).

Esse movimento de revitalização da meta-historiografia foi acompanhado de um interesse pelo retorno às fontes fundadoras de nossa história literária, "como recurso para, por via da reflexão sobre seus primeiros esboços e programas, compreendê-la como construção em processo" (p. 143). Como resultado desse interesse, várias obras esquecidas foram revalorizadas e reeditadas, "por sua

importância para a compreensão da própria historiografia como construção contingente – e, pois, histórica" (p. 144). Citam-se, entre essas reedições, o *Curso elementar de literatura nacional*, do cônego Fernandes Pinheiro; o volume *Historiadores e críticos do romantismo*, organizado por Guilhermino César; o *Florilégio da poesia brasileira*, de Francisco Adolfo de Varnhagen; o "Discurso sobre a história da literatura do Brasil", de Gonçalves de Magalhães; o *Bosquejo da história da poesia brasileira*, de Joaquim Norberto; *O berço do cânone*, coletânea organizada por Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira; o número monográfico dos *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUC-RS*, organizado pelas mesmas autoras, sob o título *Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações*; a edição dos prefácios e índices do *Parnaso brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, organizada por José Américo Miranda; os *Capítulos de história da literatura brasileira*, de Joaquim Norberto, organizados por José Américo Miranda e Maria Cecília Boechat; a *História da literatura: o discurso fundador*, organizada por Carmen Zink Bolognini.

Acrescentamos nós que as pesquisas de Roberto Acízelo também se inscrevem nesse movimento revitalizador da historiografia de nossa literatura, participando ativamente da revalorização e reedição de fontes fundadoras de nossa história literária. O "ciclo de estudos" do autor a respeito da historiografia literária brasileira oitocentista, desenvolvido entre 1996 e 2015, resultou numa série de ensaios crítico-analíticos publicados autonomamente de 1997 a 2005 e reunidos, junto com alguns estudos inéditos, nesse volume que tem por título *Introdução à historiografia da literatura brasileira*.

Tais ensaios tiveram por base os materiais levantados ao longo da pesquisa, disponibilizados ao público em reedições preparadas por Acízelo. Por considerar o conhecimento desses textos relevante para a atualidade dos estudos literários, Acízelo partiu do projeto proposto por Guilhermino César, na década de 1970, de

reunir, em três volumes, vários estudos oitocentistas empenhados em conceituar a literatura brasileira e iniciar sua sistematização historiográfica. Desses três volumes, dois – que não chegaram a ser publicados – seriam dedicados a autores brasileiros e um consagrado à "contribuição europeia". Durante a formação do acervo de textos, Roberto Acízelo decide dar um tratamento diferenciado a Joaquim Norberto de Sousa Silva, pela extensão e o pioneirismo de sua incompleta história da literatura brasileira. Prepara, então, uma edição de sua obra, publicada em 2002, no volume *História da literatura brasileira e outros ensaios*, contendo apresentação, notas, cronologia, bibliografia ativa e passiva, índice onomástico-temático e caderno de ilustrações. O estudo desse autor levou à organização em 2005, junto com os professores José Américo Miranda e Maria Eunice Moreira, de um volume contendo sua obra crítica, isto é, seus ensaios e estudos dedicados a autores específicos: *Crítica reunida (1850-1892)*. A este seguiu-se o volume dedicado a Fernandes Pinheiro, intitulado *Historiografia da literatura brasileira: textos inaugurais*, publicado em 2007. Apenas em 2014 concretizou-se a publicação do amplo acervo de autores e textos pesquisados, reunidos nos volumes 1 e 2 da *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*.

Em janeiro de 2015, veio a público o volume dedicado a Francisco Sotero dos Reis, *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros*. Tendo por base a única edição da obra de Sotero dos Reis, em cinco volumes publicados de 1866 a 1873, dela foram reproduzidas as lições dedicadas a autores brasileiros, conforme a perspectiva que prevaleceu na historiografia de nossa literatura – contrária à posição do próprio Sotero dos Reis – de incluir autores do período colonial no *corpus* da literatura brasileira. Daí o acréscimo do subtítulo "fundamentos teóricos e autores brasileiros".

O ciclo se completa com as publicações das obras *Literatura e civilização em Portugal*, de Álvares de Azevedo, e *Na autora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885)*. O primeiro fazia parte da versão inicial de cinco volumes compostos pelo acervo de textos fundadores de nossa historiografia literária. Dada a sua longa extensão, acabou reduzido às três páginas que tratavam diretamente da literatura brasileira, sendo em 2016 publicado na íntegra. O outro, de 2017, é uma espécie de segunda edição do terceiro volume projetado – e efetivamente publicado à época – por Guilhermino César, contendo a contribuição estrangeira para a constituição da história literária do Brasil. Outros autores foram incluídos, inclusive hispano-americanos, e concedeu-se um tratamento especial aos portugueses, por considerar-se que não poderiam ser tomados, sobretudo no século XIX, propriamente como estrangeiros. Daí a divisão do material em dois segmentos, conforme o subtítulo da obra.

A força do interesse pela perspectiva histórica nos estudos literários – que se prolonga pelos anos subsequentes à edição dessa *Introdução à historiografia da literatura brasileira* – se enuncia na "Nota final: em defesa da história literária" do volume que vimos comentando, quando Roberto Acízelo reconhece empreender "uma espécie de apologia da história da literatura como disciplina contra o pensamento hoje amplamente hegemônico no ambiente universitário" (p. 149). Atribui a perda de prestígio acadêmico da história da literatura – e a correlata ascensão da teoria da literatura –, sobretudo, a dois fatores: a crise do nacionalismo e a superação estética dos estilos romântico e realista, com os quais a história oitocentista compartilhava a concepção de narrativa linear.

Por considerar que o entendimento do objeto cultural chamado *literatura* remete necessariamente à contínua reconfiguração desse objeto através da história, propõe que a história e a teoria da

literatura não sejam vistas como caminhos excludentes no campo dos estudos literários, mas antes complementares. Adverte, ainda, que provavelmente a iniciação pela via da história é mais atraente do que as puras abstrações teóricas, haja vista sua forma narrativa. Nesta, acompanhamos a movimentação de um enredo, com efeito semelhante ao de um romance: "não faltam personagens – os autores e obras –, nem um conflito – a luta de uma cultura literária em busca de sua autenticidade nacional –, tudo isso narrado sob a forma de episódios – os períodos ou épocas –, configurando uma progressão em que há início, meio e fim" (p. 152). Personagens, enredo, conflito – que ingredientes seriam mais atrativos para a formação dos leitores de literatura?

O império da eloquência e a relevância dos estudos retóricos no Brasil e em Portugal

Ana Lúcia M. de Oliveira

> A obra de Roberto Acízelo de Souza é uma obra singularíssima, não só porque o autor faz o que diz ser seu objetivo – mapear os estudos de retórica e poética no Brasil do século XIX –, mas também porque, ao fazê-lo, acaba também lançando luz indiretamente sobre o quadro de referências dentro do qual se instalaram os estudos de Literatura Brasileira e História da Literatura, naquele momento, e ainda servindo de subsídio para os pesquisadores da história das ideias linguísticas no Brasil.
>
> José Luís Jobim
>
> (Jobim, 2000, p. 223).

É bem conhecida no meio acadêmico, especialmente na área de letras, a relevante pesquisa desenvolvida por Roberto Acízelo nos últimos vinte anos, que se concentra em um estudo detalhado dos projetos de história da literatura nacional brasileira, concebidos e elaborados ao longo do século XIX. No âmbito desse trabalho, destaca-se sua preparação de edições de historiadores literários oitocentistas – tais como Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Francisco Sotero dos Reis, dentre outros –, cujas obras permaneceram praticamente ignoradas por muitas décadas, tendo em vista a dificuldade de acesso a elas.

Importa lembrar que o livro do qual me ocuparei neste texto – *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista* – foi originalmente elaborado, em 1994, como tese para um concurso para professor titular de literatura brasileira

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sendo publicado em 1999, com alguns acréscimos relevantes, que mencionarei mais à frente. Na síntese apresentada pelo autor em publicação recente, essa obra aborda um aspecto pouco explorado nos estudos acerca da cultura literária no século XIX: "a persistência, em pleno século romântico, de uma concepção clássica das letras, atestada no ensino de literatura de então e no prestígio alcançado pelos manuais de retórica e poética produzidos no período" (Souza, 2018, p. 183).

Em sua minuciosa investigação, Acízelo levantou a existência, entre 1810 e 1886, de trinta e quatro publicações sobre retórica e poética, disciplinas geralmente tratadas em conjunto, o que constitui um número muito expressivo, tendo em vista as condições editoriais da época em foco. Dentre tais publicações, se destacam os seguintes compêndios: *Lições de eloquência nacional* (1846), de Lopes Gama; *Compêndio de retórica e poética* (1879), de Manuel da Costa Honorato; *Elementos de retórica nacional* (1869), de Junqueira Freire; e as *Postilas de retórica e poética* (1872), de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Em linhas gerais, pode-se dizer que tais manuais representam um espaço de entrecruzamento entre o passado e o presente na formação da mentalidade brasileira dentro dos padrões retóricos e poéticos tradicionais.

Outro ponto relevante da pesquisa desenvolvida pelo autor, o mapeamento dos quadros disciplinares do Colégio Pedro II – talvez a mais renomada instituição brasileira de ensino no século XIX, fundada em 1837 –, evidenciou a presença marcante da retórica de 1850 até 1890, isoladamente ou compondo disciplina com a poética e a literatura nacional.

É importante mencionar os acréscimos que foram feitos ao texto original por ocasião da publicação. A continuação da cuidadosa pesquisa documental desenvolvida no Colégio Pedro II levou o autor a estendê-la ao século XX, inventariando documentos que foram inseridos no Apêndice II. Além disso, a descoberta de alguns

programas de ensino não localizados por ocasião das primeiras investigações ocasionou a ampliação do Apêndice I, bem como a reformulação de alguns pontos do subcapítulo intitulado "O ensino". Destaca-se, por fim, o novo capítulo incluído, que nos apresenta uma relevante reflexão acerca dos efeitos da formação retórica na sociedade brasileira, analisando-os em dois campos básicos: 1.º – no plano formal do discurso, enfocando a concepção de literatura presente nas histórias literárias e as ressonâncias da formação retórica na produção literária; 2.º – no plano social, o destaque da oratória em nossa cultura e "sua elevação à categoria de traço-chave do caráter nacional brasileiro" (Souza, 1999, p. 83).

Tendo em vista a grande abrangência e a relevância dos temas tratados ao longo dos vários capítulos que compõem a obra em análise, bem como o espaço restrito deste meu comentário, optei por desdobrar algumas questões suscitadas pela leitura dos dois primeiros capítulos, centrados respectivamente em uma apresentação sintética do trajeto histórico de duas disciplinas clássicas do discurso – a retórica e a poética – e em um estudo da instituição dos estudos literários no Brasil, partindo do rastreamento de suas raízes coloniais.

Pretendo aqui ampliar o quadro de referências apresentado por Acízelo, incluindo um breve exame do estudo da disciplina da retórica em Portugal, a partir do diálogo com as obras de Aníbal Pinto de Castro (1973), José Dias (1969) e Belmiro Pereira (2012). Tomo como ponto de partida a notação de Pinto de Castro (1973, p. 16) de que a inclusão efetiva da retórica nos *curricula* universitários em Portugal data de 1504, ano em que o discurso solene de D. Pedro de Meneses, por ocasião da abertura dos trabalhos letivos na Universidade, exalta o ensino da retórica, a qual, no entanto, ainda não ocupava um lugar independente no quadro das disciplinas universitárias, sendo ensinada apenas em regime facultativo; os *Estatutos Manuelinos* de 1508 o comprovam, quando, no campo das

artes, apenas mencionam a gramática e a lógica (cf. Dias, 1969, p. 412). Assim, durante vários anos, o ensino da retórica foi ministrado de modo precário, sem possuir um professor específico, estando subordinado à cadeira de filosofia moral (ibid., p. 442).

Com o crescimento do movimento humanístico ao longo do segundo quartel do século XVI, observa-se uma valorização da retórica, tornando premente sua inclusão no plano de estudos oficial. Superando a orgânica medieval, que lhe atribuía um papel relativamente modesto no quadro das disciplinas do *trivium*, a pedagogia renovada vai situá-la no centro das Humanidades, confiando-lhe uma missão fundamental: estreitamente ligada à invenção dialética, a retórica passa a ser a "base de um método novo de filosofar que, desejoso de abandonar a especulação abstrata, procura aproximar-se da realidade humana através da comunicação, para tratar problemas atuais de índole moral, política, religiosa ou mesmo filosófica" (Castro, 1973, p. 18).

À medida que se difunde em Portugal o entusiasmo pelas humanidades, a retórica conquista novos territórios nos *curricula* escolares, destacando-se a contribuição do mecenatismo régio, secundado pelo de outras figuras de relevo na época. Dentre essas se salienta o Cardeal Infante D. Henrique, que promoveu a instituição dos estudos humanísticos em Braga, convidando para a regência das cadeiras de retórica e de filosofia mestres estrangeiros, que seguiam inteiramente as recentes orientações do humanismo difundidas em outros países europeus (cf. Dias, 1969, p. 466). Aos poucos o ensino retórico se estende a outros centros culturais do Reino, ampliando-se sua importância na pedagogia da época. Mesmo a *ars bene dicendi* não constituindo ainda uma disciplina geral, apenas integrando o currículo preparatório para estudantes de leis e de cânones, seu papel formativo ultrapassava o campo desses conhecimentos específicos: com ela, secundada pela poética, se adquiria o conhecimento crítico das letras humanas antigas e também se apurava o gosto.

A fundação do Colégio das Artes por D. João III, em 1548, acarretou a sistematização definitiva do ensino humanístico em Portugal, segundo os critérios mais em voga no âmbito da cultura europeia: consagrando a transformação que se processava há algum tempo, a filosofia aristotélica perdia o primado na formação cultural dos candidatos aos estudos universitários, dando lugar à retórica e à poética, intensivamente estudadas, por serem consideradas as únicas disciplinas capazes de superar a aridez da escolástica medieval. Conforme nos esclarece Pinto de Castro (1973, p. 32), um tópico obrigatório nos discursos dos mestres e nos programas da época era o enfoque das relações entre a retórica e a dialética. Empregada inicialmente para renovar a dialética, de modo a libertá-la da rigidez do silogismo, aos poucos a retórica se desprende "da madre filosofia para se transformar numa teoria da prosa". Belmiro Pereira (2012, p. 277) ratifica essa observação: "com o advento da idade de Gutenberg acentua-se a velha tendência para se transformar a *ars dicendi* em *ars scribendi*".

Com a passagem do Colégio das Artes, em 1555, para a Companhia de Jesus, manteve-se a mesma orientação geral do ensino, mas aos poucos algumas modificações foram introduzidas nos ensinamentos retóricos. Considerando-se a nova direção, as classes de humanidades, sem descurarem a formação cultural dos alunos, passaram a prepará-los para o melhor uso possível da eloquência, arma poderosa a secundar a dialética, nas lutas a que os inacianos se entregavam contra os pregadores da heterodoxia reformista. Resumindo: o *delectare* começa nesse momento a apoiar o *docere* no apostolado da milícia jesuítica.

Um exemplo significativo do diferencial introduzido nos estudos retóricos pelos jesuítas encontra-se na obra do padre Cipriano Soares – *De arte rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti ab eodem auctore recogniti, et multis in locis locupletati*, de 1562 –, regente da primeira classe de

humanidades no Colégio das Artes. Durante muitos anos e através de uma centena de edições, tal compêndio constituiu o manual de base para o ensino retórico em todas as escolas da Companhia de Jesus, não apenas em Portugal, mas em toda a Europa e nas colônias.[1] Como indicado no título, a grande novidade apresentada por essa obra, que se configurava como uma espécie de colcha de retalhos recortados basicamente de autores latinos, foi a introdução de textos gregos, principalmente a *Retórica*, de Aristóteles.

Da longa análise que Pinto de Castro (1973, p. 35-50) dedica ao trabalho de Cipriano Soares, destacam-se algumas características gerais. As regras enunciadas e os conceitos definidos são ilustrados por exemplos extraídos dos filósofos, poetas e prosadores antigos; assim, os discursos e as cartas de Cícero, as obras de Aristóteles, as *Metamorfoses* e os *Fastos*, de Ovídio, a *Eneida*, as *Geórgicas* ou as *Éclogas*, de Virgílio, os diálogos de Platão, as narrativas de Salústio, as comédias de Plauto ou os *Carmina*, de Horácio, forneceram-lhe amplo material de citações que, embora se dirigindo à formação moral e essencialmente cristã dos estudantes, contribuiu para a ampliação de seus horizontes culturais, trazendo ao campo da retórica vários gêneros discursivos, inclusive os que até então eram privativos da poética. Evidencia-se, portanto, um aspecto destacado por Acízelo (1999, p. 6) ao longo de seu trabalho: "as relações sempre muito estreitas que essas disciplinas [retórica e poética] mantiveram entre si".

Cabe ressaltar que a obra de Cipriano Soares, bem como a *Ratio studiorum*, de 1586, já continham alguns dos recursos mais marcantes da futura oratória denominada *barroca*. Além da presença da *Retórica* aristotélica, enfatize-se a recomendação de que, como suplemento dos textos estudados e para obter uma variedade mais sedutora nos discursos produzidos, se aduzissem ou se interpretassem lugares famosos, sentenças de graves autores, apotegmas de homens ilustres, testemunhos ou exemplos. Todos esses elementos

constituirão um vasto campo de experimentação, em que posteriormente os pregadores seiscentistas irão forjar agudezas ou novidades.

A uniformidade dos estudos retóricos, codificados na *Ratio* de 1586 e sistematizados no compêndio de Soares, de modo a desempenhar funções bem determinadas, sempre sujeitas à missão contrarreformista da Companhia de Jesus, tem como efeito, na interpretação de Pinto de Castro (1973, p. 44), a pobreza da teorização retórica em Portugal no último quartel do XVI e durante quase todo século seguinte. Pobreza que avulta sobremaneira quando comparada à riqueza da Espanha, nesse campo, ao longo da mesma época. Marc Fumaroli (1980, p. 138) o confirma, ao relatar que, sob a influência direta do cardeal Borromeu, ou sob o efeito das deliberações tridentinas, abrem-se na Itália e na Espanha verdadeiros *ateliês de retórica*, muito profícuos, nos quais se forjaram numerosos tratados de eloquência eclesiástica.

Ao exclusivismo da obra de Cipriano Soares como único manual seguido nos colégios jesuíticos irá juntar-se, anos depois, a *Ecclesiasticae rhetoricae libri tres* (1576), de Frei Luís de Granada. Cerzindo fragmentos extraídos de diversas fontes, com o propósito essencial de adaptar a teoria retórica clássica à parenética católica, o tratado assenta na teoria de Quintiliano, acrescida de contributos de Aristóteles, da *Rhetorica ad Herennium,* de Cícero, do livro IV do *De doctrina christiana*, de Agostinho. Granada argumentava que a *ars bene dicendi* poderia se transformar em poderoso instrumento de catequese, bastando adaptar os preceitos dos Antigos às necessidades da eloquência sagrada.

Mesmo em um breve exame, a obra *Ecclesiasticae rhetoricae libri tres* evidencia a vastíssima cultura oratória antiga desse dominicano. Além de sua grande erudição teológica e patrística, um requisito de sua função eclesiástica, Granada revela-se também como um humanista versado nas *litterae humaniores*, por seu amplo domínio do idioma latino e pelo profundo conhecimento de Cícero e

de Quintiliano, o que pressupõe um estudo bastante sistemático da obra de tais autores. Desde a primeira página e ao longo do texto, encontram-se diversas referências ao inspirador de um tal empreendimento: o *De doctrina christiana*, de Agostinho. Embora jamais citado diretamente, o *Ecclesiastes*, de Erasmo, se faz ouvir, bem como a doutrina ciceroniana do *De oratore*, que tem como objetivo central efetuar a aliança da filosofia e da retórica, aqui metamorfoseada no enlace da teologia e da retórica. Tentemos restituir, de passagem, um ponto capital desse enlace. Considerando-se a origem divina do Verbo, de tal fato decorrem a dignidade e a responsabilidade de que se revestem os seus intérpretes, que devem, portanto, expressar-se em estilo grave, compatível com suas funções religiosas. Contudo, a nobre gravidade dos eclesiásticos precisa evitar, antes de mais nada, a afetação, sendo recomendável que se alie a uma "simplicidade natural".

Uma intenção reformadora da eloquência sacra preside igualmente a publicação das outras obras de Luís de Granada: *Sylva locorum communium*, coletânea doxográfica que oferece fontes de invenção para o orador cristão; *Coletanea moralis philosophiae* (Lisboa, 1571), repertório de sentenças extraídas dos autores da Antiguidade pagã e próprias a se harmonizar com a fé católica, para uso dos pregadores em suas práticas oratórias. Para tornar eloquente a pregação, aos poucos a classe eclesiástica passa a incorporar um costume laico bem difundido na época: a consulta aos inumeráveis volumes de *polyantheae*, *cornucopiae* ou *florilegii*, antologias em que o legado da Antiguidade profana e sagrada é explorado como mina produtiva de discursos. Não deve surpreender, portanto, o fato de os pregadores, sem abandonar suas "fontes" capitais – o Evangelho, a Bíblia e os Santos Padres –, não deixarem de recorrer a tais compilações de *loci communes*.

Em síntese, a reflexão de Pinto de Castro nos permite assinalar o papel essencial do ensino ministrado através dessas duas obras – o

De arte rhetorica, de Cipriano Soares, nas escolas de humanidades sob o monopólio da Companhia de Jesus, e a *Rhetorica ecclesiastica*, de Luís de Granada, nos conventos onde se concentrava o ensino teórico e prático da pregação – para o desenvolvimento "do gosto barroco em Portugal" (Castro, 1973, p. 56). Para retraçar o percurso inicial desse gosto, é meritório assinalar uma lenta mudança ocorrida no estilo oratório, ao longo do século XVII, fortemente apoiada, quanto à matéria retórica, na restauração neoescolástica da dialética, que, partindo dos antigos lugares-comuns, irá criar os conceitos; e, quanto ao estilo, na reinterpretação da doutrina aristotélica da metáfora. Ambos os caminhos "conduzirão os oradores seiscentistas à busca da agudeza através do exercício do engenho e à contemplação admirada da riqueza do ornato estilístico" (ibid., p. 61).

Facilmente se comprova, portanto, a diversidade das práticas pedagógicas jesuíticas em que se destacava o desempenho retórico. Atividades escolares tais como as sabatinas, as disputas, os treinos e as exibições de memória, a composição de quadros, os comentários públicos de textos, os exercícios poéticos e declamatórios e todo tipo de certames beletristas (sempre coroados com prêmios), assim como o ensino da erudição necessária ao orador – tudo isso contribuía para a boa formação dos pregadores, cuja competência passou a ser comum e partilhada pelos seus ouvintes, também eles formados na disciplina da retórica. E mais: as celebrações pela palavra acompanhavam sempre, nos colégios da Companhia de Jesus, todos os rituais festivos, dos saraus escolares às solenidades religiosas e oficiais, estas quase sempre de caráter patriótico. Outro aspecto decisivo dessa ênfase jesuítica nas práticas letradas é indicado por Alain Viala (1985, p. 16), que, ao investigar a constituição do campo literário na França, ao longo do século XVII, destaca o papel dos inacianos, que criavam em seus colégios "academias" em que, fora do âmbito da sala de aula, os melhores alunos aprendiam a "socializar suas conquistas escolares e a se especializar em práticas de homens de letras".

Tendo em vista o diálogo com o livro de Acízelo em foco, importa considerar outro aspecto de relevo no âmbito das práticas retóricas seiscentistas em Portugal. Graças quase sempre ao trabalho de antigos alunos da Companhia de Jesus, a retórica começa a transpor as portas dos colégios para aparecer não mais em compêndios pedagógicos, mas em obras de caráter crítico e de destinação profana, alargando seu campo de atuação à esfera de outros gêneros discursivos além do oratório. Cite-se, como exemplo, o livro *Corte na aldeia* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo. Em linhas gerais, esse autor constituiu uma teoria que não se destinava aos oradores, sagrados ou profanos; enfocava, antes, determinadas formas de comunicação que, por sua grande projeção na vida contemporânea, configuravam traços bem definidores de uma época cultural e de um tipo humano tão recorrente nas letras: o cortesão discreto,[2] réplica peninsular do *honnête homme* francês. Tendo em vista um bom desempenho nas práticas letradas caras ao seu tempo, a obra oferece ao cortesão modelos de correspondência epistolar, de boa conversação, das diversas maneiras de contar histórias e dos ditos agudos ou graciosos.

Cabe mencionar, sinteticamente, que a reação antijesuítica, liderada pelo marquês de Pombal, atingiu o Colégio das Artes e a Universidade de Coimbra, que passaram por grandes reformas, baseadas na polêmica obra do frade oratoriano Luís Antônio Verney, *Verdadeiro método de estudar para ser útil à república e à igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Publicada em 1746, essa obra desenvolve uma crítica à orientação escolástica tradicional, à Companhia de Jesus e à entrega do ensino da ciência aos frades. Dentro das preocupações pragmáticas de Pombal, a reforma objetivava recolocar Portugal em posição digna dentro do mundo civilizado da Europa, posição de que fora afastado pelo predomínio da escolástica jesuítica. Buscou introduzir novas matérias ou reformar o conteúdo e a metodologia de matérias antigas, tal como

ocorreu com o método de ensino do latim e a concepção da retórica. Em vez de tentar extinguir a retórica, Verney tentou modificar-lhe o conteúdo e ampliar seu alcance, criticando o mau gosto da oratória portuguesa da época, o excesso de ornamentos estilísticos, a afetação e o abuso dos tropos de linguagem. Seguindo a tradição de Quintiliano, considerava a arte da persuasão muito útil para a sociedade, pretendendo levá-la para todos os campos das relações humanas.

A política reformista exigiu, a partir de 1763, aprovação em exame de retórica para admissão à Universidade de Coimbra. Para preparar os candidatos, criaram-se, desde 1759, aulas régias nas principais cidades da metrópole e da colônia, incluindo o ensino do vernáculo, do latim, do grego, da retórica, da poética e da filosofia. Apesar do pequeno número de aulas régias na colônia, pode-se dizer que, no início do século XIX, qualquer pessoa com alguma educação acima da alfabetização elementar, em Portugal ou no Brasil, teria passado por elas e, portanto, teria alguma formação em retórica.

Para concluir, reitero que o exame da tradição retórica em Portugal se reveste de grande importância para desdobrar algumas das questões centrais desenvolvidas no livro *O império da eloquência*, tendo em vista que o sistema educacional difundido pelos padres da Companhia de Jesus deixou marcas na educação brasileira no século XIX, época focalizada nessa obra de Roberto Acízelo. A esse respeito, cabe lembrar que, no período imperial, o ensino primário e secundário preservou os valores pedagógicos jesuíticos no que tange à formação humanística do indivíduo em conformidade com os padrões de civilidade e civilização europeus da época. Tal filosofia humanística, como se sabe, visava a educação de homens eruditos que pudessem estar preparados para suas atividades nos círculos sociais e culturais. A elite intelectual e política brasileira manteve essa tradição de ensino, especialmente porque, na primeira metade do século XIX, muitos de seus representantes estudaram no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra (cf. Carvalho, 1988, p. 149).

Em síntese, trata-se de um livro singular, fruto de grande pesquisa documental e de acurada reflexão crítica, que instiga os leitores ao diálogo e ao desdobramento do trabalho realizado pelo autor.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. Historia intelectual: la retorica como clave de lectura. *Prismas*: *Revista de Historia*, Quilmes, Argentina, n. 1(2), 1998, p. 149-168.

CASTRO, Aníbal P. de. *Retórica e teorização literária em Portugal*: do humanismo ao neoclassicismo. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1973.

DIAS, José S. da S. *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Filosóficos, 1969. V. 1.

HANSEN, João Adolfo. O discreto. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Libertinos libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 77-102.

JOBIM, José Luís. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*, de Roberto Acízelo de Souza. *Revista da ANPOLL*, n. 8, p. 221-224, jan./jun. 2000.

MENDES, Eliana Amarante de M. A retórica no Brasil: um pouco da história. *Revista Latinoamericana de Retórica*, v. 1 (1), mar. 2013, p. 43-57.

NEVES, L. F. Baêta. *Vieira e a imaginação social jesuítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PEREIRA, Belmiro F. *Retórica e eloquência em Portugal na época do renascimento*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2012.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *E a literatura, hoje*? Estudos de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2018.

_____. *O império da eloquência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 1999.

VIALA, Alain. *La naissance de l'écrivain*. Paris: Minuit, 1985.

NOTAS

1 Para um inventário das principais obras utilizadas no ensino ministrado pelos inacianos no Brasil, a partir do levantamento das bibliotecas jesuíticas existentes no período colonial, cf. Neves, 1997, p. 279-285.

2 Para maiores considerações acerca desse tipo social, ver Hansen, 1996, p. 77-102.

Tramas, fontes e fios da pesquisa em *E a literatura, hoje?*

Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo

No livro *E a literatura, hoje?* Roberto Acízelo induz o leitor a pensar que encontrará somente ensaios em torno do que anuncia a expressão "Estudos de crítica, história e teoria literária" para responder a questão proposta, no título, sob a perspectiva contemporânea. Entretanto, leva-nos generosamente ao interior do processo de pesquisa para acompanharmos as variações e derivas do seu olhar interpretativo frente a diferentes objetos. Desloca a atenção do leitor, daqueles conceitos que envolvem os livros produzidos, para as fases preparatórias. Como resultado, observamos um interessante contraponto: o pesquisador contemporâneo enfrenta o historiador de literatura do Oitocentos para não somente trazê-lo à luz, mas, a partir do presente, desatar o elo da compreensão apaziguadora do processo de pesquisa e crítica. Em outras palavras, a tensão e os dilemas do pesquisador de hoje, diante da multiplicidade de perspectivas para explicar o seu objeto, iluminam os percalços e percursos daqueles críticos e historiadores movidos por valores nacionalistas, na mesma medida em que os pensadores do Oitocentos acentuam os impasses do presente. E é sobre esse processo tenso e rico que pretendo tratar aqui, considerando os contrapontos entre os depoimentos, ensaios e entrevistas que compõem o volume publicado em 2018, pela Editora Argos. Vamos por partes.

Fios e fontes: enredos

De partida, chama a atenção no livro o conjunto de depoimentos e entrevistas nos quais o autor relata sua experiência de pesquisa com os projetos de história da literatura nacional do Brasil produzidos ao longo do século XIX, a que se dedicou no período de 1996 a 2015. Movia-se pelo desejo de completar a recuperação de ensaios fundadores da história literária, publicados por Guilhermino César, intitulada *Historiadores e críticos do Romantismo*, volume 1 (1978). Após a exposição da primeira etapa, isto é, o levantamento inicial de fontes secundárias, relata o périplo na busca de fontes primárias em locais como a Biblioteca Nacional, as bibliotecas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras e da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O leitor é levado à década de 1990 na apresentação das dificuldades para a realização de pesquisa bibliográfica naquele período no Brasil, quando não havia informatização dos arquivos, a enorme burocracia complicava o acesso aos materiais e os equipamentos precários tornavam longo e penoso o prazo para a leitura e aquisição de cópias dos textos.

O levantamento preliminar de dados levou-o a estender o período de abrangência, considerando como marco cronológico inicial uma carta de José Bonifácio datada de 1825, na qual, segundo o pesquisador, pela primeira vez se emprega a expressão "história literária do Brasil". Mas como escolher os critérios para seleção e posterior tratamento do material? A opção adotada: desconsiderar ensaios sobre obras e autores específicos e preferir os estudos de intenções generalistas, começando, em seguida, a difícil etapa de digitação dos textos, ainda que de modo mecânico, para em seguida processar-se uma atualização gráfica com o auxílio de corretor eletrônico. Depois de dois anos e meio de iniciado o projeto e considerável acervo de textos processados, o encontro inesperado com a incompleta, extensa

e pioneira obra de Joaquim Norberto de Sousa Silva provocou uma reviravolta e, por consequência, uma edição exclusiva, a *História da literatura brasileira e outros ensaios*, publicada em 2002, contendo apresentação, notas, cronologia, bibliografia ativa e passiva, índice onomástico-temático, caderno de ilustrações.

O impacto da obra de Joaquim Norberto motivou um importante desvio de rota para o pesquisador e um ponto de inflexão para o leitor do volume em tela: possibilita a projeção crítica das dúvidas e inquietações do estudioso do século XXI e do pesquisador do Oitocentos.

Paira, ainda, sobre os leitores em geral o lugar-comum de que o conhecimento, especialmente o historiográfico, no século XIX, representaria a apreensão passiva da realidade, motivada pelo entusiasmo com os progressos científicos e tecnológicos, e que somente no século XX seria possível considerar elementos como as idiossincrasias e inseguranças do investigador como elementos constitutivos do conhecimento. Circula também a ideia rudimentar de que as fontes oferecem um acesso direto e seguro a um aspecto da realidade (Ginzburg, 2002, p. 114). Ora, ao compararmos as inquietações relatadas no processo de pesquisa, por Roberto Acízelo, frente aos mais diversos materiais de historiadores e fontes primárias, e alguns elementos de elaboração da obra que impactou a sua trajetória (o encontro com Joaquim Norberto), veremos as marcas do vivido invadindo a pretensa neutralidade dos discursos dos pesquisadores e a articulação criativa das informações. Para tanto, é preciso provocar o diálogo e a comparação entre depoimentos e entrevistas e os ensaios que problematizam seus resultados.

Assim, é muito interessante observar no ensaio "Joaquim Norberto e sua contribuição à edição de textos e à crítica literária", o sétimo do volume, o ato de desconstruir, ressignificar a compreensão passiva da historiografia ou, dito de outro modo, como os pesquisadores do Oitocentos e o século XXI dão pistas de que

os dados empíricos interagem com os vínculos narrativos a partir da pergunta que a pesquisa lhes dirige. Nesse sentido, os registros mais preciosos são os que não estavam previstos nas expectativas da pesquisa, isto é, informações que a princípio não estariam arroladas como de utilidade para a investigação.

Nessa perspectiva, Roberto Acízelo expõe aos leitores que fontes não são portas abertas ou barreiras que obstruem a visão, e que a análise das distorções e singularidades de cada fonte é elemento fundamental para a constituição do conhecimento. Assim, o pesquisador relata a curiosa inclusão, feita por Joaquim Norberto, do poema "Dirceu de Marília", isto é, "liras atribuídas a D.ª Maria Joaquina Doroteia de Seixas," dizendo tratar-se composições apócrifas ou originais. O pesquisador do século XXI adverte: "peripécia algo folhetinesca, levanta a hipótese de que seja ele próprio o autor verdadeiro das liras atribuídas a Maria Doroteia Joaquina/Marília" (Souza, 2018, p. 103). E, em nota, expressa o seu espanto diante da atitude e escolha do historiador oitocentista:

> Se se trata de fraude literária ou ficcionalização da autoria – ou, quem sabe, de simples jogo, brincadeira –, decida o próprio leitor, à vista do parágrafo inicial do texto de apresentação do *Dirceu de Marília*, assinado por Norberto: 'Não serei eu que afirmarei ou negarei a autenticidade da presente coleção de Liras extraídas de uma cópia que se me afirma ter sido tirada de manuscritos autênticos, cuja ortografia não pude conservar que não mo permitiu a brevidade do tempo que tinha a dispor' (Souza, 2018, p. 104-105).

Essa afirmativa desencadeia no leitor atento de *E a literatura, hoje?* intensa inquietação diante do questionamento da esperada objetividade e do tom imparcial e frio do conhecimento. A fonte torna-se espelho deformante do real e o conhecimento daí resultante é um processo de construção, possível, tenso e rico, exposto em formas narrativas.

> Deveríamos [...] investigar a interação recíproca, *no interior do processo de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos. Se hoje nos parece óbvia a informação de que as fontes históricas não falam sozinhas, as perguntas e relatos dos pesquisadores historiadores são apresentados em formas narrativas. Podemos comparar essas narrativas a instâncias mediadoras entre questões e fontes, as quais incidem profundamente (ainda que não de maneira exclusiva) sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados – e, por fim, naturalmente narrados (Ginzburg, 2002, p. 114).

Assim, o desafio proposto por Acízelo a seu leitor, para decidir se a escolha de Joaquim Norberto corresponde a fraude ou a ficcionalização de autoria, não tem uma resposta direta como o aspecto mais importante a considerar. Fundamental aqui é reconhecer como as lacunas tornam-se elementos narrativos, ao lado do rigor historiográfico e cuidados técnicos mobilizados por Joaquim Norberto no estabelecimento do texto.

Podemos agora realizar outro contraponto. Se voltarmos à seção de depoimentos e entrevistas, veremos o pesquisador do século XXI apresentando os impasses para organizar a edição de *História da literatura brasileira e outros ensaios*, de Joaquim Norberto. Este publicou a sua obra num periódico da época chamado *Revista Popular*, sem qualquer ordem ou sequência. Posteriormente, o mesmo jornal estampou o que seria o plano geral da obra com as subdivisões previstas em livros e capítulos.

Em face da particularidade do material, o pesquisador contemporâneo considerou que "podia tomar a liberdade de preencher algumas partes do plano – não publicadas ou talvez sequer escritas pelo autor – com outros ensaios seus cujo tema se encaixava razoavelmente nas lacunas" (Souza, 2018, p. 193). Depois, Acízelo realiza a autocrítica: "Hoje, contudo, reconheço que foi algo artificial, e teria feito melhor se tivesse publicado à parte os tais capítulos que

incorporei à *História*, a exemplo, aliás, da edição da obra assinada por José Américo Miranda e Maria Cecília Boechat" (ibid., p. 193).

Mais do que um episódio de autocrítica, observamos dois momentos interessantes do pesquisador: aquele diante da "peripécia folhetinesca" de Joaquim Norberto e esse momento frente às suas próprias escolhas. Em ambas as situações torna-se evidente a consciência narrativa dos resultados, pela exposição do preenchimento de lacunas, acréscimos e conjecturas na narração, problematizando o relato historiográfico como espaço de verdades positivas. O pesquisador revela os movimentos internos dos fios da pesquisa, superando a mera descrição de etapas de trabalho, porque afinal "o entrelaçamento de verdades e possibilidades, assim como a discussão de hipóteses de pesquisa contrastantes, em alternância com páginas de evocação histórica, não desconcertam mais (Ginzburg, 2007, p. 333).

Quais os sentidos que essas revelações procuram admitir? Há uma certa leitura de si mesmo e de trajetória de pesquisa que permite ao leitor uma associação imediata com a expressão "A história só é conhecimento pela relação que estabelece entre o passado vivido pelos homens de outrora e o historiador de hoje (Ricouer,1994, p. 142). Há, portanto, nos relatos uma consciência da narratividade histórica, isto é, os acontecimentos na história não seriam a concretização de planos e etapas previamente delineados, mas uma realização da história como tessitura da intriga, derivada do acontecimento dramático (ibid., p. 296). Desestabiliza-se a neutralidade do sujeito, a objetividade do conteúdo e a descrição como prática exclusiva no discurso historiográfico.

Todo o relato vem acompanhado da exposição para organização do método nas pesquisas, com foco na historiografia literária, e o leitor é informado das inúmeras estratégias para tornar possível a publicação: o desmembramento dos originais em várias edições, publicados separadamente e, a cada etapa realizada, novas revisões e, sobretudo, aperfeiçoamento dos métodos.

Em seguida, nova revelação dos impasses do pesquisador durante o longo processo: "De que servia recuperar textos em geral esquecidos? (Souza, 2018, p. 198). Seria esse trabalho produto de "falta de ideias próprias", "coisa de antiquário" ou de "obreiro improdutivo?", perguntava a si mesmo, providenciando, logo em seguida, uma resposta: "Num tempo em que a história da literatura, como circunscrição disciplinar dos estudos literários, se tornou objeto de questionamentos tão devastadores, não seria oportuno remontarmos às origens, tomando como exemplo o caso brasileiro, para uma reavaliação dos seus fundamentos?"(ibid., p. 198). O impasse alcança maior profundidade quando correlacionado ao ensaio "Definição de literatura: dependência recíproca entre as perspectivas conceitual e historiográfica", o quinto a integrar o volume. Nele o autor analisa a dificuldade de conciliação entre a perspectiva conceitual e a historiográfica na reflexão sobre a literatura.

Apesar de o ponto de vista de base historiográfica ter se tornado alvo de contestação em nossos dias, "vist[o] como mero estorvo para um delineamento adequado do campo dos estudos literários" (ibid., p. 74), Acízelo considera que parece haver construção conceitual consistente nesse campo. Por isso, defende o trabalho paciente em fontes e arquivos, sem perder de vista a teoria, a reflexão, para sempre "pôr em questão as bases do que enunciamos (ibid., p. 76), sem abrir mão do pensamento especulativo. Dito de outra maneira, o ensaio completa e apresenta possíveis respostas aos questionamentos do pesquisador sobre a eficácia de seu projeto com historiografia literária no contexto contemporâneo. Questionamentos que o acompanharam durante todo o processo de pesquisa como uma "sombra inarredável". E termina por justificar a necessidade do método e dos estudos: "Não seria hora de voltarmos a eles [materiais oitocentistas], sem intermediações, conforme de resto a regra saudável de se retornar de tempos em tempos às fontes primárias, sob pena de se repetirem interpretações rotinizadas?" (ibid., p. 199).

Diante da afirmativa, o impasse transfere-se para o leitor. O que seria voltar aos materiais "sem intermediações"? A pergunta é pertinente considerando o teor dos depoimentos apresentados. Neles observa-se que, no processo de pesquisa, o estudioso enfrentou a condição de ser parte ativa da forma como a história é narrada e, ainda, tornou evidente a compreensão de que a historiografia guarda grande complexidade por sua articulação e dependência das faculdades interpretativas do historiador.

Assim, os contrapontos entre ensaios e depoimentos conferem ao leitor a percepção de que o conhecimento se faz por linhas descontínuas, quebradas até, e ainda por correções, adaptações, redescobertas, graças aos impasses que podem, simultaneamente, ofuscar e fazer ver.

Tramas e embates

Os três primeiros ensaios de *E a literatura, hoje?* dialogam entre si e permitem a perspectiva histórica necessária para a compreensão dos embates do pesquisador na sua trajetória, sobretudo aquele que abre o volume. Apresentam um interessante painel acerca da "ideia de história da literatura" com a descrição sintética dos vários conceitos adquiridos, pela cultura literária, ao longo do tempo. É muito útil acompanhar a rememoração do conceito de formação integral do homem por via da poesia, oratória, história e filosofia contido na expressão grega *paideia*, e vê-la em contraponto com a *humanitas*, a expressão latina que significa "erudição e [...] instrução nos bons saberes, sendo facultada exclusivamente ao homem e a nenhum outro ser animado" (Souza, 2018, p. 35). Daí pode-se compreender que a expressão latina *studia humanitatis* (estudos da humanidade) tenha sido usada desde o tempo de Cícero, alcançando a Idade Média e, no século V, passa a designar o conjunto das disciplinas básicas, as chamadas *sete artes liberais*, divididas em dois conjuntos, o *trivium* (gramática, retórica, lógica) e o *quadrivium* (música, aritmética, geometria, astronomia).

A parte mais longa dos ensaios dedica-se a apresentar a ascensão e declínio da história literária, que seria o primeiro saber moderno da área de letras. Longe do universalismo da retórica e da poética, a nova disciplina colaborou na tentativa de conferir profundidade histórica à nacionalidade, por meio da narrativa construída com determinados enredos. Ajudaram a moldar a nação com o recuo no tempo, inserindo a produção cultural no tempo secular com desdobramentos e tópicos de continuidade. Concentrava-se, segundo Roberto Acízelo,

> na análise e exposição dos 'fatos' de sua eleição: a sequência das eras, épocas, fases ou períodos da literatura nacional em causa; a vida e obra dos autores; a reconstituição dos contextos em que se desenvolvem as atividade literária, considerando aspectos étnicos, sócio-históricos e físico-geográficos (Souza, 2018, p. 59).

Ao leitor também oferta-se uma exposição dos vários conteúdos atribuídos ao termo *literatura*, desde o início de sua circulação até a segunda metade do século XIX, quando alcança o significado moderno: "o conjunto das produções literárias duma nação, dum país ou duma época" (ibid., p. 39). E, ainda, o relato da transição para a nova noção trazida pelas vanguardas artísticas, no final do século XIX e início do século XX, na defesa de seu radical autocentramento: "A literatura só teria de ser fiel ao seu próprio modo de ser, ou seja, à sua literariedade" (ibid., 2018, p. 41).

E, assim, a seleção de ensaios não nega ao livro uma certa unidade ou, como diria Machado de Assis no prefácio de uma coletânea de contos,[1] "não vieram aqui como passageiros, que acertaram de entrar na mesma hospedaria" (Assis, 1986, p. 252). Os ensaios oferecem ao leitor o contraponto teórico-conceitual necessário para acompanhar os bastidores da pesquisa, expostos nos depoimentos.

Para responder à questão do título *E a literatura, hoje?* o pesquisador trata de maneira muito breve da emergência dos estudos culturais, na Universidade de Birmingham, Inglaterra,

ainda nos anos 1970, problematizando a denominada *identidade nacional*, as polarizações e binarismos, entre eles os de literatura universal *versus* nacional *versus* regional, para repensar o estatuto das literaturas diante das tradições europeias. No Brasil, os estudos culturais avançaram sobretudo por meio da literatura comparada, e o pesquisador Roberto Acízelo sempre se posicionou como um dos seus críticos mais importantes, apresentando, nesse livro, uma síntese dos mais conhecidos pressupostos da corrente:

> Arvora-se então, como alternativa, a bandeira da diversidade; e a literatura, em vez de vista como linguagem densa e opaca, basicamente autorreferente, passa a ser concebida como transparência às diversas identidades não reconhecidas ou dominadas: a das mulheres, a das etnias politicamente minoritárias, a dos homossexuais, a das sociedades pós-coloniais. Desabilitam-se, assim, tradicionais conceitos unitários, como os de literatura universal e de literatura nacional, propondo-se como seus substitutos conjuntos articulados segundo o critério da diversidade, como, por exemplo, literatura feminina, literatura *gay*, literatura indígena, literatura afrodescendente, literatura pós-colonial (Souza, 2018, p. 43).

No entrelaçamento entre os textos do volume, a referência aos estudos culturais permite criar ecos para sugerir respostas à questão do título *E a literatura, hoje?*, especialmente na reação àquela corrente e à possível limitação de espaço aos estudos especificamente literários nas instituições de ensino e pesquisa. Num ensaio publicado em 2005, na revista *Matraga*, Acízelo enumera o que chamou de "restrições teóricas", construídas a partir dos estudos literários, à corrente que apresenta como eixos de problematização, entre outros, o cânone, as identidades livres de essencialismo, o multiculturalismo, etc. Entre as restrições podemos citar: 1.º – incapacidade de considerar a questão do valor em suas análises, o que levaria ao risco de leitura das obras literárias como sintoma de

transparência referencial; 2.º – resistência à ordenação do saber por disciplinas; 3.º – usufruto de vantagens do poder, no plano acadêmico, realizando práticas que contestam, e, no plano político, participação na lógica da globalização pelo incentivo à assimilação dos mais fracos pelo mais forte; 4.º – desmedido uso do "politicamente correto", atitude que "combina relativismo com absolutismo ético", o que incapacita o reconhecimento das nuances em questões políticas e sociais.

Escritas em 2005, as críticas integravam um dos embates mais importantes na área de letras nos últimos anos, e a historiografia literária, no centro dele, recebeu interpelações de toda ordem. Daquele período até aqui, alguns aspectos aprofundaram-se no âmbito social quando os contornos de identidade e desenho de valores aparecem digeridos pela cultura eletrônica que preconiza o ideal de uma sociedade justa, difundindo a ilusão do consumo igualitário de todos os valores e bens. "Se, no passado, o pertencimento a uma cultura assegurava bens simbólicos que constituíam a base de identidades fortes, hoje, a exclusão do consumo torna inseguras todas as identidades" (Sarlo, 2000, p. 108). Nesse contexto os acadêmicos se veem desafiados a criarem novos mecanismos de produção de legitimidade e, no âmbito da cultura letrada e da língua, há caminhos que sugerem um impulso nivelador, a "inovação linguística migra muito rapidamente de um grupo social para outro abalando a hierarquia das culturas e subculturas (ibid., p. 109). Em outra perspectiva, no pano de fundo da discussão do gosto estético "[...] se acham inseridos problemas mais substantivos quanto à diferença de classe, à democratização da cultura e a perda do privilégio de um saber que pertencia a poucos" (Souza, 1998, p. 23).

Uma das consequências mais perturbadoras desse processo é o relativismo estético; as certezas elaboradas por filósofos, historiadores, críticos e artistas entraram em crise. Mas não se pode dizer que seja uma questão absolutamente nova. Se pensarmos em

perspectiva histórica, podemos constatar que a crise da objetividade e das "evidências", a insegurança dos fundamentos, a dissolução das crenças legitimadoras e sua substituição por novas correntes anti-hierárquicas são capítulos de um longo processo que gradativamente vem se construindo. Portanto, o contemporâneo teve seus profetas na ruptura do espírito moderno com sua vocação universalista e sua tendência à exclusão das diferenças. Os profetas, enfim, estavam nos próprios projetos pedagógicos da modernidade, que compreendia a necessidade de educação da maioria e combinava essa prática com o mercado: "Nesse duplo movimento, contudo, ela levaria uma lição imprevista: o mercado e o que depois passou a ser chamado de 'indústria cultural' minavam as bases da autoridade que avaliavam a propriedade de um paradigma educativo em matéria de estética" (Sarlo, 2000, p. 150).

Nas suas propostas, os estudos culturais projetaram para o centro da cena as pesquisas sobre história da literatura, num embate rico para a área de letras. Do resultado, ainda se observa a força das literaturas nacionais canônicas e o viés da crítica literária marcado pelo aspecto nacional. Também são propostos vários desafios produtivos à historiografia, com questionamentos profundos de suas bases e pressupostos epistemológicos, entre os quais está a realização de estudos literários vinculados a contextos históricos e geopolíticos, bem como a interdisciplinaridade que, no dizer de especialistas, "poderia receber tratamento mais condizente com sua força de aglutinação de diferenças e de pulverização dos limites fechados do campo teórico" (Souza, 1998, p. 28).

Diante do risco do ecletismo e pluralidade de metodologias, cabe ao pesquisador a posição crítica, sem discussões binaristas ou partidárias, com respeito às variáveis interpretativas frente à multiplicidade de novos objetos de estudo, como a ampliação do conceito de livro para as mídias, o surgimento de novos suportes para textos literários, narrativas hipertextuais, videopoemas, ex-

periências que vão muito além do caráter bidimensional da página impressa.[2]

Se voltarmos ao exercício de projetar os ensaios sobre os depoimentos e entrevistas do volume *E a literatura, hoje?*, logo encontramos a coerência, do pesquisador e crítico, espelhada na atividade de professor. Quando, em 2011, na entrevista concedida à *Opiniães* (revista dos alunos de literatura brasileira da Universidade de São Paulo), ao responder sobre a intervenção da crítica no contexto contemporâneo e a forte tendência ao relativismo do gosto, Acízelo argumenta: "No momento em que a única coisa absoluta é justamente a relatividade de tudo, jamais a crítica foi tão necessária. Isto é, o esforço analítico conceitualmente fundamentado, de propor distinções entre valores estéticos" (Souza, 2018, p. 214).

Arrematando os fios

Como pensar a história da literatura em terreno tão instável e complexo?

Em nossos dias, vale observar que os tópicos ligados ao tão desejado multiculturalismo estão fragilizados pelo espectro do autoritarismo que assombra as terras da democracia; pela intensificação, por grupos políticos, da difusão de temores difusos e dispersos; por regimes de violência arbitrária e guerras despóticas; e, ainda, o temor de empobrecimento que abala a classe média. Todo esse conjunto encontra sua síntese em faces de pobres e migrantes indesejáveis, com sintomas como xenofobia e racismo, antigas formas de reação às ameaças reais ou imaginárias. Nacionalismo e etnicidade são retomados como lugares de segurança e contra a desintegração. Como assinalou o sociólogo, recentemente falecido, já estamos vivendo num planeta com fronteiras porosas e altamente difusas, mas "o que nos falta é uma consciência cosmopolita que se harmonize com nossa condição também cosmopolita" (Bauman, 2017, p. 66). Por isso, mantemos o hábito absolutamente humano de culpar os

mensageiros pelo conteúdo odioso da mensagem de que são portadores. Nesse caso, as

> "enigmáticas, inescrutáveis, assustadores e corretamente abominadas forças globais que suspeitamos (com boas razões) serem responsáveis pelo perturbador e humilhante sentido de incerteza existencial que devasta e destrói nossa confiança, ao mesmo tempo que solapa nossas ambições, nossos sonhos e planos de vida" (Bauman, 2017, p. 21).

Nesse contexto em que se manifestam pluralidades interpretativas e, simultaneamente, reações a elas, é muito enriquecedor acompanhar o relato das tensões, no interior do processo de pesquisa, para defesa de um objeto de investigação em meio a tanta porosidade teórico-crítica. Acízelo apresenta um posicionamento coerente e corajoso no cerne do debate contemporâneo sobre os limites e impasses da pesquisa com história literária. Com seus muitos anos de docência e pesquisa, o autor de *E a literatura, hoje?* não defende algum tipo de conhecimento, método ou ensino como essencial e definitivo. Verifica-se na trajetória de pesquisa, metonimicamente apresentada nesse volume, a inquietude do pesquisador frente à tradição, à memória, às narrativas do passado, sempre se questionando: A partir de onde pensá-las? Para quais leitores? Com quais critérios e escolhas teorizar sobre as narrativas do passado?

No livro, acompanhamos o histórico do momento de sistematização da disciplina, no século XIX, com sua ascensão e predomínio nos estudos da área de letras, apesar de atravessada por disputas e tensões. O passado adquire centralidade no trabalho da escrita da história literária que organiza os acontecimentos a partir de critérios diversos, entre os quais a pesquisa com as fontes primárias.

Um dos momentos mais interessantes e rico do livro encontramos nos depoimentos e entrevistas, quando somos levados aos movimentos internos da pesquisa. Ali compreendemos que o conhecimento histórico seleciona o passado e, nessa seleção, interferem as

circunstâncias e interesses do presente e a perspectiva de um olhar para o futuro. Nessa linha, acompanhamos a forma como Joaquim Norberto e Roberto Acízelo lidaram com os vestígios e documentos localizados e identificados.

O saber histórico aparece como resultado da consciência narrativa, na exposição do tenso diálogo entre o vivido (os impasses da pesquisa) e o narrado, na revelação do preenchimento de lacunas e conjecturas que permitem ao leitor problematizar o descritivismo e a objetividade, tidos como marcas do discurso da historiografia. Permitir essa reflexão ao leitor contemporâneo, com a exposição da prática de pesquisa, já é uma das contribuições significativas do livro.

Do confronto entre historiografia e estudos culturais fica o reconhecimento da importância do trabalho de escavação e rememoração para conferir profundidade histórica ao presente. A literatura e a história da literatura pareciam condenadas à morte. Mas a pesquisa liga os fios do passado ao presente e permite a visada crítica para se compreender que mudanças são inerentes ao longo, denso e complexo processo do tempo histórico.

O trabalho de pesquisa de Roberto Acízelo situa-se longe dos acentos melancólicos ou excessivamente entusiastas em relação à força da literatura e da historiografia literária, mantendo equilíbrio e serenidade para lidar com os movimentos desafiadores do tempo e suas consequências no pensamento e nas formas. Sem compreender as transformações como rupturas abruptas ou sequências de cortes e recomeços, mas com atenção crítica à sutileza da permanência, pois o movimento das mudanças históricas segue "segundo ritmos comparáveis aos que presidiram à transformação da crosta terrestre no decorrer dos milênios" (Benjamin, 1987, p. 202).

O ambiente contemporâneo é hostil ao paciente trabalho com fontes e arquivos porque também é inóspito ao planejamento, investimento e metas de longo prazo e, por isso, é admirável a persistência e a determinação em narrar a história da literatura. Uma

atividade que demanda pausa e descanso, exige recapitular passos e, sobretudo, tomar distância para avaliar a sequência e os resultados. Atividade que exige, enfim, a atenção profunda, oposta à dispersão que move o cotidiano hoje, caracterizado por rápidas mudanças de foco entre diversas atividades, fontes, informações, processos e intolerância ao tédio e à espera. Mas a pura inquietação não gera nada de novo, somente reproduz o já existente. A pesquisa, a crítica e o trabalho criativo exigem o que Walter Benjamin (1987, p. 204) chama de *tédio profundo*: "O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência."

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado Joaquim Maria de. Papéis avulsos. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. v. 2.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Obras escolhidas*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Denise Azevedo Duarte. Novos paradigmas literários. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 183-208, jul./dez. de 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994. V. 1.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*: intelectuais, arte e videocultura na Argentina. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

SOUZA, Eneida Maria de. A teoria em crise. *Revista da ABRALIC*, Florianópolis, n. 4, p. 19-29, 1998.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *E a literatura, hoje?*: estudos de crítica, história ne teoria literárias. Chapecó: Argos, 2018.

_____. Estudos culturais: descrição de um conceito e crítica de sua prática. *Matraga*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 63-70, 2005.

NOTAS

1 Trata-se do prefácio à coletânea de contos *Papéis avulsos* (1882).

2 O termo *videopoema* (grafado com ou sem hífen) tem sido usado, no Brasil e em Portugal, desde os anos 1980, quando ocorreram algumas experiências pioneiras com a poesia em telas de computadores ou televisões. O termo *clipoema*, por sua vez, liga-se às experiências realizadas por *videomakers* e artistas que trabalhavam com computação gráfica na transcriação de poemas concretos para os novos suportes no início da década de 1990. Nesse momento, o vocábulo, em uma associação com *videoclip*, passou a ser empregado, com ligeiras alterações na grafia, em entrevistas e artigos, por Augusto de Campos, Décio Pignatari, Walter Silveira e Júlio Plaza, entre outros. Oficialmente, o termo foi usado pela primeira vez no Brasil em 1994, na sexta edição de *Perhappiness* (neologismo criado pelo poeta que dá nome ao evento anual da Fundação Cultural de Curitiba dedicado à literatura), que exibiu clipoemas feitos com base em textos de Paulo Leminski (Guimarães, 2005).

Academia e ideologia: relações sinuosas em ambiente burocrático

Claudio Cezar Henriques

> Livremo-nos das monomanias, que tendem a isolar o estudioso em verdadeiras seitas.
>
> Roberto Acízelo de Souza
>
> (Souza, 2011, p. 25)

O entrelaçamento do controle do imaginário com a mimese é paralelo ao entrelaçamento entre indagação teórica e focalização política. Não existe o chamado teórico puro. Se existe alguma pureza, não se encontra no teórico. O teórico está imbricado em lutas políticas. E isso está relacionado com a presença quase permanente de uma instituição de censura no interior da vida pública brasileira que, do ponto de vista da invenção, da reconstituição, do repensar da mimese, supõe o ostracismo da invenção, da criação.

O parágrafo acima, extraído com pequenas adaptações de uma entrevista do crítico Luiz Costa Lima à revista *Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea*, nos oferece algumas palavras-chave para tratar do tema deste artigo: entrelaçamento, vida pública e (re)invenção. O professor universitário brasileiro, ao longo de sua carreira, se depara com três controles: o do imaginário, já citado, o do simbólico e o da realidade. Não sei qual é o mais sinuoso, mas sei que os mais constrangedores são os dois últimos.

Em nosso país burocrático não é fácil compreender o que significa a expressão "viver a Universidade". A contradição impera quando se fala ou se pensa em ambiente acadêmico. As universidades privadas, incensadas pela ganância de uma ideologia privatista, são

vistas por boa parte da população como máquinas de concessão de diplomas, centros de enriquecimento empresarial, de tibieza curricular. As universidades públicas, de outro lado, a outra parte da sociedade as rotula como um sorvedouro do dinheiro público, uma indigestão de verbas mal aplicadas e uma congregação de marajás.

Os dois times de acusadores tupiniquins praticam a reciprocidade plena e investem com vigor contra os estudantes, personagens de uma outra versão da desgraça que assola a educação superior brasileira. Nas faculdades públicas, estariam os riquinhos oriundos dos melhores colégios particulares, ao passo que, nas faculdades privadas, ficariam os sobressalentes, por incompetência ou por precariedade de formação. Estes recorrem a bolsas mantidas pelo governo ou dão um jeito de trabalhar arduamente para pagar seus estudos, pois afinal o que os move é o desejo de obter um diploma, sabe-se lá como e para quê. Aqueles – os que, em sua maioria, poderiam pagar, mas não pagam – são monitorados e aparelhados por um corpo docente predominantemente de esquerda e fazem coro exigindo mais verbas e benesses do governo. Ao final, porém, viram tão somente trabalhadores de colarinho e gravata nas grandes empresas multinacionais ou na máquina estatal. *E la nave va*...

Até que ponto essa fama de nossas universidades e de nossos universitários é verdadeira? O controle do simbólico, aqui, se junta com o controle da realidade. A exposição feita acima exagerou nas tintas, mas é necessário reconhecer que as tintas disponíveis são poucas e têm um tom escuro. A descrição, sem as hipérboles, ficaria menos caótica, mas manteria – não tenho dúvida – o imaginário simbólico da realidade, se me permitem a tricotomia.

Há professores e professores. Há estudantes e estudantes. Gostaria de poder pensar mais em estudo, pesquisa, docência, interesse público, preparação de profissionais competentes e, especialmente, em formação de professores qualificados. Eu sou de letras, leciono língua portuguesa há quarenta e sete anos, mas tenho de

"viver a Universidade", e isso implica lutar nas esferas pedagógicas, administrativas, trabalhistas, sindicais, comunitárias – buscando sempre não perder a ternura. Ficarei, por isso, neste artigo, com uma opção marginal na esfera universitária. A ela chamarei "fora da estrada". É nela que trafegam os veículos de carga das IES, transportando administração, legislação, metodologia, gêneros textuais acadêmicos, etc. Na autoestrada ao lado, vão as limusines e os ônibus de luxo dos monomaníacos mencionados na epígrafe, mas também vão os carrinhos econômicos, com motor 1.0, dirigidos por professores que fazem parte do movimento dos "pesquisadores sem verba".

Saber preparar profissionais capazes de transformar o aluno de nível médio em um usuário competente da linguagem é um dos principais objetivos do ensino das disciplinas vernáculas nos cursos de letras. Ser um usuário competente da linguagem não é apenas ser capaz de ler criticamente qualquer tipo de texto, mas também ter a capacidade de produzir textos dotados de tal significado e estrutura que seu eventual leitor os receba de modo natural, isto é, concentrando-se na mensagem transmitida, embora eventualmente possa mesmo deter-se sobre alguma construção ou escolha de palavras que lhe pareça passível de uma reflexão metalinguística. Todavia, ser um usuário competente da linguagem é igualmente saber explicar seu funcionamento e sua utilização como veículo de manifestação artística ou informacional. Isto ultrapassa os limites mais específicos das atividades didático-pedagógicas voltadas para as aulas de redação e alcança um campo dito "minado", qual seja, a tarefa de apresentar tópicos de língua e de literatura direcionados para que se possa atingir aquele a que chamo, no início deste parágrafo, um dos principais objetivos do ensino – e agora não apenas nos cursos de letras, mas em todas as salas de aula onde atue um professor de português e de literatura.

Roberto Acízelo Quelha de Souza, professor titular de literatura brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pro-

fessor aposentado da Universidade Federal Fluminense, é um dos melhores exemplos que conheço de profissional capaz de conciliar as tarefas acadêmicas, administrativas e de interesse público. Um dos primeiros trabalhos por ele publicados e ao qual tive acesso no início dos anos 1980 era um artigo incluído na revista *Legenda*, da extinta Faculdade Notre Dame, no Rio de Janeiro: "Para a eficiência no trabalho/estudo universitário: métodos e técnicas",[1] que assim começava:

> É frequente perceber-se, entre estudantes universitários, em início ou até mesmo em fim de curso, extrema dificuldade e confusão no que se refere a método e técnicas de estudo, certo comprometedor despreparo relativo às mais elementares operações do trabalho intelectual ou científico. No entanto, parece indiscutível que o trabalho/estudo universitário, construído a partir de um compromisso tácito com a ciência, é inseparável do rigor metodológico, planejamento, ordem e formalização (Souza, 1983, p. 59[2]).

Acízelo mostrava a tipologia dos trabalhos universitários e dos métodos seguros de leitura e estudo, explicando detidamente os vieses exploratório, analítico e comparativo no caminho da leitura dos textos técnicos. Apresentava também os pormenores específicos de dois produtos corriqueiros na vida acadêmica, o fichamento e a monografia. Ao final, com todo o cuidado didático, mostrava um bom número de exemplos de referências bibliográficas, item delicado para os que se iniciam na elaboração de trabalhos universitários.

A produção bibliográfica de Roberto Acízelo mostra que essa preocupação não ficou confinada na fase inicial de sua carreira como professor universitário. Uma de suas obras mais recentes, publicada em 2016, é *Um pouco de método: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral*. Pois bem, na "Nota preliminar" desse livro, Acízelo assim escreve (no primeiro parágrafo):

> No remotíssimo ano de 1978, quando ainda cursava a pós-graduação, resolvi escrever uma súmula de procedimentos próprios ao processo da pesquisa e editoração de seus resultados. Visava, principalmente, organizar um material para meu próprio uso, e que, ao mesmo tempo, pudesse vir a ser útil aos meus alunos. O texto foi publicado num periódico acadêmico e, alguns anos depois, com um mínimo de alterações, num outro número do mesmo periódico (Souza, 2016, p. 13).

O autor expande suas considerações, numa espécie de resgate do desejo antigo de "transformá-lo [o texto de 1978] num manual universitário" (p. 13). Acízelo explica que, passados tantos anos, ainda "permanecia certa sensação de inadimplência" e que continuava a observar, nos cursos de graduação e de pós-graduação, um cenário que justificava enfim que ele investisse na aguardada elaboração.

O livro se divide em duas partes autônomas.

Na primeira, "Questões conceituais", encontramos três capítulos oriundos de ensaios publicados a partir de 1990. São eles: "Metodologia científica: pequena história de uma ciclotimia" – versão original de 1990; "A formação do pesquisador em literatura: proposição de um itinerário" – versão original de 2009; "A questão do método nos estudos literários" – versão original de 2013.

Na segunda, "Instrumentos operacionais", temos mais exatamente o alargamento do citado artigo-matriz de 1978. Aquelas singelas quatorze páginas resultaram, na versão atual, em cento e vinte e quatro páginas, enriquecidas e aprofundadas, atualizadas aos novos e novíssimos tempos de muitas demandas provocadas pela ânsia de produção, pela fome de números, pelo nascimento de tecnologias e pela exacerbação de controles superiores (CAPES, CNPq, agências estaduais e diretrizes universitárias *ad libitum*).

Retomo então o trajeto marginal que escolhi para este artigo e sigo em busca de outro tema muito caro na produção de Roberto Acízelo. Falo de sua atuação nos campos legislativo-universitário

e pedagógico e reúno-os, por comodidade expositiva, no mesmo tópico. Estão nesse conjunto vários artigos de real interesse para a compreensão do funcionamento da Universidade brasileira, sobretudo nos cursos de letras. Estão também textos relevantes sobre a área de literatura, disciplina que Acízelo ministra desde 1970.[3] Fazem parte desse lote os seguintes artigos: "Faculdade de Letras: objetivos e problemas imediatos", de 1978; "Da (des?)burocratização", de 1980; "Situação atual da graduação em letras", de 1990; "A construção do conceito de literatura e o estudo das literaturas nacionais, de 1994; "Para onde vai a teoria da literatura? Inserção curricular da disciplina hoje", de 2003; "E a teoria da literatura hoje?", de 2013; "O ensino de literatura", de 2014; "Os cursos de letras no Brasil: passado, presente e perspectivas", de 2014.

Combinadas a essa produção escrita, estão as eficientes atividades de assessoria e consultoria técnica que Roberto Acízelo tem desenvolvido há, pelo menos, vinte anos, junto a agências de fomento e a universidades, destacando-se sua atuação na FAPERJ, na CAPES e no CNPq.

A figura do professor, que se conjuga com a do pesquisador e do administrador, pode ser exemplificada na seguinte passagem, extraída da parte final do artigo "A formação do pesquisador em literatura: proposição de um itinerário", originalmente publicado em 2009 e inserido na Parte I do livro citado há pouco:

> Eis então, de corpo inteiro, o pesquisador do campo dos estudos literários como o imagino. Permito-me repetir: conhece a fundo teoria da literatura; domina a história literária de uma nação ou de certa comunidade linguística; estudou detidamente as bases conceituais e teóricas de uma ciência social: história, sociologia, psicanálise ou antropologia; dedicou-se a estudos sistemáticos de filosofia; instruiu-se em metodologia, atento tanto aos aspectos operacionais e práticos do processo da pesquisa e da apresentação de seus resultados quanto à reflexão sobre os seus

> fundamentos; sabe escrever; dispõe de uma boa formação geral em letras: aprendeu línguas, depurou essa experiência estudando linguística, filologia e teoria da literatura, e assim desenvolveu uma aguda consciência da linguagem, muito especialmente de suas manifestações sob a forma da escrita. No mais, tem uma ideia clara da sua disciplina, não morre de amores por congressos, acolhe o novo com interesse crítico, serve à sua instituição e resiste ao produtivismo neoliberal, e assim procura ir vivendo e ser feliz (Souza, 2016, p. 49).

O texto (seu autorretrato?) é direcionado ao pesquisador do campo dos estudos literários. Vejo-o, porém, como algo mais amplo e me arrisco a reescrevê-lo duas vezes: primeiro, como um roteiro para o pesquisador do campo dos estudos linguísticos (meu autorretrato?):

Eis então, de corpo inteiro, o pesquisador do campo dos estudos linguísticos como o imagino. Permito-me repetir: conhece a fundo a gramática do português; domina a história interna e externa da língua e suas variedades; estudou detidamente as bases conceituais e teóricas de uma ciência social: história, sociologia, psicanálise ou antropologia; dedicou-se a estudos sistemáticos de filologia; instruiu-se em metodologia, atento tanto aos aspectos operacionais e práticos do processo da pesquisa e da apresentação de seus resultados quanto à reflexão sobre os seus fundamentos; sabe escrever; dispõe de uma boa formação geral em letras: aprendeu línguas, depurou essa experiência estudando latim e literatura, e assim desenvolveu uma aguda consciência da linguagem, muito especialmente de suas manifestações sob a forma da escrita. No mais, tem uma ideia clara da sua disciplina, não morre de amores por congressos, acolhe o novo com interesse crítico, serve à sua instituição e resiste ao produtivismo neoliberal, e assim procura ir vivendo e ser feliz.

E agora como um roteiro para o pesquisador do campo dos estudos humanísticos (um autorretrato para quem quiser):

Eis então, de corpo inteiro, o pesquisador do campo dos estudos humanísticos como o imagino. Permito-me repetir: conhece a fundo a parte teórica da área de conhecimento que escolheu; estudou detidamente as bases conceituais e teóricas de outra ciência humanística: linguística, literatura, história, sociologia, psicanálise, antropologia; dedicou-se a estudos sistemáticos de filosofia; instruiu-se em língua portuguesa e em metodologia, atento tanto aos aspectos operacionais e práticos do processo da pesquisa e da apresentação de seus resultados quanto à reflexão sobre os seus fundamentos; sabe escrever; dispõe de uma boa formação geral em cultura brasileira; aprendeu pelo menos uma língua estrangeira; depurou essa experiência estudando disciplinas de áreas conexas à sua e assim desenvolveu uma aguda consciência da linguagem, muito especialmente de suas manifestações sob a forma da escrita. No mais, tem uma ideia clara da sua disciplina, não morre de amores por congressos, acolhe o novo com interesse crítico, serve à sua instituição e resiste ao produtivismo neoliberal, e assim procura ir vivendo e ser feliz.

De todas as identidades, lembra Rajagopalan (2002, p. 345), a do indivíduo é a mais difícil de ser pensada diferentemente, isto é, como algo em constante processo de (re)construção. O linguista afirma que, numa cultura eminentemente individualista como a nossa, "a crença na própria individualidade é entendida, não sem razão, como a primeira garantia de sobrevivência"! (ibid., p. 345). Talvez por isso, quando pensamos no ambiente universitário e no trabalho específico que desenvolvemos como professores, precisamos ter uma visão sistêmica, inter- e transdisciplinar. Roberto Acízelo, pela experiência acumulada na sala de aula e nas funções administrativas que desempenha, tem contribuído com uma meticulosa descrição, fundamentação e provocação reflexiva com seus artigos sobre os cursos e currículos de letras.

Um deles, o já citado "Os cursos de letras no Brasil: passado, presente e perspectivas", lançado em 2014 numa revista dos alunos

de literatura brasileira da USP (*Opiniães*, v. 1, n. 4/5, p. 13-26), foi republicado com variações em 2015 (Ed. Argos, de Chapecó, SC) e em 2017, edição de que me valho aqui, mencionada nas Referências ao fim deste artigo. O axioma que Roberto Acízelo apresenta é que, "mais do que reformular os cursos de letras, é preciso por assim dizer reconcebê-los" (p. 357). Por isso mesmo, sua premissa deve servir para as Faculdades e Institutos de Letras em que, juntos ou separados, funcionam cursos de licenciatura e de bacharelado, conforme o caso ou o interesse da instituição que os oferece. O autor apresenta sete diretrizes gerais para a reconcepção de que fala, as quais vou buscar retratar a seguir, valendo-me vez por outra do recurso da citação.

Em primeiro lugar, ele afirma que o grande problema "que torna as licenciaturas hoje tão pouco atraentes e insatisfatórias transcende de muito a alçada das instituições universitárias". Esse fato está diretamente ligado a uma necessidade premente de que se redefinam as políticas públicas que se referem à educação em nosso País. A valorização social da profissão do professor, entre muitos outros pontos, precisa acontecer, mas é possível melhorar as universidades "dotando-as de currículos econômicos, isto é, enxutos e funcionais", e isso depende essencialmente de cada uma delas.

A segunda diretriz, para Acízelo, precisa da atuação das associações nacionais que representam a área de Letras – ANPOLL, ABRALIC, ABRALIN. O problema apontado por ele diz respeito à carga horária da licenciatura, partilhada entre matérias de instrumentalização pedagógica, que são as mais beneficiadas, e matérias de conteúdo, que são desfavorecidas. Na verdade, é preciso "garantir maior espaço" para as disciplinas de língua e de literatura.

No terceiro ponto a observar, Acízelo relembra que a área de letras tem uma identidade marcante, "oriunda das velhas disciplinas dos discursos[4], a Gramática, a Retórica, a Poética, a Filologia, cujas conquistas básicas continuam vivas". Sua proposta não é a de que haja

uma sobrecarga de disciplinas ou alguma defesa do enciclopedismo, mas a de que o bom senso na organização dos currículos deveria oferecer condições para que se tornasse obrigatório cursar "uma das disciplinas básicas do campo das Ciências Humanas, à escolha do aluno: Filosofia, História, Sociologia, Antropologia ou Psicologia".

A quarta diretriz conecta-se com a terceira e defende o princípio de que a área de letras, sem desconsiderar as manifestações culturais modernas e da atualidade, "deve trabalhar pela preservação e difusão da tradição clássica", oferecendo um currículo que seja o reflexo dessa tensão.

Na quinta diretriz, Acízelo defende uma mudança estrutural nos cursos de licenciatura:

> A dicotomia licenciatura simples/licenciatura dupla deve ser substituída por um sistema em dois estágios: no primeiro, programado para oito semestres, o aluno integralizaria um currículo de Português, com opções de ênfase – em Estudos Linguísticos ou em Estudos Literários –, no qual se garantiria, do primeiro ao oitavo semestre, carga horária significativa reservada para estudos de uma língua estrangeira ou clássica à sua escolha, com o que, desde que assim decidisse, disporia das condições mínimas para prosseguir os estudos no segundo estágio, visando à obtenção de um segundo diploma; no segundo estágio, programado para quatro semestres, o aluno integralizaria um currículo 100% ocupado pela língua de sua escolha no estágio anterior, igualmente com ênfases opcionais, em Estudos Linguísticos ou Estudos Literários.

O sexto princípio se concentra na configuração dos cursos de bacharelado:

> Os bacharelados devem dispor de um núcleo de disciplinas básicas comuns com a licenciatura, caracterizando-se pela substituição do módulo de instrumentalização pedagógica, privativo desta, por um conjunto de matérias voltadas para a aquisição de competências que habilitem para o exercício de atividades

> profissionais extramagistério do campo das Letras. Certamente, a julgar pelo aspecto geral dos contextos acadêmico e social da atualidade, aí se compreendem, por exemplo, Tradução e Editoração, mas de modo algum coisas como Português-Literaturas, ou mesmo Linguística, Estudos Linguísticos, Estudos Literários.

A última diretriz focaliza a natural, mas nem sempre praticada, relação progressiva entre os cursos de bacharelado e os de pós-graduação. Acízelo lembra que é necessário dar aos bacharéis em letras alguma formação profissional, apesar de não regulamentada, mas também se dar a esses profissionais dotados de um diploma superior algum horizonte de articulação "com áreas de pós-graduação igualmente profissionalizantes". Essas áreas precisam estar voltadas para "a capacitação de especialistas destinados a atuar em atividades do campo das letras situadas fora do âmbito do ensino".[5]

Para quem, como eu, aponho minha assinatura a cada uma das diretrizes reproduzidas acima, seria o caso de propor sua ampla defesa nos muros universitários e nos gabinetes dos legisladores. No entanto, a notícia mais recente mostra, infelizmente, que se aproxima um cenário mais negativo para os cursos de letras, pois todos eles vêm se reenquadrando às novas ordens superiores, nas quais se aumentou o número de horas destinadas às matérias de instrumentalização (as das Faculdades de Educação e dos Colégios de Aplicação) e, consequentemente, se diminuiu o número das horas a que chamamos de formação, conteúdo. Na Uerj, por exemplo, essa operação poderá resultar na extinção dos cursos de bacharelado e na provável expansão do curso de letras para um total de dez semestres letivos – boa parte deles com disciplinas pedagógicas.

Seria o caso de repetirmos as perguntas retóricas da grande educadora Magda Soares, que, quando fala de "professores de português", está englobando na prática os "profissionais de letras". Seu conhecido artigo foi publicado no nº 25 do *Boletim da ABRALIN* ("Que professor de português queremos formar?": 2001, p. 155):

> Que grupos sociais estão hoje demandando a profissão de professores de Português e, para isso, frequentam as salas de aula dos cursos de Letras? Por outro lado, que grupos sociais têm hoje acesso à escola fundamental e média, quem são esses para quem os professores que formamos ensinarão Português? Em outras palavras; quem são estes que devemos formar como professores de Português, e quem são esses a quem ensinarão eles a língua? E mais: que expectativas, interesses, objetivos tem a sociedade em relação à escola e ao Português que se deve ensinar e aprender nela? Em que estrutura de sistema educacional se insere a escola e o ensino da língua? (Soares,2001, p. 155)

As perguntas de Magda Soares também estão nas reflexões e na linguagem franca e clara de Roberto Acízelo, que tem essa marca de estilo. A faceta do professor de literatura brasileira e de teoria da literatura se sobressai – sempre –, mas é muito fácil se perceber sua preocupação com o texto bem escrito, redigido com apuro, produto típico do zeloso professor de língua portuguesa do início de carreira que nunca se descuidou dos estudos linguísticos. A crítica, ou melhor, a descrição de uma realidade quase sempre insatisfatória são motivações para uma escrita que descreve a passagem do tempo, das instituições e das pessoas – e seus entrelaçamentos.

Exemplifico o que digo com dois trechos de seu artigo "A formação do pesquisador", já citado. Vejamos o primeiro:

> No Brasil, como todos sabemos, desde a década de 1970 a formação do especialista em estudos literários culmina com o doutorado. Para a admissão nesse nível, segundo é notório, nossos programas de pós-graduação costumam ser bastante liberais. O candidato pode ter feito graduação e mestrado nas mais diversas áreas – e não necessariamente em letras –, que isso não será obstáculo para o seu acolhimento num curso de doutorado em letras. Pelo contrário, tenho observado que em alguns programas uma origem acadêmica extraletras é até vista com muito bons olhos, à medida que representaria prova concreta

> do caráter inter-, trans- ou multidisciplinar do programa em questão, virtude tida por indiscutível. De minha parte, como acredito que o domínio de uma disciplina é condição lógica para se transcender as suas fronteiras, julgo oportuno um movimento na contramão da onda, advogando a restauração da dignidade da disciplina. Assim, recomendaria enfaticamente que os aspirantes ao exercício profissional de alto nível no campo dos estudos literários começassem fazendo graduação em letras (Souza, 2016, p. 30).

O segundo é o que escolho para encerrar:

> Muitos colegas e alunos talvez estejam estranhando e reprovando o espaço que ora concedo a aspecto que ultimamente passa por miúdo e prosaico nos juízos sobre nossos desempenhos. Com efeito, por exemplo, é muito raro, nas defesas de dissertações e teses, que os comentários e arguições dos examinadores se atenham a problemas de redação, por mais evidentes e às vezes escandalosos que eles sejam. Eu diria que isso se tornou impertinência, quebra da etiqueta, falta de decoro, ou então sintoma de pobreza de espírito, como se fosse indigno de uma inteligência superior reparar em coisinhas tão insignificantes.
>
> Resisto, no entanto, a considerá-las insignificantes. Estou para ver um ensaio acadêmico de bom nível que não seja bem escrito. *[Eis aí, contudo, um caso de condição necessária, mas não suficiente. Se o bom ensaio é sempre bem escrito, nem sempre o ensaio bem escrito é bom. Não é rara a combinação entre estilo satisfatório e debilidade conceitual.]*
>
> Por isso, proponho que se quebre esse estranho silêncio sobre tópico que me parece da maior relevância. Vamos assumir com humildade que essa competência básica deve ser sempre cobrada, e portanto ninguém na nossa corporação de ofício pode permitir-se não procurar escrever bem. *[Por mais impossível que seja um consenso sobre o que é concretamente 'escrever bem', não pode haver dúvidas acerca da universalidade desse atributo. Se escrevo profissionalmente, devo fazê-lo 'bem', independente-*

> *mente das propriedades específicas encontráveis no meu texto.]* (ibid., p. 36-37)[6]

Assim como a metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico, sendo portanto uma questão mais de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária,[7] assim também elas (as pessoas) supõem que podem viver perfeitamente sem a metáfora e não veem de que maneira elas (as metáforas) estão infiltradas na vida comum. Existem pessoas que pensam que a vida de um professor universitário é estudar, dar aulas, orientar estudantes de graduação e pós-graduação, aplicar provas e corrigir trabalhos – ufa!. Não é verdade. Em minha opinião, os professores personificamos a metáfora cotidiana, pois os conceitos que governam o nosso pensamento não são meras questões do intelecto ou do corpo. Esses conceitos governam também nossas (re)invenções cotidianas até nos detalhes mais triviais.

REFERÊNCIAS

HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcília. *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2017.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ; Campinas: Mercado das Letras, 2002.

LIMA, Luiz Costa. Entrevista a Ana Lúcia Oliveira, Fábio Lopes da Silva, Georg Otte, Ítalo Moriconi. *Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 163-198, 2018.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A confecção do memorial como exercício de reconstituição do *self*. In: LOPES, Luiz Paulo da M. (Org.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado das Letras, 2002. p. 339-350.

SOARES, Magda. Que professor de português queremos formar? *Boletim da ABRALIN*, Brasília, n. 25, 2001.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Os cursos de letras no Brasil: passado, presente, perspectivas. In: WERKEMA, Andréa S. (Org.). *Conversas sobre lite-*

ratura em tempos de crise. Rio de Janeiro: Makunaima, 2017. p. 339-363

SOUZA, Roberto Acízelo de. Faculdades de Letras: objetivos e problemas imediatos. *Legenda*: Revista da Faculdade Notre Dame, Rio de Janeiro, n. 2, 1978.

_____. *O império da eloquência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 1999.

_____. Para a eficiência no trabalho/estudo universitário: métodos e técnicas. *Legenda*: Revista da Faculdade Notre Dame, Rio de Janeiro, n. 7, 1983.

_____. Situação atual da graduação em Letras. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 0, 1990.

_____. *Um pouco de método*: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: É Realizações, 2016.

_____. *Variações sobre o mesmo tema*: ensaios de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2015.

NOTAS

1 Utilizei esse artigo de Roberto Acízelo como uma das fontes de consulta para o livro *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*, que organizei com Darcília Simões, publicado pela Eduerj desde 2002 (7. ed. em 2017).

2 O artigo teve uma versão anterior, publicada no n. 2 da mesma revista, em 1978.

3 Roberto Acízelo (por indicação do professor André Valente) começou sua carreira no magistério como professor de literatura e de português, no Curso Impacto, escola que preparava alunos para o concurso de Sargento da Marinha e para as provas do Artigo 99 (exame semelhante ao que hoje se chama ENCCEJA).

4 Em *O império da eloquência*, o autor dedica um dos primeiros capítulos às "Disciplinas clássicas do discurso" (1999, p. 5-16).

5 As sete diretrizes estão no trecho que vai da página 357 à 359.

6 Coloco dentro de colchetes em itálico as duas Notas que, no formato original, estavam no rodapé.

7 Estou parafraseando Lakoff e Johnson (2002, p. 45).

A historiografia literária nacional pré-romeriana (1805-1888)

Constantino Luz de Medeiros

> Admitindo que a teoria da literatura se configura como uma das realizações históricas da área dos estudos literários, é necessário situar-lhe as origens.
>
> Roberto Acízelo de Souza
>
> (Souza, 2006, p. 51)

1

Entre as características centrais dos ensaios, obras teóricas, compêndios e seleções organizados e escritos por Roberto Acízelo de Souza em sua atuação ininterrupta no campo literário, destaca-se a ênfase no fato de que os discursos ou disciplinas que se ocupam dos fenômenos literários devem também ser analisados em sua história. A importância do estabelecimento das fontes primárias, imprescindíveis para a compreensão da história da literatura, essa disciplina "moderna", comparada a suas irmãs seculares, como a gramática, a retórica, a poética e a filologia, é algo que o estudioso reitera em diversas obras (Souza, 2018, p. 58). Através da publicação de textos fundadores da historiografia nacional, assim como ensaios e manifestos, sobretudo da denominada época de formação da história literária nacional (1805-1888), Roberto Acízelo se esforça por delimitar um *corpus* que propicie condições satisfatórias para que o estudioso de literatura possa se debruçar sobre a historiografia da literatura brasileira.

Observando como brasileiros e estrangeiros se ocuparam da literatura nacional, obras como *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores* (1825-1888), publicada em dois volumes,

em 2014; *Na aurora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação* (1805-1885), de 2017; *Curso de literatura portuguesa e brasileira,* de Francisco Sotero dos Reis, publicado em 2014, entre outros escritos, são exemplos do entendimento do autor de que, "embora a história literária se apresente como imagem natural da literatura de determinado estado-nação, é ela própria histórica" (Souza, 2014, p. 15).

A preocupação do erudito com os caminhos trilhados pela historiografia nacional e com o estabelecimento de fontes primárias alia-se ao esforço em fornecer fundamentos para a compreensão de conceitos e problemas literários atuais. As disciplinas que se ocupam com os fenômenos literários são diversas, a teoria da literatura, a crítica da literatura, a literatura comparada, a história da literatura, a filologia e, mais recentemente, os estudos culturais; mas, de acordo com Roberto Acízelo, todas essas disciplinas devem (ou deveriam) "fazer da literatura um problema digno de estudo" (Souza, 1987, p. 7). Como afirma em uma das mais relevantes obras para o ensino de literatura no país, *Iniciação aos estudos literários* (2006)*,* ainda que a formação acadêmica de nossos dias pressuponha o trânsito livre pelas mais diversas disciplinas, para que o ingressante nos estudos literários possa trafegar com alguma segurança por esse universo de novas tendências e (des)construções de significados é preciso que tenha em mente a existência de um conjunto claro e definido de objetos, instrumentos e disciplinas dos estudos literários:

> A área dos estudos literários, como qualquer setor de especialização universitária – sobretudo aqueles situados no campo das ciências humanas –, apresenta-se bastante segmentada e repleta de controvérsias internas. Esse fato, embora aceito como normal e até estimulante pelos estudiosos mais experientes, recomenda esforços de síntese e certo empenho de organização de conceitos de base, providências que, mais do que simplesmente aconselháveis, se revelam imprescindíveis para aqueles que pretendem

> iniciar-se na especialidade, sentindo-se em geral bastante desorientados ante tantas alternativas para entrada no universo da matéria de sua eleição (Souza, 2006, p. VII).

À defesa da delimitação do campo literário soma-se a busca pela fundamentação histórica de cada um dos discursos ou disciplinas dos estudos literários, de modo a compor uma visão geral sobre o surgimento, o desenvolvimento histórico e as atuais tendências da teoria, da crítica e da história da literatura. Assim, aprendemos com Roberto Acízelo como cada uma das disciplinas, dos objetos e mesmo dos instrumentos que compõem os estudos literários devem ser compreendidos a partir da análise do processo histórico que os envolve. Sua atividade de teórico de literatura se complementa pela organização e estabelecimento de fontes primárias, muitas das quais ainda desconhecidas por grande parte dos estudiosos de literatura. Assim, autores basilares da historiografia nacional, como os portugueses Almeida Garrett, José da Gama e Castro, Francisco Freire de Carvalho, Alexandre Herculano, José Maria da Costa e Silva, Teófilo Braga, são elencados junto aos estrangeiros Ferdinand Denis, Sismonde de Sismondi, Carl Schlichthorst, Ferdinand Wolf ou Friedrich von Bouterwek, no que o autor denomina de "olhares portugueses e estrangeiros" (Souza, 2017). O mapeamento da tradição historiográfica do século XIX faz parte de um esforço constante de recuperação do que Roberto Acízelo intitula de *historiografia pré-romeriana*, isto é, de toda a produção que precede a *História da literatura brasileira*, publicada por Sílvio Romero, em 1888. Para o estudioso, a importância de se retomar e conservar esses escritos da fase pré-romeriana justifica-se por uma série de razões:

> Recuperar essa fase pré-romeriana da nossa historiografia literária [...] justifica-se pelo menos por três razões: pela importância dos textos da época como fontes para pesquisas históricas; pelo seu potencial de realçar a especificidade de nossas atuais concepções sobre a literatura e seu estudo, à medida que tais textos

> delas destoam sob muitos aspectos; pelo potencial que apresentam, dada a sua natureza exploratória e lacunar, de dar a ver o fundo de contingência e artificialidade de que essa historiografia não escapa (aliás, como qualquer outra), não obstante o *status* que logrou alcançar, de efetiva representação 'natural' de nossa literatura (Souza, segunda orelha, 2017).

A pesquisa histórica e a preservação da memória historiográfica literária nacional contribuem não apenas para elucidar o modo como pensadores de outras épocas refletiram sobre a literatura brasileira, mas fornecem instrumentos valorosos para a compreensão de fenômenos literários atuais. O presente ensaio discute o papel de Roberto Acízelo na construção e consolidação dos estudos literários no Brasil, sobretudo a partir de seus estudos sobre a gênese da historiografia literária nacional. O intuito é demonstrar a importância desses escritos para o conhecimento das fontes de nossa historiografia literária e daqueles que se debruçaram sobre os autores nacionais.

2

A história da literatura, como disciplina, consiste num discurso etiológico e teleológico acerca da literatura de determinado país, cuja forte inserção na vida política e cultural lhe confere *status* de verdadeira instituição. [...] Mas a história literária, por mais que se apresente como imagem natural da literatura de determinado estado-nação, é ela própria histórica [...]. (Souza, 2014, v. 1, p. 15)

O estabelecimento de importantes textos da fase pré-romeriana da historiografia literária nacional é uma das atividades a que o filólogo, historiador e teórico da literatura Roberto Acízelo de Souza se dedica. Encarregando-se, sobretudo, de possibilitar o livre acesso a fontes inestimáveis da historiografia literária brasileira, as quais correriam o risco de desaparecer ou de cair em completo esquecimento, o pesquisador publicou obras seminais para a compreensão não apenas do que foi escrito sobre a literatura brasileira no século

XIX, mas também apontou para os desdobramentos dessas obras nos séculos XX e XXI.

Entre as obras que se dedicam a recuperar os textos da fase que antecede a *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero (1888), encontra-se, como foi dito, *Na aurora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação* (1805-1885). Como enfatiza o estudioso, muitos desses textos da fase pré-romeriana acabaram tornando-se raridade bibliográfica no século XX (Souza, 2017, p. 15). Ao perpassar o que denomina de "constituição da historiografia nacional do Brasil", abordando o período que vai de 1805 a 1855, Roberto Acízelo contempla autores tão distantes no tempo como Friedrich Bouterwek (1765-1828), ou mesmo o argentino Eduardo Perié, estudioso da literatura colonial, cuja biografia pouco se conhece até os dias atuais. Estabelecendo um recorte temporal de quase um século de produção historiográfica, a obra permite uma visão panorâmica e abrangente sobre textos de portugueses e estrangeiros que estudaram a literatura nacional. A primeira data, 1805, deve-se à publicação da monumental *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* (*História da poesia e da eloquência portuguesa*), pelo autor alemão Friedrich Bouterwek, obra que traz um dos primeiros estudos conhecidos sobre um poeta árcade, o brasileiro Cláudio Manuel da Costa.

Com a publicação de suas obras de historiografia literária nacional, Acízelo buscou, por um lado, complementar o trabalho de estudiosos como Guilhermino César (cuja obra *Historiadores e críticos do romantismo: a contribuição europeia – crítica e história literária,* foi publicada no ano de 1978), mas também selecionar de um modo diverso aqueles autores que foram considerados estrangeiros pelo eminente historiógrafo. Ao introduzir uma nova classificação para esse conjunto de textos produzidos sobre a literatura brasileira, diferenciando "olhares portugueses e estrangeiros", Acízelo evita o

radicalismo da "negação absoluta da possibilidade de uma literatura especificamente brasileira apartada da portuguesa", assim como "a posição mais moderada de considerar portugueses tão somente os escritores de origem brasileira anteriores à independência do Brasil" (Souza, 2017, p. 13). Por outro lado, seus escritos de historiografia literária permitem o acesso direto aos textos, evitando juízos de valor sobre os autores elencados, pois o estudioso parte do princípio de que a diferença essencial entre a crítica literária e a história da literatura é exatamente o juízo de valor. Para Acízelo, "o gesto crítico, seja na sua configuração antiga, seja na moderna, implica sempre um pronunciamento sobre valor, e justamente isso é que a história da literatura, no seu factualismo, procurou rejeitar" (Souza, 2018, p. 59). Nesse sentido, de acordo com o pesquisador, o discurso da história da literatura tem um objetivo etiológico e teleológico, de modo que sua meta não deve ser instaurar uma espécie de tribunal da razão estética, tecendo juízos de valor, mas demonstrar o surgimento e o desenvolvimento de fenômenos de literatura (Souza, 2018, p. 59). Assim, as obras e antologias organizadas pelo estudioso possibilitam o acesso direto a fontes muitas vezes desconhecidas e documentos singulares da historiografia literária nacional. Como foi dito, enquanto Guilhermino César agrupa em sua obra todos os autores europeus em um mesmo grupo, aproximando portugueses, franceses e austríacos, o volume de Roberto Acízelo faz uma distinção clara entre autores portugueses e estrangeiros. Embora pareça arbitrária, essa separação, de acordo com o teórico, implica compreender que, no século XIX, historiadores e críticos literários portugueses "sentiam-se naturalmente à vontade para tratar autores nascidos no Brasil como representantes de sua própria literatura pátria" (Souza, 2017, p. 13). Desse modo, a coleção de autores contemplados pela obra *Na autora da literatura brasileira* abrange desde Almeida Garret, José da Gama e Castro, Francisco Freire de Carvalho, Alexandre Herculano, José Maria da Costa e Silva, Antônio Pedro Lopes de

Mendonça, Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, Joaquim Teófilo Fernandes Braga, até Camilo Castelo Branco, o que significa um espaço temporal de meio século (1826-1876).

Os detalhes históricos, as curiosidades literárias, os relatos e anedotas inseridos nos textos do volume são complementados por referências precisas a autores nacionais, como quando Almeida Garret – assim como Friedrich Bouterwek – assinala o lugar especial de Cláudio Manuel da Costa na história da literatura brasileira (Souza, 2017, p. 22). Aliás, o pequeno texto de Almeida Garret intitulado "A literatura portuguesa e os engenhos brasileiros", datado de 1826, demonstra que o autor de *Viagens na minha terra* foi grande conhecedor não apenas da obra de poetas como Cláudio Manuel da Costa e Santa Rita Durão, mas até mesmo de Tomás Antônio Gonzaga e Basílio da Gama (Souza, 2017, p. 22). A obra de Roberto Acízelo traz momentos de puro deleite e ironia, como em "Uma polêmica: É possível existir uma literatura brasileira?" (nome atribuído pelo organizador), de José da Gama e Castro, onde encontramos uma deliciosa troca de farpas entre um português e um brasileiro sobre a precedência de cada uma dessas nações na criação de determinados inventos, incluindo a pertença de certos autores à literatura brasileira e não à portuguesa. O autor do texto assevera que o que define uma literatura é a língua e não a terra, e que não se pode falar de uma literatura austríaca ou suíça, da Saxônia ou da Prússia, mas apenas da literatura alemã:

> Sr. Redator. – Bem longe estava eu de pensar que os meus comunicados sobre os inventos dos portugueses, tão inocentes como na realidade são, pudessem despertar tão grande ressentimento, como vejo que excitaram no seu correspondente que hoje se queixa de mim, por haver roubado aos brasileiros a invenção da arte de navegar pelos ares. [...] Agora, porém, já que o Sr. Correspondente tão escrupuloso se quis mostrar numa coisa em que nenhum motivo havia para ter escrúpulo,

> quero eu também mostrar-me escrupuloso, e censurar uma sua proposição, que noutra qualquer ocasião deixara passar em claro. Diz ele que por Cláudio Manuel da Costa e Fr. Francisco de S. Carlos serem brasileiros, os seus escritos fazem e hão de sempre fazer incontestavelmente parte da literatura brasileira, e não da portuguesa. Admitirei muito embora o princípio, mas nego a conclusão. Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, em todo o rigor da palavra, literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não pode ter existência possível. [...] A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua; sempre foi assim desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar (José da Gama e Castro, *in* Souza, 2017, p. 41).

A discussão sobre a autonomia da literatura brasileira em relação à portuguesa foi algo muito comum na historiografia literária nacional. Assim, a ironia retratada no trecho apenas espelha uma discussão que se estende até a época da *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido, obra preparada e redigida entre os anos de 1945 e 1957, e na qual se lê: "A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas" (Cândido, 2007, p. 11). Aliás, a imagem orgânica que subordina a literatura brasileira à portuguesa, trazida pelo trecho de Antônio Cândido, já se encontra em José Veríssimo, o qual afirma que "a literatura brasileira só de fato merece este nome no século XIX, com o romantismo e depois dele. Antes não era senão um ramo, muito preso e achegado ao tronco, da portuguesa" (Veríssimo, 1977, p. 80). No que concerne ao século XIX, a opinião de historiadores da época, como Francisco Sotero dos Reis, é que "a literatura nacional do Brasil só se teria constituído plenamente após a Independência" (Reis, 2014, p. 25). Ao compreender a literatura brasileira como uma parte, galho ou órgão da portuguesa, muitos estudiosos da época pré-romeriana tinham como fundamento teó-

rico a visão organicista dos fenômenos da literatura, que se filia ao conhecido paradigma orgânico desenvolvido por filósofos ingleses, franceses e alemães. Praticamente durante todo o século XVIII, o paradigma orgânico foi parte integrante dos escritos de autores como Anthony Ashley Cooper, Jean-Jacques Rousseau, Johann Joachim Winckelmann e Johann Gottfried Herder. A filosofia da história organicista descreve o desenvolvimento artístico em termos de uma planta ou organismo natural, com nascimento, crescimento, auge, corrupção e desaparecimento. Assim, por exemplo, quando um estudioso como Alexandre Herculano, em 1848, aponta para o desenvolvimento e o que considera como o futuro literário de Portugal e do Brasil, suas concepções teóricas ecoam o paradigma orgânico ainda vigente em sua época:

> Bem como a infância do homem, a infância das nações é vívida e esperançosa; bem como a velhice humana, a velhice delas é tediosa e melancólica. Separada da mãe-pátria, menos pela série de acontecimentos inopinados a que uma observação superficial lhe atribui a emancipação, do que pela ordem natural do progresso das sociedades, o Brasil, império vasto, rico, destinado pela situação, pelo favor da natureza que lhe fadou a opulência, a representar um grande papel na história do Novo Mundo, é a nação infante que sorri; Portugal é o velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepidez; que se lamenta de que os raios de sol se tornassem frouxos, de que se encurtassem os horizontes de esperança, de que um crepe fúnebre vele a face da terra (Herculano, *in* Souza, 2017, p. 54).

No ensaio de Alexandre Herculano intitulado "Futuro literário de Portugal e do Brasil", inserido por Roberto Acízelo em sua obra *Na Aurora da literatura brasileira*, é possível contemplar como o autor português descreve a nação brasileira como se estivesse em sua infância, enquanto Portugal encontra-se em sua maturidade cultural, o que indica sua filiação ao referido paradigma orgânico. Os estudos de autores portugueses sobre a história da literatura

nacional, que integram *Na Aurora da Literatura Brasileira*, perfazem um quadro múltiplo e variado da tradição literária nacional, representando, assim, documentos importantes da historiografia literária que abrangem o período que vai da independência à proclamação da república.

Ainda em relação à produção historiográfica nacional, em *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*, obra em dois volumes, publicada no ano de 2014, Roberto Acízelo elenca autores brasileiros, e três estrangeiros radicados no País: Santiago Nunes Ribeiro, Emílio Adet e Antônio Deodoro de Pascoal. Além de ensaios críticos sobre obras de poesia brasileira, como, por exemplo, o "Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. J. G. de Magalhães", escrito por Justiniano José da Rocha no ano de 1833, entre os textos selecionados por Acízelo estão verdadeiras raridades histórico-literárias, como as críticas de José Inácio de Abreu e Lima ao atraso intelectual do Brasil, publicadas nos anos de 1835 e 1843. As contribuições de autores basilares para a literatura brasileira e a historiografia literária nacional do século XIX constituem outra parte integrante dessa obra. Como descreve Roberto Acízelo, alguns textos incluídos nos volumes são "verdadeiras declarações de princípios para a instituição de uma literatura brasileira autêntica e emancipada, que em alguns casos se conjugam a projetos para a elaboração de sua história ou a sínteses historiográficas de seu desenvolvimento" (Souza, 2014, p. 18).

A importância dos temas e das reflexões de autores da fase pré-romeriana da nossa historiografia literária dá-se não apenas por sua relevância histórica, mas, sobretudo, em razão da permanência de certas questões centrais para os estudos literários. Um dos primeiros problemas teóricos para qualquer pesquisador ou neófito é o da delimitação do que se compreende pelo termo *literatura*, e qual sua abrangência. Nesse sentido, já na fase referida aparecem algumas tentativas de definição de aspectos como o conceito, função, objeto

e divisão da literatura. Na primeira lição de seu *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, publicado entre os anos de 1866 e 1873, Francisco Sotero dos Reis define a literatura em termos de sua função ou finalidade, que seria, segundo ele, "instruir deleitando". A visão horaciana de que o poeta deve instruir e deleitar, contida na máxima "Aut prodesse volunt aut delectare poetae" (Horácio, 1994, p. 20), perpassa a história da literatura ocidental e permanece vigente mesmo após a ruptura romântica com a poética normativa, e com a importância da busca pelo belo, o bom e o verdadeiro na arte literária. Remontando ao humanismo e à poética clássica, essa tradição pode ser contemplada na definição de literatura de Francisco Sotero dos Reis:

> A literatura, como o está indicando a palavra latina *littera* donde vem, é a expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano, por meio da palavra escrita. [...] A palavra *literatura*, pois, tomada em sentido lato, abrange todos os conhecimentos humanos, porque tudo quanto o homem cogita e inventa, escreve e publica em relação ao mundo intelectual, cai sob o domínio da literatura e é objeto de estudo para o literato. Debaixo deste amplo ponto de vista, a literatura é uma verdadeira iniciação em todas as artes e ciências, e a profissão do literato um dos sacerdócios mais augustos de que possa ser investido o homem para proveito do homem (Reis, 2014, p. 45).

Como assinala Roberto Acízelo, o *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, de Francisco Sotero dos Reis, insere-se em um "projeto de recuperar e disponibilizar os ensaios fundadores da história literária brasileira, a fim de que se possa retornar criticamente aos fundamentos conceituais e motivações primeiras da disciplina" (Souza, 2014).[1] Recuperadas nas obras organizadas por Roberto Acízelo, as fontes da memória literária brasileira são parte integrante de um acervo histórico inestimável. Não obstante a distância que separa tais ensaios e a época atual, muito do que se

discute ainda permanece vigente. Para Antônio Cândido, embora rudimentar, a crítica situada antes de Sílvio Romero "foi no Brasil um vigoroso esforço de afirmação nacional, tanto mais quando se tratava aqui, também, da construção de uma consciência literária" (Cândido, 2008, p. 123). Naturalmente, as ideias sobre consciência literária e nacional que circulavam pelo século XIX remontam aos filósofos da história do século XVIII, principalmente à noção de singularidade dos povos advinda de Herder. É essa noção de singularidade herderiana que será traduzida pelo termo "cor local", tão caro a autores como Ferdinand Denis e Almeida Garrett. Inserindo-se nesse quadro, a historiografia literária nacional é "fruto direto da estética romântica, relativista, ciosa dos fatores históricos, inspirada sobretudo em Madame de Stäel e Schlegel, através de Garrett e Ferdinand Denis" (Cândido, 2008, p. 123). Como se discute a seguir, a estética romântica influencia igualmente a contribuição estrangeira na historiografia literária nacional.

3

> Um dos primeiros poetas a formar a si mesmo no espírito da antiga poesia italiana e a reintroduzir um estilo nobre na poesia portuguesa foi o brasileiro Cláudio Manuel da Costa. [...] Os sonetos que ele inseriu na coletânea de suas obras poéticas são exatamente cem, entre os quais se encontram alguns sonetos italianos, mas nenhum espanhol. O estilo desses sonetos, que em sua maioria têm como tema o amor, não é exatamente como o de Petrarca. Esse estilo tem algo de picante, que revela o espírito dos novos tempos. Mas os sonetos de Da Costa unificam de maneira tão feliz, e em linguagem tão elegante e simples, sem qualquer exagero ou adornos extravagantes, a natureza mais expressiva e a verdade poética com a intimidade do sentimento da poesia de Petrarca, de modo que se podem incluir esses sonetos entre os mais perfeitos da literatura portuguesa (Bouterwek, *in* Souza, 2017, p. 245).

O trecho sobre o poeta árcade mineiro Cláudio Manuel da Costa encontra-se em *Na aurora da literatura brasileira*, na parte destinada ao que Roberto Acízelo intitula de "olhares estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação" (Souza, 2017). O ensaio de Friedrich Bouterwek é um dos primeiros documentos da historiografia literária a abordar a literatura brasileira. O texto completo foi inserido na monumental *História da poesia e da eloquência desde o final do século XIII*, publicada por Bouterwek em doze volumes, entre os anos de 1801 e 1819 (Souza, 2017, p. 239). Ao indicar o lugar histórico de Cláudio Manuel da Costa na literatura de língua portuguesa, Bouterwek destaca-se, ainda, por fazer um pequeno estudo das fontes e influências, da métrica, do estilo e das convenções de poetas italianos, tais como Pietro Metastasio, Francisco Petrarca e Giambattista Marino (Souza, 2017, p. 244). Realizando o que pode ser considerado, guardadas as devidas proporções, como um estudo de literatura comparada *avant la lettre*, o autor alemão demonstra como a obra de Cláudio é perpassada por aspectos da tradição lírica italiana (Souza, 2017, p. 239). Aspectos relacionados à métrica utilizada, conclusões sobre a musicalidade das cançonetas e canções, detalhes estilísticos e possíveis influências italianas, francesas e portuguesas auxiliam a compor o quadro que Bouterwek tece sobre o poeta árcade:

> O gosto francês também exerceu alguma influência, ainda que muito fraca, sobre a poesia de Da Costa. Uma consequência disso parece ser o ritmo dos versos escolhido por ele para seus *epicédios*, ou poemas fúnebres. É verdade que não são versos alexandrinos, mas iâmbicos de cinco sílabas, sem rimas cruzadas, ou seja, os versos frequentemente utilizados pelos ingleses, de cuja poesia Da Costa parece não ter tomado conhecimento (Bouterwek, *in* Souza, 2017, p. 246).

A qualidade dos sonetos de Cláudio é igualmente atestada por Sismonde de Sismondi, em texto também presente na obra

organizada por Roberto Acízelo. Em um ensaio intitulado *De la littérature du midi de l'Europe* (*Sobre as literaturas do meio-dia da Europa*), Sismondi aponta para o fato inusitado de que, embora a escola poética de Luís de Gongora prevalecesse em Coimbra (em cuja Universidade fora estudar), Cláudio Manuel da Costa foi buscar seu estilo e inspiração nos antigos poetas italianos, de modo que é possível "reconhecer o discípulo de Petrarca em seus sonetos, os quais apresentam graça e qualquer coisa de intenso que em geral falta à poesia romântica" (Sismondi, *in* Souza, 2017, p. 253). Ainda que não tenham realizado um estudo detalhado sobre outros autores brasileiros, obras como a *História da poesia e da eloquência portuguesa* (1805), de Friedrich Bouterwek, e *Sobre as literaturas do meio-dia da Europa* (1813), de Sismonde de Sismondi, contribuíram para a nascente historiografia literária nacional.

Por outro lado, o *Resumo da história literária de Portugal, seguido do Resumo da história literária do Brasil* (1826), de Ferdinand Denis, possui um caráter mais exaustivo se comparado às outras tentativas de compreensão da literatura nacional. Como atesta Roberto Acízelo, o estudioso francês foi "o primeiro a tratar da literatura brasileira em monografia específica, separando-a da portuguesa, ao dedicar-lhe um segmento autônomo na sua obra" (Souza, 2017, p. 257). A obra de Ferdinand Denis é geralmente pontuada por uma espécie de inspiração que, segundo Antônio Candido (2007, p. 290), "tem muito da ternura e exaltado deslumbramento dos naturalistas do século XVIII". As imagens e descrições da literatura, da natureza e dos povos primitivos do Brasil no texto de Ferdinand Denis parecem remeter às noções de singularidade dos povos e de sabedoria poética de autores como Giambattista Vico e Johann Gottfried Herder. Em um texto intitulado "Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo", o autor contempla os usos dos povos e os fenômenos da natureza como manifestação da imaginação poética:

> O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos usos desses povos, como na força incompreensível de uma natureza continuamente variável em seus fenômenos: se essa natureza da América tem mais esplendor do que a da Europa, que terão, pois, de inferior aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia esses homens de quem não se podia arrancar um só lamento, em meio a horríveis suplícios, e que pediam a seus inimigos novos tormentos, porque os tormentos aumentam a glória? Seus combates, seus sacrifícios, nossas conquistas, tudo apresenta esplêndidos quadros. À chegada dos europeus, acreditaram, na sua simplicidade, que se confiavam a deuses; mas, quando perceberam que deviam combater homens, morreram e não foram vencidos. A voz de seu deus era o raio; seu templo, o deserto; para eles, mil gênios fantásticos animavam a natureza, favoreciam os homens ou se faziam temidos. Se estudarmos os leves vestígios que escaparam de três séculos de destruição, aí veremos ainda todos os pensamentos primitivos que excitam fortemente a imaginação; mas, para encontrá-los em toda a sua energia, não será preciso buscar tais pensamentos às hordas que a civilização destruiu lentamente, e que ocultam as desgraças da raça americana nos pontos extremos em que foram confinadas: se penetrarmos o âmago das florestas, se interrogarmos as nações livres, veremos os campos ainda animados por pensamentos verdadeiramente poéticos (Denis, *in* Souza, 2017, p. 260).

Como os filósofos da história do século XVIII, que fundamentam as teorias sobre a literatura dos românticos alemães, Ferdinand Denis aponta para essa imaginação poética primitiva que se exterioriza nos campos e entre os povos indígenas. Além dessa visão que inspira os próprios românticos brasileiros, o estudioso contribui para a história da literatura brasileira com suas análises pontuais sobre a poesia épica de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, e mesmo sobre a obra poética de Tomás Antônio Gonzaga, Antônio Pereira de Sousa Caldas. Suas descrições dos hábitos e das diversas circunstâncias da vida nacional, do gosto dos brasileiros pelas modinhas, do ambiente

bucólico simples e poético que então encontrara nos trópicos são parte integrante de um importante quadro histórico que outros estrangeiros também delinearam ao passar pelo País. Alguns dos estudiosos estrangeiros que Roberto Acízelo elenca em *Na aurora da literatura brasileira* são praticamente desconhecidos entre os historiadores de literatura, como o exótico alemão Carl Schlichthorst, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1825, de cuja biografia quase nada se sabe. Outros, como Eugène Garay de Monglave, José Mármol Zavalera e Juan Valera y Alcalá Galiano, trazem análises interessantes sobre a poesia nacional, às quais se mesclam imagens pitorescas de uma terra exótica e encantada (Souza, 2017, p. 360). Aliás, a descrição que Juan Valera faz de sua viagem a bordo de um navio a vapor é verdadeiramente encantadora:

> A bordo de um navio a vapor, ao perder de vista as ilhas do Cabo Verde, estéreis e desertas e, após oito ou nove dias de navegação, ao chegar e atravessar o Atlântico e a linha equinocial, o viajante que nunca tenha estado na América descobre outro céu mais diáfano, mais brilhante, mais rico de estrelas. Quase ao mesmo tempo descobre também, a surgir sobre as ondas do mar, serenas e azuis, lá no horizonte claro e bem definido, a belíssima costa do Brasil. Então, sem dúvida, se tiver a alma afinada e disposta à harmonia com o belo da natureza, este viajante sente a mais grata emoção que já experimentou na vida. Tem a impressão de que vai rejuvenescer no seio de uma criação mais jovem; acredita estar respirando o aroma delicado de flores desconhecidas; imagina escutar o canto de aves mais melodiosas que o rouxinol e se convence de que o murmúrio das brisas e o marulhar das ondas são para ele mais sonoros e doces do que antes (Valera, *apud* Souza, 2017, p. 358).

O trecho de Valera transporta o leitor para um país exuberante, em cuja diversidade da fauna e da flora o olhar se encanta. O diplomata de origem espanhola aproxima sua narrativa àquelas dos viajantes que se aventuraram pelo Brasil. A atuação de Juan Valera

como historiador da literatura nacional também é interessante, como se pode concluir com a leitura de "A poesia do Brasil" (1855). O autor não aborda de forma exaustiva a poesia árcade, mas somente Basílio da Gama e Santa Rita Durão, e trata apenas ligeiramente dos poetas românticos, como Gonçalves Dias e Araújo Porto Alegre. Mas, mesmo que não o afirme de um modo muito conclusivo, suas asserções sobre a passagem da poesia árcade para a romântica antecipam certa noção da formação de um sistema literário (argumento central de Antônio Cândido em *A formação da literatura brasileira*), dado que distingue algo como o desenvolvimento da "verdadeira poesia nacional" na aparição de um "sem-número de poetas" no período pós-Independência (Valera, *apud* Souza, 2017, p. 408). Naturalmente, isso deve ser visto com certa reserva, pois, segundo Roberto Acízelo, as afirmações do autor são às vezes contraditórias, como quando afirma a necessidade de que a literatura brasileira assuma seu caráter nacional próprio, mas também, em certos trechos de suas análises, "parece descuidar-se da própria tese, assinalando o vínculo com a literatura portuguesa de um poeta setecentista nascido no Brasil" (Souza, 2017, p. 381, nota 57).

Um dos autores estrangeiros mais relevantes inseridos em *Na aurora da literatura brasileira* é Ferdinand Wolf. Sua obra *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne suivi d'un choix de morceaux tires des meilleurs auteurs brésiliens* (*O Brasil literário: história da literatura brasileira, seguida de uma seleta de trechos extraídos dos melhores autores brasileiros*), de acordo com Roberto Acízelo, "constitui o primeiro tratado historiográfico dedicado inteiramente à literatura brasileira" (Souza, 2017, p. 415). Essa conclusão já havia sido feita por críticos como José Veríssimo. Em sua *História da literatura brasileira* (1916), quando descreve os fundadores da história da literatura brasileira que antecederam Sílvio Romero, Veríssimo (1916, p. 23) afirma que a *Histoire de la littérature brésilienne*, de Ferdinand Wolf, "é a primeira narrativa

sistemática e exposição completa, até aquela data, da nossa atividade literária". Esse fato parece ter desagradado a Sílvio Romero, pois, quando ele descreve o que denomina de "trabalhos estrangeiros sobre a literatura brasileira", ou seja, os olhares estrangeiros e portugueses sobre a literatura brasileira, em sua *História da literatura brasileira* (1888), o que sobressai é uma crítica acentuada à obra de Ferdinand Wolf. A despeito do livro *Le Brésil Littéraire*, àquela altura, já ter sido utilizado por quase duas décadas no Colégio Pedro II, o crítico afirma que a obra "foi feita às pressas", que "não tem vistas teóricas", e que "é um produto artificial e diplomático" (Romero, 1980, v. 1, p. 51):

> O livro de Ferdinand Wolf, *Le Brésil Littéraire* (1863), tem sido, e continua a ser com razão, o oráculo de todos na matéria; porque é único em seu gênero. O escritor austríaco foi o primeiro a fazer um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura, quadro pálido e incorreto, é certo, mas que se impõe, por estar no singular. E já lá vão bastantes anos que o livro foi publicado, e até bem pouco era o compêndio oficial de nossos cursos! Antes de Ferdinand Wolf ainda a estrangeiros coube a tarefa de traçar as primeiras notícias de nossas letras. Bouterwek, na *História da Literatura Portuguesa* (1804), Sismondi, nas *Literaturas do Meio-Dia da Europa* (1819), e Ferdinand Denis, no *Resumo da História da Literatura de Portugal* (1825), foram os primeiros que falaram de nossos poetas e escritores (ibid., p. 51).

Ainda que afirme o caráter "incorreto" e "pálido" da historiografia literária de Ferdinand Wolf, Sílvio Romero aceita a precedência histórica da obra do estudioso austríaco em face de sua *História da literatura brasileira*. Para Roberto Acízelo, os escritos sobre a literatura nacional da fase pré-romeriana têm grande importância para a historiografia literária brasileira exatamente por "integrar um processo que tem na *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, como que seu momento de consumação" (Souza, 2017, p. 1). Como foi visto, o quadro historiográfico da literatura nacional foi se compondo aos poucos, durante todo o século XIX, desde as obras

precursoras de Friedrich Bouterwek, Sismonde de Sismondi, Ferdinand Denis, Ferdinand Wolf, e de todos os estrangeiros elencados por Roberto Acízelo em *Na Aurora da literatura brasileira,* até a síntese integradora de Sílvio Romero, realizada em 1888.

4

Os ensaios e estudos de autores portugueses e estrangeiros da fase pré-romeriana da historiografia literária brasileira compõem um cenário bastante diversificado de imagens sobre a literatura e a cultura do Brasil, assim como constituem um panorama geral sobre os conceitos, teorias e olhares que se alternaram no decurso do século XIX. Com a maestria que lhe é característica, esses documentos foram selecionados, tratados e publicados por Roberto Acízelo, representando uma contribuição singular para os estudos literários, e para a historiografia literária brasileira em particular. São anos de esforço contínuo por emprestar "um pouco de método" aos estudos de literatura.[2] A atividade incessante do docente dedicado aos mais diversos temas da teoria, da crítica e da história da literatura; e a pesquisa minuciosa, que se debruça sobre textos raros, muitos dos quais desconhecidos mesmo do público especializado, são complementadas pela atitude generosa do organizador preocupado em deixar o caminho livre para o contato direto com os textos que se ocuparam com o cânone nacional em formação.

Nesse sentido, Roberto Acízelo franqueia tanto ao neófito quanto ao pesquisador maduro o acesso a obras que são valiosas não apenas enquanto documentos do passado, resquícios exóticos de um tempo que se foi, mas pelos *insights* a respeito de questões ainda vigentes nos estudos literários. Como sugere o pesquisador, desde então a história da literatura brasileira tornou-se "mais do que um gênero discursivo e disciplina acadêmica, uma verdadeira instituição" (Souza, primeira orelha, 2017). Da mesma forma como é possível, desde o final do século XIX, abordar a historiografia

literária brasileira como um saber institucionalizado, nunca será demasiado lembrar, com respeito e admiração, a contribuição desse *grand homme de lettres* que é Roberto Acízelo de Souza para os estudos literários no Brasil.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos (1750-1880). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. 2 v.

_____. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

CÉSAR, Guilhermino (Org.). *Historiadores e críticos do romantismo*: a contribuição europeia – crítica e história literária. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*: autores portugueses. Organização de Carlos Augusto de Melo. Jundiaí: Paco Ed., 2018.

_____. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*: fundamentos teóricos e autores brasileiros. Organização de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. 5 v.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *E a literatura hoje?*: estudos de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2018.

_____. (Org.) *Historiografia da literatura brasileira*: textos fundadores (1825-1888). Rio de Janeiro: Caetés, 2014. 2 v.

_____. *Iniciação aos estudos literários*: objetos, disciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. (Org.) *Na aurora da literatura brasileira*: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. Rio de Janeiro: Caetés, 2017.

_____. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *Um pouco de método*: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: É Realizações, 2016.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

_____. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. São Paulo: Edusp, 1977.

NOTAS

1 *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros*, de Francisco Sotero dos Reis, com organização de Roberto Acízelo (Editora Caetés, 2014). Trata-se da parte da obra de Francisco Sotero dos Reis que engloba apenas os autores brasileiros. A parte do mesmo *Curso* que incorpora autores portugueses foi organizada e anotada por Carlos Augusto de Melo. Cf. Reis, 2018.

2 Referência à obra de Roberto Acízelo, *Um pouco de método: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral.* Cf. Souza, 2016.

Mestre Acízelo, amigo Roberto

Eduardo Luz

No já remoto ano de 1992, fui aprovado na Universidade Federal do Ceará para o cargo de professor do departamento de literatura, unidade de teoria. Não guardei comigo o edital e sua bibliografia, mas lembro que, para nós da literatura, já havia Roberto Acízelo de Souza. Meses antes do concurso, ainda durante o mestrado, eu visitara o Rio de Janeiro, a Uerj e sua livraria, onde comprei o *Formação da teoria da literatura: inventário de pendências e protocolo de intenções*, edição de 1987, uma versão de sua tese de doutorado. Foi, quase asseguro, meu primeiro contato com o texto acizeliano: do ponto de vista estilístico, era elegante e sóbrio; do ponto de vista argumentativo, cerrado, culto, equilibrado. Pelo *campus* da UFC, no entanto, já circulava um outro livro do autor, do mesmo ano (a segunda edição), parte de uma série chamada Princípios, da Ática, que teve generosa acolhida dos alunos, sobretudo dos recém-ingressos: *Teoria da literatura*. Tratava-se de um livrinho de oitenta páginas, com dicção mais fluente que o anterior, mas não menos rigoroso conceitualmente. Os alunos de letras, na UFC, estudam teoria no primeiro e no segundo semestres; chegam ao curso, muitas vezes, imaturos e inseguros, principalmente para se exercitarem numa disciplina complexa e sofisticada como a teoria. Esse *Teoria da literatura*, para eles, foi o texto oportuno: apesar de manter o rigor reflexivo próprio de Acízelo, a linguagem requerida pela editora foi-lhes próxima, e eles transitaram com mais confiança pela constituição da disciplina e por suas correntes textualistas, fenomenológicas e sociológicas. Excelente para os alunos, excelente para os professores. Até os dias de hoje, sei que o

livrinho é lido e sugerido, embora eu não saiba se ainda é publicado (a última edição de que tive notícia foi a décima, de 2011).

Ainda no ano de 1992, publicou-se um livro que obteve expressiva repercussão no meio acadêmico das letras, organizado por José Luís Jobim: *Palavras da crítica*. Dezoito tópicos literários foram escritos por dezoito especialistas. Um desses capítulos (verbetes?) foi "Teoria da literatura", por Roberto Acízelo de Souza. Esse é um texto que me acompanha durante toda a carreira; na verdade, lido com ele, até hoje, como um texto exemplar. Trabalho-o com meus alunos como modelo de técnica argumentativa: antes de discorrer sobre teoria, disciplina acerca da qual versa o capítulo, pareceu a Acízelo indispensável fazê-lo sobre outras disciplinas que a antecederam e das quais, em alguma medida, descende. E mais, e antes: se a teoria é da literatura, que acepção de "literatura" foi adotada para intitular a disciplina? Digo a meus alunos que se trata de uma técnica de desfibramento, efetuada por meticulosos e precisos cortes, a partir dos quais o argumento se esclarece e se apresenta ao leitor. O texto – agora sob o ângulo conceitual – era o de sempre: irretocável. Essa organização mental de Acízelo pode ser identificada na própria apresentação do livro, em que José Luís Jobim agradece a ele, "que converteu em um único padrão o emaranhado de diferentes sistemas de referências bibliográficas" (Jobim, 1992, p. 10). Não surpreende, portanto, que Acízelo viesse a publicar – ainda que no então distante ano de 2016 – um valiosíssimo livro, que tardava e que, a par de tão simples, é absolutamente indispensável a alunos (e professores) criteriosos: *Um pouco de método: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral*.

Caminhemos, no entanto, devagar... Ainda em relação a *Palavras da crítica*, há um episódio que me marcou. Décadas após o lançamento da obra, Acízelo e eu estávamos conversando e bebendo nosso cafezinho, na Uerj, e lhe perguntei, cauteloso, se não haveria um engano em certo ponto de seu verbete, precisamente onde se

lia: "heliocentrismo da cosmologia ptolomaica" e "geocentrismo da cosmologia copernicana". Ele rapidamente reconheceu a inversão nas ideias dos cientistas. O que o intrigou, no entanto, não foi a inversão por si só, mas sim que, após tantos e tantos anos, ninguém o tenha alertado sobre ela; ou, mais precisa e problematicamente, que ninguém a tenha percebido. Aqueles que conhecem minimamente o mestre devem imaginar quantas reflexões o fato lhe deve ter suscitado.

Envolvido em projetos paralelos à Universidade, meu doutorado foi iniciado tardiamente, em 2008, na Uerj. Até esse ano, vimos surgirem vários títulos de Roberto Acízelo de Souza, cujo nome naturalizou-se em nosso ambiente das letras. Quero destacar, no entanto, um título em especial: *Iniciação aos estudos literários: objetos, disciplinas, instrumentos*, de 2006. O livro é uma proeza: numa época avessa a manuais, Acízelo escreveu um texto que instiga a busca pela compreensão dos fundamentos conceituais dos estudos literários e, de certa forma, estabelece um paradigma novo nessa área, em relação à abordagem da disciplina no âmbito universitário. A obra toma pelas mãos o aluno da base e o eleva a agente problematizador da disciplina, como convém ser todo estudante de teoria.

No segundo semestre de 2008, matriculei-me na disciplina oferecida por ele ("Algumas contribuições hispânicas para a constituição da ideia moderna de literatura") e pude, então, conhecê-lo mais de perto. Uma semana antes de cada aula, ele nos encaminhava o texto correspondente a ela, para que o lêssemos, anotássemos e procedêssemos à correção gramatical que julgássemos necessária. Era um dever e um prazer mergulhar em textos de autores que eu só conhecia tangencialmente, como Arteaga, Menéndez Pelayo e Rodó. Na Bienal do Rio, em 2011, visitei o setor universitário; um dos primeiros livros que atraíram minha atenção foi *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688 – 1922)*, um volume portentoso que, uma vez publicado,

transformou-se de imediato em obra de referência. Estavam lá os textos que estudáramos na disciplina; e estava lá, na página de Agradecimentos, o meu nome. Lição do mestre.

A generosidade de Acízelo é consabida. Desde que soube do tema de minha tese (e embora não fosse o meu orientador), Acízelo ofereceu-me livros de sua autoria ou não, sugeriu-me ensaios que disponibilizava no primeiro momento e, apesar de tantas atividades exercidas, esteve sempre pronto a discutir uma questão duvidosa deste aluno. Algumas vezes, encaminhou-me textos seus inéditos. A título de exemplo, em 2010 mandou-me por *e-mail* o ensaio "Os estudos literários: fim(ns) e princípio(s)", um belo, longo e um tanto desencantado texto, motivado, em boa medida, pelo caráter onívoro e homogeneizador dos estudos culturais, que viria a ser publicado apenas no ano seguinte, na revista *Itinerários*, e recolhido em livro somente em 2015, em *Variações sobre o mesmo tema: ensaios de crítica, história e teoria literárias*. Nesse mesmo ano de 2015 – lembrança puxa lembrança –, outro exemplo de sua obsequiosidade. No mês de julho, houve um evento na Universidade Federal do Ceará, organizado pelo departamento de literatura, cuja palestra de abertura seria de Acízelo. Infortunadamente, no horário da palestra eu estaria em voo, retornando de viagem, e não poderia recepcioná-lo ou assistir a ela. No aeroporto, peguei um táxi e segui direto para a Universidade. Encontrei-o numa feirinha de livros, trocando ideias com alunos encantados em conhecê-lo. Sentamo-nos e iniciamos nossa "conversa de cafezinho", praticada já havia anos. Ele trazia consigo uma bolsa a tiracolo, de onde retirou, para me ofertar, um exemplar do magnífico *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários (século VIII a.C. – século XVIII)*. Publicado no ano anterior, recebeu em 2015 o prêmio anual da Academia Brasileira de Letras na categoria Ensaio, Crítica e História Literária. Trata-se de uma obra monumental, que, isoladamente, já honraria uma carreira; obra de referência, impres-

cindível a nosso magistério das letras. Acízelo trouxera consigo esse tesouro de quase três quilos para me presentear três mil quilômetros depois. Assim é o mestre.

Ainda haveria muitos e muitos outros exemplos a rememorar; mas, por ora, regressemos às suas aulas no doutorado, em 2008.2. Durante o semestre, conheci Fábio Almeida de Carvalho, professor da Universidade Federal de Roraima. Depois das aulas de Acízelo, conversávamos sobre os textos que acabáramos de discutir e sobre o "método Acízelo" de levantar ideias. Mais de uma vez, concluíamos que nos parecia impossível ensinar teoria sem o suporte de textos de Roberto Acízelo de Souza. Assim já acontecia em Roraima e no Ceará, tínhamos certeza. A propósito, há aqui um fato que muito me surpreendeu quando dele tomei conhecimento. Soube-o pelo próprio Acízelo. Numa de suas idas a Roraima, a convite do Fábio, Acízelo teria, pela primeira e única vez, pisado fora do território brasileiro, tendo esticado sua viagem até uma cidade da Venezuela e outra da Guiana. Não tenho informações, hoje, se depois dessa ocasião tornou a fazê-lo. Não sei por quê, mas sempre me intrigaram os pensadores profundos, afeitos à cultura universal, que jamais dissiparam suas energias produtivas em viagens ao estrangeiro, e de imediato nos lembramos de gente de espírito e inteligência como Machado (que morreu sem fazê-las) e Drummond (que as fez exclusivamente à Argentina, em quatro ou cinco oportunidades, para visitar a filha). Curiosamente, porém, foi de Acízelo que recebi algumas das melhores sugestões de locais especiais pela exuberância natural (como certo recanto da Ilha da Gigoia) ou de parques protegidos e remotos no País, pelos quais se fazem caminhadas e se observam pássaros (como Conceição de Ibitipoca). Sabem os mais próximos do mestre que ele é um apaixonado ornitólogo... Retornemos, porém, ao doutorado.

Em junho de 2009, fui submetido ao exame de qualificação, de cuja banca Acízelo era membro. À época, havia um nó em minha pesquisa, e ele precisava ser desfeito. Quem algum dia escreveu uma

tese de doutorado conhece esse tipo de nó, que trava a operação analítica em relação à metodologia. Faltava-me não só alcançar verdadeiramente o *classicismo moderno* de Machado de Assis, como também avaliá-lo em ação no seu texto crítico. Já durante o exame, Acízelo ofereceu-se para ajudar-me, e seu aconselhamento foi essencial para configurar adequadamente a categoria utilizada e refinar sua aplicação. Sinteticamente, seria isto: afirmado o universalismo de Machado, seria ele um clássico, não um romântico; como universalista, porém, inimigo do classicismo conservador rebocado pela retórica; dessa forma, um clássico antirretórico, ou seja, um clássico moderno. Como tal, Machado se teria proposto assumir um paradoxo: conjugar dimensões históricas (oferecidas pela vida política e social) a dimensões estéticas (oferecidas pela modernidade, que instalara a autonomia da literatura). Estava desfeito o nó; mas, para a plena compreensão do paradoxo – que, afinal, segregaria seu nacionalismo, o que de fato eu buscava –, além do aconselhamento do mestre, servi-me de uma obra sua, de 1999, originada de sua tese de concurso para professor titular de literatura brasileira na Universidade do Estado do Rio de Janeiro: *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Durante o período em que se consolidava a obra crítica machadiana, travava-se um embate entre o universalismo clássico dos discursos que tomavam a literatura como objeto (retórica e poética) e o pensamento literário de índole nacionalista, de motivação cientificista, negociado com as ciências humanas então emergentes, embate que resultaria na vitória e no assentamento da história da literatura. A obra de Acízelo é um precioso retrato desse confronto – ao qual está anexada não menos preciosa documentação –, de cuja leitura resulta a compreensão do recuo das disciplinas de inclinação humanística e da sua residualidade atual. Foi o texto perfeito para que o *classicismo moderno* de Machado se me apresentasse plenamente estruturado, e isso também devo a Acízelo.

Defendi minha tese de doutorado em outubro de 2011, diante de uma banca estrelada, criteriosamente definida por José Luís Jobim, meu orientador. Estavam lá Alfredo Bosi, João Roberto Faria, Marlí Tereza Furtado e Roberto Acízelo de Souza. Foi para mim um dia memorável, depois do qual regressei a Fortaleza e reassumi minhas turmas de teoria na UFC. Entre os anos de 2011 e 2015, continuei a receber, pelo correio, livros de Acízelo. Afora alguns já aqui citados, gostaria de destacar três: os dois volumes de *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*, mais um título que fez agradecidos os pesquisadores da área; *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros*, obra de Francisco Sotero dos Reis, estabelecida e anotada por Acízelo com os cuidados sabidamente conhecidos, em cuja dedicatória, com um humor que mais revela do que esconde a reverência, ele a tratou como uma de "nossas queridas velharias"; e, por fim, *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*, na linha de apoio mais direto a nosso magistério.

Durante o ano de 2015, fui ao Rio e encontrei-me várias vezes com Acízelo, que, em meio à maior crise da história da Uerj, assumira a coordenação geral do programa de pós-graduação *stricto sensu* em letras. Ofereci à apreciação do colegiado meu projeto de estágio de pós-doutorado e fui cumpri-lo durante 2016, sob a sua supervisão. O projeto objetivava a emancipação da leitura de *Helena*, de Machado de Assis, cristalizada, havia cento e quarenta anos, sob uma perspectiva romântica. A proposta era inserir uma nova recepção para a obra, fundada nas técnicas da *aemulatio* e da *bricolage*, que teriam sido empreendidas por Machado em seu processo de pilhagem e torção de três tragédias gregas para a elaboração de seu romance. Quando ofereci o projeto à apreciação de Acízelo, temi que estivesse um tanto fora de seu ambiente de pesquisa; mas, desde o primeiro momento, foi bem acolhido por ele. Concluído o estágio, publicou-se a pesquisa em livro, e sua apresentação, escrita por Acízelo, foi de alguém que

havia comprado a ideia do estudo, o que lhe abriu as portas para que circulasse por aí. Peço licença, aqui, para abrir parêntese a uma lembrança: gosto de repetir uma história experimentada por ele, porque ela toca a todos os professores. Num de nossos cafezinhos, ele contou-me que, dias antes, fizera algo que havia muito tempo não fazia: parar diante da biblioteca e escolher um livro para ler, sem que tivesse qualquer obrigação de escrever algo sobre ele. Ler por ler. Que professor, sobretudo o universitário, não passou por isso? A propósito, o livro escolhido e lido foi *Vovô Morungaba*, de Galeão Coutinho, um brasileiríssimo romance de 1938. Como se percebe, os cafezinhos com o mestre serviam, inclusive, para o que há de melhor no mundo: conversar sobre livros, sem a sombra das solicitações acadêmicas.

O que o leitor leu até este ponto é o depoimento de alguém que se sente honrado de ser discípulo de Acízelo e de ser amigo de Roberto. Nas poucas linhas disponíveis, quis dividir com esse leitor minha experiência intelectual e afetiva com Roberto Acízelo de Souza. Por um lado, procurei mostrar como e o quanto sua vasta e sólida obra contribuiu para que nós, professores de teoria, pudéssemos estar mais confortáveis para apresentar aos alunos as questões teóricas, críticas e historiográficas dos estudos literários. Asseguro que, na universidade brasileira, é praticamente irrealizável estudar ou ensinar teoria sem textos escritos ou organizados por ele. Por outro lado, considerei importante apresentar ao leitor traços de sua personalidade, que a convivência de longos anos, embora quase sempre pontual, fez revelarem-se. Naquela pessoa discreta e reservada, há uma generosidade, uma solicitude e uma empatia que são também, e sobretudo, lições do mestre; por isso, reproduzi alguns eventos de nossa relação pessoal, ilustrativos desses traços.

Roberto Acízelo de Souza é isto: um exemplo intelectual e um exemplo humano. Obrigado, Acízelo. Obrigado, Roberto.

REFERÊNCIAS

REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*: fundamentos teóricos e autores brasileiros. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Do mito das musas à razão das letras*: textos seminais para os estudos literários (século VIII a.C. – século XVIII). Chapecó: Argos, 2014.

_____. *Formação da teoria da literatura*: inventário de pendências e protocolo de intenções. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Niterói: Eduff, 1987.

_____. *História da literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. São Paulo: É Realizações, 2014.

_____ (Org.). *Historiografia da literatura brasileira*: textos fundadores (1825-1888). Rio de Janeiro: Caetés, 2014. 2v.

_____. *Iniciação aos estudos literários*: objetos, disciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *O império da eloquência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 1999.

_____. *Teoria da literatura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Teoria da literatura. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da crítica*: tendências e conceitos nos estudos literários. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 367-389.

_____ (Org.). *Uma ideia moderna de literatura*: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). Chapecó: Argos, 2011.

_____. *Um pouco de método*: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: É Realizações, 2016.

_____. *Variações sobre o mesmo tema*: ensaios de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2015.

Na aurora da literatura brasileira: as notas do organizador como revisão historiográfica

Éverton Barbosa Correia

A apreciação do livro *Na aurora da literatura brasileira*, com organização e notas de Roberto Acízelo de Souza, demanda uma leitura de fôlego, a considerar a diversidade de pronunciamentos historiográficos ali coligidos, bem como as diferenças de perspectivas acionadas ou a origem dos historiadores reunidos, já que foram contemplados alemães, argentinos, ingleses e franceses, além dos portugueses, aos quais se dedica o maior espaço da obra. E, se a divisão do livro serve para cumprir o seu anúncio, grafado no subtítulo – "olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário em formação" –, por outro lado, insinua uma emancipação do olhar brasileiro em oposição ao lusitano, que se oferece na condição de um outro, notadamente porque o grosso da produção historiográfica se volta para o período posterior à independência política, à exceção de Friedrich Bouterwerk. Todavia, essa dissensão entre o Brasil colonial e o Brasil imperial repercute na significação e na valoração dos bens culturais – e não é diferente com a literatura –, quando perspectivados em face dos agentes envolvidos – autores e leitores – , com vistas à sistematização da tradição literária de língua portuguesa, que ocasionalmente recebe a adjetivação *lusitana*, *luso-brasileira* ou *brasileira*, emancipada e exclusivamente.

Não é de estranhar, pois, que, ao longo do volume, a adjetivação apareça difusamente se referindo ao mesmo objeto, qual seja, a produção literária inscrita no chão luso-americano que esboça

uma linha de desenvolvimento. Tudo isso ganha sentido e relevo se considerarmos o efervescente momento de investigação que se estende da pré à pós-independência, quando a distinção cultural ainda não era um fato consumado e a língua de expressão nacional era indiscutivelmente a portuguesa, o que só veio a ser problematizada com o passar do tempo, sobretudo após a reivindicação romântica de uma língua genuinamente brasileira.

Se a consciência nacional ainda não era um fato, a vontade invencível de que passasse a ser foi o que animou o espírito dos historiadores brasileiros, mais ou menos associados ao mecenato imperial. Sendo esta a condição de pronunciamento dos historiadores brasileiros, algum grau de ressonância deveria haver na repercussão da historiografia oriunda do estrangeiro, não sem modalização ou mesmo divergência, sobretudo quando se referia ao que se entendesse como brasileiro, como luso-brasileiro ou como lusitano propriamente, uma vez que boa parte do solo americano estava sob domínio, posse e consequente apropriação da coroa portuguesa, com os seus interesses e valores particulares, o que lhe permitiu ocasionalmente chamar uma parte da América sua tutela de Estado do Maranhão e do Grão-Pará e outra parte de Estado do Brasil. Por mais didática que seja, a distinção interessa para que não caiamos na sedução de associar a América Portuguesa ao Brasil, o que só aconteceu por ocasião da vinda da família real para cá e, mesmo depois de emancipado, o País, como se sabe, permaneceu sob o domínio da dinastia bragantina. Com isso, evidencia-se o fato de que a associação íntima e indissociável entre o Brasil, a dinastia bragantina e a América Portuguesa é, por assim dizer, um acidente muito peculiar ao século XIX, que curiosamente se ocupou de buscar vínculos fundos entre o Brasil e a América Portuguesa, desvinculando-a das particularidades dinásticas, a pretexto de se distinguir do velho colonizador, a despeito de nossos monarcas oitocentistas serem naturalmente da casa de Bragança.

O comentário, talvez excessivamente colado em dados histó-

ricos, vale, ao menos, para chamar a atenção para a particularidade das manifestações literárias coloniais e oitocentistas de que nos ocupamos, circunstancialmente. Pois há uma divergência que é da própria matéria tratada – seja tomada como lusitana ou como seu desdobramento –, que se precipita em cascatas de perspectivas e tratamentos adotados para a descrição do mesmo fenômeno, ainda que o suponhamos uno e encadeado, como deveria ser o devir histórico gravado nos bens literários. Todavia, não há como supor, prever ou forjar uma linearidade cursiva e consequente no que se queira brasileira, senão como uma obsessão romântica. E, já que o volume se pauta pelo delineamento do olhar historiográfico estrangeiro, conviria fazer alguma ponderação ideológica acerca do material que se organiza na obra, a fim de que, com o intuito de mostrar a pluralidade de perspectivas que se voltam para um objeto que é por si mesmo plural, não se perca o que é fundamento histórico ou condicionamento estético. E a estratégia utilizada pelo organizador para fugir da armadilha de sufocar ou descaracterizar o objeto em pauta foi a de interferir minimamente na sua constituição, na sua formulação ou mesmo na disposição dos textos reunidos, sob o argumento de que a ideia de compor o volume lhe era anterior, do professor Guilhermino César. Não sendo a estruturação da leitura patrimônio exclusivo de um sujeito, convém ressaltar a existência de uma trajetória de leitura que se espraia entre outros leitores, o que converge para uma demanda comum: observar como outros viram o fenômeno literário circunstanciado espacial e temporalmente como uma condicionante de hábitos ou traços, a que atribuímos um valor simbólico, que nos conduz à construção de identidades ou à produção de conhecimento oriunda da representação literária.

Tudo estaria perfeitamente dentro dos conformes, se aceitássemos a ideia de que não há como não haver a interferência no objeto, que é, invariavelmente, o que orienta a leitura, mesmo quando se trata de um leitor especializado, quer receba o apelido

de *crítico*, de *teórico* ou de *historiador*. Conforme se prevê, é na condição de historiador que um leitor se volta para a produção de outros historiadores, sob a motivação do interesse comum que os anima. Mas o que dizer de um historiador que anota e prefacia outros historiadores, uma vez que tal prática como exercício de conduta profissional está convencionalmente atribuído a disciplinas como a filologia ou a crítica textual, entendidas não raro como distintas da historiografia literária? Distintas, mas afins; é o que se nos insinua a interferência de Roberto Acízelo de Souza no corpo historiográfico oitocentista de estrangeiros e portugueses, que observaram algo que se aproxime de uma tradição literária brasileira.

A partir daí, durante a leitura me vieram algumas hipóteses decorrentes de seu tratamento devotado a historiadores, não pelo que ele afirma expressamente, mas pelo que é possível depreender de suas notas e de suas apresentações autorais, a exemplo de: 1. Por suportarem modalidade de apreciação semelhante a autores de ficção, os historiadores devem ser tomados como autores literários? 2. A distinção entre o crítico e o historiador é meramente formal ou carrega consigo determinações outras, de acordo com a tradição que cada um reivindica? 3. Qual o diferencial entre os historiadores estrangeiros do século XIX e os do século XX? 4. A nacionalidade da autoria deve ser reputada ao local de nascimento ou às circunstâncias de produção e de circulação do discurso? 5. O que distingue o olhar estrangeiro quando o objeto de apreciação é o Brasil ou a literatura brasileira? 6. Os historiadores oitocentistas estrangeiros podem ser considerados brasilianistas quando olham para o Brasil? Um pouco atordoado por questões como estas, voltei-me para a especulação em torno das notas feitas por Roberto Acízelo de Souza, com o propósito de apreender sua interferência no objeto de estudo, já que a imparcialidade se oferecia como imperativo categórico à sua investigação, cujo poder de convencimento nos leva a algo parecido com a verdade que cada texto lateja.

Observando as notas, tal como foram confeccionadas, esmerilhadas e polidas por Roberto Acízelo de Souza, fica-nos a impressão de que foram talvez um pouco podadas, para se tornarem adequadas ao leitor comum, que, necessariamente, não vai se ocupar delas senão como uma consulta fortuita e ocasional. Pois bem: ao dar-se relevo ao que é acessório e até dispensável, fixamos um olhar para o qual interessa menos o objeto textual em si, do que o uso que se possa fazer dele, por meio da reflexão que suscita. Tomada como alvo da leitura, a reflexão se constitui como um objeto rarefeito sem um condicionamento prévio e, por conseguinte, sem qualquer comprometimento com o que quer que venha a ser entendido ou nomeado como verdade, ainda que indesejável. Ao invés, a verdade, se existir, haverá de ser desencadeada pelo leitor ocasional, que organiza a seu próprio modo o tecido do discurso que quiser como uma rede ou uma cadeia, prestes a se desatar ou a desencadear outra. E nada garante que o faça, seja porque o olhar perspectivado da tradição sempre soa algo como uma espécie de fraude, seja porque ainda estamos todos contaminados pela hipótese já cansada e alquebrada do tempo de que a neutralidade é uma tomada de posição. E não custa perguntar: qual a tomada de posição de uma nota de rodapé? Os céticos dirão: nenhuma. Os crentes dirão: todas. Como os céticos parecem estar resolvidos com suas crenças, cabe-nos tão somente especular sobre as dúvidas dos crentes, que querem ver na nota algum índice de revelação, algum sinal que conduza a um significado desejado ou hipotético. E a primeira asseveração a fazer a esse respeito é a de que a nota é um paratexto, podendo vir a se constituir como texto, que efetivamente texto não é. E a intenção aqui é justamente não a de tomar o texto pelo que ele não é – mas está enunciado nas notas –, e sim pelo modo como se apresenta em certa simetria com um possível significado do texto propriamente, que, se existir, obviamente não está nas notas. Salvo disposições contrárias, o sentido das notas reside no propósito exato de dar relevo

ao que o texto é, por meio da manipulação que os leitores possam fazer de suas informações intratextualmente e extratextualmente. Aqui também há uma verdade de leitor especializado que, ao anotar, tenta se comunicar concretamente com outros leitores virtuais que o reconheçam na materialidade textual, que se abre e se pulveriza numa infinidade de categorias e conceitos que simulam a suficiência circunstancial da leitura, que logo se esteriliza e pede atualização. Também aqui eu quero ver uma verdade de leitor especializado que, ao anotar, não se revela exatamente pelo que enuncia, mas muito mais pelo que pode ser enunciado como uma cadeia discursiva que repercute um acúmulo de experiências.

As notas tais como foram timbradas por Roberto Acízelo de Souza não seguem um padrão fixo; antes são condicionadas pelas circunstâncias de pronunciamento, ao qual a anotação se conforma com um equilíbrio que nos dá a impressão de naturalidade da expressão a que se harmoniza, como se houvesse uma equivalência entre o objeto e seu uso: o discurso historiográfico e sua anotação. Muitas vezes a anotação se restringe a referir datas, locais e identidades autorais referidas no texto, como é previsível, e também aqui as notas cumprem sua função. Para além do previsível, às vezes é confeccionada como contraposição ou desdobramento da nota anteriormente escrita pelo próprio historiador coligido e que se faz objeto de apresentação e organização. Nestes casos, há a distinção entre "nota do autor" e "nota do organizador", como se a autoria constituída pelo historiador apreciado se estendesse na nota do historiador que o comenta, inscrevendo dois níveis de autoria, mesmo que se trate como é bem sabido de dois leitores especializados, cuja leitura dilatada no tempo instaura um conflito incontornável. Sendo previsível a diferença de posicionamentos entre o historiador que se faz objeto de leitura e o historiador que orienta o leitor atual, o procedimento de confronto entre as duas respectivas anotações não se apresenta de modo exaustivo na publicação. Aliás,

quando não há necessidade, a nota corre à solta sem a referência ao organizador, que só se distingue quando confrontado ao autor, exigindo a referência entre os dois níveis de notação e de leitura, a um só tempo. E é exatamente aí, quando dispensa identificação, que reside a maior interferência do organizador por meio da anotação que desenvolve como um paratexto, que, alvejando o texto original, corrige-o, emenda-o e, de algum modo, se cola ao texto como uma variação que passa a constituí-lo. A título de ilustração, vou me deter em duas observações feitas ao texto de Teófilo Braga, quando se refere à Arcádia Ultramarina. A primeira constitui a nota 96 e assim se apresenta:

> Por mais que muitos historiadores se refiram a certa Arcádia Ultramarina que teria havido no Brasil do século XVIII, as pesquisas jamais encontraram documentos que atestem sua existência. Como em Portugal efetivamente houve uma Arcádia Lusitana (1757-1774), a expressão parece ter sido criada para idealmente designar poetas árcades nascidos no Brasil ou aqui radicados (Souza, 2017, p. 207).

A anotação ganha destaque sobre o texto que ilustra e emenda, porque o próprio autor Teófilo Braga, um tanto arbitrária e insidiosamente, se encarrega de listar os membros da suposta Arcádia Ultramarina, assim nomeada não se sabe exatamente por quem, acrescentando-lhe inclusive o período de vigência, que se teria estendido de 1779 a 1789, ilustrando inclusive com o exemplo de Cláudio Manuel da Costa, cujas *Obras* de 1768 já traziam no seu frontispício o seu pseudônimo de Glauceste Satúrnio, acompanhado pelo epíteto de Árcade Ultramarino. Portanto, se a tal Arcádia Ultramarina existiu, existiu antes do período recortado pelo historiador português, mas não como uma academia de letras, porque nunca se encontraram atas ou outros registros a seu respeito. Possivelmente terá existido como uma idealização de Cláudio Manuel da Costa, poeta cultivado e ilustrado na metrópole lusitana, sob o amparo

de ter frequentado arcádias europeias que não lhe conferiram por contiguidade o direito de ser membro ou sócio de uma Arcádia que nunca teve registro. Sem registro, a tal Arcádia Ultramarina pode ter vindo a ser a Arcádia de um homem só, que a idealiza e a nomeia na folha de rosto de sua publicação como um expediente exclusivo, próprio e suficiente para a sua circulação e representação junto a outras arcádias. O procedimento que talvez fosse válido para outras Arcádias, não foi suficiente para que a representação e o reconhecimento da Arcádia Ultramarina se desse junto às demais, o que revela algo da vida literária no Estado do Brasil colonial, mas também aponta para suas limitações de projeção para além-mar, cuja ultrapassagem nem sempre fora feita com sucesso, tal como a indicação de Teófilo Braga ilustra pela imprecisão temporal e pela discriminação de sócios extemporâneos. Através do comentário, eu queria evidenciar que a anotação extrapola em muito a expectativa que lhe é atribuída, porque não se restringe a simples ponderação ou enumeração de datas ou fatos, mas incide sobre a própria narrativa historiográfica, ampliando-a e corrigindo-a, tal como o argumento se prefigurara em nota da página anterior, sob o número 93.

> Descuido do autor na apuração dos fatos, aliás notórios: Cláudio e Gonzaga foram presos por sua participação na Inconfidência Mineira, em 1789, portanto sob o governo de D. Maria I, e não de Pombal, que, de resto, tinha morrido em 1782. Gonzaga foi condenado a desterro, mas Cláudio, não, pois morreu na cadeia, antes do julgamento (Souza, 2017, p. 206).

Este é o tipo de nota em que o organizador se comunica diretamente com o leitor, que supõe especializado, menos pelo ofício da historiografia literária, mas, muito mais, por reputá-lo sabedor das informações veiculadas, seja quando se refere aos políticos portugueses ou autores mineiros, o que hoje já não é um consenso entre os alunos de letras, por exemplo. A observação nos chama a atenção ao menos para um fato: o cruzamento de várias leituras

que se sobrepõem sob a reivindicação da especialização. A primeira leitura a ser assinalada é a do historiador que adquire feição autoral; a segunda, a do historiador que faz as vezes de organizador e interfere na leitura anterior; a terceira, por sua vez, é a de um leitor não menos especializado, que precisa manipular as referências autorais cotejadas pelo organizador que lhe confia informações nem sempre compatíveis com o texto original, tal como as que acabamos de ver. Se tal movimento de leitura prevê uma especialização que é requerida a todos os seus agentes aí envolvidos, é preciso ressaltar, ainda, que tal sobreposição não é uniforme nem assegura a unidade do entendimento da matéria em pauta, cuja apreciação continua aberta. Quer dizer, assim como não há identidade entre a leitura do historiador apreciado e a do organizador do volume, nada assegura que haverá a partilha dos mesmos princípios pelos seus eventuais leitores, seja pela especialização solicitada, seja porque tal especialização sempre vem revestida de interesses ou de orientações não necessariamente convergentes. Se a identidade de interesses ou de perspectivas não é uma possibilidade, o que se verifica é que a especialização da leitura se constitui como uma condicionante do entendimento e, por extensão, como um valor.

Analisando a nota supracitada, a conduta de Teófilo Braga na descrição das datas de falecimento do ministro e mecenas português, bem como no destino dos poetas, ao mesmo tempo em que que valoriza a referência histórica, mostra a fragilidade com que era produzido o discurso historiográfico oriundo de Portugal, nem sempre sob o amparo ou sob o cotejo de fontes primárias, mas como um discurso pouco mais ou menos erudito, que atravessa a biografia dos envolvidos. Tudo isso ganha relevo pela relação viva e dinâmica que se estabelece com o historiador citado, menos pelo rigor de sua formulação do que pelas circunstâncias de sua escrita, que o levam a imprecisões históricas básicas, nem tanto pelo falta de conhecimento, mas mais ainda pela relação estabelecida com os leitores e

os autores envolvidos, para quem aquela fala poderia adquirir valor de verdade pela autoridade de seu enunciador, o que é contraditado em enunciado e em postura pelo organizador.

À proporção que a fala do historiador português é emendada pela nota do organizador, que lhe reclama falta de apoio na referência, permite ao leitor que o contempla em dois níveis – o da enunciação oitocentista e o do seu reparo à correção – uma compreensão sedimentada historicamente, para a qual o distanciamento do objeto se faz condição da leitura, porque o leitor virtual não pode se identificar com um nem com o outro, e se coloca numa condição que é necessariamente crítica, ou seja, não é cômoda nem segura, porque prevê certa maturidade, para não se colar ao discurso pelo que está sendo veiculado, e sim pelos critérios da formulação. O entendimento necessário, que se dá para além da autoridade autoral ou do reconhecimento histórico, faz com que o reexame da historiografia se coloque impositivamente, porque se faz mais do que oportuno para os leitores contemporâneos. Independente até das eventuais simpatias, mas também pela possibilidade de atualizar o discurso histórico, não sem antes referir suas incontornáveis implicações, inclusive as que estão radicadas nas referências históricas, estéticas ou propriamente literárias, como no caso da nota 112: "Serranilha: canção pastoril dos antigos poetas populares de Portugal, que figura um diálogo entre uma camponesa e um cavaleiro, no ambiente bucólico das serras; também se diz *serrana*" (Souza, 2017, p. 208).

Este tipo de nota, ao passo que desnaturaliza o que talvez fosse natural para o autor, revela, por seu turno, o descompasso entre o tempo de enunciação historiográfica, para o qual o que era familiar passa a ser estranho pelo distanciamento temporal, que permite o aparecimento e o desaparecimento de formas literárias, que pedem revisão e elucidação. Quando se presta a explicar as modalidades formais utilizadas pelo autor, o organizador não interfere menos na compreensão literária em curso, ainda que sua observação incida

mais na percepção do leitor do que na própria formulação autoral. Por outra, é necessário assinalar ainda que o desprendimento estilístico autoral, quando condicionado por imperativo categórico extemporâneo, demanda reparo, porque se faz efetivamente obsoleto. A obsolescência da matéria, quando não de sua abordagem, importa para a historiografia que se quis como leitura do Brasil, mesmo quando visto de perto, como se aquilo que se vê por meio da leitura e o que interessa dar a ver como objeto de leitura nem sempre fossem compatíveis. Daí a vontade irreprimível de rever o que foi pouco ou quase nada visto, menos pela visibilidade do assunto tratado do que pela luneta de quem olhou para o Brasil como um ponto cego.

Obviamente que essas notas mais extensas são intercaladas por um sem-número de notas menores, de caráter meramente informativo, que dimensionam uma interferência crítica por meio da anotação que progride de acordo com o desenvolvimento do texto, ocasionalmente atualizando o público perante alguma data imprecisa ou forma que caiu em desuso, ocasionalmente sobre a compreensão do movimento literário acionada ou sobre o entendimento de literatura em voga. De uma maneira ou de outra, a interferência no texto historiográfico se dá em vários níveis, notadamente pela sua compreensão de paratexto que incide sobre o texto autoral, permitindo uma interpretação sobre o objeto que informa, mais do que a reprodução irrestrita de seus enunciados. Nesse passo, a despeito de não se pautar pela ficcionalização, o texto historiográfico se submete igualmente ao crivo do leitor, entendido como sujeito vivo e atuante que altera a significação das informações veiculadas, de acordo com o repertório acionado, com as circunstâncias de pronunciamento autoral ou com os interesses do leitor. Conforme seja, os interesses do leitor podem até mesmo se sobrepor aos interesses autorais, se tiverem como primeiro horizonte a veracidade das referências que animam o texto, revelando imprecisões ou interesses da circunstância do autor.

Diante da hipótese, seria muito sedutor atribuir o conglomerado de imprecisões historiográficas a propósito da literatura brasileira a uma suposta idiossincrasia do olhar português sobre o devir histórico dos bens culturais de sua ex-colônia. Qual não é a surpresa ao constatarmos que as imprecisões se constituem quase como um imperativo categórico de quem lê a literatura brasileira por fora, como se a idealização fosse a única hipótese que se oferece como critério de verdade. Pois se Teófilo Braga fosse o único sistematizador da literatura brasileira, teríamos talvez um espaço para a dúvida a respeito de sua sistematização, e não teríamos suas formulações como sistêmicas dentro do quadro de referências que se lhe oferecia, como se fosse o único português a incorrer no erro, o que não é o caso. Caso que adquire um valor sistêmico especial quando percebemos que o procedimento não é exclusivamente seu e tampouco da sua época ou da prática de historiadores lusitanos oitocentistas, mas se estende a outros leitores estrangeiros da literatura brasileira como uma condição de ofício ou da prática, de quem olha para um bem simbólico em seu nascedouro e, talvez por isso, dispensasse maior atenção.

O que percebemos a propósito da leitura de Teófilo Braga, que conviveu e publicou junto com Oliveira Lima e Eduardo Prado na *Revista de Portugal*, onde se constituíram olhares mais consequentes e generosos para com o chão pátrio ou, ao menos, para a produção de seus compatriotas, não sofre alteração substancial quando emendado por Camilo Castelo Branco, por exemplo, que repõe toda sorte de equívocos e imprecisões, mesmo quando pretende emendar seu antecessor português, na cronologia disposta pelo volume *Na aurora da literatura brasileira*. A conduta que se faz natural e corriqueira se estende a outros estrangeiros, quando olham para os mazombos luso-americanos, que escreveram em português, tal como se ilustra, a título de exemplo com a produção historiográfica de Carl Schlichthorst, que talvez seja a mais ilustrativa, porque,

em meio a uma quantidade de notas, a exemplificação feita aqui ficará restrita à seguinte negação do organizador e autor das notas: "Curiosa essa leitura do canto IX d'*Os lusíadas*, que simplesmente não procede." (Souza, 2017, p. 311) Para que a nota assim solta não pareça lacônica, evasiva ou arbitrária, vale a pena o cotejo com o trecho mencionado, para simples conferência.

> Quase todos os poetas do grande período da literatura lusa prestaram homenagem ao mau gosto do seu tempo, recorrendo ao círculo de ideias da mitologia grega, em poesias cujo assunto era mais do que cristão, por ser profundamente católico. Isso produziu combinações, cuja monstruosidade não raramente eles próprios sentiram e, de quando em vez, procuraram desculpar, como Camões no seu canto IX. Realmente, nada pode ser mais ridículo do que, por exemplo, Vasco da Gama implorar à Santíssima Trindade e aparecer Vênus para protegê-lo, ou se casarem as ninfas da Ilha dos Amores com seus companheiros pelo rito da Santa Madre Igreja (Schlichthorst, *in* Souza, 2017, p. 311).

Ora, a censura ao hibridismo do elemento clássico com o cristão, mais do que atingir o canto camoniano, o que não só é descabido como despropositado, alveja um procedimento comum e característico aos poetas americanos e mestiços, como assinalara em parágrafo anterior. Colocada em perspectiva, a observação é acertada, não tivesse predicada com adjetivação negativa, porque constitui, de fato, a observação de um traço constitutivo da expressão brasílica, quer pensemos em autores brancos – como Gregório de Matos ou Cláudio Manuel da Costa – quer, mais ainda, pensemos nos poetas mestiços, seja Sousa Caldas ou Gonçalves Dias. Independente do epíteto que receba – *barroco*, *neoclássico* ou *romântico* –, o poeta de expressão portuguesa radicado na América propende ao hibridismo ou à mistura, o que rigorosamente não tem que ser tomado como um defeito, senão por um olhar estranho que quer ver exotismo onde existe um correspondente formal compatível

com a realidade circundante, e que se traduz como uma experiência sensível decorrente da ordem social. Não deixa de ser curioso que o parâmetro seja justamente Camões, o mais luso de todos os poetas de quantos Portugal tenha produzido, que, quando visto por um alemão, parece também exótico. Num jogo de fronteiras que se sucedem, os portugueses acabam vendo os brasileiros como exóticos, e os estrangeiros também, inclusive quando os portugueses são arrolados como idênticos aos brasileiros, o que foi e ocasionalmente é verdadeiro, ao menos em parte, como toda verdade.

E, embora o organizador do volume refira na sua apresentação do autor as razões para o azedume do historiador alemão em relação à literatura brasileira, a má vontade ou o desleixo para com os autores nacionais não são exclusividades suas, mas, como a exemplificação talvez resultasse enfadonho, vou me restringir a esta única menção, que já contempla em simultâneo os portugueses e os brasileiros como membros de uma mesma casta, cuja perspectiva é necessariamente desviante ou descabida.

Ao menos esta foi a percepção que tive por ocasião da leitura do volume que me chamou mais atenção pelas notas. E aqui eu não sei dizer se se trata de um mérito do autor das notas ou um defeito deste seu leitor. De todos os modos, como saldo circunstancial da leitura, o que ficou para mim foi a sugestão de que, assim como um leitor de romance histórico pode perseguir uma ideia que identifica na fala do narrador ou das personagens, e um leitor de poesia pode ver a verdade do texto na cor que se cruza com a sonoridade das palavras, eu tentei visualizar algum poder de revelação do trabalho de Roberto Acízelo de Souza nas suas notas. Menos pelo conjunto de ideias que a encerra do que para afirmar uma prática de leitura, para qual a forma importa, independente do gênero literário a que se refira, o que é sempre uma hipótese de leitura, perceptível ao longo do seu trabalho, que oscila com enorme desenvoltura, a despeito de simpatias e de antipatias, como uma demonstração inconteste de

civilidade, como se fosse um trunfo no qual pudéssemos lançar todas as cartas de todas as rodadas do jogo que envolve a leitura. E este seu traço distintivo, como que por osmose, acaba se transferindo para todos nós, até mesmo quando não o desejamos, porque reconhecemos a excelência que adquire força de uma primazia incontornável.

REFERÊNCIA

SOUZA, Roberto Acízelo (Org.). *Na aurora da literatura brasileira*: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone nacional em formação. Rio de Janeiro: Caetés, 2017.

E a literatura indígena e periférica, hoje, ontem, amanhã?

Fábio Almeida de Carvalho / Roberto Mibielli

Não há como deixar de reconhecer que, alimentado sobretudo pelo impacto e pela influência de longo alcance de um tipo de sectarismo supremacista próprio da ordem colonial, a selva *selvaggia* amazônica tem produzido capítulos de uma literatura bastante irregular, porque cheia de altos e baixos. Assim, se de um lado se costuma constatar a existência de um verdadeiro e persistente vazio intelectual no espaço amazônico, de outro, talvez espécie de antídoto, podemos nos deparar com a genialidade antropofágica de um escritor da grandeza de Mário de Andrade, cujo aproveitamento das fontes textuais indígenas serviu de lenha para a elaboração de Macunaíma, o grande herói de origem indígena, mas também brasileiro.

Da perspectiva antropofágica de um escritor modernista como Oswald de Andrade, que tudo abarcou e devorou criticamente, ao ser dado à luz, *Macunaíma* ajudou, de certa forma, a preencher o propalado "vazio cultural" da região amazônica – ao que parece, muito mais densa que habitada –, mediante a exposição ostensiva de uma multiplicidade de caracteres de um herói de origem indígena e que, ao mesmo tempo, era tangolomango, tarado e glutão.

Isso parece constituir prova irrefutável de que as textualidades oriundas da região amazônica são dotadas de capacidade de circular e nutrir outras tradições discursivas do campo da literatura. Ou seja, muito mais que lugar nenhum (que todos os lugares, por derradeiro, podem ser) e que lugar-comum, o caso prova que os

textos amazônicos podem ocupar um lugar ao sol no concerto das literaturas brasileira, americana e do mundo.

Tal qual Mário de Andrade ocorreu com Mário de Andrade, outros produtores de cultura que estiveram na Amazônia, ou que ali nasceram, também contribuíram, quer como coletores de lendas, mitos, causos e costumes, quer como agricultores da palavra, para a construção de uma tradição discursiva que, em conjunto, aponta para particularidades da produção literária sobre/da/na Amazônia. Exemplos disso não são tão escassos como se quer dar a entender em certos compêndios e manuais de história literária, que associam o suposto vazio da mata onde pia o uirapuru à inexistência de qualquer tipo de produção de espírito digna de assim ser tratada. Desse modo se nega a existência de toda sorte de croniquetas e narrativas ali surgidas.

De fato, talvez possamos desde já reconhecer que boa parte do acervo narrativo da Amazônia deve sua condição mutante e propensa a todo tipo de transposição à manutenção do caráter ainda fortemente oral das suas manifestações verbais – o que não nega a realidade de que também há quem o tenha fixado em cartas e outras formas gráficas, próprias das textualidades ditas "civilizadas".

Assim, formas textuais que abarcam desde relatos de viagem, relatórios e atas, passando por fotogramas, ofícios, cartas e ainda por uma vasta gama de outros gêneros proximamente aparentados, próprios da manutenção da vida burocrática colonial em espaço tão distante e inóspito, estruturaram e deram condições de expansão a uma ampla tradição literário-discursiva, cuja existência parece exilada das formas literárias cultivadas nas metrópoles internas e externas.

Dessas condições impostas pela cena enunciativa amazônica, pode-se constatar que foi estruturada uma tradição discursiva profundamente marcada pela presença do exótico. E talvez essa marca tenha sido firmada porque, desde o primeiro momento de contato, todos os homens, nascidos ou entrados na selva parecem ter-se rendido à força do maravilhamento da paisagem amazônica.

Isso não foi suficiente, entretanto, para desfazer a ganância econômica, que cedo previu que a região poderia render dividendos consideráveis para as predadoras cortes europeias. Gestado em meio a lendas e murmúrios preexistentes de uma terra mítica, alimentado pela necessidade humana de crença em utopias, esse estranhamento conformou-se como uma luva ao aventureirismo de senhores e reis que pretendiam a glória passada dos cruzados em terras pagãs e diferentes.

Aliás, a diferença fez diferença. Tanto fez que é a partir dela que se construiu imenso capital em termos de discurso do ex-ótico, da selva inóspita, da selva *selvaggia*, do paraíso terreno, e, mais recentemente, do último rincão, da falta de tudo (principalmente de conhecimento sobre), da necessidade de integração ao território nacional.

Para tanto, muito contribuiu a coleta de lendas, mitos, narrativas e causos, que culminou na fundação de uma cor local para as terras novas, que se espraiou e imiscuiu na imagem de todo o continente americano. Assim, do canibal, de Montaigne, ao bom selvagem, de Rousseau, a imagem desse Novo Mundo ora atendeu aos anseios de riquezas ocultas e grandes mistérios, ora foi responsável pelo malogro e derrocada de expedições e fortunas.

Através dos olhos de vidro das lunetas dos viajantes nos vimos e revimos nus, de arco e flecha nas mãos, quiçá tentando frustradamente tanger o alaúde. Com o desver dos olhos de vidro dos piratas, que por aqui encontraram imenso butim, carnavalizamo-nos de *Eldorado* e deslizamos como Mundo Perdido pelas avenidas da imaginação senil e ávida de lucrativas novidades do Velho Mundo.

Mas é fato ineludível que isso não é um cachimbo, *ceci n'est pas une pipe*, ou seja, para sermos de fato o *Eldorado* ou o paraíso de Milton, precisaríamos não ser o que de fato somos. E assim, vivendo no paraíso, o índio brasileiro em verdade comeu o pão que o diabo amassou.

O índio queimado nas calçadas da capital federal deveria ser à prova de chamas, como os super-heróis; as calçadas deve-

riam resplandecer, e não conter a pobreza que nelas enoja a quem passa. O reconhecimento de que ali há/havia um indígena deveria ser automático como as portas dos aeroportos. No entanto, desde Cabral, ou desde antes dele, quando Colombo pôs seus ovos em pé nas Américas, e ali fincou a civilização europeia, em troca de espelhinhos e miçangas, a imagem do índio se dividiu.

De um lado, o índio se tornou um galante poeta estrelado que, incensado por Joaquim Norberto, heroicizado por Gonçalves Dias, projetado por Alencar, foi constelado por Caetano Veloso. De outro lado, a imagem do índio se tornou objeto de exclusão, de repúdio, de escárnio, de repulsa, de medo, de criminalização, e de ditos espirituosos que lhe imputavam a pecha de preguiçoso, negligente, covarde, mal-agradecido, ambicioso e invejoso.

Se aos humanos comuns e decentes e às suas donzelas belas, recatadas e do lar, a irreconhecível imagem do índio alcoolizada e fedorenta aprisionada, juntamente com sua alma, nas calçadas das grandes cidades, era passível de crucificação e carbonização, para uma categoria um pouco mais radical na defesa dos direitos do homem (e da mulher) esse índio das calçadas sequer existiu. E não existiu porque não coincidiu. A imagem não era a do índio dos compêndios, das elegias, das utopias. Era muito real para ser indígena.

Mas o que devemos (e não pagamos) na construção dessa imagem, dessa estátua? Quando fixamos no bronze a imagem impávida e heroica de nosso Arariboia que protege a entrada/saída do porto das barcas? E, mais que isso: de que forma essa imagem nos afeta hoje?

Na academia, fazendo história, antropologia, ciências sociais, psicologia, tudo, menos literatura, aprendemos ser o indígena menos indigente que indiano. Mágico, místico, com todas as poderosas forças do incenso hindu e de seus diversos deuses, o ecológico índio brasileiro não polui, não solta as tiras e não tem cheiro. Pasteurizado pelos estudos que o inocentam além da inocência, a imagem de

nossos iracêmicos irmãos se aproxima da imagem de um Maicon Jekissom, depois de anos de tratamento para não ser quem é.

Culpa dele? Com certeza, não. Talvez nem nossa.

Mas um certo Rousseau, num momento de grande inspiração, tendo Caminha em sua cama, decretou que o índio era puro, o ar é puro, a terra é pura e nada há de mudar isso. E a academia inebriada acreditou, sem sequer desconfiar de tanta pureza.

O índio passou a escrever, a ler, a portar *tablets*, calça *jeans*, celular, a respeitar as autoridades, em dia de visita, representando, da melhor forma possível, o índio no qual os brancos, desde Rousseau, passaram a acreditar. Da dança do parixara ao vestir-se de nudez, tudo fez para parecer com o que queriam dele. Conta-se que até um tal Koch-Grümberg, reunida a tribo para uma foto, pediu ao pajé que mandasse as moças despirem os vestidos de chita com que se enfeitaram para aquela ocasião especial, para que ficassem mais bonitas (mais indígenas?).

A escrita do índio virou literatura. Aliás, a literatura virou escrita de índio. Mário de Andrade foi quem alargou a picada na floresta da cultura de livros. Macunaíma também. Mas a escrita do índio, sua narrativa dos fatos, tinha um problema. Era real. Sendo real, tinha os problemas psicológicos que toda escrita adquire quando é forçada a ter duas personalidades. Estuprada em sua oralidade, com fama de pura, como soe ser, essa escrita, estrangeira de si, depunha contra o cânone.

Confrontados, cânone e escrita indígena, o cânone parece que vem levando a pior em nossos dias. Deprimido e deplorado, diante da pureza da escrita indígena, da justeza de se fazer justiça ao opressor com a redenção do oprimido, o cânone vem definhando, desvanecendo, a ponto de quase morrer. Talvez seja enterrado como indigente uma hora dessas, por força da sanha revisional do modelo da diversidade que prima pelo desejo de instituir a cultura popular, as culturas subalternas, enquanto expressão verdadeira

dos povos. Ocorre que, nessa sanha, acaba por promover danoso encarceramento civilizacional

Mais de um teórico da literatura, com a quase vacância da quase morte do Cânon, começou a pensar em mudar de área de atuação. Estudaram genética, cremos (é aqui que essa narrativa se torna pós-modernamente imprecisa e memorialística). E, estudando genética e história da literatura, redescobriram, nas próprias raízes, em sua defesa, a estética. Desentendiam-se com o axioma da permanência em sua relação com a oralidade. Desentendidos, desobrigavam-se a reconhecer a narrativa lendária como literária. Pensavam nos três níveis da escrita, o referencial, o formal e o estético. Entendiam que esses novos escritores haviam se transculturado nos dois primeiros níveis, mas que defendiam uma outra estética, ainda não vigente.

A não vigência, a impermanência, de certo modo criaram um fato de vanguarda, mas distanciaram a literatura de suas raízes, tornando-a mais promíscua do que suas possíveis temáticas. Teoricamente aproximada de outros campos do conhecimento, tornada exótica em sua oralidade e origem, a literatura indígena chutou as portas da Torre do Tombo e tombou por terra mitos e fatos, embaralhando narrativas e narrados. O próprio tempo, que tudo apaga, se curvou aos chutes e, domesticado, aceitou que esta permanecesse, de semana passada até hoje, na história.

E fez bem! Da curva do rio até aqui, muitos corações foram desenterrados e redimidos. A literatura indígena, no entanto, não se livrou da écharpe *de la exotique parole* e, na alcova do marquês, fetichizou-se para além da dama do lotação, tornando-se tão pura que inquestionável, tão santa que irreprimível, e começou por apagar a cal das paredes, lavando o mal da civilização ao destituí-la de si.

Mais, no apagar das luzes, a civilização, deslizando para o apagamento que impôs a outras civilizações, legou à literatura indígena, suportada pelo discurso de gerações de novos kamikazes-Rousseaus, um escudo de impenetrabilidade, no qual nem mesmo

Peri poderia acreditar. Inexpugnável às críticas e a qualquer forma de extração do universo étnico ao qual se destina, e do qual retira sua seiva, essa literatura impôs-se como os *souvenirs* e santinhos de igreja, obtendo enorme sucesso editorial.

Dos males menores, resultou a falta de crítica risonha do supermercado das ideias. E a academia rousseaunizada, embora aparentemente antieuropeia em sua sanha de autoafirmação, de busca de identidade, tudo aplaudiu e tudo recriminou, como em geral faz a gente grave em suas manifestações espontâneas de apreço.

A essa altura, talvez seja o caso de, reconhecendo a renovação de ares proporcionada pela brisa fresca das textualidades indígenas que ora circulam nos campos da produção imaginativa (e também no da crítica que lhe acompanha os passos), tenhamos de ser capazes de nos debruçar sobre as produções da arte da palavra indígena sem paternalismos alienantes – essa verdadeira armadilha ideológica que interpela a inteligência de nossos tempos.

Já podeis, pois, da pátria filhos, ver contentes, solução? Em tempos de identidades múltiplas e de pães que já não podem ser multiplicados sem que pareçamos comunistas, multiplicar questões críticas, ao invés de identidades, é árdua tarefa. Mas o que seria de nós, os que cultivam o verbo crítico (mesmo nos mais rigorosos invernos), se não o fizermos? Para o vulgo: comunistas! Para os que nos querem mudos: comunistas!! Para os que desejam um consenso acrítico: comunistas!!! Mil vezes *comunistas*, palavra de mil sentidos esvaziados pela crise em relação à crítica e ao pensamento crítico. O contraditório do contraditório. Crise de se pôr em crise. Nada de conceitos estruturados, apenas chavões e frases de efeito tornando crível o incrível. Tempos de danação dos conceitos, de condenação dos que leem e aprofundam conhecimento, tempos da mais absoluta necessidade deles em meio ao híbrido do lá e cá politicamente correto de incorreção!

É nesse contexto que um de nossos mais importantes teóricos da literatura completa setenta anos: Roberto Acízelo Quelha de

Souza! Trata-se de Nome maiúsculo de nossas letras, escandido em decassílabo, de um teórico-historiador e crítico que preza a busca das raízes profundas dos fenômenos e conceitos que estruturam o campo da nossa literatura. Eis um nome que com certeza ajudou a fixar a letra miúda que dá corpo ao contrato que toda uma geração de estudiosos (a nossa geração) assinou desde o primeiro momento em que passou a frequentar a carteiras do curso de letras e a se interessar pelo estudo da literatura. *Iniciação à literatura brasileira*, *Teoria da literatura* (da coleção Princípios), *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Quem nunca se encontrou nessas tantas veredas? Quem nunca?!

Sim, todos nós. Os poucos que não se deixaram seduzir completamente pelas sereias do culturalismo, no entanto, resistem admirando e se perguntando: O que há de tão extraordinário nesse autor, nessa vida dedicada à grande literatura? É que ele pergunta. Ele se permite perguntar "E a literatura, hoje?". Ele não vai na onda, de encontro às pedras, deixando-se estraçalhar como não-coisa. Resiste, e o faz sem a ingenuidade de novos rousseaunismos, sem a pretensão à verdade nua e crua, observando, porém, a quem quiser ouvir: o rei está nu. E ao desnudá-lo da ilusão de *intelligentsia*, Roberto o faz, sem deixar ainda mais nu de bons textos o nosso galho secundário do arbusto de segunda ordem do jardim das musas; o faz sem esse desnudamento que tudo admite, que tudo torna literário, em que não há mais literatura, apenas a pornografia de sessão da tarde.

A emergência e a prevalência desse estado de coisas embaralhou e fragmentou as condições de existência das culturas e das literaturas em nossos tempos. Os estudos culturais provocaram abalo sensível e modificação patente na formação dos cânones nacionais e na circulação dos textos literários, que passaram a ser constituídos, estruturados e, por conseguinte, avaliados não mais a partir da qualidade da formação humanística, do caráter nacional ou da literariedade das obras concretas, como ocorria quando da

predominância dos modelos humanista, romântico-nacionalista e estruturalista, respectivamente, mas sim pela habilitação e validação do "critério da diversidade", que pressupõe a "capacidade da literatura para a apreensão e a expressão das várias identidades psicossociais", como tão bem avaliou mestre Acízelo (2014, p. 29).

Ressaltar a crítica de um crítico, contudo, parece o óbvio a se fazer, mas, quando se trata de tempos ásperos como os nossos, é preciso ter um pouco de cuidado. Com Roberto Acízelo, no entanto, é diferente, pois o que ele escreve, o modo como desconfia dos modismos e lhes apõe argumentos de peso, a forma como se arrisca contra determinadas expressões do senso comum acadêmico, com a segurança de quem conhece o caminho das pedras, faz com que o leitor, ainda que experimentado, se surpreenda e passe a elogiá-lo.

O caso do politicamente correto e de sua contribuição para a míngua da literatura nos espaços de validação do conhecimento (leia-se escolas) é um exemplo do qual falamos na primeira parte deste texto. Embora Acízelo não trate diretamente das manifestações literárias indígenas, seus argumentos, no sentido de questionar a ingenuidade com a qual alguns de nós consideram o canônico menos válido que determinadas manifestações literárias, nos permite concluir que também há a boa e a má (esteticamente falando) literatura de autoria indígena.

O surgimento e a proposição de novas abordagens teórico-metodológicas, ou seja, de modelos de interpretações adequados à realização de análises mais consistentes, tanto para objetos de arte verbal gestados em espaços e circuitos intersticiais, quanto de artefatos de arte-linguagem que circulam em espaços de ecologia textual diferentes daqueles de suas culturas originárias, parece se fazer necessário e premente ao campo das humanidades em nossa época. Não obstante, num cenário ainda marcado pela inexistência de disciplinas devidamente estruturadas e preparadas para fazer a crítica "circular do folclore à antropologia, da comunicação à história

da arte", como propõe Serge Gruzinski (2001, p. 44), parece se impor a necessidade de que sejamos efetivamente capazes de promover e realizar leituras dotadas de alguma consistência interpretativa sobre os derivativos da criação realizada nas frinchas e nos interstícios dos sistemas culturais.

Diante, portanto, desse quase vazio disciplinar e do consequente esvaziamento das funções da história, da teoria e da crítica literárias, temos de reconhecer que o caso parece exigir mais que "um ecletismo fácil, um uso fácil de subsídios descontextualizados e catados pela rama em alguma área de conhecimento mais ou menos vizinha", como alerta Roberto Acízelo de Souza (2016, p. 44). Assim, em vez da fixação ansiosa que se centra na busca da essência condicionante do *frame* de cada cultura sobre cada obra particular, o trabalho teórico-crítico no campo dos estudos literários parece também apresentar rico e frutífero veio quando se volta para as questões das trocas e transferências literárias e culturais, bem como para o modo em que se dá a circulação de produtos oriundos de diferentes sistemas culturais na economia da cultura mundializada.

A vaga literária indígena vem-se destacando e ganhando forças a ponto de assumir, nos dias de hoje, a forma de verdadeiro fenômeno de mercado, alavancado, sobretudo, por força do que estabelece uma lei brasileira que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena e afro-descendente. Conforme Roberto Acízelo de Souza (2018, p. 93-94), essa situação constitui

> uma feição radicalmente nova da produção editorial brasileira relacionada à questão do índio: trata-se de obras produzidas por autores indígenas, nas quais, por conseguinte, pela primeira vez o ameríndio deixa de ser motivação ou objeto, para assumir o controle dos enunciados, falando em seu próprio nome. Estaria, pois, encerrada a era em que a alteridade indígena permaneceu dependente da literatura branca para expressar-se na comunidade nacional, sempre com as inevitáveis deformações determinadas

> por tal dependência. Assim, teríamos alcançado um momento em que ela se autonomiza, concretizando-se em textos da lavra de escritores indígenas, como, por exemplo, Kaká Jekupé, Eliane Potiguara, Daniel Munduruku. Tal conjunto de textos, cuja produção e difusão se veem favorecidas no atual ambiente político e pedagógico marcado pelo multiculturalismo, coloca para os estudos literários diversos problemas importantes e correlativos, entre os quais: relações entre oralidade e escrita, diferenças entre mito e ficção autoral, limites entre valor estético e funcionalidade ético-política, bem como, e sobretudo, a questão de como e sob que condições a prática da literatura, em princípio própria da história ocidental, pode converter-se em instrumento de outras histórias.

Ao que acima foi dito devemos acrescentar que, em tempos como os nossos, em que a noção de "politicamente do correto" se impõe e pressiona toda a cadeia de atividades relacionadas com a criação artística – e talvez não exista ideia mais castradora da criação artística, quer dizer, ideia mais antiartística –, quase sempre prevalece uma abordagem paternalista em relação aos construtos textuais indígenas. No que diz respeito a essa questão, temos a convicção de que, mais importante do que simplesmente dispender esforços para provar que existe uma literatura indígena, e que esta se estrutura por uma outra lógica e merece ser avaliada sem termos de comparação com outras tradições literárias com que entrou em contato, parece mais promissor empenhar-se em levantar e registrar os modos de existência e circulação dos conjuntos textuais e, em seguida, avaliar suas peculiaridades, similaridades e diferenças, senão também sua capacidade de se adaptar e continuar existindo com elementos de outros sistemas culturais. Mas grande parte desse trabalho ainda está por ser devidamente realizado.

O argumento, que utilizamos alhures, em evento de americanistas, ressalta a necessidade de uma crítica da crítica de nossos dias. É que, de algum modo, nos deixamos deslumbrar acriticamente pela ideia de uma dada justiça social compensatória, nos tornando

rousseaunianos desambiciosos quanto aos valores estético-culturais. Esquecemos que esse tipo de justiça só advém da distribuição de bens (inclusive e principalmente, no nosso caso, os simbólico-culturais), e não da distribuição da falta deles, ou seja, não se pode partir do que se conhece e permanecer nisso. Paulo Freire (1996) e Magda Soares (1994) já o diziam na aurora do tempo de nossa geração. Há que se partir do que se conhece, para conhecer a cultura e apropriar-se das ferramentas e dos bens de quem domina. Só assim nos libertamos do jugo.

E assim sendo, temos de começar reconhecer o fato de que, da perspectiva da assunção do ato crítico-literário, o mercado de bens tem manifestado forte tendência para interpretações "mais ou menos idiossincráticas de 'novos objetos'". Abordando a ocorrência desse fenômeno da inteligência, Roberto Acízelo de Sousa (2014, p. 34) afirma:

> [O] impulso inicial [dos estudos culturais] provém do interesse demonstrado por certos acadêmicos britânicos por manifestações culturais das classes trabalhadoras, tradicionalmente desconsideradas pelos estudos literários. Forja-se, assim, a expressão *cultural studies*, que se propunha nomear uma área da investigação constituída por certo conjunto de objetos heterogêneos não levados em conta pelas histórias literárias nacionais, pela crítica e pela teoria da literatura, como, para citar alguns, a mídia, a música popular, os filmes, os programas de televisão, os espetáculos esportivos. Transpostos para os Estados Unidos, a atitude culturalista sofreria uma inflexão: desloca a ênfase dada pelos ingleses nas diferenças culturais provocadas pela estratificação social do mundo contemporâneo para a diversidade cultural produzida por distinções de gênero e etnia.

A tendência etnográfica que se espraiou pelo campo das humanidades depois dos anos de 1980 teve como consequência mais ostensiva uma sensível democratização do conceito de cultura. Baseado no princípio geral de que não há "cultura", no singular,

mas sim "culturas", no plural, o modelo de abordagem dos estudos culturais, prevalente desde então, propôs, fez florescer e levou a cabo uma ampla revisão dos cânones nacionais, na tentativa de superar o condicionamento exclusivo do cultural ao campo de uma língua e território únicos.

Tendo esse cenário como pano de fundo, fazer indagações sobre o lugar específico da arte hoje, bem como tentar ensaiar definições que considerem, seja como for, a ordem intrínseca do fenômeno artístico, ou qualquer coisa do gênero, significa situar-se até certo ponto em rota de colisão com a tendência ora dominante dos estudos culturais. Este modelo de abordagem se peculiariza não somente porque opera com uma definição extrínseca de arte, mas também porque concebe a literatura enquanto fenômeno indiferenciado em meio a todos os demais produtos culturais das sociedades. Nesse modelo, arte e literatura não são concebidas como esferas constituídas de especificidade, em razão de que a chave de interpretação culturalista propõe um tipo de segmentação para os objetos cuja produção supõe basicamente a transparência nítida e cândida de uma identidade que tem a ver com a posição de fala do locutor.

Para Roberto Acízelo de Souza (2014, p. 36) essa concepção configura um "entendimento de literatura como representação" e, nesse sentido, também "significa um virtual retorno a concepções oitocentistas: com a diferença de que as obras agora não mais documentariam características nacionais unificadas, mas sim inúmeras e claras identidades de grupos considerados marginais ou não hegemônicos". Disso, como não poderia deixar de ser, deriva, em regra, certo "pouco caso com a espessura verbal das obras literárias" (ibid., p. 36), porque mais importa o ato de reflexão direto da identidade do que o trabalho de expressão e a qualidade/profundidade da problematização produzida pelo texto, pela obra. E assim ocorre porque, nos quadros de operacionalização da hodierna política acadêmica, em que impera o modelo da diversidade à brasileira, em geral as

identidades são dadas como cândidas obviedades derivadas dos lugares de fala, de onde decorre que as posições de sujeito ganham pouco espaço enquanto objeto de explicitação – em termos históricos e conceituais.

Nesse movimento, o modelo da diversidade instituiu "o primado do ativismo e da militância ético-política sobre a intransitividade da reflexão teórica e crítico-analítica" (ibid., p. 36). E foi nesse compasso que o advento dos estudos culturais contribuiu para que as práticas discursivas próprias do campo dos estudos literários fossem destituídas de parte de seus objetos de estudo. Nessa avalanche, a própria ideia de valor literário, quase sempre pedra fundamental do campo dos estudos literários, acabou sendo drasticamente abalada e quase mesmo aluída pelo processo de relativização absoluta que desde então tem-se mantido em voga.

Mas o que realmente se pretende com esse movimento de crítica da ordem crítica? O que se pretende é simplesmente tentar rasgar alguns pontos do véu que nos tolda a visão, tornando-nos reféns de uma perspectiva que desprestigia as "obras de espírito" do cânone e valoriza o que a mídia sagrou como popular, em seu lugar, mesmo que saibamos que se trata apenas de bens de consumo rápido, frutos da efemeridade do consumo capitalista da indústria cultural.

Esse, porém, é um caminho cercado de abismos. Questionar o politicamente correto em suas falhas (reconhecendo seus acertos) pode ser confundido com conservadorismo ou coisa pior. A tarefa, no entanto, precisa ser levada ao cabo, ainda que a duras penas. A liberdade crítica, a busca da excelência, o convívio com mais de um modelo/conjunto de valores estéticos, embora aparentemente violentem e confrontem a condição ideológica de quem pensa defender os anseios populares, ajuda a transformar a sociedade. E isso não se faz sem sovar um pouco algumas ideias e sem talhar alguns conceitos.

No primeiro texto de *E a literatura, hoje?* (2018), Acízelo já talha o leite e sova o pão na cara do freguês. E quem pensa que,

de tanta porrada na massa e do azedo do leite, nada de bom há de advir, se espanta, com o belíssimo sanduíche de queijo que lhe é servido a seguir. As perguntas, coisas ácidas e incômodas com as quais nem todos nós sabemos lidar muito bem, pululam no leite do assunto ENEM, enquanto Roberto cozinha, lentamente a sua coalhada. De que serve o politicamente correto para a literatura, se este defende a trincheira do fim da norma-padrão e o consequente desprezo tanto pelo bem escrever, pela beleza da expressão, quanto pela profundidade da problematização dos eventos e fenômenos da vida humana? A pergunta, obviamente relacionada ao fabrico do queijo, pode ser traduzida por: é possível fazer queijo sem talhar o leite? E não é que ele negue o ponto de partida, o conhecimento do aluno como base para o bom ensino, tal como preconizado por Freire em seus textos sobre a autonomia. O problema não é que esse seja o ponto de partida para o texto literário; o problema é esse ser o ponto de chegada. Maior e menos nobre das ambições de quem tem por *métier* o ensino de literatura: igualar-se ao aluno. Assim a grande literatura, aquela de quem quase perdeu os miolos, ralando-os contra o áspero da gramática e do estilo, perde e abdica de seu espaço nas provas de ENEM, encolhendo nas universidades e deixando universos ocos nas cabeças mais jovens.

Quanto à massa de "pão" desse nosso sanduíche, que deixamos descansando enquanto o fermento a fazia crescer, e que, agora, voltamos a sovar, cabe observar que a crise não ocorre apenas no que tange às escolhas que fazemos para figurarem em nossas provas/exames de seleção. O problema também fecha livrarias (vinte de uma rede conhecida, somente este ano, e outra rede, esta até mais afeita aos nossos anseios culturais, encerrando as atividades), enquanto outros "produtos" batem recordes de vendas.

O problema é que esse pão nosso de cada dia, que nos dá sustento e alegria, esse pão de que dependemos como profissionais, segundo Roberto Acízelo destaca das palavras de Antônio Cândido

(2012), é, e tem se tornado, cada vez mais, o único direito inalienável capaz de varrer a barbárie de volta às fronteiras do desconhecimento. A metáfora do pão demonstra, pois, sua materialidade. Dividi-lo, sem fazer muitas concessões indecorosas às broas de circo e aos biscoitos de polvilho e vento, partindo, todavia, destes, é que se coloca como o grande desafio a ser enfrentado.

Uma revolução nesse sentido, e com ela a permanência do literário entre nós, não depende apenas de corrigir o sistema no que ele tem de corrupto e/ou errôneo. Depende também de mais crítica sobre a crítica, especialmente em se tratando de rincões periféricos, como Roraima, por exemplo, onde aderir ingenuamente ao cacique pode ser um problema, em comunidades nas quais quem manda é o tuxaua. Há que se saber das especificidades; há que sempre se partir do chão da maloca, pois nem o índio nem o não-índio desejam abrir mão do convívio, muito menos desejam entrar para a história numa espécie de redoma de vidro. É preciso colocar os dedos nas feridas, melhorar o que rousseaunianamente ainda pode ser piorado.

Para tanto, também se faz necessário apropriar-se das armas e da cultura dos inimigos, transformando as línguas pretensamente alheias, dos outros, em espécie de troféu de guerra da tribo. Assim, quem sabe, se possa fazer fluir uma linguagem que é canto e pensamento, mistura de "cachiri com mel-de-pau, que [...] possu[a] a traição das frutas desconhecidas do mato" (Andrade, 1970, p. 222), como bem coloca Mário de Andrade no epílogo de *Macunaíma*. A linguagem e suas mágicas variações sobre o mesmo tema devem estar tanto a serviço da beleza (ainda que constantemente tenhamos que redefinir o belo, a cada novo momento literário, a cada nova era da cultura) quanto a serviço da reflexão profunda sobre a diversidade e a complexidade das formas de vida humanas. E essa regra, independentemente do tipo de desenvolvimento sociocultural assumido por uma dada comunidade, deve ser levada a sério, pois a indulgência e os mimos podem estragar o que poderia, de fato, ser

e se tornar grandioso.

Agindo desse modo, talvez mais que simples elaborações eruditas e que meras e faustosas criações engenhosas de espírito, destacadas do mundo e da realidade que nos envolve, quase ainda uma vez torre de marfim, possamos, quem sabe, conseguir produzir um tipo de autoria crítica e teórica para dar substância ao pensamento que se alicerça e se expande no/a partir do ritmo espontâneo da vida e da realidade local, em suas relações e interações regionais, nacionais e transnacionais, mas também étnicas, em que de fato se estrutura.

Quem sabe desse modo talvez possamos ajudar a fortalecer o desenvolvimento de uma tradição analítico-discursiva que tenha uma atuação mais positiva sobre o meio que ocupamos – alimentando e ajudando a revigorar as formas da expressão literária e crítico-literária –, que, afinal, apesar das especificidades imaginativas e analíticas que distinguem tais tradições, são todas farinha de um mesmo saco: – literatura. Quiçá, desse modo, possamos até contribuir para uma forma de desenvolvimento mais orgânico e vigoroso das culturas e da expressão verbo-literária locais, em sua interface com a culturas nacionais – transnacionais, portanto. E assim, oxalá possamos nós aos poucos ir marcando nosso lugar de fala no concerto da inteligência histórica, teórica e crítica literária do nosso tempo.

A periferia não deve ser tratada na base do tatibitate, como uma base de consumo fácil de modismos exoticizantes. Como bem afirma o mestre Roberto Acízelo de Souza, há que se pensar na educação como a ferramenta mais propícia e capaz de modificar o contexto trágico em que nos encontramos; e aqui, aprendendo a lição, mas nos permitindo contrariar a desilusão com a qual ele vislumbra a permanência entre nós da literatura, lancemos um outro olhar sobre nosso horizonte histórico (como diria outro grande mestre, a quem muito devemos: José Luís Jobim): para narrar a periferia, não basta o passado imaginado; é preciso vê-la em seu atual momento, é preciso

antecipar o futuro, e que ele nos seja bom, como devem ser as obras que daqui sairão para figurar entre as melhores.

Ao mestre, com carinho!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. *Macunaíma*: o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Martins, 1970.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: LIMA, Aldo de (Org.). *O direito à literatua*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012. p. 17-40.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola*: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1994.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *E a literatura, hoje?*: estudos de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2018.

_____. *História da literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. São Paulo: É Realizações, 2014.

_____. Indigenism and the search for Brazilian identity: European influences and national roots. In: COUTINHO, Eduardo F. (Ed.). *Brazilian literature as world literature*. New York: Bloomsbury Academic, 2018. p. 71-96.

_____. Literatura brasileira: nacionalismo e regionalismos (um roteiro para estudo). In. CARVALHO, Fábio Almeida de et al. (Org.). *Literatura e fronteira*. Boa Vista: Edufrr, 2017. p. 11-23.

_____. *Um pouco de método*: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: É Realizações, 2016.

Olhares portugueses e estrangeiros para o alvorecer da literatura brasileira

Fátima Cristina Dias Rocha

1

O título soa como um convite: *Na aurora da literatura brasileira*. E o subtítulo recorta com precisão o conteúdo dos textos oferecidos ao leitor: *olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885)*. Este belo livro, publicado em 2017, representa mais uma inestimável contribuição do professor e pesquisador Roberto Acízelo de Souza para os estudos na área da historiografia da literatura brasileira.

Também dessa vez, o pesquisador dá continuidade ao projeto do estudioso Guilhermino César, que, na década de 1970, se propôs reunir a produção de ensaístas e historiadores nacionais e estrangeiros que, no século XIX, abordaram escritores de origem brasileira. Ainda que, de modo geral, considerando a literatura produzida no Brasil como parte das letras lusas, aqueles historiadores proporcionaram uma contribuição fundamental à nossa historiografia literária. A ideia inicial de Guilhermino César era a de reunir em três volumes os textos por ele coligidos: dois deles dedicados à produção nacional, e um terceiro consagrado aos autores estrangeiros. Como os dois primeiros volumes idealizados por Guilhermino César não chegaram a ser publicados, o professor Roberto Acízelo, inicialmente, concretizou aquele empreendimento inconcluso, apresentando ao

público, em 2014, os dois volumes da *Historiografia da literatura brasileira*: *textos fundadores*, por ele organizados.

Em *Na aurora da literatura brasileira*: *olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885)*, Roberto Acízelo retoma e enriquece a parte da pesquisa efetivamente realizada por Guilhermino César, a qual resultou na publicação, em 1978, do valioso livro *Historiadores e críticos do romantismo: 1 - a contribuição europeia: crítica e história literária*, hoje fora de catálogo.

No seu livro de título tão preciso e, ao mesmo tempo, tão poético, Roberto Acízelo, além de disponibilizar os textos que Guilhermino César havia compilado – alguns de acesso bastante difícil –, amplia a produção reunida pelo mestre, acrescentando-lhe alguns críticos europeus e dois hispano-americanos, tornando, portanto, ainda mais rico e variado o concerto de vozes que se faziam ouvir na compilação inicial – ou deixando mais colorida a "aurora" da literatura e da historiografia literária brasileira.

Outra diferença – de ordem conceitual e, por esse motivo, mais decisiva – do empreendimento atual relativamente ao seu ponto de partida consiste na divisão do material apresentado em dois segmentos: a contribuição portuguesa e a estrangeira. Assim, enquanto Guilhermino César reuniu sob a rubrica de "europeus" – logo, estrangeiros – tanto dois alemães, um suíço, um francês e um austríaco quanto três portugueses, Roberto Acízelo considera que os portugueses não podem ser considerados estrangeiros na sua abordagem das obras produzidas por escritores nascidos no Brasil. Explica o organizador do volume:

> É que, durante o século XIX, dada a comunidade linguística luso-brasileira, bem como a coincidência até então praticamente integral das histórias nacionais de Portugal e do Brasil, historiadores e críticos literários portugueses sentiam-se naturalmente

> à vontade para tratar autores nascidos no Brasil como representantes de sua própria literatura pátria (Souza, 2017, p. 13).

Roberto Acízelo assinala ainda que, entre os críticos e historiadores portugueses, havia os que negavam radicalmente a possibilidade de uma literatura especificamente brasileira apartada da portuguesa, e os que defendiam uma posição mais moderada, considerando portugueses somente os escritores de origem brasileira anteriores à independência do Brasil.

Constatando a diferença de perspectiva adotada por portugueses e estrangeiros em relação à literatura brasileira, o pesquisador optou por refletir tal diferença na organização do volume, dividindo-o, como já foi destacado, em duas partes: a primeira reúne os olhares portugueses sobre o cânone literário nacional em formação, enquanto a segunda inclui os olhares estrangeiros – europeus não portugueses e hispano-americanos – sobre o que viria a ser o cânone inicial da literatura brasileira.

No volume em questão, acrescentam-se, às qualidades – até aqui evidenciadas – da pesquisa minuciosa e da argúcia crítica do estudioso há muito dedicado à constituição da historiografia da literatura brasileira, os cuidadosos critérios da edição, entre os quais se destacam as numerosas e utilíssimas "notas do organizador" – marcas do didatismo, da clareza e da generosidade do professor e intelectual Roberto Acízelo de Souza. Nesse quesito, importa ainda destacar que, em cada um dos segmentos que compõem o volume, os ensaístas se sucedem de acordo com a ordem cronológica de publicação de seu(s) texto(s), e que a contribuição de cada autor é precedida por uma apresentação do organizador, a qual inclui uma notícia biográfica e uma contextualização dos textos selecionados.

Depois de apresentarmos o "prestimoso" livro – expressão com que Roberto Acízelo se refere à publicação do mestre Guilhermino César e de que aqui nos servimos para louvar o volume que ele, por sua vez, organizou –, folhearemos as suas páginas, apreciando o

que nos oferece, na palheta de quem a desenhou e pintou, a "aurora da literatura brasileira".

2

Na Apresentação da obra, o organizador propõe uma classificação para os textos que compõem cada um dos seus segmentos.

No âmbito da contribuição portuguesa, Roberto Acízelo distingue duas categorias básicas. Uma delas, de natureza predominantemente crítico-historiográfica, é constituída por ensaios dedicados a escritores dos séculos XVII e XVIII, considerados naturalmente como patrimônios da literatura portuguesa. Estão nessa categoria os trabalhos de Francisco Freire de Carvalho, José Maria da Costa e Silva, Camilo Castelo Branco e Teófilo Braga. A segunda categoria inclui ensaios de teor mais crítico-analítico, em que se discute a possibilidade de existir uma literatura brasileira distinta da portuguesa, tomando-se posição a favor ou contra essa possibilidade, na maioria dos casos a partir de considerações sobre escritores da atualidade de então. Reúnem-se nessa categoria os estudos de Almeida Garrett, José da Gama e Castro, Alexandre Herculano, Antônio Pedro Lopes de Mendonça e Pinheiro Chagas.

Conduzidos pelo professor e "guia" Roberto Acízelo, destacaremos algumas das ideias, dos temas e dos escritores que ocuparam a atenção dos olhares portugueses, os quais, no volume aqui apresentado, compõem um rico painel de cores e de tons. Esclarecemos que nem todos os estudiosos reunidos no livro serão aqui contemplados: abordaremos aqueles que mais influência exerceram em nossa vida mental e/ou aqueles que se salientaram pela singularidade de sua perspectiva acerca da nossa nascente literatura.

O ensaísta que abre o volume é Almeida Garrett (1799-1854), com um trecho da "História abreviada da língua e da poesia portuguesa" (1826), estudo mais tarde rebatizado de "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", trecho a que o organizador

deu o título "A literatura portuguesa e os engenhos brasileiros", inspirando-se nas palavras do autor do ensaio: "E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros." (Garrett, *in* Souza, 2017, p. 22). No "Bosquejo", escrito aos 27 anos, Almeida Garrett manifesta o seu apreço pelo Brasil e por nossos poetas, especialmente os árcades mineiros. Ao discorrer sobre Cláudio Manuel da Costa – que o Brasil deve contar como "seu primeiro poeta, e *Portugal entre um dos melhores*" (ibid., p. 22; grifos nossos) –, frei José de Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga e Basílio da Gama – "que mais nacional foi que nenhum de seus compatriotas brasileiros" (ibid., p. 24) –, Almeida Garrett inaugura, na coletânea em questão, um ponto fundamental, uma espécie de *Leitmotiv* de toda a crítica da época: o sentimento nacional, ao qual se soma a concepção de que a natureza brasileira é fator de originalidade e de particularismo. Buscando identificar, na vida literária brasileira, o que ela pudesse apresentar de mais legítimo e próprio, o crítico considerava que a Europa havia desviado os poetas brasileiros de uma cultura cheia de originalidade e vigor: "[...] a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional: parece que se receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades" (ibid., p. 22). Nessa ordem de ideias – que se repetirá em outros ensaios reunidos na coletânea –, Garrett reprova na poesia de Tomás Antônio Gonzaga o excesso de "cenas da Arcádia", em lugar do ambiente tropical, que o ensaísta descreve com as cores, com os vegetais e animais que se tornariam lugares-comuns na representação da natureza brasileira:

> [...] quisera eu que, em vez de nos debuxar no Brasil [...] quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! e quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável [...] Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das *palmeiras*, e enquanto lhe

> revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o *sabiá* terno e melodioso, que saltasse pelos montes espessos a *cotia* fugaz como a lebre da Europa, [...] ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas [...], porém de roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro; que pintura, se a desenhara com sua natural graça o ingênuo pincel de Gonzaga! (ibid., p. 23-24; grifos nossos).

Longo embora, o trecho não deixa dúvidas sobre a importância da crítica garrettiana – em sua "proposta da originalidade" (César, 1978, p. XXXV) – como elemento fertilizador tanto de nossos escritores quanto de nossos historiadores literários.

Segue-se a Almeida Garrett o publicista José da Gama e Castro (1795-1873), que viveu no Brasil entre 1837 e 1842, desenvolvendo uma intensa atividade intelectual, embora guardando o anonimato. Na coletânea, Roberto Acízelo inclui, em sequência: dois textos do autor português, assinados com o pseudônimo "Um Português"; um texto de autoria desconhecida, assinado por "O Brasileiro"; e um quarto texto, em que o mesmo "Português" responde às considerações tecidas pelo "Brasileiro". Expliquemos. Nos dois primeiros textos – publicados, como os demais, no *Jornal do Comércio*, em 1842 –, "Um Português" reivindica para os portugueses um grande número de inventos que são atribuídos a estrangeiros. Entre outros, a arte de navegar pelos ares, atribuída aos irmãos Montgolfier, mas inventada, na verdade, por Bartolomeu Lourenço de Gusmão, nascido no Brasil. No terceiro artigo, o correspondente anônimo desvia o assunto da questão dos inventos, orientando-o para o campo literário, como se comprova no seguinte trecho:

> Porventura o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão foi português? Não nasceu ele na então vila, e hoje cidade de Santos, na província de São Paulo [...]? Com que direito se há de dizer que [...] [os seus inventos] são inventos de portugueses? Porventura

> diremos nós que Cláudio Manuel da Costa, ou Fr. Francisco de S. Carlos, são literatos portugueses, ou que as obras de qualquer deles pertencem à literatura portuguesa? Cuido que não. Pois [...] os escritos destes dois homens [...] fazem incontestavelmente parte da literatura brasileira, [..] (O Brasileiro, *in* Souza, 2017, p. 39-40).

Respondendo a essa reivindicação, Gama e Castro, ainda assinando como "Um Português", dá curso a uma "Quase-polêmica", nas palavras de Guilhermino César (1978, p. XLII), com o correspondente, defendendo a ideia de que o Brasil não tem uma literatura própria, brasileira, porque a língua em que aqui se escreve é a mesma de Portugal. Sem considerar a independência política e o sentimento nacional tão presente em nossos autores, Gama e Castro afirma que só a língua diferencia uma literatura da outra. Nas suas palavras:

> Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, com todo o rigor da palavra, literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não pode ter uma existência possível. [...] A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua [...] (Castro, *in* Souza, 2017, p. 41).

Tendo merecido tímidas reações no momento de sua veiculação, a tese de Gama e Castro foi refutada, de modo caloroso e bem fundamentado, um ano depois, em 1843, no ensaio intitulado "Da nacionalidade da literatura brasileira", de Santiago Nunes Ribeiro.

Ainda integrando o grupo dos estudiosos que compuseram estudos crítico-analíticos, está Alexandre Herculano (1810-1877), com o seu ensaio sobre o livro de estreia de Gonçalves Dias, *Primeiros cantos*, dado ao público em 1847. Datado de 1848, o texto "Futuro literário de Portugal e do Brasil" foi incluído por Gonçalves Dias na segunda edição dos *Primeiros cantos*, passando a figurar, na condição de verdadeiro prefácio, nas edições subsequentes da obra. Alexandre Herculano (*in* Souza, 2017, p. 54) inicia o seu texto pelo

contraste entre Portugal – "o velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepidez" – e o Brasil – "nação infante que sorri", "império vasto, rico, destinado pela sua situação, pelo favor da natureza que lhe fadou a opulência, a representar um grande papel na história do Novo Mundo." (ibid., p. 54). Embora carregado de um tom sombrio, fruto da desilusão política com os destinos de Portugal, o estudo de Herculano não poupa elogios ao livro de Gonçalves Dias, que lhe parece um bom exemplo do lirismo romântico no Brasil, representando o "país de esperança, cheio de viço e de vida" (ibid., p. 56). Se o entusiasmo pelo Brasil já aproxima Herculano de Almeida Garrett – ambos abordando com afetuosa compreensão as obras e os autores brasileiros –, aquele *Leitmotiv* anunciado por Garrett ecoa no elogioso ensaio de Herculano: a sugestão de que nossos poetas se inspirassem na terra brasileira, de modo a refletir com originalidade sua cor local. Diz Herculano (*in* Souza, p. 57-58), a propósito do livro *Primeiros cantos*:

> Quiséramos que as "Poesias americanas" [...] ocupassem nele maior espaço. Nos poetas transatlânticos há por via de regra demasiadas reminiscências da Europa. Esse Novo Mundo, que deu tanta poesia a Saint-Pierre e a Chateaubriand, é assaz rico para inspirar e nutrir os poetas que cresceram à sombra das selvas primitivas.

Como o leitor pode constatar facilmente, o estudo de Alexandre Herculano não serviu apenas para estimular e orientar o poeta estreante, mas, como afirma Guilhermino César (1978, p. XLVII), "afiançou a diretriz de toda uma corrente literária, lançou uma espécie de profissão de fé no progresso literário do Brasil".

José Maria da Costa e Silva (1788-1854), estudioso que se segue a Herculano, é autor de um copioso *Ensaio biográfico-crítico sobre os melhores poetas portugueses*, em dez volumes, publicados de 1850 a 1855. Uma singularidade de Costa e Silva entre os críticos e historiadores de sua época é o fato de que, contrariamente

ao desinteresse iluminista e romântico pela poesia do século XVII, ele faz uma corajosa defesa da produção seiscentista, valorizando, desse modo, a poesia de Gregório de Matos e de Manuel Botelho de Oliveira. Pioneiro no estudo desses poetas, a cada um deles consagra um capítulo de seu *Ensaio*. No capítulo sobre Gregório de Matos, datado de 1855, Costa e Silva registra a sua esperança de que, algum dia, um editor tenha a ousadia de publicar a maior parte das produções – manuscritas, e em seis grossos volumes – do "Rabelais Português", epíteto que deixa evidente a inclusão do poeta baiano no âmbito das letras lusas. E o estudioso pergunta:

> [...] que motivo razoável pode haver para que elas não apareçam? Acaso a sua virulência satírica, e as personalidades de que estão cheias? Mas não há também personalidades nas sátiras de Horácio, nas de Juvenal e de Pérsio? [...] Pois se as sátiras desses homens correm impressas por todo o mundo literário, por que não hão de ter a mesma sorte as de Gregório de Matos? (Silva, *in* Souza, 2017, p. 97).

Após defender a publicação das sátiras de Gregório de Matos, inclusive pelo efeito moralizador que elas teriam, o estudioso faz comentários críticos sobre alguns dos poemas do autor. Diz, por exemplo: "[...] a sua linguagem é rica, especialmente em termos e frases populares; suas pinturas são vivas, seus golpes satíricos e penetrantes; [...] suas sátiras são temperadas com pimentão, em vez de sal" (ibid., p. 105). O crítico também cita alguns dos temas – "moléstias", vícios – contra os quais o "Juvenal Brasileiro" dirigia os "tiros dos seus sarcasmos e das suas censuras": a mania de querer passar por fidalgo, o procedimento desregrado dos magistrados, dos frades e das freiras. No final de seu estudo, Costa e Silva reafirma que a não publicação das sátiras de Gregório de Matos significa "uma grande perda para a *nossa* literatura" (ibid., p. 111; grifos nossos).

No capítulo dedicado a Manuel Botelho de Oliveira, também de 1855, Costa e Silva destaca, como um dos méritos do "poeta

brasiliense", certa porção de colorido americano, que "tanto se faz desejar na maior parte dos poetas brasileiros" (ibid., p. 123) Ao comentar a descrição da Ilha da Maré – "um dos mais belos trechos das poesias lusitanas de Manuel Botelho de Oliveira" (ibid., p. 123) –, o autor assinala as belezas e os defeitos do estilo do poeta. Entre as primeiras, a pintura poética e graciosa das frutas brasileiras; entre os defeitos: o prosaísmo, a prolixidade das enumerações de plantas e legumes, e certo exagero na descrição das qualidades das frutas, chegando o historiador a "defender" as laranjas de Portugal, que não seriam tão azedas quanto o poeta as descreve, assim como as laranjas do Brasil lhe parecem muito grandes e enjoativas, por serem demasiado doces. Apesar dos defeitos apontados, o "primeiro poeta do Brasil, que não se envergonhou de ser tido por americano" (ibid., p. 134), não merecia o esquecimento a que estava relegado. No capítulo sobre frei José de Santa Rita Durão (1852), este é considerado pelo estudioso como o fundador da poesia brasílica, tendo sido o primeiro, com sua poesia genuinamente americana, "que teve o bom senso de descartar-se das preocupações europeias, [...] para compor uma epopeia brasileira pela ação, pelos costumes, pelos sentimentos e ideias, e pelo colorido local" (ibid., p. 74). Entre os defeitos apontados por Costa e Silva no *Caramuru*, está a falta de gosto apurado, que faz com que o autor, às vezes, "caia na inverossimilhança de fazer com que os índios falem como teólogos" (ibid., p. 75). Por outro lado, o historiador louva, no *Caramuru*, o aspecto original das batalhas protagonizadas por selvagens nus, tatuados, ornados de penas, armados de arcos e maças nodosas, em lugar de exércitos vestidos de lustrosas armas, galopando corcéis e manuseando canhões. Como destaca Roberto Acízelo, embora Costa e Silva também considere Antônio José da Silva como o responsável pelos fundamentos da "verdadeira comédia popular *portuguesa*" (ibid., p. 148; grifos nossos), acenou com a possibilidade de reconhecimento futuro de uma cultura literária brasileira própria, ao salientar que,

no Brasil, o cultivo e o uso da língua portuguesa iam "lançando as bases de uma rica literatura" (ibid., 2017, p. 67).

Dialogando com a possibilidade apenas acenada por Costa e Silva, o crítico literário Antônio Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865), em seu ensaio sobre Gonçalves Dias, também datado de 1855, exalta "o sentimento da natureza, da natureza indígena, americana" (Mendonça, *in* Souza, 2017, p. 153), do "poeta *brasileiro*" (ibid., p. 152; grifos nossos). Entretanto, se o maranhense é "o primeiro poeta do Brasil", é também "um dos mais notáveis talentos da geração que se dedica às letras, *em ambos os países*" (ibid., p.153; grifos nossos). Ainda em 1855, no pioneiro ensaio sobre Álvares de Azevedo, Lopes de Mendonça destaca, ao lado das inspirações de sentimento e dos sonhos de uma fantasia ao mesmo tempo terna e excêntrica, a ironia fina e penetrante de alguns de seus poemas. Se não tivesse morrido tão cedo, diz o estudioso, Álvares de Azevedo "tomaria como poeta um dos primeiros lugares na literatura *de Portugal e do Brasil*" (ibid., p. 161; grifos nossos). Para Lopes de Mendonça, vocações como as de Gonçalves Dias e de Álvares de Azevedo testemunham a vitalidade da nação brasileira, e é com orgulho que Portugal observa os progressos e o esplendor dessa nação "que fala a mesma língua, em cujas veias corre o mesmo sangue, e cujas tradições mais gloriosas também pertencem à nossa história" (ibid., p. 161-162).

Por sua vez, o estudioso Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), que compôs seus "esboços críticos" na década de 1860, aponta nos escritores brasileiros a inspiração europeia: "O fogo dos trópicos não lhes incendeia os períodos, e as paisagens que descrevem conhecemo-las nós melhor do que eles. *O corpo dos poetas americanos está na terra de Colombo, a sua alma está na Europa*" (Chagas, *in* Souza, 2017, p. 169; grifos nossos). Segundo o ensaísta, no estudo que dedica a Gonçalves Dias, datado de 1866, a tentativa do poeta maranhense de fundar a poesia nacional não se realizou a contento: além de não se deixar impregnar e influenciar

integralmente pelas paisagens e vultos de sua pátria, o poeta tinha seus olhos voltados, constantemente, para as paisagens europeias. Na avaliação de Pinheiro Chagas, Gonçalves Dias pinta como o *touriste*, que, "vendo um sítio pitoresco, traça à pressa o seu esboço nas páginas do álbum de viagem, enquanto [Fenimore] Cooper pinta como o artista entusiasta, que se apaixona pelos seus modelos" (ibid., p. 171). Distanciando-se, portanto, da profunda verdade das descrições de Cooper, Gonçalves Dias assemelha-se a Chateaubriand, em *Atala* e nos *Natchez*: tanto um como o outro escritor "involuntariamente deram trajos europeus às suas figuras" (ibid., p. 171). Assim, no final de seu esboço crítico sobre Gonçalves Dias, Pinheiro Chagas (ibid., p. 178) conclui: "O Brasil, quando proclamou a sua emancipação política, não conseguiu proclamar ao mesmo tempo a sua emancipação literária. Possui grandes talentos, mas estes seguem ainda passo a passo as transformações da literatura da antiga metrópole." No ensaio sobre José de Alencar, de 1867, o estudioso afirma que a morte impediu que Gonçalves Dias inaugurasse verdadeiramente a literatura nacional do Brasil, cabendo a José de Alencar, com *Iracema*, a "honra de ter dado o primeiro passo afoito na selva intricada e magnificente das velhas tradições" (ibid., p. 183). Vê Pinheiro Chagas, entretanto, um defeito na lenda de José de Alencar, assim como em todos os livros brasileiros: a falta de correção na linguagem portuguesa, a "mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais que (tenha cautela!) chegarão a ser risíveis [...]" (ibid., p. 185). Como lembra Roberto Acízelo, este ensaio de Pinheiro Chagas foi objeto de extensa contestação por parte de José de Alencar, na parte II do pós-escrito à segunda edição de *Iracema*, publicada em 1870. E, a respeito da atitude tomada por críticos portugueses – como Pinheiro Chagas –, a partir da difusão alcançada pela obra de Alencar, no que concerne ao problema da diferenciação literária, comenta Guilhermino César (1978, p. LV):

> Foi sobretudo com o autor de *O Guarani* que a inteligência portuguesa começou a sentir o abismo que o tempo cavara entre as duas literaturas. A tese levantada por Gama e Castro, no Rio de Janeiro, em 1842 [referida anteriormente neste ensaio], voltou a impor-se, por uma questão sobretudo de autodefesa, enquanto o próprio Alencar, combativo como era, ripostava com brilho aos seus censores de Lisboa. [...] O assunto azedou desde o momento em que a divergência foi sobretudo considerada à luz da gramática.

Reconhecendo nossa emancipação literária, o estudioso Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924), que se segue a Pinheiro Chagas, adota a ideia de que cabe à historiografia da literatura portuguesa ocupar-se apenas com os escritores vinculados ao Brasil que sejam anteriores à independência, ficando os demais sob o âmbito exclusivo da historiografia brasileira. Desse modo, Teófilo Braga inclui na órbita da literatura de seu país apenas os escritores brasileiros do período colonial. Num dos textos reunidos na coletânea, intitulado "As óperas portuguesas do Judeu" (1871), o crítico português identifica nas obras de Antônio José da Silva um elemento essencial: as *modinhas* brasileiras (grifos do autor). Salienta o estudioso que a *modinha* é uma criação musical portuguesa, conservada no Brasil, para onde a trouxeram negociantes e colonos. Do Brasil, foi levada, na sua inteireza primitiva, para Portugal, pelas mãos de Antônio José da Silva, "que abandonara a pátria aos oito anos de idade e achava nessas cançonetas uma recordação da infância" (Braga, *in* Souza, 2017, p. 196). Em outro texto (1881) coligido por Roberto Acízelo, Teófilo Braga afirma que o lirismo português foi influenciado pelas *modinhas* brasileiras, presentes nas *Liras* de Gonzaga e na *Viola de Lereno*, de Caldas Barbosa (ibid., p. 209).

O último dos autores portugueses incluídos na antologia, Camilo Castelo Branco (1825-1890), adota o mesmo critério de Teófilo Braga: no seu *Curso de literatura portuguesa* (1876), Camilo

aborda, além dos "Prosadores setecentistas", Antônio José da Silva e os "Poetas da colônia brasileira". Se reconhece nas cançonetas das peças de Antônio José da Silva o toque original dos requebros brasileiros, Camilo Castelo Branco não identifica nativismo nos madrigais de Cláudio Manuel da Costa e nos poemetos de Tomás Antônio Gonzaga. Quanto a *O Uraguai*, Camilo (*in* souza, 2017, p. 229) considera-o o primeiro poema épico em que "florejam as graças originais das musas brasileiras, *para nos expressarmos consoante à época atual*" (grifos nossos), trecho no qual, segundo Acízelo – em outro de seus livros (2007, p. 116) –, há uma certa ironia com relação à reivindicação de autonomia para a literatura brasileira.

Depois de acompanharmos esses "olhares" que resistem a aceitar a nossa emancipação literária, que só se torna reconhecida por parte de Portugal cerca de quarenta anos após a independência, passaremos aos olhares estrangeiros sobre o nosso cânone literário em formação, entre os quais Roberto Acízelo distingue três grupos de textos. Em primeiro lugar, um conjunto de textos muito sumários, cuja inclusão no volume se justifica por atestarem o interesse francês em conhecer a cultura literária do Brasil. São os estudos de Eugène de Monglave, De Mancy/Denis e Hippolyte Carvallo. Um segundo grupo contempla observações literárias inscritas no corpo de relatos de viagens, destacando-se, neste grupo, o prussiano Carl Kchlichthorst, o inglês Richard Burton e o espanhol Juan Valera. Numa categoria à parte, está o ensaio do argentino José Mármol, que, num viés comparatista, procura refletir sobre a literatura produzida no Brasil e nos demais países latino-americanos. Finalmente, o conjunto formado por trabalhos de proposição historiográfica: os do alemão Bouterwek, do suíço Sismondi, do francês Ferdinand Denis, do austríaco Ferdinand Wolf e do argentino Eduardo Perié.

O estrangeiro que inaugura a segunda parte da coletânea é Friedrich Bouterwek (1765-1828), o primeiro europeu que estudou autores brasileiros, numa obra de ambiciosas proporções: a *História*

da poesia e da eloquência desde o final do século XIII, publicada em doze volumes, de 1801 a 1819 – obra que, por sua vez, constituía a contribuição de Bouterwek para um projeto editorial de grandes proporções (cinquenta e seis volumes), dirigido pelo erudito Johann Gottfried Eichhorn. O trecho reproduzido por Roberto Acízelo está no volume 4: *História da poesia e da eloquência portuguesa*, datado de 1805. Nele, o erudito alemão inclui dois autores brasileiros – Antônio José da Silva e Cláudio Manuel da Costa –, situando-os no âmbito da "poesia e eloquência portuguesas". Bouterwek menciona o papel de Cláudio Manuel como inovador, sob o influxo de antigos poetas italianos, vendo-o como um poeta que trazia melhores tempos para a poesia portuguesa. E salienta: "[...] nos últimos cem anos, nenhum poeta português conseguiu compor sonetos como os de Da Costa, que se aproximam do modo mais encantador aos de Petrarca" (Bouterwek, *in* Souza, 2017, p. 245).

Também o suíço Simonde de Sismondi (1773-1842), em obra de 1813, ao ocupar-se com a literatura portuguesa, inclui os escritores Antônio José da Silva e Cláudio Manuel da Costa. A respeito deste último, faz uma observação perspicaz, que parece antecipar – involuntariamente, é claro – uma das "constantes" temáticas que, mais de duzentos anos depois, Antônio Cândido (1971, p. 92) identificaria na obra poética de Cláudio Manuel da Costa: o "esforço de exprimir no plano da arte, e dentro dos moldes cultos, a realidade, os problemas da sua terra". Afirma Sismondi (*in* Souza, 2017, p. 253):

> Naquelas montanhas [nas Minas Gerais do Brasil] – diz ele [o poeta] –, não se vê nenhum regato da Arcádia, cujo doce murmúrio produza sons harmoniosos; ali, o despenhar de uma torrente turva e hedionda lembra apenas a avidez dos homens que tornaram escrava aquela água, sujando-a em busca de tesouros.

No final do trecho reproduzido por Roberto Acízelo, o suíço aventa a possibilidade de que o Brasil, mais adiante, produza, na língua portuguesa, dignos sucessores de Camões.

O terceiro autor a figurar entre os olhares estrangeiros sobre o Brasil é Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), também num estudo de caráter historiográfico. Denis viveu no Brasil de 1816 a 1821, e foi o primeiro estudioso que tratou a literatura brasileira num trabalho específico, separando-a da portuguesa e a ela dedicando um segmento autônomo na sua obra intitulada *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826). No primeiro capítulo, ele aconselha que nossos autores olhem mais para si mesmos, que estudem cuidadosamente a natureza americana e o nosso primitivismo, em busca de características originais inexploradas. Em sua orientação abrasileirante, Denis enfatiza a necessidade de o brasileiro apegar-se mais ao seu país, aderindo à temática do indianismo:

> Que o poeta dessas belas paragens celebre desde já os grandes acontecimentos do século; mas que não esqueça [...] os erros do passado; [...] que lamente as nações exterminadas, despertando uma piedade que, embora tardia, favoreça os restos das tribos indígenas; e este povo exilado, diferente na cor e nos costumes, que não seja nunca esquecido pelos cantos do poeta (Denis, *in* Souza, 2017, p. 261).

Nos capítulos seguintes de seu estudo, Ferdinand Denis (ibid., p. 265) dedica-se aos autores do Arcadismo; antes de fazê-lo, porém, assinala:

> O início da literatura brasileira não data de época muito recuada, mas, não obstante, é muito difícil assinalar-lhe a verdadeira origem [...]. É certo que ela começou com alguns imperfeitos relatos do século XVI, que se refugiaram, em grande parte, nos arquivos da Torre do Tombo.

Para Denis – orientado pela correlação direta entre independência política e autonomia literária –, chegara o momento de os brasileiros fundarem a sua literatura, com "caráter particular". Sua voz repercutiu imediata e intensamente, como destacou Guilher-

mino César (1978, p. XXXIII): "Era alguém que falava, um europeu de Paris, convidando-nos ao conhecimento aprofundado da terra, chamando-nos a visitar a floresta, a conhecer hábitos e lendas do aborígine, a estudar velhas sagas por acaso sobreviventes em sua literatura oral." Lembramos que, no mesmo ano de 1826, Almeida Garrett, também em Paris, apresentava semelhante "proposta da originalidade" na sua "História abreviada da língua e da poesia portuguesa".

O texto que se segue ao de Ferdinand Denis faz parte do relato – ou das memórias – de Carl Schlichthorst acerca do período em que aqui viveu, alistado no corpo de estrangeiros das forças armadas do Império do Brasil. Na obra *O Rio de Janeiro como ele é (1824-1826)*, publicada em 1829, o prussiano reserva um capítulo para suas impressões sobre a nossa cultura literária, nas quais não se distancia das considerações de Ferdinand Denis, ao propor um sentimento nacional profundo e abrangente, inspirado na natureza e nas especificidades brasileiras. Também, como Denis, ao caracterizar o brasileiro, Schlichthorst (*in* Souza, 2017, p. 310), menciona as raças que o formaram:

> Em verdade, essa gente não é de puro sangue branco e o orgulho europeu a encara com desprezo; mas todas as grandes qualidades de seus antepassados nela concorrem. O descendente de branco com índia puxa mais à mãe do que ao pai. Para ele, a liberdade vale tudo. O mulato é vivo e cheio de imaginação. De ambas as raças sairão grandes poetas.

Como Denis, Schlichthorst aprecia a musicalidade do brasileiro; e, antes de passar aos comentários sobre alguns escritores brasileiros, o prussiano anuncia: "As primeiras tentativas da musa brasileira fazem já supor que tomará um voo mais original e que o Brasil conservará sua independência, quer poética, quer política, e que brilhante série de futuros vates aproveitará dignamente o assunto encerrado na história deste país" (ibid., p. 312).

Aos europeus que, até aqui, se fizeram ouvir na coletânea, segue-se o argentino José Mármol Zavarela (1817-1871), que esteve no Brasil, como secretário da representação diplomática de seu país, de 1843 a 1846. Seu ensaio, intitulado "Juventude progressista do Rio de Janeiro", foi publicado no periódico *Ostensor Brasileiro*, no ano de 1846. No texto, o estudioso parte de considerações sobre o que observa no Brasil – ou, poderíamos dizer, sobre o que *não* se observa no Brasil: a juventude na ação literária. Diz Zavarela (in Souza, 2017, p. 340): "Achamos o literato; porém não o movimento literário, a revolução propriamente dita." O mesmo quietismo, o mesmo emprego improdutivo das forças próprias, ele reconhece nos países da América espanhola, na qual, como afirma, "tudo são romances e novelas andando" (referindo-se à paisagem, aos costumes, aos tipos dos países sul-americanos), e, no entanto, "não há dez romances escritos" (ibid., p. 342). Refletindo sobre a literatura produzida no Brasil e nas demais repúblicas latino-americanas, o olhar de José Mármol Zavarela aproxima as especificidades culturais e literárias do Brasil às dos países vizinhos, ao mesmo tempo em que reconhece as diferenças de formação sociopolítica entre o Brasil e os demais países. Enquanto, nestes últimos, uma nova geração surgiu com a revolução que vibrou em todo o corpo social, o Brasil ainda não entrou na revolução americana: não tendo rompido com suas tradições ao golpe de uma revolução, seu desenvolvimento moral ou intelectual é lento e sem vigor. O ensaísta, então, pergunta: diante desse quadro, "que é necessário fazer?" (ibid., p. 355). Uma mudança, por meio da revolução, responde ele. E o texto termina, em tom altissonante, pela confiança em que a América – mina inesgotável de riqueza e poder – ostentará um dia o predomínio do mundo.

Em seguida, o olhar volta a ser o europeu: o do espanhol Juan Valera y Alcalá Galiano (1824-1905), iberista que também esteve no Brasil, como diplomata, de 1851 a 1853. O ensaio "A poesia do Brasil" (1855) tem importância especial por duas razões: por cons-

tituir estudo pioneiro sobre a história da literatura brasileira e por tratar exclusivamente da literatura brasileira, sem considerá-la uma espécie de apêndice da literatura portuguesa. O ensaio se inicia de forma saborosa e irônica, com o viajante Valera lamentando a falta de cor local em "Pernambuco" e Olinda, cidades nas quais o seu navio aportou, e nas quais os viajantes esperavam encontrar uma natureza exuberante e um par de selvagens, com seus respectivos canitar, enduape e araçóia, "em lugar de ver chapéus, calças e anáguas que entre nós se usam" (Valera, *in* Souza, 2017, p. 359). Referindo-se ao domínio da criação artística, o ensaísta exalta a predisposição do povo brasileiro para a música e a poesia, a qual está em todas as raças de que o povo se compõe. Depois de destacar a modinha e o lundu como exemplos das canções populares do País, Juan Valera faz interessantes considerações sobre a poesia, na qual valoriza a atuação dos mulatos, "poetas muito notáveis" e por ele considerados os melhores do Brasil. Acrescenta que, embora o Brasil não tenha uma história de conquista tão romanesca como a do Peru ou a do México, nem, como esses dois países, tradições tão maravilhosas e civilizações indígenas como a dos incas ou dos astecas, não faltam entre nós tradições e lendas de que a poesia possa apropriar-se, como o fazem os poetas brasileiros contemporâneos. Em seguida, considerando que a originalidade da poesia brasileira mostrou-se na epopeia, Juan Valera aborda, com erudição e sensibilidade, os poemas *O Uruguai* e *Caramuru;* e, por fim, refere-se elogiosamente a alguns poemas de Gonçalves Dias, embora considere Araújo Porto Alegre um poeta muito maior e mais digno de memória.

Destacamos a seguir o "olhar" do austríaco Ferdinand Wolf (1796-1866), autor do primeiro tratado historiográfico inteiramente dedicado à literatura brasileira: *O Brasil literário: história da literatura brasileira* (1863), livro adotado no Colégio Pedro II de 1879 até pelo menos 1883. Na introdução, coligida, juntamente com o prefácio, por Roberto Acízelo, Ferdinand Wolf (*in* Souza, 2017,

p. 419) afirma que "se pode com justiça falar agora em literatura brasileira". Antes, no prefácio, explicita o seu propósito de esboçar o desenvolvimento da literatura no Brasil, preenchendo uma lacuna importante, uma vez que os brasileiros não possuíam nenhuma história literária que chegasse até aquele momento. Na periodização da literatura brasileira indicada pelo austríaco, os escritores do século XVII e da primeira metade do século XVIII são apontados como servis imitadores dos modelos portugueses, destacando-se, na segunda metade do século XVIII, a escola mineira como a principal representante do movimento de emancipação da influência cultural da metrópole. Embora alguns de seus posicionamentos tenham merecido contestação – dentre eles, a falta de originalidade de nossa poesia da era colonial –, o livro de Wolf é considerado "a primeira história congruente de nossa vida mental", revelando "uma visão já bastante precisa do espírito de nacionalidade com que o Brasil começava a surgir perante o mundo na segunda metade do século XVIII" (César, 1978, p. LIII).

Seguem-se a Ferdinand Wolf as observações literárias do inglês Richard Francis Burton (1821-1890), que, em sua viagem pelo interior do Brasil, esteve nas cidades mineiras, das quais esboça um interessante roteiro, salientando sua geografia, seus costumes e os escritores que nelas nasceram e/ou viveram. Desse modo, em 1869, o viajante inglês assinala, na cidade de São João del-Rei, uma característica que até hoje se mantém, e que é evidente em suas ruas, casas e praças: a musicalidade de seus habitantes. "Todo indivíduo educado é, mais ou menos, músico", registra Burton (*in* Souza, 2017, p. 427). A respeito de Tomás Antônio Gonzaga, traça um quadro que poderia compor o "roteiro amoroso" mencionado por Antônio Cândido, em seu estudo sobre o poeta de Marília. Diria Cândido, no livro *Formação da literatura brasileira*, que alguns versos de Gonzaga

> localizam concretamente a bem-amada, dando-lhe uma realidade que podemos reconstruir, superpondo a Vila Rica um roteiro amoroso que o visitante procura captar, contemplando janelas, medindo distâncias, refazendo itinenários, de todo possuído pela topografia mágica do antigo amor (Candido, 1971, p. 116).

O viajante Richard Burton ali esteve, percorrendo e descrevendo o cenário e a topografia que Gonzaga amorosamente desenhou. Diz Burton (*in* Souza, 2017, p. 431):

> Ao pé da montanha, no fundo da depressão, e tendo por trás árvores frondosas, fica um prédio desinteressante, comprido, baixo, coberto de telha e caiado de branco, muito parecido com uma confortável casa de fazenda. Ali morou e morreu 'Marília', [...], a heroína local, Beatriz, Laura ou Natércia, e que por pouco escapou de ser a Heloísa de Minas.

O último dos olhares estrangeiros para o cânone literário brasileiro em formação encerra exemplarmente a coletânea. O autor é o argentino Eduardo Perié, sobre o qual há pouquíssimas informações biográficas. Seu livro *A literatura brasileira nos tempos coloniais do século XVI ao começo do XIX*, escrito em português, foi publicado na Argentina, em 1885, situando-se, como o de Ferdinand Wolf, num momento em que a história da literatura brasileira já estava em fase de constituição. Do livro de Perié, Roberto Acízelo inclui o prefácio, um trecho do primeiro capítulo e, integralmente, os capítulos II e III. Antes de abordar o tema específico de seu livro – o desenvolvimento histórico da literatura brasileira –, Perié dedica o segundo capítulo à discussão das condições culturais e étnicas de formação da literatura brasileira. Como julga que o Brasil já apresenta condições diferenciadas em relação a Portugal, resultantes dos elementos raciais formadores da nação, passa a estudar os elementos embrionários que influenciaram a sua formação. São eles: a literatura portuguesa, rica em perfeição, estilo e harmonia; as legendas e a poesia indiana; o elemento africano. Quanto à contribuição indígena, Perié dedica

algumas páginas à produção poética entre os silvícolas – apagada pela independência –, mas cujos vestígios estão presentes nas lendas populares, recolhidas por Couto de Magalhães e Melo Morais Filho. Tece críticas a Ferdinand Wolf, a ele se opondo em dois pontos fundamentais: pela acusação de imitadores da literatura portuguesa, atribuída aos primeiros escritores brasileiros, e pelo não reconhecimento da poesia indígena, incluindo, nesse aspecto, o historiador Varnhagem em sua crítica. Sobre o elemento africano, o estudioso afirma a sua influência na poesia e na língua brasileira, e considera que a mestiçagem entre o português e o africano resultou na geração mais forte e inteligente desta parte da América, "o núcleo talvez mais poderoso da mentalidade brasileira." (Perié, *in* Souza, 2017, p. 468). Focalizando temas, autores e críticos quase seus contemporâneos, Perié elege José de Alencar como o mais fecundo e original dos romancistas brasileiros, ainda que também dê destaque a Joaquim Manuel de Macedo e a Manuel Antônio de Almeida, que considera como um dos fundadores do romance brasileiro. No início do terceiro capítulo, volta a tecer críticas aos historiadores precedentes, pelo descuido com que trataram o patrimônio cultural indígena e pela desconsideração da influência popular na poesia culta. A crítica de Perié também se volta para o fato de aqueles historiadores terem deixado na sombra o padre Anchieta, o "verdadeiro fundador da literatura brasileira" (ibid., p. 477), e que tão bem manejou a língua tupi. Ao tratar da contribuição popular, chama atenção para as modinhas – descartadas por Varnhagem, mas já valorizadas por outros estrangeiros que se voltaram para o Brasil. Nas produções poéticas do período colonial, reconhece a nacionalidade em embrião, como em Tomás Antônio Gonzaga, autor de poemas de cunho brasileiro – posicionamento que seria confirmado pela crítica literária posterior. Logo em seguida, emite um juízo semelhante ao de Machado de Assis, em seu ensaio "Instinto de nacionalidade" (1873). Afirma Perié (ibid., p. 493-494): "Demais, a originalidade não consiste

unicamente no fundo, mas também na forma, nem tampouco nas imagens referentes ao meio em que se vive. Tirar a liberdade ao poeta de levantar o voo da inspiração às regiões abstratas é encerrá-lo no estreito espaço do positivo e concreto." Finalizando o terceiro capítulo pelo registro da produção poética dos gaúchos, que expressam suas particularidades na poesia e no conto, Eduardo Perié deixa a lição de que a literatura de um povo deve ser estudada em função das condicionantes de ordem histórica e cultural que singularizam esse povo, em direção à sua autonomia e liberdade.

3

Concluindo esta apreciação da coletânea organizada pelo professor e pesquisador Roberto Acízelo – com o qual tenho o privilégio de conviver, há longos anos, no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –, enfatizo, mais uma vez, a relevância do volume. Suas páginas oferecem-nos o contato com estudos que, em sua natureza e grau de importância diversos, integram o arcabouço cultural da historiografia oitocentista, acabando por contribuir para nos dizer quem somos, desenhando, em pinceladas de cores e tons variados, não apenas a fisionomia da literatura brasileira, mas o nosso próprio rosto. Nele, alguns elementos vão se repetindo, outros esboçam-se aqui e ali: entre os primeiros, Cláudio Manuel da Costa, Antônio José da Silva, Tomás Antônio Gonzaga, Durão, Basílio da Gama, Gonçalves Dias; entre os menos frequentes, Gregório de Matos, Manuel Botelho de Oliveira, Álvares de Azevedo. Ao lado de uns e de outros, também deixam suas marcas em nosso "rosto": a civilização indígena, a natureza tropical, a *modinha*, a contribuição africana. Os estrangeiros pincelam esses traços com maior vigor e liberdade, mostrando-se menos temerosos do que os portugueses no gesto de imprimir uma fisionomia própria e original ao rosto que vai surgindo sob o cruzamento de tantos "olhares". Trata-se do rosto da literatura brasileira ou do Brasil? De ambos, se retomarmos

a convicção – que ecoa por todo o volume organizado por Roberto Acízelo – de que a literatura é a alma de uma nação.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971. V. 1.

CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*: 1 – a contribuição europeia – crítica e história literária. Seleção e apresentação de Guilhermino César. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

_____ (Org.). *Na aurora da literatura brasileira*: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885). Rio de Janeiro: Caetés, 2017.

Impressões do editor

Francisco Venceslau dos Santos

Até certo ponto, traçados seus limites, lidamos com arquivos e originais, o que nos aproxima de uma das frentes de trabalho de Roberto Acízelo de Souza. Nós, na edição de livros; ele, na procura de documentos literários, na organização de volumes, no estabelecimento de critérios de edição, na elaboração de introduções, de biografias resumidas dos autores e de notas explicativas. Acízelo também é um produtivo criador de conceitos novos nos campos da história da literatura brasileira e da teoria da literatura.

Constatamos, no processo das edições, ao cotejarmos provas impressas com os textos originais, seguindo o roteiro dos "Critérios da edição", que, além da coerência na organização geral das obras, ele procede, tendo em vista os leitores de hoje, à atualização da ortografia e à modernização da pontuação, dado que, no século XIX, há muitas divergências relativamente às práticas do nosso tempo, no que tange a tais aspectos. Assim, nas suas obras, revelou-se um mestre exemplar da educação literária, eliminando ambiguidades nas notas explicativas e nos comentários de aspectos linguísticos dos textos que recupera, os quais permaneceriam ininteligíveis para os leitores atuais, não fossem essas providências. Nesse afã da clareza, às vezes introduz trechos para melhor organização da matéria, sempre entre colchetes, por não constarem das edições-fonte.

A Caetés, nossa Editora, com recursos da FAPERJ, publicou as seguintes obras de Roberto Acízelo de Souza: *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*, v. 1 e 2 (2014); *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros, de Francisco Sotero dos Reis* (2014); *Na au-*

rora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885) (2017); *Literatura e civilização em Portugal, de Álvares de Azevedo* (2016). Vamos discorrer sobre este conjunto de edições de obras fundadoras da historiografia literária nacional.

Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888), v. 1 e 2 (2014), preenche uma lacuna na historiografia literária brasileira, porque disponibiliza fontes de acesso bastante difícil. Organizador e editor somaram coragem para enfrentar as dificuldades que não são poucas. Nos nossos encontros, Roberto Acízelo mostrou um senso de humor refinado, uma rara compreensão do humano e um domínio do objeto de estudo como poucos, indicando o caminho reto, estabelecendo um diálogo produtivo com o seu editor.

O método e os critérios logo saltaram à vista. Reuniu autores e obras em subconjuntos: antologias e introduções de conteúdo historiográfico; ensaios sobre a instituição de uma literatura brasileira autêntica e emancipada; ensaios de sínteses históricas; textos introdutórios a tratados de história da literatura; ensaios dedicados a análises de obras específicas; cartas e teses. Os textos fundadores remontam a um amplo e variado acervo de estudos situados nos primórdios da disciplina, desde uma carta de José Bonifácio, de 1825, talvez o primeiro documento da "história literária do Brasil", até ensaios de 1888, ano em que Sílvio Romero, com sua *História da literatura brasileira*, encerra o ciclo que se pode chamar de "textos fundadores" desta tradição.

Roberto Acízelo de Souza costuma identificar obras marcantes com inteligência arguta. Assim, considerou a *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, publicada em 1888, o marco final da constituição dos conceitos correlatos de literatura brasileira e sua história. Daí para frente aparecem atualizações e revitalizações. Igualmente, seu interesse recai sobre a cultura literária, o arquivo

de base. Pesquisou o cânone que fermentou o conceito de literatura brasileira durante a etapa dos "textos fundadores", e descobriu a sua genealogia, no sentido de fisionomia de uma época.

Este trabalho de escavamento e reconstituição resultou ainda na obra *Na aurora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação (1805-1885)* (2017). Assim, mostrou sua paixão pelas fontes, reconheceu o potencial dos discursos sobre literatura, introduziu a historiografia literária na ordem de um arquivo aberto e criador. Neste livro, sem cair no anacronismo, classificou os textos de épocas anteriores à formação do cânone nacional, e explicou a contribuição portuguesa dedicada aos séculos XVII e XVIII, a qual, naturalmente, tomava obras que, depois da independência, passariam a integrar o patrimônio da literatura brasileira, como patrimônio da literatura portuguesa, pois, na época em causa, o Brasil não era um estado nacional soberano, e sim a parte americana do império português. O organizador separou ensaios de cunho crítico-analítico que discutem a possibilidade de uma literatura brasileira distinta da portuguesa, mesmo antes da independência do Brasil, tendo incluído nessa categoria textos de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Lopes de Mendonça e Pinheiro Chagas. No que diz respeito aos estrangeiros, levantou documentos do interesse francês pela cultura literária do Brasil: textos de Eugène de Monglave, de De Mancy/Denis e de Hypolyte de Carballo. Na edição desta obra, tivemos oportunidade de conversar sobre o estabelecimento dos textos, a atualização de ortografia, a correção de erros ortográficos, verificando assim os conhecimentos de Acízelo no campo da ecdótica.

A edição de *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros, de Francisco Sotero dos Reis* (2014), também se inscreve no projeto de Roberto Acízelo de recuperar e disponibilizar os ensaios fundadores da história literária brasileira. O propósito é o retorno crítico aos fundamentos

conceituais e motivações primeiras da disciplina, a fim de compará-los com suas sucessivas realizações ao longo dos séculos XX e XXI. Sua Apresentação contém dados biográficos criteriosos e análise de parte da fortuna crítica de Francisco Sotero dos Reis. Roberto Acízelo explica a metodologia de Sotero, seu gosto pelas análises textuais e o critério nacionalista de sua seleção de textos, suas inclusões e exclusões no Curso: inclusão de Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Sousa Caldas, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, por terem introduzido a cor local, e exclusão de Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre.

Esclarece alguns critérios de Sotero para a seleção de autores, e explica o silêncio dele para a ausência de outros. Sabemos que o ponto de vista do erudito maranhense era a não inclusão de escritores vivos, e o nacionalismo com sua cor local justitificativa a presença. O conceito de literatura adotado por Sotero é o conceito amplo, conforme a tradição clássico-humanista, distinto, pois, de uma definição de literatura restrita e moderna, o que apenas prevaleceria nos estudos literários no início do século XX. O Curso de literatura integra uma corrente de opinião conforme a qual a literatura nacional do Brasil apenas se constituíra depois da independência.

Editamos também juntos uma obra de Álvares de Azevedo, *Literatura e civilização de Portugal*. Um verdadeiro desafio para um erudito. Na Apresentação, Acízelo insere um estudo biobibliográfico de Álvares de Azevedo, destacando a produção poética e crítico-historiográfica do autor, ressaltado as avaliações positivas de Sílvio Romero e José Veríssimo, e o julgamento com ressalva de Antônio Cândido. Roberto Acízelo faz um balanço das posições do poeta brasileiro, no contexto do romantismo, destacando o exercício da historiografia literária neste ensaio. Escreve um texto crítico de oito páginas e meia sobre a gênese da obra, incluindo as referências da fortuna crítica.

Nos Critérios da edição, aponta a precariedade das demais edições disponíveis, indicando o texto-base que utilizou para a sua

edição: *Obras completas*. 8.ª ed. Organização e notas de Homero Pires. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. 2 v. Como sempre Roberto Acízelo, atualiza a ortografia, introduz alterações na pontuação, observando que a finalidade da edição não é conservar o texto como documento filológico, mas torná-lo transparente, e faz intervenções na sintaxe, para melhorar sua inteligibilidade. Apresenta as variantes do texto-base e moderniza o tratamento gráfico. E escreve, nada mais, nada menos que setecentas e doze de rodapé, de cunho histórico, biográfico, linguístico e literário.

Eloquência e retórica na expressividade oitocentista e na atualidade

Germana Sales

Conheci Roberto Acízelo pessoalmente por ocasião dos trabalhos de uma comissão destinada a avaliar trabalhos inscritos num concurso de poesia promovido pelo Ministério da Cultura no início dos anos 2000. Éramos cinco participantes, um de cada região do País, e eu conhecia o nome do professor das páginas dos seus livros, constantes referências, e, na época, coordenador do GT História da Literatura da ANPOLL, no qual eu era membro recém-admitida. Pelo distanciamento e distinção do pesquisador, eu o enxergava como a designação de um fenômeno intelectual. Nosso contato se estreitou mais quando submetemos juntos o projeto PROCAD "Circulação e produção literária em Belém do Pará: 1850 a 1950" (CAPES/UFPA/UERJ), no período 2009/2013. Naquela altura, todo o contato para a elaboração do projeto foi realizado com José Luís Jobim, mas foi Roberto Acízelo quem assumiu a coordenação dele durante os cinco anos de seu desenvolvimento. Pude então conhecer de perto sua esmerada dedicação à administração do projeto, a precisão na observância dos prazos e, acima de tudo, a delicadeza para tratar qualquer assunto, até os mais cabulosos. Para os desdobramentos do projeto, contamos com uma equipe de oito docentes da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e como resultado da cooperação foram publicados dois livros: *Interpretação do texto / Leitura do contexto* (2013) e *Literatura brasileira: região, nação, globalização* (2013), este último

sistematizado por mim em companhia de Roberto Acízelo. Também foram ministradas disciplinas e minicursos em cooperação entre os membros do projeto, e uma das principais ações, a integração dos estudantes do mestrado da UFPA com as atividades do mestrado da UERJ, por meio de bolsas-sanduíche, resultou para alguns, posteriormente, a oportunidade de realização do curso de doutorado naquela instituição de ensino superior.

Selada uma aproximação acadêmica que se configurou pela confiança e afeto, além da minha grande deferência pelo pesquisador aplicado e zeloso, tive a honra e a responsabilidade de sucedê-lo na coordenação do GT História da Literatura. Devo confessar que jamais vi tamanha disciplina, clareza e transparência no trâmite dos dados em uma sucessão, e a generosidade espontânea que nos estimulou a elaborar, juntamente com ele e outros colegas do GT, os volumes em homenagem aos vinte anos do nosso Grupo de Trabalho: *História da literatura: fundamentos conceituais* (1 v.) e *História da literatura: práticas analíticas* (2 v.), disponíveis em *e.book* no *site* da Editora Makunaima.[1] Nessas coletâneas, foram reunidos ensaios dos participantes do GT, referentes às pesquisas desenvolvidas à época da publicação. Na elaboração desses livros, surpreendeu mais uma vez a objetividade e a capacidade de organização de Roberto, sempre atento aos detalhes e cioso com os prazos a cumprir. Ele nos dizia que sua lista de tarefas ultrapassava o número cem, mas a nós fascinava a eficiência e a aptidão demonstrada para estruturar e dispor o trabalho de uma maneira simples, sem sobressaltos ou a ansiedade dos homens comuns. Tivemos a certeza de que estávamos diante de um *mestre* a quem dificilmente um discípulo iria superar.

E deve ter sido assim por toda a sua existência, pois, do contrário, não assistiríamos ao êxito de carreira tão magnífica, erguida a partir dos anos 1960, com seu ingresso na graduação, e consolidada pela rica produção que ilustra seu currículo. À medida que os anos passaram, os que circundam o entorno de Roberto Acízelo

acompanham o avanço da sua produção, concretizada em artigos, capítulos de livros e livros autorais ou coletâneas de cuja organização se encarregou. Ao todo, sua obra (até o momento em que escrevo este ensaio) reúne quarenta e sete artigos em periódicos, quarenta e um livros ou edições organizadas e trinta e oito capítulos de livros. O resultado da excelência e valor da produção escrita de Roberto Acízelo é comprovada no significativo número de referências aos textos do autor, em teses, dissertações e demais trabalhos acadêmicos, como também nas importantes honrarias recebidas no ano de 2015, como a premiação da obra *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários (século V a.C. - século XVIII)* (2014, Editora Argos), com os prêmios da Academia Brasileira de Letras, na categoria Ensaio, Crítica e História Literária, da Associação Brasileira de Editoras Universitárias, na categoria Humanidades, e Prêmio Jabuti, na categoria Teoria/Crítica Literária, Dicionários, Gramáticas, todos como primeiro lugar.

A mim, como leitora e apreciadora da produção do autor, chamam a atenção as extraordinárias pesquisas historiográficas realizadas pelo *mestre*. A premiada obra *Do mito das musas à razão das letras* parecia seu ápice, pois nos colocava diante de uma volumosa edição de mais de mil páginas, dividida em sete partes, com a reunião de textos que antecedem a Cristo até o século XVIII, e a análise das concepções míticas a partir de Homero; das regras de composição estabelecidas por Cícero, Horácio, Quintiliano e outros vinte e três pensadores; dos procedimentos crítico-analíticos constituídas por Aristófanes, Dionísio Trácio, Agostinho, entre outros; da abordagem acerca dos gêneros, em que constam concepções sobre poesia e prosa, além da importante disponibilização do texto de Pierre-Daniel Huet (1666) sobre as origens do romance (que certamente vem subsidiando as muitas especulações em torno do gênero, ao caracterizá-lo como "divertimento de nobres desocupados", "histórias fingidas de aventuras amorosas", e cuja finalidade

deveria ser "a instrução do espírito e a correção dos costumes"); dos fundamentos filosóficos das práticas literárias, que abarca a maior parte da coletânea, retomando as discussões sobre retórica, valor da poesia, eloquência e relações entre filosofia e literatura; dos debates constitutivos da célebre Querela dos Antigos e Modernos.

Esse glorioso volume teve, entretanto, dois antecedentes que anunciaram sua magnitude, como a extraordinária pesquisa registrada no livro *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)* (2011) e *O império da eloquência; retórica e poética no Brasil oitocentista* (1999).

Uma ideia moderna de literatura reúne uma investigação que abarca mais de duzentos anos e recupera os textos fecundos para o desenrolar de trabalhos que, atualmente, necessitam desse manancial, especialmente importante para os estudiosos da teoria da literatura em suas fontes. Ao explicar a metodologia para a escolha dos textos *seminais*, o autor esclarece: "todos os textos convergem num ponto, já que são todos percorridos, com ênfases variadas, pela mesma constante temática: a questão do conceito de literatura, na sua correlação com o problema do objeto, do método e dos procedimentos analíticos no campo dos estudos literários" (Souza, 2011, p. 17).

Dividido em seis seções, a antologia situa entre seus objetivos reunir estudos acerca da noção de literatura, avaliar as concepções de literatura mediante as manifestações artísticas, reunir abordagens clássicas sobre os gêneros, analisar os procedimentos técnicos "do fazer literário", considerar as inquirições pertinentes à literatura na esfera dos tratados retóricos. Fundamental para o docente da área de letras e, principalmente, para quem se dedica à pesquisa de objetos pertencentes a séculos pretéritos, Roberto Acízelo compilou um material riquíssimo em informações capitais, até então dispersas. Desse repertório, ressalto os seguintes textos: "Literatura e instituições sociais" (1800), de Madame de Staël; "Do romance histórico"

(1828-1829), de Alessandro Francesco Tommaso Manzoni; "Sobre o significado da palavra literatura" (1841), de Vissarion Grigoryevich Belinski; "Estilo tropical" (1888), de Araripe Júnior; "A evolução dos gêneros na história da literatura (1889), de Ferdinand Brunetière; "História, sociedade e romance" (1842), de Honoré de Balzac; "O drama, o romance e a missão do poeta", de Almeida Garrett; "O Fanatismo da arte" (1846-1875), de Gustave Flaubert; "Estudo sobre o romance" (1887), de Guy de Maupassant; "Dos autores e dos críticos" (1773), de Denis Diderot; "A crítica, entre a história e a teoria da arte" (1809), de August Schlegel; "Da crítica brasileira" (1860), de Macedo Soares; "A função da crítica na atualidade" (1864), de Matthew Arnold; "A crítica" (1888), de Moniz Barreto; "O ensino da literatura" (1908), de José Enrique Rodó; "Da imitação" (1851), de Lopes Gama.

Essas duas edições que causaram tanto impacto no público acadêmico – *Uma ideia moderna de literatura* e *Do mito das musas à razão das letras* –, para além da bela apresentação editorial primordialmente concebida pela Editora Argos, disponibilizam para os estudiosos da área fontes valiosas e cuidadosamente reunidas sob rubricas temáticas que facilitam a imersão e a busca do assunto pretendido, contribuição do autor que configura a generosidade do pesquisador, sempre pronto a partilhar com seus pares os produtos do seu trabalho.

Como leitora das obras, identifico a riqueza dessa vertente de pesquisa historiográfica numa obra primeiramente concebida no mesmo alinhamento das posteriores, *O império da eloquência*, o meu primeiro contato com o trabalho do autor e livro pelo qual tenho grande apreço e admiração. E foi por essa razão que, quando recebi o convite para colaborar na coletânea em homenagem a Roberto Acízelo, não tive dúvidas de que me deteria especialmente nessa obra, publicado em 1999 como parte da coleção Ensaios, numa parceria da Eduff com a Eduerj. A partir daí me pus a pensar qual seria a originalidade de um estudo sobre obra tão fundamental para

mim, como docente e pesquisadora. Minha atração pelo livro se justifica em parte porque é uma referência particular na disciplina teoria da história da literatura, ministrada por mim desde 2013 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, e pela importância do seu conteúdo para os que se dedicam à pesquisa na área dos estudos literários, com interesse particularmente voltado ao século XIX.

O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista, editado no final do século XX, não conheceu uma segunda edição e encontra-se esgotado nas livrarias, podendo ser adquirido em sebos com valores variáveis entre R$ 150,00 a 265,00.[2] A obra, portanto, é uma raridade, que consta como referência em parte significativa da produção acadêmica no âmbito de disciplinas que têm por conteúdo a institucionalização da literatura brasileira, a historiografia literária, as vertentes da crítica e a formação do ensino a partir dos programas do Colégio D. Pedro II. Dividido em sete capítulos, com três apêndices e um anexo, o livro reconstitui a história da fundação da literatura brasileira enquanto disciplina, mas chama atenção pelo olhar especial lançado ao Colégio Pedro II, a mais importante instituição educacional do nosso século XIX, com a excelente recuperação dos programas de ensino daquele estabelecimento e seu sucessor republicano – o Ginásio Nacional –, concernentes aos períodos 1850-1900 e 1901-1949.

De agradável leitura, a exposição descreve uma importante parte da história intelectual no Brasil no Império, e a escolha do tema é explicada pelo autor como o desejo de "conhecer as fontes clássicas dos estudos literários, constituídas sob as designações disciplinares de retórica e poética" (Souza, 1999, p. 1). Além disso, o envolvimento com a pesquisa foi animado pelo fato de o assunto despertar pouco interesse até então, o que se constata pela restrita bibliografia que lhe era dedicada: menção em *A crítica literária no Brasil* (1952), de Wilson Martins; o subcapítulo "Crítica retórica",

na *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antônio Cândido; a tese de doutorado *Os manuais de retórica e poética brasileiros do Século XIX* (1972), de Roberto de Oliveira Brandão; presença de professores oitocentistas de retórica na antologia *O português do Brasil* (1978), organizada por Edith Pimentel Pinto.

Depois de 1999, impulsionado pela obra, o tema foi revistado e tornou-se um marco não só para a história da literatura, como também para o campo da história, com significativo número de referências entre os estudos alusivos ao século XIX, com assuntos e objetos essenciais ligados ao conteúdo da obra. Numa busca aleatória no *Google* para arquivos em PDF, são identificadas em torno de onze mil citações, e num exame mais específico, no *Google* acadêmico, foram constatados mais de cem resultados, como referências em artigos, trabalhos de conclusão de cursos, teses e dissertações, entre os quais cito os artigos: "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura",[3] de José Murilo de Carvalho; "A história geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história oitocentista",[4] de Evandro Santos; "A história da literatura brasileira 'vista de fora': a contribuição do estrangeiro Ferdinand Wolf (1796-1866)",[5] de Carlos Augusto de Melo; "Saberes escolares do ensino secundário brasileiro no século XIX: o caso do imperial Collegio D. Pedro Segundo",[6] de Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior; "A sociedade literária São Bento (SC): uma base institucional de leitura na Serra do Planalto Norte de Santa Catarina",[7] de Gisela Eggert-Steindel e Caroline Santos de Cisne; "Literatura no ensino médio: reflexões e proposta metodológica",[8] de Girlene Marques Formiga e Francilda Araújo Inácio; "Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do "império retórico",[9] de Felipe Lima da Silva; "Aproximações metodológicas à imprensa periódica oitocentista: o caso dos periódicos sul-rio-grandenses",[10] de Álvaro Antonio Klafke; "Do ouvir e ler poesia: Luiz Gama e Machado de Assis",[11] de Pedro

Marques; "Ensino de literatura: uma prática dissimulada nas aulas régias das escolas no final do século XVIII",[12] de Luciene Lages e Paulo Sérgio Marchelli; "Registros de leitores em jornais da cidade da Corte",[13] de Valdiney Valente Lobato Castro; "Um sermão de Frei Francisco de Sampaio: eloquência e patriotismo no início do Oitocentos",[14] de Maria Renata da Cruz Duran; "A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)",[15] de Luciana Gama; "Literatura e ensino: um tema e seus problemas",[16] de Claudete Daflon dos Santos e Sílvio Renato Jorge; "O difícil diálogo entre escola e mídia",[17] de Juvenal Zanchetta Júnior; " 'Confiados na justiça da sua causa, sabedoria, e incansável zelo a prol da Província': o Conselho Geral de Minas Gerais como espaço de participação dos cidadãos (1828-1834)",[18] de Renata Silva Fernandes; "A concepção de história na teologia católica do Oitocentos",[19] de Virgínia Buarque.

Os títulos elencados nos dão conta de como *O império da eloquência* alcançou não somente os segmentos inerentes à área de letras, tais como ensino de literatura, formação de leitores, eloquência retórica, escola e mídia, imprensa, gênero biográfico, história da literatura brasileira, estudo da poesia, como também subsidiou pontos de outras áreas, como religião, direito e a história.

As dissertações de mestrado e teses de doutorado também englobam assuntos diversos e trazem em suas referências *O império da eloquência*. Diferentemente da época em que Roberto Acízelo realizou a pesquisa historiográfica, atualmente, de norte a sul do País, em diversas instituições de ensino superior, é significativo o número de trabalhos finais de cursos de pós-graduação na área de linguística e literatura que têm como objetivos conteúdos relacionados à pesquisa historiográfica ou demais tópicos associados à questão. Desde trabalhos que examinam a retórica e a introdução da crítica documental na escrita biográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa, ou o interesse sobre a participação de Rui Barbosa nos debates educacionais nos últimos anos do Segundo Império (1840-

1889), mediante a análise dos pareceres apresentados em 1882 sobre a reforma da instrução pública, como também pesquisas cujo objeto é mais contemporâneo, como a que pretende considerar as concepções do fenômeno literário e do ensino de literatura dispostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (PCNEM), nos Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio (PCN+) e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), bem como a consequência desses documentos na abordagem dada à literatura pelos livros didáticos de língua portuguesa voltados a essa etapa da educação básica.

Ainda no campo da literatura, valem-se de subsídios dados pelo livro *O império da eloquência* trabalhos como a coleção "Português: linguagens – as abordagens sobre o romance de 30", elaborado por escritores do Nordeste, para entender como se conserva uma imagem padronizada sobre essa região do Brasil; ou ainda a dissertação *Sou romântico? Concedo. A apropriação de tópicas do romantismo literário brasileiro pelo modernismo literário da década de 1920* (2011, UFRJ), que dirige atenção para o processo de constituição do modernismo literário brasileiro, a partir dos "artífices – de símbolos da nacionalidade e de tópicas consagrados no romantismo literário indianista do século XIX".

Podemos referir ainda, como integrantes do círculo de influência de *O império da eloquência*, produções como a dissertação que procurou descrever, sob o ponto de vista da história das ideias linguísticas, o percurso do ensino de língua portuguesa no império, dando ênfase ao curso secundário oferecido no Colégio Pedro II. Ou o estudo sobre o lugar que o Arquivo Público do Império, atual Arquivo Nacional, ocupou no âmbito da administração imperial, e também como espaço dedicado à história nacional durante a direção de Joaquim Pires Machado Portella (1873-1898). Ou ainda o trabalho que tem como propósito uma história do ensino do latim como disciplina integrante do currículo do curso ginasial, e o estudo sobre

o ensino da língua portuguesa, voltado para as figuras de linguagem, entendidos como elementos da enunciação.

Assuntos mais direcionados à produção regional tiveram a rica pesquisa de Roberto Acízelo entre suas citações, como a tese *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*, de José Ribamar Bessa Freire, que propõe a análise da trajetória das línguas na Amazônia brasileira e da situação de contato entre essas línguas, salientando a expansão da LGA – Língua Geral Amazônica – no período colonial, bem como sua decadência no século XIX, dada a crescente hegemonia da língua portuguesa. Merece destaque, da igual forma, uma tese defendida na Université Lille Nord de France – École doctorale de l'Homme et de la Société, *La genèse d'un "grand monumento national": littérature et milieu littéraire au Brésil à l´époque impériale (1822-1880)*, que representa o alcance internacional da obra que nos ocupa.

No campo específico das teses de doutorado em literatura brasileira, são comuns as referências ao livro. Trabalhos em torno das obras de José de Alencar, Sousândrade, Antônio Vieira, Machado de Assis, Araripe Júnior, Ariano Suassuna, Franklin Távora, entre tantos, retomaram a pesquisa publicada em 1999 como notável suporte bibliográfico. E dentre as teses dedicadas aos romancistas nacionais, destaco *A fonte subterrânea* (2003), de Eduardo Martins, posteriormente publicada em livro (2005), que analisa o pensamento crítico de José de Alencar no cenário histórico concomitante à sua produção, bem como as conexões que o relacionam com a retórica oitocentista; e a tese de Cristina Betioli Ribeiro, *Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas* (2008), cujo objetivo é demostrar em como o autor se remete à cultura popular, às memórias e à cor local nortistas como objetos para constituir história e literatura nacionais, bem como para conceber, a partir do conjunto dos seus romances, o que ele chamava a "literatura do norte".

E, para além dos temas associados à área de interesse e áreas afins, na apuração das produções que apresentaram *O império da eloquência* em suas citações e referências, deparei-me com trabalhos que tinham como objeto a religião nacional nas obras do cônego Fernandes Pinheiro e a avaliação de que esse processo religioso estaria ligado à construção de um campo de experiência nacional brasileira. Ou ainda o trabalho que recobra a concepção do currículo de matemática da Academia Real Militar do Rio de Janeiro e suas transformações futuras, fundadas pelas reformas dos seus estatutos, desde 1811, quando tem início o primeiro ano de funcionamento da Academia. E, para as questões da atualidade, pesquisas que se detiveram em investigar os usos das tecnologias digitais móveis nas práticas de leitura do gênero romance, com base na experiência de um grupo de alunos que lê romances a partir de uma maneira e usos que determinam o letramento digital e literário.

Essas inúmeras referências que fazem da obra referência importante e fundamental demonstram o quanto um livro que não conheceu segunda edição em vinte anos conserva-se essencial, pela sua singularidade e pela excelência de documentos e registros nele agrupados. Rica na essência, ela é referida na Hauthi Trust – Digital Library,[20] com a indicação de que pode ser localizada na *University of Texas at Austin. Da mesma forma, na Bibliothéque Nationale de France*[21] *é possível encontrar o volume.*

Mesmo com tanta repercussão positiva, o livro ganhou, que seja do meu conhecimento, somente uma resenha de destaque, escrita e publicada no ano 2000, por José Luís Jobim. Cogitando sobre o que escrever para não cair na redundância, elegi avaliar o impacto da obra para o contexto acadêmico no que tange à produção de trabalhos finais, pois aqui não estão listados os livros que se munem do material trabalhado por Roberto Acízelo para o desenvolvimento de seus temas, beneficiando-se da já referida generosidade do autor em compartilhar suas descobertas.

Quando retoma os autores e seus estudos, Acízelo devolve à historiografia da literatura agentes fundamentais que não devem ser esquecidos e necessitam ser mantidos na lembrança como importantes vultos responsáveis pela institucionalização dos estudos literários no Brasil, assim como é precioso ter à mão os programas do Colégio Pedro II, de modo a jamais se obliterar a importância dessa instituição para a educação nacional, para a qual serviu de modelo. Todo esse aporte dá a noção da grandeza de trabalho de pesquisa realizado e sua contribuição incontornável para futuros estudos a partir do seu repertório teórico.

O Império da eloquência remete-se a um tempo de grande movimentação no Rio de Janeiro, fomentada pela existência de cafés, livrarias e bailes. Numa contextualização histórica e cultural da Corte que caminhava para movimentos políticos e culturais mais profundos, como a proclamação da República e a Abolição dos escravos, a matéria que alimenta o livro tem como relevância primordial contribuir para o desenvolvimento dos estudos nesse período do século XIX e a institucionalização da nossa literatura nacional, mesmo que a fonte de leituras do grande público fosse o romance-folhetim, em sua maior parte assinado por estrangeiros. Significativo em sua expressão, *O império da eloquência* é uma obra que registra uma importante mudança na sociedade letrada brasileira a partir das suas instituições, como o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, espaços fundamentais para fomentar a construção de uma identidade de língua, literatura e nação.

Por fim, cabe ressaltar que Roberto Acízelo, em seu jeito grave e silencioso, merece a homenagem que ora lhe é prestada, pela carreira construída, pela ética que pauta sua conduta, mas principalmente pela generosidade com que compartilhou suas pesquisas e seu conhecimento, quer seja com *O império da eloquência*, quer seja com trabalhos de fôlego maior ainda, como *Do mito às musas* à razão das letras e *Uma ideia moderna de literatura*, que impressionam

pelo volume e beleza, tanto quanto pelo material extraordinária que seleciona, organiza e disponibiliza.

Roberto Acízelo, como mestre, como mito e como eloquência, permanecerá como fonte fundamental em todos os trabalhos e livros que adotarem como assunto a retórica, a filosofia, a língua portuguesa, a literatura, a história da literatura, a historiografia literária, e até em outros campos que somam alianças com a linguagem e sua história.

REFERÊNCIAS

SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Do mito das musas à razão das letras*: textos seminais para os estudos literários (século VIII a.C. – século XVIII). Chapecó: Argos, 2014.

_____. *O império da eloquência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 1999.

_____(Org.). *Uma ideia moderna de literatura*: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). Chapecó: Argos, 2011.

NOTAS

1 <http://edicoesmakunaima.com.br/>

2 No site <https://www.estantevirtual.com.br/>, que comercializa livros esgotados de variadas livrarias brasileiras, encontram-se dois exemplares, um do sebo Maxxi Livros, do Rio de Janeiro, e outro do Tulio Olivier, de São Paulo. Os valores, com o frete, chegam a R$ 162,74 e R$276,53.

3 Topoi (Rio J.) vol.1 no.1 Rio de Janeiro Jan./Dec. 2000 - ISSN 1518-3319. On-line version ISSN 2237-101X. http://dx.doi.org/10.1590/2237--101X001001003.

4 Revista História da Historiografia • ouro preto • número 9 • agosto • 2012 • 88-105.

5 *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 75 - 87, jan./jul. 2008.

6 *Cadernos de História da Educação* – v. 11, n. 1 – jan./jun. 2012.

7 *Perspect. ciênc. inf.* vol.17 no.1 Belo Horizonte Jan./Mar. 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362012000100014.

8 *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 22, 2013.

9 *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 99-113, jan.-jun. 2018.

10 *Estudos históricos* – CDHRPyB- Año V - Diciembre 2013 - Nº 11 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.

11 *Machado Assis Linha*, vol. 11, no. 24. São Paulo, May/Aug. 2018 - http://dx.doi.org/10.1590/1983-6821201811242.

12 *Todas as Letras*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 162-172, maio/ago. 2017 http://dx.doi.org/10.5935/1980-6914/letras.v19n2p162-172.

13 *Revista de Letras JUÇARA*, Caxias – Maranhão, v. 02, n. 01, p. 70 – 83, jul. 2018 | 70.

14 *Paralellus*, Recife, v. 6, n. 13, p. 515-528, jul./dez. 2015.

15 *História* (São Paulo) v.30, n.2, p. 425-433, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369.

16 *Gragoatá*, Niterói, n. 37, p. 177-200, 2. sem. 2014.

17 *Educ. Pesqui*., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1055-1071, out./dez., 2017.

18 *Almanack*, Guarulhos, n. 18 p. 289-329, Abr. 2018 http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320181807 ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9861-5913.

19 *Estudos de Religião*, v. 24, n. 39, 61-79, jul./dez. 2010.

20 <https://catalog.hathitrust.org/Record/101017830>

21 <https://data.bnf.fr/14600663/roberto_acizelo_quelha_de_souza/>

Uma trajetória dedicada ao ensino, à pesquisa e à administração

Henriqueta Do Coutto Prado Valladares

Há muitos desafios na vida. Um deles me chegou recentemente: escrever um depoimento para figurar em livro sobre a vida e a obra crítico-teórica-literária de Roberto Acízelo Quelha de Souza, professor titular de literatura brasileira do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A partir do convite, uma constelação de ideias começou a colocar, em roda, para mim, tempos, espaços, lembranças diversas. São tantas que as escolhas se tornam difíceis. Ao exaltar umas, deixo outras na sombra. Mas algumas permanecem tão nítidas que não posso deixar de registrá-las.

Fazemos parte do mesmo departamento acadêmico, o departamento de literatura brasileira e teoria da literatura. Mas nosso encontro se deu antes mesmo da atual configuração do Instituto de Letras. Na década de 1980, integrávamos um departamento que, além de cultura brasileira, literatura brasileira e teoria da literatura, abrigava também o setor de linguística. Lá se vão muitos anos! O tempo, que, por vezes, vai esgarçando as relações interpessoais, vem, ao contrário, estreitando cada vez mais nossa amizade, e reforçando minha admiração profissional pelo colega Roberto.

As palavras de incentivo à minha primeira titulação acadêmica vieram dele, tornando-se um forte registro afetivo. Como tínhamos na nossa Universidade um programa institucional de apoio aos docentes para afastamento de suas atividades em sala de aula, para cursarem mestrado e doutorado, o seu voto favorável no departa-

mento ao meu pleito de participar do programa fez-se acompanhar de apoio aos meus estudos, tanto que, posteriormente, fui sua aluna numa disciplina do doutorado que cursei na Universidade Federal Fluminense. E depois, em 2004, pude contar com sua presença na banca que examinou minha tese, beneficiando-me de suas críticas construtivas e relevantes para o aperfeiçoamento do texto.

Considerei até aqui as lembranças pessoais (que são muitas mais, porém não cabem todas neste espaço), mas elas naturalmente trazem as de outros que me chegam. São as de alunos da graduação em letras que têm nas aulas ministradas pelo professor Roberto Acízelo referências importantes para futuros estudos nas áreas de literatura brasileira, literatura comparada e teoria da literatura. Muitos de seus bolsistas, bacharelandos ou licenciandos, revelam que as pesquisas orientadas pelo professor revelam-se decisivas para continuarem os estudos em cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*. Assim, gerações de profissionais em letras devem muito de suas formações acadêmicas ao professor Roberto.

Destaquei o profissional no exercício da docência, mas outra vertente afirma a importância de sua contribuição. Refiro-me às obras que escreve, que desempenham papel de especial relevância na sua carreira. Não tenho como precisar todo o campo que cobre essa extensa produção acadêmica, mas posso citar alguns títulos de livros mais recentes que considero itens obrigatórias na composição de bibliografias de quaisquer cursos universitários nas áreas de literatura e de teoria da literatura: *Portugal segundo o Brasil* (2018); *E a literatura, hoje*? (2018); *Historiografia da literatura brasileira: introdução* (2018); *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários* (2014).

A liderança acadêmica do professor Roberto Acízelo também merece destaque, traduzindo-se nos vários cargos que assumiu. Assim, foi coordenador do setor de literatura brasileira, subcoordenador e coordenador de mestrado e de doutorado, subchefe e

chefe de departamento, coordenador geral da pós-graduação *stricto sensu*, membro do Conselho Consultivo da Sub-Reitoria de Pesquisa e Pós-Gradução.

Assinale-se que, nos momentos de decisões em diversas instâncias universitárias, sua voz, suas ponderações e opiniões sobre assuntos acadêmicos variados são sempre ouvidas, esperadas e muito respeitadas. A tranquilidade e o equilíbrio de suas intervenções críticas sobre o currículo dos cursos de letras, por exemplo, tornam-se sempre indispensáveis para toda a comunidade do Instituto de Letras.

> Além disso, sua presença nas bancas para progressão docente, em geral na função de presidente, tornaram-se por assim dizer naturais, especialmente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense – mas também no Colégio Pedro II e nas Universidades Federais do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, de Sergipe, de Juiz de Fora, de Goiás –, destacando-se sua atuação por feliz combinação de firmeza e cordialidade.

Muito mais se poderia dizer sobre a trajetória profissional e a figura humana do professor Roberto, mas, nessa oportunidade, quero apenas registrar meus agradecimentos por toda a sua dedicação ao Instituto de Letras da Uerj, nos campos do ensino, da pesquisa e da administração.

Relações e experiências luso-brasileiras: imagens e imaginários na contemporaneidade

Ida Alves

1

Em 2018, José Luis Jobim e Roberto Acízelo de Souza publicaram em Lisboa um ensaio de cento e noventa e duas páginas intitulado *Portugal segundo o Brasil*, integrando o projeto editorial *Portugal em Jogo de Espelhos*, dirigido por José Eduardo Franco e Fátima Vieira. O projeto objetiva mapear os diferentes olhares lançados sobre Portugal e os portugueses no mundo. Como é explicado por essa direção na apresentação do livro, solicitou-se aos ensaístas colaboradores

> [...] um esforço de síntese no sentido da produção de um texto sobre o que se disse e se pensou sobre Portugal, no seu país ou região, de maneira representativa e ilustrativa, nos vários séculos da sua existência. O trabalho solicitado implicou levantamento, seleção, caracterização e interpretação das representações expressas nos diferentes discursos culturais que têm como pano de fundo o modo como esses povos se relacionaram historicamente com Portugal [...] (Jobim; Acízelo, 2018, p. 13).

Os dois autores brasileiros, nomes bastante reconhecidos e estimados no âmbito dos estudos literários historiográficos e comparados de língua portuguesa, apresentam nesse trabalho um quadro descritivo variado dos discursos linguísticos, culturais e literários que, pós-independência nacional, foram sendo estabelecidos pelos brasileiros em relação a Portugal, não sem contextualizarem

também a situação anterior de colônia portuguesa. Ao tratarem de determinados autores brasileiros oitocentistas e modernos, além das questões críticas e literárias discutidas por eles, os dois professores e pesquisadores de teoria da literatura e literatura brasileira buscaram expor momentos decisivos de diálogo ou de tensão entre essas duas realidades nacionais e mostrar a diversidade de pontos de vista e de práticas ou experiências de pensar em língua portuguesa, evidenciando naturalmente olhares críticos.

Essa tarefa difícil de pensar o outro e compreender suas diferenças, no caso do Brasil e de Portugal, tem sido discutida, ao longo dos séculos, nem sempre da melhor maneira, por escritores, críticos literários e historiadores da cultura, como bem demonstram Jobim e Acízelo no livro referido. O fato é que há muito o que pesquisar e mesmo entender a respeito dessas relações sob a perspectiva da historiografia cultural e literária e dos estudos comparados. Por isso, nesta reflexão, partimos de nosso próprio horizonte de trabalho como docente brasileira de literatura portuguesa, retomando estudos e ações que já desenvolvemos[1] na persistência da interrogação sobre a dificuldade do tema e de seu exame imparcial e produtivo. O campo comparativo luso-brasileiro ainda não está devidamente percorrido, parece haver certa dificuldade recorrente de exatamente olhar o outro (tão próximo de nós) em nova direção, liberando-se de discursos fixados no decorrer do tempo e marcados por muita parcialidade ou claro desconhecimento de realidades culturais alheias. Não é possível, naturalmente, solucionar os consequentes impasses, mas é sempre salutar incentivar o pensamento crítico sobre a diversidade das culturas de língua portuguesa, estabelecendo uma rede produtiva de conhecimento por meio de debates, análises e considerações mais aprofundadas. Por isso, foi muito bem-vindo, em 2018, esse livro de Jobim e Acízelo, que contribui com um panorama objetivo mas expansivo sobre as relações literárias e linguísticas entre os

dois países a partir da perspectiva brasileira e nos provoca aqui a entrar na conversa com olhos no contemporâneo.

Os dilemas luso-brasileiros e as demandas de agora

Não é inútil referir que a língua portuguesa é falada, como língua nativa, por cerca de 260 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo a sexta (ou sétima, há divergência entre os pesquisadores...) língua mais falada no globo, segundo dados jornalísticos recentes. Portanto, sua importância tanto cultural quanto social deveria ser internacionalmente mais defendida pela CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e, internamente, mais reconhecida como importante projeto de autovalorização de cada país dessa Comunidade. Mas mesmo o Brasil, com a maior parte desses falantes, não dispõe de uma política linguística e cultural definida e intensiva.

No caso das relações particulares entre Brasil e Portugal, a partilha da língua portuguesa, memória indelével do vínculo criado a partir da colonização, causou, de certa forma, fortes dilemas, porque, após o Brasil tornar-se independente em 1822, foi demanda incontornável a afirmação de uma identidade nacional, negando ou silenciando contatos mais profundos com a realidade portuguesa, outrora tão próxima. Por muito tempo, o discurso cultural produzido entre nós considerou o Brasil e o seu povo como "filhos de si mesmos" (Lourenço, 2001, p.136), o que gerou um certo projeto nacional de apagamento de Portugal, ainda que a história sociocultural e até mesmo a historiografia literária brasileira reconheçam que não pode haver compreensão séria de nossa memória de nação sem informações e avaliações lúcidas sobre as relações luso-brasileiras. Sabemos que as "identidades", principalmente a de natureza social, não se constroem em função de um único aspecto, mesmo que o tão evidenciado fator linguístico, mas sim através de um conjunto de traços e comportamentos da vida coletiva. Ora, a realidade so-

ciocultural configurada pelos países de língua portuguesa torna-se cada vez mais rica com o entrecruzar de suas culturas e olhares. Tal fato deveria provocar uma vontade maior de conhecimento mais receptivo das diferenças. Entretanto, o que se constata ordinariamente no Brasil é o afastamento e o desconhecimento desses outros países de língua portuguesa, sob argumentação de autonomia ou não importância econômica ou distância geográfica, enfraquecendo os elos históricos comuns.

Como aponta igualmente o ensaio de Jobim e Acízelo, com a independência nacional houve progressivo desinteresse em relação à realidade portuguesa e sua produção artística, tornando-se, sobretudo após o modernismo brasileiro, uma lacuna cada vez mais ampla na formação educacional brasileira. Para esse afastamento colaborou também, pós-Revolução dos Cravos, em Portugal, a queda do fluxo de imigrantes e exilados portugueses entre nós. Essa lacuna acabou por prejudicar o conhecimento mútuo, em bases críticas mais atualizadas, restringindo-se à repetição de imagens e imaginários do passado, aos estereótipos de um lado e de outro. É curioso verificar que, contemporaneamente, com a crise que assolou nosso País, muitos brasileiros de classe média e alta escolheram[2] Portugal como lugar de moradia numa Europa sempre sedutora, o que está provocando algum interesse de redescoberta desse país, visto agora como espaço contemporâneo que apresenta níveis de qualidade de vida muito atraentes. Certamente, a continuar esse fluxo de brasileiros para Portugal, talvez certas imagens e imaginários pré-fixados no lado de cá sejam alterados positivamente e haja algum crescimento de troca cultural sob nova perspectiva. Do lado português, talvez a brasilidade (e sua compreensão) seja agora mais cotidiana, mais evidenciada, considerando ainda a força que a música popular e as telenovelas brasileiras exercem no imaginário lusitano. Porém, essa coabitação ainda não é suficiente para alterar certas perspectivas portuguesas mais tradicionais e rigorosas como

as do mundo acadêmico, que pouco se abre à cultura literária e arte brasileira mais especializada, fora dos grandes nomes já reconhecidos do modernismo, como Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, Di Cavalcanti e Portinari, por exemplo.

Frente a esse quadro, é fundamental a ação crítica que a Universidade (e, em decorrência, os docentes do ensino médio e mesmo básico) pode exercer como formadora de brasileiros mais conscientes da diversidade cultural em língua portuguesa, aptos a pensar e a discutir a realidade nacional e capazes de manter os diálogos necessários com outros países de língua portuguesa. Em relação à área literária, a importância da aquisição do conhecimento e de uma relação mais estreita com a literatura de seu próprio povo e de outras comunidades que utilizam a mesma língua não é apenas de importância disciplinar, mas, de fato, é um dos aspectos de cultura que influencia definitivamente a formação do indivíduo como cidadão responsável por e consciente de seu espaço de nação. Naturalmente, isso é também válido para o lado de lá, em relação ao Brasil.

Quando o indivíduo se depara com a multiplicidade de possibilidades comunicativas que a sua língua possui, com o reconhecimento prático dos seus diversos níveis de saber e de sua diversidade de modalidades, inter-relações e motivos, defronta-se, certamente, com um novo e infinito universo para sua própria reelaboração intelectual e afetiva. Manejar a língua como instrumento de conhecimento de si e do mundo, e ter acesso à leitura e às literaturas diversas criadas em português, é formar pessoas abertas à outridade, à diversidade e ao multiculturalismo, tão enriquecedores existencial e profissionalmente. Em suma, se todo projeto educacional pretende a construção de uma cidadania que pressupõe responsabilidade social e consciência crítica, o conhecimento das literaturas na língua materna faz-se prioritário. Tal percepção colabora não só para a abertura de horizontes, como também para a diminuição de

"pré-conceitos" e barreiras de convivência social. E, sem dúvida, é através do trabalho incessante da arte que as diferenças são evidenciadas e problematizadas, e que se torna possível disseminar outras visões sobre agrupamentos segregados (por vezes, povos inteiros), suas concepções de mundo, suas culturas e, até mesmo, suas lutas políticas. Lembremos mais uma vez Eduardo Lourenço:

> Nem como língua, nem como cultura, nem como ficção, o imaginário lusófono se nos define hoje nos tão celebrados e gastos termos camonianos de uma só alma pelo mundo em pedaços repartida. O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da pluralidade e da diferença e é através desta evidência que nos cabe ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense (Lourenço, 1999, p. 112).

Essas reflexões nos fazem também considerar a posição da cultura brasileira no panorama mundial, o que implica discutir o lugar da cultura em tempos de globalização, e reagir à homogeneização massificante de tudo, buscando compreender a literatura brasileira e as de outras nações que se expressam em português não como literaturas periféricas ou de terceiro mundo, mas com peculiaridades que as tornam literaturas tão relevantes quanto outra qualquer "de centro" no cenário internacional. Para isso, é necessário ampliar e solidificar o ensino daquilo que representa o exercício de "plena funcionalidade" de uma língua e identidade cultural: o trabalho literário, que, em nosso caso específico, não se refere apenas à produção literária brasileira, mas também à portuguesa e às africanas de língua portuguesa.

Apesar de toda a divulgação do ideário básico educacional acerca da primazia do ensino das literaturas e da língua materna que se deu nas últimas décadas em nosso País, sabemos que ainda estamos distantes de sua plena efetivação. Pretensões como o ensino abrangente e produtivo da língua materna, desenvolvimento da leitura autônoma e crítica, reconhecimento e valorização do caráter plural da cultura do povo brasileiro e de outros povos, mesmo que desejadas, não têm sido sistemática ou realmente alcançadas. As Diretrizes Básicas Curriculares para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio mais recentes ainda não destacam a importância que deveriam dar aos estudos literários. Num primeiro momento de consulta pública, aliás, houve discussão sobre a gritante ausência das literaturas portuguesa e africanas na indicação dos estudos literários de língua portuguesa, já que o documento se refere, diretamente, apenas à literatura brasileira, à literatura indígena, e, lateralmente, às literaturas estrangeiras. Na verdade, o espaço dado à literatura nos currículos do ensino básico e médio é cada vez mais reduzido, transformando-se em conteúdo meramente acessório ou suplementar, se não substituível por música ou educação física...

Tudo isso espelha como são ainda rarefeitas as relações culturais entre Brasil e Portugal, em pleno século XXI. As dificuldades a serem enfrentadas são inúmeras: as relações políticas e econômicas, criando esferas de interesse diferentes; o desinteresse político por uma ação efetiva de intercâmbio cultural; a indiferença pela criação de instrumentos que facilitem o trânsito de bens culturais entre Brasil e Portugal, além dos países africanos de língua portuguesa, principalmente em relação à circulação de livros, filmes, música, exposições de arte; a quase completa indiferença dos veículos de comunicação sobre notícias portuguesas e sua realidade social, política e cultural na contemporaneidade (com exceção, é claro, do campo turístico: Lisboa tornou-se uma escolha fashion de brasileiros de classe média alta para começarem suas viagens europeias.); a

permanência de preconceitos históricos a respeito de Portugal na formação do Brasil. Sim, é claro que a realidade virtual possibilita hoje um contato mais próximo e rápido, em termos pessoais, abrindo-se outras janelas de diálogo e de conhecimento, mas estamos pensando em termos de políticas culturais e institucionais.

Experimentar contemporaneamente as relações luso-brasileiras

Na Universidade brasileira, nos cursos de letras, a literatura portuguesa ganhou, ao longo do século XX, uma presença estável nos currículos (o mesmo não ocorreu do lado português em relação à literatura brasileira). Porém, hoje, a expansão dos estudos de literatura africana fez diminuir a atenção aos estudos portugueses, numa ótica equivocada de que aquela interessará mais ao jovem leitor brasileiro. Pena esse raciocínio que acaba por deslocar a literatura portuguesa para a margem dos currículos de letras, quando não sua recolocação como disciplina apenas optativa, perdendo-se a oportunidade de uma formação mais plural em termos de literaturas de língua portuguesa. De qualquer forma, os professores da área mantêm em suas Universidades uma atividade contínua e insistente de seminários, colóquios, congressos e publicações que visam atingir um público para além do acadêmico. Por outro lado, a existência ainda de disciplinas de literatura portuguesa, no currículo básico de letras, mesmo com carga horária reduzida (mais uma dificuldade), possibilita que os graduandos, futuros professores e divulgadores das culturas de língua portuguesa, levem para suas salas de aula ou espaços de trabalho (editoras, jornais, instituições culturais) algum conhecimento da cultura portuguesa, que poderá ser acionado em diálogo com a cultura brasileira. Pena de novo que as condições exteriores à sala de aula (custosa compra direta de livros estrangeiros, acervos bibliográficos restritos em bibliotecas públicas, pouco interesse consolidado social e político sobre práticas

culturais) impeçam que tais conhecimentos ecoem de maneira mais ativa e duradoura.

Esses professores e alguns jovens profissionais (para além do magistério), com formação em letras, podem compreender que a literatura portuguesa é uma produção estética não apenas de Portugal, mas de uma comunidade de língua portuguesa que se espalha pelo mundo. Desejar que essa compreensão se torne uma realidade mais comum nas livrarias, nos jornais, na televisão, no conhecimento médio do cidadão brasileiro interessado pelo movimento cultural, e também em via inversa, em relação aos portugueses sobre as obras brasileiras, não é mais que desejar que seja partilhado amplamente um patrimônio cultural que contribua para pensar o mundo e a condição humana a partir da língua portuguesa, ainda que existam diferenças linguísticas próprias ao vocabulário de cada país. Ignorar a cultura portuguesa ou brasileira (e, claro, as culturas africanas) é perder parte de nosso patrimônio estético e humano diversificado, é impedir a plena habitação de uma língua e de mundos que se constituem a partir dela.

Com esse horizonte, alguns não deixam de trabalhar para pensar criticamente e agir mais efetivamente em prol das relações luso-brasileiras. Foi pensando assim, que, no Rio de Janeiro, um grupo de professores universitários de diferentes instituições, liderados pela professora Gilda Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura), criou o Polo de Pesquisas das Relações Luso-Brasileiras, com sede no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em decorrência da avaliação crítica sobre as comemorações dos quinhentos anos da chegada de Pedro Álvares Cabral e seus navios à costa de uma nova terra – início de uma história que continuamos a levar adiante (ou a escrever...). Data sobejamente comemorada, foi igualmente ocasião memorável para repensar a trajetória da nação no panorama atlântico,

principalmente em relação à Europa por essa porta de entrada que é Portugal.

A velha/nova amizade entre Brasil e Portugal ensejou, nesse ano comemorativo, uma série de eventos e publicações atestando a vontade e a necessidade de avaliar, revisar, ampliar e discutir criticamente a realidade histórica, cultural e política que nos une. O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, instituição das mais importantes no âmbito da presença portuguesa na cena cultural brasileira, abrigando uma das bibliotecas mais preciosas do Brasil, contribuiu de maneira altamente eficaz para esse movimento comemorativo e crítico, ao publicar um número especial de sua revista, Convergência Lusíada, com o título de "Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces". Num alentado volume de quatrocentas e sete páginas, Gilda Santos reuniu trinta e duas vozes de diferentes áreas do conhecimento visando a que

> a pluralidade de enfoques sobre o convívio denso ou ralo, mas sempre complexo, entre Portugal e o Brasil – parentes próximos, afeitos a sucessivos e inevitáveis enlaces e desenlaces – mantenha acesa a ideia de que, também (e principalmente) nas relações entre países, interrogar é preciso. Como saudável prova de vida, ou como indisfarçável forma de afeto (Santos, 2000, p.13).

O sucesso desse número na comunidade acadêmica brasileira (e não só nela) foi tão significativo (mil exemplares praticamente esgotados em um ano) que provocou a elaboração de um segundo volume, o número 18 da revista, com trezentas e sessenta e cinco páginas, com a mesma temática, reunindo outras trinta e cinco vozes a darem prosseguimento à pluralidade de visões e questionamentos que o volume anterior fomentara. Mas o debate não se encerrou aí, instalando-se em definitivo o polo eminentemente interinstitucional e multidisciplinar acima referido, e hoje denominado Polo de Pequisas Luso-Brasileiras – PPLB, com a perspectiva de completar, em abril de 2020, vinte anos de existência, como espaço aberto à

interação de professores, alunos e todos os interessados em estudos e diversas atividades sobre as relações luso-brasileiras em diferentes abordagens. Seu interesse é motivar os participantes a pensarem como se configuraram imaginários em torno das ideias de brasilidade e portugalidade, e como tais ideias se cruzaram e ainda se tecem para constituírem modos de estar na cultura de língua portuguesa. Discutem-se práticas e processos simbólicos, ideológicos e pragmáticos sobre Portugal e Brasil, em suas múltiplas relações ao longo dos séculos. Seja no campo da literatura ou artes em geral, história, filosofia, sociologia e outras campos de saber, os pesquisadores podem pensar configurações imagéticas e imaginários sociais que vêm, desde o passado ao contemporâneo, marcando as culturas portuguesa e brasileira. Por isso, as linhas de abordagem inter- e multidisciplinares buscam possibilitar um leque aberto de opções de reflexão sob diversos aspectos que unem ou separam essas duas culturas com tantos pontos em comum a partir da língua portuguesa, da literatura à gastronomia, por exemplo.

É de justiça também lembrar, ao falarmos de imagens e imaginários relativos às relações Brasil/Portugal, um escritor português que, exilado no Brasil, em 1959, tornou-se professor universitário na Universidade Estadual Paulista, e depois, não desejando viver no Brasil ditatorial, professor de literatura brasileira e portuguesa nos Estados Unidos, o qual muito escreveu, mas pouco é lembrado, em prol da compreensão da cultura e literatura brasileiras e das tensões históricas e culturais entre Portugal e Brasil. Trata-se de Jorge de Sena (1919-1978), cujo centenário de nascimento será comemorado em 2019. Com obra vastíssima, seja na criação literária (poesia, prosa e teatro), seja na crítica e historiografia literárias e ensaísmo geral, Sena produziu inúmeros estudos sobre a literatura brasileira e sobre as relações luso-brasileiras, que pode ser ainda lidos com muito proveito em seu livro *Estudos de cultura e literatura brasileira* (1988, recolha póstuma). O trabalho de

compreensão dessas relações sedimentado em leitura vertical de autores brasileiros e conhecimento profundo de obras diversas sobre a formação da cultura brasileira é, sem dúvida, uma das faces mais interessantes da escrita de Jorge de Sena, mas, infelizmente, nada ou pouco é referido quando se trata de descrever essas relações e seus principais estudos. Seria bastante interessante confrontar, por exemplo, o conjunto aí publicado de suas "Cartas do Brasil", com o ensaio de Jobim e Acízelo, nessa busca reflexiva sobre as imagens e imaginários que rondam as relações luso-brasileiras. É sintomático que um pensador português como Jorge de Sena, cuja obra ensaística tanto tratou das literaturas de língua portuguesa, não seja citado nem conhecido para além dos "especialistas" de literatura portuguesa. O ser português talvez tenha tornado seus estudos sobre cultura e literatura brasileira matéria de pouco interesse acadêmico brasileiro. Afinal, o que um português poderia dizer do Brasil que interessasse? Limites difíceis de ultrapassar...

E, numa última etapa desta reflexão, também desejamos destacar, no campo dos estudos de poesia, como as relações luso-brasileiras se marcaram e o que produziram, de concreto, a partir da circulação de revistas de poesias que foram determinantes em Portugal no século XX. Na primeira metade desse século, muitas revistas portuguesas importantes de poesia se preocuparam em estender a ponte entre os dois países. *Orpheu* mesmo, marco do modernismo português, apresentava no primeiro número uma direção luso-brasileira que, é verdade, não prosperou, mas revistas seguintes e de maior duração, como *Presença*, *Cadernos de Poesia*, *Notícias do Bloqueio*, *Cadernos do Meio-Dia*, também abriram suas páginas para publicar poetas brasileiros, alguns hoje ignorados, outros sempre presentes, como Cecília Meireles, Jorge de Lima, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade. Entre eles, Manuel Bandeira e Drummond parecem ter deixado impressões mais indeléveis e são lembrados por muitos poetas portugueses de hoje como poetas brasileiros incontornáveis.

Se, até os anos 1970, havia um diálogo muito intenso entre os escritores brasileiros e portugueses, constituindo-se uma rede de leitura que significava também uma forma de resistência à ditadura vivenciada em Portugal e, no Brasil, o desejo de denúncia da miséria e exploração de parte da população, apartada do desenvolvimento alardeado pela ditadura instalada com o golpe militar de 1964, a partir da década de 1980 começa a aumentar a distância entre os dois países. Com a Revolução dos Cravos, Portugal passou a escrever outra história e a voltar-se a um projeto de europeização, reintegrando-se a uma diversa ordem de desenvolvimento e de interesses regionais. Nesse sentido, seus escritores também se voltaram para obras de reinterpretação dessa trajetória do país até a liberdade, incluindo a questão colonial, a guerra e as demandas sociais e econômicas presentes na Europa pós-80. Disso resultou, progressivamente, o o arrefecimento do diálogo com o Brasil, até mesmo porque o fluxo migratório português para o outro país caiu bastante, diminuindo o interesse de acompanhamento da realidade brasileira pelos que ficavam na *terrinha*.

Do lado brasileiro, dados os imensos problemas internos, a luta pela saída da ditadura e a necessidade de estabilização do País em desenvolvimento, com nova constituição, fez também que seus escritores enfrentassem essas questões com um olhar mais voltado para si. O diálogo com Portugal diminuiu muito e a perda de linhas de produção concretizou-se com a ausência de edições em ambos os lados de autores mais contemporâneos e falta de interesse mútuo de uma política cultural mais ativa e contínua entre os dois países. As relações passaram a ser pontuais e mais limitadas. Em termos universitários, a literatura brasileira foi e continua a ser em Portugal uma disciplina não obrigatória e sem muita expansão, enquanto, no Brasil, a literatura portuguesa, embora disciplina obrigatória na maior parte dos currículos dos cursos de letras, tem participação restrita na cultura literária geral. Curiosamente, num tempo em que

se desenvolviam cada vez mais os estudos comparados, pareceria não haver necessidade de fazer dialogar contemporaneamente as duas literaturas de língua portuguesa. Até hoje, não temos uma produção expressiva sob esse aspecto. Em termos de diálogo entre poetas, vemos que diminuiu muito o encontro e, a partir dos anos 1980, tanto a crítica jornalística de um lado quanto a de outro ignorou os novos nomes e as novas obras que iam surgindo. A década seguinte traria alguma modificação nesse quadro, já que o domínio da comunicação virtual, cada vez mais forte, possibilitou o retorno de pontes, descobertas e conversas antes dificilmente estabelecidas, como se constata mais visivelmente nos anos de agora, já no século XXI.

É nesse contexto aqui traçado *grosso modo* que se destaca o trabalho de duas revistas de poesia que começaram a ser publicadas na década de 1990: no Brasil, no Rio, *a Inimigo Rumor*, e em Portugal, Lisboa, a *Relâmpago*. Sem dúvida, a comunicação eletrônica alterou a dimensão de espaços de circulação e intercâmbio, possibilitou novas fontes de leitura e acesso a informações e materiais, revitalizando a curiosidade dos leitores interessados em poesia (e literatura em geral) fora do perímetro local, regional ou mesmo nacional. Foi no bojo dessa nova realidade mundial, por exemplo, que alguns jovens poetas brasileiros voltaram a se aproximar dos "colegas" portugueses (e vice-versa). Foi o caso da equipe da *Inimigo Rumor*, que começou a ser editada em 1997, então codirigida pelos poetas Carlito de Azevedo (carioca) e Júlio Castañon Guimarães (mineiro, mas há muito vivendo no Rio). Depois, no número 7, sairia Júlio Castañon e entraria Augusto Massi (de São Paulo). A valer o histórico contado oralmente por Carlito Azevedo, foi lendo a revista portuguesa *Ciberkiosk*, um inovador projeto *on line* que durou de 1988 ao final de 2002, preocupada em acompanhar criticamente as artes e a sociedade contemporânea, que ele se interessou pelo que via de diferente na poesia e crítica portuguesa e iniciou conversa por *e.mail* com um dos responsáveis por essa revista virtual, que era

dirigida por Américo Lindeza Diogo, António Apolinário Lourenço, Fernando Matos Oliveira, Osvaldo Silvestre e Pedro Serra. Fernando Matos comentou no jornal *Público*, em 10 de janeiro de 2003, que "o sítio recebe[ra] 'milhares de visitas' tendo causado surpresa à direção a dimensão da recepção nos centros de estudos portugueses espalhados pelo Mundo e na comunidade lusófona, especialmente no Brasil." O fim do projeto ocorreu por "dificuldades logísticas e falta de apoios", pois "nem as instituições portuguesas nem as editoras mostraram o mínimo de interesse", afirmou ainda.

A revista *Inimigo Rumor*, no seu número 9, apresentou um dossiê sobre dez novos poetas de Portugal, com Carlito Azevedo explicando:

> Há tempos desejávamos incorporar às páginas de *Inimigo Rumor* exemplos da intensa produção poética portuguesa de hoje. Incluindo no âmbito desse interesse não apenas a poesia propriamente dita, mas, ainda, a reflexão crítica sobre poesia e a tradução poética. A presente antologia pareceu-nos um modo 'forte' de inaugurar essa colaboração que irá se estender pelos próximos números muito graças ao empenho desse jovem poeta que é valter hugo mãe.

Estel, aliás, assinaria a apresentação brevíssima dos poetas reunidos, cada um com uma minibiobibliografia, um poema e uma "fala" a respeito de sua própria poesia.

Do número 11 ao 16 (a revista terminaria no número 20, 2008), *Inimigo Rumor* tornou-se binacional, constando na capa "Revista de poesia Brasil e Portugal", publicada no Brasil pelas editoras 7Letras e Cosac Naify, e em Portugal, pela Cotovia/Angelus Novus. Entra para o corpo editorial o poeta e professor de literatura francesa da Universidade Estadual de Campinas Marcos Siscar. No corpo editorial português estão presentes André Fernandes Jorge, Osvaldo Manuel Silvestre e Pedro Serra.

Com essa junção luso-brasileira, a revista sofreu uma mudança acentuada de perfil, passando a trazer para suas páginas a

poesia contemporânea portuguesa e a sua crítica, contando com a colaboração de nomes bastante fortes em Portugal. O leitor brasileiro, especialmente os jovens leitores de poesia, começaram a conhecer poetas, obras poéticas e críticos até então não divulgados no Brasil, fora de algum espaço universitário. Alguns desses nomes causaram imenso interesse, como foi o caso da expansão rápida da poesia de Adília Lopes, entre nós, possibilitando logo a edição de uma antologia brasileira de sua poesia, com posfácio da crítica renomada Flora Sussekind. Adília Lopes tornou-se então uma poeta portuguesa recente bastante lida e citada no eixo Rio/São Paulo, pois sua poesia, com dicção diferente dos poetas portugueses seus contemporâneos, parecia dialogar muito bem com o tipo de poesia brasileira irônica e não canônica que então se praticava de forma mais contínua, já na tradição da poesia marginal dos anos 1970 e 1980. Materialmente, a revista ganhou uma estrutura de livro, com capa dura e maior apuro gráfico, e cada número era de extensão bem maior que anteriormente. Certamente, a edição binacional deve ter se tornado financeiramente inviável, o que talvez tenha sido um dos motivos para o fim da parceria.

Já em Portugal, também na década de 1990, mais precisamente em 1997, ou seja, há vinte e dois anos, iniciou-se uma nova revista de poesia que continua a ser publicada, intitulada *Relâmpago*, criada pela então recém-instituída Fundação Luís Miguel Nava, em homenagem ao poeta português recentemente falecido. Já com quarenta números publicados, sempre voltada, substancialmente, para a poesia portuguesa, vem estabelecendo, num número ou outro, contato com alguma produção estrangeira, incluindo aí a brasileira. Cada número é temático: seja dedicada a um poeta português específico, seja sobre alguma questão que provoque os poetas e a poesia. Tem como foco dar visibilidade aos nomes fortes da poesia portuguesa, seus poemas, suas reflexões, num trabalho de divulgação do lirismo que se vem fazendo em Portugal a partir de uma certa concepção do

que seja a poesia que interessa mais, ainda que, segundo palavras de Gastão Cruz, um dos seus principais diretores e renomado poeta, no Colóquio "Carmina 2 – Passagens: Poesia e Outras Artes", na mesa "Revistas de Poesia e outras Artes", ocorrido de 16 a 18 de junho de 2016, na Fundação Cupertino de Miranda, Vila Nova de Famalicão, *Relâmpago* "não é nem nunca quis ser uma revista de grupo, pelo que o seu escopo é abrangente, não tendo uma linha estética definida."

Ao examinar todos os números da *Relâmpago* (a revista é impressa e resiste a se transformar em revista virtual, apenas seus sumários estão todos *on line* e há, para alguns números destacados, um ou outro ensaio disponível para leitura), podemos verificar a presença de poetas brasileiros e algum ensaísmo de autoria brasileira. Um número, o 7, de outubro de 2000, ou seja, há dezessete anos, foi tematicamente dedicado à poesia atual feita no Brasil, com críticos brasileiros e publicação de alguns poetas. Não é um número extenso nem fortemente impactante, mas marcou um olhar de atenção poética que estava ausente. Desde então, em alguns dos números, de acordo com os dossiês propostos, poetas brasileiros, por vezes, são chamado a opinar ou a publicar ensaios ou poemas. No entanto, o que se percebe é que o conjunto de poetas brasileiros trazidos à *Relâmpago* é constituído por aqueles mais conhecidos no sudeste do Brasil e com relações pessoais com poetas portugueses da comissão editorial da revista, facilitando o contato. Um poeta mais presente na continuidade dos números é Eucanaã Ferraz (poeta já consagrado e professor de literatura brasileira na UFRJ, admirador confesso de Eugénio de Andrade e Sophia de M.B. Andresen). Além dele, já foram publicados (no número mais específico sobre poesia brasileira ou aqui e ali em outros números) poemas de Antonio Cícero, Armando Freitas Filho, Conceição Lima, Duda Machado, Ferreira Gullar, Julio Castañon, Leonardo Fróes, Paulo Henriques Brito, Ronald Polito, Cláudia Roquete, Gullar, Nelson Ascher, Sergio Nazar David, Waly Salomão. Num levantamento rápido, em cerca de

sessenta e cinco nomes de poetas de língua portuguesa, quatorze são brasileiros, uma porcentagem baixa. Algo curioso é uma afirmação na abertura desse número 7: "A secção de poemas inéditos procura dar a conhecer, de um modo aberto e plural, algumas vozes expressivas da poesia que se escreve no Brasil de hoje." Detalhe: os seis poetas escolhidos são todos nomes que fizeram sua vida literária no Rio de Janeiro. O que nos leva a pensar: a poesia do Brasil de hoje é só a carioca? Seja como for, há nisso um gesto de encontro sem preocupação em construir imagens prévias e limitadoras. Os poetas participam porque partilham a língua portuguesa. É um outro nível de relacionamento luso-brasileiro. Já em outras revistas portuguesas mais atuais de poesia, os brasileiros não frequentam, enquanto em revistas de poesia brasileiras, sobretudo eletrônicas, não é raro encontrar a publicação de poetas portugueses contemporâneos e alguns estudos a respeito. Teríamos então um outro patamar de relacionamento? Ainda é cedo para avaliar.

Enfim, as relações luso-brasileiras na contemporaneidade formam um campo de trabalho aberto e provocativo a partir do qual se deve repensar que imagens e que imaginários se refletem agora no espelho da língua portuguesa, que passa de mão em mão sobre o Atlântico, em muitas direções.

REFERÊNCIAS

ALVES, I.F.; COSTA, C.S. Jorge de Sena: escritor português, cidadão brasileiro: estudo das relações Brasil/Portugal. *Hispanic Research Journal*, London, v.10, p. 258-271, 2009.

ALVES, Ida. A literatura portuguesa no Rio de Janeiro: ausência/presença. In: *Crítica do tempo presente*. Porto Alegre: Associação Internacional de Lusitanistas; Instituto Estadual do Livro, 2005. p. 201-209.

_____. Diálogos e silêncios na poesia portuguesa: décadas de 60 a 90.

Letras, Curitiba, v. 59, p. 83-92, 2003.

_____. Poesia de língua portuguesa e identidade plural: dois exercícios antropofágicos. *Cadernos de Literatura Comparada,* Porto, v.16, p. 63-86, 2007.

_____; CRUZ, C.E.; FRANCO, Suely Campos. *450 anos de portugueses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017.

_____; FIUZA, Solange (Org.). *Poesia contemporânea e tradição Brasil/Portugal*. São Paulo: Nankin, 2017.

_____; TELLES, Angela. Atravessando o Atlântico: imagens de brasileiros por portugueses. Convergência Lusíada, Rio de Janeiro, v. 29, p. 250-265, 2013.

Convergência Lusíada. Rio de Janeiro, n. 17 (Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces), 2000.

_____. Rio de Janeiro, n. 18 (Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces), 2001.

_____. Rio de Janeiro, n. 19 (*Relações luso-brasileiras*), 2002.

COSERIU, Eugênio. Sentido do ensino da língua literária. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 5, 1993.

Inimigo Rumor. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1997-2007.

JOBIM, José Luís; SOUZA, Roberto Acízelo de. *Portugal segundo o Brasil*. Lisboa: Theya, 2018.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*: seguido de Imagem e miragem da lusofonia. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Giuliana. Número de brasileiros em Portugal volta a subir depois de seis anos. *Folha de S. Paulo*. Acesso em https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/numero-de-brasileiros-em-portugal-volta-a--subir-depois-de-seis-anos.shtml

Relâmpago. Lisboa: Fund. Luis Miguel Nava, 1999 - ...

SENA, Jorge de. *Estudos de cultura e literatura brasileira*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

NOTAS

1 Há muito que buscamos também discutir as relações luso-brasileiras, a construção recíproca de estereótipos brasileiros e portugueses e a presença ou ausência da cultura portuguesa no Brasil do século XX. Alguns estudos nossos são, por isso, indicados nas referências bibliográficas ao final.

2 Lê-se em artigo na *Folha de S. Paulo* (https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/numero-de-brasileiros-em-portugal-volta-a-subir-depois-de-seis-anos.shtml) que já são mais de 85 mil cidadãos do Brasil a viver em Portugal.

Sobre o trabalho filológico

Jose Luiz Fiorin

Até o início da era moderna, os textos eram copiados a mão e os copistas estavam sujeitos ao cansaço, à desatenção, ao desejo de correção. Por isso, não havia textos seguros, todos sofriam alterações. A cópia fiel era um sonho desde o nascimento da escrita. O texto seguro, porém, infinitamente reprodutível em sua integridade, só surge com a invenção da imprensa. Assim, o texto é um dos valores da modernidade. Ele imobiliza o sentido, torna-se um desafio para o comentário e sua garantia.

O texto é o espaço de todos os desejos, de todas as pulsões, de todas as ideologias, de todos os horizontes de espera e assim por diante. É o lugar em que se depositam, se classificam, se encontram e se difundem os saberes. Por isso, dedica-se uma atenção minuciosa à preparação da obra. Estabelecem-se os textos, que têm uma estabilidade autorizada. O estudioso tem confiança no texto, tem certeza de seu estabelecimento e, por isso, assenta nele a reflexão crítica. É preciso partir de textos seguros para construir teorias.

A ideia do texto definitivo data do fim do século XVIII. Inicialmente, ele era corrigido no próprio processo da impressão. Mais tarde, as provas eram entregues ao autor, que detinha poder e direito sobre o texto, era o avalista da versão final. Só ele podia garantir sua forma última, só ele podia transformá-lo, mudá-lo, alterá-lo.

Essa noção do texto seguro, reprodutível ao infinito, dá lugar, no século XIX, ao nascimento de uma ciência particular e fundamental do texto, a filologia, que é a ciência do texto moderno, que surge quando se abandona a prática manuscrita e passa a existir

a cultura do impresso. A possibilidade de difundir, de forma mais barata, os textos, torna a escrita fator de progresso e de liberdade. Além disso, publicam-se textos em língua vulgar, o que significa uma dupla ruptura: com o latim e com a oralidade. Isso faz a escrita ter um papel central no desenvolvimento da humanidade.

A edição fundamenta-se numa teoria, muitas vezes implícita, da obra. Ela é sempre o pôr em prática de uma teoria da literatura. Ela é a confecção canônica de um texto.

A *translatio studii*, isto é, o vasto processo de transferência de saberes, de uma época para outra e de um lugar para outro, entre impérios do Oriente Médio e do Ocidente, entre diferentes culturas e religiões, é a ambição cultural da Idade Média. Durante esse processo, que durou um milênio, trocavam-se manuscritos. No entanto, essa transferência só se deu, com amplitude, com o texto moderno.

O pensamento textual moderno assenta-se em duas características: autenticidade e unicidade. Ele apresenta-se numa versão acabada, autentificada e autorizada. *Texto* vem do latim *textus* (particípio passado do verbo *texere*, "tecer", "urdir", "trançar"). Inicialmente, *texte* em francês significava "evangeliário", conforme se pode ver no *Petit Robert*, o que significava que texto é um enunciado estável e acabado, uma estrutura fechada. Afinal, a palavra de Deus é imutável. Pode ser glosada, mas não reescrita. O termo *texto* tem então a conotação de fixidez e de completude estrutural a que o sentido atual confere denotação.

A filologia é uma prática de comparações de diferentes versões a fim de estabelecer o texto. O conjunto de manuscritos que chegou até nós oferece, para cada passagem do texto, lições distintas (não devemos esquecer-nos de que *lectio* significa "o que se lê"). Nesse caso, temos variantes. Diante da heterogeneidade da linguagem, o que a filologia busca é a unicidade do texto.

Os historiadores da filologia costumam dividir seu percurso em dois períodos: o primeiro, em concordância com a ideia de que a

história das línguas significava sua decadência, considerava a cópia uma degradação. As variantes eram vista como condutas desviantes, como erros. O original único e primeiro deveria ser reconstituído a partir da comparação dos manuscritos. Assim, a origem impecável era restituída e a deterioração, afastada. Essa concepção filológica fundamenta-se no privilégio do autor, pois a estabilidade textual magnifica a noção de um autor transcendente. Essa epifania do texto tem como base as teorias literárias que veem o texto como valor supremo.

O segundo período é aquele em que a edição se torna consciente de seus limites e de suas escolhas. O filólogo não corrige o texto, ele só mexe nele em caso de extrema necessidade. Sua tarefa não é reconstituir a unidade primordial, mas comparar a diversidade das espécies disponíveis para chegar também a um texto autorizado, estável e fechado. A filologia manipula os segmentos escritos, escolhe o que é mais adequado e dá a ler um texto ordenado. Ela estabelece os dados, estuda os elementos, não o sistema.

Toda edição dá a ver, mas, sobretudo, permite compreender o texto. É a ciência do texto em sua concepção moderna. A filologia vai-se tornando mais ambiciosa.

Segundo Silveira Bueno, ela é uma disciplina que tem a função de coordenar e de agregar conhecimentos de diferentes ramos do saber, pois "tem por objeto próprio o conhecimento perfeito e completo da vida intelectual de um povo através de todos os seus monumentos literários" (*Anuário*, 1953, p. 84). Ela vale-se de conhecimentos linguísticos, literários, retóricos, paleográficos, epigráficos, hermenêuticos, etc. Por exemplo, "a Filologia Portuguesa há de ser [...] o estudo da civilização, do espírito, da inteira vida intelectual do povo lusitano, através dos monumentos que nos legaram as suas gerações passadas" (Anuário, 1953, p. 84-85). Os textos antigos são a razão de ser dos estudos filológicos. Para estabelecer os textos, é preciso conhecer profundamente a língua do tempo em que foram escritos.

Vários trabalhos de Roberto Acízelo Quelha de Souza são um esforço de pôr à disposição de leitores atuais textos antigos. Veja-se, por exemplo, *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Caetés/ FAPERJ, 2014, v. 1 e 2; *Na aurora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone nacional em formação*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Caetés/ FAPERJ, 2017; *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários* (1688-1922). 1ª. ed. Chapecó: Argos, 2011, 640 p.; *A ideia de poesia e arte: reflexões oitocentistas anglo-norte-americanas*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Caetés/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, 102 p. Todos esses trabalhos têm um fôlego extraordinário. Poderíamos citar outras obras do mesmo teor, pois uma das principais frentes de trabalho de Roberto Acízelo foi o estudo e a recuperação de textos fundadores da historiografia da literatura brasileira, bem como de textos seminais para o estudo da literatura.

No entanto, pretendemos debruçar-nos sobre um desses trabalhos filológicos: *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários (século V a.C. - século XVIII)*. 1ª. ed. Chapecó: Argos, 2014, 1071 páginas. Por esse livro, o autor foi contemplado com o Prêmio Jabuti, em 2015, na categoria Teoria/ Crítica Literária, Dicionários, Gramáticas. Esse livro mostra bem o trabalho filológico realizado por Roberto Acízelo. Não se trata de um cotejo de manuscritos, mas seu trabalho de edição é um verdadeiro trabalho de filologia.

O volume começa com uma apresentação em que são explicados os critérios para a seleção e o arranjo do *corpus* e para a escolha da tradução quando havia várias.

A apresentação é dividida em itens. No primeiro, depois de fazer referência às concepções míticas sobre a poesia e a linguagem, expõem-se as disciplinas que, no período compreendido pelo livro, do século VIII a.C. até o século XVIII, tratavam dessa faculdade

humana: a retórica, o primeiro ramo do conhecimento a versar sobre o discurso; a filosofia, que discute a questão da poesia e mesmo da retórica; a gramática, que não só descrevia e prescrevia os usos linguísticos, mas também avaliava os méritos da poesia à luz dos preceitos relativos à correção e à pureza idiomática. A retórica, a gramática e a lógica fizeram parte do *trivium*, as três artes que estudavam a linguagem. Roberto Acízelo menciona ainda mais duas disciplinas que examinavam a linguagem: a poética e a filologia. Explica por que a poética não fazia parte do *trivium* e fala da criação da "filologia" na Biblioteca de Alexandria, quando houve necessidade de catalogar, restaurar, explicar e editar códices antigos, assim como de elaborar glossários, antologias e epítomes. Por fim, caracteriza a crítica.

No segundo item, discutem-se os fundamentos dos estudos "literários" que se mantêm durante todo o período abarcado: mimese ou imitação, arte, engenho, emulação e utilidade/deleite. O que escrevia imitava um modelo, ou seja, um precedente autorizado, que podia ser uma cena, mas também outro discurso. Esses procedimentos de imitação foram sistematizados num corpo de preceitos, que era o que se chamava uma *arte*, ensinada aos aprendizes que se exercitavam na imitação de modelos. O engenho era o dom individual. Um autor não repete, ao imitar, mas reconfigura o modelo, rivalizando com aquele que ele imita e mesmo o suplantando. Trata-se da emulação, uma "imitação inventiva". A poesia e certas práticas oratórias tinham uma finalidade útil ou destinavam-se ao deleite? Estabeleceu-se uma solução de compromisso, como diz Horácio na *Arte poética*: "Obtém todos os votos aquele que mistura o útil com o agradável / de igual modo deleitando e instruindo o leitor" (333-334). Foram chamados *clássicos* os autores desse período cujas obras se erigiam em modelo de correção, pureza e elegância da linguagem.

Na terceira parte, mostra-se que esse sistema, apesar de algumas mudanças, mantém-se até o século XVIII, quando o roman-

tismo estabelece como ideal do discurso literário a originalidade, a individualidade e a subjetividade, o que funda a autonomia da arte e, ao mesmo tempo, conflita com a ideia de um estoque de lugares-comuns e de procedimentos à disposição do escritor, bem como com o princípio de autoridade.

No quarto item, explica-se que o conceito de literatura era muito diferente do que se denomina hoje com esse nome. Esse conceito abarcava todas as produções em prosa ou em verso, ficcionais ou utilitárias. Depois de historiar as mudanças de denominação, o autor mostra o sentido mais restrito do termo na modernidade: "conjunto dos escritos líricos, narrativos e dramáticos, passíveis de especificação por línguas e nacionalidades, e, livres de fins pragmáticos, dotados de propriedades que os distinguem em face dos demais discursos" (2014, p. 23).

Na quinta parte, justifica-se, a partir de tudo o que foi apresentado anteriormente, a escolha de textos sobre as letras e não sobre a literatura no sentido atual e, ao mesmo tempo, expõe-se a importância de conhecer esses textos, porque a relação dos estudos literários clássicos e modernos está longe de ser débil. Aqueles deram a estes a terminologia e a pauta de problemas. As questões que os clássicos discutiam compõem a agenda dos estudos literários até os dias de hoje.

No sexto item, explicam-se os critérios de seleção e de arranjo do *corpus*. O autor vai mostrar os grandes critérios de seu trabalho filológico. Escolheu textos seminais, ou seja, aqueles que têm potencial para gerar questionamentos e debates e que têm uma representatividade histórica e cultural. Além dos textos gregos e latinos, estão presentes todas as tradições linguísticas ocidentais, inclusive aquelas que tiveram grande importância na Idade Média, como a provençal e a catalã. Quando havia diversas traduções de um texto, o organizador deu preferência àquela feita na época clássica, porque, em tese, contaria com menos anacronismos. As traduções

feitas especialmente para o livro compartilham os mesmos princípios literários dos autores traduzidos.

O arranjo dos textos não é linear, eles não se distribuem por grandes épocas, nem pela nacionalidade dos autores, já que esta seria uma categoria estranha ao período. Também não são organizados por noções próprias aos estudos literários modernos. As seções configuram núcleos temático-conceituais: concepções míticas; regras de composição; procedimentos crítico-analíticos; gêneros; ordenamentos historiográficos; reflexão filosófica; querela entre antigos e modernos. A extensão de cada seção é desigual, porque o tamanho depende do nível de prioridade dispensada a cada núcleo. No interior das seções, os textos são dispostos em ordem cronológica.

Na sétima parte, estabelece-se uma homologia entre os estudos literários clássicos e modernos. Eles dedicam-se, de um lado, ao estudo dos procedimentos de composição e, de outro, à especulação sobre a origem, a natureza e a função da arte verbal. Por isso, as seções sobre as regras da composição e a reflexão filosófica foram as maiores da coletânea.

Essa apresentação é seguida de uma exposição dos critérios mais particulares de edição. Em primeiro lugar, anota-se que os textos foram extraídos de "edições confiáveis", cujas referências são "apresentadas de modo uniforme e segundo o rigor recomendável" (2014, p. 27). Em seguida, comenta-se que cada texto é precedido de uma sintética apresentação do autor e, eventualmente, do tradutor. Nela, constam dados biográficos e informações sobre sua formação intelectual, assim como, sobretudo no caso dos filósofos, uma sumária descrição de seu sistema de ideias. Em seguida, explica-se que a ortografia foi atualizada segundo as normas em vigor.

O organizador aponta que a única emenda feita nos textos-fonte é a correção de "erros tipográficos evidentes" (por exemplo, na página 37, o texto aparece da seguinte forma "perto do ápice altíssimo do nevoso Olimpo" e a nota 33 esclarece que na edição-fonte a forma

é "'nervoso', por erro evidente"). Com isso, o filólogo mostra que tem um respeito grande pelo texto, só corrigindo-o em caso de extrema necessidade. Tem noção de que sua tarefa não é reconstituir uma unidade original, mas dar-nos a conhecer uma versão mais adequada do texto. Roberto Acízelo é um filólogo consciente de seus limites e apresenta-nos, com clareza, suas escolhas.

Elucida ainda que eventuais providências específicas determinadas por particularidades de certos textos foram assinaladas em observações que seguem às referências das fontes. Assim, por exemplo, são indicados os "títulos atribuídos pelo organizador" (por exemplo, "Preito aos poetas", trecho da *Odisseia*, de Homero); os "títulos constantes da edição-fonte" (por exemplo, "Hino às musas", trecho da *Teogonia*, de Hesíodo); a "seleção de tópico" (por exemplo, "Seleção de tópicos dos livros I e IV" da *Retórica a Herênio*); a "modernização da pontuação" e assim por diante. Veja-se o exemplo de uma observação que revela o cuidado do organizador em esclarecer alterações no texto-fonte:

> Para o estabelecimento do texto, além da atualização da ortografia e da adoção de critério hodierno para o emprego de iniciais maiúsculas em substantivos e adjetivos, modernizou-se a pontuação, embora em alguns casos se tenham conservado as soluções do texto-fonte, em geral, ao que parece, mais conformes à entoação das frases do que às relações sintáticas entre seus termos. Suprimiram-se os longos e eruditos comentários da edição-fonte, que, no entanto, muitas vezes serviram de base para as notas da presente edição (2014, p. 77).

Aparecem, em seguida, os critérios para a tradução dos textos que não estavam traduzidos em português. O supremo critério é o da literalidade, ou seja, procurou-se a maior fidelidade possível à trama dos conceitos constituídos no original. Dele decorre que se usa, nas traduções, o vocabulário técnico da época, evitando-se, assim, anacronismos. No entanto, essa fidelidade ao original vai

de par com a busca do uso natural da língua portuguesa, para dar aos textos fluência e legibilidade. Houve uma colaboração entre tradutores e organizador para que essas diretrizes fossem seguidas uniformemente.

Notam-se as marcas que indicam supressões e eventuais acréscimos no texto. Esses aditamentos devem-se a adaptações sintáticas determinadas pelos cortes ou visando a maior clareza da tradução.

Os títulos gerais e intertítulos foram mantidos. Quando, porém, foram atribuídos pelo organizador, isso é mencionado em observações.

As notas são de quatro tipos: dos autores, que foram conservadas na íntegra; das edições-fonte e dos tradutores, que foram mantidas quando julgadas pertinentes; do organizador. Nos três primeiros tipos, a natureza da nota é indicada entre parênteses. Esclarece-se que as notas do organizador são elucidações factuais e que se evitam as notas de cunho interpretativo. Além disso, o organizador, num ato de modéstia, explica que os detalhes da língua dos textos, que são numerosos, dada a antiguidade deles, não foram elaborados por especialista e, portanto, constituem apenas indicações sumárias. Alguns exemplos de notas do organizador são:

> 213. General, político e orador romano, patrono de um círculo de poetas (64 a. C. – 8 d. C.)" (2014, p. 102);
>
> 22. 'Posto que', 'embora'" (para explicar o que significa "pero que") (2014, p. 178);
>
> 11. O termo *razo* e suas variantes – *rayso*, *raho*, *rahon* – designa o motivo ou a motivação para a composição, isto é, seu tema ou argumento central" (2014, p. 159);
>
> 5. 'Natureza, modo de ser, talento inato'" (para elucidar o que quer dizer "engenho") (2014, p. 158);
>
> 9. A palavra acha-se empregada não no seu sentido comum hoje,

> mas como termo técnico da retórica, assim podendo definir-se: 'Frase semanticamente infinita [isto é, referida a uma questão geral e abstrata] e que aparece pretendendo ter validade normativa (LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966, p. 286); ou, segundo um dicionário de fins do século XVIII: 'Dito memorável, apotegma, máxima mui sábia e discreta, que contém uma boa moralidade [...]' (SILVA, Antônio de Morais e. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, 2 v.)." (para determinar o significado de sentença) (2014, p. 165).

Essa longa exposição dos critérios utilizados por Roberto Acízelo na elaboração de seu livro sobre antigos textos seminais para os estudos literários mostra, de maneira cabal, sua competência filológica. Um filólogo tem um amor e um respeito muito grande pelos textos e, por isso, tem um cuidado extremo no seu estabelecimento e em sua apresentação. É isso que Roberto Acízelo mostra em seus trabalhos filológicos.

O texto é o elemento central para a o fazer das ciências humanas. A diferença fundamental entre as ciências humanas e as ciências naturais reside no fato de que, naquelas, "o pensamento é orientado para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de *textos*. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto" (Bakhtin, 1992, p. 330).

Entregar para os estudiosos da literatura o conjunto dos textos seminais dos estudos literários do chamado período clássico é um ato de generosidade. Essa é uma qualidade admirável de Roberto Acízelo. Ele é um homem generoso.

Esse termo vem da raiz indo-europeia *gen-*, que significa "nascer, engendrar". *Generoso* significava, inicialmente, "capaz de engendrar"; depois, "de estirpe nobre, de linhagem nobre". Em seguida, o sentido ampliou-se para "magnânimo; de alma nobre, de

sentimentos elevados; inclinado às ideias e aos sentimentos altruístas; disposto a esforçar-se e sacrificar-se para o bem dos outros; refratário aos sentimentos baixos como a inveja e o rancor" (Marina; Penas, 2000, p. 80). Como se operou esse deslizamento de sentido? O significado primeiro passou a ser "o que produz mais do que está obrigado a fazer". Ao mesmo tempo, produz-se uma mudança na definição de nobreza. Nobre não é somente quem é poderoso, mas é quem dá mais do que é sua obrigação: dádivas, cuidados, valentia, magnanimidade (Marina; Penas, 2000, p. 81). A definição de *generoso* é a definição de Roberto Acízelo: um homem de alma nobre, disposto a esforçar-se para o bem dos outros. Seu trabalho de filólogo é a mostra dessa generosidade para conosco.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1939-1949 (1953). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1953. V. 1 e 2.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARINA, José Antonio; PENAS, Marisa López (2000). *Diccionario de los sentimientos*. Barcelona: Anagrama, 2000.

SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Do mito das musas à razão das letras*: textos seminais para os estudos literários (século V a. C. - século XVIII). Chapecó: Argos, 2014.

Uma bússola no limiar do abismo: *Formação da Teoria da Literatura*

Júlio França

Há os *livros de cabeceira*, aqueles que nos tranquilizam por simplesmente existirem, como a lanterna sempre ao alcance de nossas mãos. A eles voltamos, continuamente, ao longo de nossas vidas, seja em busca da sabedoria para a qual não estávamos ainda prontos, seja na presunção de que algo nos tenha escapado nas leituras anteriores – ou, ainda, o que é mais comum, porque simplesmente esquecemos algumas de suas passagens arrebatadoras e seus incontáveis ensinamentos. Como objetos sagrados, esses livros evocam-nos a jamais abandoná-los.

Mas há uma outra espécie, a dos *livros exauridos*. Nunca sabemos ao certo o que eles nos ensinaram, porque deles tomamos tudo, a tal ponto que entre eles e nós deu-se um pleno amálgama, e não somos mais capazes de nos diferenciar deles. Se a eles voltamos, é como se voltássemos a nós mesmos. Sua misteriosa força reside em os termos lido no momento exato, na hora em que mais dele precisávamos. Por serem capazes de nos prover, de modo cabal, com as respostas que buscamos para nossos desafios mais urgentes, esses livros moldam de maneira tão radical nossa visão sobre um assunto que seus ensinamentos se diluem em nosso entendimento, e tomamos, desde sempre, como nosso o conhecimento que nos foi por eles concedido.

Formação da teoria da literatura: inventário de pendências e protocolo de intenções (1987), de Roberto Acízelo de Souza, é o

meu *livro exaurido*. Sem ter jamais recebido a visibilidade de seu familiar mais famoso – o *Teoria da literatura* da série Princípios, da Editora Ática, que foi reeditado sucessivamente por mais de trinta anos –, a obra é, originalmente, a tese de doutorado de seu autor, concluída em 1981, e submetida a exame em dezembro daquele ano na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No livro, Acízelo postulava a importância da existência de um modo de estudo da literatura que a abordasse de forma sistemática e metódica, sem que, para isso, se devesse reproduzir os métodos das ciências empíricas modernas, ou, tampouco, repetir os caminhos trilhados pelos estudos literários nos séculos XIX e XX, que se serviram de metodologias importadas de outras ciências humanas e sociais, como a antropologia, a aociologia, a linguística, a psicanálise e a história. Alertava também para o fato de que a historicidade da experiência humana não redundava, necessariamente, em que todo e qualquer sistema teórico estivesse fadado a se realizar como absolutização de concepções individuais ou históricas. Se o plano da experiência se revela aberto e histórico, a teoria deverá ser *aberta*, para a contínua renovação de seus pressupostos – sem que isso implicasse a formulação de uma teoria para cada obra literária particular, ou, ainda, o abandono de princípios teóricos a cada problema que o dinamismo e a diversidade dos processos criativos da arte viesse a apresentar –, e *histórica* – por ser concebida como uma construção de pensamento que se dá em um tempo e espaço definidos –, sem ser historicista, isto é, sem se restringir a concepções causais sobre a obra de arte.

Indicava-se, ainda, que o estudo especializado da literatura precisaria estar empenhado no estabelecimento, aperfeiçoamento e conservação de uma linguagem conceitual universal, sem a qual os trabalhos teóricos se arriscavam a se tornar ininteligíveis e impossíveis de se comunicarem entre si. Por fim, uma teoria da literatura digna de seu nome precisaria realizar, como uma de suas preocu-

pações axiais, uma constante reflexão sobre o papel da literatura na existência do homem, o que implica possuir uma dimensão filosófica cujos postulados sejam ética, lógica e epistemologicamente coerentes.

Meu encontro com o livro se deu em 2002, quando eu, recém-saído do mestrado em teoria da literatura, sentia-me aturdido pelas compreensões muito diversificadas a respeito da natureza, dos objetivos e das funções do trabalho teórico. Se, por um lado, a multiplicidade de caminhos de abordagem da literatura apontava para a pujança e complexidade da obra literária, por outro lado, essa pletora de possibilidades aparentemente equivalentes em suas irredutíveis especificidades conduzia os estudos literários a um estado caótico para uma disciplina institucionalizada.

Naquele contexto de relativismo epistêmico – hoje ainda mais agudo –, atormentava-me a dúvida sobre quais modelos de estudos literários legitimamente fundamentados eram possíveis, e me parecia urgente a necessidade de se reelaborar um estudo metódico e sistemático, que não se confundisse com as fracassadas tentativas de adequar o estudo da literatura aos modelos das ciências naturais.

Aprendi, em *Formação*, que o que chamávamos de *Teoria da Literatura*, com T e L maiúsculos, era, de fato, uma realização histórica no âmbito dos estudos literários no século XX, que se concretizou numa miríade de correntes cujos pressupostos são tão variados, concorrentes e contraditórios entre si que somente com um supremo esforço de generalização poderiam ser reunidas em um mesmo rótulo. Acízelo fazia também valer a necessidade de não se tomar a disciplina como substituta ideal de todas as possíveis abordagens do objeto literário, isto é, não poderia ela ser considerada "uma espécie de enciclopédia do saber sobre a Literatura, que incorpora, como meros capítulos seus, todas as demais disciplinas historicamente discerníveis nesse setor" (Souza, 1987, p. 102). A reflexão teórica, assim, seria uma faceta do movimento de compreensão da literatura, juntamente com as abordagens interpretativas, analíticas, históricas,

judicativas e prescritivas, que constituem o conjunto das atitudes possíveis – ao menos até este momento – diante de objetos literários.

Não menos decisivo para minha constituição como professor de teoria da literatura foi o modo como Roberto Acízelo sistematizou, no *Formação*, a história dos estudos literários desde o período clássico. O leitor tomará conhecimento de que, até a investigação do fenômeno literário ambicionar, a partir do século XIX, um caráter científico, três disciplinas de cunho humanístico disputaram este campo de estudos: a retórica, a poética e a estética. As duas primeiras têm suas origens na Antiguidade e permaneceram dominantes até pelo menos o fim do século XVIII. A estética só foi conceitualmente formulada como um campo autônomo em meados do século XVIII, com a obra de Alexander Baumgarten. Originadas numa tradição filosófica estranha à especialização das ciências, retórica, poética e estética não são facilmente separadas entre si. Roberto Acízelo de Souza (1987, p. 30) apontava, contudo, para algumas especificidades inerentes a cada disciplina, e demonstra como elas ora se relacionaram de modo complementar e sem hierarquias, ora com oscilações de proeminência que passaram "da Retórica à Poética e desta à Estética".

Fazendo inicialmente uma distinção entre retórica e poética, dizia o ensaísta:

> [...] a primeira se concentra em questões predominantemente técnicas acerca da construção do discurso, enquanto a segunda é animada por um empenho especulativo que não se confina somente ao âmbito dos recursos de seleção e arranjo verbal, interessando-se antes pelos problemas correlativos da origem, natureza e função da arte literária. Outras vezes, porém, a Poética sacrifica o especulativo ao pragmático e normativo (o que se dá sobretudo na Baixa Idade Média e no Classicismo moderno), com o que a preocupação absorvente com a técnica da composição a aproxima bastante do âmbito retórico (Souza, 1987, p. 49).

As origens da retórica podem ser relacionadas a um fato político-econômico, pois a sistematização e o ensino de técnicas oratórias atendiam à importância que a eloquência assumia em sociedades em que tribunais e assembleias eram os centros de todas as decisões. Mas a fixação e o desenvolvimento da disciplina estão intimamente relacionados à sofística, que, muito mais do que uma técnica de manipulação da linguagem, era um novo modo de reflexão sobre ela, e, de certo modo, representou a fundamentação filosófica da retórica.

Do ponto de vista da história tradicional da filosofia, a sofística foi relegada, durante séculos, a um papel secundário, que não condiz, por exemplo, com a atenção reservada a ela pelos próprios Sócrates, Platão e Aristóteles, os quais dedicaram grande parte de seu pensamento em dialogar com os sofistas. Acízelo lembra, por exemplo, que, no tratado aristotélico de retórica, há diversos pontos convergentes com o pensamento dos sofistas: a potência catártica do discurso, o alcance filosófico da poesia, o poder da *mímesis* etc. Mesmo Platão, deixando-se de lado a perspectiva moral/pedagógica de suas críticas à poesia, não negava o imenso poder do *lógos* – um pressuposto caro à Sofística.

Foi justamente um sofista, Górgias, que acrescentou à codificação dos recursos de oratória judiciária e política o gênero epidíctico. Mas, já em Aristóteles, observa-se uma distinção – ele escreveu um tratado destinado à retórica e outro à poética — que se faria presente em Horácio, Ovídio e ao longo do mundo antigo, até que, com Tácito, quando a oratória política e judiciária se tornaram proibidas, reunir-se-iam as duas disciplinas sob o nome de *eloquência*.

A retórica adaptou-se ao cristianismo e tornou-se, na era medieval, uma das disciplinas do *trivium*. Nessa altura, ela se encontrava unificada com a poética, numa disciplina que reunia arte oratória, correspondência administrativa e criação poética, até que, em fins do século XV, ocorreu a separação entre primeira retórica

(ou retórica geral) e segunda retórica (ou retórica poética). A Idade Média, contudo, marcaria o início do declínio da retórica. Com o passar do tempo, a perda da finalidade de instrumentalizar oradores fez com que ela passasse a se ocupar exclusivamente da palavra escrita. De disciplina dominante do *trivium*, ela foi perdendo sua preeminência, primeiro para a gramática e depois para a dialética. No renascimento, quando a redescoberta da *poética*, de Aristóteles, deu nova vida aos estudos da arte literária, a retórica encontraria espaço apenas como disciplina escolar do ensino jesuítico.

Sob a capa da eloquência, a retórica havia absorvido toda a cultura da palavra e estava diretamente relacionada à ideia de literatura como um "bem escrever". Seu esvaziamento está relacionado, nos termos de Acízelo, a um movimento que começa no século XVIII e se consuma no XIX: primeiro, a nova ordem epistemológica que deu lugar a uma nova forma de entendimento da linguagem, sob "uma perspectiva racionalista (gramática de Port-Royal), referencial (empirismo) ou sensualista (estética)" (Souza, 1987, p. 51); depois, a ascensão da ideologia romântica e sua incompatibilidade com o caráter preceptístico assumido pelas duas disciplinas humanísticas; e, por fim, a submissão das humanidades aos ideais cientificistas, e a ascensão da história como disciplina-chave das novas ciências humanas.

Em suas últimas versões, a retórica, então já uma decadente e ridicularizada disciplina, resumia-se a um conjunto de classificações. Seu declínio da condição de metalinguagem predominante foi seguido, no plano teórico, por um vazio que seria preenchido pelo impressionismo crítico. Escritores, críticos, historiadores e filósofos, alternando biografismo, sociologismo e psicologismo, dominaram o ambiente dos estudos literários.

Por permitir partir do termo classificatório para o exemplo, a retórica se aproximaria, mais do que qualquer outra investigação da literatura, de uma ciência empírica baseada na construção de uma

teoria hipotético-dedutiva (Souza, 1987, p. 32), conforme pode ser observado nas etapas caracterizadas por Acízelo:

(i) Observação dos enunciados: por exemplo, no enunciado "aurora de róseos dedos" detectar-se-ia um fato de linguagem, a relação analógica entre "róseos dedos" e "alongados e divergentes traços avermelhados", permitindo a substituição do termo próprio pelo figurado.

(ii) Fixação de proposições singulares (descrições/nomeações): descrição do fato detectado. No caso, a relação de analogia entre "róseos dedos" e "alongados e divergentes traços avermelhados".

(iii) Generalizações: a partir da observação de outros fatos semelhantes, estabelecimento de uma proposição geral: ocorre, na linguagem, a transposição, com base numa relação de semelhança, do nome de uma coisa para outra.

(iv) Classificação das proposições singulares: criação de um conceito (no caso em questão, o de metáfora), a partir desta generalização.

(v) Construção de uma teoria: conjugação das proposições, das classes e dos conceitos, num sistema coerente.

Estabelecida, por fim, uma teoria, ela deverá permitir novas generalizações conjugadas a suas proposições, promover operações dedutivas que integrem a ela novos enunciados e tornar-se um instrumento técnico de produção de enunciados por ela classificáveis conceitualmente.

Outra disciplina clássica, a poética, tem sua origem em obras fundadoras como a *Poética*, de Aristóteles, a *Ars poetica*, de Horácio, e o *Sobre o sublime*, de Longino. A partir do século I a.C., ocorre o já referido sincretismo com a retórica, com o predomínio desta sobre aquela, pois, no *septennium* medieval, apenas os estudos retóricos se fazem presentes. Será apenas no final do século XV, com a distinção entre retórica geral e retórica poética, já aqui mencionada anteriormente, que a poética, então chamada de segunda

retórica, alcançaria o seu auge. Enquanto a primeira retórica ficaria confinada ao ambiente escolar, a poética emergiria, redescoberta no renascimento, como uma disciplina de pesquisa filosófico-técnico--formal que daria origem às artes poéticas do classicismo europeu moderno, até ter sua posição hegemônica arrebatada pela estética, no século XVIII. Para Roberto Acízelo de Souza, os fatores – já aqui antes referidos – que causam a derrocada da poética teriam sido os mesmos que abalaram a retórica.

Outra disciplina da tradição humanística é a estética, que se organizou conceitualmente em 1750, com o trabalho de Alexander Baumgarten. A temática, contudo, já era trabalhada desde a Antiguidade Clássica: uma abordagem da literatura que levasse em consideração o conjunto das demais artes. Correspondia à tentativa de se estabelecer uma ciência do conhecimento sensível, a partir de uma distinção entre "coisas conhecidas" e "coisas percebidas". A estética era, portanto, não apenas um estudo da arte, mas um campo de estudo epistemológico.

Há, na obra de Baumgarten, o intento de conceder maior consideração à sensibilidade, integrando-a de algum modo às faculdades cognitivas racionais. Ao colocar a arte "sob a jurisdição de uma 'gnosiologia inferior'" (Souza, 1987, p. 54), ele reforçou uma concepção de linguagem como transparência à sensibilidade, impulsionando a ideologia romântica da criação artística como obra do gênio. Paradoxalmente, as transformações de que a estética "é simultaneamente fator e produto" (ibid., p. 55) são também as razões de seu rápido declínio, a saber, a escalada da ciência, que acabou por tomar o lugar das especulações filosóficas características da estética, e os êxitos do romantismo e do evolucionismo, que conferiram à história o *status* de modo investigativo dominante.

A emergência dos ideais da ciência moderna, no século XVII, afetaria profundamente os estudos literários. O operativismo e o substancialismo que marcavam os estudos de literatura de tradição

clássica tornar-se-iam progressivamente desacreditados. Retórica, poética e estética, como modelos de conhecimento e como metalinguagem, ficaram incapazes de atender às novas necessidades epistemológicas e artísticas. Por um lado, o conhecimento voltado para o artesanal ou para o especulativo das disciplinas clássicas distanciou-se da intenção de "submeter também as realidades sociais ao âmbito da Ciência" (Souza, 1987, p. 57). Por outro, a produção artística, inspirada pelos ideais estéticos do romantismo, escapava a uma metalinguagem desenvolvida em função de uma produção eminentemente clássica.

Os novos pressupostos epistemológicos gerariam entendimentos diversos sobre como abordar a literatura: como expressão da personalidade do autor, como representação social ou como documento histórico. Para cada um deles, se estabeleceria um modo investigativo próprio: o psicológico-biográfico, o sociológico e o filológico, todos, porém, submetidos aos fundamentos filosóficos da história.

A crise do código clássico, somado à convicção romântica de ser o gosto pessoal a instância última do juízo e à utilização dos jornais como instrumentos de divulgação da literatura para um público não especializado, gerariam antes, porém, um período intermediário, marcado pelo impressionismo crítico, até que, sob a égide da ciência moderna, a literatura passará a ser tomada como um objeto a que se aplicarão os métodos científicos das então incipientes ciências humanas. Paradoxalmente, relegando-se uma premissa da cientificidade, o primeiro momento do cientificismo nos estudos literários é marcado por um movimento de *desespecialização*. Sem um método de pesquisa que lhe fosse próprio, os estudos da literatura se caracterizaram pelo ecletismo e pela tendência culturalista decorrente da adoção de métodos e modelos de outras disciplinas científicas. Sem estarem ainda consolidados em nenhuma disciplina científica e sem possuírem nenhum conhecimento especializado, apenas absorveram

quase indiscriminadamente os esforços e modelos teóricos das novas disciplinas científicas.

A crítica e a história literárias surgiram como a mediação entre as especializadas e não científicas disciplinas clássicas e a não especializada e não científica crítica impressionista. Ao postularem um ideal de cientificidade e, ao mesmo tempo, de não especialização, elas se tornaram uma espécie de "estágio [...] protocientífico da investigação da Literatura" (Souza, 1987, p. 59).

Nas semelhanças entre crítica e história literárias, há uma diferença conceitual fundamental, que diz respeito à preocupação com o valor das obras. Mas o que se designa, de fato, por crítica literária? O primeiro problema que se enfrenta é o fato de o termo ter usos muito distintos em cada uma das principais línguas europeias. São tão misteriosos os motivos que levaram à expansão do termo *crítica* quanto os que levaram a língua inglesa a utilizar a forma *criticism* – em francês, italiano, espanhol, português e alemão, a forma *criticismo* e seus equivalentes referem-se ao método epistemológico kantiano –, ou à limitação do sentido de *Kritik*, em alemão, às resenhas diárias. Acízelo entende então ser mais razoável dizer que a crítica literária não se constitui como uma disciplina, mas como uma prática comentadora de obras literárias, cujas orientações têm se transformado bastante ao longo do tempo.

O que pode ser percebido é o maior uso da palavra, junto com *história*, em referência a obras que se ocupam da "literatura" a partir de fins do XVIII, em substituição aos termos *retórica*, *poética*, *estética*, *eloquência*. Embora correspondesse às intenções de se criar uma "alternativa científica para o conhecimento da Literatura, em substituição ao complexo humanístico" (Souza, 1987, p. 90) das disciplinas clássicas, e tivesse chegado a designar uma suposta disciplina dos estudos literários, havia muito pouco de "científico" na atividade crítica do século XIX, praticamente imune a qualquer tipo de rigor metodológico e conceitual. Em geral, a crítica literária

> [...] tendeu a identificar-se com pura emissão de impressões de leitura, comentário ligeiro de obras literárias, no máximo servindo-se de minguadas ideias gerais provenientes de versões ecléticas e banalizadas de certo(s) sistema(s) de conhecimento sobre a Literatura. Assim, a Crítica Literária acaba por tornar-se pura publicidade e/ou divulgação jornalística de obras literárias; é ela que praticamente se confunde com o que veio a chamar-se de impressionismo crítico [...] (Souza, 1987, p. 91).

Ao longo do século XIX, a crítica vai-se distanciando de se tornar uma atividade de investigação sistematizada da literatura e se firmando como uma prática de publicidade de obras ou de popularização sumária de sistemas científicos, diretamente relacionada com a sociedade industrial moderna e com o circuito de circulação de produções culturais.

As tentativas de se conceder à crítica literária um espaço disciplinar próprio nem sempre representam um empenho em repensar a possibilidade da prática em si, mas apenas, como lembra Roberto Acízelo de Souza (1987, p. 93), implicam mais "salvar a palavra do que a prática crítica". Algumas tentativas de resgatá-la acabam sugerindo um certo sentido etimológico profundo que o termo conteria, e que este sentido original se teria corrompido, ao longo da história, por práticas críticas que não fariam jus a sua essência. Não parece possível, contudo, se evidenciar tal sentido original pelos dados históricos que se apresentam.

Para Roberto Acízelo de Souza, a presença de uma preocupação conceitual, que se recusasse a submeter-se a valores que lhe são estranhos, consciente da necessidade de se ater a seu aparato instrumental e dos riscos de se contaminar ideologicamente, não estaria no plano da crítica, mas no da teoria da literatura. Para o ensaísta (1987, p. 95), a palavra *crítica* está inseparavelmente ligada, em nossos dias, a julgamento, valor e opinião, não fazendo sentido pretender que ela seja "um corpo organizado de conhecimentos",

justa definição de teoria da literatura, ou "a consideração analítica de obras particulares, em contínua referência a um quadro teórico inicial de base" (ibid., p. 95), atividade para cuja designação há a palavra *análise*.

Contemporânea da crítica, a história da literatura fundamenta-se no pressuposto da cientificidade da história. A ascensão do historicismo como ponto de vista epistemológico dominante no XIX tem algumas causas recuperáveis: (i) a expansão do capitalismo burguês e a exigência de uma reflexão crítica sobre as contradições sociais advindas, (ii) a afirmação do modelo científico físico-matemático como norteador das ciências humanas e (iii) a ideologia estética romântica e sua valorização do passado como série de estágios evolutivos da humanidade.

Três eram os principais modelos metodológicos adotados pela história literária no século XIX: o biográfico-psicológico, sociológico e o filológico.

A diretriz biográfico-psicológica, da qual Sainte-Beuve foi um dos principais nomes, baseava-se na premissa romântica de que o gênio é a instância suprema para a explicação da literatura. O historiador devia, pois, esforçar-se por reconstruir biográfica e psicologicamente o autor, o processo criador e o conteúdo psíquico da obra. A exigência da historicidade era respeitada através da concepção de que a "biografia é *história do indivíduo*" (Souza, 1987, p. 65).

Para se entender as diretrizes sociológicas da história de literatura, deve-se distinguir as ciências sociais – o conjunto de disciplinas que se formou, no século XIX, a partir dos trabalhos de Comte e Spencer – da preocupação com grupos humanos, presente desde o nascimento da filosofia. O influxo da sociologia sobre os estudos literários pode ser dividido em pelo menos dois grupos: por um lado, o grupo das posturas assumidas pela história de literatura, cuja modalidade de abordagem tendia a reduzir o objeto literário ao interesse sociológico, centrando suas análises na função social do

escritor, nos estudos da significação social das obras e no entendimento da obra literária como reflexo da sociedade; por outro lado, a posição que seria assumida, futuramente, por algumas correntes teóricas, modalidades que partem do princípio de reconhecer a especificidade da literatura como uma questão de linguagem e que centrariam sua atenção nos estudos das relações entre formas literárias e formas sociais, na análise da consubstancialidade entre estrutura de linguagem e contexto social e na premissa de que a linguagem é uma instituição social e a literatura uma forma individual, estética e de inserção no plano do imaginário.

A história de literatura de diretriz filológica teve em Lanson um de seus expoentes. Mesmo antes do estabelecimento do termo *filologia* com o sentido em que é empregado hoje, certas abordagens de textos que remontam ao século VI a.C. podem ser entendidas como as primeiras investigações filológicas conhecidas: o estabelecimento de um texto da *Ilíada* e da *Odisseia* a partir de diversas versões e uma primeira interpretação alegórica dos cantos homéricos. Já no século III a.C., os esforços de constituição e manutenção da Biblioteca de Alexandria fixaram procedimentos, métodos e técnicas filológicas cuja validade alcança nossos dias.

No período pós-alexandrino e durante a Idade Média, o trabalho filológico se confunde com a elaboração de antologias de excertos e, em muitos casos, com a simplificação de textos. No renascimento, a retomada do interesse pelo período clássico ativou a necessidade de práticas capazes de reconstituir a legibilidade, física ou contextual, dos textos antigos. Augusto Wolf pôde, desse modo, em fins do século XVIII, estabelecer um conceito de filologia como "Ciência que, partindo do exame de textos escritos, coadjuvada pela Paleontologia, Arqueologia e Gramática Comparativista, se propõe fazer a historiografia da língua, da Literatura e/ou da totalidade da cultura documentada" (Souza, 1987, p. 80). A união com a gramática comparativista, no século XIX, permitiu que a filologia – com seu

apego à objetividade e suas técnicas de pesquisa empírica – fosse absorvida pela história literária.

Por estas mesmas razões, curiosamente, a filologia também seria acolhida no âmbito da teoria da literatura. A severidade no trato do documento e a metodologia rigorosa de pesquisa, apoiada na crença sobre sua neutralidade científica, fez a filologia compatível com os ideais da nova disciplina, tornando-se uma espécie de preâmbulo operacional do trabalho teórico em si.

Obviamente, a neutralidade absoluta da filologia era falaciosa. Barthes (1970), no final dos anos 60, num ataque incisivo àquilo que chamava de "crítica universitária", acusava a filologia de produzir discursos apoiada no "postulado da analogia", isto é, de sempre "colocar a obra estudada em relação com alguma coisa outra, um alhures da Literatura" (Barthes, 1970, p. 151-152), seja esta outra coisa uma outra obra, um dado biográfico, etc.

Antes de ter seus princípios questionados de modo intransigente pelas correntes teóricas do século XX, que postulavam a especificidade e a imanência do discurso literário, a história de literatura recebeu um alento, com a nova concepção de história da Escola dos Annales, que propunha substituir a história dos fatos por uma história dos problemas e das mentalidades. Em relação ao ensino da literatura, a perspectiva historicista ainda se faz fortemente presente em nossos dias, como pode ser observado, no ensino médio, na importância dada à periodização e aos estilos de época, e, no ensino superior, às literaturas nacionais.

O século XX será marcado, no campo dos estudos literários, pela ascensão e hegemonia de um modo de abordagem da obra literária que ficará conhecido por *teoria da literatura*, surgida com o propósito de ser

> [...] a primeira realização verdadeiramente científica no campo dos Estudos Literários, na medida em que pretende dispor de um objeto claramente constituído, de um aparato específico de

> conceitos, de métodos e de técnicas analíticas, bem como de um sistema de proposições solidárias protocolares de suas experiências (Souza, 1987, p. 135).

Diretamente ligada às transformações operadas nas ciências humanas, em especial aos novos rumos tomados pela linguística estruturalista e pela emergente psicanálise, a teoria foi receptora, e não criadora, de conceitos que seriam decisivos para um novo modo de compreensão do fenômeno literário, tais como descontinuidade, estrutura, inconsciente etc. Relembre-se ainda que não apenas as novíssimas tendências tiveram acolhida no seio da teoria: a retórica e a poética, por suas perspectivas especializadas e imanentistas, e a filologia, por seu rigor metodológico, também harmonizavam-se com os novos modelos de estudo da literatura.

Mas seria correto se pensar em teoria ou em teorias da literatura? A dúvida é bastante pertinente, tendo-se em vista que o campo dito teórico dos estudos literários apresenta-se dividido em perspectivas "fundadas em pressupostos metodológicos não apenas diferentes, mas francamente antagônicos e muitas vezes inconciliáveis, mutuamente exclusivos" (Souza, 1987, p. 9). Isso se explicaria, em parte, pela permanência e contínua repercussão das antigas realizações históricas dos estudos literários – poética, história de literatura, crítica, ciência da literatura –, que jamais perderam inteiramente sua vigência. Mesmo sob a estrita égide da teoria da literatura, encontramos ainda rótulos que individualizam orientações bastante diversas entre si, o que geraria uma diversificação e complexidade causadora, dentre outros problemas, de uma nomenclatura pletórica, como "um labirinto cujo plano parece alheio aos assédios da razão" (ibid., p. 9).

O termo teoria da literatura está diretamente relacionado à publicação do livro homônimo de René Wellek e Austin Warren, em 1949, marco histórico de um novo modo de se propor o estudo do fenômeno literário, desvinculado dos modelos historicistas do

século anterior. Essa nova tendência não se realizou de forma única, espraiando-se em diretrizes diversas que, no entanto, a despeito de divergências profundas, apresentam, no entender de Roberto Acízelo, uma afinidade de pressupostos, tais como a recusa ao historicismo e ao positivismo, a busca de rigor metodológico, o interesse por uma abordagem intrínseca da obra literária e a compreensão da literatura como sendo, essencialmente, linguagem.

Há, para Acízelo, quatro centros de interesse fundamentais da teoria da literatura:

(i) O texto: este seria o foco de interesse mais característico da disciplina. De certo modo, porém, a retórica e algumas orientações filológicas da história da literatura e da crítica literária também têm a matéria textual como seu foco de atenção. A diferença é que, naquela disciplina clássica, o texto era um dado substantivo a ser conhecido analiticamente e classificado através de uma pesquisa empírica, o que a transformou tanto num sistema hipotético-dedutivo quanto em uma tecnologia de produção de textos. Na filologia, o texto é um documento, um dado real, concreto e particular, nunca interrogado por seus princípios abstratos de composição. Já na teoria da literatura o texto é "um tecido verbal dotado de propriedades artísticas ou ficcionais" (Souza, 1987, p. 115). A partir desse pressuposto comum, as correntes textualistas da teoria da literatura diferenciaram-se em dois enfoques: uma pesquisa indutiva orientada em função das especificidades de cada obra literária em particular, num "contínuo confronto das generalizações com os fatos observáveis nas obras submetidas à descrição" (ibid., p. 116), caso da estilística e do *new criticism*; uma pesquisa que buscava a definição formal das propriedades abstratas da obra literária, concebendo cada texto apenas como uma atualização destas, caracterizada pelo método dedutivo e baseada na "coerência interna do sistema de suas proposições" (ibid., p. 116), caso do formalismo russo e do estruturalismo, por exemplo.

(ii) O psiquismo: como as preocupações com questões re-

lativas ao psiquismo remontam aos mais longínquos períodos da humanidade, Acízelo propõe que se atente para a necessidade de se distinguir entre uma região da realidade e determinado objeto de pesquisa: "[...] ocupar-se com o psiquismo não significa encerrar-se no universo teórico da Psicologia, do mesmo modo que a investigação da socialidade não mobiliza automaticamente o aparato conceitual da sociologia" (ibid., p. 117). Do mesmo modo que a história da literatura e a crítica literária haviam sido receptivas à nascente psicologia, e as disciplinas clássicas às questões genéricas do psiquismo, a teoria da literatura foi receptiva à psicanálise, seus conceitos de inconsciente e seus sistemas simbólicos, que consideravam o elemento psíquico não como um conteúdo com o qual a linguagem se relacione, mas "como o conjunto das articulações inconscientes dos sistemas significantes", que "constitui a própria instância estrutural da linguagem" (ibid., p. 121).

(iii) A socialidade: embora também seja um foco de interesse muito antigo no campo dos estudos literários, será apenas no século XIX, com o influxo da sociologia, que se terá um estudo sistematizado dos elementos sociais relacionado à literatura. O modelo sociológico, contudo, não teve boa receptividade pela teoria da literatura, em primeiro lugar porque a nova disciplina rejeitava a tendência de buscar em fatores extrínsecos as considerações sobre a obra literária, e depois porque a sociologia não se dedicava a entender a linguagem literária considerada em si mesma. Porém, pelos mesmos motivos que a teoria da literatura recusou a psicologia mas acolheu a psicanálise, à recusa da sociologia correspondeu a aceitação da antropologia e de seus sistemas simbólicos.

(iv) Os aspectos filosóficos: Roberto Acízelo entendia a preocupação filosófica na teoria da literatura, em especial as representadas nas diretrizes fenomenológicas e existencialistas, como os esforços de compreensão dos problemas ontológicos, epistemológicos, éticos e lógicos da literatura.

Cada foco de atenção – texto, psiquismo, socialidade e aspectos filosóficos – foi convertido em um objeto distinto – o texto literário, o psiquismo na literatura, a socialidade da literatura, os aspectos filosóficos da literatura – conforme os métodos e os propósitos particulares das correntes teóricas que deles se ocuparam. Roberto Acízelo de Souza aponta dessa forma a profunda afinidade existente entre os modelos teóricos de análise e as concepções históricas acerca do objeto. Entende que a tendência de fazer com que, por teoria da literatura, se entenda o somatório de todas as realizações históricas dos estudos literários apagaria essa distinção fundamental entre campo de observação e objeto. Do fato de retórica, poética, história da literatura, crítica literária e teoria da literatura trabalharem num mesmo campo de observação não decorre que tenham o mesmo objeto, tendo em vista que tal objeto não é um fato que se ofereça naturalmente à observação, mas resultado de uma construção afinada com pressupostos e métodos específicos a cada uma dessas disciplinas.

Formação propunha uma súmula da teoria da literatura no século XX, de suas imensas qualidades e de seus não menores problemas, a fim de recuperar seus pontos fortes – como a resistência ao relativismo crítico historicista, por seus aspectos similares com o atual relativismo crítico culturalista, e o enfrentamento de universalismos de cunho elitista – e rever seus desacertos, de modo a inventariar as condições mínimas para a abordagem teórica do fenômeno literário na atualidade. O livro era, simultaneamente, um elogio ao ímpeto teórico e uma poderosa crítica às realizações históricas da teoria da literatura, e foi decisivo, em minha formação, para que eu entendesse que o que havia morrido, no século XX, fora um determinado projeto de teoria, não a necessidade e a pertinência do estudo metódico e sistemático da literatura.

Livro exaurido, não voltei mais ao *Formação* após a conclusão de minha tese de doutorado, em 2006. Mas, quando leciono

meus cursos de teoria da literatura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, não tenho dúvidas de que seus ensinamentos se impregnaram em minha prática letiva, e, consequentemente, definiram e determinaram o professor que me tornei. E, com um ponta indisfarçada de orgulho, reconheço que o pensamento claro, rigoroso e elegante de Roberto Acízelo de Souza persiste – ainda que canhestramente, por minhas próprias limitações – no trabalho daquele que é um dos mais gratos entre seus muitos admiradores, e, sobretudo, seu sempre aprendiz e orientando.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. As duas críticas. In: _____. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 149-155.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Formação da teoria da literatura*: inventário de pendências e protocolo de intenções. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Niterói: Eduff, 1987.

Uma trajetória de teórico, historiador da literatura, pesquisador e professor

Lucia Helena

Conheci Roberto Acízelo de Souza em meados da década de 1970, quando participávamos da docência na Faculdade Notre Dame, em Ipanema (Rio de Janeiro), para onde me convidou a atuar. Na época, chamou-me a atenção a finura do colega, sua elegância no trato, meiguice tímida e sua enorme competência teórica e de liderança, além de visíveis dotes de um grande professor. Uma década depois, quando fui brevemente, numa primeira etapa de minha vida, professora assistente de literatura brasileira na Universidade Federal Fluminense, encontrei-o novamente e sempre com muito prazer, ele também professor na mesma Universidade, e nós, e mais alguns professores da área, chegamos a participar de um grupo de estudos orientado por Luiz Costa Lima, um de nossos grandes teóricos da literatura, de renome nacional e internacional.

Foi então que pude ver mais de perto o talento de pesquisador de extrema qualidade e a cultura ampla de Roberto Acízelo de Souza. Ainda na década de 1980, nos encontramos na pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual éramos orientados por Eduardo Portella. Foi nessa época que nossa amizade se estreitou, pois eu começara na UFRJ uma outra etapa de minha vida, sem acumulações de tarefas, trabalhando em tempo integral naquela instituição, de onde saí quando me aposentei. No período, nossa interlocução continuou e pude, com grande alegria, acompanhar o desempenho de Roberto Acízelo na UFF e, posteriormente, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ele já com renome

por seu trabalho de liderança pessoal nas pesquisas e invulgar historiador da literatura, o que também pude apreciar no Grupo de Trabalho de História da Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, fundado, entre outros nomes de relevo, por Regina Zilberman, grupo do qual participamos com afinco e ao qual até hoje pertencemos, nele atuando com vigor já por volta de duas décadas.

Esta atividade como teórico e historiador da literatura só fez se aprofundar e ele é hoje um autor de renome nacional e internacional, com merecida fama e uma produtividade textual rara de encontrar em outro par de nossa época.

Roberto tem escrito fartamente, com elegância, rigor e uma sintaxe e frase enxutas, o que o faz, se fosse romancista, integrar a linhagem de um Graciliano Ramos. E, se fosse poeta, poderia se enfileirar na galeria de um João Cabral de Melo Neto, pelo efeito de sua síntese e de sua capacidade de ramificar categorias fortes e reconstrutoras dos caminhos de nossa história literária e da história literária comparada, com uma cultura profunda, capaz de cobrir das musas clássicas ao mundo presente. Distinguiu-se também como historiador de fontes históricas, o que muito contribuiu para o entendimento e ampliação do conhecimento da teoria e da história da literatura no Brasil do século XIX. A amplidão de seus estudos e a seriedade deles faz com que se tenha orgulho de ter em nossas lides alguém tão íntegro nas pesquisas muito confiáveis que nos entrega, em publicações de igual dimensão de qualidade.

Outra característica a chamar atenção na invulgar produção desse professor pesquisador de inestimável importância é que, quanto mais sabe, mais tem encontrado a forma de se expressar para o leitor, de modo claro, conciso, permitindo-lhe o entendimento das mais difíceis observações, o que o coloca, por exemplo, na linha de escrita do professor Antônio Cândido, grande mestre brasileiro, em seu estilo simples, claro, generoso para com os fruidores de seu texto.

Enfim, encontro em meu amigo Roberto Acízelo o que há de melhor entre os melhores críticos e teóricos brasileiros que conheço de perto, não porque tenham sido ou sejam amigos pessoais, mas porque com eles muito tenho aprendido com sua excelência. O mesmo posso dizer de minha convivência com os textos de Roberto Acízelo, um deles de que gosto muito em especial, pelo cunho erudito e didático ao mesmo tempo, o que torna um grande companheiro de sala de aula para vários tipos de alunos, dos mais cultos aos ainda iniciantes na arte da compreensão do que leem.

No pequeno volume, por extensão de páginas, mas de grande importância, *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*, quando trata dos termos da questão que vai desenvolver, chama a atenção algo que, de saída, parece muito simples, mas não é: "A história da literatura é cronologicamente a primeira das realizações modernas no campo mais de duas vezes milenar dos estudos literários. Seus marcos inaugurais se situam no começo do século XIX" (Souza, 2014, p. 9).

Quando diz isso, Roberto Acízelo de Souza destaca, sutilmente, uma diferença entre estudos literários e estudos de história da literatura: os primeiros, milenares; os segundos, fruto do século XIX e da revolução do saber decorrente da Revolução Francesa, da laicização do poder e do Iluminismo, este em sua busca de clarificar a origem do povo e da burguesia, cuja construção, milenar, chega a cabo em finais do século XVIII, florescendo com a construção de pesquisas sobre o popular, o lendário, o imaginário do camponês e com o surgimento da urbes, do comércio, da produção racional para o mercado em expansão e não mais para a economia de subsistência. Nesse momento, o início do século XIX, com Michellet vai surgir a primeira cadeira de história da França, da qual ele é o criador e o regente. E nasce aí a preocupação em estabelecer fronteiras e conceitos do nacional e das literaturas nacionais, e não mais das gestas medievais que integravam uma etapa final do medievalismo. Será

criado o romance nacional, o romance histórico, o romance urbano, e se busca dar conta do mundo sertanejo também. Já no século XX, Lukács concluía que findariam as narrativas de sedimentação da memória de uma comunidade, bem como as das experiências dos viajantes. E vai criar-se a categoria de um novo herói, o herói problemático, o herói do romance do século XIX, cuja história deverá ser escrita e estudada, agora pela nova criação do espírito, a história da literatura. Walter Benjamin tecerá sobre o assunto belíssima argumentação, especialmente no ensaio "O narrador".

Como se vê, uma pequena observação, sutil, do autor, carregou consigo sua longa e profícua erudição, que ele novamente sintetiza para o leitor, em página adiante: "[...] o primeiro traço desse novo ramo dos estudos literários [é] sua pretensão de objetividade, seu alheamento aos valores estéticos, sua identificação com um certo conceito de ciência" (Souza, 2014, p. 23). Adiante, conclui, sobre o assunto, que "[...] tendo, de certo modo, se imposto à crítica, ou a absorvido, no século XX passou a sofrer a concorrência de um novo modo de representar e estudar o objeto literário, que veio a chamar-se *teoria da literatura*" (ibid., 119).

Um pequeno grande livro, de um grande autor. Registro aqui minha homenagem ao amigo querido, ao professor, ao pesquisador e ao teórico e historiador da literatura, tarefas e disciplinas a que se tem dedicado com excelência digna de louvor.

REFERÊNCIAS

BENJAMIM, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolau Leskov. In: _____. *Obras escolhidas:* magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. São Paulo: É Realizações, 2014.

No ritmo da delicadeza

Lucia Teixeira

E o bater do meu coração sustenta o ritmo das coisas.

Sophia de Mello Breyner Andresen

Reviro a memória para escolher a melhor lembrança, o momento especial, a palavra oportuna possivelmente condensados no correr de um dia. Pensava em Guimarães Rosa (1994, p. 199-200) a dizer que "a história de um homem grande é bem dada no resumo de um só dia de sua vida". Queria que a lembrança me trouxesse esse dia-síntese de meu convívio com Roberto Acízelo, que eu recuperaria na ordem linear do discurso, sob a forma de uma narrativa à qual acrescentaria uma conclusão moral, ética e afetiva.

Esse fragmento do tempo me permitiria compreender a conformação de um temperamento. Também pensando nessa parte que traz em si, concentrada, a possibilidade de reconstituição do todo, Ítalo Calvino, em "Se um viajante numa noite de inverno", dizia que uma folha que cai é um mundo em si. Greimas (2002, p. 52) comenta essa passagem de Calvino, para mostrar que "a obsessiva intenção de totalidade que praticamos pode ser substituída pela contemplação do infinitamente pequeno: *totus* ou *unus*, isso resulta no mesmo." Entre Rosa e Calvino, temos talvez a diferença entre o valor da duração e o do instante. Se um dia vale uma vida, o momento de queda de uma folha corresponde à possibilidade de mudança que impulsiona o ritmo do mundo.

Buscar a síntese, a folha, o dia seria, assim, buscar a configuração total de um modo de ser e de estar no mundo, para si e para o outro.

A memória, no entanto, só me oferece fragmentos, dispersões, excesso. Imagens fora de ordem e de foco me remetem ao que Octávio Paz (2006, p. 12) chamou de "corrente rítmica" do pensamento: "Deixar o pensamento em liberdade, divagar, é regressar ao ritmo; as razões se transformam em correspondências, os silogismos em analogias e a marcha intelectual em fluir de imagens." Esse fluxo desordenado mistura os encontros, o trabalho conjunto, a admiração e a amizade para me oferecer imagens: uma mesa, um caminhão de mudanças, o sorriso contido, o gesto econômico, a palavra adequada. Isso tem que ser transformado em texto, para que se saiba que a mesa de diretor que Roberto ocupava no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense dava-lhe uma solenidade que ele assumia com delicada integridade; o caminhão de mudanças era um dos tantos que tomavam o sentido da rua Dr. Celestino para o *campus* do Gragoatá, nova sede do Instituto; e sorriso, gesto e palavra eram uma constante companhia em nossos encontros ao longo do tempo. E acerta Octávio Paz, porque não há propriamente razões para esse ritmo confuso da amizade, ou explicações para o andamento acelerado ou moderado dos afetos, mas correspondências – e não só entre perfumes, cores e sons, como queria Baudelaire. Num poema, "cada imagem [...] contém muitos significados contrários ou díspares aos quais abarca ou reconcilia sem suprimi-los". A imagem "submete à unidade a pluralidade do real" (Paz, 2006, p. 38). Pode-se expandir a consideração sobre o funcionamento da linguagem poética para a reconciliação entre as imagens que compõem a recordação e compreender, nesse apelo à memória, a relação estética entre a lembrança e o discurso, sobretudo se o tema de que se fala tem, ele mesmo, a qualidade de uma experiência estética, dada tanto nas obrigações quanto nos prazeres de uma existência.

Ao assumir um cargo que poderia perder-se na burocracia paralisante da administração, Roberto emprestou-lhe agilidade e eficiência; ao papel político que tantas vezes se esvai em panfletarismo e inconsequência, Roberto concedeu dignidade e relevância. Não seria difícil estender-me sobre isso, mas então seria dispensável a epígrafe de Sophia de Mello Breiner Andresen, porque é com o ritmo do coração que desejo me expressar. As imagens se sucedem, os almoços no restaurante que não existe mais, em que conversávamos sobre arte e literatura, carreira acadêmica e vida pessoal, balanço de trabalho e projetos, os demorados dias e noites de greve ao longo desse período de 1987 a 1991 em que partilhávamos a direção do Instituto de Letras, ele, diretor, eu, vice, subindo e descendo escadas, fechando e abrindo salas de aula, controlando equipamentos, liderando reuniões e estabelecendo estratégias. Lembro-me das tantas vezes em que Roberto defendeu meus arrebatamentos e das muitas ocasiões em que me emprestou seu bom senso. Esse período ressalta na linha do tempo difusa e incerta em que nossos movimentos no mundo se encontram, porque foi nele que se concentrou a intensidade de nosso convívio diário.

Se o tempo é mensurável em sua continuidade extensa, pelos cortes que as marcas cronológicas parecem impor, o instante e a duração são sempre regulados pelos afetos, aí intervindo a força da experiência, insubmissa aos caprichos do discurso. O tempo existe nas marcas que deixa no corpo, mas é sobretudo nos sobressaltos do espírito que se concretiza sua existência elástica e subjetiva. O poema "Jardim", de Sophia de Mello Breyner Andresen, fala dessa relação afetiva que imobiliza a contagem das horas para demorar-se na lembrança:

> Alguém diz
>
> "Aqui antigamente houve roseiras" –
>
> Então as horas

Afastam-se estrangeiras,

Como se o tempo fosse feito de demoras.

(Andresen, 2004, p. 38)

Dizer "antigamente", usar o verbo no passado e lembrar de um dado descritivo do mundo, tudo isso instala a distância (nessa sobreposição que a língua nos oferece de tempo e espaço, um "aqui" reforçando a ideia do tempo distante) e a memória no discurso. As horas já não servem à lembrança, a cronologia já não importa, mas a demora, a permanência, a duração – a recordação. Se há um tempo demarcativo e implicativo em que um antes implica um depois, a relação concessiva dos afetos permite, como mostrava Bachelard, que o depois invente o antes, conduzido pelo fluxo da memória e o que nele existe de permanência, esquecimento, fragmentação e fugacidade. Hoje, enquanto escrevo, esse mecanismo tanto me impulsiona a dizer quanto me fará cometer a impropriedade de não dizer, porque o esforço intelectual de lembrar é sufocado pela sucessão de imagens que não se articulam discursivamente na linearidade da palavra.

Há uma diferença entre o que nos vem de assalto, num repente, com base num acaso, e o que buscamos reconstituir, já por força de um ato de linguagem que discipline o fluxo livre das imagens. Essa é a luta da escrita num texto de memórias, particularmente difícil num texto de homenagem, em que há de haver alguma causalidade entre o antes e o depois, o que se viveu e o que se conta.

É preciso então ceder ao ritmo, à força intensa que atribui tonicidade à atonia do cotidiano (Zilberberg, 2010). As modalidades da presença do sujeito no mundo oscilam inicialmente entre uma não presença, estágio em que o mundo significa mas "o sujeito separa-se dele para etiquetá-lo, classificá-lo; renuncia a senti-lo e compreendê-lo na sua alteridade fundamental" (Landowski, 2004, p.111-112), e a presença viva, que é o regime de fazer sentido. No primeiro caso, há ausência de toda modulação, o que corresponde

à morte do sentido e do próprio sujeito enquanto ser no mundo; no segundo, uma dinâmica e uma modulação instalam-se para fazer com que o sujeito seja capaz de deslocar o sentido já dado e criar outra vez o mundo, o sentido, a vida.

Esse sujeito exposto ao mundo é então um "eu semiótico" que "não se reduz ao 'eu' linguístico: o 'eu' semiótico é um 'eu' sensível, afetado, muitas vezes atônito, quer dizer, comovido pelos êxtases que o assaltam, um 'eu' mais oscilatório do que identitário" (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 128). O ato perceptivo desse sujeito constitui o campo da presença e seu alcance é expresso em termos de extensão dos objetos percebidos e de intensidade das percepções. O ajuste das tensões próprias a esse estar no mundo tem relação com os afetos do sujeito.

Em geral a intensidade vem associada ao acontecimento, à irrupção de um elemento desestabilizador, que acelera a percepção e absorve o sujeito afetivamente. O exercício, associado à continuidade do fluxo do tempo em sua face rotineira e repetitiva, ao contrário, desacelera a percepção afetiva e favorece a causalidade. Esse fluxo, então, se constitui como "sucessão de esperas e de distensões [...], de exaltações e de apaziguamentos" (Greimas, 2002, p. 86). Na regulação entre essas pontas entre as quais oscilam as intensidades, promove-se a relação entre implicação (isto porque aquilo) e concessão (isto mas aquilo) que ajusta a presença do sujeito no mundo e imprime um ritmo à existência.

Mas o ritmo de um temperamento pode ser conduzido pela justa medida e caracterizar-se pela regularidade de um estado de temperança e cordialidade. A repetição, nesse caso, não corresponde à atonia, mas à tonicidade da perfeição. Como o pianista que quanto mais ensaia mais perfeitamente toca, o homem contido, quanto mais espalha seu temperamento justo e bom, correto e decente, mais intensidade confere à vida dos que lhe fazem companhia.

Na vida social não se valorizam apenas as ações, mas também "a maneira como elas são realizadas" (Fiorin, 1989, p. 350). Essa "maneira", percebida por um observador, é estudada pela semiótica como um mecanismo de aspectualização do ator envolvido na ação, e pode ser descrita por meio de gradações que têm a insuficiência e o excesso como polos opostos. Entre um e outro, está a justa medida, sinônimo de harmonia, elegância, sobriedade, simplicidade. Fiorin mostra que os termos que a língua oferece para a gradação dos temperamentos assumem valor negativo nas extremidades e positivo na posição intermediária. Assim, enquanto o avarento, o ambicioso, o curioso e o arrogante são disforizados pelo excesso, o perdulário, o desinteressado, o indiferente o subserviente o são pela insuficiência, e o econômico, o desprendido, o discreto e o humilde guardam os valores positivos na posição intermediária.

As normas sociais tendem ao elogio da moderação, da prudência, da discrição. Já Aristóteles propunha a justa medida como princípio ético, configurando uma ação justa como a que não peca por deficiência nem por excesso.

Caracterizar um homem como bom e justo corresponde a atribuir-lhe a qualidade da justa medida em suas ações. Roberto Acízelo é homem bom e justo. Homem diligente, do estudo laborioso, da observação das minúcias, do trato cordial. A delicadeza é sua forma de ser; a diligência, seu modo de agir. Não gosta do ritmo galopante nem das acelerações desnecessárias, recusa os impulsos fáceis e os arrebatamentos, habita o mundo do bom gosto, do equilíbrio e da simplicidade.

Se o impacto estético pode ser causado pela intensidade de certos procedimentos que acentuam um valor, uma ideia ou um gesto de linguagem, a experiência estética pode estar mobilizada pela iteração de conteúdos que, sendo estruturáveis, configuram um temperamento capaz de dar densidade à vida, ao outro, a si mesmo, transformando a atonicidade do cotidiano em palavras e gestos

que ressoam durativos, sobrepõem valores intensos à monotonia e substituem o gasto excessivo de energia pela dosagem equilibrada da elegância de sentimentos e ações.

Ter a sorte de encontrar um homem bom e justo leva, assim, à possibilidade de vivenciar em plenitude a experiência estética. Ele ameniza a espera por dias melhores e desloca a expectativa do grande acontecimento para as pequenas ações cotidianas. Com ele, o acontecimento se faz dia a dia, e, quanto mais se acumula o convívio, mais densos se tornam os sentidos da vida.

A saída para a atonia e a ausência de sentido não está somente na intensidade de um instante, mas se encontra sobretudo na densidade da duração. De cada gesto se pode fazer um evento estético e a soma deles, numa linha contínua no tempo, amplia a humanidade que existe em nós. Ao analisar o ritmo dos poemas, Paz (1993, p. 13) afirma que "a recorrência é um princípio cardeal". Repetindo-se como motivos ou temas musicais, "o metro e seus acentos, a rima, os epítetos [...], as frases e incidentes" são signos "que enfatizam a continuidade". No movimento de um ser no mundo, as repetições configuram um temperamento e por meio delas se percebe um ritmo, que tanto pode ser marcado por acentos bruscos quanto por continuidades suaves.

A vida não é feita, para os que convivem com Roberto, de monotonia entrecortada por eventos, mas do acento durativo que se acumula na reiteração de gestos suaves e palavras necessárias. Por isso não encontro o dia marcante que condense um percurso. Todos os dias foram marcantes, embalados nisso que estou chamando o ritmo da delicadeza e que não é simplesmente um jogo de palavras, mas uma forma de vida. Dos sentidos catalogados no dicionário, escolho alguns: brandura, suavidade, ternura, apuro, esmero, primor, perfeição, sensibilidade de sentimentos, atenção minuciosa, cuidado, discrição, prudência, comportamento cortês. Em todos os sentidos, a delicadeza atenua a perversidade do mundo. Contrapõe-

-se ao que pode ferir, humilhar, aborrecer e impõe-se como escudo, proteção, zelo. A delicadeza existe para envolver o outro em sua regularidade generosa, em seu ritmo constante e em sua qualidade de acolhimento.

Assim é aquele que se homenageia neste livro: delicado no trabalho intelectual minucioso e diligente, que, ao mobilizar um saber erudito e consolidado no tempo, oferece enorme contribuição para que se compreenda o lugar próprio da literatura no campo das humanidades; delicado no trato com as pessoas, que respeita em suas diferenças e às quais oferece sua lealdade e escuta interessada; delicado nas relações institucionais, que honra com a decência da honestidade e a inteligência da liderança serena.

Não poderia mesmo condensar-se em um dia a vida na companhia de Roberto. Nem se poderia comparar essa convivência à fugacidade da folha que cai e já na queda transforma o mundo. Mais além da literatura, da semiótica e da tentativa de homenagem, Roberto Acízelo é para mim um homem bom e justo, um homem delicado, uma pessoa que faz crescer em mim o que possa eu ter de humanidade.

REFERÊNCIAS

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Poemas escolhidos*. Organização de Vilma Arêas. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FIORIN, José Luiz. A lógica da neutralidade: um caso de aspectualizaçnao do ator. Anais do GEL, XVIII, 1989. p. 348-355. Disponível em: <http://www.gel.org.br/arquivo/anais/1309092817_43.fiorin_jose.pdf> Acesso em: 01 dez. 2018.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Humanitas, 2001.

GREIMAS, A.J. *Da imperfeição*. São Paulo: Hacker, 2002.

LANDOWSKI, Eric. Modos de presença do visível. In: OLIVEIRA, Ana

Cláudia de. *Semiótica plástica*. São Paulo: Hacker, 2004. p. 97-112.

PAZ, Octávio. *A outra voz*. São Paulo: Siciliano, 1993.

_____. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1984. V. 1.

ZILBERBERG, Claude. Observações sobre a base tensiva do ritmo. *Estudos Semióticos* [*on-line*]. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 1-13, nov. de 2010. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es> Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Síntese da gramática tensiva. *Significação*: Revista Brasileira de Semiótica, São Paulo, n. 25, p. 163-204, jun. de 2006.

Sotero dos Reis e a máquina historiográfica

Luiz Costa Lima

O que se costuma chamar de *literatura* se torna a forma discursiva mais divulgada ao longo do século XVIII, que encontra seu auge de aceitação no XIX. Isso não significa que sua popularidade, por excelência do gênero romanesco, fosse acompanhada do esplendor de seu entendimento. A filologia e a escrita da história que a respaldavam a prendiam, por um lado, ao formato gramatical e ao uso do léxico menos usual, e, por outro, à sua sucessividade temporal. O tropeço dos filólogos e historiadores começava pelo próprio termo *literatura*, que julgavam poder explicar apoiando-se na raiz etimológica, *littera*. O descompasso referido estava relacionado à caracterização da própria época. O século XVIII e, sobretudo, o XIX contêm propriedades discrepantes: neles se afirma a presença do povo, ou seja, a perda do prestígio secular da nobreza, em favor de uma burguesia que, antes do fim do XVIII, ainda não se afirmava como classe diferenciada do restante da população; por outro lado, estabelecia-se o predomínio da ciência, em detrimento da filosofia e da teologia. A escrita da história se antecipa ao surgimento das ciências sociais e assumirá, entre as ciências centradas no homem, a posição privilegiada. No começo do século XIX, Ranke a definiria por sua ênfase no particular, e sua aptidão para a formulação científica seria dada por apresentar como os fatos efetivamente ocorreram. As duas direções se refletem no perfil do estudo da literatura: a força do povo, isto é, de uma burguesia, ainda não completamente separada como classe, se mostra pela relevância do romance, ao passo que a tendência cientificizante, pela busca de apresentar a literatura

positivisticamente, isto é, como fenômeno filológico e histórico. (A diferença do ambiente cultural a que Sotero dos Reis se referirá bem se mostra na inferioridade em que nele a prosa se mantinha).

Estas rápidas considerações parecem indispensáveis para situarmos o trabalho de reconstrução efetuado por Roberto Acízelo. Suas inúmeras publicações repõem em circulação as tentativas feitas no século XIX de formular a historiografia literária brasileira. Consideradas em seu contexto histórico, não estranha sua escassa qualidade intrínseca. Há pouco independente, o Brasil era uma extensa senzala, a sustentar a casa grande dos senhores que tomavam conta da terra; casa grande de que um dos quartos com dependência própria era ocupado por uma rara e rala *intelligentsia*. Qualquer que seja nossa apreciação, o fato é que ela realizou uma historiografia que, ao avançar, passou a conter também uma crítica, não importa sua qualidade. A Acízelo não interessa sua parcela temporalmente menos distante, mais conhecida e, por certo, menos perecível, a *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, a ensaística de José Veríssimo e Nestor Vítor. Acízelo contenta-se em sabê-la presente por suas reedições relativamente recentes e pelos comentários de historiadores e ensaístas contemporâneos. Interessa-se sim pelo quarto de fundos, ameaçado de desaparecer pela falta de reedições e de interesse acadêmico. O que vale dizer, importa-lhe o acervo menos duradouro dos que, como diz um de seus títulos, constituíram a "aurora da literatura brasileira". Seu esforço se faz em favor da manutenção do lugar dos que precederam os grandes nomes. Seu empenho tem sido em estabelecer a justiça para os que não foram beneficiados por seus pósteros.

Como não seria viável oferecer uma apreciação conjunta dos autores que reedita e reúne, pareceu-me que esta seria a oportunidade para chamar a atenção para Sotero dos Reis (1800-1871), e para seu *Curso de literatura portuguesa e brasileira*. Publicado em cinco pequenos tomos, de 1866 a 1873, Sotero é o nome menos co-

nhecido do chamado "Pantheon maranhense", formado por Odorico Mendes (1799-1864), João Francisco Lisboa (1812-1863), Gonçaves Dias (1823-1864) e por ele. Como mostra Acízelo, pela consulta de uma bibliografia quase ignorada, Sotero nunca foi destacado pelos que a ele se referiram. Isso contudo não seria razão para que sua síntese não fosse meritória. Sem dispor das luzes da corte, o autor maranhense foi um autodidata que, por seu empenho, se tornou professor de latim e francês. De sua obra restante, eu próprio nada sei. Mas que dizer de seu *Curso*?

Assinale-se, de início, que é dividido em "fundamentos teóricos" e apresentação biográfico-textual de autores brasileiros. A primeira parte melhor se chamaria, até mesmo considerando os autores que toma como modelos, de *preliminares*. Basicamente, eles se restringem à língua, com seu elogio do português. Ressalte-se a propósito o final de frase: "[...] O português, que era a princípio uma verdadeira algaravia, [aproximou-se] tanto mais do latim, quanto mais se poliu." Por incrível que hoje possa parecer, para Sotero dos Reis o estudo da língua equivalia à menção de sua historicidade, acompanhada da ideia de evolução. Daí a afirmação que ainda se destaca: "Leva o português vantagem a todos os idiomas da mesma filiação" porque "é o mais moderno dos seus análogos [...]". Os "preliminares" prosseguem na Lição 1.ª, onde nos deparamos com a impagável definição de literatura: "A expressão dos conceitos, sentimentos e paixões do espírito humano, por meio da palavra escrita." As citações que logo se seguem de De Bonald e Lamartine mostram os modelos de que se nutria. A definição há pouco transcrita referia-se ao sentido lato de literatura, implicando pois a generalidade de tudo que se escrevesse. Por isso Sotero tinha a necessidade de precisar o sentido restrito, que correspondia "ao estudo da poesia, da eloquência, da história".

Não tenho o propósito de criticar o autor por tais definições, mas sim de ressaltar que a pobreza do estudo da literatura se relacionava diretamente às fontes que tomava como guia. Antes de fundar

esse juízo, ainda se ressalte não ser peculiaridade de Sotero dividir a abordagem da literatura em sua história e nas "produções do gênio". A partir dos românticos, o pressuposto da genialidade avassalava a abordagem da literatura. Sem maiores pretensões, Sotero endossava o ponto de vista. Isso, entretanto, não evitará que seu *Curso* deixe de ser um apanhado historiográfico, de que mal se afastava por destacar o papel da "cor local", considerada "uma grande virtude", desde que não levada ao excesso.

Dadas estas premissas, as afirmações feitas a propósito das obras de Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, e acerca dos prosadores Francisco Lisboa e Pereira da Silva, não acrescentam nada de novo. À suplementação da historiografia pela biografia dos "gênios" segue-se o exame de suas obras, a começar por Santa Rita Durão. A menos que pretendêssemos discutir detalhes biográficos, devemos seguir adiante.

O que escrevemos sobre o *Curso* será rotineiro se não for complementado pela observação: mais do que explicado por sua consonância pelo contexto em que Sotero se inseria, o desenvolvimento do *Curso* é decorrente da exclusiva influência francesa. É ela a responsável pelo tipo de retórica adotado pelo autor. Que retórica? Aquela que tem por modelo o privilégio do ostentoso, formulado por um léxico exclusivo de dicionários. Na impossibilidade de contar com um espaço comprobatório, tome-se para efeito de contraste passagem de obra publicada apenas umas poucas décadas antes do *Curso*. Na reflexão sobre o cristianismo enquanto religião particular e revelada, que Goethe desenvolve no livro quarto de seu *Poesia e verdade*, encontra-se o trecho seguinte: "Quantas vezes já não se terá observado e comentado que as escrituras sagradas não têm o menor intuito de representar os patriarcas e outros homens escolhidos por Deus como grandes modelos de virtude." Sem que a passagem se mostrasse no interior de alguma obra historiográfica, ela é suficiente para assinalar que a retórico do grandioso não era

então a única vigente. Muito ao contrário, ela era combatida por uma abordagem seriamente crítica. Por certo, como o livro de Goethe não estava traduzido para o francês, Sotero, mesmo que o quisesse, não teria condições de contrapô-lo ao que tomava como seus modelos. Mas tampouco pretendemos que a fonte referida fosse a única então existente. É portanto de lamentar que o autor maranhense não houvesse sentido a necessidade de baixar a pretensão do ostentoso, do absolutamente belo e virtuoso. Apenas se acrescente: a retórica referida não encontrava ressonância apenas em Sotero. Independentemente de as fontes serem francesas ou não, a mesma pretensão não se apresentará também em Sílvio Romero e, no começo do século XX, em *Os Sertões*? Muito menos desaparecerá com a introdução do modernismo. A permanência da retórica do grandioso é funcional para a estrutura de casa grande. Ela será minorada no século XX, com a dominância de uma linguagem coloquial, mas não desaparecerá, porque continua funcional para a uma sociedade marcada pela profunda desigualdade. Assim sucede porque o grandioso não se afirmava apenas por sua linguagem empolada, mas também pela neutralização da criticidade.

A observação não pretende desmerecer o *Curso*, cujo propósito era legitimar um conjunto de obras que, dado o clima colonial em que nos mantínhamos, tendia a ser menosprezado. Muito menos a observação pretende diminuir o propósito de sua reedição. Muito ao contrário, procura-se acentuar que a recirculação das obras destacadas por Acízelo será prejudicada se não for acompanhada por uma compreensão crítica do que se apresenta. Se, sem suas reedições, a bibliografia à disposição dos cursos de literatura brasileira seria ainda mais carente do que já é, sem uma visada crítica o esforço de Acízelo não renderá todo seu potencial. Daí por fim o título dado a essa curta abordagem: ao falarmos a propósito de Sotero dos Reis em "máquina historiográfica", quisemos acentuar que a retórica em que é montado seu *Curso* será mantida por outros tantos autores,

alguns de maior prestígio e temporalmente mais próximos do leitor de agora. Chamar a atenção sobre tal máquina implica que ela não desaparecerá por força do vento ou do advento de outros deuses.

Iniciação à "mais fantasmagórica das ciências"*

Luiz Gonzaga Marchezan

Conheci, como professor do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, o pensamento crítico do professor Roberto Acízelo de Souza acerca da história e da teoria da literatura, no momento em que recebi, como cortesia da Editora Ática, em 1986, a primeira edição, pela Série Princípios, do volume *Teoria da literatura*. Acompanhei-o em outras edições, dez no total, assim como na novíssima edição intitulada *Teoria da literatura*: *trajetória, fundamentos, problemas*, que, conforme o autor, surge de "seu material de demolição" e preserva, das edições anteriores, "alicerces, algumas paredes, um ou outro detalhe arquitetônico [...] com as fundações reforçadas" (Souza, 2018, p. 7).

A leitura do volume de 1986 chamou-me a atenção para o modo claro como o historiador e teórico da literatura respondia pelas ações dos conceitos utilizados, bem fundamentados, delimitados em suas áreas de abrangência e diante de sustentação etimológica. Lembro-me também que, em 2004, época da nona edição de *Teoria da literatura*, já contava com a amizade do autor.

A razão da intervenção teórica num texto literário, para Roberto Acízelo, está na sua capacidade de esclarecimento de questões que transcendam o senso comum no entendimento de um texto da literatura; assim, enfrentá-lo com teoria significa refletir sobre ele de forma metódica e disciplinada, a fim de explorar sua potencialidade. A utilização de uma teoria para leitura e interpretação de um texto da literatura exige, para o autor, uma ação competente e incontroversa de um juízo crítico definido mediante questionamentos bem

assentados. Ainda para o autor, a escolha de uma teoria da literatura afeita à análise dos campos de observação do texto objeto promove, de modo disciplinado, uma entrada para a leitura do texto objeto, mantendo uma relação de pertinência entre o objeto e o modo de lê-lo, o método.

Roberto Acízelo, professor de teoria da literatura, não se afasta dos ensinamentos de base filológica da história da literatura. A literatura, como objeto dos questionamentos metódico e analítico da teoria literária, requer cuidados que antecedem uma análise das categorias da ficção; um juízo crítico, por meio de inventários e explicações formulados pela história literária, precisa aproximar-se do tempo da produção do seu objeto e evitar leituras anacrônicas.

Quero aqui comentar um pouco do que acompanhei das reflexões de Roberto Acízelo em torno das trajetórias da história e teoria literárias no cenário da análise e da interpretação do texto da literatura, que vi anunciadas, nos limites de minhas observações, tanto nas duas versões que recebeu o volume *Teoria a literatura*, como na montagem, em 2006, de uma publicação majestosa do autor – *Iniciação aos estudos literários*.

Um rápido exame dos sumários que compuseram as dez versões de *Teoria da literatura* revela modificações que certos itens do volume receberam. Uma delas é, para mim, enfática: trata-se do item 4, "A constituição da teoria da literatura", ao qual se acrescenta, na edição de 2004, o subitem "Um fim anunciado". E esse fim já estava mesmo anunciado, no Brasil, a partir do I Congresso da ABRALIC, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1988, intitulado "Intertextualidade e interdiscursividade". Esse evento ditou um tipo de encaminhamento para a produção teórica dos seus associados conforme a disposição da cartografia comparatista, voltada para estudos da literatura dispostos em estabelecerem, no âmbito da história, teoria literária e cultura, relações entre vários tipos de discursos e saberes para a análise da linguagem

da literatura na trama das relações econômicas e sociais e no nível mais imediato da realidade.

Vejo, no curso desses acontecimentos promovidos pela ABRALIC, diante da maneira como os conteúdos de seus eventos reverberaram no meio acadêmico nacional, a motivação da iniciativa de Roberto Acízelo em montar o volume *Iniciação aos estudos literários*: uma soma de oito artigos que apareceram em revistas e em livros, entre 1992 e 2005, mais sete outros inéditos, escritos para a edição desse livro de 2006, reunidos, assim, numa obra que reflete sobre um fim anunciado, conforme o historiador e teórico da literatura já observara em *Teoria da literatura*: a queda, a ruína dos juízos críticos dirigidos para os estudos literários, para o inventário e análise do texto da literatura, sustentados pela história e teoria literárias, substituídos, então, por análises textuais assentadas noutro ideário de valores pautados por estudos culturais, dirigidos para a interpretação de manifestações de textualidades contemporâneas, múltiplas textualidades compostas por redes de discursos. Anuncia-se, assim, o final de uma concepção de texto para a literatura, montada mediante uma estrutura hierárquica estabelecida pela ancoragem de um sentido a ser decodificado pelo leitor. Dessa maneira, o texto da literatura como valor central para a apreensão de uma leitura perde, na esteira dos culturalistas, envolvidos com textos híbridos, plurais, a importância das atenções dos produtores, leitores e críticos contemporâneos da ficção.

A Nota Preliminar de *Introdução aos estudos literários* mostra o compromisso do autor com a questão que anunciou e sua reflexão para a época:

> A área dos estudos literários, como qualquer setor de especialização universitária – sobretudo aqueles situados no campo das ciências humanas –, apresenta-se bastante segmentada e repleta de controvérsias internas. Esse fato, embora aceito como normal e até estimulante pelos estudiosos mais experientes, recomenda

> esforços de síntese e certo empenho de organização de conceitos de base, providências que, mais do que simplesmente aconselháveis, se revelam imprescindíveis para aqueles que pretendem iniciar-se na especialidade, sentindo-se em geral bastante desorientados ante tantas alternativas para a entrada no universo da matéria de sua eleição.
>
> Partindo desse pressuposto, este livro propõe uma via de acesso às questões centrais dos estudos literários (Souza, 2006, p. VII).

Há que se destacar, na segunda linha da Nota Preliminar, a palavra *campo*, termo que veicula, em capítulo homônimo, quarto do volume, o conceito de campo literário, escrito para *Introdução aos estudos literários*. Nele o autor reafirma que o estudo de um campo literário, amplo, solicita um objeto definido, a ser avaliado com método e com os "limites conceituais" (ibid., p. 43) de uma disciplina.

O pensamento de Roberto Acízelo, voltado para a delimitação do conceito de campo literário, pretende tratar mais cuidadosamente do modo de abordar a literatura no território conflagrado pela transdisciplinaridade, atitude crítica que ficou entre os estudiosos do comparativismo. Na nota 16, que finaliza o capítulo "Campo literário" – e que será retomada nos capítulos "História literária", "Estudos culturais" e "Método", publicados respectivamente em 2003, 2005 e 2006, o autor alerta:

> [...] as ideias de inter-, multi-, pluri- ou transdisciplinaridade não têm sido objeto de caracterizações rigorosas. Uma exceção encontramos na seguinte passagem, que apresenta ainda o mérito de chamar a atenção para a importância da, digamos assim, 'disciplinaridade', condição lógica de qualquer aproximação entre disciplinas que se pretenda fazer [...] (ibid., p. 46).

A passagem citada é de Berchen (1990), que diferencia interdisciplinaridade de transdisciplinaridade, uma vez que a primeira prevê um diálogo entre temas comuns, com matéria e metodologias afins, enquanto a segunda intenta uma reflexão que transcende a

própria disciplina, aproximando-a de matérias diversas de outras disciplinas, promovendo ruído entre as possibilidades de diálogo com estudiosos de uma mesma área.

O capítulo "História literária" traz, conforme os propósitos de *Iniciação aos estudos literários*, uma análise histórica acerca da função da disciplina na avaliação do texto da literatura, "uma vez ampliadas drasticamente as noções de texto e discurso" (ibid., p. 103), que promoveram entre leitores um viés de restrição ao "interesse [por] obras canônicas laboriosamente instituídas como tal pela história da literatura" (ibid., p. 103), diante de resolução imperiosa: equiparar avaliação do texto da literatura com a de "produtos culturais até então desconsiderados" (ibid., p. 103), representativos do interesse por "discursos de grupos que se apresentam como reprimidos, minoritários ou desejosos de reconhecimento, identificáveis por critérios transnacionais, como gênero, etnia, preferência sexual, etc." (ibid., p. 104). Para Roberto Acízelo,

> [...] é possível afirmar que esse amplo movimento de contestação dos estudos literários constitui-se, sobretudo no âmbito anglo-norte-americano, numa espécie de pretensa nova disciplina – os estudos culturais –, da qual se pode dizer, tanto por amor anacrônico às simetrias cronológicas quanto talvez magnificando o entusiasmo dos seus adeptos, que ela assinalará o século XXI, do mesmo modo que história da literatura e teoria da literatura respectivamente o XIX e o XX (ibid., p. 104).

Para o autor, no entanto, fundamentando-se em Selden (1989),

> [...] o problema das relações entre literatura e história não se resolve satisfatoriamente pela caracterização daquela como valor puramente estético e desta como simples fonte ou documento, devendo-se antes, considerando que a história não consiste num conjunto de "fatos' ou 'conteúdos', ter em conta mais a textualidade da história e da literatura do que marcas essenciais capazes de estabelecer fronteiras nítidas entre os 'grandes' textos

> 'literários' e os considerados 'não literários' e de interesse apenas documental (ibid., p. 104).

No mesmo capítulo "História da literatura", dando continuidade aos seus argumentos, Roberto Acízelo reflete:

> Os estudos culturais constituem instrumentos da 'correção política', e já contam a seu favor o mérito inegável de tematizarem, no âmbito das pesquisas literárias, o justo respeito às diferenças de toda ordem, afinal reconhecidas não como ameaças à coesão social, mas como sua própria condição. A literatura, assim, em vez do delineamento tradicional a que se submetia, deve ser representativa dos mais diversos segmentos em que se pode decompor o tecido social, e não de uma suposta unidade nacional ou excelência estética correspondentes a interesses de certo grupo indevidamente autoproclamado guardião da vontade coletiva. Contestem-se, pois, os cânones, e construam-se cânones alternativos, ou, mais drasticamente ainda, conteste-se a própria ideia de literatura, impugnável como meio sofisticado e dissimulado de dominação e autoritarismo. Ora, nesse ponto, venhamos ao correlato político dessa atitude hoje tão bem acolhida no campo dos estudos literários: nessa rejeição justiceira de todas as formas de poder – em especial o representado pelo Estado-nação –, não haverá uma curiosa aliança entre relativismo cultural e absolutismo ético, que, pela aparente crítica democrática e socialmente responsável a todo tipo de arbítrio, acaba conduzindo à exaltação do individualismo e, pois, à descrença em qualquer projeto coletivo? (ibid., p. 106).

O ponto de inflexão entre os estudos literários e os culturais, no bojo do "ímpeto desconstrutivista" (ibid., p.107) do segundo, tem o pensamento crítico do autor na primeira retomada da nota 16, conforme anunciamos:

> O estado atual das pesquisas literárias na universidade está consagrando a ideia de que não convém refletir sobre a literatura como se ela fosse uma espécie de entidade apartada de outras produções culturais e aspectos da vida social. Isso vem condu-

> zindo a certo desdém pelos rigores com que a teoria da literatura procurou construir uma trama conceitual especializada para se lidar analiticamente com textos literários, fazendo-se em troca o elogio do que de modo meio vago se tem chamado inter-, multi-, pluri- ou transdisciplinaridade. Assim, certo relaxamento intelectual apresenta como solução o que é o problema, isto é, esvazia-se completamente a operação teoricamente complexa que consiste em deslocar conceitos por campos de conhecimento distintos, esquecida a evidência de que, para se transcender uma especialidade, é preciso ter uma especialidade. O resultado disso é que, em vez de se romper a segregação do objeto das pesquisas literárias, demonstrando seus modos de articulação com outros objetos, o que se obtém é puramente a sua diluição. Desse modo, em vez de trânsitos controlados entre disciplinas e a relativização de todas as 'explicações' especializadas, esse pseudoavanço não será no fundo um recuo ao historicismo extrínseco e sua integral confiança nas explicações ecléticas? (ibid., p. 108-109).

Um juízo crítico encontra-se naturalmente vinculado a uma observação de viés comparatista. O comparatismo é inerente ao espírito observador, à experiência empírica, como também proporciona a possibilidade da construção de um ponto de vista metódico sobre as coisas do mundo. Um método de comparar organizado em conceitos básicos, disciplinares, no caso, orienta investigações quer na alçada das teorias literárias, quer na das teorias sociais.

O empreendimento comparatista no interior do manejo da crítica literária direcionou a valoração da composição da literatura e passou a estudar sua conformação em perspectivas, como sabemos, alinhadas a teorias literárias e sociais. Desse modo, para Roberto Acízelo,

> [...] embora seja consensual que, de um ponto de vista escolástico, literatura comparada seja uma disciplina – pois integra currículos universitários, suscita a organização de departamentos de ensino, justifica a criação de programas de pós-graduação, agrega questões e temas de pesquisa –, de um ponto de vista rigorosamente

> epistemológico é pelo menos bastante discutível reconhecer-lhe essa condição, uma vez que, ao que tudo indica, o fenômeno que basicamente seria seu objeto – a literatura – acha-se sob custódia de outros espaços disciplinares (história da literatura, estudos culturais, teoria da literatura) (ibid., p. 139).

Mesmo assim, fiquemos com a certeza de que tal é o "lugar acadêmico da literatura comparada" (ibid., p.139). Trata-se de uma disciplina. No entanto, algo de indisciplinar se levanta da parte dos comparatistas estudiosos da literatura com sustentações teóricas voltadas para as Ciências Sociais. Lembremo-nos, mais uma vez, da maneira como Roberto Acízelo insiste no seu ponto de vista delineado na nota 16 do volume *Iniciação aos estudos literários*: "[...] para que uma construção cognoscitiva reivindique para si os atributos de inter-, pluri- ou transdisciplinaridade – noções de resto que nos parecem imprecisas –, não é necessário admitir, como pressuposto lógico, a existência de disciplinas?" (ibid., p. 140).

A rejeição, pelos estudos culturais, do senso de disciplinaridade passa por uma estratégia ideológica de apagamento do grau de diferenças entre os valores, algo compulsivo nos estudos culturais. Nesse sentido, Roberto Acízelo (2011, p. 23), em palestra proferida a convite do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, no ano de 2010, e posteriormente, em 2011, publicada na revista *Itinerários*, afirma:

> [...] de minha parte, estou persuadido de que literatura comparada, dos anos de 1980 em diante, se tornou menos um projeto de diferenciação disciplinar no campo dos estudos literários do que uma etiqueta fadada ao sucesso no contexto da globalização. Assim, se não estou inventando muito, acredito que a disciplina se tornou uma espécie de análogo acadêmico de certo anseio por romper fronteiras, estado de ânimo hoje consagrado como caminho natural e único para a realização dos ideais de liberdade e plenitude: não quero só um pedacinho, eu quero tudo.

> Acrescento, por fim, que o ponto de vista que acabo de expor refere-se – é claro – apenas ao *status* disciplinar da literatura comparada, não significando de forma alguma desapreço pelos estudiosos institucionalmente a ela vinculados, e tampouco por tantos excelentes trabalhados que se apresentam como produtos das pesquisas nominalmente vinculados à disciplina.

Os conceitos advindos das áreas das teorias sociais para a descrição do texto da literatura mostram-se com baixa operacionalidade; encaixam-se, no entanto, no escopo dos estudos culturais – segundo Acízelo, caracterizados por "ânimo polêmico e contestador, [com] vocação menos para investigações teóricas e analíticas do que para intervenções no processo cultural" (Souza, 2006, p. 143), quadro em que os estudos culturais trabalham com a ideia de multiculturalismo, que, ao não pressupor

> [...] uma unidade sociocultural nas várias sociedades nacionais, insiste na diversidade das forças em interação nos processos sociais e culturais de cada país, concentrando-se nos impactos determinados pelos fluxos migratórios contemporâneos e propondo conceitos como migração, diáspora, fronteira, desterritorialização, nomadismo, hibridismo, considerados noções-chave para a compreensão do dinamismo cultural do nosso tempo (ibid., p. 144).

A nota 16, como dissemos, questiona o ecletismo do viés da transdisciplinaridade que orienta os estudos culturais, tendência que, em momento de hegemonia cultural, direciona-o para um alargamento das fronteiras entre disciplinas, entre modos de ler o texto, e para o apagamento do grau de diferenças entre os valores sociais e literários, numa escala em que o texto da literatura perde espessura. Para o autor, os estudos culturais, avessos ao entendimento disciplinado e metódico dos saberes, têm uma compreensão esgarçada da cultura:

> A primeira vulnerabilidade conceitual do culturalismo seria sua própria ideia central, a noção de cultura, considerada vaga e frouxa, por sua abrangência excessiva. Essa inconsistência es-

> taria, por sua vez, diretamente associada a outra, a incapacidade para considerar a questão do valor em suas análises. Assim, os estudos culturais, não dispondo de conceitos aptos para levar em conta a existência concreta de valores na organização da cultura, operariam uma espécie de racionalização, manobra que lhes permitiria transmutar fraqueza teórica em militância ético-política, em profissão de fé contra todas as hierarquias. O lema "tudo é cultura", então, inviabiliza o exercício crítico – no sentido de aferição de valores estéticos –, conduzindo ao paradoxo de um relativismo absolutizado.
>
> Esse alheamento em relação aos valores, por seu turno, resultaria em certo pouco caso com relação à espessura da linguagem nos diversos produtos culturais, o que seria particularmente desastroso quando se trata de analisar sistemas complexos, como por exemplo, a literatura. A ênfase na contextualização, resposta dos estudos culturais contra a fixação no texto própria dos estudos literários, implicaria assim leituras das obras literárias como sintoma ou transparência referencial, o que contradiz um princípio básico do próprio culturalismo: a advertência para o caráter de construção inerente aos bens culturais, isto é, sua 'ontologia textual' (ibid., p. 146).

Os estudos culturais estabelecem uma compreensão do texto literário pelo senso comum. Isto porque não consideram as especificidades dos estudos literários; não reconhecem, com juízo crítico, o valor literário no interior das relações constitutivas do discurso literário. Para os estudos culturais, os estudos literários não contam com especificidades: um motivo social faz-se num motivo literário. Trata-se do mesmo, e, consequentemente, de uma mesmice promovida pelos estudos culturais, dada sua falta de critérios para a avaliação do literário; uma mesmice estabelecida por um movimento no interior do multiculturalismo, que não observa os limites entre saberes especializados, hierarquias, fronteiras disciplinares. Para os estudos culturais, o texto literário perdeu sua grandeza estéti-

ca, suas medidas delimitadas no interior de uma análise que tem no texto da literatura um objeto a ser estudado com medidas. Os estudos culturais, sem querer definir conceitos operacionalizáveis, disciplinados, que reconheçam valores na organização da cultura, promovem uma recepção empírica da literatura e avaliam produtos e atividades culturais com uma ideia vaga acerca da própria cultura.

O XVI Congresso Internacional da ABRALIC – "Circulação, tramas e sentidos na literatura" –, de 2018, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, contemplou, como se vê no título, o tema da circulação, que nos remeteu à ideia de literatura mundial, oriunda de um pensamento de Goethe, do seu senso de observação voltado para os movimentos de motivos relacionais, múltiplos, recorrentes na literatura mundial em domínios culturais diversos. O ponto de vista de Goethe é romântico, transcendente e idealista, otimista com a força de uma literatura mundial; busca aproximar, a partir de comparações, obras de culturas com saberes diferentes que trabalham com motivos literários comuns passíveis de comparações.

A chamada para os participantes do Congresso, de forma efusiva, anunciou que os trabalhos seriam acolhidos diante de "ampla diversidade temática", em que a ideia de linguagem ocuparia o "seu sentido mais amplo". Como pude observar no exame dos setenta e cinco simpósios que compuseram o evento, a amplitude promovida deu vazão ao viés culturalista da noção de espaço, com difícil mensuração. O termo *espaço* tem as qualidades do histórico, geográfico, urbano, rural, público, privado, físico, virtual, marginal, central, plural, de trocas globais, de resistência, bíblico, escolar, não natural, sobrenatural, midiático, hipertextual e de não permanência, não-lugar, sem identificação. Nos trabalhos propostos nos simpósios, a categoria de espaço ficcional cede a um significado eclético, transdisciplinar, aplicado a textualidades que sustentam diferenças, identidades, subjetividades, culturas, lidas por meio de aportes teóricos variados, que ultrapassaram os limites das disciplinas.

A ABRALIC, conforme seu histórico e desde sua fundação, propõe, claramente, a circulação de ideias em época de globalização, na velocidade das mídias afeitas às práticas de mobilidade e veiculação de produtos culturais.

Para Roberto Acízelo (2018a, p. 82), conforme considerações recentes em *Teoria da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*, a teoria da literatura constitui

> um sistema de conceitos integrados que se destina a conceber as manifestações literárias não como ponto pacífico, no nível do senso comum, mas sim como uma certa produção cultural complexa e problemática, cujo conhecimento demanda aplicação e esforço intelectual.

Ou, como dissera tempos antes numa entrevista à *Remate de Males*, trata-se a literatura "de um certo saber das coisas movediças e complexas, que podemos compreender, sem exatamente conseguir explicar" (Souza, 2014, p. 675) Ou, ainda, conforme o ensaio "E a literatura, hoje?", que também intitula volume lançado neste ano:

> [...] a literatura permanecerá, florescente e forte, configurando-se tanto em produtos com apelo comercial como em concepções arrojadas, refratárias ao consumo fácil, e quem sabe, num terceiro modelo, em solução menos previsível, se equilibrará entre exigências de qualidade estética e receptividade ampla, à maneira dos anos de glória que conheceu na modernidade romântico-realista; não obstante um direito irrestrito de todos, tende a ser, cada vez mais, uma espécie de celebração entre muito poucos (Souza, 2018b, p. 29).

Roberto Acízelo, ao lado de Constantino Luz de Medeiros, coordenou, na ABRALIC de 2018, o simpósio: "Para onde caminham os estudos literários? Reflexões sobre a constituição e as crises da história, da crítica e da teoria da literatura". Pode-se inferir, pelo tema, que os propósitos do historiador e teórico da literatura continuaram os mesmos: o de problematizar os desenvolvimentos e inflexões his-

tóricas dos estudos literários, que têm domínios conquistados pelos estudos culturais, com suas noções alargadas para a consideração das textualidades, que caminham para além dos limites do literário e próximos do senso comum.

REFERÊNCIAS

SELDEN, Raman. *A reader's guide to contemporary literary theory*. Lesington: The University Press of Kentucky, 1989.

SOUZA, Roberto Acízelo de. E a literatura, hoje? In: _____. *E a literatura, hoje?*: ensaios de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2018a. p. 13-31.

_____. Entrevista. *Remate de Males*, Campinas, v. 34-2, p. 675-679, jul./dez. 2014.

_____. *Iniciação aos estudos literários*: objetos, disciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Os estudos literários: fim(ns) e princípio(s). *Revista Itinerários*, Araraquara, n. 33, p. 15-33, jul./dez. 2011.

_____. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Teoria da literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. São Paulo: É Realizações, 2018b.

NOTA

[*] Tomei emprestada a Cristóvão Tezza sua divertida qualificação da teoria da literatura como "a mais fantasmagórica das ciências" (*Folha de S. Paulo*, Ilustrada, 2 de dez. de 2018, p. 6).

Na parte como no todo: Roberto Acízelo de Souza, crítico literário

Marcos Pasche

Professor universitário de vasta e reconhecida atuação, Roberto Acízelo de Souza é, na esfera da produção do conhecimento, fundamentalmente um mapeador de terminologias e tendências dos estudos literários. Em suas pesquisas, predomina o objetivo arqueológico de conjuntar textos que esclareçam por que, como e a partir de quando se constituíram, desdobraram e reordenaram concepções *de* e *em torno da* literatura – que ele sempre explora como fenômeno artístico e como disciplina do saber institucionalizado. Constituidoras do ápice de suas investigações – pela relevância e imensidade do que se reúne –, as obras *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)*, de 2011, *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários (século VIII a.C.-século XVIII)*, de 2014, e *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*, do mesmo ano, atestam que o trabalho de Roberto Acízelo de Souza é o prodígio de revelar as fontes daquilo que na área de literatura é, paradoxalmente, conhecido e ignorado. Sobre isso, ele declarou numa entrevista (2018, p. 222):

> Vou dar só um exemplo: fala-se às vezes de 'impressionismo crítico', definindo-se o conceito; mas é raro que se conheçam diretamente os ensaios nos quais Anatole France e Jules Lamaître propuseram o impressionismo como método, e não há dúvida de que definições de segunda mão nunca permitem se chegar a uma compreensão densa e matizada do que quer que seja: nada pode substituir o conhecimento do próprio processo que resulta na produção do conceito, e isso só se encontra nos textos que o

> formularam. Em síntese, então, eu diria, e em referência não só à situação brasileira: não vejo amadorismo no ensino universitário de literatura, mas muita superficialidade, e com frequência uma dolorosa ignorância da historicidade – digamos assim – dos conceitos de base que configuram a área

Como resposta a tal "ignorância de historicidade", o ensaísmo de Roberto Acízelo de Souza também põe em relevo elementos do passado – sejam obras, orientações teóricas, disciplinas etc. –, visando pelo menos três fins: dar visibilidade ao objeto em si, viabilizando ou aumentando o conhecimento sobre ele; afirmar a pertinência no presente de noções tidas por ultrapassadas; questionar orientações gradativamente triunfantes nos estudos literários contemporâneos. Assim é que o autor de *O império da eloquência* diferencia conceitos de *literatura* e *belas-letras*; esquadrinha a formação e o percurso de disciplinas do campo literário; examina contribuições de estudiosos remotos, como Joaquim Norberto e José Veríssimo; defende a permanência da história da literatura como subsídio para a formação de profissionais de letras; opõe-se à revogação do valor literário; e contesta o que vê como discrepâncias dos estudos culturais. Com isso, demonstra a rara e necessária capacidade de apresentar a atualidade do vetusto e criticar elementos do presente sem incorrer num passadismo estreito e pronto à recusa irrefletida do que se dá como hodierno.

É imperioso sublinhar que tanto as negações quanto as afirmações não se efetivam de modo unívoco nem possuem lugar marcado; antes, Roberto Acízelo dialetiza elementos que se aproximam e se repelem para verificar, em cada um deles, procedências e excessos. Nisso, presta um serviço imprescindível à sua área de atuação e à opinião geral, via de regra afeita a simplismos e ilustrativa do que politicamente nos dirige à ausência de direções. Para um olhar assim constituído, a história da literatura, por exemplo, é ampla e concreta fonte de informação (2007, p. 152), sendo também um

segmento de estudo que se estagnou na rotina (2018, p. 62). Na esteira, os estudos culturais avançam quando retiram da obscuridade grupos social e artisticamente inferiorizados, mas incorrem em simplismo contraditório na medida em que sublinham diferenças e, alegando *desierarquização* de gêneros e formas, terminam por repelir peculiaridades distintivas e valorativas entre textos (2014, p. 34-37). Se não for problematizado, esse entendimento, familiar à propaganda neoliberal da proeminência do indivíduo, degenera em descaracterização da literatura como objeto de estudo específico, e uma consequência possível é a obsolescência de disciplinas e cursos que dela se ocupem (ibidem, p. 104-105). Aprende-se assim que o melhor progressismo é o que não deixa de perquirir a si próprio, confrontando o extra e o intra, porque uma coisa é uma coisa e concorre para ao mesmo tempo ser outra coisa também: "No entanto, essa questão de hierarquizar valores não nos parece a mais interessante nos estudos literários. Mais produtivo do que isso é, por exemplo, conduzir as análises de modo a identificar as tramas de onde derivam os juízos críticos" (2015, p. 91).

Atitudes críticas

Uma vez apontada sua capacidade de discernimento, é oportuno destacar o terceiro viés do trabalho de Roberto Acízelo de Souza no âmbito da produção do saber – o de crítico literário. De postura habitualmente comedida, o autor de *Um pouco de método* costuma dizer informalmente que não faz crítica literária, por falta de tato com o exercício. Um olhar superficial para os onze livros de sua autoria decerto confirmará o dito, uma vez que neles o fazer crítico, aqui entendido como interpretação direta de obras ou poéticas autorais tomadas isoladamente, aparece apenas como seis capítulos, cinco em *Variações sobre o mesmo tema* (2015) e um em *E a literatura, hoje?* (2018). Embora de fato modesta, a vertente estritamente crítica permite notar que nela o estudioso se confirma e se diversifica.

A demonstração desse feito pede inicialmente algumas considerações de ordem teórica. O leitor habituado aos escritos de Roberto Acízelo de Souza com pouco lhe identifica uma referência central: *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*, de René Wellek e Austin Warren – obra dos anos 1940 que permanece válida como introdução aos estudos de literatura. Ao fim do capítulo em que conceituam teoria, história e crítica da literatura, os autores sentenciam: "O divórcio comum entre crítica literária e história literária tem sido prejudicial para ambas" (2003, p. 45). Na ocasião, aludia-se a um intrincado debate do campo literário, dentro do qual uma tese corrente solicitava imparcialidade do historiador de literatura, que devia relatar sem julgar as obras e movimentos de que se ocupava.

Considerando a publicação de novos títulos, a história da literatura nem de longe ocupa hoje o lugar prestigioso de que desfrutou décadas atrás. Além disso, Roberto Acízelo de Souza não é um historiador da literatura em sentido convencional. Nele não há a catalogação de escritos e estilos organizada em cronologia crescente. Em seu trabalho, no entanto, pulsa um contínuo historiar da historiografia literária, o que se verifica em livros como *Introdução à historiografia da literatura brasileira*, de 2007, *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas*, de 2014, e em tantos de seus textos, sejam artigos veiculados regularmente em periódicos e livros diversos, sejam as introduções com que apresenta os volumes que organiza. Nesses estudos, predomina o objetivo (já aludido aqui) de dar visibilidade a textos esquecidos e/ou ignorados, mas neles não deixa de comparecer o crítico literário, que distingue e avalia objetos e o que se lhes concerne. Quando não se efetiva a crítica literária como gênero discursivo integral ou prioritário, dado não haver predomínio da dissecção de uma obra ou orientação literária, a atitude crítica está ali, posicionando-se a respeito de textos, do que se disse deles e até de como foram editados, o que indicia rara capa-

cidade de abordar a literatura ideal e concretamente – a capacidade de um pesquisador substantivo. Ao encaminhar portanto sua escrita como objetividade, levantando e expondo fatos, e com subjetividade, imprimindo no registro a marca de seu entendimento, o autor de *Iniciação aos estudos literários* intervém num problema que ainda hoje permanece como decisão sobre a direção a se escolher. Afinal, sempre é possível e preciso que se pergunte: quem pesquisa e redige deve cuidar para que apenas os fatos falem, e assim talvez incorrer em omissão? Ou é necessário que se fale com e a partir dos fatos, ainda que se instaure e aumente o risco da exposição e do erro? Em Roberto Acízelo de Souza, a direção tomada é a que equaciona o apresentar e o dissertar, porque nele o que explana está simultaneamente refletindo.

Para ilustrar, cito algumas passagens. A primeira delas consta na "Introdução" à *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. Após fazer um percurso da disciplina no País, comentando tendências e listando trabalhos, o organizador toma um trabalho do poeta Carlos Nejar na área para assim apresentar especulações quanto ao futuro:

> Tendo em vista o quadro adverso aqui sumariamente esboçado, não é nada seguro que a história da literatura nacional possa continuar viva e fecunda século XXI adentro. Aliás, pelo menos a julgar por sua realização inaugural neste século – a *História da literatura brasileira* de Carlos Nejar (2007) –, de fato atingiu um grau de debilidade – inanição conceitual e metodológica, falta de rigor generalizada, redundância – que, a prevalecer, a transformará num trambolho inteiramente supérfluo (2014b, p. 21-22).

No que tange a comentários de Roberto Acízelo de Souza sobre comentários outros, no campo da avaliação literária, é oportuna uma divergência de opinião com Antônio Cândido (ainda mais por Acízelo atribuir credibilidade a Cândido, vendo na *Formação da*

literatura brasileira, para dar só um exemplo, um dos grandes ensaios de interpretação do Brasil) (ibid., p. 21):

> Antônio Cândido expende juízo bastante favorável sobre o valor literário do autor [Frei Caneca]: 'A gente quando lê Frei Caneca, que é um admirável escritor, tem a impressão de que ele está vibrando junto com a palavra, que a palavra é ato'. De nossa parte, por mais que lhe admiremos a figura humana e histórica, não reconhecemos maiores méritos no escritor (2015, p. 46).

Por fim, cito um comentário de matiz editorial, a respeito da segunda edição (1961) de *Conferências, artigos e crônicas*, de Monteiro Lobato, para reforçar que o ensaísmo de Roberto Acízelo de Souza é lastreado por atitude crítica, o que sinaliza concordância com Wellek e Warren, para os quais o consórcio com a crítica enriquece os trabalhos de forma ou perspectiva historicista.

> A edição não chega a ser um modelo de organização e critério, não só pelas incongruências entre título e conteúdo efetivo, mas também por diversos outros aspectos. Os textos se encontram dispostos sem qualquer ordem discernível, e sequer o princípio mínimo de sequência cronológica é observado, de modo que a sucessão deles parece inteiramente aleatória. Por outro lado, não se discriminam com clareza os textos republicados, os inéditos, os póstumos, bem como, no caso dessas últimas categorias, nenhuma satisfação é dada sobre as datas da elaboração. Em síntese, como edição o volume é espantosamente descuidado (ibid., p. 97-98).

O crítico

Conforme dito antes, o que Roberto Acízelo de Souza publicou como crítica literária *stricto sensu* contabiliza seis capítulos de dois de seus mais recentes livros – cinco estão em *Variações sobre o mesmo tema*, de 2015; e um em *E a literatura, hoje?*, de 2018. São eles, pela ordem de disposição nos volumes: "O 'caso' Teresa Margarida da Silva e Orta, ou a propósito da distância entre boas letras e lite-

ratura", "Frei Caneca e suas *Obras políticas e literárias*", "Joaquim Norberto e o indianismo", "A face proibida do ultrarromantismo: a poesia obscena de Laurindo Rabelo", "Política e estética em Monteiro Lobato: a propósito de *Conferências, artigos e crônicas*"; e "Amadeu Lopes Sabino e suas biografias imaginadas".

Em ambos os livros, as notas informativas da publicação original dos textos confirmam a concentração e a regularidade do autor em seu trabalho acadêmico: todos saíram em periódicos ou livros universitários, destinados à divulgação de pesquisas na área. Para esclarecer o que poderia ser um contraste, observe-se que nenhum dos textos saiu em jornal. Os cinco primeiros compõem em *Variações* a seção intitulada "Práticas analíticas", e são bastante próprios da escrita de seu autor: ensaios mais ou menos alongados, abordadores de matéria do passado (o mais recente é Monteiro Lobato, falecido ainda na primeira metade do século XX) e que interpretam obras e situações literárias com recursos da teoria da literatura, da história e da filologia. São textos via de regra bem coesos na organização, método e fatura, mas com uma ressalva de desnível, como se pode notar pela comparação entre "O 'caso' Teresa Margarida da Silva e Orta, ou a propósito da distância entre boas letras e literatura" e "A face proibida do ultrarromantismo: a poesia obscena de Laurindo Rabelo", por exemplo. O "caso", que identifica o primeiro, representa um denso problema para os estudos literários, uma vez que envolve questões referentes a nacionalidade, a gênero e ao próprio fazer literário. No centro, atribui-se à autora a primazia romanesca da literatura brasileira. Explorando tais questões com embasamento e sagacidade, Roberto Acízelo de Souza chega ao central, e fundamentando-se numa observação de vieses histórico e filológico, explica que o suposto pioneirismo não é possível:

> Com base neste ligeiro desvio filológico, generalizemos agora: o livro de Teresa Margarida não é um exemplar da *literatura*, mas das assim então chamadas *boas letras* (expressão esta sim,

> diga-se entre parênteses, incluída no [dicionário] Morais, o principal código léxico do tempo); daí o seu distanciamento absoluto – e de outra forma incompreensível – em relação às primeiras manifestações da prosa de ficção romântica, nas quais não tem qualquer ressonância, pelo motivo de que estas, enquanto inscritas na *literatura*, não teriam reconhecido vínculo genealógico com um produto das *boas letras*. Desse modo, pode-se concluir que entre *As máximas de virtude e formosura* e as narrativas românticas inaugurais não existe apenas uma separação cronológica de cerca de 80 anos, mas diferença bem mais profunda, entre as *boas letras* e a *literatura*, donde a completa improcedência da tese já referida, de que a narrativa em causa, "pela sua orientação didática, muito se aproxima do romance moderno e, particularmente, do romance de aventuras [...]" [aqui Roberto Acízelo cita Rui Bloem] (2015, p. 28).

Na outra ponta da comparação, "A face proibida do ultrarromantismo: a poesia obscena de Laurindo Rabelo", também exibe uma percepção inovadora do fenômeno de que se ocupa, percepção essa já intuída pelo título, uma vez que toma a obra do referido poeta por um prisma incomum e talvez até impensável. No ensaio, tal exibição é feita a partir de consulta a farta e apreciável bibliografia, mas não é citado um poema sequer de Laurindo Rebelo, o que impede o artigo de atingir maior alcance interpretativo.

Os outros textos críticos de *Variações* – "Frei Caneca e suas *Obras políticas e literárias*", "Joaquim Norberto e o indianismo" e "Política e estética em Monteiro Lobato: a propósito de *Conferências, artigos e crônicas*" – mantêm o nível de relevância e qualidade do texto dedicado às controvérsias em torno de Teresa Margarida da Silva e Orta, e assim caracterizam, no conjunto, um capítulo interessante na obra de Roberto Acízelo de Souza, só recentemente revelado.

E mais recentemente ainda, naquele que é, neste momento em que escrevo, seu novo livro – *E a literatura, hoje?* (2018) –, o estudioso atingiu o ponto alto de sua prática analítica. Um pouco

acima, mencionei as notas informativas da publicação original dos textos analíticos que integram este livro e seu antecessor. Ali comentei que se tratava, no livro de 2015, de ensaios mais ou menos longos, dedicados a literatura pretérita e embasados pela trinca científica de teoria da literatura, história e filologia.

Com "Amadeu Lopes Sabino e suas biografias imaginadas", do livro de 2018, Roberto Acízelo de Souza interpreta dois romances do autor português: *A cidade do homem* e *As claras madrugadas* (publicados originalmente em Portugal em 2010 e 2015, respectivamente). Em seu espaço regular, o estudioso cometeu uma feliz irregularidade: se, por um lado, trata-se de um capítulo formado pela junção de duas resenhas saídas em revistas acadêmicas, que são o *locus* de um pesquisador acadêmico; por outro, trata-se de duas resenhas, tipo de texto que não aparece em nenhum outro livro do autor. Além disso, Roberto Acízelo leciona treoria da literatura e literatura brasileira, e agora escreve sobre um romancista português; mais além, temos visto no professor um investigador do passado, mas que agora escreve sobre um autor do agora, o que diminui ou mesmo extingue percalços que solicitem o emprego da crítica textual. Então comparece mais o crítico de literatura, e embora com percepções consolidadas pelo tempo, o comparecimento ocorre como em nenhum momento anterior, pelo que o estudioso se confirma no macro, varia no micro e se potencializa no todo. É possível que a resenha, tipo de texto com mais chances de desapego dos dossiês, tenha permitido ao autor certa fuga da fala "sobre o mesmo tema" e o tenha motivado às "variações", o que, claro, não significa ausência de responsabilidade intelectual, conforme se percebe neste comentário sobre a ausência de recepção crítica a *A cidade do homem*: "Atenções, no entanto, a que certamente faz jus, dada a sua alta qualidade, e, pois, o silêncio com que vem sendo recebida no País é mais um sintoma da generalizada falta de critério de que a crítica atual dá mostras na escolha de seus objetos" (2018, p. 128).

Em ambas as narrativas, Roberto Acízelo de Souza enxerga um amálgama em que se equilibram o relato – aspecto básico do romance – e o refletir – fator elementar ao romance que pretende extrapolar o meramente romanesco. Comentando *A cidade do homem*, diz o crítico que a trama "[...] está longe de constituir apenas um apoio débil para expansões filosóficas, impondo-se, ao contrário, como centro de interesse, paritário com o plano reflexivo" (ibid., p. 132). Uma observação semelhante se faz em relação à estrutura de *As claras madrugadas*:

> O papel ponderável desse componente reflexivo-medidativo na economia do romance, no entanto, não se cumpre em prejuízo do que chamamos acima a trama propriamente dita. Nisso, a obra resiste à vertente que, desde a segunda metade do século XIX, se propôs desenvolver uma fórmula para a ficção narrativa em que a trama fosse reduzida a muito pouco, a nada, se possível, segundo, entre outros, pretendeu Flaubert (ibid., p. 137).

As considerações destacadas, somadas aos juízos favoráveis às obras ("solução bastante original", ibid., p. 127; "desenvoltura verdadeiramente admirável", ibid., p. 138), indiciam que a complexidade e o equilíbrio percebidos na narrativa traduzem também o olhar do crítico. Tal olhar, que se fixa tanto em minudências ("sem a dissonância dos solecismos ou o desalinho dos anacolutos", ibid., p. 136) quanto em aspectos de grande dimensão ("a *profundidade* do romance encontra-se na pesquisa da 'graça oculta da existência'", ibid., p. 139), revelam uma sensibilidade que não despreza o aparentemente desimportante e a capacidade que se lança ao entendimento do que ultrapassa a superfície. Trata-se de um par de requisitos imprescindível à constituição do crítico de literatura, de quem se espera o discernimento e o encanto, a recusa e a esperança, a leitura do texto e a percepção do mundo – com a constante abertura e habilidade para rever os códigos estabelecidos, inclusive os da própria crítica. Trata-se, portanto, de características inerentes ao

trabalho de Roberto Acízelo de Souza, esse antigo crítico só há pouco rebentado, com quem encerro para falar da necessidade da crítica:

> Enfim, numa época como a nossa, que levou a desarticulação de valores – e não só artísticos, naturalmente – a extremos sem precedentes, talvez nunca se tenha precisado tanto de crítica. Não, é claro, da crítica como sensacionalização de banalidades, conforme se vê nas manifestações desinibidas do jornalismo cultural. Tampouco de uma crítica acadêmica dada à absolutização dos seus axiomas, segundo os desvios verificados no âmbito dos dois grandes modernos sistemas de conceitos sobre a literatura e seu estudo, a crítica literária e a teoria da literatura. Menos ainda – por sua tática de substituir a reflexão por um apelo fácil ao sentimento de repúdio às injustiças – de uma crítica culturalista, dada ao contrassenso de pregar o absolutismo ético e praticar o relativismo estético. Em vez disso, precisamos de uma crítica fundamentada numa teoria consistente, prevenida contra a transformação de dados em axiomas, e que seja capaz de integrar compromisso com o presente e reflexão do passado. Quanto ao futuro, a Deus pertence (2015, p. 284).

REFERÊNCIAS

SOUZA, Roberto Acízelo de. *E a literatura, hoje?*: estudos de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2018.

_____. *História da literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. São Paulo: É Realizações, 2014.

_____. (org.). *Historiografia da literatura brasileira*: textos fundadores (1825-1888). Rio de Janeiro: Caetés, 2014b. 2. v.

_____. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

_____. *Variações sobre o mesmo tema*: ensaios de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2015.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

E as literaturas de língua inglesa?

Maria Conceição Monteiro

Não surpreende que um autor tão identificado com os estudos teóricos tenha orientado sua atenção, nas incursões que fez ao campo das literaturas de língua inglesa – e foram muitas –, a obras dedicadas a questões de teoria.

Veja-se, inicialmente, o rico repertório de autores britânicos e norte-americanos contemplados nas duas monumentais antologias que publicou, contendo o que ele chama "textos seminais para os estudos literários". Conforme o projeto das obras referidas, cada autor é representado por um texto cuidadosamente anotado, precedido de notícia crítico-biográfica.

Na obra de 2011 – *Uma ideia moderna de literatura* –, temos presentes Edmund Burke, William Wordsworth, William Blake, Samuel Taylor Coleridge, John Keats, William Hazlitt, Percy Bysshe Shelley, Thomas Carlyle, John Stuart Mill, George Eliot, Oscar Wilde, Edgar Allan Poe, Robert Louis Stevenson, Henry James, David Hume, Matthew Arnold, Walter Pater, Hugh Blair, Richard Whately e Henry Noble Day. A maioria desses autores se apresenta em traduções do próprio Acízelo – casos de Wordsworwth, Blake, Coleridge, Keats, Hazlitt, Shelley, Carlyle, Mill, Poe, James, Blair, Whately e Noble Day. Cabe destacar o texto de Blake e o de Keats, que constituem poéticas desentranhadas de materiais discursivos em princípio impróprios para o gênero: no caso do primeiro, anotações manuscritas, muito ácidas e críticas, feitas à margem de um livro de *Sir* Joshua Reynolds; no do segundo, de cartas pessoais. Assinale-

-se, ainda, que, salvo engano, além dos textos de Blake e de Keats, apresentam-se pela primeira vez em português os ensaios de Hazlitt, Carlyle, Mill, Blair, Whathely e Noble Day.

Na antologia de 2014 – *Do mito das musas à razão das letras* –, por sua vez, figuram Adam Smith, Alexander Pope, Philip Sidney, Francis Bacon, Joseph Addison, John Dennis, Jonathan Swift e Edward Young. Com exceção de Smith e Pope (este representado por uma preciosa tradução portuguesa em versos, datada do início do século XIX e da lavra da famosa Marquesa de Alorna), os textos dos demais autores apresentam-se pela primeira vez traduzidos em português, pelo próprio organizador da obra. Dessas traduções cabe dizer que todas são de excelente nível, mas merecem menção especial as soluções acionadas pelo tradutor para conservar, em português, o humor e a feição coloquial do texto de Jonathan Swift, "A batalha dos livros", versão alegórica e irônica da célebre Querela dos Antigos e Modernos, que empolgou a república das letras na França de fins do século XVII.

Acízelo publicou ainda três livros com estudos e traduções de autores de língua inglesa.

A série se inicia em 2007, com o v. 2 da coleção Novos Cadernos do Mestrado, publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Uerj, intitulado *A ideia de poesia e arte: reflexões oitocentistas anglo-norte-americanas*. O volume reúne traduções que mais tarde seriam aproveitadas, com os aperfeiçoamentos de praxe, na antologia *Uma ideia moderna de literatura*, antes mencionada. Contém textos de William Wordsworth, William Blake, John Keats, John Stuart Mill, Edgar Allan Poe e George Eliot, cuidadosamente anotadas, em traduções do próprio organizador do volume, com exceção do ensaio de George Eliot, cuja tradução é de minha autoria.

Tem continuidade em 2017, quando sai o v. 4, da mesma coleção – Novos Cadernos do Mestrado –, que tem por título *Never more, forever: a poesia na modernidade, ou Shelley versus Pea-*

cock. O livro – cuidadosamente anotado, como em geral as edições preparadas por Acízelo – contém o ensaio de Thomas Love Peacock "As quatro idades da poesia", de 1820, bem como a réplica que suscitou no ano subsequente por parte de Shelley, sua famosa "Defesa da poesia". Conforme explica o organizador na Nota introdutória ao volume, como o texto de Shelley, por circunstâncias diversas, só viria a ser publicado em 1824, e expurgado das alusões diretas ao de Peacock, a edição recupera os trechos da versão original cortados, inserindo-os entre colchetes, operação devidamente explicada mediante notas do organizador. Trata-se, pois, de edição requintada, com características que, até onde sei, não têm paralelo mesmo em língua inglesa.

Finalmente, até o momento em que escrevo, temos ainda o belo volume *Poéticas românticas inglesas*, publicado em 2018. Contém um substancioso estudo inicial, a que se seguem traduções anotadas, versões retocadas de textos antes inseridos em publicações anteriores, com a particularidade de que o ensaio de Stuart Mill apresenta-se em tradução praticamente refeita, e o de William Hazlitt – "Sobre a poesia em geral" –, da qual se publicara apenas uma parte em *Uma ideia moderna de literatura,* figura na sua totalidade.

Gostaria de concluir com uma notícia que ainda não circulou: os originais de uma quarta obra dessa sequência já se encontra na editora, programado para publicação no início de 2019. Trata-se da tradução, em volume nos mesmos moldes do *Poéticas românticas inglesas*, do ensaio *Defesa da poesia*, de Philip Sidney, que, por enquanto, teve apenas uma parte publicada no livro *Do mito das musas à razão das letras*. Tradutor correto e consciencioso, é de ver-se o resultado de sua lida com o difícil inglês quinhentista de Philip Sidney. Vamos aguardar.

Quando honestidade intelectual e competência se encontram: *uma moderna ideia de literatura*

Maria Elizabeth Chaves de Mello

> La modernité, c'est le transitoire, le fugitif, le contingent, la moitié de l'art, dont l'autre moitié est l'éternel et l'immuable. Il y a eu une modernité pour chaque peintre ancien.
>
> Charles Baudelaire

Em 1991, passei no concurso da Universidade Federal Fluminense, como professora assistente de língua e literatura francesa. Em abril de 1992, assinei o contrato e comecei a trabalhar em um ambiente acadêmico totalmente diferente e novo para mim. Eram tempos de Collor, a universidade fervilhava de indignação, inquietação e vontade de mudar. Em 1992, o *impeachment* veio satisfazer aquela ânsia do momento, mas a centelha fora acesa. A universidade despertara, tornara-se mais crítica, mais dinâmica. Foi nessa UFF que entrei e foi ali que conheci o professor Roberto Acízelo Quelha de Souza. Eu ainda não oferecia cursos na pós-graduação, nem participava de reuniões do colegiado, pois estava terminando o meu doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mas ouvia muito falar daquele colega tão respeitado e reverenciado por todos. Aos poucos, fui conhecendo-o, aprendendo a admirar sua ponderação e espírito conciliador, aliados a uma conduta moral impecável, até mesmo rigorosa e rígida, que impressionavam, pois revelavam um temperamento precioso e raro no nosso meio acadêmico. Trabalhamos juntos em várias situações acadêmicas. Sua postura era sempre digna e correta. Lembro-me das discussões em

torno da reforma curricular, em que o que mais me impressionava era que, para a maior parte dos colegas, o que estava em jogo eram as pequenas vaidades de saberem que suas disciplinas teriam mais ou menos tempo de aula do que as dos seus pares. Brigas, rixas e combates surdos pipocavam a todo momento, tornando as reuniões, muitas vezes, bem desagradáveis. Para Roberto Acízelo, aquilo não tinha a menor importância. Ele era um dos únicos, ou talvez o único, que pensava no estudante, no que aquilo poderia significar para a sua formação.

Essa excentricidade e originalidade acontecia também na produção intelectual daquele colega. Roberto Acízelo não cedia a modismos, dedicava-se com afinco e disciplina ao que ele considerava importante para os estudos literários e para a formação do estudante de letras: a história da literatura, a pesquisa dos textos de base, fundadores e fundamentais para a maior compreensão dos estudos literários e da literatura brasileira, em particular. Em fins de 1993, ao escolher a banca para a minha defesa de doutorado, minha orientadora, a professora Eliana Yunes, perguntou-me se não seria bom convidar um professor suplente oriundo da UFF. Eu considerava incômodo ser interrogada por um colega de trabalho, mas ela ponderou que seria delicado ter a UFF, ao menos, entre os suplentes. Tratava-se de uma escolha delicada, tínhamos que convidar a pessoa certa. Respondi sem hesitar, lançando o nome de Roberto Acízelo, que foi prontamente acatado por ela. No dia da defesa, cheguei muito cedo, e, para meu espanto, lá estava aquela figura elegante, fina, sóbria e acolhedora, à minha espera. Comunicou a mim e à Eliana que passara ali para saber se precisávamos dele. Chamou-me à parte e revelou-me que lera a tese com cuidado e podia me garantir que a defesa seria ótima, pois a banca não encontraria grandes problemas na tese. Essa afirmação, vinda de quem vinha, encheu-me de confiança e coragem. Ele ainda esperou que toda a banca chegasse e, só então, se despediu. Fiquei muito comovida, pois sabia que ele

morava longe e avaliava o quanto aquilo representara de sacrifício, em respeito e consideração a uma colega recém-chegada, que nem o convidara para titular da banca! Eu nunca havia visto e nunca mais vi semelhante atitude em um suplente! Por si só, isso revelava uma seriedade, uma honestidade intelectual, que nunca mais encontrei.

Em 2008, fiz meu pós-doutorado em Paris, na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, com o professor Roger Chartier. Antes de redigir o projeto, foi ao colega Roberto Acízelo que recorri, pedindo conselho e ideias. Ficamos combinados que, se eu não ganhasse bolsa, nem do CNPq, nem da CAPES, seria com ele que eu faria o pós-doc. Consegui bolsa das duas instituições e fui pelo CNPq. Ainda não havia *whatsapp* e desconfio que, para o meu colega homenageado, ainda não há. Mas conversávamos por *e.mail* e foi ele que me aconselhou a me debruçar sobre Francis de Castelnau, viajante naturalista francês do século XIX, cuja seleção de textos teve como resultado a minha primeira antologia. Roberto me dava conselhos pelo *e.mail* e me orientava. Esse mesmo Roberto Acízelo, em 2015, seria o presidente da minha banca do concurso de professor titular, demonstrando a mesma seriedade, o mesmo espírito generoso, imparcial e equilibrado de sempre. E, é bom que se diga, ele fez a melhor arguição da banca, o único que revelou conhecer e compreender o que eu estava pesquisando. É para esse amigo original e especial que vai, hoje, a minha homenagem.

A apresentação do colega não exclui o professor e pesquisador. Roberto Acízelo de Souza é um dos mais respeitados acadêmicos do País na área dos estudos literários. Recentemente, em 2015, ganhou três prêmios importantes, na categoria de crítica literária: o Jabuti e os prêmios da Academia Brasileira de Letras e da Associação Brasileira de Editoras Universitárias. Foi diretor-superintendente da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e coordenador do GT História da Literatura da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lin-

guística). Publicou centenas de artigos científicos e integra o corpo editorial de diversas revistas acadêmicas. Escreveu livros essenciais para os cursos universitários de letras no Brasil. Suas pesquisas direcionam-se sempre para os fundamentos conceituais dos estudos literários, bem como para a historiografia da literatura brasileira.

Ao homenageá-lo, hoje, proponho realizar uma modesta apreciação da importância do grande livro organizado por nosso autor – *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários* –, publicado em 2011, pela Editora Argos. Trata-se de uma seleção cuidadosa de textos de um período que se estende do final do século XVII até o início do XX, período de tempo em que ocorre a passagem de uma visão das letras dominadas pela gramática, retórica e poética para uma abordagem da literatura como criação subjetiva, expressão individual do sentimento e da sensibilidade, enfim, como manifestação do belo.

Esses textos seminais, escritos entre 1688 e 1922, abrangem cerca de duzentos e cinquenta anos da história da literatura, ocupam seiscentas e quarenta páginas do livro e seu organizador levou quase duas décadas para reuni-los, traduzi-los, ordená-los. De diversos autores e nacionalidades, eles constituem a base das discussões, polêmicas e controvérsias da teoria da literatura no século XX. Daí a sua imensa importância para os nossos estudos de hoje. O livro oferece ao leitor brasileiro acesso direto a textos e argumentos ainda muitas vezes disponíveis aqui apenas por meio de comentários de segunda mão. A pesquisa cuidadosa dos textos, recorte, tradução e ordenamento dessa grande obra revela um espírito disciplinado, meticuloso, persistente, além de uma seriedade exemplar. Segundo o próprio Roberto Acízelo, em entrevista concedida em 23/07/2011, nos cursos de letras, tanto aqui quanto nos países estrangeiros, há uma tendência forte a se adotar formulações conceituais da atualidade, ou de um passado recente, que, na melhor das hipóteses, chega ao início do século XX.[1] Ora, o nosso autor não se satisfaz com isso.

Quer buscar nas fontes os conceitos de base que configuram a área de estudos literários hoje. Sinaliza para o leitor como seria possível perseguir uma "ideia moderna de literatura", quando o conjunto de textos reunidos aponta para tantos matizes, tanta diversidade, tantas direções.

Na modernidade, o conceito de literatura refere-se tão somente a certa parcela dos discursos escritos – na verdade, às ficções, que podem ser de gênero lírico, narrativo ou dramático –, resultados da criatividade individual de cada sujeito. Esse conceito de literatura permite muito mais subversões e rupturas do que a reiteração da ordem tradicional estabelecida. O livro, ordenado e organizado cuidadosa e exemplarmente, como já assinalamos, tendo por objetivo apresentar *uma ideia moderna de literatura*, pode muito bem constituir, segundo o seu próprio autor, nos dias de hoje, em tempos de exaltação do *fragmento*, um sintoma de uma certa nostalgia da *unidade* e do *conjunto*. Pode-se constatar, nos cursos de letras dos nossos dias, uma ignorância muito grande da historicidade dos conceitos de base que definem a área. A obra de Roberto Acízelo teria a função de remediar esse estado de coisas. *Unidade* e *conjunto* foram termos de ordem muito hegemônica na modernidade estética dos séculos XVIII e XIX, ou seja, no período que o livro se propôs cobrir. O *fragmento* se impôs principalmente ao longo do século XX, nas manifestações essencialmente identificadas com o ânimo modernista.

A seleção e o recorte do livro incluem, além dos nomes europeus mais usuais em antologias desse tipo, autores brasileiros, portugueses, italianos e espanhóis. Ele suscita a discussão que questiona até que ponto formularam-se aqui ideias originais, que não fossem apenas reprodução dos debates europeus. Ao combinar autores e textos de formação diversa, o livro comprova que a reflexão sobre literatura na era moderna não foi uma atividade especializada, praticada por uma classe intelectual específica, mas sim uma questão

que engajou pensadores e escritores das mais diversas tendências. Segundo Roberto Acízelo (2018),

> é inerente ao modo de ser não só da *literatura*, mas também das *letras* (conforme a distinção que vamos aqui fazendo), essa capacidade de suscitar interesse para além do circuito de especialistas. Isso de resto se fundamenta no conceito clássico de *humanidades*, entendido como um saber distinto e em certo sentido oposto ao constituído como *ciência*; isto é, uma *cultura geral*, que interessa ao gênero humano tomado em seu conjunto, e não a segmentos dele, como as comunidades de especialistas. As *letras* e a *literatura*, assim, praticamente se confundem com as *humanidades*, sendo por definição um campo onde conseguem de algum modo conversar filósofos, críticos, historiadores, poetas, ficcionistas, e onde naturalmente também tem a sua vez o próprio senso comum. Nesse sentido, as *letras* e a *literatura* são profundamente políticas, se se entender por política o contínuo empenho de construir uma linguagem capaz de estabelecer comunicação entre diferenças.

Para o organizador da obra, é questionável se e até que ponto os próprios autores europeus são originais. Em relação à especificidade e originalidade da literatura brasileira, tema colocado pelos nossos primeiros românticos, o autor constata que o sistema intelectual brasileiro faz parte da cultura ocidental, sem sombra de dúvida. Por isso, ele não admite o horror das matrizes culturais europeias, da *importação* de ideias *estrangeiras*, como se essas ideias nos fossem estranhas, como se a apropriação do outro, que sempre foi adotada por nós, constituísse *importação* espúria e indesejável. Para o nosso autor, isso seria uma obsessão romântica de autoafirmação nacionalista, que nem a racionalização antropofágica resgataria. Ele constata que nós – brasileiros e europeus – somos ocidentais; por conseguinte, o debate é nosso também.

O livro cobre o período de 1688 a 1922. Tem como marco inicial a Querela dos Antigos e Modernos, na França do século XVII,

polêmica surgida na Academia Francesa e que agitou o mundo artístico e literário do final do século XVII e o início do XVIII. Discutia-se a superioridade ou não dos autores da Antiguidade Clássica, perante o pensamento moderno. A corrente clássica era liderada por Nicolas Boileau, e defendia uma criação artística e literária baseada na imitação dos autores da Antiguidade. Considerava que a perfeição artística fora atingida na Antiguidade e que bastaria imitar os antigos, cuja arte era completa e insuperável. A literatura deveria respeitar as regras do drama clássico e a *Poética* de Aristóteles. Já a corrente moderna, sustentada por Charles Perrault, defendia o mérito dos autores da contemporaneidade, afirmando que a criação artística consiste na renovação. Os modernos queriam uma arte adaptada à era moderna e às novas formas artísticas.

Segundo nosso autor homenageado, há uma delimitação evidente entre a compreensão antiga e neoclássica e o moderno conceito de *literatura*, que se afirma no século XVIII. Por isso, a Querela seria o ponto de partida. Para o limite cronológico da antologia, Roberto Acízelo aborda o modernismo como consumação e ultrapassagem da modernidade. Assim considerando, o *corpus* se situa entre os séculos XVIII e XIX, com pequenos transbordamentos de margens cronológicas. E dois autores franceses ficam estabelecidos como marcos: Perrault e Proust.

De modo sintético, pode-se dizer que um possível desdobramento desse trabalho hercúleo seria discutir como os autores brasileiros do século XIX elaboraram o problema da identidade, da sociedade e do sujeito como núcleo fundador do estabelecimento de um novo pacto artístico-cultural, a partir das ideias europeias sobre modernidade, nação etc., desde os primórdios da chegada dos europeus à América. Na verdade, consideramos que as transformações profundas do renascimento foram determinantes para a renovação filosófica do pensamento ocidental, ocorrida na fronteira do século XVIII para o XIX.

De fato, com a aspiração da burguesia ao poder, a literatura passa a ser vista na Europa como um objeto que adquire o caráter de mercadoria, sobre a qual o público passa a ter o direito de opinar. Esta visão é formada nos *salons*, nos cafés, na imprensa. O crítico de arte, através das colunas dos jornais, reflete, por um lado, a opinião dos seus pares e, por outro, a orienta e difunde. Seus escritos têm uma intenção pragmática: difundir valores. Em outros termos, julgar. "Em vez, portanto, de estar sozinho, ele tanto guia, quanto está guiado (Lima, 1981, p. 36), discutindo nos salões e nos cafés, informando e sendo informado.

No Brasil, ao contrário, o crítico é um isolado, alguém que não tem público e cujo êxito depende principalmente da sua retórica. Sem ambiente intelectual, o que os críticos e historiadores fazem é responderem às expectativas nacionais de paradigmas importados. A questão da literatura nacional vai ser abraçada por leitores de Rousseau, Montesquieu, Mme. de Staël ou Taine, que vão buscar fontes de criação de novas formas e temas no *meio* e na *raça*, no sincretismo dos povos e das línguas. Até mais ou menos 1910, com efeito, a crítica brasileira é marcada por essa obsessão com as noções de natureza e raça. O estilo brasileiro, tropical, é visto como consequência da ação diferenciadora do meio ambiente ou da mistura étnica. Essa recuperação da natureza americana como fonte de inspiração de novos conteúdos e de formas distintas é possível graças à ambivalência do discurso europeu diante das realidades exóticas. Montesquieu relaciona a fraqueza, timidez e apatia dos habitantes do clima quente à exaltação de suas faculdades imaginativas. A imaginação e a sensibilidade são, portanto, *topoi* da visão que têm os europeus dos países tropicais. Para Mme. de Staël, o sol do sul anima a imaginação, o que seria a causa da riqueza dos contos árabes em relação aos contos europeus, por exemplo. É assim que o sujeito dos países do Velho Mundo pode encontrar nas regiões de clima quente uma compensação para a *falta de civilização*: a natureza funcionando como elemento compensador...

A própria concepção de romantismo, em que o termo se divide no confronto entre a melancolia e a revolta, levaria, mais adiante, com Baudelaire, à tematização da perda da aura da arte, diante da massificação eufórica da burguesia, apresentando-se a arte baudelaireana como uma forma de resistência e questionamento do sistema. Por outro lado, constatamos que, do ideário romântico, também pode surgir uma vertente triunfalista, baseada no otimismo das luzes do século XVIII, na crença em uma renovação do mundo, em pactos e contratos revolucionários. Isso se manifestaria na construção da ideia de identidade nacional, ao mesmo tempo que justificaria o colonialismo europeu nos países americanos e africanos.

A ambiguidade entre melancolia e triunfalismo românticos terá desenvolvimentos interessantes na literatura brasileira, herdeira dessas questões europeias, a começar pela própria ideia de nação, construída, no Brasil, a partir da visão europeia sobre a América. O olhar europeu sobre o Brasil contribuiu para elaborar a construção da ideia de nação brasileira e de uma literatura nacional, que colaborasse nessa construção, para que o Brasil servisse de contraponto da Europa. Assim, após constatar a questão da solidão e melancolia na arte, responsável pelo que Schlegel (1994, p. 103) chama de "mundo circundante e completo em si mesmo, como um ouriço", podemos pensar na outra vertente, otimista, que, partindo do romantismo, evoluiu para um novo formato, o positivismo, também oriundo da Europa, especialmente da França, e que dominou o pensamento brasileiro em quase todas as áreas, no final do século XIX e início do XX.

Assim, no período abordado pelo livro, podemos reconhecer duas linhagens de pensamento: uma herdeira de Kant e outra de Hegel. Esta última vai servir de base ao historicismo, prevalecendo durante o século XIX, suscitando a disciplinarização dos estudos literários, especialmente voltados para as histórias das literaturas nacionais. Suscitou pesquisas sobre a busca do nacional na literatura. Por outro lado, a linhagem herdeira de Kant contribui para o influxo

das experiências estéticas do modernismo, que, mais tarde, tomou o nome de *teoria da literatura*. A nacionalidade é substituída pela literariedade e a linguagem literária passa a ser concebida como autorreferência.

Diante de *Uma ideia moderna de literatura,* podemos, então, afirmar que o livro é fundamental para os estudos literários, por trazer esses textos seminais, imprescindíveis e essenciais para as reflexões da área de teoria e história da literatura. É uma contribuição imensa, que cobre um longo período de textos representativos da história moderna da literatura ocidental. Seu *corpus* é constituído pelos principais textos que suscitam e alimentam as questões fundamentais da literatura, na era moderna. Alguns foram traduzidos pela primeira vez para a língua portuguesa. Roberto Acízelo procurou, nas seiscentas e quarenta páginas do livro, explorar e alargar ao máximo o sentido dos principais temas tratados no período em questão. Ele parte do princípio de que o ensino de literatura na universidade brasileira utiliza conceitos prontos, sem procurar suas origens e bases, sem entender como se processou a construção e a base dessas ideias. Essa teria sido a razão pela qual o nosso autor pesquisou, entre os mais conhecidos autores nacionais e internacionais, das mais variadas tendências, as transformações literárias que deram origem às indagações da literatura moderna.

A todas essas e muitas outras discussões somos levados pelos textos do livro de Roberto Acízelo. Trata-se de uma obra gigantesca, instigante, provocadora, volumosa, resultado de uma generosidade incalculável, de uma disciplina rígida, de uma paciência ilimitada. Concebida por um espírito disciplinado, metódico, concentrado, paciente, perseverante, mas, principalmente, de uma honestidade intelectual a toda prova, o livro vem enriquecer, de forma incontornável, os estudos literários no Brasil. Poderíamos até dividir a história da literatura brasileira em duas etapas: antes e depois de *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos*

literários. Com essa obra, o estudioso brasileiro pode se debruçar sobre as suas pesquisas, com a certeza de que tem, à sua disposição, um suporte seguro e confiável. E o que é melhor: em língua portuguesa. O estudante universitário encontra, à sua disposição, uma fonte preciosa de pesquisa. E o leitor vive a surpresa e a revelação, a cada página, do acervo que o leva a um mundo, ao mesmo tempo, familiar e ignorado, complexo e rico: a aventura da modernidade.

REFERÊNCIAS

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

SCHELEGEL, Friedrich. *Conversa sobre a poesia e outros fragmentos*. Tradução, prefácio e notas de Victor-Pierre Stirnimann. São Paulo: Iluminuras, 1994.

SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Uma ideia moderna de literatura*: textos seminais para os estudos literários. Chapecó: Argos, 2011.

_____. A invenção do campo literário. <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/roberto-acizelo-de-souza-fala-sobre-uma-ideia-moderna-de-literatura-393914.html> Acesso em: 15 nov. 2018.

NOTAS

1 Cf. https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/roberto-acizelo-de-souza-fala-sobre-uma-ideia-moderna-de-literatura-393914.html Consultado em 15/11/2018.

O poeta e o crítico: diálogos (ambi)valentes

Maria Teresa Gonçalves Pereira

Não pretendemos aqui comentar criticamente o ensaio de Álvares de Azevedo. A intenção é desenvolver considerações sobre o modo como Roberto Acízelo aborda tal texto, ou seja, tentar, sob a ótica de uma renovação estética, observar a "alma do crítico" diante de uma obra. Assim, não estará no centro da questão "Literatura e civilização em Portugal", mas a leitura que dele se fez para a edição crítica resultante.

A crítica é atividade intelectual e não afetiva, filosófica e não apenas psicológica, objetiva em seus fins e não puramente subjetiva. Não se faz nada, entretanto, em nenhuma atividade consistente e verdadeira, sem o calor da emoção que conduz a vontade e desperta a inteligência. A alma do crítico deve procurar a alma do autor, no caso, a sua obra. Para Croce (1997), a identificação inicial, do espírito julgador com o espírito criador. Autores e críticos, então, não são entidades distintas.

Servir-nos-emos das ideias de Alceu Amoroso Lima – Tristão de Athayde – (1973) para desvelar a edição crítica de Roberto Acízelo desse opúsculo de Álvares de Azevedo que merece ser conhecido por um público maior de leitores. Para Athayde, há o que denomina *crítica criadora* ou *expressionista*, desenvolvendo-a em três tempos: *entrega*, *assimilação* e *expressão*. Parece-nos que, pelo que lemos, podemos associá-los aos passos trilhados por Acízelo.

A tomada de contato com a obra é o tempo de *entrega*. É um contato profundo, paulatino, uma imersão. Uma leitura passiva,

como uma transfusão do autor para o crítico através do texto. Barthes (1970) se refere até a uma fusão do autor no texto equivalente à do texto no autor. Texto e autor não se opõem. Surge, então, uma terceira entidade que pode ser objeto de uma análise gramatical ou linguística, que por sua vez não se confunde com a atividade crítica. Esta encara o texto como uma encarnação do autor, e não como uma entidade abstrata que lhe é indiferente. Nesse sentido, é que o textualismo crítico não é o mesmo que o linguístico ou gramatical. O tempo da *entrega*, assim, é o da submissão do julgador à obra julgada.

Assimilação constitui o segundo tempo. Não há mais uma subordinação objetiva do fato estético, representado pela obra, mas a relação da obra com o leitor. Nesse ponto se processa a fusão da alma do crítico com a do autor, que é o elemento capital de ligação entre os dois polos em presença.

Talvez seja a parte mais delicada da atividade crítica, supondo a concomitância de um elemento passivo (a leitura inicial da obra) e de um elemento ativo (o juízo final do crítico), sem que nenhum absorva o outro. Um elemento essencial para tal é o tempo, que atua através do subconsciente do crítico. Paciência e duração são indispensáveis no processo. Paciência para evitar julgamentos apressados, antes da sedimentação necessária; duração, porque esse trabalho só se opera lentamente. Athayde (1973) lembra que se deve deixar o livro "morrer em nós", para depois renascer. Esquecer para relembrar.

Chega-se, então, à fase final da tarefa, à função *criadora*. O crítico, que se anulara na primeira fase, que se unira ao autor na segunda, converte-se em autor, na fase definitiva da sua função de crítico. Não serão referenciados apenas valores positivos e/ou negativos, mas uma atividade crítica completa. *Uma nova obra se cria*.

Tal criatividade crítica obedece a normas intrínsecas, que não a confundem totalmente, e apenas por analogia, com a criatividade do autor que, por sua vez opera no terreno da liberdade. A

criatividade do crítico, por seu turno, opera dentro de um campo limitado por natureza e partindo de um dado (texto) previamente fornecido. A atividade crítica é, por si mesma, uma *relação com uma obra*; a criatividade criadora do poeta é a expressão de um dinamismo ilimitado.

A criatividade do autor *antecede* a criação, a do crítico *sucede* a uma criação alheia e a um trabalho de elaboração própria em dois tempos, essenciais para a chegada ao tempo final. A despeito de quaisquer diferenciações, há na própria raiz da obra crítica uma afinidade profunda com a raiz da obra poética. No esforço criador final, já parecem no mesmo plano.

Se esse juízo formulado obedecer ao equilíbrio entre submissão e liberdade, que esboçamos em seus três tempos, pode-se falar em *crítica criadora* como a forma mais completa e prefeita de crítica, como expressão de um gênio criador tão livre, dentro de sua natureza de crítico, como o gênio criador do poeta, dentro de sua natureza própria e específica. Não devemos separá-los porque a diferença é que o poeta não é um crítico em ato, como o crítico é um poeta em potência. Mas como expressão final criadora, entretanto, dentro de suas naturezas unidas, mas distintas, as duas atividades se encontram e se reconciliam, se souberem avaliar o que lhes é próprio e o que lhes é comum.

Para Athayde (1973, p. 8), crítica literária com espírito criador e criação poética com espírito crítico se harmonizam no mesmo ato estético de criatividade humana. A geração intelectual é analogicamente tão criadora de vida autônoma como a geração biológica. Assim, no plano da criatividade estética, autores e críticos completam-se, na transcendência do ser humano por suas próprias obras.

Álvares de Azevedo é conhecido como o nome principal entre os poetas da segunda geração romântica. Destaca-se por uma poesia com as características bem marcantes do romantismo: lirismo

sentimental exacerbado, melancolia, idealização, anticonvencionalismo, dentre outras.

Assim, é bem-vinda a edição crítica de um ensaio pouco conhecido em que se desvela outro lado de seus estudos literários. Acízelo nos informa que foram cinco ensaios: quatro de crítica *stricto sensu* e aquele que focalizamos, "Literatura e civilização em Portugal", um exercício de historiografia literária, ainda que atípico, "à medida que, nele, certa 'desinibição' crítica tende a neutralizar o factualismo e a objetividade descritiva ideal próprios aos relatos historicistas" (Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 14).

Segundo Acízelo, há imprecisão quanto à data de elaboração do ensaio, mas é quase certo que o ano tenha sido 1850, em função do que o autor escrevera em carta dirigida a um amigo, datada de 1.º março de 1850, na qual informa ter redigido "uns estudos literários sobre a marcha simultânea da civilização e poesia em Portugal, bastante volumosos" (*apud* Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 16).

Há inúmeras passagens semelhantes, mas convém materializar uma delas para confirmar o estilo de Azevedo:

> Foi só então que forasteiros europeus foram-se a essa terra transfretana pedir, como Pitágoras, seus dogmas, [e] revelar à filosofia do ecletismo moderno a teogonia politeia, as teorias psico-ontológicas de Capila, Viasa e Gantana, donde haviam nascido porventura o metempsicosismo egipcíaco de Pitágoras, o idealismo de Sócrates e Platão e o peripatetismo do Estagirita; à filologia, o sânscrito, base certa dos dialetos hindustânicos e, segundo presunções muito prováveis da ciência, do persa do grego, do etrusco, e do idioma gutural das raças teutônicas; à literatura, riquezas de poemas, desde *Maabarata*, parte do qual (o *Baghavad-Gita*) os dois Schlegel, Wilkins e o barão de Humboldt traduziram no assombro de um dizer que nem à *Ilíada* ou [aos] *Lusí*adas havia o ombrear com ele (Azevedo, 2016, p. 46-47).

Para o crítico responsável pela edição, tal estilo beira o apocalíptico, numa sufocação de termos, expressões e referências:

> Assim, por meio de períodos longos e tortuosos, além de inflados de erudição superficial, o texto projeta uma geografia e uma história míticas, engendrando espaços e tempos diversos mediante seleção e acúmulo de lugares-comuns do repertório romântico, instrumentalizados para a estilização de estereótipos (Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p.17).

Chama a atenção também o tom épico, solene e altissonante em que esses elementos se articulam, embora se reconheçam associações personalíssimas. Exemplifica:

> Passai além. Deixai esse levante ardente de luz e imaginação, morno ainda de reminiscências de tantas glórias mortas [...].
>
> Oh! Passemos como vendaval por cima de tudo isto, pelos combros vermelhos de ruínas dos abatidos torreões, [...] Persépolis [...], Babilônia [...], Nínive [...], Bactras [...], adormecida em sepulcro de pedra na sua montanha da Média... Além! Além! (Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 43-44).

Distinguindo-se por "ênfase e descomedimento", o texto de Azevedo se enquadra na definição proposta por Borges para barroco: "Eu diria que barroco é aquele estilo que deliberadamente esgota (ou quer esgotar) as sua possibilidades e que confina com sua própria caricatura" (*apud* Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 16). Caracteriza, segundo Eugênio Gomes um "tresler", configurando como que uma "lufada [a misturar] autores, ideias e temas" (ibid., p.63), assim como confere "excêntrico impulso à criação poética" (*apud* Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 18).

Acízelo ressalta a espantosa quantidade de autores mencionados no ensaio, bem como o exotismo de suas referências, lembrando o caráter dos românticos, citando muito e lendo pouco. Para Broca, parece claro o "desejo de mostrar leitura", pois "talvez o escritor nem conhecesse, na realidade, todos os autores citados", sendo de imaginar-se que "os românticos [não] lessem muito", parecendo, sim, "muito livrescos" (*apud* Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 16-17).

E especificamente, quanto a Álvares de Azevedo, Broca afirma: "Ninguém consegue ser sábio aos vinte e um anos" (*apud* Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 17).

Para o autor, no ensaio em questão, Azevedo confere ao exercício crítico uma feição mais ficcional e imaginosa do que propriamente conceitual.

Detendo-se no texto de Azevedo, o crítico aponta a premissa expressa no próprio título do ensaio: existiria uma "conexão" entre literatura e civilização. Pretende reconstituir as origens da literatura portuguesa, expor seu desenvolvimento e projetar seu destino – exercício intelectual pioneiro. Analisa Antônio Ferreira, Camões e Bocage. Mesmo desconsiderando as idiossincrasias de seu caráter quanto aos exercícios analíticos, o crítico vê aí o que chama de "coágulos conceituais", num texto tão avesso a definições e à linearidade argumentativa.

Álvares de Azevedo também se posiciona sobre questões literárias do Brasil de seu tempo, principalmente sobre a existência de uma literatura nacional brasileira. Em discurso acadêmico de 1849, enfatiza que tal missão patriótica devia ser objetivo de nossos escritores. Surpreendentemente, pouco tempo depois, ao escrever "Literatura e civilização em Portugal", altera sua reflexão sobre o problema, desdenhando de Gonçalves Dias, Basílio da Gama e Durão, etc., e concluindo que as produções literárias dos escritores brasileiros, assim como a dos portugueses, pertenceriam ao "cofre" da literatura portuguesa, já que para ele "sem língua à parte não há literatura à parte" (Azevedo, 2016, p. 61).

Acízelo finaliza a análise do núcleo conceitual do ensaio:

> [...] uma época majoritária e fortemente lusófoba em matéria literária e política – a Independência recente não ensejara ainda a superação dos ressentimentos contra a colonização portuguesa –, Álvares de Azevedo remou contra a maré: ao associar as ideias de *pátria* e *língua portuguesa* – recorde-se sua expressão 'lite-

> ratura pátria' –, não rejeita propriamente a brasilidade, mas a inscreve em âmbito mais amplo, numa espécie de panlusitanismo transnacional e universalizante, que uma frase famosa do futuro traduziria à maravilha: 'Minha pátria é a língua portuguesa' (Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 22).

A apresentação continua com uma análise da linguagem utilizada por Azevedo, bem como do conteúdo propriamente do ensaio no que se refere à literatura portuguesa e aos respectivos desdobramentos. Aponta sempre eventuais mudanças de pontos de vista.

Não pretendemos nos deter apenas na apresentação do ensaio, mas principalmente passar ao trabalho "épico" do autor da edição crítica, no que se refere ao levantamento do que se poderia configurar como "destrinchamento" do que dificulta a leitura da obra de Álvares de Azevedo. Impressiona a quantidade de notas explicativas para tornar a leitura do ensaio palatável e, cremos, deveras interessante. Longe desse caudaloso aparato exaurir o leitor, ou afastá-lo, a mediação de Acízelo permite a apropriação do texto integralmente, guiando-o por um caminho que seria obscuro e penoso, caso não houvesse a mão firme do guia em questão.

São setecentos e doze notas explicativas. Explicações que incluem praticamente tudo: literatura, história, geografia, antropologia, filologia, mitologia, enfim, todas as áreas ficam devidamente cobertas. As notas detalham passagens que possam gerar um mínimo de dúvida. O trabalho é hercúleo; uma quantidade de informações aparece, em desdobramentos, com fatos e personagens que apenas tangenciaram o autor. Se há hermetismo pelo estilo rebuscado e ostentatório de Azevedo, Roberto Acízelo se incumbe de dar-lhe um tratamento esmerado, quase uma "transcodificação", ao esclarecer todas as (im) possíveis dificuldades para a fluência da leitura. Poderíamos até considerar um "livro" paralelo ao ensaio a reunião das notas explicativas.

Roberto Acízelo imprime a essa edição crítica de "Literatura e civilização em Portugal" um grau de eficiência e técnica respaldada

por um conhecimento literário gigantesco em matéria de quantidade e qualidade. Percorrendo as páginas do ensaio, no texto de Azevedo, mais as notas explicativas, percebemos que se associam e se fundem, como se se instituíssem assim na sua origem. O poeta e o crítico se ajustam e (con)vivem, possibilitando ao leitor a fruição da leitura de saber e de prazer.

As reflexões sobre a crítica criadora vêm à mente, já que Acízelo inicia a apresentação com breve biografia do poeta, nascimento, morte, filiação, formação, atividades acadêmicas, escritos. Faz menção à informação de Joaquim Norberto, segundo a qual Álvares de Azevedo, "alegre, risonho e folgazão em sua infância, tornou-se melancólico na mocidade", desfazendo a aceitação tácita de que sua personalidade embutia as características apregoadas para os românticos. Comenta sobre o que possivelmente seria a "doença" do poeta – depressão e/ou bipolaridade –, que serve de contraponto à constatação arraigada de sua tristeza e tédio. Assim, talvez não fosse puro *fingimento* literário o que se percebe em "Lembrança de morrer", "Ideias íntimas", "Se eu morresse amanhã", poesias tão (re)conhecidas de Álvares de Azevedo: "A essa minha agitação de espírito sobrevém-me, às vezes, um marasmo invencível, horas daquelas que os navegantes temem, em que a calmaria descai no mar morto, e as velas caem ao longo dos mastros" (*apud* Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 13).

Acízelo informa resumida, mas consistentemente, o motivo da falta de edição dos seus escritos em vida: principalmente sua morte prematura (vinte e um anos incompletos). Mesmo assim, impressiona a quantidade deles. Todos foram publicados postumamente, à exceção de um discurso acadêmico.

Vislumbra-se, ainda na Apresentação, o que virá na edição crítica. O autor inclui alguns comentários da crítica.

Sílvio Romero assim se pronuncia a seu respeito: "[...] o poeta abrigava em si o esboço de um *conteur*, dum dramatista e dum críti-

co. [...] O crítico me parece [...] de não mui avultado alcance" (*apud* Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 13-14). Para José Veríssimo, "havia atilamento e bom senso em seu espírito crítico, apenas iludido pelo entusiasmo juvenil" (ibid., p. 14). Antônio Cândido concorda, com ressalvas, lembrando a feição digressiva, eruditismo ostentatório e até juvenil: "Sentiu e concebeu demais, escreveu em tumulto, sem exercer devidamente o senso crítico, que possuía não obstante mais vivo do que qualquer poeta romântico, excetuando Gonçalves Dias" (ibid., p. 14).

São lembrados os dois discursos acadêmicos e as falas orais públicas do poeta, mas com teor literário. Há os prefácios elaborados para apresentação de suas obras que, para Acízelo, constituem "exercícios de autocrítica", prática que os românticos adotaram, pois, considerando a feição original de suas obras, julgavam que deviam conduzir seus leitores à recepção adequada do "gênio" criador. São referidos também, dentre os estudos literários de Azevedo, composições consagradas a reflexões metaliterárias, "de cunho não puramente conceitual, portanto, uma vez que inscritas em moldura ficcional ou poética", como o experimento dramático Macário, dentre outras (Acízelo, *in* Azevedo, 2016, p. 15).

A Roberto Acízelo nada escapa que possa travar ou obscurecer a leitura. Como um guardião severo e atento, atribui ao texto o seu verdadeiro papel. Não o diminui ou o enaltece, antes mostra como realmente foi sua gênese.

Às vezes, o ato de ler só serve para cumprir uma tarefa, atender a uma demanda pessoal ou profissional, gerar um ganho, enfim, reveste-se de um fim pragmático. Noutras, há surpresas muito bem-vindas. Confesso que a leitura da edição crítica de "Literatura e civilização em Portugal", de autoria de Roberto Acízelo, foi uma delas. Álvares de Azevedo é o meu poeta romântico preferido. Na faculdade, o descobri e estudei com genuíno prazer; entretanto, não usufruiria a leitura do ensaio, caso não fosse adequadamente guiada.

Algumas dessas notas, urge ratificar, se desenvolvem – como, por exemplo, as informações mitológicas – em historietas que prendem a atenção. Álvares de Azevedo, no descanso da imortalidade, aplaudiria o esmiuçamento. O compromisso com a verdade dos fatos, nem sempre...

Roberto Acízelo, na última nota da Apresentação, esclarece oportunamente que Álvares de Azevedo dedicava a Portugal uma grande afeição. De família de posses, ligava-se à nobreza lusitana, não se apartando, assim, de suas origens afidalgadas. O crítico chega a afirmar que não se surpreenderia se o poeta tivesse sotaque lusitano ou preferências sintáticas e lexicais mais portuguesas que brasileiras, em função de hábitos familiares. Lembra ainda que, em alguns de seus textos circunstanciais – cartas, por exemplo –, há modos de dizer que, sem dúvida, parecem típicos de Portugal.

Grande parte dos leitores de literatura brasileira (re)conhece Álvares de Azevedo como poeta romântico. Uns mais do que outros, dependendo da profundidade de seus estudos ou da sua formação. Revela-se, entretanto, bastante instigante situá-lo em outro nicho, observá-lo por outro prisma: o de ensaísta.

Ao leitor comum surpreende, mas acredito provocar empatia, principalmente pelo auxílio luxuoso do crítico em questão. Ao leitor mais específico – como nós – configura-se uma situação curiosa: embora conhecendo a obra de Azevedo, o ensaio lhe amplia o painel dedicado ao poeta, enriquece-lhe os conhecimentos e contribui para sua reflexão sobre o alcance da literatura.

Quando o conteúdo e forma se agregam, gerando múltiplos desdobramentos para a seara literária, a leitura do ensaio de Álvares de Azevedo, nessa edição crítica, propicia deleite pelo conhecimento adquirido e pela fruição provocada.

Quanto mais fácil for uma experiência, quanto mais enraizada estiver em nossa vida, menos intensa será a sensação que ela nos provoca. Podemos definir a leitura deste ensaio crítico assim:

complexidades não se empalideceram nem se minimizaram as dificuldades. As palavras – as do crítico e as do poeta – se agigantam para materializarem uma experiência literária significativa pelo sentido plural evocado.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Tristão de. A criatividade ambivalente. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 33/34, abr./jun. de 1973.

AZEVEDO, [Manuel Antônio] Álvares de. *Literatura e civilização em Portugal*. Edição de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés, 2016.

BARTHES, Roland. Literatura e metalinguagem. In: _____. *Crítica e verdade*. São Paulo. Perspectiva, 1970. p. 27-29.

SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Historiografia da literatura brasileira*: textos fundadores (1825-1888). Rio de Janeiro. Caetés, 2014. 2 v.

Mitos, histórias, definições

Marisa Lajolo

Roberto Acízelo nos anos 80

Conheço o Acízelo há muito tempo.

Aí pelos comecinhos dos anos 80, para comemorar um aniversário, a Nestlé, organizou uma Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. Domício Proença Filho e Roberto Acízelo orquestravam livros e jurados. Eu fazia parte deste último time. Me sentia ao mesmo tempo com medo e deslumbrada: pela primeira vez eu estava cara a cara com autores e professores estreladíssimos, tipo bibliografia de meus cursos. Dona Dirce Cortes Riedel, Bella Josef e Ricardo Ramos, por exemplo.

Quem diria ... euzinha!

Roberto Acízelo era um anjo da guarda de jurados inexperientes. Sua calma impressionava e era contagiante. Nos intervalos, suas conversas sempre sugestivas tranquilizavam meus temores maiores e também os menores... Será que eu ia saber escolher certo? Será que ...? Será ...?

Depois deste primeiro encontro salpicado de deliciosos chocolates, nos cruzamos várias outras vezes, em bancas, abraliques, anpóis e similares eventos que pontilham a vida de professores de letras.

Mas a todos esses encontros com o magrela Acízelo de carne e osso sucederam-se, e continuam acontecendo, outros maravilhados encontros, agora também com o Acízelo de papel e tinta, nos vários livros que habitam minhas estantes e frequentam meus cursos.

Roberto Acízelo de papel e tinta

Dois livros recentes – de 2014 – impressionam e marcam espaço pela imensa contribuição que fazem às nossas letras: *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários* e *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores*.

Num certo sentido, o título destas duas obras recobre os campos intelectuais em que Acízelo se movimenta com desenvoltura ímpar: teoria da literatura e história da literatura. E seus subtítulos, ao qualificarem como *seminais* e *fundadores* os textos que cada uma das obras recolhe e põe em circulação, sugerem ao leitor o caráter *fundador* (de semente) desempenhado pelos textos que Acízelo recolhe. São textos que discutem os conteúdos de disciplinas presentes em todos os cursos de Letras. São nossas velhas conhecidas, que comparecem a nossos cursos – ainda que sob diferentes denominações- cuidando de "Literatura" e "História da literatura brasileira".

Gosto de pensar que os dois livros nasceram daquele dia-a--dia de classes e carteiras, livros, lousas e cópias xerox, projetores e computadores, alunos e professores, cenário de discussões e análises. Análises e discussões desenvolvidas em situações de aula, em cursos para alunos que nem sempre têm acesso à fundamentação original daquilo que se analisa e discute em aulas universitárias de cursos de Letras.

Musas e histórias

As musas falam português

Do mito das musas à razão das letras (Editora Argos) rastreia, ao longo de muitos séculos (do VIII a.C. ao XVIII), o que se discutiu relativamente ao que hoje se chama – talvez equivocadamente, no que respeita à estabilidade semântica da palavra – *literatura*.

Livro premiado (Academia Brasileira de Letras e Prêmio Jabuti), ele é candidato nato a uma versão eletrônica (o volume im-

presso tem mais de mil páginas). *Do mito das musas*... não se limita a disponibilizar ao leitor autores mais – digamos! – conhecidos por já disporem de tradução vernácula. Quando necessário, o organizador e seu time se encarregam da tradução. Mas o livro apresenta ainda outra e muito bem-vinda novidade: inclui portugueses e brasileiros na longa genealogia dos pensadores que refletem sobre *o que é*, *como se faz*, *como se lê* e *pra que servem* textos que hoje chamamos, indistintamente, de *literatura*.

Penso que foi medida muito sábia interromper o livro no século XVIII...

O surgimento do romance, por esta época – como o surgimento do hipertexto contemporâneo nosso –, torna bastante discutível a possibilidade de categorizações rígidas. Depois de leitorinhas inglesas enxugarem lágrimas pelos destinos de Pamela (Richardson) em mil setecentos e tanto –, também fica difícil confiar em inventários minimamente estáveis dos elementos a partir dos quais se alinham as reflexões que vem provocando, ao longo de tantos séculos, o que se chama de (repito: nem sempre adequadamente...) *literatura*.

Dentre os textos vernáculos apresentados no livro, meu preferido é o do mulato mineiro Silva Alvarenga. Que mais não fosse, por ser ele autor de um poema – *O desertor das letras* – muito divertido e oportuno neste nosso Brasil dos anos dois mil, para fazer uma rima rica...

Uma história da história

O outro livro de 2014 de Acízelo é *Historiografia da literatura brasileira* (Editora Caetés/FAPERJ). Ele se materializa em dois belos e alentados volumes azuis, cuidadosamente organizados pelo professor carioca.

Belo e bem-vindo livro: resgatando textos publicados entre 1825 e1888, constitui uma espécie de *história* da história literária, *história* protagonizada por autores e textos. Alguns muito conheci-

dos e mencionados, como Gonçalves de Magalhães e Sílvio Romero. Outros menos, quase anônimos, como Francisco de Paula Meneses ou João Salomé Queiroga. Mas todos sempre muito úteis e sugestivos, pelos *outros* brasis e *outras* (!) literaturas verde-amarelas que suas ideias insinuam, instituem, franqueiam e divulgam. No mesmo sentido, todos são textos provocantes, pela formulação de questões que, por longo tempo, tiraram (e ainda tiram ...?) o sono de alguns óculos.

Sirva de exemplo trechinho de carta de Gonçalves Dias, em que o maranhense, com seu imbatível humor, proclama que "[...] o que é brasileiro é brasileiro, e que *cuia* virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que não a achem tão bonita" (v. 2, p. 20).

A leitura segue a vontade do leitor: pode ser desenvolvida na sequência das quase mil páginas dos dois volumes, ou pode desenrolar-se de forma pontual ou salteada, cabendo ao leitor a seleção dos fragmentos escolhidos por interesse específico. Ou seja: o leitor escolhe seu percurso pelo livro, e – qualquer que seja a escolha feita – sai da leitura mais informado e mais sábio.

E, quem sabe, com o olhar perdido no infinito (?), se espante: "*É essa, então, a genealogia da disciplina que por um bom tempo estruturou os estudos literários e que hoje parece 'fora de moda'?*" Será?

As páginas de abertura do livro sublinham a circulação escolar (hoje universitária?) de histórias da literatura. Talvez inscreva-se nesta "institucionalização" (inevitável?) do discurso da história literária a diversidade de gêneros que a constitui. Ora uma carta, ora um ensaio, ora um prefácio. Ora isso, ora aquilo. No trecho que introduz cada autor, uma nota biográfica entremeada de comentários provoca o leitor contemporâneo, levantando questões relativas à inserção do fragmento escolhido na obra geral do autor.

Num momento de crise aguda dos estudos literários como este tempo nosso – crise documentada, por exemplo, pela baixa procura e alto índice de evasão dos cursos de letras –, este livro de Roberto

Acízelo renova e reforça esperanças. Ao disponibilizar e contextualizar os textos a partir dos quais se configurou a – digamos – "história de nossa história literária", o livro pode patrocinar a tão necessária discussão sobre "porque" e "como" se deve (ou se pode...) estudar a literatura brasileira. O que confere um travo delicioso à provocante epígrafe camoniana: "[...] *aqui vereis presente / coisas que juntas se acham raramente*".

Roberto Acízelo em suporte digital

Anterior às duas obras acima comentadas, outro texto de Acízelo é "O que é literatura". Capítulo do livro *Iniciação aos estudos literários* (Editora Martins Fontes, 2006), ele também se encontra disponível em http: www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/L/literatura.htm, modos de circulação que permitem a Acízelo cruzar impávido dos mares de Gutenberg aos de Steve Jobs.

De acesso fácil, é possível – e talvez recomendável – trabalhar com este texto, qualquer que seja o nome da disciplina de literatura que nos cabe no curso de letras.

Por quê?

Ora porque...

Talvez porque ele encaminhe a discussão do conceito de *literatura* sem salpicá-la com afirmações categóricas. O texto é pontilhado de deliciosas expressões como "a nosso ver", "observe-se que", "deslizando um pouco mais em direção ao sentido contemporâneo", "pode-se ainda acrescentar"...

Tais formas de dizer tanto desconstroem estabilidades categóricas do objeto de que se ocupa o texto – a literatura – como constituem manifestação de respeito de Acízelo a seus leitores (na medida em que sinalizam o andamento do texto), e ainda expressão de modéstia verdadeira.

E, como fará nas obras de 2014 já aqui comentadas, que se ocupam de "teoria literária" e da "historiografia da literatura

brasileira", também neste texto que antecede de quase dez anos os doutros dois, Acízelo leva o leitor pela mão ao longo dos significados que a expressão foi adquirindo e descartando ao longo dos muitos séculos...

A discussão é quente: podemos empregar o termo "literatura" quando estamos comentando *A Odisseia*? Claro que podemos. Mas... seria adequado? O texto nos faz acompanhar as ressignificações e reconcepções que o termo foi recebendo, incorporando e abandonando ao longo dos séculos.

Acízelo acompanha a passagem do tempo e nos leva com ele. Garimpa o conceito desde Aristóteles (384-322 a.C.) e Cícero (106-43 a.C) até Roman Jakobson (1896-1982), Jean P. Sartre (1905-1980) e Roland Barthes (1915-1982), para ficarmos apenas em nomes de maior circulação hoje.

Considerando seu texto assumir uma "atitude descritiva" acompanhada de uma "história do termo", Acízelo adota procedimentos seguramente aconselháveis se se toma por base – como ele toma – as " sempre expansíveis concepções de literatura". E, para o aplauso final de seus leitores, o texto nos presenteia com rigoroso cuidado para evitar "a arenga partidária em favor deste ou daquele ideal de literatura".

O que não é fácil, mas Acízelo tira de letra.

A segunda face de Janus de uma disciplina

Nabil Araújo

Na "Nota preliminar" com que abre o recém-lançado *Teoria da Literatura: trajetória, fundamentos, problemas* (2018), Roberto Acízelo esclarece tratar-se de um volume construído "com material de demolição, retirado de um livrinho posto abaixo: *Teoria da Literatura*, que, entre 1986 e 2011, a julgar pelas dez edições e diversas tiragens que teve, parece ter prestado bons serviços a estudantes de Letras e áreas conexas" (Souza, 2018, p. 7), e então acrescenta: "Não exatamente posto abaixo, na verdade, pois dele aqui preservamos os alicerces, algumas paredes, um ou outro detalhe arquitetônico, tudo, porém, rigorosamente revisado e com as fundações reforçadas" (ibid., p. 7).

O grande alicerce preservado ao longo dessas mais de três décadas transcorridas entre a primeira e essa novíssima edição do *best seller* acadêmico de Roberto Acízelo[1] não é outro senão a própria concepção de "teoria da literatura" aí defendida e divulgada: concepção *polêmica*, dado que enunciada em aberta contraposição a uma outra, anterior e preponderante academicamente, e à qual se veria incontornavelmente atrelada, na medida mesma em que a ela se contrapõe.

***

Considerando, em perspectiva histórica, desde Platão e Aristóteles, "o conjunto de questões que se podem levantar sobre a produção literária", Acízelo constata que "o imenso conjunto de construções teóricas disponíveis para exame não constitui um acervo uniforme", e que "as diferenças são tais e tantas entre as diversas teorias propostas que um estudioso poderá desanimar ante o que lhe parecerá um caos de sistemas explicativos contraditórios", razão pela qual propõe, então, "certas distinções capazes de distribuir as inúmeras teorias propostas em alguns poucos grupos constituídos por construções teóricas assemelhadas" (Souza, 1986, p. 11). Uma primeira distinção aventada é aquela entre teorias de *natureza normativa* e teorias de *natureza descritiva* (ibid., p. 11-12); uma segunda e última distinção é aquela entre teorias "para as quais a literatura é efetivamente objeto de *estudo sistemático*" e teorias "que se fixam na premissa de que a literatura, não se prestando a estudos, só pode ser objeto de *fruição*" (ibid., p. 12). Quanto a esta distinção, não há dúvida de que a teorização que Acízelo busca caracterizar só pode se enquadrar na perspectiva de um estudo sistemático da literatura, desviando-se, pois, da "atitude antiteórica" do "impressionismo crítico" (ibid., p. 15-16). Quanto à primeira distinção, tal teorização há de necessariamente assumir uma natureza descritiva, visto que "o *normativismo*, inibindo a especulação, a livre proposição de hipóteses explicativas, só constitui teoria se admitirmos um emprego amplo e um tanto impróprio dessa expressão" (ibid., p. 15).

Assim sendo, a teoria da literatura se caracterizaria, em contraste com as "disciplinas concorrentes" (ibid., p. 21) no âmbito dos estudos literários – por exemplo, a crítica –, como "a modalidade contemporaneamente dominante de se estudar a literatura, de cunho descritivo-especulativo e marcada pela preocupação de discutir seus próprios métodos e conceitos" (ibid., p. 26). Seu conceito fundamental seria o do seu próprio *objeto*: "Se para uma consideração

não especializada a literatura é um fato evidente, para a teoria da literatura o primeiro problema é estabelecer limites precisos para esse fato [...], de tal modo que o fato do senso comum seja superado e convertido num objeto de pesquisa científica" (ibid., p. 37). Descartadas as acepções generalistas historicamente associadas ao termo *literatura*, define-se, por contraste, que

> o objeto da teoria da literatura é a literatura *stricto sensu*, [...] englobando manifestações tanto em linguagem metrificada quanto em não metrificada, desde que em tais manifestações se reconheçam propriedades ditas artísticas e/ou ficcionais, por oposição às demais obras escritas – científicas ou técnicas – destituídas de tais propriedades (ibid., p. 43).

A isso segue-se um importante esclarecimento: "num grau mais refinado e abstrato o objeto da teoria da literatura não é o conjunto das obras consideradas literárias *stricto sensu*, mas 'propriedades específicas' de que tais obras são dotadas" (ibid., p. 45), aquilo que, desde o formalismo russo, convencionou-se chamar de *literariedade*, isto é, "o modo especial de elaboração da linguagem inerente às composições literárias, caracterizado por um desvio em relação às ocorrências mais ordinárias da linguagem" (ibid., p. 47). Quanto à definição do método, Acízelo observa:

> Se as correntes da teoria da literatura surgidas na primeira metade do século XX privilegiaram a instância textual da análise, consagrando, portanto, para seu uso o método linguístico, assiste-se na atualidade a uma reação a essa tendência. Hoje se valorizam certas linhas de pesquisa que, já na primeira metade do século, levavam em conta alguns aspectos da literatura irredutíveis às formas textuais, ampliando suas análises às conexões entre o texto literário e outros processos sociais – ideológicos, históricos, culturais, econômicos etc. (ibid., p. 51).

Daí a "diversidade das correntes", as "inúmeras orientações frequentemente antagônicas" em que se subdivide, segundo Acízelo,

a teoria da literatura (ibid., p. 53). Essa diversidade interna não impediria, contudo, o reconhecimento de uma identidade disciplinar – "como para nós a teoria da literatura é um questionamento sistemático acerca do fato literário, ela estará presente toda vez que se esteja empreendendo análises desse fato" (ibid., p. 67) –, bem como daquilo que extrapolaria os limites dessa identidade: "Rejeitamos a ideia segundo a qual essa disciplina teria por finalidade atuar como uma propedêutica, uma iniciação ao estudo das literaturas nacionais ou clássicas" (ibid., p. 67). Essa rejeição, por sua vez, faria emergir a questão acerca de que outra finalidade, senão a de servir de propedêutica aos estudos literários, poderia ter a teoria da literatura, tal como aí concebida. Acízelo responde:

> Através dela, a literatura deixa de ser apenas uma fantasia encantadora e comovente, para se apresentar como produção cultural tão plantada na realidade, na vida, quanto empenhada em revelar-lhes os aspectos mais esquivos à nossa compreensão. [...] em termos mais amplos, vem ao caso afirmar que o cultivo da inteligência, independentemente da cobrança de resultados práticos, é um fim em si mesmo (ibid., p. 69).

Ora, justamente essa concepção de teoria da literatura e de sua finalidade é que se manterá, à guisa de alicerce fundamental, na mais recente versão do "livrinho" de 1986, a despeito das eventuais revisões e atualizações.[2] Em sua manifestação original, entretanto, trata-se de uma concepção *polêmica*, na medida em que se erige em contraposição a certo modo usual de se compreender a disciplina, justamente aquela que prevê para a teoria da literatura uma atuação propedêutica:

> Não consideramos válido aquele outro entendimento igualmente usual, que imagina ser a teoria da literatura uma disciplina preparatória para o estudo das diversas literaturas nacionais ou clássicas. Assim pensada, a disciplina em apreço nada mais representaria do que um conjunto de noções básicas com as

> quais se poderia, por exemplo, estudar a literatura brasileira. Nessa mesma linha de raciocínio equivocado, tem-se difundido bastante no nosso meio universitário a noção de que a teoria da literatura constitui uma 'teoria' enquanto algo distinto de uma prática, admitindo-se candidamente que essa prática se encontre, por exemplo, na literatura brasileira, portuguesa etc. Ora, tal opinião falseia inteiramente a compreensão do que seja a teoria da literatura (ibid., p. 20).

Publicado exatamente uma década antes, *Notas de teoria literária* (1976), de Afrânio Coutinho, outro "livrinho" destinado a ter vida longa em nossos programas universitários,[3] encarna perfeitamente o "entendimento usual" da teoria da literatura ao qual se oporá Roberto Acízelo. No texto que abre o livro, intitulado "Que é teoria literária?", Afrânio Coutinho relembra o projeto de criação da disciplina teoria da literatura por ele apresentado em 1950 à Faculdade de Filosofia do Instituto La Fayette, depois Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Obtido parecer favorável, o referido projeto "teve a aprovação da Congregação", relata Coutinho, "sendo imediatamente posto em execução, com a disciplina incluída em caráter obrigatório em todos os cursos de Letras" (Coutinho, 1976, p. 1). No que se refere à pergunta que dá título ao texto, Coutinho identifica "duas concepções da disciplina" que "[se] defrontam no ensino universitário de Letras"; isso porque: "pode-se entender a Teoria Literária como disciplina propedêutica, introdutória, ou, ao contrário, como cúpula, sinônimo de filosofia da literatura" (ibid., p. 2). Não há dúvida acerca da perspectiva adotada pelo próprio Coutinho: "A doutrina que fundamentou aquele projeto era de que a disciplina deveria corresponder a uma 'introdução à Literatura'" (ibid., p. 2).

Assim concebida, a teoria da literatura "visa ao estudo dos problemas gerais e propedêuticos da Literatura; métodos da crítica e da história literária [...]"; "propicia a oportunidade de se ensinar o

que se pode rotular como 'Ciência da Literatura', isto é, a metodologia do trabalho intelectual aplicado aos estudos literários [...]"; "[a parte prática] compreenderá estudos de textos, com análise, explicação e interpretação; práticas de exposição oral, de redação de ensaios críticos e resenhas [...]" (ibid., p. 2-3). Fica clara aí a medida em que a teoria da literatura assumiria o caráter de uma iniciação teórico-prática na crítica literária, verdadeira propedêutica à abordagem crítica dos textos literários com os quais o aluno de letras se deparará ao longo do curso nas disciplinas de literaturas nacionais:

> O caráter geral ou introdutório da disciplina coaduna-se perfeitamente com o fato de que as literaturas nacionais são estudadas em disciplinas especiais. É desejável que o aluno, ao iniciar o estudo das literaturas nacionais, já esteja familiarizado com os problemas gerais de Teoria da Literatura, sua terminologia, seus conceitos básicos (ibid., p. 3).

Já na qualidade de "questionamento sistemático acerca do fato literário", o qual, "independentemente da cobrança de resultados práticos, é um fim em si mesmo", como quer Acízelo, a disciplina pareceria mesmo encarnar aquela segunda concepção de teoria da literatura aventada por Coutinho, a de uma "filosofia da literatura".[4] Nessa perspectiva, a disciplina deixa de figurar como teoria da crítica, implicando, antes, na verdade, uma verdadeira ruptura com a crítica literária compreendida como "prática da análise de obras literárias particulares, distinta da teoria da literatura, na medida em que esta última se interessaria pelo estudo dos métodos, princípios e conceitos gerais, independentes de sua aplicação a textos específicos" (Souza, 1986, p. 70).

A questão da aplicabilidade ou não da teoria encontra-se, pois, no cerne da oposição entre a primeira e a segunda concepção de teoria da literatura: se esta reclama para si o caráter de "questionamento sistemático acerca do fato literário" como um "fim em si mesmo" (algo, portanto, como uma "filosofia da literatura"), a primeira não

hesita em apresentar-se como uma verdadeira *metodologia* da crítica literária, algo, portanto, visando, em última instância, à aplicação de um método ao trabalho crítico com as literaturas nacionais. Acízelo se insurgirá contra essa concepção em outras ocasiões para além de seu "livrinho", sempre com a mesma verve combativa:

> É muito comum se conceber a disciplina como uma espécie de propedêutica, cujo objetivo consistiria em instrumentalizar os alunos para o verdadeiro estudo da literatura, proporcionado por outras disciplinas literárias do currículo, as literaturas nacionais (brasileira, portuguesa, espanhola, etc.) e as clássicas (grega e latina). Assim, a teoria da literatura não constituiria senão um estágio preparatório – concepção de que é sintoma sua alocação praticamente generalizada no ciclo básico dos cursos, isto é, nos dois semestres iniciais –, que só se justifica se habilitar para uma prática, afinal sensata expectativa em relação a uma disciplina que, sendo *teoria*, só poderia mesmo orientar-se para uma *prática*. Ora, essa concepção [...] situa o problema no nível simplório do senso comum, pressupondo assim o caráter anterior e apartado da teoria em relação à prática. Em outros termos, essa concepção confunde um dispositivo de economia curricular – a separação disciplinar entre teoria da literatura e literaturas nacionais e clássicas, bem como a usual precedência daquela em relação a estas, na seriação dos cursos –, dispositivo de resto questionável e apenas circunstancial, com um pseudoprincípio epistemológico [...] (Souza, 2006, p. 59).

O fato, contudo, é que essa concepção, que Acízelo lamenta ser "frequentemente partilhada por professores de literaturas específicas – nacionais e clássicas – e até de teoria da literatura" (ibid., p. 59), remonta ao próprio livro que, segundo ele, surge em 1949 como a "certidão de batismo de uma nova disciplina, destinada a tornar-se conhecida por designação não por acaso coincidente com o título da obra: teoria da literatura" (Souza, 2018, p. 37). Acízelo refere-se, é claro, a *Theory of literature,* de René Wellek e Austin Warren. "A

crítica literária e a história literária tentam, ambas, caracterizar a individualidade de uma obra, de um autor, de um período ou de uma literatura nacional", ponderam os autores logo no primeiro capítulo do livro, e sentenciam: "Mas essa caracterização pode ser realizada somente em termos universais, com base numa teoria literária. A teoria literária, um órganon de métodos, é a grande necessidade do estudo literário hoje" (Wellek; Warren, 1984, p. 19).

A *Theory* de Wellek e Warren foi a obra tutelar para Afrânio Coutinho em sua cruzada anti-impressionista nos anos 1940-50, iniciada na esteira de sua conversão ao New criticism nos EUA e que culminaria com o já referido programa de implantação da disciplina teoria da literatura nos cursos de letras no Brasil. Coutinho, ex-aluno de Wellek, referia-se, com efeito, ao livro do mestre, como "a bíblia ou o *Novum Organum* da nova crítica" (Coutinho, 1957, p. 19), "destinada a produzir verdadeira revolução nos estudos crítico-literários entre nós" (ibid., p. 19). Não estranha, pois, que a concepção *metodológica* de teoria literária vigente no projeto inaugural por ele apresentado – "metodologia da pesquisa literária", "métodos da crítica e da história literária", "metodologia do trabalho intelectual aplicado aos estudos literários" (Coutinho, 1976, p. 2-3) – pareça diretamente decalcada da *Theory* de Wellek e Warren.

E quanto à segunda concepção de que fala Coutinho? Ao denunciar, em seu livro de 1976, a "hipertrofia filosofante" (ibid., p. 6) que estaria tomando conta da teoria da literatura à época, acarretando "uma distorção do espírito dessa disciplina" (ibid., p. 5), ele assevera:

> Em vez de se procurar ensinar o que são gêneros literários, como se caracterizam e compõem, e como se estruturam na obra literária; que é um romance e porque; que são rima e métrica; que é personagem e ponto de vista ou foco narrativo e quais os seus diversos tipos; que é epopeia e o que a caracteriza, etc., etc., etc., a maioria de nossos professores de Teoria Literária aproveita

> o ensejo para demonstrações profundas de conhecimento dos últimos livros que as editoras de Paris exportam para as nossas plagas, especialmente os da editora Du Seuil, onde estão os bastiões do estruturalismo, da semiótica, e de outras manifestações em que se compraz certa vanguarda cansativa, porque superficial e mutável ao menor navio que aporta de França (ibid., p. 5).

Bem entendido, Coutinho responsabiliza a voga estruturalista no Brasil de meados dos anos 1970 pela conversão da teoria da literatura numa disciplina puramente "filosofante" – "Falar termos difíceis, usar conceitos pomposos, utilizar uma linguagem impenetrável, deve parecer-lhes filosofar [...]." (ibid., p. 6) –, totalmente alheia aos problemas concretos da prática crítica. Ora, se é verdade que o estruturalismo nos estudos literários emerge, com e a partir dos formalistas russos, em reação direta ao historicismo em crítica literária herdado do século XIX, não se pode dizer que a ascensão de uma teoria estruturalista da literatura – na forma de uma "poética estrutural" – tenha simplesmente eliminado a preocupação teórico-metodológica com a crítica literária, ao menos na própria França. Assim, é de se aventar que a via brasileira de um estruturalismo literário, mais especificamente aquela impulsionada pelo nome maior do estruturalismo literário no Brasil, Luiz Costa Lima, tenha projetado um exclusivismo da segunda concepção de teoria da literatura (filosofia da literatura) em detrimento da primeira (teoria/metodologia da crítica).

Com efeito, no prefácio à primeira edição de *Teoria da literatura em suas fontes* (1975), surgida um ano antes das *Notas* de Coutinho, Costa Lima – que a essa altura se fazia conhecido sobretudo como o autor de *Estruturalismo e teoria da literatura* (1973) – insurge-se contra a concepção propedêutico-metodológica da disciplina, atacando justamente o manual de Wellek e Warren. "Tal como os autores a concebem, a teoria da literatura tem o caráter de *suma* dos estudos literários. Qual a especificidade, pois, da teoria? É a sistematizadora dos métodos, o 'órganon dos métodos', como

os próprios autores escrevem", observa, com efeito, Costa Lima (1975, p. 22), e retruca: "A teoria não se pode confundir com a metodologia porque aquela não pode ser o instrumento aparentemente neutro, apenas descritivo, oriundo da exclusão das prenoções que atrapalhariam a apreensão do objeto, como uma metodologia, em seu estado puro, pretende ser" (ibid., p. 22).

Em sua tese de doutorado, defendida em 1981e publicada em livro seis anos mais tarde, Acízelo fará eco às supracitadas objeções, observando, em paráfrase a uma citação do próprio Costa Lima, ser "absurdo esperar da Teoria da Literatura eficácia tecnológica; quer dizer – e este é o equívoco escolar a que se tem prestado a disciplina –, a Teoria da Literatura não é o projeto de uma máquina que, uma vez montada, venha a produzir análises literárias em série" (Souza, 1987, p. 137).

Em vista disso, pode-se dizer que o "livrinho" de 1986 de Roberto Acízelo cumpre, em relação à concepção de teoria da literatura de Luiz Costa Lima, a mesma função que o "livrinho" de 1976 de Afrânio Coutinho cumpre em relação à concepção de teoria da literatura de Wellek e Warren. O fato de que, quando foi publicado, há mais de três décadas, a concepção propedêutico-metodológica se impusesse como a compreensão usual da teoria da literatura no nosso meio acadêmico parecia justificar a contundência e mesmo a pretensão de exclusividade de que se revestiria, no texto de Acízelo, a defesa da outra concepção, chamada por Coutinho de "filosófica".

Hoje, contudo, poder-se-ia reenquadrar esta querela como uma disputa sem vencedor, em reconhecimento ao caráter bifronte de uma disciplina outrora em cisão: do necessário equilíbrio entre as duas concepções opostas parecem depender a um só tempo o vigor e a relevância institucionais da teoria da literatura. O maior dos "bons serviços" prestados pelo "livrinho" de Acízelo terá sido, pois, o de contribuir para esse tenso equilíbrio, popularizando a

polêmica concepção de teoria da literatura por ele professada ao modo de uma segunda face de Janus disciplinar.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Afrânio. *Da crítica e da nova crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, *1957*.

_____. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LIMA, Luiz Costa. O labirinto e a esfinge. In:_____ (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 11-41.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Formação da teoria da literatura*: inventário de pendências e protocolo de intenções. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Niterói: Eduff, 1987.

_____. Teoria da Literatura. In: _____. *Iniciação aos estudos literários*: objetos, disciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 47-62.

_____. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Teoria da literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. São Paulo: É Realizações, 2018.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Theory of literature*. 3. ed. rev. San Diego/New York: Harvest/HBJ, 1984 [1949]. [Ed. bras.: WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.]

NOTAS

1 Calcula-se que, entre 1986 e 2010, o livro terá vendido em torno de 40.000 exemplares (informação a mim prestada pelo próprio autor).

2 "A teoria da literatura, apesar do seu nome, não serve a nenhuma prática. Constitui, isso sim, um sistema de conceitos integrados que se destina a conceber as

manifestações literárias não como ponto pacífico, no nível do senso comum, mas sim como certa produção cultural complexa e problemática, cujo conhecimento demanda aplicação e esforço intelectual", reafirma, com efeito, Acízelo (Souza, 2018, p. 81-82), repetindo literalmente: "Vem ao caso afirmar que o cultivo da inteligência, independentemente da cobrança de resultados práticos, é um fim em si mesmo" (ibid., p. 83).

3 Originalmente publicado em 1976 pela Civilização Brasileira, editora em que teve mais de uma edição, desde 2008 o livro encontra-se em catálogo pela Vozes, atualmente em segunda edição.

4 A qual, segundo Coutinho (1976, p. 2), deveria ser ministrada somente "nas duas últimas séries [do curso de letras] em cursos monográficos ou optativos".

Entre o rigor e o alumbramento

Peron Rios

Todo livro que se pretenda uma introdução a determinada disciplina corre o risco do pouco rigor metodológico, da abordagem demasiado panorâmica dos temas abordados, da redundância, do excesso aniquilante. O professor Roberto Acízelo de Souza, com seu *Iniciação aos estudos literários*, de 2006, escapa seguro a esses três perigos. De fato, o autor – com largo conhecimento dos textos seminais que abasteceram os debates sobre o literário – não abre mão da reflexão genealógica dos conceitos operatórios que lastreiam as reflexões sobre a literatura. É por esse método ou caminho que poderá pensar teoria, mas sem se esquecer que, assim como as formas, também os objetos, as disciplinas e os instrumentos analíticos guardam uma história.

Para se alcançar os objetivos de um percurso teórico, o mergulho especulativo, como sabemos, é estratégia inadiável, de modo que "passeios alegres" e superficiais pelos meandros do conceito inevitavelmente levariam ao insucesso dos intentos iniciais. *Iniciação aos estudos literários*, no entanto, traz uma abordagem absolutamente singular de textos que se querem uma primeira visita ao terreno das teorias. E, dentre tantas qualidades presentes na obra do professor Acízelo, duas são absolutamente notáveis: o calibre conceitual e a elegância da elocução. Roberto Acízelo de Souza, num admirável esforço de síntese e sem abrir mão do aprofundamento e da precisão, reúne, em *Iniciação aos estudos literários*, considerações concisas sobre tópicos que em obras mais extensas já abordara (é o caso, por

exemplo, dos livros *Teoria da literatura* e *História da literatura*, republicados recentemente sob o selo da *É Realizações*).

O volume compõe uma família de trabalhos que servem de suporte estável aos estudos literários de estudantes, professores e de frequentadores, em geral, do campo das humanidades. Gostaríamos de destacar duas obras, de tradições literárias distintas, que o acompanham em projeto desse perfil: *O conhecimento da literatura*: *introdução aos estudos literários*, de Carlos Reis, e *O demônio da teoria*: *literatura e senso comum*, de Antoine Compagnon. Na primeira, os escritores propriamente literários comparecem com alguma recursividade, o que é procedimento preterido em Roberto Acízelo de Souza, que privilegia o recurso da metateoria. (E um detalhe também não poderia nos escapar: se Reis considera seus estudos – o que flagramos no subtítulo da obra – uma introdução, o professor brasileiro prefere se esquivar de tal vereda ultravisitada, substituindo-a pela ideia de *iniciação* – o que diminui o risco de se atribuir às suas reflexões o estatuto de uma *propedêutica*.)

O trabalho de Compagnon, por sua vez, não guardará, de Acízelo, a minúcia diacrônica, preferindo o autor d'*Os cinco paradoxos da modernidade* recorrer – embora não de forma excludente, o que seria absolutamente inviável, dada a natureza das especulações – a críticos e teóricos menos cronologicamente recuados. Além disso, novamente apontamos para o subtítulo: *literatura e senso comum*, no livro de Compagnon, são termos que vão ladear-se por oposição e contraste; o que também será apreciado por Roberto Acízelo de Souza (2018, p. 11:

> [...] uma teoria, construída a propósito de qualquer campo de observação que se nos ofereça, quer esse campo se situe no âmbito da natureza, quer no da cultura, uma teoria implicará sempre *criar* problema(s) onde o senso comum não vê pontos obscuros que demandem esclarecimento da razão analítica.

Ora, mas esse é o *núcleo* da ciência, nos diria certamente o Gaston Bachelard (1996, p. 18) d'*A formação do espírito científico*:

> A ciência, tanto por sua necessidade de coroamento como por princípio, opõe-se absolutamente à opinião. Se, em determinada questão, ela legitimar a opinião, é por motivos diversos daqueles que dão origem à opinião; de modo que a opinião está, de direito, sempre errada. A opinião *pensa* mal; não *pensa*: *traduz* necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los. Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado.

Atendendo a uma exigência de ordem especulativa, Roberto Acízelo divide seu volume em três partes: objetos, disciplinas e instrumentos, e sobre cada intervalo faremos nossas observações.

Objetos

Belas-letras

O autor inclui como objetos de suas investigações as belas-letras, o binômio ciência/literatura, a literatura e o campo literário. É em razão de sua típica sobriedade conceitual que Roberto Acízelo de Souza, discorrendo sobre o quesito *belas-letras*, corrige imprecisões vislumbradas num consagrado *vade mecum* como o *Dicionário de termos Literários*, de Massaud Moisés. De fato, ao definir o sentido da expressão "letras mais humanas", Moisés ignora a ascendência teológica do sintagma e lhe confere, anacronicamente, românticos atributos ("*humaniores litterae* [...] designava a atividade da imaginação") (Cf. Sousa, 2006, p. 2). Semelhante reajuste ocorre no percurso traçado já no primeiro capítulo de *Iniciação aos estudos literários*, pelo qual o autor busca localizar os orbitais semânticos de *letras humanas* e *divinas*, *boas letras* e do ainda residual e pejorativamente utilizado *belas-letras*, cujas premissas conceituais teriam extrapolado para o campo das artes, gerando a expressão "belas-artes" (e, por fim, a ideia moderna de *literatura*).

Esse rigor, a que aludimos acima, nota-se em inúmeros momentos de seu texto e se materializa, por exemplo, em expressões como "até onde pudemos apurar" ou "segundo o que pudemos verificar", revelando, ao mesmo tempo, o cuidado da pesquisa e a cautela nos limites, o que lhe promete salvaguarda frente a lapsos similares aos de Massaud Moisés.

Ciência e literatura

Um pouco adiante, entre as informações que oferece a respeito do par *ciência/literatura*, Roberto Acízelo nos recorda que René Wellek e Austin Warren, no clássico *Teoria da literatura*, tratam de distinguir a literatura das ciências que discorrem sobre ela – conforme os objetivos de cada uma dessas atividades. Para esses autores, a primeira pode se pretender irracional, ao passo que os estudos literários não devem prescindir da racionalidade (cf. Warren; Wellek, 2003, p. 3). Se um tal debate sem dúvida ocupou boa parte dos professores e críticos do século XX, Acízelo irá, prudentemente, fazer um recuo reflexivo: situará as raízes da bifurcação em Platão e, de modo geral, em toda a educação clássica – que diferenciava, entre as artes liberais, o *trivium* (gramática, lógica e retórica) e o *quadrivium* (geometria, música, aritmética e astronomia). O *trivium*, preocupado com as categorias do discurso, remeteria, nessa dualidade e por analogia, à literatura, ao passo que o *quadrivium*, lidando com as "artes das coisas reais", se identificaria com as configurações científicas. Mas Souza (2006, p. 15) granula a questão de modo ainda mais refinado e menos óbvio:

> Outra correspondência possível pode fazer-se no interior do *trivium*, interpretando-se a oposição entre dialética e retórica em termos da polaridade entre pensamento formal abstrato/pensamento informal concretizante, o primeiro relacionado à ciência, e o segundo à literatura.

Na trilha da investigação em que situa as diversas configurações da antítese *literatura/ciência*, boa parte dos esforços do professor

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro se canaliza para identificar a ontologia do literário. E se *literatura* já significou o ofício matricial de leitura e escrita – ou seja, domínio da cultura letrada –, em determinado momento, sobretudo a partir do século XVIII, acolheu a acepção hiperonímica ainda atual.[1] Daí em diante, seguindo o percurso da ciência, a literatura se distancia do vínculo com o comum dos povos para, numa busca de autonomia epistemológica, exigir uma propedêutica dos usuários que pretendam minimamente compreendê-la. E, aqui, Roberto Acízelo (2006, p. 21) desvela um movimento em contrafluxo, nem sempre aferido:

> A reflexão epistemológica, a partir de pesquisas de ponta em diversas disciplinas científicas, direciona o interesse para as interferências do acaso [...]; a grande ideia diretriz da atitude científica consumada no século XIX – o determinismo – torna-se alvo de restrições, que culminam na proposição do que veio a chamar-se *ciências do caos* ou, segundo nomenclatura mais recente, *ciências da complexidade*.

É, então, que o autor arremata e flagra a ironia do tempo: "Desse modo, se em fins do século XIX ficcionistas e poetas revelavam seus projetos de orientação pela ciência, no fim do século XX são os cientistas de diversas áreas que declaram suas afinidades com o trabalho dos artistas" (ibid., p. 21).

Literatura

A consistência teórica, alcançada com a análise microscópica de textos seminais, confere ao pesquisador a estatura intelectual e o desassombro indispensáveis para o exercício livre do intelecto. Assim, na encruzilhada hermenêutica do objeto "literatura", o crítico indica vulnerabilidades em posições antagônicas, consagradas por pensadores densos como Roland Barthes ou Michel Foucault. Ao denunciar as fragilidades da hipótese realista de autores que subestimam o peso de um anacronismo, Acízelo detalha que, ao contrário do que supõem Foucault e Barthes, os fatos verbais não são os mesmos:

a ideia de autoria e a divisão taxionômica dos discursos – própria da modernidade – apontam que as realidades escriturais, em suma, não são exatamente as mesmas. A refutação a Foucault, aliás, ocorre na base de seu silogismo, na premissa segundo a qual o termo *literatura* seria de "fresca data". Uma longa e controversa trajetória, que vai desde o início da Era Cristã até o século XX, serve de chance para uma explanação de como um termo é sempre histórico – o que dá razão a Nietzsche: "apenas seres a-históricos permitem uma definição no verdadeiro sentido da palavra" (Cf. Merquior, 2016, pos. 341). E, após o percurso teórico, fica esclarecido que recente não é o significante *literatura*, mas a semântica indicando, inicialmente, *um conjunto de escritos relativo às humanidades* e, posteriormente e de modo mais restritivo, *obra desinteressada, proveniente da imaginação*. Outro aspecto nominalista a cair no campo magnético das refutações de Souza é a afirmação relativamente disseminada de que a busca de uma especificidade literária, em certos discursos, se configura como um fenômeno recente. E, todavia, Acízelo corrige, na *Poética* de Aristóteles já o empreendimento claramente se apresenta.

Campo literário

As especulações a respeito do objeto "campo literário", entabuladas por Acízelo, entregam ao leitor algumas vantagens teóricas relevantes. De saída, "campo literário", segundo o autor, é antes uma noção metafórica do que exatamente um conceito. Ou, se quisermos, trata-se mais de um conceito autoral (Pierre Bourdieu) do que estavelmente definido numa disciplina (como na física de Faraday). Em segundo lugar, a expressão se encontra a serviço de ideias variadas (cf. campo literário em Compagnon e em Carlos Reis, em suas obras referenciadas neste ensaio), o que certamente é reforçado pelo fato de não se constituir uma noção disciplinar.

Quando retorna às ideias primordiais a respeito do literário, Roberto Acízelo de Souza se exige, para bem localizá-las, uma minuciosa pesquisa das semânticas iniciadas já no vocábulo *littera*.

Seguindo esse ponto inicial, ele nos ensina que, se a palavra latina remete, analogamente ao *gramma* helênico, à noção de letra, os metaplasmos ocorridos em amplo arco temporal fabricaram termos com acepções consideravelmente distintas: *literatura* e *gramática*, respectivamente. O interessante é que, para uma gama razoável de indivíduos, a última aponta para uma normativa correção da linguagem, ao passo que a primeira supõe, a certa altura de seus desdobramentos, justamente uma infração recorrente dessas normas. Não por acaso, a literatura se apoiou longamente na *performance* retórica para alcançar muitos de seus efeitos:

> A tradição [...] sempre reconheceu, no grande compartimento disciplinar das letras, uma fronteira relativa, configurada, para ficarmos com um modelo singelo que por ora nos convém, na distinção entre as esferas da gramática e da retórica, a primeira interessada nos critérios de correção linguística e a segunda em certo *plus* da linguagem, além ou aquém da correção, cuja complexa caracterização vem sendo, ao longo de dois mil e quinhentos anos, o cavalo de batalha da área (Souza, 2006, p. 49).

Apesar do rigor de investigação, notamos lapsos pontuais e praticamente inevitáveis num trabalho de semelhante alcance e ambição. Para darmos um exemplo, em nota de rodapé explicativa, Roberto Acízelo escreve:

> Na sua formulação estruturalista – questionada nas últimas décadas por diversas orientações, em geral reunidas sob as rubricas análise do discurso e semiótica do texto – contudo, pode-se dizer que permanece sensível à ideia de que *verba volant*; por isso, sua metodologia, perseguindo a nitidez do objeto, preconiza concentração nas articulações abstratas do sistema e na sua estabilidade, procurando assim neutralizar respectivamente o caráter dispersivo dos atos individuais de locução e as turbulências que afetam a linguagem por ação do tempo histórico (ibid., p. 50).

Embora o professor Acízelo sublinhe a existência de vias teóricas seguindo na contramão da abordagem estruturalista da linguística, sem dúvida – dada a força assertiva do adendo – seria bem-vinda uma maior ênfase sobre a influência ampla que exerceram teorias como as pragmáticas de Morris, Austin ou Grice. O destaque era certamente importante porque uma maior atenção à linguagem em uso significa, incontornavelmente, a presença do *plus* expressivo, refratário a qualquer catalogação estreita pautada na correção da gramática normativa.

Disciplinas

Teoria da Literatura

Iniciação aos estudos literários introduz a temática proposta, oferece os autores fundantes, analisa seus pressupostos, avalia suas contribuições. Quando principia a seção "Disciplinas" com a teoria da literatura, Acízelo elenca os desenvolvedores prototípicos de suas bases (Friedrich Schlegel, Alexander Portebnia, Boris Tomachevski) e, na sequência, destaca o pilar consolidante do campo de estudos: o *Teoria da titeratura*, de René Wellek e Austin Warren. A partir daí, busca traçar o perfil epistemológico da obra, seu raio de alcance e impacto. A heterogeneidade essencial de um volume tão influente nos estudos literários do século XX é logo flagrada pelo olhar atento do autor:

> [...] são muitas as suas subdivisões internas, as suas correntes, cujo inventário deve iniciar-se justamente por aquelas que se situam na base do esforço de síntese empreendido por esse livro, e que se definiram nas três primeiras décadas do século XX: o formalismo russo (ou, para incluir desdobramentos seus, eslavo) e o *new criticismo* anglo-norte-americano. Ainda dessa época, deve mencionar-se a estilística (desenvolvida sobretudo na Alemanha e na Espanha), a escola morfológica alemã, a fenomenologia dos estratos (de origem polonesa). E, como a lista de correntes não se esgota nessas referidas, pois diversas outras

> se foram definindo nas décadas subsequentes – crítica marxista, crítica existencialista, crítica sociológica, estruturalismo, poética gerativa, estética da recepção, etc. –, sem falar nas muitas orientações distintas internas de cada corrente, esbarramos aqui num problema de exposição (Souza, 2006, p. 53-54).

Feito isso, pontua o caráter marcadamente imanentista da teoria da literatura, sua "vocação problematizante" e o contraste que ela estabelece com a disciplina até então hegemônica – a história literária. Realizando um recuo temporal de modo a captar a gênese de tal campo literário, o professor nos informa que, "no Brasil, a disciplina foi introduzida no currículo oficial por ocasião da reforma do curso de letras aprovada em 1962" (ibid., p. 56). Após investigar, com brevidade precisa, o roteiro de consolidação da teoria nos programas e currículos brasileiros, empreende uma busca pela situação da disciplina em nossas universidades (denunciando equívocos graves, como a teoria literária servir de *preparação* aos estudos das literaturas nacionais).

Fica evidente, portanto, que, na perspectiva do escritor de *O império da eloquência*, para se trabalhar com os estudos literários, longe de qualquer espontaneísmo frágil, é necessário, como em qualquer área da ciência, ao menos *um pouco de método*. João Cezar de Castro Rocha costuma, em inúmeras intervenções, destacar a metodologia adotada por Antônio Cândido, quando este redigiu o seu clássico *Formação da literatura brasileira*. Ao contrário de autores como Sílvio Romero, por exemplo, Cândido escreve uma história literária em que todos os escritores convocados foram rigorosamente lidos e comentados – o que destoa da mera enumeração estéril de obras e literatos, típica dos compêndios que costumavam circular entre nós. Semelhante prática enumerativa, diga-se de passagem, recai no equívoco sublinhado por Nietzsche e por ele qualificado como história antiquária (cf. Perrone-Moisés, 1998, p. 23).

A observação que João Cezar dedica a Antônio Cândido seguramente se aplica a Roberto Acízelo de Souza: enquanto tantos au-

tores de manuais de teoria literária apenas superpuseram correntes teóricas num quadro diacrônico, sem interrogá-las ou lhes dedicar alguma articulação mais íntima, Acízelo evita a mera quantificação para flagrar continuidades e desvios, as relações lógicas e as contradições entre os aportes que os estudos literários desenvolveram.

Teoria da literatura e ciência

Ao examinar diacronicamente o binômio *teoria da literatura/ciência*, Roberto Acízelo de Souza nos faz lembrar que, em data não muito distante, a teoria, no afã de se alçar à suposta superioridade das disciplinas historicamente científicas (não pertencentes às humanidades, como os estudos literários), imitou de tal modo, em suas investigações, o padrão dos métodos das chamadas ciências duras que o procedimento logo degenerou em cacoete. Recorda-nos ainda Acízelo que, tentando escapar, posterior e reativamente, às circunscrições dos domínios científicos, os teóricos os acusariam, sem razão, de frios, fechados e demasiado conclusivos (e que só poderiam abarcar objetos supostamente simples, sem uma complexidade espiritual).

Empenha-se o nosso teórico, então, em apresentar significados menos abstrusos de pesquisa científica, o que, ainda em nossos dias e por mais inverossímil que isto possa parecer, é conhecimento absolutamente necessário nos círculos de nossa *intelligentsia*. Pautando-se em Mario Bunge, Roberto elucida: "Pode-se então representar a ciência como: um registro, uma calculadora, um jogo para iniciados, um sistema de hipóteses perfectíveis, uma confluência das representações anteriores" (Souza, 2006, p. 67). E perfazem as propriedades da ciência "caráter fático; transcendência em relação aos fatos; caráter analítico; especialização; clareza e precisão; comunicabilidade; verificabilidade; caráter metódico; sistematicidade; generalidade; legalidade; caráter explicativo; caráter predictivo; abertura; utilidade" (ibid., p. 68).

Se já fizemos menção à qualificada elocução de Acízelo, não dissemos que, em boa medida, o efeito sedutor de sua linguagem se

fabrica no sabor do chiste sutil, mas vivaz. É o que assoma de modo inegável quando relata a necessidade de legitimação que levou muitos dos teóricos a se aproximarem da forma científica do saber: "[...] não admitindo que a consideração do discurso literário se regule pelo palpitar do coração dos críticos, pretende superar palpites e opiniões diletantes sobre a literatura, exigindo rigor, método e objetividade por parte dos seus estudiosos" (ibid., p. 69). Aqui, notamos que à derrisão irônica do "palpitar do coração dos críticos" acrescenta-se um *jeu de mots* materializado numa paronomásia produtiva – os "palpites" a respeito do literário.

Filologia

A perspectiva lançada pelo professor Roberto sobre a filologia nos desperta para outra característica positiva do volume: o relato dos fatos sem que se explorem em largas profundidades suas causas e desdobramentos – o que, de resto, não é nem poderia ser o propósito de uma obra de semelhante natureza – conduz o leitor, inevitavelmente, a imaginar o que desses fatos se avizinha, o que os antecede e que novos eventos eles proporcionarão. Assim, por exemplo, lemos a certa altura uma informação de Acízelo, apoiada em Spina: "Durante a Idade Média, tem sequência a carreira da filologia. Ainda conforme a palavra dos especialistas, prossegue e se aprofunda a decadência, ocorrendo mesmo '[...] um verdadeiro eclipse nos estudos filológicos [...]'" (Souza, 2006, p. 76). Lendo isto, hipóteses a respeito de um tal obscurecimento são aventadas, dentre as quais a mudança radical de paradigma: se o instrumental filológico fez-se necessário na fixação escrita dos poemas homéricos, no medievo sua contribuição rarefaz-se porque os discursos de autoridade se punham, naquele momento, em patamar superior à investigação crítica, e autores da Antiguidade colocaram-se à margem do interesse hegemônico. Razões, por sinal, que também parecem explicar o desaparecimento, nesse período, da palavra *crítica* (cf. ibid., p. 111).

Uma outra sutileza relevante da *Iniciação*: a aproximação de práticas especulativas com extensa tradição daquelas que, mal começaram a se estabelecer, já sofreram ataques e deslegitimações. Num estudioso da retórica, como Roberto Acízelo de Souza, uma tal *dispositio* não parece casual e, gerando contraste, também redobra a atenção sobre os temas apresentados. Seguindo tal procedimento, Acízelo discorre a respeito da teoria da literatura, disciplina recente cuja nomenclatura se consolida em 1949 (com o referido manual de Wellek e Warren), e que, já na década de 1980, seria assediada pelos estudos culturais. Logo em seguida, o autor dedica um capítulo à tarefa milenar da ferramenta filológica: posta em xeque no período medieval, já no renascimento foi recuperada, chegando, no período romântico, a extrapolar suas ambições iniciais e passando de um tratamento do texto à consideração sobre a própria língua. Seu lugar na modernidade, quando muitas vezes será chamada de *crítica textual*, se revelará na presença de nomes – e os dizemos a título de exemplo – tão relevantes como os de Ernst Robert Curtius ou de Erich Auerbach. Mas, nos ensina Roberto Acízelo, para manter alguma influência sobre os estudos literários, sobretudo após ataques como os de Ferdinand de Saussure, a disciplina precisou rever seus pressupostos, abandonando a postura exclusivamente empírica, notabilizada no século XIX. Uma observação lateral, mas que, não obstante, parece-nos dotada de importância: todo o ofício genealógico entabulado pelo professor Roberto, neste e em tantos outros livros por ele redigidos, não seria a prova mais desnorteante de que a filologia não somente não expirou como, também, é ferramenta reflexiva indispensável para o exercício das humanidades?

História da literatura

Quando lemos o texto dedicado, na *Iniciação*, à história da literatura, outro ângulo, porventura encoberto, lentamente se deslinda: as disciplinas literárias vão, alternadamente, se estabelecendo ou se retraindo à medida que, respectivamente, se aproximam ou se

distanciam da noção vigente de ciência. Se não, vejamos o que é dito a respeito: "[...] a história da literatura é uma conquista do século XIX, e, como tal, subproduto da ascensão da história como ciência moderna, talvez o acontecimento mais profundamente marcante da fisionomia intelectual desse século" (Souza, 2006, p. 92).[2]

Um pequeno sopro irônico, porém, acontece no percurso da história, e Acízelo não o deixa escapar: a disciplina ganhou tanto prestígio e grandeza que todas as outras áreas do saber, incluídas aquelas da ciência *stricto sensu*, passaram a se justificar sob o seu pressuposto:

> Desse modo, a investigação em diversos campos adota uma perspectiva histórica: as ciências da natureza são subsumidas pela matéria conhecida como história natural [...]; a biologia historiciza o seu objeto, fixando-se na ideia de evolução; a linguística se estabelece como ciência por meio da atenção exclusiva à diacronia; e nos estudos literários a história da literatura emerge como disciplina hegemônica, absorvendo ou situando em plano secundário a filologia, a retórica, a poética e a bibliografia (ibid., p. 94).

Admirável a visada que Roberto Acízelo de Souza consegue lançar sobre as disciplinas literárias, conferindo atenção aos seus traços atomizados e específicos (nesse caso, a história como tentativa de localizar, especularmente, causas e efeitos da vida dos autores e dos contextos sociais, tudo sob o anseio dos nacionalismos), mas sem abdicar de uma leitura sintética e sistêmica. Árvore e floresta contemplam-se com o mesmo rigor do analista sensível, erudito e inteligente. Em suma: interligante.

Momento de extremo interesse verifica-se na dobradiça que Roberto Acízelo estabelece entre a história da literatura e a crítica literária. Posteriormente a considerações minuciosas, o autor mostra a dependência mútua entre tais setores epistemológicos: se a história pretendia-se uma neutralidade científica na abordagem

distanciada dos fatos literários (as próprias obras ou, o que era mais recorrente, tudo o que as circundava), e se a crítica se queria uma reflexão sincrônica e ensaística desses mesmos fatos, ocorre, todavia, que o exercício diacrônico demanda uma separação (*krinein*) que não transforme os textos literários em meros elementos afônicos de uma sequência enumerativa; a crítica, por seu turno, ao assumir a postura axiológica enquanto fator decisivo de sua atividade, não pode fazê-lo senão por contraste, e os contrastes se dão no cotejo entre os textos que se apresentam sincronicamente e aqueles que a tradição elaborou. O que, naturalmente, supõe o expediente historicista.

Chamando a atenção para o descrédito a que paulatinamente submeteu-se a perspectiva do histórico (graças à perda de lugar referenciado do historicismo, ao declínio de valor dos nacionalismos e, dentre outros fatores, ao advento de disciplinas mais atentas à sincronia, como a linguística e a teoria da literatura), o autor sublinha que a história retorna ressemantizada, sob a chave interpretativa, na década de 1960, da estética da recepção inaugurada por Hans Robert Jauss. Num dos instantes do livro em que intervém de forma deliberadamente axiológica – apesar do distanciamento necessário à constatação –, Acízelo é incisivo: os estudos culturais atacarão as aspirações totalizantes das abordagens historicistas, mas vendo, por um julgamento enviesado, como solução o que, na realidade, era um grande problema: a diluição de qualquer projeto mais integrado que, longe de afastar supostos essencialismos, implode qualquer possibilidade de referência, fronteira e especificidade, sem as quais a inteligência decai em paralisia, desnorteio e diluição.

Crítica literária

Conforme Wellek, informa-nos Roberto Acízelo, a palavra *crítica* – bastante usada no século IV a.C. como sinônimo de *gramática* – terá parca bibliografia delineando-lhe a genealogia. Nos tempos medievos ela míngua, para reaparecer, semanticamente expandida, no século XVI. Todavia, é com Julius Caesar Scaliger

que, numa obra destinada a avaliar poetas gregos e latinos, o termo avizinha-se do que Victor Hugo levou ao extremo, em seu prefácio de *Les orientales*: "uma obra é boa ou má? Eis todo o domínio da crítica" (cf. Perrone-Moisés, 1998, p. 9). Hoje em dia, o vocábulo acolhe uma natureza semântica hiperonímica e nele, com alguma frequência, toda sorte estudos literários parece designar-se. Aliás, mesmo no auge da teoria da literatura, os praticantes dessa vertente costumavam referenciar-se como críticos literários (Cf. Souza, 2006, p. 115-116).

Na busca por uma precisão mais operacional e por eliminar generalizações excessivas e esterilizantes, Acízelo investiga os usos do termo nas línguas vernáculas modernas, observando que, na acepção de crítica *literária* (em oposição, por exemplo, à crítica filosófica de Immanuel Kant), a atividade esteve longe desse julgamento sumário e de perfil romântico, no qual Victor Hugo a circunscreveu. De fato, a crítica já se limitou, em boa medida, à aferição das correspondências entre o texto individual e a família genérica à qual visa pertencer (os gêneros literários), o que mudaria apenas no século XVIII, com a alteração de paradigma que a estética de um Baumgarten iria promover. Num movimento dialético e de retorno, o campo literário (procurando afastar-se da ideia de valoração, que adquiriu), anseia, como diz Luiz Costa Lima (apud Souza, 2006, p. 118) – o que se verificará nas práticas de Northrop Frye ou do estruturalismo em geral –, por "menos julgamento de suas obras ou de seu próprio discurso do que a fundamentação do discurso que dela se faça" (os ecos de Immanuel Kant, aqui, não poderiam deixar de ser escutados). Enfim, uma atitude semelhante (embora não equivalente) também nos era reportada por Leyla Perrone-Moisés (1998, p. 9): "Ao longo do século XX, essa certeza [a de Victor Hugo, a que fizemos menção] foi sendo abalada. No mal-estar de um julgamento cada vez mais desprovido de critérios estáveis, a crítica, modesta, contentou-se em explicar os textos ou, 'científica', pôs-se a analisar."

Literatura comparada

Outro grande mérito de Roberto Acízelo de Souza, em seu livro, é devolver inteligibilidade a campos de reflexão que findaram por ser tratados com um corrosivo ecletismo de sentido. A literatura comparada é um caso claro desse impasse – iniciado já na nomenclatura controvertida, em pleno nascedouro da disciplina (cf. Souza, 2006, p. 121-122) –, que o autor busca solucionar ou, ao menos, retrair, em modo operacional historicista. É curioso constatar que, embora não seja raro, nos dias atuais, praticantes da literatura comparada estabelecerem cotejos entre obras individuais, na realidade a disciplina fundou-se com ambições mais latifundiárias, remetendo ao anseio goethiano da *Weltliteratur*. Efetivamente, ela buscava "nomear histórias panorâmicas de diversas literaturas, com resultados entre o enciclopédico e o escolar" ou, ainda, "abranger a produção literária de todas as épocas e países num amplíssimo painel cuja superficialidade é praticamente inevitável" (ibid., p. 123). Aqui, vemos o vezo frequente, na história da literatura, de se fazerem comparações entre línguas e culturas literárias, algo que a Idade Média já mostrava possível com *De vulgari eloquentia*, de Dante Alighieri.

Embora o fenômeno de comparar, portanto, seja temporalmente longínquo, apenas no século XIX é que ele adotará, para o literário, o procedimento científico e historicista, que dará contornos à literatura comparada propriamente dita. E será aqui, nos mostrará o professor, que a disciplina se fará essencial: se importará aos estudos hegemônicos oitocentistas localizar o que há de específico em cada cultura (para que se viabilizem as apologias ufanistas), naturalmente isto só poderá se efetivar se soubermos o que as outras tradições literárias criaram e desenvolveram. Wellek – esteio teórico de Acízelo, uma circunstância extremamente relevante – reaparece no capítulo, porém não mais como analista de cada abordagem teórica, senão como o indivíduo que evidenciaria as qualidades do

comparativismo e, sobretudo, inaugurando as restrições contundentes que sobre ele, comparativismo, recairiam: as da urgência de um olhar sobre a literariedade, conceito operacional nuclear da teoria da literatura.

A leitura de uma obra com o perfil de *Iniciação aos estudos literários* permite que se verifiquem as implicações mútuas que os ramos de investigações se impõem e, em certa medida, que se flagrem os decursos graduais de um elemento do campo literário em outro. O respeito de Acízelo pelos textos fundadores das correntes de análise – que o levará a elaborar duas obras-primas e inteiramente necessárias, *Uma ideia moderna de literatura* e *Do mito das musas à razão das letras* – é observado no uso quase absoluto que ele faz do volume incontornável de Eduardo Coutinho e Tânia Franco Carvalhal, *Literatura comparada: textos fundadores*. O capítulo finda com o ponto de contato, denunciado por Acízelo, entre a literatura comparada e o subsequente ramo dos estudos culturais – o que se prenunciou com a catalogação injuntiva do Relatório Bernheimer, de 1993 – uma enunciação das diretrizes a serem assumidas, a partir dali, pela Associação Americana de Literatura Comparada (ACLA).

Estudos culturais

Os estudos culturais nascerão, como sabemos todos, de uma confluência múltipla dos esforços realizados por Richard Hoggart, Raymond Williams e E.P. Thompson, dos preceitos teóricos do marxismo da escola de Frankfurt e, ainda, do estruturalismo que incluía em seu raio de interesse objetos provenientes da cultura massificada, bem como das implosões pós-estruturalistas de Foucault e Jacques Derrida. Parece-nos útil sublinhar que, embora entregue ao leitor os conceitos centrais do culturalismo (por exemplo, as ideias de diáspora, hibridismo e desterritorialização) e destaque a natureza dissolutiva do projeto, seria imprescindível que Acízelo dedicasse maior ênfase às distinções entre o modo pelo qual os estudos culturais se materializaram no espaço inglês (que aspirou

à democratização da cultura letrada e da tradição literária entre as classes operárias) e, contrastivamente, no âmbito americano (onde se quis eliminar qualquer *status* valorativo e discriminatório entre as culturas das diferentes classes, o que, em última análise, conduz ao elogio do gueto e da incomunicabilidade). Fazemos semelhante ressalva porque, a nosso juízo, foi justamente a apropriação equivocada, nos departamentos universitários norte-americanos, da argumentação britânica e dos pressupostos derridianos, que gerou boa parte dos impasses elencados pelo próprio Acízelo, em seu ensaio.[3] À parte isto, o capítulo se desdobra, em medida considerável, como uma desconstrução dos argumentos culturalistas, o que é inteiramente válido e compreensível num volume dedicado a distinções e disciplinas. O vigor crítico de *Iniciação aos estudos literários*, outro fator que diferencia o volume de um simples manual, pode ser metonimizado no trecho a seguir:

> Outro aspecto criticável seria a resistência dos estudos culturais à ordenação do saber por disciplinas. Desse modo, longe de constituir-se em maior potência compreensiva e explicativa, o suposto caráter de hiper-, super- ou pós-disciplina, ou a assunção de uma perspectiva pretensamente pluri-, inter-, multi- ou transdisciplinar, favoreceria o ecletismo, o amadorismo, enfim, uma espécie de irresponsabilidade epistemológica, indutora de passeios alegres e ligeiros pela filosofia, sociologia, ciência política, psicanálise, história, antropologia e por aí afora (Souza, 2006, p. 147).

Não seria demais lembrar que essa "irresponsabilidade" efetivamente gerou inconsistências amplamente denunciadas por Jean Bricmont e Alan Sokal, em seu livro *Imposturas intelectuais*, o qual deu ocasião, como não poderia deixar de ser, a polêmicas sonoras envolvendo intelectuais pós-modernos como Jacques Lacan, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Julia Kristeva et al.

Retórica e poética

É no mínimo uma ironia saudável que, depois de uma alentada

trajetória pelas veredas teóricas, a seção "Disciplinas" finalize com o que se encontra de mais recuado na história das ideias literárias: a retórica e a poética. A primeira, informa-nos Acízelo, já desde os seus primórdios, no século V a.C., procura se ancorar na dualidade entre a razão e o engano, a verossimilhança (*logos* do discurso) e a sedução (*ethos* do emissor, *pathos* da recepção), tudo realizando-se em modalidades múltiplas que se catalogaram em gêneros discursivos e em etapas de elaboração textual que vão da busca pelo assunto (*heurésis*) ao pronunciamento da peça (*hypókrisis*). Claro que as conhecidas críticas elaboradas por Platão e Aristóteles – sempre desconfiados com a força no verbo encarnada – não poderiam deixar de ser observadas na genealogia da disciplina.

A poética, por sua vez, será apresentada em seu forte parentesco com a retórica, algo notório, por exemplo, no uso que muitos poetas farão de artifícios retóricos como os *topoi*, ou no transporte, realizado por Górgias, dos recursos ornamentais da poesia para os outros gêneros do discurso. Lembra-nos Acízelo que a principal distinção entre ambas, porém, verifica-se nos estudos de Aristóteles, para quem "a retórica se ocupa sobretudo com oratória, raciocínio e persuasão", enquanto "a poética lida principalmente com poesia, *mímesis*, verossimilhança e catarse" (Souza, 2006, p. 160). Autores como Cícero darão ênfase à dissociação entre retórica e poética; outros, como Ovídio, focalizarão as convergências. Com o cuidado constante de recuperar longinquamente os conceitos, mas também de situá-los em nossas práticas diárias, Roberto Acízelo faz uma observação que nos ajudará na interpretação da escolha de títulos de livros contemporâneos ou, mesmo, de disciplinas acadêmicas prestigiadas em cursos de letras, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro: "Se o termo *retórica* assumiu um significado pejorativo, o mesmo não se passou com o vocábulo *poética*" (ibid., p. 163).

+Instrumentos

São dois os instrumentos – equipamento intelectual, reflexivo – a ser considerados no volume: análise e método (poderíamos ter algo mais antagônico ao "projeto" dos estudos culturais de extração americana?). A análise, em acepção consagrada, seria o "ato de decompor um todo em suas partes constituintes, a fim de melhor compreendê-lo" (Souza, 2006, p. 165), e surgiu na jurisdição das matemáticas, estendendo-se, posteriormente, através da filosofia. Naturalmente, o contraponto da síntese se impõe e, então, o professor Roberto, por meio das categorias de indução (das sequências analíticas se chega ao conjunto articulado das partes) e dedução (caminho contrário ao da indução), assim as enxerga: "[...] a via sintética favorece as grandes construções especulativas, ao passo que o caminho analítico previne contra a assunção de produtos conceituais genéricos sem prévia consideração particular de seus fatores" (ibid., p. 166).

Extrapolando a mera constatação contrastiva e descarnada, Acízelo nos leva a perceber – fazendo da teoria um verdadeiro órganon, um instrumento de intervenção nas práticas críticas – como esse *modus operandi* pode se localizar em disciplinas específicas:

> Se a estilística e o *new criticism* inclinam-se pela solução indutiva (o saber geral e sistemático como simples acúmulo de experiências analíticas, donde o predomínio da atenção a obras específicas), o formalismo eslavo e o estruturalismo tendem para o procedimento dedutivo (o saber geral e sistemático como objetivo central, donde menor relevo concedido às análises de casos concretos) (ibid., p. 167).

É fundamental, portanto, que o teórico esteja atento a esses dois polos de ação e os acione dialeticamente. Uma análise sem o mínimo de sobrevoo impede a percepção de conjunto e sistema, da mesma maneira que sínteses excessivamente condoreiras geram distorções, por ignorar as particularidades que cada obra literária

necessariamente hospeda. Devemos, assim, agir como um Dionísio da Trácia, que empreende essa dupla articulação, desmembrando um texto pela análise (*arte menor*) e atribuindo-lhe uma valoração através da síntese (*arte maior*) (cf. ibid., p. 168).

O método, por seu turno, é o caminho (princípios e procedimentos) que se empreende para levar a termo uma pesquisa de caráter científico. Desenvolver uma investigação literária (para ficarmos com nosso caso particular) exige uma metodologia, a fim de que o improviso e a falta de percepção de fins e meios não ponham o trabalho a perder ou não fabriquem um produto final sem utilidades mais amplas e confiáveis. Roberto Acízelo realiza, em seu capítulo derradeiro, uma crucial distinção entre o método das ciências exatas e o desenvolvido para as humanidades. No último caso, o caminho metodológico não é escolhido em função dos objetos de pesquisa, mas, ao contrário, os próprios objetos são construções conceituais do método. Assim, é natural que cada disciplina passe a exigir ferramentas metodológicas diversas – o que, aliás, deveria receber maior atenção de muitos analistas e críticos de literatura, que procuram se utilizar de metodologias críticas incompatíveis com os textos a elas submetidos (ou, ao menos, que possibilitam menor rendimento teórico pela escolha equivocada de certos instrumentais, em detrimento de outros mais adequados e disponíveis na tradição teórica).

Epílogo

A preocupação de Roberto Acízelo de Souza com o rigor acadêmico nas humanidades – originada por impasses cotidianos em sua rotina de orientador de graduação e pós-graduação – o levou a publicar, em 2016, o volume *Um pouco de m*étodo. Se calibrarmos o olhar para a natureza dos trabalhos desenvolvidos pelo professor da Uerj, veremos que ali se aglutinam, indissociavelmente, o teórico que aprofunda impasses esquadrinhando soluções e o professor atento à necessidade real de materiais seguros para seus alunos

levarem adiante a paixão que ele cultivou pra si. A *Iniciação aos estudos literários* é mais do que um ingresso fecundo no terreno instável dos conceitos aplicados à literatura: trata-se de uma lição de labor, investigação, busca de fontes encobertas e esquecidas. Tudo alimentado por uma generosidade que se flagra na bibliografia que Roberto produz e nos entrega, e na disponibilidade que sempre, pessoalmente, ofereceu. Sem hipérboles ou refrações, podemos ver no professor Acízelo um dos indivíduos mais necessários em nosso debate acadêmico contemporâneo, tão repleto de certezas que uma genealogia das ideias em poucos argumentos eliminaria. Mais ainda, diríamos que todo o rigor incontornável de Roberto Acízelo de Souza traz consigo uma outra coerência, discreta e agregada: ele mostra, por execução própria, que um profissional das letras não pode nunca perder de vista a clareza e a elegância de sua linguagem, o alumbramento de sua elocução.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. São Paulo: É Realizações, 2016. Edição Kindle.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas:* escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*: introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Iniciação aos estudos literários*: objetos, dis-

ciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Teoria da literatura*: trajetória, fundamentos, problemas. São Paulo: É Realizações, 2018.

NOTAS

1 Sob tal ideia hiperonímica de literatura, encontram-se textos das mais diversas naturezas discursivas, mas que têm em comum o fato de ser, cada qual, um "objeto autônomo destinado à contemplação desinteressada, à manifestação do belo ou à expressão do sentimento" (Souza, 2006, p. 18).

2 E todos nos lembraremos que o fenômeno já se manifestara relativamente à filologia, "antes valorizada como demonstração de rigor científico, tamanha cautela nas determinações de sentidos [...]" (Souza, 2006, p. 85).

3 Dentre os impasses, destacaríamos: dissolução do estatuto do cânone; atenção às demandas históricas e sociais, em detrimento da estética; essencialização dicotômica do que deveria ser dialética infinita; apagamento das especificidades científicas; ecletização da noção de cultura.

Na "iniciação...", lições esquecidas

Rauer Ribeiro Rodrigues

1

Roberto Acízelo lançou, em 1987, pela Editora Ao Livro Técnico, do Rio de Janeiro, em parceria com José Luís Jobim, o livro *Iniciação à literatura brasileira*. O volume teve ao menos uma reimpressão, em 1988. Trata-se de obra voltada para estudantes do ensino médio. Acízelo atuou como professor dos ensinos fundamental e médio (à época formalmente nomeados como de 1.º e 2.º graus) de 1970 a 1989, nas redes pública e privada. Foi professor de inglês, português e literatura. Na rede pública, teve atuação em colégios estaduais e municipais e no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Na rede privada, entre outras instituições, foi professor no Colégio Santo Inácio.

Acízelo, informa seu currículo na plataforma Lattes (BRASIL, 2018), é

> Licenciado em Inglês (Universidade Santa Úrsula, 1970) e em Português-Literaturas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1971), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972), mestre em Letras – Teoria da Literatura (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974) e doutor em Letras – Teoria da Literatura (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980).

Esses dados nos mostram que iniciou suas atividades como professor em 1970, de modo simultâneo às licenciaturas na área de letras, com formação em inglês (1970) e em português-literaturas (1972), e ao bacharelado em ciências jurídicas e sociais (1972). A essa ampla formação de base acrescentou, nos anos seguintes, o mestrado em

letras – teoria da Literatura, em 1974, e o doutorado, no mesmo programa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1980.

Habilitou-se, assim, para tornar-se professor universitário, ingressando na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1977, e lá permanecendo como professor de Teoria da Literatura até 2002. Ingressou por concurso de efetivo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em 1986, e, nela, é hoje professor titular, cargo a que chegou por concurso em 1995. Fez estudos de pós-doutorado na área de literatura brasileira na Universidade de São Paulo (USP), nos anos de 1994-1995, e tem suas pesquisas, no momento, centradas em literatura brasileira e em teoria da literatura, "com interesse especial na história e nos fundamentos conceituais dos estudos literários, bem como na historiografia da literatura brasileira", nos termos de seu Lattes. Por essa atuação, registra catorze bolsas de estudos, desde 1994, de órgãos como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Uerj e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

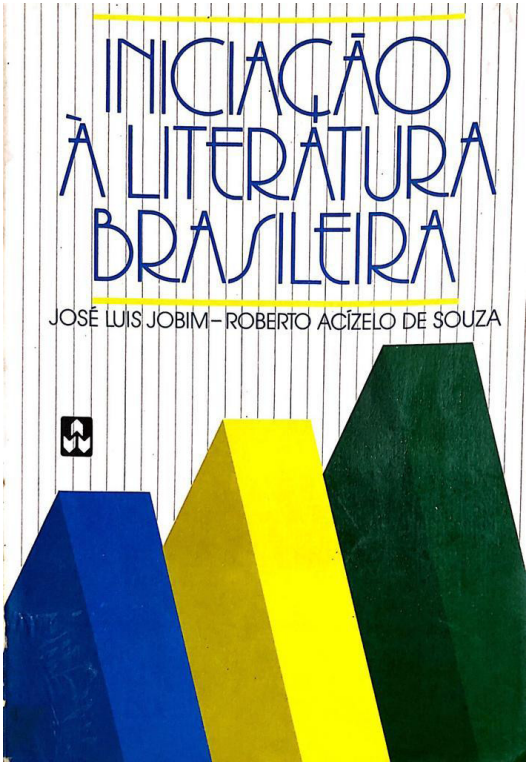
Voltamos, neste bosquejo, ao Roberto Acízelo autor — em coautoria com José Luís Jobim — de livro didático para o Ensino Médio, discorrendo sobre a obra *Iniciação à Literatura Brasileira*, a partir da reimpressão em 1988 do livro de 1987. Ao rever esse livro, ao qual tive acesso ainda jovem adulto e por moto próprio, não por indicação escolar, constato que as lições nele contidas ficaram indeléveis na minha tardia formação.

Ao apresentarmos a obra, nos voltamos à epistemologia que a embasa, à visão de literatura, de teoria literária e de historiografia da literatura que constituem sua alma e verificamos que o volume atende às intenções da BNCC, intenções que, a nosso ver, ficam expressas como filosofia da Base Nacional Comum Curricular, a qual, no entanto, não consegue prover o que determina. O livro de Acízelo e Jobim, há trinta anos, realizava tal intento. Assim cremos, e esperamos demonstrar isso ao longo das próximas páginas.

2

O objeto físico *Iniciação à literatura brasileira* está disponível em sebos, com valores que oscilam de meros R$ 4,00 à condição de peça *cult*, à venda por R$ 109,80 (sim, cento e nove reais e oitenta centavos), em uma loja de Belo Horizonte (minha pesquisa teve uma última revisão em 18/11/2018, no *site* da Estante Virtual). O critério do valor *cult* decorre de ser considerado livro raro e de contar com dedicatória dos autores. Localizei ao menos doze volumes disponíveis na pesquisa, alguns deles com a indicação de livro novo, ou seja, livro sem marcas de utilização.

Esta é a capa do livro:



JOBIM, José Luís; SOUZA, Roberto Acízelo de. *Iniciação à literatura brasileira*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. Reimpressão: 1988. 400 p.

Vejamos seu conteúdo, seu sumário, as intenções pedagógicas que anuncia, seus paratextos.

Na capa, o grafismo de três cores em blocos com o formato de livro parece indicar que o volume contém o conteúdo dos três anos do antigo 2.º Grau, o que de fato se configura. Além disso, as cores azul, amarelo e verde dos paralelepípedos que emulam livros remetem às cores nacionais, reforçando o caráter expresso no título, sobre fundo branco com suaves linhas paralelas verticais. Em oposição, dois traços amarelos emolduram o título do livro, circunscrevendo-o e o destacando.

Os traços verticais também estão ao fundo da última capa, que adianta uma visão do livro e realça seu caráter inovador; contém também sintéticas biografias dos autores, que transcrevemos:

> JOSÉ LUÍS JOBIM é professor do Colégio Pedro II, da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Santa Úrsula. Ex-professor da rede estadual (RJ) e do Colégio Naval. Autor de livros e artigos sobre teoria literária e ensino de literatura. Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

> ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA é professor do Colégio Pedro II, da Universidade Federal Fluminense e da SESNI. Ex-professor das redes municipal e estadual (RJ). Autor de vários livros e artigos sobre teoria literária e literatura brasileira. Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O apuro das informações, o paralelismo exato entre os dois textos, a seleção dos dados, tudo indica cuidado profissional e revisão criteriosa. O que se pode observar no texto sobre a obra que consta na última capa:

> Este livro presta-se a múltiplos usos em sala de aula, abrangendo a Literatura Brasileira desde suas origens até a atualidade, bem como elementos básicos de teoria literária. Dentre as inovações contidas neste volume, destacam-se: a apresentação clara e sistemática do programa; a seleção de textos próximos à realidade do

aluno; a síntese dos dados históricos e sociais referentes a cada estilo de época; a grande variedade de exercícios pré-testados, destinados a respostas discursivas e de múltipla escolha; as questões graduadas, do mais fácil ao mais difícil, para serem usadas de acordo com a natureza da turma; a antologia de textos suplementares no fim de cada capítulo.

Comparar o exposto com as intenções de outros livros – daquela época e mesmo de livros atuais, do mesmo escopo do volume de Acízelo e Jobim – foge ao propósito dessa descrição, mas é perceptível o cuidado em avançar qualitativamente e, ao mesmo tempo, permanecer circunscrito às definições programáticas dos estudos literários no ensino médio de então.

Houve cuidado, nas informações biográficas, em destacar a trajetória dos autores nas redes do ensino básico e a inserção de ambos na universidade, marcada por produção de livros, artigos e outras referências que firmam perfis intelectuais de atuação. As características do volume, elencadas pelo paratexto editorial, são hoje exigências básicas observadas por qualquer livro com tal recorte de produção, intenções e destinatários; ao surgirem em destaque, na obra, parecem indiciar critérios não seguidos ou, ao menos, ainda não consolidados no mercado editorial brasileiro de então.

A página 5 do livro é destinada à dedicatória e aos agradecimentos; na página 1 está a falsa folha de rosto, com o título do livro; as páginas 2 e 6 estão em branco (além delas, há apenas mais outra em branco, a página 394); a página 3 contém a folha de rosto e a página 4 os dados catalográficos e outras informações editoriais. Da página 7 à página 10 está o sumário (reproduzido em fac-símile anexo). O livro se divide em onze capítulos:

1- A literatura: o que é e para que serve? (p. 11-20);

2- A literatura e seus gêneros (p. 21-40);

3- A literatura e seus estilos de época (p. 41-50);

4- As origens da literatura brasileira e o barroco (p. 51-75);

5- Arcadismo (p. 76-104);

6- Romantismo (p. 105-171);

7- Realismo, Naturalismo, Parnasianismo (p. 172-202);

8- Simbolismo (p. 203-216);

9- O sincretismo estilístico pré-modernista (p. 217-239);

10- Modernismo (p. 240-363);

11- Revisão geral através de exercícios de vestibular (p. 364-393).

Temos, pois, três blocos distintos, não indicados. O primeiro compreende os capítulos 1, 2 e 3, tratando de questões conceituais da teoria literária e da historiografia da literatura brasileira. O segundo compreende a divisão pelos estilos de época, do período colonial ao modernismo tardio, compreendido pelos capítulos de 4 a 10. E há um último capítulo, o 11, destinado a questões de vestibular; estas seguem de modo genérico a cronologia obedecida pela exposição geral do livro, sendo que o professor poderia delas valer-se ao longo do curso e não somente como revisão final. Além dos três blocos, poderíamos dizer que há mais um, não anotado no sumário, o da bibliografia, com referências, que vai da página 395 à 399. A última página, de número 400, destina-se ao colofão, que indica a gráfica impressora: EBAL – Editora Brasil-América, do Rio de Janeiro.

Compulsar os dados do sumário, com as páginas de cada conteúdo, conforme resumimos acima, permite constatar prioridades, verificar indícios de preocupações autorais e identificar a visão clara de Acízelo e Jobim sobre a historiografia da literatura brasileira que deveria ser lida, àquele momento, na formação escolar.

O primeiro bloco, genérico sem ser generalizante, teórico sem ser maçante, definidor sem ser impositivo, contém quarenta

páginas, 10% do livro. Vejamos uma definição, sob o número 2.2.5, à página 38:

> Verificamos que são muito relativas as fronteiras entre prosa e poesia. Do mesmo modo, os limites entre lírico, narrativo e dramático não são rígidos, ocorrendo, em todas as obras literárias, uma combinação dos três gêneros nas mais diversas proporções, embora, de modo geral, apenas um gênero se apresente como dominante em cada obra.

Ora, a plasticidade do texto literário, em que pesem as exigências taxonômicas cada vez mais carrancudas, aí se apresenta, modulada e modalizada, em síntese admirável, em lição valiosa que continua perfeitamente válida e que se torna, aliás, ainda de maior valor quanto mais os tempos se mostram obtusos, conflituosos, de relações dilaceradas por excludentes oposições binárias.

No segundo bloco, dos estilos de época, percebe-se de imediato que o modernismo leva maior quinhão: das trezentas e treze páginas do bloco, cento e vinte e três cabem ao período de sessenta e cinco anos entre 1922 e 1987. Os demais estilos de época parecem adequadamente representados pelas páginas destinadas a eles na proporcionalidade do livro; pretendo ressalvar, apenas, que o conceito perde precisão pelo recorte político do capítulo sobre as origens coloniais, pelo capítulo sobre o "sincretismo" pré-modernista e pelo capítulo único para Realismo, Naturalismo e Parnasianismo.

Tais aporias da classificação historiográfica vêm, no entanto, de muito, e parece não haver solução adequada para as sutilezas nelas implicadas. O quadro de estilos de época da literatura brasileira, apresentado na página 49, aliás, já demonstra a artificialidade da divisão ao menos por dois princípios: 1. a especificidade brasileira de adotar estilos estéticos com atraso em relação à Europa e 2. a convergência entre romantismo, realismo, naturalismo e parnasianismo nos anos 1880-1890 e seus prolongamentos, alguns desses

estilos mais persistentes, e outros extinguindo-se ao longo do assim chamado pré-modernismo.

Claro está que há – que sempre houve em todas as literaturas nacionais – antecipações estilistas e temáticas, assim como sempre há e sempre houve prolongamentos no tempo de estilos, temas, maneirismos e características de períodos anteriores. A reação e a contraposição de cada época com relação à imediatamente anterior faz mesmo com que tais retomadas sejam obrigatórias, como derrisão, e há ainda epígonos, muitos meramente laudatórios, quando não autores em tudo passadistas, que integram o sistema literário, assim como há os visionários, os que antecipam tendências, as quais somente vigorarão muito tempo depois.

Vale, aqui, para os períodos e seus limites, por extensão de sentido, a nota sobre as fronteiras de gênero que consta à página 31:

> [...] é forçoso admitir que as fronteiras entre prosa e poesia estão muito longe de ser absolutas, sendo, ao contrário, bastante relativas. Aliás, um dos pontos centrais da revolução trazida à Literatura pelo Modernismo é justamente a abolição de limites entre os gêneros da prosa e da poesia, tornando admissíveis todas as combinações imagináveis pelos criadores.

A consciência de Acízelo e Jobim sobre o indecidível ou pouco preciso em literatura, na historiografia literária e no fundamento temporal dos conceitos, é absolutamente modelar.

Por outro lado, quanto ao livro, há uma questão editorial que deveria receber, já àquele tempo, melhor cuidado: a reprodução de fotos e gravuras – e poucas há no volume – mereceria a devida indicação em índices de gravuras, fotos, quadros sinóticos e assemelhados, padrão acadêmico sempre útil e valioso. A escolha foi pela informação verbal, com ampla amostra de textos literários, opção adequada se os índices sugeridos extrapolassem o limite industrial programado, como parece ter sido o caso.

Não localizei, nas buscas que empreendi, informação sobre reedição do livro ou sobre novas reimpressões. Sabemos todos que o conceito de reedição e de reimpressão é impreciso no universo editorial, atendendo a critérios pouco hígidos. Ainda assim, parece claro que a *Iniciação à literatura brasileira* contou somente com essa primeira edição de 1987, com uma reimpressão em 1988, pois não há registro nos Lattes dos autores de novas edições, nem há volumes diferentes disponíveis na Estante Virtual.

3

A título de exemplo das estratégias e da divisão interna dos capítulos do livro, apresentamos e discorremos sobre o capítulo 8.

Voltado para o simbolismo, o capítulo 8 está assim estruturado:

1- Introdução (na abertura do capítulo, sem utilizar tal nomenclatura) de uma página e três linhas (p. 203-204);

2- Item "8.1 – O contexto do fim do século XIX e o advento do Simbolismo" (p. 204);

3- Item "8.2 – A linguagem simbolista e suas características" (p. 205-207);

4- "Exercícios" (p. 208-212);

4- "Textos complementares" (p. 212-216).

Vejamos conteúdo e tópicas internas depreendidas a cada item.

O primeiro parágrafo do que nomeamos como introdução contrapõe o "estilo simbolista" ao "gosto realista, naturalista e parnasiano", objeto do capítulo anterior, definindo tal estilo como "fascinado pelos aspectos vagos e nebulosos da existência". Na sequência, uma das modalizações exemplares que pontilham a obra: "É claro que em todos os estilos de época a Literatura serve-se de *símbolos* mais do que de palavras presas à realidade imediata, mas a questão é que o Simbolismo pretendia fazer disso a sua característica principal" (p. 203, itálico no original).

O texto pontua o surgimento da proposta na França nos anos 1870, com sua presença no Brasil nos anos 1880, e os primeiros livros nos preceitos do estilo em 1893, com *Missal* e *Broquéis*, de Cruz e Sousa. Na sequência, em dois parágrafos sensíveis e informativos, faz uma síntese biobibliográfica de JOÃO DA CRUZ E SOUZA, assim grafado, em caixa alta. Em um último parágrafo, acrescenta ao poeta de Santa Catarina outros cinco simbolistas: Alphonsus de Guimaraens, Emiliano Perneta, Dario Veloso, Eduardo Guimaraens e Pedro Kilkerry. Respectivamente, acrescentamos, um mineiro, um paranaense, um carioca, um gaúcho e um baiano. O panorama, eclético quanto à geografia, evidencia, por mostrar e não pelo "falar", a extensão do estilo por diversas regiões do País.

O tópico 8.1 relata o desencanto com a ciência no último quartel do século XIX, o que levou ao espiritualismo, a questionamentos filosóficos, ao sensualismo nas artes, gerando a literatura simbolista. O tópico encerra com citação de José Guilherme Merquior, que trata dos estilos do período da *Belle Époque* como "arte de elite" hostil ao modelo produtivo econômico europeu e à situação mundial da época.

Os "traços mais relevantes do Simbolismo" são apresentados no tópico 8.2, destacando três características: a sugestividade sinestésica, a sacralização da arte e a integração com artes não verbais, como a música e o impressionismo das cores. Nesse tópico, é reproduzido um poema de Olavo Bilac, parnasiano e descritivo, em contraponto linguístico com a expressividade simbolista, sensorial, de um poema de Cruz e Sousa. Há também dois trechos referenciados, de Charles Chadwick e de Rodolfo Alves de Faria. Traz ainda as duas primeiras estrofes de "O poema das vogais", do escritor soteropolitano Péthion de Villar, pseudônimo de Egas Moniz Barreto de Aragão.

A transcrição completa de poemas, de crônicas, de contos e de unidades de romance é uma característica positiva da obra em todos os capítulos. Na seção de "Exercícios", três outros poemas

são apresentados na íntegra; e na seção "Textos complementares", outros seis. São poemas de Alphonsus de Guimaraens (dois), de Cruz e Sousa (seis) e de Emiliano Perneta (um). Perneta é apresentado na abertura dos exercícios, e sobre seu poema "Inexprimível" são propostas quatro questões, nenhuma delas de múltipla escolha. Sobre dois poemas de Cruz e Sousa são propostas quatro questões de múltipla escolha, uma delas originária de um vestibular. Anote-se, em complemento, que em notas de rodapé os autores acrescentam o significado de palavras raras ou utilizadas de modo pouco usual.

Os demais capítulos do livro têm estrutura similar a essa. Nos mais longos, exercícios e textos complementares surgem em subtópicos ao longo do capítulo, modo pelo qual muitos autores são apresentados, com excertos de sua produção ou textos completos (ver o fac-símile anexo do sumário).

4

Relembremos, por oportuno: *Iniciação à literatura brasileira* foi lançado em 1987. E consideremos o seguinte contexto: entre 1964 e 1985, o Brasil viveu atroz período de regime militar, politicamente doloroso, com censura e sem liberdades públicas; em 1988, foi promulgada uma nova Constituição; em 1994, foi criada uma nova moeda, pondo fim a duas décadas de inflação; em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com os princípios que passaram a reger a educação brasileira; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) começam a surgir a partir do ano seguinte; por fim, a BNCC do Ensino Fundamental entra em vigor em 2017 e a do Ensino Médio começa a ser implantada a partir de 2019.

Nos trinta anos entre o lançamento do *Iniciação à literatura brasileira* e a adoção da BNCC mudaram muito o Brasil, a educação no País e os estudos literários. O desenho –trágico!!! – anunciado para o ensino médio exclui a literatura da grade curricular, a não

ser como optativa e a critério de cada escola. No entanto, avalio que, no conjunto de competências e habilidades que a BNCC prevê sejam dominadas por alunos a cada ano, há exigências cuja melhor formação não seria outra senão aquela que a disciplina literatura poderia oferecer. Nos documentos disponíveis, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, a menção à literatura é miserável, paupérrima, escandalosamente nula.

Projeta-se um aluno crítico, criativo, com capacidade de adaptação, com empatia por outros indivíduos e por outros grupos sociais, com capacidade de aprender sozinho, com domínio de técnicas de comunicação em diversas instâncias, estratos e contextos, com capacidade de compreensão verbal e de interpretação de outras semioses, com ampla capacidade de expressar-se em diversos meios, gêneros e circunstâncias – enfim, todas essas exigências do mundo globalizado, internético, sem fronteiras. A BNCC prevê tudo isso, mas não provê tais possibilidades: seu discurso torna-se vazio diante das propostas que efetivamente faz. A nosso ver, a disciplina literatura pode resolver a imensa lacuna entre o ideal e a práxis idealizada.

Assim dito, considerado e afirmado, vejamos qual literatura.

Ao apresentarmos a obra de Acízelo e Jobim, destacamos o cerne filosófico que norteia a proposta desenvolvida no livro. Primeiro, notamos que a proposta do livro, contemporânea ao surgimento da LDB, era avançada para a época, ao destacar o que hoje é obrigação mínima, o que ressalta o vanguardismo da proposta ao seu tempo. A relativização de conceitos, no discurso e na explicitação do conteúdo do livro, sem abrir mão da explicitação do caráter do que é literatura e do que é boa literatura, é aspecto decisivo. Dissemos sem tergiversar que o livro é modelar quanto à plasticidade, amplitude e ambiguidade de conceitos, da historiografia e do próprio objeto literário plasmado em narrativas e poemas. E afirmamos que, quanto mais os tempos mostram-se ásperos e polarizados, maior o efeito da leitura literária na formação de cidadãos críticos, conscientes,

capazes de superar quadros de radicalização – e que tal proposta subjaz à formulação historiográfica e de leitura literária da *Iniciação à literatura brasileira*.

Nesses termos, a obra está em sintonia com a BNCC, em que pese a defasagem relativa à leitura literária e a desatualização quanto a autores dos anos 1970 aos nossos dias, pois os poucos escritores do período pós-1964 estudados no livro, e alguns mais somente mencionados, não formam um panorama adequado, o que os autores reconhecem (ver o item "10.8.5 – Período pós-70", p. 344-346).

O livro é de *Iniciação*, os estudantes estão no início de sua formação como leitores e cabe oferecer a eles literatura que mostre novas possibilidades expressivas, e que faça isso apropriando-se "de construções linguísticas populares e eruditas, passadas e presentes", incluindo o repertório da própria literatura, além do repertório cultural do País e da língua, assim como de outros povos, no passado e no presente, ao mesmo tempo em que é incorporada no repertório de que se valeu e no fluxo universal das produções humanas.

Essa síntese rápida e mal ajambrada do primeiro capítulo do livro, "A Literatura: o que é e para que serve?", indicia o que afirmamos: para Acízelo e Jobim, a literatura tem uma função que se torna pedagógica e formadora; faltou dizer que é indispensável, o que creio; e creio que, assim não considerassem, talvez não tivessem – Acízelo e Jobim – se dedicado aos estudos literários com a paixão que visivelmente os move ao longo de toda a *Iniciação*...

5

A última afirmação da secção anterior talvez não me ocorresse caso não fosse leitor de outros livros de Roberto Acízelo (e do Jobim também), e caso não tivesse convivido com Acízelo em bancas, em eventos e ao longo do pós-doutoramento que fiz na Uerj, tendo-o como supervisor. Mas talvez ocorresse, dada a generosidade da partilha que ressuma de cada linha da *Iniciação à literatura brasileira*.

Não está no escopo destes apontamentos fazer comparações com outros livros didáticos, em especial os atuais, nem com as malfadadas apostilas de cursinhos, secretarias de educação e assemelhadas; mas passe a constatação, de empiria impressionista, de que nem os livros didáticos afortunados por equipe ampla de pesquisadores e edição com recursos gráficos majestosos, nem as apostilas profissionais ou aquelas de muito amor e pouca proficiência conseguem, hoje em dia, ter o condão de conquistar seu leitor como o livro de Acízelo e Jobim.

Criticidade, criatividade, adaptabilidade, empatia, plasticidade do pensamento, leitura e comunicação fluentes, interpretação do mundo, em síntese, eis o que a *Iniciação*... propõe, realiza e estimula de maneira modelar.

A ciência sem amor e o amor sem ciência, o conhecimento sem generosidade e compaixão, e o amor que não se nutre também no conhecimento são dois caminhos para tragédias, equívocos, erros, enganos. Ciência e Amor, Generosidade e Conhecimento devem andar juntos e entrelaçados. A observação, memória longínqua da leitura de Bertrand Russell, cabe bem no que sinto ao rever essa *Iniciação*, ao constatar que aquelas lições nela contidas, e acima verbalizadas, parecem esquecidas por alguns autores, por alguns professores, por alguns escritores, por tanta gente boa...

E se o momento é de resgatar esquecidas lições, cabe pedir a urgência da revisão, da atualização, da ampliação e do lançamento de nova edição dessa monumental *Iniciação à literatura brasileira*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. *Plataforma Lattes*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 16 nov. 2018.

JOBIM, José Luís; SOUZA, Roberto Acízelo de. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987. Reimpressão: 1988. 400 p.

ANEXO – Sumário do livro *Iniciação à literatura brasileira*

SUMÁRIO

1 – A LITERATURA: O QUE É E PARA QUE SERVE? . 11
Exercícios 19

2 – A LITERATURA E SEUS GÊNEROS 21
2.1 – Prosa e poesia 21
2.1.1 – Poesia 22
2.1.2 – Prosa 28
2.1.3 – Relatividade das fronteiras entre prosa e poesia 29
2.2 – Lírico, narrativo e dramático. 32
2.2.1 – O lírico 33
2.2.2 – O narrativo 34
2.2.3 – O dramático 35
2.2.4 – Principais espécies do lírico, do narrativo e do dramático 37
2.2.5 – Relatividade das fronteiras entre lírico, narrativo e dramático 38
2.3 – Resumindo e esquematizando: quadro sinótico dos gêneros literários. 38
Exercícios 39

3 – A LITERATURA E SEUS ESTILOS DE ÉPOCA 41
3.1 – Exemplos, para começar 41
3.2 – O que é estilo de época 46
3.3 – Os estilos de época da Literatura ocidental e a periodização da Literatura brasileira 48
Exercícios 50

4 – AS ORIGENS DA LITERATURA BRASILEIRA E O BARROCO 51
4.1 – A crônica histórica e informativa. 51
4.2 – Primeiras manifestações poéticas. 52
JOSÉ DE ANCHIETA. 52
BENTO TEIXEIRA. 54
4.3 – O Barroco na prosa e na poesia 56
MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA. 58
GREGÓRIO DE MATOS 58
Exercícios 61
Textos Complementares 63
Exercícios 71

5 — ARCADISMO 76
5.1 — A reação ao Barroco 76
CLÁUDIO MANUEL DA COSTA 77
TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA 78

Exercícios 80

Textos Complementares 87

5.2 — O contexto pré-romântico 90
5.2.1 — Lirismo amoroso 90
5.2.2 — A tematização do nacional 91
5.2.2.1 — Poesia lírica 92
CALDAS BARBOSA 95
5.2.2.2 — Poesia épica 97
BASÍLIO DA GAMA 97
SANTA RITA DURÃO 97

Textos Complementares 98

6 — ROMANTISMO 105
6.1 — O contexto do nacionalismo 106
6.1.1 — Os críticos literários: um estímulo ao nacionalismo 107
6.1.2 — O nacionalismo nos temas e na linguagem 107

Exercícios 108

Textos Complementares 113

6.1.3 — O indianismo: o índio como herói nacional 114

Exercícios 115

GONÇALVES DE MAGALHÃES 115
GONÇALVES DIAS 116

Textos Complementares 123

6.2 — Individualismo e subjetivismo 125

Exercícios 127

ÁLVARES DE AZEVEDO 127

Textos Complementares 139

6.3 — Surgimento e afirmação do romance 146
FRANKLIN TÁVORA 148
MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA 149

Exercícios 150

JOSÉ DE ALENCAR 150
Textos Complementares 154
Exercícios 158
6.4 — Participação social e política 158
CASTRO ALVES 159
Exercícios 160
7 — REALISMO, NATURALISMO E PARNASIANISMO. 172
7.1 — O contexto da segunda metade do século XIX . 172
7.2 — Realismo e Naturalismo 173
MACHADO DE ASSIS 174
RAUL POMPÉIA 175
Exercícios 175
ALUÍSIO AZEVEDO 175
7.3 — Parnasianismo 188
Exercícios 190
OLAVO BILAC 190
Textos Complementares 194
MANOEL DE OLIVEIRA PAIVA 200
8 — SIMBOLISMO 203
CRUZ E SOUSA 203
8.1 — O contexto do fim do século XIX e o advento do Simbolismo 204
8.2 — A linguagem simbolista e suas características... 205
Exercícios 208
EMILIANO PERNETA 208
Textos Complementares 212
9 — O SINCRETISMO ESTILÍSTICO PRÉ-MODERNISTA 217
EUCLIDES DA CUNHA 218
LIMA BARRETO 218
AUGUSTO DOS ANJOS 219
Exercícios 221
Textos Complementares 225
10 — MODERNISMO 240
10.1 — O ambiente artístico europeu no início do século 240

Exercícios 241

10.2 — A política internacional entre 1900 e 1930 . . . 242
10.3 — A política nacional entre 1900 e 1930 243
10.4 — A sociedade brasileira no início do século 243
10.5 — O meio literário brasileiro do início do século . 244

Exercícios 245

10.6 — As idéias artísticas no Brasil no limiar da revolução modernista 247
10.7 — A Semana de Arte Moderna 247
10.8 — Cronologia do Modernismo 248
10.8.1 — Período de 1922 a 1930 249
OSWALD DE ANDRADE 249

Exercícios 250

MÁRIO DE ANDRADE 261
MANUEL BANDEIRA 274
10.8.2 — Período de 1930 a 1945 284

Exercícios 286

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 286
GRACILIANO RAMOS 304
10.8.3 — Período de 1945 a 1956 316
GUIMARÃES ROSA 317

Exercícios 318

JOÃO CABRAL DE MELO NETO 318
LYGIA FAGUNDES TELLES 329
VINÍCIUS DE MORAES 332
10.8.4 — Período de 1956 aos anos 60 337

Exercícios 340

ARMANDO FREITAS FILHO 342
10.8.5 — Período pós-70 344

Exercícios 346

PAULO GALVÃO 346
CARLOS AUGUSTO CORRÊA 350
LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO 354
CARLOS EDUARDO NOVAES 360

11 — REVISÃO GERAL ATRAVÉS DE EXERCÍCIOS DE VESTIBULAR 364

Álvares de Azevedo historiador da literatura

Regina Zilberman

A crítica é uma bela desgraçada
Que nada cria nem jamais criara;
Tem entranhas de areia regelada;
É a esposa de Abraão, a pobre Sara
Que nunca foi por Anjo fecundada;
Qual a mãe que por ela assassinara
por sua inveja e vil desesperança
Dos mais santos amores a criança.

Álvares de Azevedo
(Azevedo, 1862, v. 3, p. 164)

Os primeiros românticos

A introdução do romantismo no Brasil está associada à publicação da revista *Niterói*, em 1836, na cidade de Paris. Apenas dois números foram lançados naquele ano, mas o fato, aliado a outras ações lideradas por Gonçalves de Magalhães, como a divulgação dos poemas de *Suspiros poéticos e Saudades*, no mesmo ano, e, logo depois, em 1838, a estreia do drama *Antônio José ou O poeta e a Inquisição*, sinaliza a difusão de uma poética inovadora na pátria brasileira.

Além de Gonçalves de Magalhães, o grupo responsável pela edição de *Niterói* congregava o jornalista, e depois político, Francisco de Sales Torres Homem, e o pintor Manuel de Araújo Porto Alegre, a que se poderia acrescentar o nome de João Manuel Pereira

da Silva, autor de "Estudos sobre a literatura", ensaio incluído no segundo volume da revista. Desses quatro nomes, apenas Araújo Porto Alegre tinha nascido antes de 1810; os demais pertenciam à segunda década do século XIX: Gonçalves de Magalhães é de 1811; Francisco Sales Torres Homem, de 1812; Pereira da Silva, de 1817. Eram crianças ou adolescentes à época em que o País se emancipava de Portugal; por outro lado, acompanharam a emergência e consolidação do segundo reinado, de cuja vida política, artística e cultural participaram intensamente, pois Torres Homem faleceu em 1876, Porto Alegre em 1879, Magalhães em 1882 e Pereira da Silva em 1898, este tendo, pois, assistido à ascensão do regime republicano.

Distinta é a situação dos que os sucederam, pois poucos dentre eles viveram mais de cinquenta anos, como sugere o quadro a seguir:

Escritor	Datas de nascimento e morte	Número de anos vividos
Gonçalves Dias	1823-1864	41
Bernardo Guimarães	1825-1884	59
José de Alencar	1829-1877	48
Álvares de Azevedo	1831-1852	21
Junqueira Freire	1832-1855	23
Casimiro de Abreu	1839-1860	21
Fagundes Varela	1841-1875	34
Castro Alves	1847-1871	24

O percentual de mortes precoces é elevado entre os autores que consolidaram a estética romântica entre nós, fortalecendo a imagem de uma poesia de garotos para um país que encetava a emancipação política. Como escreve Brás Cubas a propósito de si mesmo à época da declaração de independência, "éramos dois rapazes, o

povo e eu" (Assis, 1959, p. 65). Ao mesmo tempo, a cristalização de sua juventude impede, às vezes, a percepção de que Gonçalves Dias e Bernardo Guimarães eram coetâneos, e a de que José de Alencar era apenas dois anos mais idoso do que Álvares de Azevedo, esse mais próximo cronologicamente do autor de *O guarani* do que de Casimiro de Abreu ou Fagundes Varela, com os quais é reunido, quando delimitada cronologicamente a chamada "segunda geração romântica". Tal como o escritor cearense, Álvares de Azevedo experimentou a infância na década da Regência, e a puberdade quando iniciava o reinado de Pedro II, este também um adolescente.

A formação cultural e literária de Azevedo vincula-se, pois, ao que circulava no Brasil ao final dos anos 1830 e ao longo da década de 1840, quando dois processos se estruturavam: de um lado, os esforços, por parte do grupo de *Niterói*, no sentido de identificar e consolidar uma literatura nacional; de outro, a persistência do prestígio da cultura portuguesa na educação letrada nacional. Dessa ascendência intelectual é testemunho a penetração do pensamento e da obra de Almeida Garrett, cujo "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa" se propagava nas praças cariocas, seja em edições piratas, seja por intermédio de sua apropriação em livros destinados às escolas, como a *Biblioteca Juvenil, ou Fragmentos morais, históricos, literários, políticos e dogmáticos, extraídos de diversos autores e oferecidos à mocidade brasileira*, de Antônio Maria Barker, professor de primeiras letras e membro efetivo da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (Razzini, 2000). Também o épico *Camões*, lançado por Garrett em 1825, era alvo de contrafações. Teófilo Braga refere-se à edição brasileira do poema em 1838 (Braga, 1905), a que se seguiram novas impressões entre 1839 e 1843. O poeta português é eloquente a respeito, queixando-se, nos prefácios à segunda e à terceira edição de *Camões*, das "contrafeições brasileiras" que "reproduziram as primeiras edições desta assim como de outras obras do autor" (Garrett, 1966, V. 2, p. 295).

Ao lado do impacto da obra de Almeida Garrett, verifica-se no período a adoção dos paradigmas literários do romantismo, corporificados por personalidades exuberantes, de que é exemplo Byron, idolatrado não tanto por suas ideias artísticas, mas, principalmente, pelo notório comportamento extravagante. A nova poética talvez não constituísse uma prática disseminada entre os criadores, mas contava com seus ídolos, que a nova geração almejava imitar, esperando que, dessa fusão com celebridades europeias, brotasse a ambicionada originalidade estética.

Álvares de Azevedo não apenas presenciou as mudanças no panorama artístico e intelectual da primeira década do segundo reinado, marcado por instabilidades políticas e revoltas regionais. Ele participou delas, e, em sua curta vida, deixou seu depoimento em verso e em prosa, de que é prova seu estudo sobre "Literatura e civilização em Portugal".

Álvares de Azevedo prosador

Álvares de Azevedo faleceu em 25 de abril de 1852, antes de completar vinte e um anos. Estava no Rio de Janeiro quando morreu, mas, aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tinha passado os últimos anos em São Paulo. Durante o período estudantil, participou intensamente das atividades literárias, tendo sido um dos fundadores da revista da *Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano*, que sobreviveu ao poeta, tendo encerrado suas atividades em 1864. Contudo, a maior parte de seus textos permaneceu inédita até seu óbito, reunida postumamente em edição tornada pública em 1853 e relançada, com muitos acréscimos, em 1862.

O lugar ocupado por Álvares de Azevedo na história da literatura brasileira, e especialmente no romantismo nacional, deve-se sobretudo aos versos de *Lira dos vinte anos*. Porém, a prosa ocupou-o bastante, e os contos de *Noite na taverna* bastam para atestar sua versatilidade no gênero narrativo. Menos conhecidos são seus

estudos literários, embora dois deles mereçam atenção particular, a saber, os que dedicou a *Jacques Rolla*, de Alfred de Musset, e a *Aldo, o rimador*, de George Sand. Nesses ensaios de crítica literária, Azevedo mostra seu conhecimento de dois grandes nomes do que era então a literatura francesa recente, pois o poema de Musset tinha sido publicado em 1833, e, no mesmo ano, na *Revue des Deux Mondes*, a curta peça de teatro de Sand. Essas são obras de notável teor metalinguístico, com referências a artistas do final do século XVIII e início do século XIX, e Azevedo revela familiaridade ao referir a eles e a suas criações, o que sugere ter sido um leitor compulsivo e estar, à época, atualizado com os rumos da literatura em seu tempo.

Em conhecido estudo sobre o cabedal de leituras de nossos românticos, Brito Broca (1979) contesta a conclusão de que aqueles jovens fossem dotados de apreciável cultura literária. A suspeita do crítico repousa no pressuposto de que eles não teriam tido tempo de vida suficiente para ler e memorizar tantas obras, noves fora a circunstância de a circulação de livros ter sido bastante precária no Brasil da primeira metade do século XIX, sobretudo daqueles que não se enquadravam no cânone escolar. De todo modo, a se julgar pelos dois estudos dedicados a Sand e a Musset, Azevedo não parece inibido ou desinformado tanto sobre os autores que examina quanto sobre os que são citados nos textos. Talvez o caráter metalinguístico daquelas obras tenha colaborado para ele formar o próprio repertório de leituras, mas, de todo modo, não deixou de manifestar um posicionamento independente e seguro diante de seu objeto de investigação.

Pertence a esse segmento de sua produção literária o ensaio, também de publicação póstuma, denominado “Literatura e civilização em Portugal”, escrito um pouco mais longo que o dedicado a *Jacques Rolla* e provavelmente mais ambicioso. Foi incorporado à primeira versão da obra completa de Azevedo em 1853, reimpressa com adições em 1862. Depois, mesmo conservado em edições

integrais mais recentes, permaneceu no limbo do patrimônio do escritor, até ser valorizada por Roberto Acízelo de Souza, que a atualizou, revisou-a e, em 2016, colocou-a outra vez à disposição dos pesquisadores brasileiros.

A história da literatura

A história da literatura constitui um gênero emergente na primeira metade do século XIX. Ainda que se possam identificar precursores remotos da prática de narrar o aparecimento e progressão de obras consideradas arte verbal em dado contexto geográfico ou social, condição que poderia ser atribuída, por exemplo, à *Poética*, de Aristóteles, o fato é que apenas depois do século XVIII deu-se o início de uma metodologia original de exposição da tradição literária.

A *Histoire littéraire de la France*, iniciada em 1733 pelos beneditinos da Congregação de Saint Maur, parece ter inaugurado o gênero, a que pertencem a *Historia literaria de España*, elaborada a partir de 1766 pelos frades Rafael e Pedro Rodriguez Mohedano, a *Storia della letteratura italiana*, que Girolamo Tiraboschi redigiu entre 1772 e 1782, a *History of English poetry from the close of the eleventh to the commencement of the eighteenth century*, de Thomas Warton, lançada entre 1774 e 1781, e o *Compendium der Deutschen Literaturgeschichte von den Ältesten Zeiten bis auf das Jahr 1781*, de Erduin Julius Koch, de 1790, o único caso até então de uma história literária contida em um único volume.

Nas primeiras décadas do século XIX, dissemina-se a prática e aparecem as primeiras histórias da literatura voltadas à produção em língua portuguesa, como as de Friedrich Bouterwek, cuja *Geschichte der neueren Poesie und Beredsamkeit* dedica o quarto volume à poesia portuguesa, e a de Simonde de Sismondi, *De la littérature du midi de l'Europe*, em que a tradição lusitana ocupa a parte final da pesquisa daquele autor suíço. É, contudo, a *Histoire littéraire de l'Italie*, dirigida por Pierre-Louis Ginguené, que faz a diferença

neste período, porque ele introduz um dado novo da descrição do passado literário de um povo ou de uma nação: o relacionamento entre época e criação artística, estabelecendo uma equação segundo a qual os tempos de bonança são favoráveis à arte, fertilizando-a com criações renovadoras e impactantes. Como o conceito de história predominante nesse período estava marcado pelo pensamento de Vico, que associava a vida das sociedades à do ser humano, assinalado pela infância e inocência, maturidade e apogeu, e velhice e decadência, o corolário da história da literatura passou a ser definido pela identificação dos momentos de esplendor e culminância, a que se sucediam a derrocada e a ruína.

Ferdinand Denis, autor do *Resumo da história literária de Portugal, seguido do Resumo da história literária do Brasil*, é devedor convicto dessa visão de mundo, a partir da qual examina autores, obras, períodos. Almeida Garrett acompanha a ideia com menos fervor, mas, de todo modo, elabora o "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", também de 1826, desde recortes temporais dentro dos quais aloca seus artistas favoritos, procurando chamar a atenção para a decadência do presente que vivia, corroborando, assim, o gráfico de ascensões e quedas que faziam o eletrocardiograma das narrativas propostas pelas histórias da literatura em voga.

Álvares de Azevedo não teria muitos outros modelos em que se inspirar, quando decidiu refletir sobre o percurso literário de Portugal, que associa às idas e vindas da sociedade portuguesa e ibérica, já que precursores locais, como Joaquim Norberto e Pereira da Silva, preocupavam-se sobretudo com a questão da nacionalidade da produção brasileira. Não parece ser esse o caso de Azevedo, a começar pelo fato de ter escolhido como assunto a literatura de Portugal, que analisa, primeiramente, desde uma perspectiva globalizante, depois nas suas relações com a tradição ibérica. Ao voltar os olhos para a produção literária da ex-metrópole, que vê com simpatia e

benevolência, descarta de imediato a discussão sobre as relações com o Brasil ou com a qualificação ou desqualificação de sua possível identidade nacional. Rejeita, assim, o que também preocupava Gonçalves de Magalhães, em "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil", fazendo-o, em seu texto, não por um ataque àquele líder do movimento romântico brasileiro, mas por intermédio da recusa das ideias de seu ex-professor, Santiago Nunes Ribeiro, autor de "Da nacionalidade da literatura brasileira", debatido em seu estudo.

Desse posicionamento heterodoxo, emergem a originalidade de suas posições e a importância de se tomá-las em conta, no esforço de entender o que se passava entre os letrados de sua geração. Nasce também a validade do trabalho de Roberto Acízelo de Souza em resgatá-lo por meio de sua cuidadosa edição.

Reeditando "Literatura e civilização em Portugal"

A primeira edição da obra de Álvares de Azevedo foi lançada entre 1853 e 1855, em dois tomos, promovida pela Tipografia Universal de Laemmert, uma das poucas empresas brasileiras dedicadas, à época, à impressão de livros de autores nacionais. Deve ter-se esgotado logo, porque, no prefácio à segunda edição, agora pela mais prestigiada Garnier, seu organizador comenta que "nas livrarias não se encontrava um só exemplar [dela] para satisfazer a sofreguidão dos apreciadores desse tão belo e precoce talento" (Prefácio, 1862, p. 1); a folha de rosto, por sua vez, afiança que essa nova versão é "acrescentada com as obras inéditas" (Azevedo, 1862, v. 1, folha de rosto).

Uma década depois, é Joaquim Norberto quem se encarrega de organizar a obra de Azevedo para a Garnier, dando sequência a um provável plano editorial de difusão do cânone da literatura brasileira, então em fase de constituição, já que aquele crítico oferece na mesma época coleções de livros com a produção de Silva Alvarenga, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Casimiro de Abreu e

Gonçalves Dias (Catálogo, 1913; Souza, 2009). Aos poucos, Álvares de Azevedo institucionaliza-se, mas sua produção ensaística não se torna objeto de consideração particular.

Essa marginalização talvez se deva a um dado de ordem editorial: no século XX, apenas em duas ocasiões suas obras foram publicadas em versão integral: em 1942 (Azevedo, 1942) e em 2000 (Azevedo, 2000). A difusão ostensiva recai majoritariamente sobre os poemas da *Lira dos vinte anos*, as narrativas de *Noite na taverna* e o dialógico *Macário*, deixando na sombra a prosa não ficcional do escritor. Esses fatos afetaram sensivelmente a recepção de "Literatura e civilização de Portugal", a que se soma a circunstância de o ensaio não se enquadrar facilmente no padrão dos estudos historiográficos então produzidos no País. No entanto, seja pela originalidade das ideias do poeta, seja por sua interloculação com as teses relativas às literaturas brasileira e portuguesa, seu resgate fazia-se necessário. Sobretudo se lembrado que, nas últimas décadas, têm sido intensa a pesquisa com fontes primárias, de que fazem parte os escritos pioneiros sobre a literatura nacional prévios ao aparecimento da *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, de 1888, ao qual se atribui a instalação, no País, do gênero historiográfico desde prisma científico e sistemático.

Essa foi a tarefa que Roberto Acízelo de Souza empreendeu, realizando com competência e colaborando decisivamente para o encorpamento da crítica e da historiografia literária nacional.

Para realizar o trabalho de resgate, coube-lhe escolher uma edição de referência. O pesquisador deu preferência à de 1942, considerada confiável por Péricles da Silva Ramos, a ponto de ser a que os organizadores das edições subsequentes de Azevedo elegeram, ao dar sequência à divulgação de sua obra. Contudo, Souza não se contenta em reproduzir a versão escolhida, após avaliar a necessidade de, nas suas palavras, "proceder a diversas intervenções no texto a fim de procurar estabelecê-lo em bases mais seguras" (Souza, 2016, p. 27).

Dessa decisão, advêm providências que consistem não apenas na atualização da ortografia, mas também na adaptação da pontuação às normas hoje vigentes. Também importante é a opção por conferir "legibilidade" ao escrito de Azevedo, caracterizado por seus períodos seguidamente "acumulados e tortuosos" (Souza, 2016, p. 28). Vinculada à escolha de tornar o ensaio compreensível para o leitor contemporâneo é a medida mais significativa e, certamente, a mais trabalhosa: a elaboração de "notas explicativas" (ibid., p. 28), que chegam a mais de setecentas, mesmo se abatemos da conta as que o próprio Azevedo adicionou a seu estudo.

A relevância das notas explicativas não se mede apenas pela quantidade, mas pela necessidade com que se impõem. Há referências no texto de Azevedo que se mostrariam incompreensíveis, se o organizador não as elucidasse, já que resultam de problemas variados. O primeiro deles deriva do fato de que Azevedo às vezes equivoca-se ao nomear algumas figuras mitológicas, lendárias ou literárias, e é preciso não apenas corrigi-lo, mas supor o que teria em vista ao somá-las a seu discurso. Além disso, há indicações indecifráveis e que os responsáveis pelas edições anteriores provavelmente ignoraram, ao transcrever o manuscrito para o impresso ou ao reproduzi-lo depois. Neste caso, só resta ao organizador reconhecer que certas referências não são identificáveis, permanecendo, assim, enigmáticas.

Pertence igualmente a esse conjunto de problemas o fato de que há frases incoerentes ou inacabadas – tratava-se de um manuscrito que não havia sido submetido a qualquer tipo de revisão –, o que requer o esforço duplo de interpretação. Por causa disso, o organizador adverte que foi preciso introduzir palavras, devidamente assinaladas por colchetes, "visando a maior clareza e regularização da sintaxe" (Souza, 2016, p. 28), ainda e mais uma vez destinadas a afiançar a legibilidade do texto de Azevedo.

Resulta do empenho por parte do organizador a duplicação do ensaio de Azevedo: de uma parte, o leitor se depara com o texto que Souza procurou deixar o mais escorreito e límpido possível, sem, é claro, comprometer o estilo peculiar do poeta, notável pela extensão das frases e pelo modo labiríntico com que elas são construídas; de outra, emerge o universo das anotações, que cooperam não apenas para o entendimento do processo sinuoso de exposição das ideias, mas também para a determinação de seu cabedal de leituras, citações e apropriações literárias, compondo um repertório que, se podia ser partilhado por outros poetas românticos, companheiros de geração do autor de "Literatura e civilização de Portugal", muitas vezes apresenta-se hoje como desconhecido ou remoto.

Sem a identificação desse repertório, o efeito do ensaio se esvairia. Por esse aspecto, Souza converte-se, em certo sentido, em coautor do estudo, engrandecendo seu valor original.

Lendo "Literatura e civilização em Portugal"

Como ocorreu à maior parte da obra de Álvares de Azevedo, o ensaio "Literatura e civilização em Portugal" foi publicado postumamente, no ano subsequente ao falecimento do poeta. Conforme registra a correspondência a Luís Antônio da Silva Nunes, colega do autor na Faculdade de Direito, o texto foi redigido entre o final de 1849 e início de 1850:

> Não tenho passado ocioso estas férias, antes bem trabalhadas de leitura tenho-as levado. Nesse pouco espaço de três meses escrevi um romance de duzentas e tantas páginas; dois poemas, um em cinco e o outro em dois cantos; uma análise do *Jacques Rolla* de Musset; e uns estudos literários sobre a marcha simultânea da civilização e poesia em Portugal, bastante volumosos (Azevedo, 1942, v. 2, p. 512).

"Literatura e civilização em Portugal", na edição de 1862, ocupa setenta e duas páginas, o que justifica sua publicação em livro individual, como propõe Roberto Acízelo de Souza. Materialmente,

é mais extenso que alguns de seus precedentes ilustres, como os de Gonçalves de Magalhães ("Ensaio sobre a história da literatura do Brasil"), Joaquim Norberto ("Bosquejo da história da poesia brasileira") e Pereira da Silva ("Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira"). Supera também o precursor "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", de Almeida Garret, ultrapassado tão somente pelo livro de Francisco Freire de Carvalho, que se autoconsidera o *Primeiro ensaio sobre história literária de Portugal*, publicado em Lisboa, em 1845. Se examinado pelo prisma das primogenituras, o estudo constitui provavelmente o primeiro escrito de um brasileiro sobre a trajetória da literatura portuguesa. O fato de encetar uma vertente da historiografia da literatura produzida por brasileiros pode não ser relevante em si mesmo; porém, no contexto de um horizonte avesso às possíveis intervenções da cultura lusitana na literatura pátria, o posicionamento inaugural de Álvares de Azevedo é corajoso e provocador, sobretudo porque é reiterado pelos conceitos e concepções que expõe em seu ensaio.

Este é organizado em dois grandes grupos de ideias, cuja distribuição parece embaralhada, mas que, na edição proposta por Roberto Acízelo de Souza, mostra-se clara e coerente. Assim, pode-se reconhecer, na primeira parte, uma exposição sobre conjuntos literários dotados de características próprias que lhes conferem autossuficiência, identificados como "Literatura do Norte", "Árabes" e "Índia". Na segunda, o autor volta-se ao patrimônio lusitano, não sem antes refletir sobre a Hispânia e sobre as relações entre Portugal e Espanha. Só então aborda os artistas portugueses, com ênfase em três nomes: Antônio Ferreira, Camões e Bocage.

A distribuição e o desenvolvimento da matéria são, pois, congruentes, evidenciando lógica e unidade. E, como se observou, a dificuldade maior para o entendimento do raciocínio de Azevedo parece dever-se, antes, à apresentação gráfica em edições anteriores, questão eficientemente resolvida por Roberto Acízelo de Souza. Por

sua vez, é patente, em seu desdobramento, a perspectiva historiográfica, haja vista o sequenciamento adotado para o exame dos poetas portugueses, abordados após Azevedo revisar o passado da Península Ibérica e apontar a trajetória que a conduz à atualidade, passando pela cisão territorial entre Portugal e Espanha.

O que diferencia o ensaísta dos precedentes é a perspectiva ampla com que interpela seu objeto, já que parte de uma visada globalizante, tanto do ponto de vista geográfico quanto cronológico. Assim, transita da chamada "Literatura do Norte", conceito posto em circulação por Madame de Staël, até a contribuição dos povos orientais, como árabes e indianos, para então desembarcar no espaço escolhido – a Ibéria – e, a partir daí, avançar linearmente até as primeiras décadas do século XIX, representadas pela poesia de Bocage.

Se, de uma parte, o estilo de Azevedo é perturbador – com seus parágrafos quilométricos, recheados de referências lendárias, históricas e literárias –, de outra, seu raciocínio acompanha um nexo interno, que convence o leitor. Talvez a loquacidade pudesse ser evitada, o que provavelmente seria providenciado pelo autor, tivesse ele tempo de vida para isso; mas o que não se pode ignorar ou desdenhar é a argumentação proposta, restando apenas aceitá-la ou não.

Esta argumentação parte de um pressuposto, esclarecido no primeiro parágrafo do ensaio, ocupado pelo segmento inicial do "Prólogo": a conexão, ou o "grande elo de união", entre a literatura e o "panorama dos fatos" (Azevedo, 2016, p. 33).[1] A afirmação de Azevedo acompanha a tendência que tem em Pierre-Louis Ginguené uma de suas origens, e que Ferdinand Denis acata no capítulo introdutório do *Resumo de história literária*, ao asseverar que o historiador francês "mostrou sobretudo como a literatura acompanhava os acontecimentos políticos" (Denis, 1826, p. VII). Gonçalves de Magalhães, nos parágrafos de abertura de seu "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil", revela-se igualmente adepto da concepção que vincula literatura e época, que J.M. Pereira da Silva,

seu contemporâneo e parceiro de revista *Niterói*, sintetiza no começo de "Estudos sobre a literatura", no volume 2 daquele periódico:

> A literatura é sempre a expressão da civilização; ambas caminham em paralelo: a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade, e do indivíduo, fatos necessariamente unidos e reproduzindo-se ao mesmo tempo, não pode deixar de ser guiada pelos esforços das letras; uma não se pode desenvolver sem a outra, ambas se erguem e caem ao mesmo tempo (Silva, 1836, v. 2, p. 214).

Contudo, é a Madame de Staël que, desde a publicação da obra *De la littérature considerée dans les rapports avec les instituitions sociales*, de 1800, que se deve o princípio metodológico calcado na associação entre literatura, época e percurso de um povo. Outro preceito, originado igualmente do pensamento daquela autora, estipula que os povos não permanecem indiferentes ao ambiente em que desenvolvem suas respectivas civilizações, de que advêm as distinções entre suas culturas. As literaturas definem-se doravante por sua pertença a um certo espaço, que confere a elas traços peculiares, não dessemelhantes, porém, das peculiaridades do local onde circulam. Configuram-se, assim, dois grandes blocos de literatura, "completamente distint[o]s, a que vem das regiões meridionais [*Midi*] e a que descende do Norte" (Staël, 1860, p. 162). Não por outra razão Álvares de Azevedo enceta sua investigação por uma caudalosa descrição da literatura do Norte, onde reconhece "a friez congelada do polo, as crenças arraigadas de Odin ou Wode, e os recontos das façanhas, que não há delaidá-las dos autóctones primevos do Norte" (p. 39-40).

Coerente com a doutrina de que, mudadas "as relações do país", a "literatura muda" (p. 40), o autor dedica-se no segmento seguinte aos árabes, aos quais atribui imaginação "ardente como o sol e como os mares" (p. 42). O passo seguinte leva-o à Índia, onde encontra "uma literatura toda nova", "nova e singular" (p. 47),

porque também o clima apresenta particularidades, se comparado a contextos antes examinados. Caracteriza-o então como "ardente às vezes como esse céu do estio, sombria outras como as crenças brâmanes" (p. 47), representando, de certo modo, a justaposição da luminosidade do mundo árabe com a nebulosidade do universo nórdico.

Só então Azevedo dá início à segunda parte, introduzida por "Duas palavras", em que recapitula e reafirma seu princípio metodológico, providência provavelmente necessária em face da novidade da ideia, que começava a adentrar os estudos literários, como sugerem as obras de Staël em plano internacional, e Gonçalves de Magalhães e Pereira da Silva em âmbito nacional, mas que não eram ainda hegemônicas. É firmemente apoiado em sua base conceitual que começa a examinar seu objeto, não sem antes esclarecer seu objetivo:

> Eis pois nosso fim: mostrar, da variedade de fontes, a riqueza de imaginação espanhola, esse metal coríntio fervido no magno cadinho de uma nação meridiana. Desse variegado de materiais deve nascer a originalidade, o caráter às vezes exagerado de uma literatura erguida, como estátua de liga mais pura, de robustez mais provada (p. 54).

A referência pode surpreender, se descolada do princípio metodológico adotado pelo escritor. Mas Azevedo pensa Portugal não como nação independente da tradição ibérica, compartilhando cenário e história com os espanhóis, espaço e tempo que conferem a seus produtos culturais originalidade e caráter, como procura comprovar ao desenvolver seus argumentos.

A associação se faz necessária, porque lhe cabe retornar aos inícios da história da Península, remontando aos povos – gregos, cartagineses, romanos, depois árabes – que habitaram a região, a Hispânia, como a denomina, porque "sempre houve um nome, uma unidade que resumiu aquelas duas nações" (p. 60). Independentemente da separação política, a literatura daquele lugar manteve-se

una por muito tempo, porque "a língua é a mesma" (p. 60). Somente à época da epopeia de Camões deu-se "a inteira separação de literaturas" (p. 61) em razão da adoção das falas nacionais distintas.

Azevedo, nesse ponto de seu escrito, toma posição diante de uma controvérsia bastante discutida em seu tempo: a que estabelecia, ou ignorava, a identidade entre a nacionalidade de uma literatura e o idioma em que aquela aparecia. Afirmando que, a seu "muito humilde parecer", "sem língua à parte não há literatura à parte" (p. 61), ele justifica primeiramente por que, a partir de um certo momento histórico, a literatura portuguesa distingue-se de sua até então gêmea literatura espanhola. Adotando esse preceito, opõe-se aos que, como Santiago Nunes Ribeiro, postulavam ser a nacionalidade de uma literatura decorrente do lugar onde era produzida e circulava, independentemente do vernáculo em que era redigido.

A questão relativa à identidade nacional de uma literatura vinha se mostrando candente desde a emergência das histórias nacionais das literaturas. O cenário ideal corresponderia à perfeita unidade entre território/língua/produção verbal; porém, dificilmente essa equação resolvia-se com facilidade: muitas línguas extravasavam os espaços previamente definidos como nação, como o inglês ou o castelhano, que, em decorrência do processo de colonização, ergueram-se como línguas vernáculas em regiões da Europa e da América. O contrário também se evidenciava, pois o alemão espalhava-se por regiões ainda não unificadas, como as que formariam futuramente a Alemanha, e impérios que englobavam povos variados, como o dos Habsburgos.[2]

No Brasil, o debate mostrava-se igualmente vigoroso entre os letrados que discutiam a autonomia da literatura brasileira, separando-a de Portugal, ainda que elaborada no mesmo idioma. Álvares de Azevedo, da sua parte, acredita em uma literatura compartilhada, opondo-se, em seu estudo, sobretudo a Gonçalves Dias, partidário de uma "poesia americana" (p. 62). Para ele, contudo, autores por-

tugueses, como Camões e Bocage, são "nossos", recusando a ideia de que possam ser considerados estrangeiros. Por sua vez, como procura demonstrar, os autores nascidos no Brasil que poderiam representar uma identidade em separado – e ele se refere àqueles que atuaram no período colonial – são julgados portugueses: "José Basílio e Durão não foram tão poetas brasileiros como se pensa. Os heróis do *Uruguai* [sic] e do *Caramuru* eram portugueses. Não há nada nesses homens que ressumbre brasileirismo" (p. 63).

O segmento final de "Literatura e civilização em Portugal" é dedicado aos autores portugueses, matéria anunciada desde o título do ensaio. A parte inicial oportuniza ao autor estabelecer laços entre temas da história portuguesa que alimentaram poemas épicos e as criações coletivas da tradição cultural europeia valorizadas pelos letrados românticos, como os *Edas* ou as canções dos *Niebelungos*. Mais uma vez Azevedo estende-se em considerações, que culminam na condenação a Byron por ele ter desprezado Lisboa, a "cidade dos grandes triunfos, a Aschbouna mourisca dos indomados brios, a Lisboa grandiosa dos memorosos barões" (p. 81).

É após o longo excurso que o autor altera o grau de sua lente, focando-a nos artistas portugueses, situados em dois períodos: os da "fase heroica", "a grande era portuguesa" (p. 83), e a "fase negra", por ocasião da decadência principiada pela dominação dos Felipes sobre os territórios lusos. Pertencem ao primeiro grupo Antônio Ferreira e Luís de Camões, poetas que, à época de Azevedo, não recebiam acolhimento igual entre os admiradores da literatura da ex-metrópole. Camões era venerado por portugueses e brasileiros, encarnando o mito do gênio não reconhecido pela multidão; mas Antônio Ferreira jazia em semiobscurecimento, ainda que, em 1826, Denis, no *Resumo*, e Garrett, no "Bosquejo", destaquem a importância de sua obra lírica e dramática.

Álvares de Azevedo, quase um quarto de século depois, não admira menos o clássico lusitano, sublinhando o valor de *Castro*, "pri-

meira obra trágica [...] depois da *Zenóbia*" (p. 83),[3] e considerando-o "o mais antigo dramaturgo do romantismo" (p. 97). Seu entusiasmo leva-o a declarar ser Ferreira "modelo" para a "mocidade": "Ali há todo o brilhante fascinador do romantismo e o puro da severidade arquitetônica do classismo" (p. 98). Camões desperta nele similar ardor, contudo, o espaço de considerações dedicado ao autor de *Os Lusíadas* é bem menor, talvez porque, como se observou, esse constituísse uma preferência consolidada entre seus contemporâneos.

Ainda que atribua a Ferreira um lugar de relevância em seu trabalho historiográfico, Azevedo não é propriamente inovador em sua abordagem. Em relação a Camões, repete os clichês em circulação sobre a vida do poeta, sem avançar muito em suas ideias. Contudo, quando se volta àquela que qualifica como "fase negra", o ensaísta mostra-se original e desafiador.

A "fase negra" é a da decadência, identificada nos historiadores da literatura precedentes como o período subsequente ao de Camões e seus contemporâneos. Cobre larga faixa de tempo, porque nem Almeida Garrett, nem Ferdinand Denis observam produção de qualidade equivalente nas fases sucessivas ao "grande século" (Denis, 1826, p. 49), como o denomina o historiador francês. Por isso, Álvares de Azevedo pode considerar como pertencente à "fase negra" tudo o que vem depois da "fase heroica", sem medo de ser julgado apressado ou redutor.

No entanto, o estudo do período designado de modo pejorativo, como induz a pensar o emprego do adjetivo "negra" em oposição ao "heroica" da etapa anterior, não se destina unicamente a destratar autores e obras, e sim a destacar um vulto que impressiona o jovem crítico: Bocage. O posicionamento de Azevedo é contraditório diante do poeta, pois se, de um lado, acusa-o de materialista e devasso, consumido pela "orgia" (p. 108), de outro, reconhece a grandeza de sua obra, elevando-o à condição de "gênio": "Bocage era o verdadeiro rei daquelas inteligências todas, rei solitário e soberbo como o sol,

tendo como ele uma missão criadora e sublime: a do gênio" (p. 109).

Por essa razão, compara-o a Byron, Chatterton e Zacharias Werner, poetas renomados a seu tempo e figuras do particular apreço do poeta brasileiro. Bocage é integrado a esse grupo, constituindo, porém, uma ilha solitária, pois, conforme o autor, apropriando-se de conclusão enunciada por Lopes de Mendonça, "a Bocage faltou a inspiração de uma literatura contemporânea valente" (p. 114). Como o contexto português não era favorável, condição, pois, distinta da experimentada pelos heroicos Ferreira e Camões, Bocage torna-se um artista à deriva, instável, sem, contudo, deixar de evidenciar seu talento, que não floresce na proporção desejada.

O contraste entre a qualidade da obra de Bocage e a mediocridade do meio em que viveu poderia levar Azevedo a contestar o princípio metodológico adotado. Contudo, o poeta lusitano é o exemplo de que precisa para comprová-la, já que, porque "respirava" (p. 115) um ar deprimente, em decorrência da decadência portuguesa, sua poesia não desabrocha, comprimida pela falta de oxigênio no ambiente circundante. Eis porque o autor pode concluir que "Bocage não é um caráter estéril – por único – no historiar da literatura portuguesa. Naquele homem traduz-se uma era inteira" (p. 115). O que resta é almejar que "a noite portuguesa, como as de verão", "não seja longa" (p. 116). Com tal expectativa, Azevedo encerra seu estudo.

A "fase negra" condensa-se na figura de Bocage, que traduz as contradições decorrentes da emergência de um grande poeta no contexto de uma civilização decadente ou sufocante. Por sua vez, ao deter-se sobre o artista, Azevedo privilegia o indivíduo, e não sua obra, que nem chega a ser citada no texto, ao contrário do procedimento adotado especialmente diante da *Castro*, de Antônio Ferreira. Também não é a biografia de Bocage que o crítico valoriza, mas seu comportamento – o desvario, a boemia, a autodestruição, qualificada como suicídio. Nos trechos em que se mostra a conduta do escritor português, o discurso torna-se prioritariamente narrativo:

> Então, na velha Lisboa – a rainha dos mares de outrora, e onde as praias imundas repercutiam as gritas despeadas das marinhagens libertinas do estrangeiro –, teríeis visto à tarde, com os cotovelos nas mesas torpes da taverna, a cabeça desgrenhada e loura, ou ébrio e cambaleante, no seu entusiasmo febril, agitando a fronte acesa dos vinhos, cintilar aqueles olhos azuis, onde o fogo da alma lhe passava como ao través de uma alâmpada de alabrastro, e as palavras sonoras, os versos túmidos e as ideias fervorosas a transbordarem-se-lhe dos lábios eloquentes, e a improvisação cada vez mais viva a brotar como dos beiços do vulcão... (p. 104)

Não é difícil reconhecer, neste trecho, o autor de *Noite na taverna*, criador de figuras marginais, tomados pela embriaguez e desprovidos de objetivos, deixando-se levar pela correnteza do álcool e do sonho. Bocage torna-se, assim, uma personagem do imaginário de Álvares de Azevedo, que, a seu modo, traduz uma situação que talvez reflita o próprio sentimento diante da vida brasileira de seu tempo. Com efeito, pode-se pensar que, entre o Portugal de Bocage e o Brasil de Azevedo, não havia muita diferença: similar fragilidade cultural, semelhante apelo à perdição, igual dificuldade de afirmação literária.

Sob esse aspecto, "Literatura e civilização em Portugal" é também uma reflexão sobre literatura e civilização no Brasil na passagem dos anos 1840 para a década seguinte, quando Álvares de Azevedo escreveu seus versos e produziu seus estudos críticos. Mais do que discutir a possível autonomia identitária e nacionalidade da literatura brasileira, o poeta depôs sobre seu tempo e as condições de produção, oferecendo um balanço negativo. Posicionou-se fora da curva, e seu ensaio ficou ignorado por mais de cento e cinquenta anos.

Mais uma razão para louvar o trabalho de Roberto Acízelo de Souza, que faculta ouvir a voz de um intelectual que, se presenciava a mediocridade, não se sujeitava a ela.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Mérito, 1959.

AZEVEDO, Álvares de. *Literatura e civilização em Portugal*. Organização de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés; FAPERJ, 2016.

_____. *Obra completa*. Edição organizada e anotada por Homero Pires. São Paulo: Cia. Ed. Naional, 1942. 2 v.

_____. *Obra completa*. Organização de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

_____. *Obras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. V. 3.

BRAGA, Teófilo. *Garrett e os dramas românticos*. Porto: Lello & Irmãos, 1905.

BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*: vida literária e romantismo brasleiro. São Paulo: Polis; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

CATÁLOGO geral. Rio de Janeiro: [Garnier], 1913.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.

GARRETT, Almeida. *Obras*. Porto: Lello, 1966. V. 2.

PREFÁCIO do editor. In: AZEVEDO, Álvares de. *Obras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. V. 1.

SILVA, João Manuel Pereira da. Estudos sobre a Literatura. *Niterói* - Revista Brasiliense. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. Edição facsimilada patrocinada pela Academia Paulista de Letras, em 1978. V. 2.

SOUZA, Roberto Acízelo. Joaquim Norberto e sua contribuição à edição de textos e à crítica literária. *Fólio*: revista de letras, n. 1, v. 1, 2009.

_____. Critérios da edição. In: AZEVEDO, Álvares de. *Literatura e civilização em Portugal*. Organização de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés, FAPERJ, 2016. p. 25-29.

STAËL, Madame de. *De la littérature considerée dans ses rapports avec les instituitions sociales*. Paris: Charpentier, 1860.

NOTAS

1 Doravante indicaremos tão somente as páginas onde se localizam as citações extraídas dessa edição.

2 Há um terceiro ângulo a destacar: as obras produzidas em línguas não nacionais, como epopeias, poemas, correspondência, discursos, escritos em latim por portugueses ilustres. Ou a produção em castelhano de vários autores lusitanos, sobretudo nos séculos XVII e XVIII. Ferdinand Denis, por exemplo, exclui esse material de seu *Resumo*.

3 Datada de 1514-1515, *Sofonisba*, de Gian Giorgio Trissino, é considerada a primeira tragédia de estilo clássico do século XVI. *Rhadamiste et Zénobie*, de Prosper Jolyot de Crébillon, data de 1711.

Amor à história

Rogério Cordeiro

A historiografia literária brasileira – ou a preservação por seu interesse – deve muito a Roberto Acízelo Quelha de Souza. São patentes seus esforços de recuperação criteriosa dos textos clássicos sobre nossa literatura: durante quase vinte anos, Roberto peregrinou de arquivo em arquivo, biblioteca em biblioteca, cavoucou, avaliou o valor, recolheu e sistematizou um mundo de textos referentes aos primórdios da reflexão sobre literatura no Brasil, alguns deles tidos como perdidos, outros como pouco relevantes e outros ainda desconhecidos. Para se ter uma ideia, o resultado não caberia em menos de cinco volumes com quase quinhentas páginas cada um! O plano, no entanto, levou água na fervura, pois as editoras, apesar de manifestarem interesse, temiam empatar capital ou não dispunham mesmo de meios para custear um projeto desse porte.[1]

Depois de sacrificar mais da metade do material pesquisado, o resultado saiu a lume em dois volumes grossos, totalizando mais de mil páginas, com um título que, apesar de discreto, não poderia ser mais convidativo aos interessados na matéria: *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. Trata-se de uma coletânea de textos escolhidos com espírito democrático e senso de proporção, elencando diferentes autores, com perfis intelectuais e matrizes ideológicas desiguais – às vezes opostos –, organizados em ordem cronológica por meio da qual o leitor acompanha uma evolução "natural" no eixo do tempo. Mas a cronologia engana, pois basta percorrer os textos para perceber que o método de organização é outro: os ensaios se sucedem segundo uma perspectiva crítica

exigente (isto é, não natural), na qual os juízos e as ideias de um são retomados, modulados, encorpados ou contrapostos (cada caso é um caso) pelos do seguinte e assim por diante. Existe uma chave ali que permite ao leitor não somente reconstruir o debate da época, mas também o ambiente cultural que dava insumo a esse debate, ou seja, o que fica impressa na sequência dos textos é sua estrutura histórica correspondente. O leitor com imaginação histórica conseguirá através dos textos constituir uma imagem do contexto, sem o qual o sentido dos primeiros sairá diminuído. Também é digno de nota – e não digo que isso seja fruto da intenção do pesquisador, mas decerto um desdobramento de sua intuição – o significado do balizamento temporal, um recorte no qual cabem percalços relativos ao nosso tema: enquanto uma fração da classe dominante procura alinhar em teoria os rumos da jovem nação à cena mundial contemporânea analisando, sistematizando e promovendo a produção literária brasileira, outra opera no sentido de realimentar estruturas arcaicas, desatualizadas com o ritmo desse mesmo mundo, uma contradição que é na verdade um projeto de poder ideológico e cultural.[2]

Quanto ao material que voltou para o fundo da gaveta, Roberto o foi disponibilizando aos poucos, em edições cuidadas, que acabaram servindo a um propósito maior, porque, agora, apareciam em volumes mais bem amarrados, precedidos de esclarecimentos específicos. Para não estender demais, lembro aqui das coletâneas dedicadas à produção de Joaquim Norberto de Souza Silva e Álvares de Azevedo.[3] O primeiro integra um grupo eclético junto com Santiago Nunes Ribeiro, Gonçalves de Magalhães, Francisco Sotero dos Reis, Francisco de Varnhagen e outros que veiculam aquela "velha concepção cheia de equívocos, [mas] que forma o ponto de partida de toda a nossa crítica" (Cândido, 2006, p. 27); o outro é um dos mais importantes poetas daquela geração, avesso ao nacionalismo literário (ao contrário dos demais acima), mas que escreveu trabalhos atilados sobre o assunto, apesar dos verdes anos.

O livro com textos de Joaquim Norberto – importante crítico e considerado o primeiro historiador de nossa literatura – reúne trabalhos como "Bosquejo da história da poesia brasileira", "Considerações gerais sobre a literatura brasileira" e ainda "História de poetas", além de "História da literatura brasileira", que dá título à coletânea e ocupa sua maior parte, dedicando reflexões de primeira ordem acerca da nacionalidade de nossa literatura, seu caráter original – que já se constituíra polêmica na época – e ainda o papel da natureza, dos índios e das academias no decorrer dessa história. Mais do que um documento do passado, as reflexões de Norberto atiçam a fogueira dos debates contemporâneos e suas vaidades, trazendo uma série de considerações que, levados os anos, ainda tem lições a ensinar. Após a publicação deste livro, Roberto colabora na reunião da crítica de Norberto, meticulosamente dividida em partes sistematizadas: ensaios sobre o arcadismo e o romantismo, que viriam a constituir o nervo da literatura brasileira em *formação* (a ideia que Antônio Cândido desenvolve já se encontrava aqui); estudos de caráter biográfico; crítica de circunstância e um precursor encaminhamento sobre a produção literária de mulheres que despontavam no cenário brasileiro. Se me permitirem uma observação pessoal, neste último projeto, trabalhado em parceria,[4] vê-se outra qualidade patente de Roberto Acízelo: uma peculiar capacidade de trabalhar com amigos e fazer desse árduo ofício uma oportunidade para esbanjar simpatia e espírito de colaboração.

Voltando ao argumento acima, mais recentemente foi publicado *Literatura e civilização em Portugal*, de Álvares de Azevedo, sob curadoria de Roberto que dedicou especial atenção à edição e um estudo introdutório que recupera as circunstâncias de elaboração do ensaio, seu contexto cultural e histórico, além do efeito de recepção que virtualmente chega aos nossos dias. O poeta das emoções rasgadas mostra aqui uma consciência histórica surpreendente, a princípio contrária às suas próprias convicções manifestas, o que mostra os

meios pelos quais o significado mais profundo dos fatos e eventos sociais penetram a imaginação de alguém artisticamente arrojado.

Do projeto inicial haverá de sair ainda um bom número de trabalhos prestimosos a cobrir lacunas que foram ficando pelo caminho. Antes de partir para o comentário mais detido a respeito dos desdobramentos dessa tarefa assumida por Roberto, gostaria de lembrar um trabalho de compilação diferente na medida em que ultrapassa os limites do nacional, embora o englobe: Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). O volume, caprichado do ponto de vista da edição, é dedicado ao repertório mundial, autores brasileiros incluídos, o que os põem situados em perspectiva ampliada no quadro geral de construção do ideal estético da chamada modernização cultural. Moderno aqui é tomado em sua acepção desimpedida, larga, com interesse de historicização, como se pode constatar a partir da simples lembrança dos nomes constantes na coletânea: Lanson, Dilthey, Marx, Engels, Vico, Machado, Alencar, Taine, Romero, Poe, Flaubert, Schlegel, Nietzsche, Hegel, Araripe Jr., Baudelaire, Coleridge, Goethe e muitos outros. A ordenação dos textos segue a linha do tempo, permitindo que o leitor acompanhe o adensamento da matéria (com seus altos e baixos, idas e vindas), e seu método está voltado para a relevância de determinadas linhas de força constitutivas da concepção moderna de literatura. Assim, as "ideias seminais" contemplam uma reflexão sobre a essência da arte, sua organização como sistema, a peculiaridade de linguagem, a autoconsciência criadora, a questão do método e a função retórica (Souza, 2011). São questões que atravessam longos anos, nações formadas e a se formar, culturas de natureza diversa, sociedades heterogêneas etc., mas que persistem, embora modificadas.

Vistos em conjunto e com certo interesse, esses livros apresentam um ar de família e trabalham a contrapelo das modas acadêmicas nutridas por um sentimento a-histórico, como veremos

adiante. O posicionamento de Roberto é claro, e vai ao arrepio das convenções que se cristalizam até alcançar uma naturalidade que, a princípio e a rigor, é justamente o contrário do discernimento que a atividade crítica requer.

É essa compreensão implicada, comprometida e sóbria a respeito do papel da história no campo dos estudos de literatura que eu gostaria de comentar mais detidamente. Veremos que as dimensões da personalidade intelectual de Roberto Acízelo – pesquisa, docência, divulgação, teoria, crítica e ainda (gostaria de acrescentar) urbanidade,[5] convergem para um historicismo refinado, consciente de seu papel.

* * *

Não bastasse o trabalho de pesquisa e sua divulgação, Roberto se debruçou diante do material e começou a encará-lo sob diferentes ângulos – afinal, uma perspectiva crítica imbuída de espírito histórico sabe se diversificar. Dessa prática, foram aparecendo artigos que abordam a constituição da historiografia literária no Brasil, seus personagens, suas motivações, seus impasses, bem como a natureza desse arranjo, historiado ele mesmo; daí decorrem esclarecimentos sobre o que era confuso, correções de rumo, dados novos etc. A seguir, procuro comentar algumas dessas dimensões e discutir suas consequências.

Os assuntos dos artigos se misturam, mas podemos dividi-los em duas linhas diferentes que inevitavelmente se cruzam. A primeira é composta de análises que giram em torno do surgimento da historiografia literária, seus próprios condicionamentos históricos, os saltos qualitativos para garantir sua condição de área de conhecimento específica, sua institucionalização no âmbito da sociedade, enfim, seus princípios epistemológicos. A segunda se distingue pela exposição de dados biográficos que ajudam a melhor delinear as forças subjetivas que movem os protagonistas dessa revolução cultural que ocorria no

País; o esforço, o engajamento, bem como a experiência vivida, origem social e percurso formativo dessas personalidades nos permitem ir além da abstração do texto em si; por fim, as ideias, uma vez revelado o perfil social de seus autores, são imiscuídas na trama da vida social. O pesquisador procede dentro dos parâmetros que ele mesmo identificou como característica marcante da historiografia literária da época, essencialmente narrativa (Souza, 2015a, p. 212), desfiando o processo em ato, e vai, paulatinamente, inserindo juízos a respeito dele. Assim, o leitor vai conhecendo dados que mostram como a prática historiográfica da literatura no Brasil se inicia antes mesmo de existir historiografia literária, já no século XVIII, com a publicação da Biblioteca lusitana, obra feita basicamente de informações instrumentais sobre autores e obras compiladas por Diogo Barbosa Machado (Souza, 2007, p. 29).[6] Trata-se, no entanto, de um trabalho destituído das características que delimitam a historiografia literária como tal, sem uma apresentação concatenada desses autores e suas obras no interior de um sistema de relações implicadas e sem expressão de seu contexto, condições para se compreender a lógica de evolução de um processo – uma exigência da ciência histórica moderna (cf. Heller, 1993). Convém advertir que não existe aqui, de minha parte ou de Roberto, embora possam eventualmente aparecer no método de trabalho de alguns dos historiadores da época, nenhum intuito teleológico a respeito da noção de evolução, mas tão somente o propósito de reconhecer que as ideias não ficam paradas, visto que se desenvolvem (via interposição de argumentos) em consonância com o próprio desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Seja como for, é esse quadro que encontramos à disposição nesses trabalhos de análise do pesquisador, através dos quais ele próprio interpreta segundo um ponto de vista cheio de discernimento e juízo de equilíbrio.

Seguindo suas conclusões, a historiografia, como área específica de conhecimento voltada para o Brasil, começa a ser praticada em 1805 – com Friedrich Bouterwek, no quarto volume de sua *Geschi-*

chte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des 13, interessado nas coisas de Portugal e sua então colônia – e se consolida com a *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, concluída em 1888. Ao longo desse tempo, ocorreu um lento e gradual processo de amadurecimento, no qual as proposições de ordem teórica e metodológica (incluindo o enfoque, seleção de temas, autores etc.) foram, por meio de intercursos de opiniões, por assim dizer decantado. Alguns saltos desse processo merecem destaque e análise.

Primeiro, a necessidade de historicizar a literatura foi sendo forjada pela própria história do Brasil recém-independente de sua antiga metrópole, assim como era preciso dar consistência e funcionalidade ao aparelho jurídico-político do Estado, internalizar os canais da economia e da administração, constituir símbolos definidores etc. A literatura, como se sabe, é parte do complexo de expressão e dominação cultural e ideológica de uma sociedade, e incorporá-la à engrenagem do País em construção era uma tarefa incontornável àquela época. Simultaneamente, ocorre a institucionalização da literatura e de sua historiografia, o que se dava com ajuda dos currículos de ensino do colégio Pedro II, de institutos como IHGB, da circulação de jornais, da criação de revistas etc. (Souza, 2007, p. 21-22).[7]

Outro aspecto importante ocorre como parte do anterior: na medida em que a literatura vai se firmando como parte do processo de construção nacional – projeto de uma fração da elite oitocentista, vale a pena insistir –, os estudos sobre ela vão se especializando, afastando-se paulatina e programaticamente da retórica, da poética, da filologia e da gramática (SOUZA, 2015a, p. 211). Com isso, a matéria vai sendo depurada e surge mais delimitada, embora nunca pura. Tal procedimento também se efetiva por meio dos currículos escolares e consequentemente se consolida nas declarações de princípios que surgem aos poucos, até ficarem claros e definitivos no fim desse percurso de amadurecimento.

Também merece registro a contribuição dos autores estran-

geiros, lembrando que a formação dos Estados nacionais na América (o Brasil em particular) atraiu a atenção de cientistas do mundo inteiro, dos historiadores em particular.[8] Nesse ponto, contamos com valiosas contribuições, como a do austríaco Ferdinand Wolf, do suíço Simonde de Sismondi, do francês Ferdinand Denis, do chileno Santiago Nunes Ribeiro, do espanhol Juan Valera, dos portugueses Alexandre Herculano e Almeida Garret, entre outros (Souza, 2007).[9] Eles foram responsáveis não só pela recolha de material disperso, mas também pelo estabelecimento de critérios de ordem teórica e metodológica que influenciou toda uma geração de historiadores, críticos e escritores no Brasil, pautando, inclusive, seu viés ideológico, marcado pelas premissas do nacionalismo em voga na Europa.

A categorização do nacional, aliás, foi certamente a mais importante naquele contexto. Não se trata apenas de elegê-lo como assunto por excelência da literatura e da ciência histórica; trata-se antes de inventariar suas linhas de força e afiná-las com as demandas do movimento político que promovia o nacionalismo, encontrando, assim, uma base na própria realidade para que, enquanto ideologia, não se eterizasse no plano das imagens, nem se confinasse nos estratos sociais que forjam sua legitimidade. Acrescente a inventiva metodológica, pois, mais que símbolo, o nacionalismo em literatura era um princípio que ordenava tudo o que se materializava esteticamente.

Cada um desses caracteres possuía força própria, sendo responsável por uma dimensão particular de um processo amplo; no entanto, é na totalidade que o significado desse processo se revela, pois as condições de desenvolvimento da história do País e da historiografia literária são inseparáveis. Dessa forma, as interpretações de Roberto vêm justamente historicizar a historiografia, tornando-a matéria de alto interesse cultural, nem naturalizando sua natureza, nem legitimando sua legitimidade, como é hábito entre os defensores e detratores da matéria. A história é encarada pelo ângulo que lhe

é próprio, e, assim, as noções vão se deslocando, saindo do lugar--comum que a rotina lhes impôs.

Tome-se um caso como exemplo – exemplo não único, é bom lembrar, mas que representa bem o que estou dizendo. Trata-se do famoso ensaio de Machado de Assis sobre o "instinto de nacionalidade", que, como todos sabem, é adiantado em termos de reflexão, dialeticamente pautada. Publicado na revista *Novo Mundo,* de estudantes brasileiros radicados nos Estados Unidos, o escrito logo se inseriu no debate seu contemporâneo, polemizando com as correntes rivais em vigor: de um lado, a perspectiva romântica, que defendia a nacionalidade literária como algo pré-concebido, natural, a impregnar o espírito dos homens e das letras; de outro, a resistência universalista, que via a literatura brasileira como algo inespecífico, sem lastro na realidade nacional, diante da qual, aliás, funcionava em sentido próprio.[10] Também é sabido que o fundo histórico é a penosa construção da nação em meio à força desagregadora representada pela marcha do capitalismo, da qual, no entanto, se era impossível escapar, também se mostrava impossível (dadas as forças motrizes do País) se integrar.

Pois bem, com essa situação às suas costas (lembrando se tratar de impasses estruturais, não de fatos pontuais), Machado depurou os excessos e os equívocos daquelas posições e logrou uma maneira própria de conceber a especificidade da literatura brasileira, posta por ele em situação mundial. Via de regra, esse achado machadiano é visto como um ponto fora da curva das discussões, fruto de um estalo de gênio. E, de fato, não deixa de surpreender, principalmente devido ao seu quinhão moderno; a exposição segura, que se movimenta perspectivando os contrários, que se volta para a realidade histórica, relacionando-a com o desenvolvimento da literatura, que analisa cada gênero com vistas à sua depuração formal, também são provas de modernidade. As conclusões de Roberto colocam tal originalidade de argumentos dentro de um processo em formação,

inserindo-a numa linha evolutiva que vinha se constituindo passo a passo. A análise merece citação longa:

> [A] proclamação de Abreu e Lima acerca da 'insuficiência da simples natureza' talvez possa sintetizar uma atitude que, embora não tenha sido hegemônica no século XIX, também marcou presença em nossa historiografia. Torna-se desse modo possível vislumbrar uma linhagem nesses textos fundadores que, partindo do inquieto general pernambucano [Abreu e Lima], emerge em Santiago Nunes Ribeiro (1843) – sua ideia de certo 'sentido oculto' a assinalar a nacionalidade da literatura, mais do que evidências exteriores –, Antônio Francisco Dutra e Melo (1844) – seu elogio da parcimônia descritiva de Joaquim Manuel de Macedo –, Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1850) – sua recusa de uma nacionalismo estreito, que, por exemplo, alienasse da 'literatura pátria' poetas como Camões e Bocage – e Antônio Joaquim Macedo Soares (1859) – suas considerações sobre o 'sentimento de natureza' e os equívocos a que se presta, favorecendo erros na compreensão do 'nacionalismo na arte', donde restrições aos excessos de paisagem na poesia de Gonçalves Dias. Assim, diferentemente do que com frequência se pensa, a concepção formulada por Joaquim Maria Machado de Assis (1873), segundo o qual os vínculos de uma literatura com determinada nação antes se revelam por certo 'sentimento íntimo' do que pela presença ostensiva e grosseira de um mero 'instinto de nacionalidade', não constitui de modo algum um rasgo de clarividência isolada, tendo na verdade, como vimos, raízes que vão muito longe (Souza, 2007, p. 52-53).[11]

A passagem é muito elucidativa: ela desconstrói as interpretações idealistas que atribuem à genialidade individual descobertas desse porte; em vez disso, tais descobertas são creditadas a uma rede de debates de ideias, o que se constitui em tempo e lugar definidos; somente por meio da pesquisa historiográfica – que inclui não apenas o estudo de textos do passado, mas o passado ele mesmo, com sua dinâmica própria em movimento – se pode atenuar ou corrigir

verdades absolutas que o presente cria; e demonstra que a volta às fontes desobstrui a teoria, historicizando-a.

Isso nos põe diante de uma questão da maior importância, que marca o momento contemporâneo e sua constelação de certezas, às quais as modas de ideias e teses vêm chancelar. Do alto das leituras acumuladas, dosando-as com discernimento e serenidade, Roberto faz uma série de ponderações e assertivas quanto à querela de teoria e história, um Fla x Flu que divide os estudos literários.

* * *

Num artigo – diga-se de passagem, muito vivaz – em que trata da controvérsia entre teoria e história, Roberto, sempre muito polido, eleva um pouco o tom. Depois de lembrar dois exemplos de teóricos respeitáveis (um alemão e outro brasileiro) que defendem a superação da historiografia como recurso de estudos da literatura, ele escreve: "Sentenças desse tipo, proferidas em tribunais acadêmicos de última instância, intimidam qualquer tentativa de defesa da acusada. No entanto, vou defendê-la, considerando o serviço imprescindível que a disciplina efetivamente presta na formação de especialistas em estudos literários" (Souza, 2015b, p. 318).[12]

A partir daí, dá início a um arrazoado sobre o papel reservado à historiografia e começa a desfiar considerações plausíveis quanto ao que acarretou o seu desprestígio. Antes convém lembrar que Roberto não só conhece bem a produção historiográfica do Oitocentos, como igualmente a que veio depois até mais recentemente. Em "Historiografia literária brasileira nos séculos XX e XXI", empreende um minucioso levantamento das publicações na área, concentrando os comentários na rotinização dos princípios metodológicos, apesar de muitas vezes seus autores ensaiarem – com sucesso relativo – inovações nos argumentos. Assim, vamos conhecendo na sequência do tempo contribuições diversas, como as de Ronald de Carvalho (1919), Artur Mota (1930), Afrânio Peixoto (1931), Agripino Grieco

(1932), Nélson Werneck Sodré (1938), Lúcia Miguel-Pereira (1950), Luís da Câmara Cascudo (1952), Afrânio Coutinho (1955-1959, 1968-1971 e 1986), Antônio Cândido (1959 e 1997), Alfredo Bosi (1970), José Guilherme Merquior (1977), Massaud Moisés (1983-1989), Luiz Roncari (1995), Flávio R. Kothe (1997-2003), José Aderaldo Castelo (1999), Ivan Junqueira (2004), entre outros. Do ponto de vista metodológico – seja o método de compreensão do material ou de sua exposição –, esses trabalhos representam uma continuação das premissas postas no século XIX, enquanto a disciplina se constituía, como vimos acima. De minha parte, faria ressalva com relação a *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido, cujo método difere substancialmente dos demais: no lugar do historicismo convencional, que procura reproduzir o desenvolvimento linear dos eventos (surgimento de autores, obras e tendências) dispostos sequencialmente, Cândido organiza tais eventos de maneira estrutural, marcados por uma multiplicidade de fatores que são incorporados à fatura artística. Assim, fatores históricos (formação da nação, organização social, regime de trabalho, ideologia conservadora, política oligárquica etc.) e fatores estéticos (que são históricos, por sua vez) são formalizados em uma determinada obra de um modo peculiar, mas em relação com as demais, que agem, umas sobre as outras, num processo de adensamento só perceptível se observado historicamente.

Voltando à referida controvérsia, as acusações dirigidas à historiografia literária vão da simplificação do seu objeto à instrumentalização grosseira dele. Roberto não contradiz tais objeções – pois, como acabamos de ver, ele sabe bem do que se trata –, mas dá volta no parafuso da reflexão em curso, advertindo que tais características são limitações que a historiografia carrega e não a essência de suas atribuições. Outra volta e coloca as acusações em perspectiva trocada, dirigindo contra elas as suas próprias objeções, pois, afinal a teoria literária, de onde partiu o ataque, também apresenta limitações

(Souza, 2015b, p. 318). Gostaria de acrescentar algo dizendo que, mesmo fazendo restrições cabais à historiografia, a teoria, por sua vez, reproduz essa visão linear que tanto a incomoda, ao pressupor que a ciência histórica esteja ultrapassada, advogando ela mesma tomar o seu lugar. Penso que Roberto tinha isso em mente quando fez a seguinte ponderação:

> Prefiro assim entender essas duas disciplinas não numa chave evolucionista, que nos conduziria a conceber a teoria da literatura como um saber mais avançado que teria superado o estágio do conhecimento constituído pela história da literatura. Seria, pois, tão pretensioso quanto ingênuo imaginar que, só pela circunstância de corresponder a uma etapa do conhecimento que nos é contemporânea, a teoria simplesmente teria derrogado o saber construído anteriormente às suas próprias pesquisas (Souza, 2015b, p. 318-319).

A principal razão apontada para que essa situação se instalasse foi a concepção de que o saber, o conhecimento, não se constitui como fato, ou a partir de fatos, mas que se trata de construtos discursivos, concepção que cresce até alcançar uma posição radical de asseveração teórica. Para Robert Kurz, essa linha de argumentos – que ele credita ao desconstrucionismo francês, mas, salvo engano meu, poderia ser ampliada para as diversas denominações do pós-modernismo – são manifestações, no campo da teoria, do capitalismo contemporâneo, marcado pela financeirização abstrata, a globalização econômica, a rarefação da individualidade e o esgarçamento das relações sociais, para lembrar seus efeitos mais imediatos.[13] Quanto à crítica "construtivista" – o termo é de Roberto Acízelo – em relação às premissas historicistas, vistas como encadeamento natural e linear dos fatos, é preciso lembrar que esse é um viés metodológico datado, sem validade universal, além do que ele é controverso no interior dos próprios estudos históricos, desacreditado, portanto, pela própria atividade crítica e reflexiva da

ciência histórica (Schaff, 1986). Para se ter uma ideia, recorde-se as considerações de Marx a respeito desse problema na introdução de sua crítica à economia política:

> Seria impraticável e falso deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que tem entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem 'na ideia' (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa (Marx, 2011, p. 60).

Voltando aos historiadores que Roberto analisa do século XIX ao XXI, não encontramos – salvo a exceção de Antônio Cândido, segundo meu ponto de vista – sequer a preocupação com essa ordem de questionamentos, o que se dirá de suas práticas de exposição. Em suma, os estudos de história literária no Brasil carecem de uma reflexão teórica sobre seus pressupostos e procedimentos, o que reafirma, mais uma vez e agora por outro ângulo, a necessidade de aproximar as duas disciplinas e fazê-las funcionar juntas, sem confundi-las, obviamente.

Outra motivação apontada para o abandono da história literária se encontra no vínculo que ela possui com o projeto burguês-moderno de construção da nação. Com as recentes teorias da globalização e o ocaso do protagonismo dos Estados nacionais, viu-se, por associação, a necessidade de extinguir também a história literária, uma vez que através dela se veicula e se legitima a história nacional, ao que Roberto retruca com o seguinte argumento: "O nacionalismo não só não perdeu a razão de ser por causa globalização, mas até se revitaliza em função dela, como forma de coesão social

potencialmente apta a enfrentar certas decorrências perversas do próprio processo de globalização" (Souza, 2017, p. 150).[14]

Acho oportuno comentar que também neste caso a teoria literária se vê engolfada numa rede de implicações objetivas que deve tudo ao avanço do capitalismo: faz parte de seu catecismo (amplamente divulgado a partir de teses acadêmicas e projetos de Departamentos de Estado dos governos mais ricos e poderosos, e se espalham pelo mundo sob o signo da contemporaneidade, como uma mercadoria qualquer) propagar a convicção de que as fronteiras nacionais (com suas economias, culturas, valores etc.) cederam por força de um universalismo difuso, sem dono, livre e promissor, como se fosse uma nova *Aufklärung* interessada em afiliar qualquer indivíduo ou sociedade que se disponha a isso – e que se orgulhe de estar em dia com o discurso dominante. O curioso é que, para além do discurso de autolegitimação (isto é, no âmbito da realidade histórica propriamente dita), tal perspectiva não se confirma, pois o que se vê no mundo atual é uma luta cada vez mais intensa, lucrativa e tecnologicamente mais avançada em nome da hegemonia dos países centrais.[15] Em outras palavras, como o discurso "construtivista" prescinde dos fatos, ele vale por si mesmo, e, na ausência de uma compreensão substancial do papel da história, ele passa a valer também por ela.

* * *

Roberto Acízelo dedicou atenção redobrada aos estudos históricos, os quais aprendeu a amar com sinceridade. Engana-se, contudo, quem daí conclui que ele os toma como objeto exclusivo ou privilegiado; na verdade, ele os situa num amplo esquadro de interesses cujo ponto de fuga é a literatura. Assim, história, teoria e crítica – disciplinas por si mesmas complexas – formam uma rede intrincada cujos componentes interagem mutuamente. Cada uma por si e todas juntas são necessárias para dar instrumentos ao estu-

dioso de literatura, e essa, por sua vez, é instrumento fundamental para a formação humana em geral. Privar o interessado de qualquer uma dessas dimensões exigidas pelo estudo sério de literatura é deformar o seu percurso formativo; por outro lado, privá-lo da história em particular pode acarretar uma deformação desse interessado como cidadão, como indivíduo partícipe das questões cruciais de seu tempo e sua sociedade.[16] Porque a história, na medida em que instrui o indivíduo, permitindo que ele compreenda a concatenação dos eventos entre si, irá dotá-lo de meios para se inserir de maneira ativa (como cidadão e como profissional) em seu próprio momento histórico, descobrindo as contradições que pautam a vida cotidiana. E então é preciso fazer uma distinção básica, que passa ao largo das discussões atuais sobre história e historiografia: compreender a história não significa exatamente ou somente conhecer os fatos em si e no detalhe, mas sim conhecer a articulação deles e seu sentido, tomá-los como uma totalidade múltipla e complexa, marcada por impasses e encadeamentos de várias ordens e dotada, enfim, de uma lógica de funcionamento; não uma lógica única e universal, válida para os diversos contextos, mas uma que saiba discernir a particularidade diante da totalidade ampla, refletir sobre as influências mutuamente estabelecidas entre esses dois âmbitos. Neste sentido, a historiografia pode ser vista como um meio para pensar os fatos em si, mas ela é mais uma forma de pensar historicamente, isto é, de estudar os fatos dentro de um processo multideterminado. A história dos fatos literários ou sociais, quando se limita a isso (uma história de fatos), remete ao mundo belo e por vezes anódino da erudição livresca; enquanto que encarada como um processo dinâmico, leva ao posicionamento propriamente crítico.

A dobradinha história e historiografia desempenha papel imprescindível para os estudos literários: o leitor de hoje, se bem introduzido na história da literatura e na história social por trás dela, certamente se encontrará melhor preparado para compre-

ender a literatura de seu próprio tempo. Ele tanto poderá contar com meios para entender as mudanças estéticas (que são históricas elas mesmas) quanto para exigir da leitura literária um filtro para o mundo. Ao negar à história seu papel específico no processo de formação do leitor contemporâneo, a teoria crítica "construtivista" desdobra uma série de problemas nefastos, dentre os quais, central para o nosso ponto do problema, o de se empurrar a literatura para a irrelevância, cortando (em tese) os vínculos que ela (efetivamente) possui com a realidade histórico-social.

Se não me engano muito, penso que essas são as preocupações de fundo do professor-pesquisador (acho que ele preferirá essa ordem) Roberto Acízelo, que muito contribuiu e vem a contribuir para mudar esse estado de coisas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de janeiro: Nova Aguilar, 2011. 4 v.

AZEVEDO, Álvares de. *Literatura e civilização em Portugal*. Edição de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés, 2016.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *Textos de intervenção*. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KURZ, Robert. *Razão sangrenta*: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de literatura brasileira e portuguesa*: fundamentos teóricos e autores brasileiros. Organização de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Caetés, 2014.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Crítica reunida (1850-1892)*. Organização de José Américo Miranda, Maria Eunice Moreira e Roberto Acízelo de Souza. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____. *História da literatura brasileira*: e outros ensaios. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Ed.; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Historiografia da literatura brasileira*: textos fundadores (1825-1888). Rio de Janeiro: Caetés, 2014, 2 v.

_____. Historiografia literária brasileira oitocentista: um ciclo de estudos (1996-2015). *Gragoatá*, Niterói, n. 39, p. 354-375, 2.º sem. 2015a.

_____. *O império da eloquência*: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 1999.

_____ (Org.). *Uma ideia moderna de literatura*: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). Chapecó: Argos, 2011.

_____. *Variações sobre o mesmo tema*: ensaios de crítica, história e teoria literárias. Chapecó: Argos, 2015b.

NOTAS

1 As aflições dessa empresa foram relatadas pelo próprio pesquisador no artigo "Historiografia literária brasileira oitocentista: um ciclo de estudos", no qual conta os passos do processo: o surgimento da ideia, a ronda pelas instituições que abrigavam os documentos, a luta com os meios precários de conservação e reprodução do material, a busca pelo título que melhor quadrasse à concepção do livro, a recepção depois de publicado, os projetos futuros advindos da recolha etc. (Souza, 2015).

2 Se não me engano, esse é o horizonte de *O império da eloquência*, no qual o autor analisa o papel funcional dos tropos de linguagem como instrumento ideológico conservador, servindo, portanto, de justificação objetiva do projeto de hegemonia oligárquico ao longo do século XIX.

3 Respectivamente, Silva (2002) e Azevedo (2016); ver ainda a compilação de Francisco Sotero dos Reis (Reis, 2014).

4 O trabalho foi realizado juntamente com José Américo Miranda e Maria Eunice Moreira. Ver Referências.

5 Lembre-se o papel da civilidade respeitosa e franca destacado por Machado de Assis como um dos atributos da boa crítica. Ver "O ideal do crítico" (Assis, 2011, v. 3, p. 1101-1104).

6 Ver "Primórdios da historiografia literária nacional", publicado a primeira vez em *Portuguese literary and cultural studies*, Darmouth: University of Massachusetts, 2001, v. 4/5, p. 541-548, e, posteriormente, em *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. As referências neste artigo são tomadas dessa última edição (Souza, 2007, p. 29-40).

7 Ver "Ao raiar da literatura brasileira: sua institucionalização no século XIX", publicado a primeira vez nos *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, 1.º sem., 1997, n. 14, p. 107-113, e depois na reunião *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. As referências deste artigo são desta última edição (Souza, 2007, p. 13-27).

8 Ver os artigos reunidos em *Ciência, civilização e império nos trópicos* (Heizer; Videira, 2000).

9 "Primórdios da historiografia literária nacional", já citado, e "O andino, o pícaro e o diplomata: contribuições hispânicas para a constituição da historiografia literária brasileira", publicado a primeira vez em Reis, Lívia de Freitas e Paraquett, Márcia Org.). *Fronteiras do literário II*. Niterói: Eduff, 2002, p. 99-114, e compondo depois *Introdução à história da literatura brasileira* (Souza, 2007, p. 55-65). As citações deste artigo são referentes a esta última edição.

10 As linhas gerais dessa controvérsia podem ser acompanhadas na leitura dos artigos de *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)* (Souza, 2014).

11 "O cônego e o general: uma controvérsia matricial sobre a ideia de literatura brasileira", publicado a primeira vez na revista *Vínculo: Revista de Letras da UNIMONTES*. Montes Claros, dez., 2002, n. 3 (1), p. 21-43; recolhido posteriormente em *Introdução à história da literatura brasileira*

(Souza, 2007, p. 41-53). As citações a este artigo se referem a esta última edição.

12 "A história da literatura e a formação do especialista em estudos literários", publicado a primeira vez em Weinhardt, Marilene (org.). Ética e estética nos estudos literários. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, 265-273, e depois em *Variações sobre o mesmo tema: ensaios de crítica, história e teoria literária* (Souza, 2015b, p. 317-328). As citações foram retiradas dessa última edição.

13 O livro de Robert Kurz analisa as muitas implicações desse processo histórico, tentando compreender as transformações econômicas, políticas e sociais e as do campo da cultura e da teoria em particular. Ver em especial o capítulo 2: "Ontologia negativa: os obscurantistas do Esclarecimento e a moderna metafísica da história" (Kurz, 2010). Sobre a questão do saber no âmbito das teses do pós-modernismo, ver Jean-François Lyotard (1986).

14 "Nota final: em defesa da história literária", ensaio que encerra as reflexões de *Introdução à história da literatura brasileira*. (Souza, 2007, p. 149-153).

15 A propósito, ver o trabalho de Ellen M. Wood, que persegue esse problema em momentos diferentes da história (Wood, 2014).

16 A propósito, e para não deixar essa observação resvalar para as boas intenções, lembre-se das palavras de Antônio Cândido: "Não é por meio das sobrevivências da Ilustração, cara ao liberalismo burguês, que podemos dar validade humana às instituições de cultura superior. Mas sim por meio da luta popular, em favor de uma inversão estrutural que permita quebrar o ritmo de dança macabra dos extremos" (Cândido, 2002, p. 327).

A nobreza de espírito

Rogério Lima

> Civilização. Não existe civilização sem a ciência de que o homem é um ser com uma natureza dupla. Ele tem uma existência física, terrena, mas o homem distingue-se dos animais porque ele *também* é um ser espiritual: ele conhece o mundo das ideias. Essa criatura conhece a verdade, a bondade e a beleza, conhece a essência da liberdade e da justiça, do amor e da misericórdia. A Base entre todas as formas de civilização é a ideia de que o homem *não* busca a sua dignidade e a sua verdadeira identidade no que ele é – carne e sangue –, mas no que ele precisa ser: o portador dessas qualidades de vida eterna, valores que constituem o melhor da existência humana: a imagem da dignidade humana.
>
> Rob Rieman
>
> (Riemen, 2011, p. 115)

Algumas confluências de época parecem ser muito significativas no momento presente: o convite de José Luís Jobim para eu escrever sobre o professor Roberto Acízelo de Souza é um dos acontecimentos na sucessão de confluências e coincidências que identifico no momento estranho e desafiador que é o tempo presente.

Escrever sobre Roberto Acízelo é ao mesmo tempo uma honra, um prazer e um grande desafio. E creio que o melhor caminho a ser trilhado para enfrentar esse desafio é o caminho da amizade, que envolve sempre a amizade propriamente dita e a admiração intelectual. A admiração veio, primeiro, dos meus tempos de estu-

dante de graduação em letras, na Universidade Federal Fluminense, onde à época Roberto Acízelo era professor. A amizade teve início e frutificou inicialmente a partir do contato com os livros escritos e organizados em torno da disciplina teoria da literatura, que sempre nos aproximou intelectualmente, e também a partir do momento no qual tive a honra de poder contar com a participação de Acízelo no Conselho da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, no período 2006-2008, durante a minha gestão como presidente, e também como membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Literatura Comparada, no período 2017-2019.

Ao me preparar para dar início a esse ensaio, encontrei na minha biblioteca o volume XXVII, *Ensaístas ingleses* (1964), dos Clássicos Jackson, prefaciado por Lúcia Miguel Pereira, cujo primeiro ensaio, de autoria de Francis Bacon, tem o título "Da amizade". Segundo Bacon, existem dois produtos nobres na amizade: a paz nas afeições, o auxílio nos julgamentos de coisas e dos fatos. A esses dois junta-se um terceiro, que é o auxílio e a partilha de trabalhos em todos os atos e ocasiões. "Em semelhantes circunstâncias as possibilidades de um amigo são maiores do que as suas" (Bacon, 1964, p. 13). Em resumo, Bacon diz o seguinte no seu ensaio sobre a amizade e sobre ter amigos:

> Se uma pessoa conta com um verdadeiro amigo, pode ficar quase certa de que a realização dos seus anseios prosseguirá mesmo depois do seu desaparecimento; desta maneira, uma pessoa conta com duas vidas para a realização dos seus desejos. [...] onde existe uma amizade, todas as possibilidades da vida existem, como se lhe fossem concedidas a ele próprio e ao amigo que o substitui; porque o seu amigo as exercerá em seu lugar. Quantas coisa há que um homem não pode, com jeito ou elegância, dizer ou levar a cabo ele mesmo? [...] um amigo pode falar conforme o caso requer, sem se acomodar aos desejos da pessoa. [...] um homem, que não pode representar, convenientemente o seu papel, por não ter um amigo, deve abandonar a cena (ibid., p. 13-14).

Encontrado o caminho, além de Francis Bacon, procurei me cercar da companhia de mais alguns outros amigos: Erich Auerbach, Giorgio Agamben, Czeslaw Milosz, Northrop Frye, Rob Riemen, e também do próprio Roberto Acízelo.

Em meio às incertezas do tempo presente, leio o filósofo cultural Rob Riemen. Riemen trata do tema relativo à nobreza de espírito, sobre a verdade, cultura e liberdade. Como disse, tenho também ao meu redor Czeslaw Milosz (2010) e Northrop Frye (2017). Chegou às minhas mãos o ensaio de Giorgio Agamben *A igreja e o reino*. Na apresentação do texto, lido por Agamben na Catedral de Notre--Dame, em Paris, em 8 de março de 2009, no ciclo "Conférences de Carême 2009", leio o seguinte destaque:

> Na teologia cristã a única instituição que não conhece fim nem trégua é o inferno. Por isso o modelo político atual, que pretende uma economia infinita do mundo, é assim propriamente infernal. Se a igreja perde a sua vocação messiânica e a sua relação com o fim dos tempos, ela será arrastada inevitavelmente na ruína que ameaça todos os governos e todas as instituições da terra (Agamben, 2016, orelha).

O que isso tem a ver com Roberto Acízelo? Tentarei mostrar um pouco mais adiante.

No momento no qual há, no ar do tempo, uma estranha ideia de preservação de uma provável pureza da cultura brasileira, que está sendo utilizada como pretexto para a implantação de um projeto de alteração dos rumos da inserção da nação brasileira no grande concerto das nações, por intermédio de uma estratégia de diplomacia calcada em ações de caráter antiglobalização, moralista e religioso, leio, no epílogo de *Nobreza de espírito*, de Rob Riemen, a referência que ele faz a Nicolau Maquiavel e à carta escrita por este, em 1513, a seu amigo Francesco Vettori, onde Maquiavel conta ao amigo o que o motivou a escrever a sua obra *O príncipe*. Na passagem mais famosa de sua carta, Maquiavel relata o seguinte ao amigo:

> Quando cai a noite, volto para casa e vou para a minha sala de estudos. Deixo as minhas roupas da semana enlameadas e sujas na soleira, visto trajes cerimoniais reais e, vestido de acordo, entro nas velhas cortes. Dos homens da Antiguidade, onde, por eles afetuosamente recebido, refastelo-me com o alimento que é único e só meu e para o qual eu nasci; onde não me envergonho de falar com eles, de perguntar-lhes quais as razões de suas ações. Eles respondem minhas perguntas cortesmente, e durante quatro horas não me sinto aborrecido, esqueço todos os problemas, não temo a pobreza, não tenho medo da morte; estou totalmente entregue a eles (Maquiavel, *apud* Riemen, 2011, p. 179).

Sinceramente, não faço ideia sobre a quantidade de tempo que Roberto Acízelo dedica aos diálogos travados entre ele e os homens da modernidade literária do Ocidente. Não sei se o tempo que ele costuma dedicar aos seus estudos críticos, pesquisas históricas e teóricas se aproxima das quatro horas diárias dispensadas por Maquiavel aos homens da Antiguidade, ou mesmo se ultrapassa esse tempo. Contudo, uma coisa é certa: por intermédio da sua produção intelectual, sabemos do alto grau da sua erudição, e que, para atingir o seu nível de erudição e leitura, é necessária muita dedicação e muito tempo. E sabemos também que ele tem dedicado uma considerável parte da sua vida intelectual ao diálogo intenso e profundo sobre as formas modernas de pensar a literatura: teoricamente, criticamente, historicamente, literariamente e esteticamente. Ao direcionar a sua atenção e o seu olhar para a produção e a criação crítica de Roberto Acízelo, é possível ao leitor comprovar e reconhecer o domínio que este tem sobre o seu tema de estudo, a sua erudição, a elegância e a verdade contidos no seu trabalho de criação intelectual.

A leitura do conjunto da obra de Roberto Acízelo permite ao leitor perceber que ele – assim como Czeslaw Milosz, poeta de língua polonesa, ganhador do Nobel de Literatura de 1980, escreveu no poema dedicado a sua amigas Jeanne Hersch – tem a consciência de "Que, na hierarquia das atividades humanas, a arte está acima da

filosofia, mas que uma má filosofia pode estragar a arte" (Riemen, 2011, p. 141). Em uma época de muitos ruídos, excesso de luzes, profusão de imagens e pouco tempo para dedicar às coisas que dizem respeito ao espírito e à verdade, Acízelo (2017) dispensou parte do seu tempo ao estudo das poéticas românticas inglesas, estabelecendo um intenso e profícuo diálogo com William Wordsworth, William Hazlitt, Percy Bysshe Shelley e John Stuart Mill, tratando sobre como cada um desses autores construiu – cada qual à sua maneira e de acordo com as suas percepções – "defesas da poesia" que buscavam reagir contra "a crescente tendência de relegar a arte dos poetas a um lugar problemático e restrito" (p. 13).

Ao término da introdução de *Poéticas românticas inglesas: Wordsworth, Hazlitt, Shelley, Stuart Mill*, onde traça em linhas gerais os pontos de vista de cada um desses pensadores em torno da poesia, Acízelo conclui o seu texto com a seguinte questão: por que haveríamos de ter interesse ou interessariam para nós as especulações em torno da poesia de duzentos anos atrás? Com a serenidade que lhe é peculiar, Acízelo formula a questão e responde a inquietação lançada ao leitor, primeiramente deixando falar o historiador da literatura: "Quando nada, podemos tomá-las como ruínas, e, nesse caso, por mais acanhada que seja nossa consciência histórica, nós as consideraríamos documentos que devem ser preservados, tornando-se assim, por exemplo, objetos de traduções e edições" (p. 23).

Porém, esse não é o único caminho possível para o leitor se aproximar da obra e dos autores selecionados. Além da consciência histórica, a apreciação estética é também uma possibilidade de aproximação estratégica do leitor às poéticas românticas inglesas; caso "disp[onhamos] daquilo que antigamente se chamava *gosto* – isto é, critérios para juízos estéticos –, leríamos esses textos como literatura, ou seja, sem outro propósito senão apreciar-lhes a própria tessitura verbal, cujos refinamento e densidade fazem deles estimáveis obras de arte" (p. 23).

Há ainda uma terceira possibilidade de aproximação do leitor à obra, e essa permite que se reúna à consciência histórica do leitor e ao seu gosto estético uma inclinação a uma postura especulativa abstratizante. Cria-se assim espaço para a compreensão de que os ensaios reunidos no volume *Poéticas românticas inglesas* podem ser lido e fruídos como formuladores de conceitos:

> Nesse terceiro modo de apropriação, destacaríamos suas principais ideias-diretrizes – imaginação, subjetividade, responsabilidade ético-política, verso, prosa, ficção, verdade, ciência, arte etc. –, procurando situá-las tanto no contexto de sua produção original como em suas repercussões subsequentes, para finalmente verificar-lhes a eventual fecundidade para nossa reflexão atual sobre questões literárias, nesses tempos certamente pós-românticos, talvez ainda modernos, talvez já pós-modernos (p. 23).

As questões sobre a probabilidade do leitor do tempo presente vir a se interessar por ler estetas ingleses assemelham-se às inquietações de Northrop Frye (2017), por coincidência, professor de literatura inglesa. Nos anos 1960, Frye – como todos aqueles que têm a literatura e seu ensino como ocupação profissional primeira, creio eu – carregava as suas próprias inquietações sobre o ensino da literatura e sobre o papel de quem a ensinava. Essas perguntas eram motivadas pelas situações que ele encontrava:

> Para que serve o estudo da literatura? Será que ele ajuda a pensar com mais clareza, ou a perceber com mais sensibilidade, ou a viver melhor? Qual a função do professor, do erudito, ou de quem se autodenomina, como eu, crítico literário? Que diferença faz o estudo da literatura em nosso comportamento social, político ou religioso? (Frye, p. 11).

Essas são perguntas simples, aparentemente ingênuas, e por isso mesmo as mais difíceis de responder, e não somente isso: elas são as mais importantes a serem feitas.

No tempo em que o livro, apesar da sua persistência, não parece mais ter a importância que um dia já teve, a inquietação lançada por Roberto Acízelo é prontamente acalmada por ele mesmo com as indicações de percursos que o leitor pode fazer em sua leitura. Assim como Jorge Luís Borges, Acízelo, em suas obras, está sempre a indicar ao seu leitor as alternativas possíveis para trilhar os caminhos do jardim da literatura: o caminho da erudição, o do conhecimento estético e o da teoria e da crítica.

Faz sentido essa orientação para o leitor num tempo em que todos carregam consigo mapas virtuais que apontam para o fim da estrada e enumeram todos os fatos surpreendentes da viagem? Acredito que responder a essa questão, para quem fez da literatura o seu meio de subsistência intelectual, é o que menos importa. O que importa mesmo é continuar o seu trabalho criativo; sim, pois cada livro é um produto da criatividade do autor, da sua capacidade de imaginar obras histórica, críticas, coletâneas analíticas etc. Sem a imaginação não haveria nada. Não haveria Shelley, Hazlitt, Stuart Mill, Wordsworth, Bandeira, Drummond, Gregório de Matos Guerra, Clarice Lispector, Lúcia Miguel Pereira etc.

Eu diria que, sem exagero, podemos situar Roberto Acízelo de Souza na mesma linhagem de Eric Auerbach, o autor de *Introdução ao estudos literários*, e de outros grandes autores. Assim como Auerbach, Acízelo tem a sua *Iniciação aos estudos literários* (2006), assim como o seu monumental trabalho de organização e erudição que é o seu livro *Uma idéia moderna de literatura* (2011). Assim como Erich Auerbach, Roberto Acízelo, de forma serena, poética e generosa, introduziu algumas gerações de estudantes de letras no universo dos estudos literários. Prestando atenção na obra de Acízelo, podemos perceber que ele é um intelectual atento ao sinal dos tempos, e por isso mesmo é que, de maneira bastante singular, tem nos proposto continuadamente a leitura e a releitura de textos seminais para os estudos literários.

Na economia da cultura é importante não perder os pontos referenciais da ética e da verdade. É preciso estar atento e saber captar o ar do tempo, assim com fazia Hermann Broch (2014), e hoje fazem Roberto Acízelo e Giorgio Agamben. Aproveito aqui para retomar a passagem da conferência de Agamben (2016, p. 23-24), proferida na Catedral Notre-Dame, de Paris, na qual trata do papel messiânico da igreja, do fim dos tempos e do tempo do fim. Entendo que o trabalho intelectual de Roberto Acízelo possa dialogar com Agamben no sentido de propor àqueles que habitam o lado de baixo da linha do Equador, no espaço geográfico chamado Brasil, uma outra solução para o estado de crise e exceção a que se refere Agamben, e ao qual estamos todos submetidos:

> O estado de crise e de exceção permanentes que os governos do mundo proclamam pelos quatro cantos não é senão a paródia secularizada da atualização incessante do Juízo Universal na história da igreja. Ao eclipse da experiência messiânica do cumprimento da lei e do tempo corresponde uma inaudita hipertrofia do direito, que, pretendendo legiferar sobre tudo, trai através de um excesso de legalidade a perda de toda e qualquer legitimidade. Digo aqui e agora medindo minhas palavras: hoje não há sobre a terra nenhum poder legítimo e os poderosos do mundo são eles próprios convictos da ilegitimidade. A juridização e a economização integral das relações humanas, a confusão entre em que podemos crer, esperar e amar e em que somos obrigados a fazer ou não fazer, a dizer ou não dizer marcam não apenas a crise do direito e dos estados, mas também e sobretudo a da igreja. Pois que a igreja pode viver como instituição apenas mantendo-se em relação imediata com o próprio fim. E segundo a teologia cristã existe apenas uma única instituição legal que não conhece interrupção nem fim: o inferno. O modelo da política atual, que pretende uma economia infinita do mundo, é assim propriamente infernal. E, se a igreja rompe a sua relação original com a *paroikia*, ela só poderá perder-se no tempo.

> Por isso, a pergunta que vim lhes propor, sem ter, para tal, outra autoridade a não ser um obstinado hábito de ler os sinais do tempo, é esta: a igreja irá decidir-se finalmente captar sua ocasião histórica e a reencontrar a sua vocação messiânica? O risco do contrário é que seja arrastada na ruína que ameaça todos os governos e todas as instituições da terra.

Ao escrever sobre a vulnerabilidade do pensamento intelectual no século XX, Czeslaw Milosz (2010, p. 12), outro intelectual e homem de literatura que soube reconhecer o ar do seu tempo, ressaltou:

> O mundo de hoje é fragmentado por uma grande disputa; e não apenas uma disputa, mas uma batalha inescrupulosa pela dominação do mundo. Muitos ainda se recusam a acreditar que existam apenas dois lados, que a única escolha situa-se entre a conformidade absoluta ao sistema ou a absoluta conformidade ao outro.

O trabalho continuado e constante de reinserção de textos seminais da teoria e da crítica literária no processo de economia de formação intelectual e cultural posto em prática por Roberto Acízelo é uma exercício de resistência à ruína para a qual Agamben chama a atenção de todos em sua conferência. Ao trocarmos termo *igreja* do texto da conferência de Agamben pelo termo *educação*, teríamos "a [educação] irá decidir-se finalmente captar sua ocasião histórica e a reencontrar a sua vocação messiânica? O risco do contrário é que seja arrastada na ruína que ameaça todos os governos e todas as instituições da terra" (Agamben, 2016, p. 24).

Roberto Acízelo é, sobretudo, um grande leitor, identidade que antecede a todas as suas outras identidades literárias. O caminho trilhado por ele é o mesmo percorrido por Jorge Luis Borges, Thomas Mann, Roland Barthes, Maurice Blanchot, José Paulo Paes, Milan Kundera, Luís Costa Lima, entre outros grandes leitores e leitoras. No fim, o seu trabalho consiste em oferecer ao mundo o resultado de suas leituras, a concretização da sua vontade de leitor: tornar-se

autor e transmitir ao mundo a sua percepção desse mesmo mundo. Essa é a sua Nobreza de espírito.

Segundo Rob Riemen (2011, p. 50), desde o ano de 1945, com a publicação do livro *Nobreza de espírito: dezesseis ensaios sobre o problema da humanidade*, de Thomas Mann, "mal ouvimos ou lemos o conceito nobreza de espírito. A palavra não se encaixa em nossa sociedade e o próprio ideal foi esquecido". Nesse livro, "Mann reuniu ensaios que havia escrito sobre os livros dos mestres que se tornaram seus amigos e contemporâneos: Schopenhauer, Nietzsche, Tolstoi, Fontane, Lessing, Cervantes, Freud e sobretudo Goethe" Riemen, 2011, p. 50). Em afirmação que lembra os versos de *A procura da poesia*, de Drummond, Riemen alerta que não devemos buscar a nobreza no mundo da mídia, da política, no mundo do barulho. Pois "lá o espírito nunca deu as caras. Não vá para a academia. Eles expulsaram o espírito. E as igrejas? Não é à toa que elas soam ocas. O mundo da fama? Nem pense em vaguear por lá" (Riemen, 2011, p. 141). Assim, com Czeslaw Milosz (*apud* Riemen, 2011, p. 142), em seu poema "O que aprendi com Jeanne Hersch", entendemos que:

> 1) a razão é uma grande dádiva de Deus e se deve acreditar em sua capacidade para conhecer o mundo;
>
> 2) aqueles que queriam minar a confiança na razão e enumeraram do que ela dependeria – luta de classes, libido, poder – se enganaram;
>
> 3) temos de estar cientes de nossa reclusão no círculo das próprias experiências, todavia não para reduzir a realidade aos sonhos e metamorfoses de nosso espírito;
>
> 4) o amor pela verdade é uma prova de liberdade, e [...] a ausência de liberdade é reconhecida pela mentira;
>
> 5) o respeito é a postura correta diante da existência, e por isso

> devemos evitar a companhia de pessoas que aviltam a existência com o seu sarcasmo e elogiam o nada;
>
> [...]
>
> 8) na hierarquia das atividades humanas, a arte está acima da filosofia, mas [...] uma má filosofia pode estragar a arte;
>
> [...]
>
> 10) independentemente da sorte das fés religiosas, precisamos conservar a "fé filosófica", ou a fé na transcendência como uma característica essencial de nossa existência humana;
>
> [...]
>
> 12) nós, na nossa própria vida, não podemos nos entregar ao desespero em consequência de falhas e pecados, considerando que o passado não está encerrado e recebe o seu significado de nossos atos posteriores.

A integridade é definida como a capacidade de reconhecermos as nossas responsabilidades: "Camus tinha certeza de que a única coisa que justifica a existência de um intelectual é sua responsabilidade pelo mundo das ideias e pela nobreza de espírito. Como guardião da civilização, a sua responsabilidade principal é apontar o melhor da vida humana e defendê-lo no domínio público" (Riemen, 2011, p. 129). Com o seu trabalho de preservação e recirculação do pensamento crítico-literário e da história literária brasileira e mundial, Roberto Acízelo ocupa o seu lugar de intelectual na esfera pública. Sem que se coloque como tal, e com serenidade, ele tem exercido, ao longos dos anos, o papel de guardião da civilização, assumindo a sua responsabilidade pelo mundo das ideias e pela nobreza de espírito.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *A igreja e o reino*. Tradução de Pedro Fonseca. Belo Horizonte: Âyiné, 2016.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

BACON, Francis. Da amizade. In: ENSAÍSTAS ingleses. Tradução de J. Sarmento de Beires e Jorge Costa Neves. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1964.

BROCH, Hermann. *Espírito e espírito de época*: ensaios sobre a cultura da modernidade. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Benvirá, 2014.

FRYE, Northrop. *A imaginação educada*. Tradução de Adriel Teixeira, Bruno Geraidine e Cristiano Gomes. Campinas, SP: Vide Ed., 2017.

MILOSZ, Czeslaw. *Mente cativa*. Tradução de Jane Zielonko. São Paulo: Novo Século, 2010.

RIEMEN, Rob. *Nobreza de espírito: um ideal esquecido*. Tradução de Francis Petra Janssen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Iniciação aos estudos literários*: objetos, disciplinas, instrumentos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____ (Org.). *Poéticas românticas inglesas: Wordsworth, Hazlitt, Shelley, Stuart Mill*. São Paulo: Filocalia, 2017.

_____ (Org.). *Uma ideia moderna de literatura*: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). Chapecó, SC: Argos, 2011.

As difíceis perguntas

Sérgio Nazar David

O livro que José Luís Jobim e Roberto Acízelo de Souza acabam de publicar, *Portugal segundo o Brasil*, alinha-se àquelas obras que nos fazem refletir sobre a formação do nosso País e o papel do intelectual. Explicar e entender o Brasil em sua complexidade quase sempre inclui uma pergunta que Darcy Ribeiro (2006, p. 12) formulou na abertura d'*O povo brasileiro*, escrito ao longo das décadas subsequentes ao golpe civil-militar de 1964: "Por que, mais uma vez, a classe dominante nos vencia?"

O livro de Darcy Ribeiro (2006, p. 21) é a história de "um continuado genocídio e um etnocídio implacável" praticado por portugueses, luso-brasileiros e brasileiros, de uma aliança contínua entre classes dirigentes portuguesas e brasileiras durante o período colonial, de uma independência política que não altera a estrutura colonial de produção, de uma monarquia e primeira república sob o mando dos grandes proprietários rurais, senhores de terras e gentes.

Portugal segundo o Brasil tem a sua atenção maior voltada para fenômenos que dizem respeito às relações luso-brasileiras: o uso da língua geral no Brasil-colônia até meados do século XVIII; a imposição da língua portuguesa por Pombal; o deslocamento da corte para o Rio de Janeiro em 1807-1808 e seus amplos desdobramentos; a situação da língua portuguesa no Brasil após a independência, com o empenho dos nossos homens de letras por uma literatura nacional; o modernismo e a retomada da aspiração por uma língua literária em que a particularidade brasileira e popular encontrasse espaço

de afirmação; os fluxos migratórios de Portugal para o Brasil nos séculos XIX e XX; e, já agora, nas últimas décadas, com as sucessivas crises econômicas brasileiras, as "levas de brasileiros a buscar oportunidades de vida e trabalho" (Jobim; Souza, 2017, p. 95) em Portugal. Sobre tais matérias escreveram Antônio Vieira, José de Alencar, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Sílvio Romero, José Veríssimo, Machado de Assis e Mário de Andrade, entre outros.

Merece destaque a unidade intitulada "História, sociedade e cultura", que documenta e analisa o período colonial, com as primeiras diferenças entre luso-americanos e luso-europeus, o movimento de independência que mantém a monarquia e proclama imperador "justamente o príncipe regente português" (Jobim; Souza, 2017, p. 37), as correntes antiportuguesa e lusófila do nosso romantismo, a "ambiguidade ostensiva do discurso historiográfico", "em que tanto se celebra a independência quanto se louva a obra do colonizador" (Jobim; Souza, 2017, p. 52).

Também na historiografia literária dividiram-se os campos: uma corrente ultranacionalista, que advogou a independência absoluta das letras brasileiras; e outra lusófila, "que considerava extravagante falar de Literatura Brasileira como entidade distinta da Portuguesa" (Jobim; Souza, 2017, p. 54). Prevaleceu a primeira perspectiva, como sabemos.

A posição de Antônio Cândido (1975, p. 9), que concebe a literatura brasileira como "galho secundário da portuguesa", datando o início da configuração daquela enquanto um sistema articulado (autor-obra-público) apenas de meados do século XVIII, deve figurar como exceção. Isto não quer dizer que não tenha havido literatura no Brasil antes do século XVIII. Houve sim, mas o que faltava era o "sistema", a interação, acima aludida, e "uma certa continuidade da tradição" (ibid., p. 10). Muito menos demonstra pouco apreço, por parte de Antônio Cândido, pela literatura brasileira, pelo simples motivo de ser "ela, não outra, que nos exprime" (ibid., p. 10).

E completa:

> Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes, sempre tocantes, em que os homens do passado, no fundo de uma terra inculta, em meio a uma aclimatação penosa da cultura europeia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam, – dos quais se formaram os nossos (ibid., p. 10)

Destaque-se a discussão sobre a língua literária utilizada pelos nossos escritores. O que sobre o assunto escreveu José de Alencar, nos posfácios de *Diva* (1864) e *Iracema* (1865), nas notas a *O Gaúcho* (1870) e no prefácio de *Sonhos d'Ouro* (1872), é assim sintetizado: "Reafirmando a comunidade da língua, [Alencar] lutou pelo direito de as peculiaridades locais trabalhadas pelos escritores brasileiros serem consideradas legítimas contribuições ao patriotismo comum da Língua Portuguesa" (Jobim; Souza, 2017, p. 141). Machado de Assis nos chega com a passagem de "Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade" (1873), seção "A língua": "A influência popular tem um limite, e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventaram e fazem correr." (Assis, 1973, p. 809). Refira-se a carta de Mário de Andrade para Manuel Bandeira: "Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal. É o que fiz" (*in* Moraes, 2000, p. 425). Trata-se de tema sempre muito vivo entre usuários da língua portuguesa. Acompanhando o desenrolar do debate e guardadas algumas diferenças, decorrentes também dos contextos em que foram gestadas, observamos que sempre esteve no horizonte destes que nos precederam a ideia de uma língua portuguesa liberta de monopólios.

José Luís Jobim e Roberto Acízelo de Souza têm já alguma história de trabalhos em colaboração. O primeiro livro que publicaram foi *Teoria literária: ensaios*, em 1980, que reuniu as dissertações de mestrado de ambos. Depois escreveram, em 1987, um livro didáti-

co, *Iniciação à literatura brasileira*. Outras formas de copresença autoral se materializaram em coletâneas de índole variada de que participaram com ensaios de curta extensão.

Portugal segundo o Brasil elenca um profícuo e continuado diálogo dos nossos intelectuais com os modelos estrangeiros, nomeadamente os portugueses, demonstrando o esforço de alguns pela afirmação de uma singularidade e também a urgência por uma resposta eficaz e adulta aos grandes dilemas ocidentais. Que caminhos trilhamos para chegar ao que somos? Como a interpretação de certos eventos decisivos pode ajudar a entender a tradição? O que mudou desde então no corpo social? A certa altura nós também somos levados a interpelá-los do mesmo modo.

Com livros como este podemos saber mais sobre o que já mudou, o que ainda se quer transformar, o que por ora talvez não seja possível ultrapassar, mas deve permanecer no horizonte como meta. O conhecimento do passado, com sua complexidade e suas zonas de sombra, é ferramenta indispensável para a ideação do futuro e para que se pense no "como", no "modo" de chegar ao que se quer.

Jobim e Acízelo não trazem respostas prontas nem fáceis, antes nos ajudam a pensar, oferecendo régua e compasso, esclarecendo alguns dos muitos passos já dados pelos nossos predecessores, sem aquele "cipoal de falsidades" (Sodré, 1965, p. 14), a que Nélson Werneck Sodré chamou de "ideologia do colonialismo", que por vezes entrança e obscurece os debates sobre relações luso-brasileiras.

Por tudo que levanta e propõe, com farto material compulsado, o livro de Jobim e Acízelo nos oferece chão firme para a reflexão relativamente ao que se passou e se tem passado em Portugal e no Brasil, sobretudo após o evento de nossa independência política. Para tanto e em acréscimo me valho ainda de dois autores: António Sérgio e Silviano Santiago.

Em *Breve interpretação da história de Portugal*, na seção

intitulada "Terceira época – Tentativas de remodelação metropolitana", António Sérgio demonstra que Garrett e Herculano e depois os jovens de Coimbra (geração de 70) tiveram sempre em mente a necessidade de combater os privilégios de classe, a "oligarquia dos barões" (Sérgio, 1977, p. 141), isto é, de reformar a velha sociedade do Antigo Regime, o chamado Portugal Velho, classista, inculto, miguelista, mofado. Não foi por outra razão que – já morto Garrett, já retirado Herculano para o Vale dos Lobos – Antero, Eça e Oliveira Martins se insurgem, em 1865, contra o "pontificado de Castilho", "uma adaptação do Romantismo aos velhos moldes da mentalidade" (Sérgio, 1977, p. 142).

Quando as Conferências do Casino são proibidas, em 1871, Antero apela a Herculano para que se pronuncie "contra a intervenção da autoridade" (Sérgio, 1977, p. 142). Mesmo sem subscrever integralmente as teses da conferência de Antero, "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos", Herculano se pronuncia, no mesmo ano (1871), em carta a José Fontana, contra a proibição e o "catolicismo de beatério, com os seus intuitos dissolventes", as suas "extravagâncias dogmáticas" e as "blasfémias sociais do *Syllabus*" (Herculano, 1873, p. 295).

É neste ponto que convoco a palestra "Uma literatura anfíbia", de Silviano Santiago, lida na homenagem prestada a José Saramago em Boston, a 19 de abril de 2002, publicada na *Folha de S. Paulo* em 30 de junho do mesmo ano, integrada como capítulo ao livro *O cosmopolitismo do pobre*, de 2004. A circunstância da homenagem de um escritor brasileiro a um português, galardoado com o Nobel de Literatura em 1998, nos ajuda a ler a nossa história comum e as partes cada vez mais incomuns.

Também nós, brasileiros, após a independência, nos deparamos com as marcas do Antigo Regime. O absolutismo dos tempos do Brasil-Colônia foi substituído pelo Brasil dos barões do café, liberal e escravocrata. Era impossível ser escritor no Brasil sem atentar

para disparidades deste quilate, e tal imperativo não deixa de se impor ainda hoje. Para Silviano Santiago – de modo análogo ao que escreveu António Sérgio, referindo-se a Portugal, algumas décadas antes – aos dois princípios *ut delectet* e *ut moveat* (para deleitar e para comover) devemos sempre acrescentar: *ut doceat* (para ensinar): "Caso a educação não tivesse sido privilégio de poucos desde os tempos coloniais, talvez tivéssemos podido escrever de outra maneira" (Santiago, 2004, p. 72), registra Silviano.

Perante os impasses dos diálogos luso-brasileiros, não se pode, salvo engano, perder de vista o ponto para o qual convergem os nossos mais argutos escritores dos dois lados do Atlântico: uma nova concepção, menos desigual, de sociedade. A este lugar, desde o grito do Ipiranga, em ondas por vezes mais fortes dum lado que de outro, quase todos acabam voltando. E aqui nos veem às cabeças e aos corações as mais difíceis perguntas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973. V. 3.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. V. 1.

HERCULANO, Alexandre. A supressão das conferências do Casino. In: _____. in *Opúsculos*. Lisboa: Bertrand, 1873. V. 2, p. 252-297.

JOBIM, José Luís; SOUZA, Roberto Acízelo de. *Portugal segundo o Brasil*. Lisboa: Theya, 2017.

MORAES, Marco Antônio de (Org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo, Edusp; IEB, 2000.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Prensa,1971.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

SODRÉ, Nélson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Como e por que sou professor de literatura

> Se há exageros e omissões [na] narrativa, é porque assim funciona a memória, prolongando vitórias e dissimulando derrotas.
>
> José Roberto Torero

Acredito que, não fosse a insistência dos amigos queridos José Luís Jobim e João Cezar de Castro Rocha, com a adesão de tantos outros amigos não menos queridos, entraria nesta sétima década da minha vida sem qualquer cerimônia especial. Comemoraria mais um aniversário no círculo íntimo, com bolo de milho e café com leite à tarde, conforme a celebração que a família costuma me proporcionar, conhecedora que é dos meus gostos. No entanto, em face da distinção que me fazem assinalando este momento, o mínimo que me cabe é agradecer de algum modo por tamanha generosidade. Assim, nada me ocorreu de melhor senão dedicar-lhes este texto, relato em que procuro reconhecer e reconstituir os lances que me conduziram à profissão que mais ou menos escolhi. Relevem por favor o tom confessional e a menção de irrelevâncias; em troca, prometo manter a objetividade e me esquivar à nostalgia.

Bem, começo rememorando meus primeiros contatos com livros. Entrei para escola quando fiz quatro anos, no que então se chamava *jardim da infância*. Não me lembro como foi a alfabetização, tampouco o que me habilitei a ler na época. Recordo, porém, que, quando alcancei a idade então exigida para ingressar no curso primário, logo nos primeiros dias de aula me deparei com o livro adotado, distribuído pela professora aos alunos. Tinha formato retangular, no sentido horizontal, à maneira do que então se chamava *caderno deitado*, e se intitulava *Cartilha moderna*. A mestra nos

foi familiarizando com o pequeno volume, que entremeava curtos textos com discretas ilustrações em preto e branco. No final da aula, nos recomendou uma coisa estranha: uma tarefa a ser feita em casa, isto é, para meu espanto, fora da escola, ou seja, no período do dia até então consagrado à plena liberdade de brincar, sem qualquer obrigação. A coisa tinha o nome sinistro de *trabalho de casa*, e a recebi com a vaga sensação de que os meus dias nunca mais seriam iguais. A partir de então – pensei comigo –, "adeus à disponibilidade", "inexorabilíssimos trabalhos", "a vida presa a trágicos deveres". Não atinei, é claro, com essas expressões que ora me ocorrem, hiperbólicas, por certo, mas perfeitamente proporcionais aos meus presságios aflitivos. Enfim, imaginava que sobrevinham tempos duros, destinados a me afastar definitivamente do que de fato gostava: me divertir, dispor livremente das minhas horas.

No entanto, apesar dos meus prognósticos sombrios, não foi bem o que ocorreu, quando, de volta da escola, à tarde, abri a cartilha para fazer o *dever*. O exercício tinha por base um breve texto que narrava a ida de uma família ao Maracanã, para um Fla x Flu: o ambiente do estádio, os torcedores, a marcha do placar, o 2 a 2 final. Gostei, achei agradável a leitura, e com isso, concluída a obrigação, dediquei mais algum tempo a folhear espontaneamente a cartilha, e me agradava o que ia descobrindo. Afinal – ia percebendo –, livros não eram o que me pareceram à primeira vista: um jeito ardiloso de estender a monotonia de sala de aula, ou uma espécie de clausura, que nos interditava o viver prazeroso num mundo cheio do que descobrir, ver e fazer. Ao contrário, via que a leitura começava a me proporcionar um acréscimo à experiência, me dava acesso a uma dimensão que, não sendo a da realidade imediata, nem por isso deixava de ser concreta, espessa, interessante. Foi aí que me tornei leitor, e acho que a transformação foi percebida. Passei, nas datas especiais, a ser presenteado com livros, por meus pais e tios, o que me deixava bastante feliz. Eram pequenos volumes, em geral muito

coloridos e ilustrados, mas alguns quase inteiramente tomado por textos, e os lia e guardava com muito apreço.

Estudar, porém, isto é, a parte compulsória do trato com livros, só o mínimo necessário, e às vezes nem isso. Matemática era um tormento, linguagem um pouco menos, mas também, e só conseguia boas notas em história, geografia e ciências naturais, disciplinas então abarcadas pela matéria chamada *conhecimentos gerais*. Nisso até me distinguia ente os colegas, em contraste com os últimos lugares em que ficava nas provas de aritmética e gramática. Hoje vejo que já se esboçava em mim uma inclinação intelectual: resistência a abstrações e decidida preferência de lidar com a vertente palpável do mundo, que, como reconheço hoje, encontrava não fazendo contas ou analisando palavras, mas nas narrativas de ficção que lia, bem como nos livros de história e geografia pelos quais estudava. Quando tinha dez anos, meu pai me deu de presente a coleção completa de Monteiro Lobato, um belo conjunto de dezessete volumes, encadernados em verde-escuro, que guardo até hoje. Me lembro que os li num só impulso, alguns volumes direto, num único dia. Gostava tanto daqueles livros que os tratava como objetos preciosos, a ponto de nunca tirá-los da prateleira sem antes lavar as mãos.

O primário foi assim: o dia a dia livre dos meninos de então, pelo menos para nós, do subúrbio, que andávamos descalços e soltos, explorando ruas calmas e improvisando brincadeiras nos vastos quintais e terrenos baldios à disposição da nossa curiosidade. De estudos "sérios", pouco, e, de livros, quase só os não escolares. Por isso, passava de ano sempre no limite, e a transição para o ginásio foi, portanto, bem difícil. Quando fiz a prova de admissão para aquele nível de ensino, fui reprovado no Colégio Militar, para a decepção dos meus pais, que tanto me queriam ver envergando a fardinha então famosa, pois fracassei em português e matemática, matérias eliminatórias, e assim nem cheguei a fazer história e geografia. Passei, porém, para um colégio estadual, num concurso em que só

português era prova eliminatória. Assim, embora minha nota em matemática tenha sido humilhante – tirei 0,5 (isso mesmo, meio ponto, em prova que valia dez) –, obtive nota razoável em português e excelente tanto em história como em geografia, o que resultou em média de aprovação.

Concluo o relato dessa fase com um episódio escolar que me marcou muito. Quando iniciava o quarto ano, a família mudou de bairro, e assim me transferi para uma escola perto da moradia nova, depois de três anos estudando na mesma turma e com a mesma professora. Peguei o ano letivo já iniciado e tive dificuldades de me adaptar à nova escola. Certa vez, a professora passou um exercício: afixou no quadro-negro uma grande gravura colorida, que representava o interior de um circo – palhaços e equilibristas no picadeiro, a plateia nas arquibancadas. Pediu que fizéssemos uma redação, descrevendo a gravura. Jamais tinha feito algo parecido, e fiquei confuso. A cena representada me pareceu bobinha e sem graça, além de muito complexa e cheia de detalhes. Como não tinha outro jeito, danei a escrever, tentando desajeitadamente dar conta de todos as minúcias que ia observando na gravura. Ao final do tempo que nos foi concedido, a professora recolheu as redações, e eu não fazia ideia da grandeza do meu fracasso. Na aula subsequente, a mestra trouxe os resultados; mas, antes de devolver aos alunos as folhas corrigidas, disse que uma das redações se destacara pelos seus absurdos. Prosseguiu dizendo que, como exemplo negativo, para advertência da turma, faria a leitura oral do texto, sem declinar o nome do autor, a fim de piedosamente poupá-lo a tamanho vexame. E começou a ler, às gargalhadas, aquele amontoado de frases incríveis, nas quais me reconheci de imediato, me recolhendo à minha nulidade.

No ginásio, nada de muito diferente: ojeriza a matemática, dificuldades com português, muito sucesso em história e geografia, e um pouco menos em ciências biológicas; francês, maçante, mas suportável; inglês, um desastre, que só reverteu quando meus pais

me matricularam num curso especializado; e uma espécie de mistério maciço, soberbo, inteiramente insensível aos meus esforços de assediá-lo: latim. Isso mesmo: até o início da década de 1960, se ensinava latim nos colégios estaduais, e eu tinha doze anos quando me apresentaram à matéria.

Para mim foi uma fonte de perplexidade absoluta: no nosso livrinho de iniciação, via umas frases parecidas com o português, mas às vezes com as palavras dispostas numa ordem esquisita e com terminações estranhas. Na sequência das lições, se expunham as declinações, até a composição de um quadro infernal de cinco delas, constituído por letrinhas soltas que dançavam de um lugar para o outro. E eu via, desamparado ante tamanha turbulência, que, por exemplo, um simples *a* ora correspondia a um enigma dito *nominativo*, ora a outra categoria não menos enigmática chamado *ablativo*, com a agravante de que o pobre do *a* às vezes representava o singular, às vezes o plural. Enfim, não entendia nada, não tinha a menor ideia de para que servia tudo aquilo, me achando irremediavelmente inepto para aprender disciplina tão extravagante. O resultado foi que fiquei em segunda época no tal do latim, isto é, não obtive a nota mínima exigida, que era cinco, e assim – tortura terrível – teria de passar as férias de verão estudando aquilo, para me submeter a nova prova no fim de fevereiro, com a obrigação de tirar no mínimo cinco para passar de ano. Mas acabei salvo pelo gongo: uma reforma de ensino implementada naquele ano eliminou o ensino obrigatório de latim no ginásio, e assim os colégios estaduais suprimiram a matéria do currículo, de modo que acabei anistiado e com direito às férias.

Se o latim foi o trauma do primeiro ano, a matemática o foi do quarto. Me arrastei na álgebra e na geometria ao longo dos três primeiros anos, mas, no último do ciclo, não escapei da odiosa segunda época. E dessa vez sem anistia, pois, naturalmente, a bendita matemática continuara firme e forte no currículo, nem de longe ameaçada por reformas. O jeito foi estudar e estudar, apavorado

ante a perspectiva de não passar de ano, sempre pintada pelos meus pais como uma espécie de tragédia, um percalço sem remissão. Me agarrei com o cruel Ary Quintela, o manual adotado no colégio, e me socorri ainda de mais dois livros do quarto ano que consegui com um tio professor de desenho, os dois Oswaldos, o Sangiorgi e o Marcondes. O professor particular que meu pai arranjou me dava aulas e passava um número enorme de exercícios do Ary Quintela para eu resolver; voltava não só com tudo feito, e, mais ainda, com os problemas das lições correspondentes em cada um dos Oswaldos devidamente resolvidos. O resultado é que fui para a prova de segunda época bem preparado, embora precisasse da respeitável nota 6,5, que nunca tinha obtido nas provas feitas durante todo o ginásio. Pois bem: tirei 9,75, grau que jamais esperaria conseguir naquela cabulosa disciplina, e assim mesmo porque o professor justificou não haver me atribuído dez por conta de eu ter encerrado a solução de um problema na casa dos décimos, quando, segundo ele, poderia ter ido até a dos centésimos. Enfim, se a matemática me humilhara no início do ginásio – aquele assustador 0,5 da prova de admissão –, eu a punha de joelhos no fim do ciclo, com aquele improvável quase dez.

Se nos estudos passava por sustos e perigos, em compensação o tempo me corria descuidoso, entre peladas, campeonatos de botão, criação de passarinhos, andanças pelos matos do subúrbio quase rural em que me criei. E, claro, muita leitura. Devorado o Monteiro Lobato, lia com gosto os textos que abriam as lições dos livros de português, me interessando pelo vocabulário que se lhes seguia, porque me ajudava a bem compreendê-los, mas evitava sempre os exercícios gramaticais, salvo quando era obrigado a fazê-los por imposição dos professores. No bairro em que se situava o colégio, havia uma biblioteca pública, que conhecíamos como "a Bica" (Biblioteca Infantil Carlos Alberto), na qual me inscrevi – era o leitor 19.123 –, e para onde muitas vezes me dirigia depois das aulas,

e sempre quando estas se encerravam mais cedo do que o habitual.

No entanto, por razões que hoje compreendo bem, não conseguia terminar de ler os romances prescritos pelos professores durante o curso ginasial. Assim, não concluí a leitura de nenhuma das poucas indicações que foram feitas ao longo daqueles anos, narrativas que então me pareceram xaropes ilegíveis, e cujos títulos – *Helena*, *Iracema*, *Amor de salvação, Senhora* –, de saída, por inexpressivos, não podiam competir com os letreiros luminosos que figuravam nas capas dos romances que eu ia retirando na Bica, geralmente histórias de aventuras, como *Song-Kay, o pirata* e *A ilha do tesouro*, para citar dois de que guardo lembrança especial. Nessa fase, passava tanto tempo lendo que era frequente repreendido por minha mãe, que achava minha dedicação à leitura um desvio dos "estudos sérios", no que tinha, aliás, toda razão. Lia com tal avidez aquelas histórias juvenis empolgantes que, na hora do diário corte de luz programado para as noites – eram tempos de energia elétrica racionada –, dava um jeito de sumir para um cômodo nos fundos do quintal, levando vela e livro, sem que minha mãe visse, pois, em tentativa antes feita na presença dela, eu tinha sido terminantemente proibido de prática tão perigosa, uma vez que – ela dizia – "estragava a vista".

Na última série do ginásio, comecei a refletir sobre uma escolha que teria de fazer até o fim daquele ano letivo. É que, na época, era preciso optar entre inscrever-se no curso científico ou no clássico. Isto é: precisava me decidir se queria me tornar um profissional das ciências ou das humanidades. Estava dividido: meu gosto pela natureza e amor ao campo me fazia pensar em ser engenheiro agrônomo; mas, ao mesmo tempo, queria uma profissão que me permitisse contato intenso com livros e muita dedicação à leitura, e achei que diplomacia contemplava esse desejo. Claro, não conhecia nenhum agrônomo, e muito menos um diplomata, e assim apenas idealizava essas profissões, com uma noção bem vaga do que seria

na verdade a prática de cada uma delas. E tinha ainda de ponderar um fator que pesava no dilema: minha experiência desestimulante com a matemática e com o latim. Pois, se escolhesse o científico, me livrava do latim, mas não escapava da matemática; se corresse para o clássico, fugia da matemática, mas ficava exposto ao terrível latim. Enfim, compreendendo que, quanto a isso, o jogo empatava, desempatei pela diplomacia, escolhendo o clássico; senti a perda de campos e espaços livres, mas achei que o encerramento em gabinetes e a frequência de salões cerimoniosos seria compensada pela franquia de bibliotecas e tempo para leituras.

Feita a opção, fui transferido para um colégio da rede estadual que mantinha o curso clássico, pois o meu, no ano subsequente, passaria a contar somente com o científico. Mas isso foi um processo automático, que não me mobilizou. Me mobilizou sim uma providência que decidi tomar logo após minha aprovação em matemática na segunda época, e antes do início do ano letivo subsequente. Animado com o êxito dos meus esforços de estudar matemática, resolvi fazer o mesmo com o latim, autodidaticamente, de modo a me preparar para o enfrentamento inevitável que teria com a matéria a partir de março, ao iniciar o clássico. Só dispunha de um instrumento para isso: o tal livrinho do primeiro ano ginasial, abandonado desde que o latim saíra do currículo, mas guardado entre os meus materiais escolares. O livro, como já disse, quando tinha doze anos permaneceu uma espécie de charada indecifrável; voltava a ele aos quinze anos e, iniciada a leitura, tudo me pareceu amigável. Consegui compreender a primeira lição, com aquelas frasezinhas forjadas, com o verbo *esse* e substantivos da primeira declinação. À medida que avançava, ia entendendo o que antes me parecera um impenetrável cipoal: os tais casos não eram senão funções sintáticas, e se configuravam por meio daquelas letrinhas destacáveis e móveis, que se chamavam *desinências*, de modo que nominativo era sujeito ou predicativo, acusativo objeto direto, genitivo adjunto adnominal, e assim sucessivamente.

Enfim, a língua latina começava a transmutar-se, para mim, num jogo claro e abstratizante, perfeitamente compreensível, além de tão belo na sua tessitura interna. Fui então até o fim do livro no estudo de suas lições, naquele mês anterior ao início das aulas. E não deu outra: não tive a menor dificuldade nas primeiras aulas de latim, e passei aquele primeiro ano clássico sem nada apreender de novo, que já não soubesse por via do meu estudo prévio da disciplina. Tanta coisa tinha acontecido dos onze aos quinze anos.

Iniciei o novo nível de escolarização bastante empolgado, quando vi, no primeiro dia de aula, as matérias que iria cursar. Era um currículo na verdade pobre, pois senti falta do grego, do espanhol, da filosofia, da história, mas, em compensação, lá estavam, para minha satisfação, além de línguas – português, latim, francês e inglês –, ciências sociais e, sobretudo, literatura. Esperei então ansioso a primeira aula de literatura, que, contudo, quase me expôs ao ridículo diante de colegas que mal começava a conhecer. Trago o episódio na memória e posso reconstituí-lo.

O professor, entrando na sala, depois de exigir que todos os alunos se pusessem de pé para saudá-lo – ritual já então quase abandonado, cujo cumprimento, porém, ele persistiu exigindo em todas as suas aulas –, feita a chamada, dirigiu à turma uma pergunta genérica: queria saber quem gostava de ler. Ainda que sempre bastante tímido, levantei o braço cheio de confiança, achando que nada de ruim podia resultar da minha manifestação. Ele me perguntou então qual o último livro que tinha lido. Respondi prontamente e com toda a naturalidade: *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, obra então recentemente traduzida no Brasil, de um jornalista, creio que norte-americano, chamado William L. Shirer, e que, a meu pedido, meu pai havia comprado para mim. Eu tinha efetivamente lido os quatro volumes, mas acho que o mestre não acreditou, pois, de imediato, me perguntou se sabia o significado da palavra *Reich*, e por que, no caso do livro em questão, tratava-se do "terceiro". Balancei

com a pergunta, pois nunca tinha pensado diretamente naquilo; no entanto, com os elementos que a própria leitura da obra me facultara, mais meus conhecimentos de história geral, articulei uma resposta que até hoje me parece ter sido satisfatória, e que não suscitou réplica ou reparo do professor. Acredito que o lance, que poderia ter-me desmoralizado diante da turma nova, acabou contribuindo para minha aceitação e estima pelos colegas.

Depois, veio a primeira prova de literatura, em que fui muito mal: tirei 3,5. Nas demais disciplinas, contudo, minhas notas foram excelentes durante todo o ano letivo, e mesmo em literatura me recuperei plenamente, tanto que, nas outras cinco provas da matéria daquele ano, fiquei com graus bem elevados, o que me rendeu média superior a 8,5, o mínimo exigido, pelas regras dos colégios estaduais da época, para passar de ano sem prova final. Assim, não só em literatura, mas em todas as disciplinas fiquei isento das provas finais, feito absolutamente inédito na minha carreira estudantil.

No clássico, desse modo, em contraste com o ginasiano meio malandro que tinha sido, me tornei um aluno aplicado. Gostava de todas as matérias, em particular de literatura e dos estudos históricos de língua portuguesa. Apreciava também o latim, mas inglês e francês me pareciam disciplinas penosas, às quais, porém, me dedicava muito, sabendo a importância do conhecimento de línguas estrangeiras para a carreira diplomática. Simultaneamente, superada a fase da Bica, descobri e passei a explorar outra biblioteca: a do tio professor de desenho que antes mencionei Ele era assinante de um certo Círculo do Livro, e assim recebia mensalmente romances populares, em brochuras padronizadas, que eu ia lendo à medida que o correio as entregava. Não consigo me lembrar dos títulos, mas foram muitos os romances que li daquela série. Ele possuía também a coleção das obras de Érico Veríssimo até então publicadas, da qual li todos os volumes. Costumava consultar ainda volumes da Enciclopédia Delta-Larousse, em particular os verbetes sobre literatura.

E naturalmente não dispensava os poetas: na biblioteca do meu tio é que tive acesso a livros de Olegário Mariano e Castro Alves, bem como pude ler *Os lusíadas*, pela primeira vez na íntegra, numa bela edição encadernada em vermelho, de uma editora do Porto.

Por essa época, um outro tio, irmão da minha mãe, resolveu um dia desfazer-se de seus materiais escolares, me chamando para ver se me interessava ficar com alguma coisa dos seus guardados de antigo aluno do Colégio Pedro II na década de 1940. Dispensei o que tinha a ver com ciência, mas catei todos aqueles velhos livros didáticos de inglês e francês, bem como um vocabulário latino-português e diversas antologias da língua portuguesa. O vocabulário, que dispunha as palavras num arranjo que jamais encontrei em outra fonte – vocábulos primitivos em ordem alfabética, seguidos dos derivados componentes de suas respectivas famílias etimológicas –, foi e continua sendo precioso para mim; os livros de línguas estrangeiras nunca chegaram a me servir, embora os guarde até hoje; as antologias, por sua vez, me favoreceram muito na minha demanda por leituras. Nelas ampliei meu repertório, com passagens de ficção e poesia brasileira e portuguesa, mas principalmente me agradava a leitura de poetas e prosadores nacionais em cujos textos se representavam quadros da natureza, quesito, aliás, amplamente contemplado pelas antologias. É que, na época, além de ler mais ou menos como Alencar recomendava que fosse lido *Iracema* – isto é, "na fresca sombra do pomar" –, me eram familiares as borboletas azuis, as sombras das bananeiras, os laranjais, as asas negras da graúna, o canto do sabiá e os suspiros da juriti, e tinha contemplado tantas vezes "o sol nas matas virgens [acendendo] a fogueira das tardes", ou "a terra, em sede requeimada, bebe[ndo] longamente as águas da estação"; por isso – me perdoem o sentimentalismo –, não podia deixar de me comover quando reencontrava em estado literário tudo isso que eu conhecia tão bem na vida real, das trilhas rústicas que amava percorrer, e que praticamente começavam no

quintal da minha casa. Mais tarde, aprenderia que tais páginas não eram senão manifestações de nacionalismo convencional, pura eloquência de mau gosto, bobagens de um romantismo tacanho, literatura para adolescentes do século XIX. Confesso, contudo, que jamais deixei de estimar esses autores, e acho que teria hoje bons argumentos críticos e teóricos com os quais reabilitar essa vertente tão desacreditada de nossa literatura.

Durante o período do clássico, cheguei a cultivar a ideia de ser jornalista, como eventual alternativa à diplomacia, embora esta carreira continuasse a contar com minha preferência. Pensando nessa possibilidade, manifestei a meus pais desejo de estudar na Escola Remington, onde levei um ano aprendendo datilografia e taquigrafia, com a convicção de que me seriam técnicas úteis para um possível exercício profissional do jornalismo.

Quando passei para o terceiro ano clássico, me transferi do colégio para um curso especializado na preparação de candidatos à área de humanas das universidades. O curso representou para mim uma fase nova, a despedida da liberdade de que usufruí na infância e no início da adolescência. Naquele ano, praticamente só estudei, empenhado em passar para uma das duas faculdades públicas de direito do Rio e, se desse, para uma faculdade de filosofia, também pública, a fim de, simultaneamente com direito, me matricular em letras. No curso, podíamos optar por francês ou inglês, e como, na época, estava bem avançado nos estudos de inglês, achei melhor escolher francês, língua da qual o meu conhecimento se limitava ao que aprendera no colégio. Tive então a oportunidade de me aprofundar em gramática francesa, bem como de aprender técnicas de tradução, em princípio aplicáveis a traduções do francês para o português, mas, na verdade, de aplicação universal, como reconheceria anos depois, quando as circunstâncias me levaram a empreender traduções de línguas outras que não apenas o francês. Além do francês, me maravilhei com as aulas de literatura, e suportei bem a aridez

das de sociologia. O latim era ensinado por ótimos professores, mediante um método de admirável eficácia, tanto que eu não viria a ter problemas com a disciplina na faculdade, o que não ocorreu com a maioria da turma, constituída por ex-normalistas não iniciadas naquela língua. Português, por seu turno, foi o grande destaque do período do curso pré-vestibular, e posso dizer que, pela primeira vez, consegui me sentir seguro na matéria, além de estudá-la com muito gosto. Aprendemos sobretudo sintaxe, com professores de alta capacidade didática, com base exclusiva na elegante Nomenclatura Gramatical Brasileira, então no auge do seu prestígio público, ainda que não livre da crítica de alguns especialistas. Eu me encantava com a finura das análises, a precisão e a transparência da terminologia, e, como conhecia um pouco os termos técnicos aplicados à sintaxe do francês e do inglês, considerava a língua portuguesa dotada de instrumentos analíticos muito superiores, pela sutileza das distinções que propiciavam.

Fazer direito – e, se possível, também letras – não representava um fim nos meus planos, mas o melhor caminho para chegar à diplomacia. Desse modo, como se tinha por certo que direito era o curso mais indicado para os pretendentes à carreira diplomática, me preparava para o vestibular de ciências jurídicas, propondo-me tentar letras sem maiores compromissos. Me inscrevi então em três vestibulares: na UFRJ, direito, e, na UEG (antecessora da Uerj), direito e letras. Passei sem maiores dificuldades nos dois exames para direito, optando pela UFRJ, até porque tinha a chance de me matricular em letras na UEG, pois aguardava as provas para português-literaturas, que faria logo em seguida.

No vestibular de letras, porém, tomei um susto, e fui um dos últimos da lista de aprovados para a habilitação que tinha escolhido, a de português-literaturas. É que os exames eram então muito específicos, e eu não tinha quase nenhuma informação sobre o formato das provas para letras, priorizando que estava a preparação para as de

direito. Fui, portanto, com a cara e com a coragem, apenas contando com os conteúdos que tinha aprendido nos estudos preparatórios para direito, que visavam tão somente habilitar candidatos para provas de latim, francês, português e sociologia. O vestibular de letras, contudo, mesmo nas disciplinas também exigidas em direito, cobrava conhecimentos distintos, além de incluir matérias que lhe eram exclusivas. Obtive então, nos exames para letras, uma nota apenas mediana em língua portuguesa: seis; em literatura brasileira, o grau mínimo para aprovação, que era quatro; em literatura portuguesa, um perigoso 4,4; em latim, sete; e, na prova oral de português – naquele tempo remoto ainda havia prova oral –, me atribuíram nota seis, o que nunca entendi, pois até hoje tenho convicção de que me saí bem em tudo o que me foi proposto: a leitura oral de um fragmento, a explicação do fato sintático de um pronome átono funcionar como sujeito de um infinitivo e considerações sobre o significado e a etimologia do verbo *jungir*.

Mas o grande problema foi mesmo com latim, cujo resultado por pouco não me custou a reprovação. É que foi por pura desinformação que tive de fazer prova de latim, pois poderia, na inscrição, ter escolhido francês ou inglês. Optei por latim pressupondo que, na prova, seria cobrado conhecimento de nomenclatura gramatical, o que dominava quanto ao português e ao latim, mas não me sentia seguro no caso do francês e do inglês. O edital autorizava consulta a dicionário – achei que só para os corajosos optantes por latim –, de modo que fui fazer o exame armado com o meu. Na hora da prova, porém, vi que se tratava de uma questão única: um texto para tradução, e, pois, nada de gramática. Compreendi então o mau passo que dera ao escolher latim, porque também nas provas de francês e inglês, para minha surpresa, facultava-se recurso ao dicionário. Pois, de fato, traduzir do latim, mesmo com dicionário, era uma pedreira para qualquer um, ao passo que uma tradução do inglês ou do francês, com auxílio de dicionário, me parecei brincadeira, e

seria – estava certo disso – prova para dez. Mas, claro, era tarde para mudar de opção, e a prova – na verdade uma banalidade, pelo menos para os felizes optantes por uma das línguas modernas –, conforme informou a banca, teria duração de uma hora. Ao final do período, porém, a banca reconheceu a desvantagem dos temerários latinistas, e lhes concedeu um tempo extra de mais uma hora. Consegui concluir minha tradução, empregando por inteiro a hora extra concedida, mas obtive só um modesto sete, quando poderia – não tenho dúvida – ter conseguido um dez na prova de língua. No entanto, o sete em latim elevou a minha média final o suficiente para passar, embora na tangente, e assim me matriculei em duas faculdades.

As aulas na UFRJ – ou na Faculdade Nacional de Direito, nome antigo da nossa unidade universitária, pelo qual continuava sendo conhecida – começaram, como de praxe, no mês de março. As da UEG, contudo, tiveram seu início adiado, para minha frustração, ansioso que estava para conhecer as disciplinas que iria cursar. Por diversas vezes compareci à Faculdade de Filosofia da UEG, semana após semana, para indagar do início do ano letivo, e tinha sempre uma explicação vaga, de que estavam sendo providenciadas as instalações para o Instituto de Letras. Depois entendi o que se passara: no ano anterior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha sido desmembrada em várias unidades, para a constituição da Faculdade de Educação e diversos Institutos – Ciências Sociais, Matemática, Física, Química, Biologia e Letras –, e o Instituto de Letras, talvez por ser politicamente o mais frágil, acabou ficando sem um local para funcionar. Enfim, nos informaram que as aulas começariam, num prédio até então abandonado, onde funcionara antes uma escola de enfermagem, o qual passara por uma reforma apressada, para abrigar os sem-teto da UEG, nós, estudantes e professores de letras.

Bem, mas venhamos à Faculdade de Direito, ou às impressões que dela me ficaram. Tratava-se de uma instituição con-

servadora e formal, e seus docentes – a maioria deles destacadas figuras do mundo jurídico – eram mais oradores do que didatas. Não davam aula; discursavam para seus auditórios, constituídos por turmas imensas, mais de cem estudantes. Nos primeiros três semestres do curso, fui um aluno assíduo. Cheguei até a gostar de algumas disciplinas: introdução à ciência do direito, teoria geral do estado e direito constitucional, direito internacional público, economia política. Mas só isso: as demais matérias, como direito civil e romano, direito comercial, direito penal, direito financeiro, etc. me pareciam insuportáveis. Mal conseguia aguentar a eloquência das aulas, e menos ainda ler os tratados prolixos e pomposos pelos quais tínhamos de estudar. Anos depois, concluído o curso, me dei conta de que só tinha gostado das disciplinas menos técnicas, de índole mais histórica, política e filosófica; as matérias propriamente profissionalizantes, essas nunca me interessaram nem um pouco. Ia, no entanto, tocando o curso, pois, afinal, não pretendia seguir uma profissão ligada ao direito, e a Faculdade era só uma espécie de escada que me conduziria à diplomacia.

Mas encerrei a breve fase de comparecimento regular à Faculdade no fim do primeiro semestre do segundo ano. É que, no final daquele meu primeiro ano universitário, eu tinha sofrido um sério revés acadêmico: depois de cinco anos estudando inglês num curso especializado – o Centro de Cultura Anglo-Americano, que então mal se iniciava, com uma única e pequena unidade não longe da minha casa –, o diretor pessoalmente prometera aos alunos que, no fim do semestre subsequente ao quinto ano, quem se inscrevesse e passasse num Teacher's Training Course por ele instituído naquele ano receberia um certificado habilitador para o ensino da língua. Ora, isso para mim era fundamental: certeza de emprego, de posse do documento. No entanto, fui reprovado, e toda a turma, o que configurou uma sórdida trapaça armada pelo estabelecimento, pois não fomos submetidos, durante todo o semestre, sequer

a uma verificação de aprendizagem, e muito menos a uma prova final, conforme o plano de curso que nos fora apresentado no início das aulas. Fui tomar satisfações – ninguém mais da turma o fez –, o que me rendeu uma briga física com o diretor, que me empurrou porta afora do seu gabinete, sem maiores esforços, aliás, porque, franzino do jeito que eu era, não podia ser páreo para um indivíduo forte como ele. Muito humilhado com o ocorrido, logo operei uma racionalização: já tinha dezenove anos, e, pois, universitário e adulto, devia resolver sozinho os meus problemas; mas, afinal, o contrato com o curso tinha sido feito quando eu era menino, ao começar os estudos lá; portanto, meu antigo responsável podia muito bem intervir na questão. Construído esse quase silogismo, recolhi meus brios de jovem universitário e ... chamei meu pai. Me lembro que lhe fiz uma ligação de um telefone público, e ele chegou em meu socorro com uma rapidez espantosa. Relatei o ocorrido mais em detalhe, e fiquei esperando na rua enquanto ele subia ao gabinete do diretor. Um pouco depois, meu pai desceu e me participou o resultado da conversa: o diretor pediu desculpas, disse que eu sempre tinha sido bom aluno aqueles anos todos, mas que ficara nervoso por uma coisa à toa; e que teria gratuidade total no semestre subsequente, para fazer de novo o tal do TTC. Recusei a proposta, afirmando que nunca mais queria qualquer relação com aquela arapuca. De cabeça fria, depois, tomei uma decisão: meu inglês era bom e, se estudasse intensivamente, em vez de um certificado chinfrim do CCAA – e sem nenhum valor, como descobri depois –, podia obter o certificado de proficiência da Universidade de Cambridge. Sabia que os alunos da Cultura Inglesa só se habilitavam para aquele exame após o sétimo ano do curso, mas achei que eu, que tinha apenas cinco anos de estudos especializados da língua – mais o semestre perdido daquele TTC para inglês ver –, desde que me empenhasse bastante, quem sabe não passava nas provas. Mas precisava de um apoio, além dos meus próprios esforços. Procurei então um antigo professor do CCAA –

um londrino de origem armênia –, do qual tinha sido aluno (e que, aliás, tinha acabado de ser demitido pelo diretor estelionatário), e lhe expus minha pretensão, perguntando se poderia tomar aulas particulares de reforço em sua casa. O velho professor me preveniu que não seria nada fácil executar com êxito aquele meu projeto, mas concordou em me preparar para o exame. Combinamos uma aula por semana – o que estava ao alcance das finanças da família –, cuja eficácia, contudo, dependeria de eu empreender estudos intensivos por conta própria durante os demais dias, que seriam empregados, inclusive, na resolução de baterias de exercícios que ele prescreveria para eu fazer em casa. Tudo certo, mas precisava de tempo para pôr em prática o plano. Achei, então, que só tinha uma saída: como não queria deixar de frequentar o Instituto de Letras, cujas disciplinas me atraíam muito, resolvi cortar o comparecimento à Faculdade de Direito; com isso, passaria a dispor de todas as manhãs para estudar inglês. E foi o que fiz, e desde então, até o quinto ano, nunca mais compareci à Faculdade de Direito, senão para fazer provas. A frequência era formalmente obrigatória, mas, claro, a tradição era dar-se um jeito: os professores não controlavam esse detalhe, e se limitavam a corrigir provas e trabalhos. Quem tirava nota suficiente, ia passando de ano, até alcançar o diploma de bacharel em ciências sociais e jurídicas.

Mas outro fator contribuiu decisivamente para me afastar da Faculdade de Direito. Durante o primeiro ano do curso, o ambiente lá era vibrante. Os alunos resistiam à ditadura e o órgão que nos representava – o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o aguerrido e famoso CACO – exercia liderança no movimento estudantil, convocando assembleias, participando de passeatas, promovendo encontros na Faculdade com intelectuais da oposição ao regime. Me lembro, por exemplo, de uma mesa memorável, em que estiveram presentes Otto Maria Carpeaux e Leandro Konder, este então muito jovem. No final daquele ano de 1968, no entanto, foi editado, como

se sabe, o Ato Institucional n.º 5, que liquidou com o que ainda havia de liberdade política no País. Na nossa Faculdade, o resultado imediato foi a dissolução do CACO, que se viu substituído, no ano subsequente, por uma entidade fundada por estudantes cooptados pela direção, concebida deliberadamente para desmoralizar o corpo discente, tanto que atendia pelo nome infantilizante e caricato de *Grêmio Cultural e Esportivo*, apenas apropriado, como logo se percebe, para associações de alunos de ensino médio. Assim, a partir de 1969 – e até o ano da minha conclusão do curso, 1972 –, a Faculdade, súbita e drasticamente desencontrada de suas tradições, deixou de ser um local de debates e lutas políticas, caindo numa rotina escolar que nada mais me dizia.

Fui assim avançando no curso, e raramente tendo de fazer prova oral, recurso que restava a quem não obtivesse, nas duas provas escritas feitas por ano em cada matéria, a média mínima para passar direto, que era sete. Mas, quando passei para o quarto ano, totalmente desinteressado pela Faculdade e ao mesmo tempo identificado com o que estudava no Instituto de Letras, quase a abandonei. É que a UFRJ acabava de inaugurar uma unidade universitária nova, a Escola de Comunicação, destinada à formação de jornalistas e editores. E, naqueles primeiros anos da ECO, quem dispusesse de um diploma universitário em área afim – naquela altura, tinha acabado de me formar em letras – poderia matricular-se sem vestibular, além de ficar isento dos primeiros dois anos do curso, integralizando-o, portanto, em apenas dois anos. Para mim, a oportunidade era muito atraente. Pouco esperava da Faculdade de Direito, porque a ideia da diplomacia, nessa época, já não passava de projeto em vias de esquecimento; além disso, desde o curso clássico, nunca descartara por completo a ideia de atuar no jornalismo; por fim, acabava de ser admitido no mestrado em letras, especialidade então muito próxima às chamadas ciências da comunicação, cujo prestígio social e acadêmico, na época em plena ascensão, quase as

tornavam um complemento indispensável à formação em letras. Enfim, a tentação era grande; e só não consumei o ato porque minha mãe ficou desolada quando declarei minha intenção. Em face, assim, de suas exortações no sentido de que eu concluísse os estudos jurídicos – afinal, argumentava ela, faltava só um ano para a formatura –, abdiquei da ideia de cursar jornalismo ou editoração.

Tomei fôlego então para a arrancada final na Faculdade de Direito. Naquele quinto ano, fiquei na oral de direito internacional privado, mas, de paciência em riste, estudei aquela matéria árida e acabei passando. Mas o lance memorável foi o modo imprevisto pelo qual escapei de fazer prova oral em direito administrativo, o que me livrou de reprovação quase certa. Aconteceu que, nessa disciplina, tinha tirado quatro na prova de junho; precisava, pois, de dez na de dezembro – meta inalcançável –, para, perfazendo média sete, ficar isento da oral. O professor – uma figura conhecida dos meios jurídico e político –, no segundo semestre, prescrevera um trabalho – "para ajudar na nota", como ele dizia –, que deveríamos apresentar-lhe antes da prova de dezembro, de modo que ele pudesse levá-lo em conta na atribuição do grau. Bem, fiz o trabalho e o encaminhei ao mestre; por terceiros, pois nunca ia às aulas. E me submeti à prova, sem estudar, já que me escasseava o tempo, pois, na época, cursava o mestrado em letras e tinha inúmeros empregos como professor. Não me lembro das perguntas da prova, destinadas a respostas sintéticas, mas sim do tema da dissertação, que deveria ter um mínimo de quarenta linhas: "O poder de polícia". Ora, eu não tinha o menor conceito técnico da coisa, e, por conseguinte, só podia recorrer a noções do senso comum, pois todo mundo sabe, afinal, o que é poder e o que é polícia. Pensei nisso e me lembrei que podia apelar para a etimologia da palavra, o que daria fumaças de erudição ao meu texto; me lembrei depois de um passo d'*Os lusíadas* – "povos que não têm polícia" –, e vi que podia, com o exemplo literário, demonstrar o sentido da palavra em português quinhentista, assinalando sua

derivação do grego *polis* e a equivalência com o latim *civitas*, de onde vem *civilização*, sinônimo, pois, considerando os étimos, de *polícia*. Tenho certeza de que apelei para isso, mas, se não me engano, referi também o fato de que, no *Memórias de um sargento de milícias*, os policiais são chamados *urbanos*, o que provém de *urbs*, palavra de significado aparentado com o de *civitas*, e assim tudo ia se ajustando na minha dissertação. Aqueles ornamentos literários e gramaticais – pensava eu – até que podiam render ao autor, afinal, uns ares de aluno competente. E fui assim por ali afora com aquela enrolação, que me rendeu mais de vinte linhas das quarentas que precisa alcançar. O resto do texto devo ter preenchido com generalidades que não comprometessem, e concluí a prova, entregando a Deus o resultado.

Dias depois, naquele fim de ano – devia ser início de dezembro –, compareci à Faculdade para resolver alguma coisa e, me encontrando com um amigo do quarto ano, o acompanhei até a secretaria, onde ele precisava apresentar um documento. Me lembro bem: um balcão separava as mesas dos funcionários do local franqueado aos alunos; a sala estava estranhamente vazia, e apenas, numa mesa lá no fundo, uma figura solitária: o professor de direito administrativo, concentrado a folhear uns papéis. Reconhecendo-o, e não vendo nenhum funcionário, já nos retirávamos, quando ele percebeu a nossa presença e disse algo mais ou menos assim: "Querem saber as notas? Porque você – dirigindo-se a mim – é meu aluno." Estremeci; como ele podia reconhecer um aluno faltoso como eu, que só comparecia a provas? Certamente, ia me participar a reprovação, e aí adeus diploma e tristeza para minha mãe. Respondi prontamente que não, não estava querendo me informar da nota; não viera incomodá-lo, esperaria a afixação dos resultados no quadro do andar térreo, como era praxe na Faculdade. Mas ele insistiu: "Não dá trabalho, as provas estão aqui. Qual é o seu nome?" Sem saída, informei. Ele folheou o maço de provas e, quando encontrou a minha, não conteve uma

exclamação: "Ah, sua prova me chamou a atenção." Em face dessa frase, pude antever a dimensão do desastre. E prosseguiu: "Não tem conteúdo que se aproveite, mas está muito bem escrita." E repetiu: "Muito bem escrita; você tirou sete". Com o veredicto, respirei aliviado e fiz as contas rápido: o quatro da primeira prova com o sete da segunda resultava em média 5,5; ia para a oral, e, portanto, ainda tinha chance. Mas o professor não deu por encerrada a entrevista casual, e me perguntou: "Quanto você precisava para passar?" Quis sair de fininho, e disse que não esperava obter a nota necessária, fora por completo do meu alcance, pois era dez, e assim – expliquei – fizera a prova já pensando em me preparar para a oral. Mas ele insistiu: "Você fez o trabalho?" Dizendo que sim, ele começou a procurar o meu na pilha que tinha sobre a mesa. Ficamos em silêncio; ele enfim achou o texto e começou a lê-lo, o silêncio persistindo, e, depois de algum tempo, disse: "É, trabalho bem escrito, como a prova, sem erros." E continuou: "Você precisava de dez na prova, não é? Pois vou lhe dar os três pontos que faltaram. É que prezo muito o bom português, é uma competência que não pode faltar ao advogado." Contive a minha surpresa e euforia, e, com a malandragem estudantil que nunca me faltou – "Se malandro soubesse como é bom ser honesto seria honesto só de malandragem." –, me limitei a agradecer e secundar o professor, dizendo que sempre procurava escrever corretamente, pois também achava que era obrigação elementar dos profissionais do direito. E fiquei nisso, omitindo, naturalmente, minha condição de recém-graduado em letras e professor de português, certo de que, se a revelasse, apagaria irremediavelmente meu brilhozinho de ocasião.

No Instituto de Letras, contudo, fui aluno presente e aplicado. Quando as aulas enfim começaram por lá – muito retardatárias em relação à normalidade dos anos letivos, como disse –, vimo-nos num prédio estranho, de seis andares, construído numa encosta de morro. O acesso era íngreme e tortuoso, feito por uma escadaria, seguida

de uma comprida rampa. Tudo permanecia improvisado no edifício. Nas salas de aula, não havia quadro-negro instalado, nem mesa e cadeira para o professor, nem carteiras para os alunos. O professor se arranjava com um minúsculo quadro sustentado por cavalete, e nós usávamos pranchas de eucatex para escrever sobre as pernas, pois só dispúnhamos de cadeiras, não havendo nas salas as clássicas carteiras estudantis. Biblioteca também não existia, de modo que a Universidade quase nada nos oferecia. Isso em termos materiais, pois logo constatei que o nível do ensino e dos colegas era bastante elevado, sendo no geral de alta competência os professores. Assim, logo me encantei com as aulas de português, latim, literatura brasileira e linguística. Mais tarde, fazendo um balanço do que representou para mim o curso de graduação em letras, verifiquei que, não obstante as enormes carências da instituição e o momento político adverso que vivia o País, concluí que eu e os colegas de turma tivemos uma formação de excelência proporcionada pela UEG, que nos deu a ver com bastante nitidez as duas diretrizes político-acadêmicas então observáveis na área entre nós. Por um lado, mediante programas de ensino desenvolvidos com grande conhecimento especializado e alta capacidade, tivemos acesso à posição conservadora, por assim dizer romântico-parnasiana, afeita à filologia e ao historicismo, orientação absoluta na disciplina de língua portuguesa. Por outro lado, não marcou menos presença a vertente oposta – progressista, digamos, na falta de melhor termo –, que esteve representada tanto no campo dos estudos linguísticos como no dos estudos literários. Naqueles, concretizou-se não só na disciplina de linguística, que nos introduziu no estruturalismo e no gerativismo, então fronteiras das ciências da linguagem, mas também nas aulas de latim, cujo professor, fugindo aos conteúdos tradicionais ensinados na matéria, servia-se de exemplos latinos para ilustrar teses de ponta da linguística contemporânea. Já nos estudos literários, a direção progressista teve seu lugar na disciplina de literatura brasileira, cujos professores

privilegiavam a teoria nos seus programas, em detrimento da rotina historiográfica, imprimindo nítido viés sincrônico e modernista na sua docência, o que para mim foi muito construtivo. Me lembro que, no curso de uma longa unidade dedicada ao estudo dos poetas românticos, o professor, cuja prática com os textos era muito mais analítica do que meramente judicativa, numa espécie de balanço do nosso convívio com a poesia do romantismo nacional acabou se permitindo alguns juízos críticos, fundamentados, como me parece claro hoje, em critérios modernistas implícitos. Afirmou com todas as letras que o grande poeta daquela fase era Álvares de Azevedo, se não Sousândrade, poeta do qual eu nunca tinha ouvido falar antes de suas aulas, e que ele nos apresentara como descoberta recente – o que de fato era – do pensamento crítico brasileiro. Ouvindo isso, e até então achando que a avaliação do romantismo na poesia só comportava o tradicional contencioso entre os partidários de Gonçalves Dias e os entusiastas de Castro Alves, fiquei bastante surpreso. Pois via destituído do pedestal o bucólico e colorido Castro Alves – meu poeta de eleição na adolescência –, em cujo lugar se colocava um poeta em preto e branco, o citadino e irônico-humorístico Álvares de Azevedo, ou então um autor de versos ásperos e estranhos, de nome não menos extravagante, Sousândrade. Bem, mas a palavra daquele professor representava muito para mim, eu confiava plenamente em seu discernimento e capacidade crítica. Refiz assim meu juízo, e reconheci a grandeza e a precedência de Álvares de Azevedo.

Bem, iam dando certo meus planos acadêmicos naquele final da década de 1960, pois estava matriculado nos dois cursos universitários que escolhera. No entanto, queria muito trabalhar, incomodado com a minha dependência financeira do meu pai. Pretendia o mais rápido possível virar o jogo, isto é, não só deixar de onerar a família, como também passar a ajudar nas despesas. Foi quando, por indicação daquele meu tio professor de desenho, comecei a atuar no escritório de advocacia de um amigo dele, na vaga

condição de estagiário. Não ganharia nada, salvo um percentual de 50% dos honorários decorrentes de causas que eventualmente viesse a obter para o escritório. Embora ciente de que isso estava fora do meu alcance – não tinha relações que me fizessem crer nessa possibilidade –, achei que valia a experiência, pois, afinal, estava iniciando o segundo ano do curso jurídico e poderia unir a teoria à prática. O trabalho consistia em andanças à tarde pelo fórum, no intervalo entre as aulas matinais de direito e as noturnas de letras. Um tédio a coisa, como logo constatei: peregrinava por corredores e cartórios, tentando saber o andamento de processos, isso metido num terno medonho. Às vezes, era encarregado de efetuar pagamentos aos funcionários, o que muito me embaraçava, pois, não havendo grandes formalidades para a operação, não sabia se se tratava de transação legítima ou de propina, isto é, se podia passar o dinheiro às claras ou se devia chamar a pessoa para um canto. Além disso, não tinha a menor ideia do conteúdo dos processos com que lidava, sequer me era dado folheá-los, de modo que em pouco tempo concluí que aquele tormento não valia a pena. Além disso, no fim daquele semestre precisava de tempo para estudar inglês, como disse, e assim resolvi encerrar por ali aquela minha tentativa desajeitada de virar advogado, ao mesmo tempo que me afastava definitivamente das aulas na Faculdade de Direito.

E foi bem-sucedida a manobra, pois alcancei os objetivos com os quais procurei justificar aquelas duas desistências: no fim do ano, passei no exame de proficiência da Universidade de Cambridge, com a nota mínima necessária para aprovação em cada uma das três provas, mas passei. Para mim, o resultado representou um desagravo à reprovação arbitrária que me impuseram no TTC fraudulento. Além disso, me habilitava para a obtenção de uma licenciatura em inglês com apenas mais um ano de universidade, isto é, cursando somente as disciplinas então exigidas para a formação de professores de nível secundário. Esse projeto logo o pus em prática no início do

ano subsequente, me matriculando na Universidade Santa Úrsula, pois, tendo começado a trabalhar no mês de janeiro, já podia arcar com os custos de uma instituição particular, sem necessidade de esperar a conclusão do curso da UEG, condição para lá obter uma nova matrícula, dessa vez na licenciatura de inglês destinada a portadores do certificado de proficiência de Cambridge. Na Santa Úrsula, assim, estudando de manhã, isto é, no horário aberto pela minha autodispensa das aulas de direito, passei um ano exercitando a paciência, totalmente alheio à lenga-lenga pedagógica que era obrigado a ouvir, mas fui aprovado sem problemas em todas as inúteis disciplinas que cursei. Com isso, como então estava no terceiro ano de letras e direito, lá obtive, no final de 1970, meu primeiro diploma de graduado, a que se seguiu o segundo, em português-literaturas, em 1971, e o terceiro, em ciências jurídicas e sociais, no ano de 1972.

Da passagem pela Santa Úrsula tenho uma lembrança que talvez valha a pena contar. A professora de psicologia da educação – ou de estrutura e funcionamento do ensino, não me lembro exatamente –, por volta do meio do segundo semestre, prescreveu um trabalho: consistia em fazer uma entrevista com a orientadora educacional de um dos colégios constantes de lista que nos forneceu, com base em questionário também fornecido por ela. Incomodado de ter de executar tarefa que julgava despropositada, escolhi um colégio de acesso mais fácil para mim e marquei dia e hora para a entrevista. Compareci pontualmente ao colégio conforme o agendamento, sendo admitido no gabinete da pedagoga. Expliquei então exatamente o que demandava e lhe apresentei o questionário. Já me preparava para ir anotando as respostas – eu dominava taquigrafia, que aprendera nos tempos do clássico, como disse –, quando a orientadora se dirigiu à estante do gabinete e retirou um livro. Voltou à sua mesa e sentou-se, e passou a ler cada item do questionário, procurando depois trechos do livro, que passou a copiar para as respostas aos diversos quesitos da entrevista. E eu fiquei ali, diante dela, esperando

em silêncio, intrigado com aquela atitude, sem saber o que fazer. Passada uma meia hora, ela se dirigiu a mim, me entregou o papel com as respostas e deu por encerrado o encontro. Fiz outras coisas durante o dia, e à noite, em casa, me preparando para datilografar o tal trabalho, me assaltou um receio: a professora da Universidade certamente conhecia o livro, e iria achar que eu, em vez de ter procurado a profissional para a entrevista, teria simplesmente copiado as respostas do tal livro. Não tive dúvidas: joguei fora o manuscrito da pedagoga, botei o papel na máquina e fui transcrevendo as perguntas da entrevista, pondo em seguida para cada uma delas a resposta que me dava na telha, naturalmente simulando uma linguagem que pudesse com verossimilhança ser atribuída a uma orientadora educacional. Depois, apresentei o trabalho no prazo e fiquei esperando o resultado.

Que veio em vésperas do fim do ano letivo. Eu, como sempre, sentado no fundo da sala e com a cabeça longe da aula, ouvi vagamente um comentário geral da mestra sobre os trabalhos, que culminou com a menção de um deles, que se teria destacado, segundo ela, pela excelência da organização formal e qualidade do conteúdo. Feito isso, declinou o nome do autor, e era o meu. Claro, aí passei a prestar atenção, porque a professora se dirigia a mim. A cena teria dado um bom *take* de comédia: todas as alunas da turma – além de mim, só havia mulheres matriculadas –, surpresas ante a destinação daquele elogio ao mais apagado dos estudantes do grupo, viraram-se simultaneamente para trás, no momento exato em que eu, saindo do meu alheamento, me sintonizava com a fala da professora. Não pude deixar de pensar: se tivesse tido a honestidade de apresentar o trabalho com as respostas reais da pedagoga, muito provavelmente, descobrindo a professora que as respostas tinham sido copiadas de um livro, eu teria sido taxado de desonesto, sem poder me defender, pois isso implicaria expor a incompetência da profissional que eu entrevistara, o que eu não faria de modo algum;

a fraude que cometera, contudo, me tinha rendido elogio e uma nota alta – fiquei com dez ou 9,5 na disciplina, não me lembro bem –, inversão irônica dos valores, possível naquele ambiente que me parecia tão afetado e pretensioso.

Quanto a emprego, desconsiderada a frustrante, breve e não remunerada tentativa de iniciação na prática forense, o meu primeiro aconteceu naquele mesmo ano em que me matriculei na Santa Úrsula. A convite de um amigo que eu conhecera no tempo do vestibular, e que depois permaneceu meu colega da UFRJ e da UEG – e finalmente de magistério na Uerj ao longo de todos esses anos –, fui admitido num curso que preparava sargentos da marinha para exames de promoção na carreira militar, bem como candidatos ao exame supletivo de ginásio e colegial. Comecei dando aulas de literatura, e logo depois de português. Em pouco tempo, já trabalhava em outros três cursos assemelhados, bem como num colégio, ensinando as mesmas matérias. Assim, a cada semestre, cumpria longos programas de ambas as disciplinas: no caso de literatura, um sumário preâmbulo teórico, seguido de um esquema historiográfico das literaturas brasileira e portuguesa; no caso de língua portuguesa, um exaustivo percurso pela gramática, da fonologia à sintaxe, tratando ainda um pouco de semântica, de métrica e de estilística, e, para o nível do colegial, de elementos básicos de história interna e externa da língua, com ênfase nas fontes do vocabulário e nas transformações fonéticas, os populares – entre os alunos – metaplasmos.

Foi um início súbito e sem tempo para grandes preparações. O saldo, porém, para mim foi ótimo: se a incursão na advocacia nada me rendeu – nem conhecimento, nem remuneração –, descobria que o magistério era uma maravilha. Não diria que juntava o útil ao agradável – penoso que era acumular tantas aulas e mais os estudos –, mas o útil ao útil. Pois, por um lado, com a prática docente, ia consolidando e estendendo o que aprendia na Universidade, e, além disso, ainda era remunerado. Me lembro do primeiro salário que

recebi; foi no fim de uma tarde de sexta-feira, véspera de sábado de carnaval. Terminadas as aulas, fui chamado à secretaria para receber o pagamento referente a janeiro e fevereiro. Saí pelas ruas do centro da cidade – ainda vazias, mas já fantasiadas para a folia –, em direção ao ponto final do meu ônibus, me sentindo emancipado e poderoso; ia enfim me manter e ajudar à família. Mas ainda não tinha ideia de que aquela entrada no magistério seria irreversível; o projeto da diplomacia começou a se desfazer ali, e a alternativa de uma profissão jurídica já não passava pela minha cabeça.

Meus alunos em geral eram bem mais velhos do que eu, de modo que não lhes inspirava muita confiança, pelo menos no início. Tanto que, certo senhor grisalho e compenetrado, que comparecia às aulas vestindo um paletó velho que lhe dava ares de servidor público pouco graduado, conferia sistematicamente a correção das minhas exposições e dos esquemas e exemplos que eu ia colocando no quadro-negro, numa gramática que mantinha aberta, oculta pela tampa da carteira, pensando que eu não percebia a manobra. Depois, ficou meu amigo e dispensou a gramática, e acabei descobrindo que éramos vizinhos de bairro. Uma aluna, porém, representou exceção memorável, pois demonstrava confiança ilimitada na didática do professor: uma senhora, hoje avalio que na faixa dos cinquenta anos, e que, na época, eu achava muito idosa. Por mais que tentasse, não conseguia passar nas provas de português dos exames supletivos do estado, e por isso permanecia no curso semestre após semestre. Quando, no desenvolvimento dos programas, eu tratava de sintaxe, e se aproximava a aula sobre as diferenças entre adjunto adnominal preposicionado e complemento nominal, tópico então muito estimado pelos formuladores das provas, ela pedia que lhe avisasse com antecedência o dia da aula em que eu explicaria coisa tão capciosa. Acampava então um dia inteiro no curso, assistindo as aulas da manhã, da tarde e da noite, a fim de fixar bem a fantástica distinção que eu demonstrava existir entre aquelas duas funções sintáticas.

Já então satisfeito intelectualmente com a formação em letras, e ao mesmo tempo empregado no magistério, o caminho natural era cursar pós-graduação. Assim, fui aprovado no processo seletivo para o mestrado na UFRJ, tão logo concluí português-literatura na UEG. Além disso, mal saía da graduação e iniciava o mestrado, fui admitido numa faculdade particular da Baixada Fluminense, e um pouco depois em outras, no Rio e em Niterói, nas quais ensinei literatura brasileira, teoria da literatura, teoria da comunicação, semiologia da arte e linguística. Ao mesmo tempo, por essa quadra, comecei a fazer concursos, primeiro para a rede estadual da Guanabara – inicialmente para inglês, em seguida para português –, e, aprovado, entrei no serviço público. Como se vê, emprego não faltava, e eu ia escolhendo, largando uns, assumindo outros, de modo a compatibilizar os horários com as aulas da pós-graduação.

Já era então um profissional plenamente integrado ao magistério: professor universitário na rede particular e de ensino médio na rede pública, além de mestrando na área. Chegara à profissão não propriamente por vocação, mas um tanto por acasos da vida. Mas estava satisfeito e tinha planos: pretendia me tornar docente de uma grande universidade pública, de modo a me dedicar apenas à disciplina da minha eleição, na área não só do ensino, mas também – eu achava que sobretudo – da pesquisa.

Uma tarde, cheguei para cumprir meus turnos na Faculdade da Baixada onde trabalhava. Dia muito quente, e, enquanto não começava a primeira aula, me refugiei numa sala refrigerada da administração, no primeiro andar, antes de subir para o suadouro que era a sala de aula. Folheava o *Jornal do Brasil* quando me deparei com um edital: do Instituto Rio Branco, divulgando regras para a seleção de candidatos à carreira diplomática. Uma cláusula me chamou a atenção: a idade máxima, que era trinta anos. Bem, eu não teria mesmo tempo de me preparar para o concurso, dando tantas aulas e fazendo doutorado, e era o ano em que faria trinta anos,

portanto o último em que teria possibilidade de concorrer a uma vaga. O pouco que restava da minha ideia juvenil de ser diplomata desapareceu naquele momento, e soprei a chama quase morta que ainda a mantinha viva. Adeus diplomacia e ócios imaginários entre livros; e "ainda uma vez, adeus!", ilusão da agronomia e promessas de contemplações sertanejas "sub tegmine fagi": meu lugar é o magistério, pensei e decidi comigo.

Na Faculdade de Letras da UFRJ, de 1972 a 1975 fiz o mestrado e, logo em sequência, de 1976 a 1981, o doutorado, e não tenho dúvidas de que, graças à competência dos professores do programa, me foi proporcionada uma formação altamente satisfatória. Não tive bolsa, privilégio de poucos alunos à época, concedido, aliás, por critérios não sabidos, pois sequer se falava em *transparência* naqueles tempos fechados de ditadura. Financiei, por conseguinte, os estudos de pós-graduação com meus salários de professor.

Na época, o estruturalismo estava em alta nas ciências humanas, embora a linha teórica predominante na nossa pós-graduação combatesse aquela tendência, arguindo-lhe o cientificismo e propondo, por inspiração sobretudo da filosofia de Heidegger, uma – digamos assim – *atitude poética* – isto é, não científica – para o conhecimento do objeto literário. Me dediquei bastante a estudar tanto o estruturalismo como os fundamentos filosóficos da *teoria literária* – era este o termo usado – cultivada na Casa, além de, estimulado por um professor especialista na matéria, me instruir o mais que pude em métodos e técnicas de produção e editoração de trabalhos acadêmicos. Tanto na dissertação como na tese, sem me identificar com o estruturalismo, mas também um tanto cético em relação à vertente dita *poética*, procurei me aprofundar nos fundamentos conceituais das diversas correntes discerníveis no campo heterogêneo da teoria da literatura. Por outro lado, meu interesse em teoria pura destoava bastante das praxes vigentes na Faculdade durante aqueles anos, que consistia na produção de dissertações e

teses que, mesmo nominalmente apresentadas na área de teoria, empreendiam em geral a análise de um autor ou de uma obra, com aparato conceitual mínimo e restrito a uma corrente teórica bem específica. De fato, minha dissertação foi quase inteiramente tomada por questões de teoria, embora, no seu último capítulo, eu tivesse ilustrado meu pensamento com o estudo de um autor, Augusto dos Anjos, e a partir de um ponto de vista claramente influenciado pela linhagem heideggeriana hegemônica nos estudos literários da nossa Universidade. A tese, contudo, foi inteiramente dedicada a problemas de teoria, e um tanto alheia à atitude anticientificista e *poética* vigentes no nosso programa de pós-graduação. Meu orientador, no entanto, embora eu não fosse seguidor ortodoxo do seu pensamento, nunca fez restrições aos caminhos reflexivos de minha escolha; apenas, no dia da defesa da tese, com a elegância que caracterizava suas falas, apontou o que considerava, com a carga de restrições que o termo envolve, "certo viés neopositivista" que vislumbrava no trabalho, ressalvando, porém, que isso não lhe comprometia a qualidade.

Ao longo dos estudos de pós-graduação, continuei trabalhando em várias instituições, de diversos níveis, com diferentes disciplinas, achando que uma atuação profissional eclética seria o requisito para, no futuro, me concentrar nas disciplinas da minha eleição, isto é, o campo dos estudos literários, mais particularmente teoria da literatura e literatura brasileira. E continuei fazendo concursos, naquela altura já para universidades. Comecei pela então recentemente instituída Universidade Estadual de Londrina, tendo feito o que creio ter sido o primeiro concurso para aquela instituição. Era o ano de 1975 e eu estava prestes a concluir o mestrado, aguardando somente a defesa da dissertação, já apresentada ao programa. Como, contudo, a defesa não se realizou no prazo para a inscrição, e não dispondo, portanto, do diploma de mestrado, requisito para opção pela categoria de assistente, acabei tendo de me inscrever para auxiliar de ensino. Fiz inscrição em duas disciplinas de departamentos

diferentes – língua portuguesa (Departamento de Letras) e teoria e técnica de comunicação (Departamento de Comunicação e Artes) –, me classificando em primeiro lugar em ambas, numa prova só de títulos, exigência única para o nível de professor auxiliar. Mas desisti de ocupar as vagas: o salário de auxiliar, bem modesto, não cobria o que ganhava no Rio, mesmo somando os dois que receberia em Londrina; além disso, na época, não existia plano de carreira, de modo que, se fosse aprovado para auxiliar, quando obtivesse o diploma de mestrado ficaria na dependência de abertura de concurso para professor assistente, único meio de melhorar os rendimentos e assumir cargo compatível com minha titulação. Um pouco depois, porém, fiz outro concurso, em circunstâncias tão típicas da época que julgo instrutivo referir em detalhe.

Já tinha concluído o mestrado e cursava doutorado. Uma tarde, na Faculdade de Letras, encontrei uma colega de Niterói que me informou de um concurso aberto na UFF para professor assistente de literatura brasileira, acrescentando que, se me interessasse, convinha ir àquela Universidade o mais rápido possível saber os detalhes para a inscrição, cujo período estava prestes a encerrar-se. Não me lembro o que tinha de fazer ainda naquela tarde, mas larguei tudo e toquei para Icaraí. Chegando à reitoria da UFF, não foi muito fácil encontrar o edital, mas, enfim, o achei, afixado num lugar bastante curioso: um pequeno prédio que existe à esquerda de quem se dirige ao edifício principal do conjunto da reitoria, onde posteriormente se instalou a editora e a livraria. Possui um corredor externo ao longo do segundo andar, a que se chega por uma escada em espiral, corredor que vai se estreitando à medida que avança. Pois bem: no final do corredor, numa posição em que só cabia uma pessoa para ler, é que estava o edital. Como o concurso abrangia diversas áreas, havia um número razoável de candidatos na fila, e um de cada vez ia tendo acesso ao texto. Isso mesmo: nada da possibilidade de cópias, e publicidade quase zero. Com a ligeireza

indispensável às circunstâncias, li o essencial e me apressei em voltar para casa, a fim de ver se seria possível me inscrever. Lembro-me bem: era 1976, dia 28 de junho, e as inscrições se encerravam a 30. Os documentos necessários – como se sabe, aquela papelada infernal de comprovantes curriculares –, eu os tinha todos à mão, por sorte, pois em maio tinha ido a Londrina para formalizar a desistência das vagas, receber os certificados de aprovação e retirar a documentação que apresentara ao me inscrever no concurso de lá. Não fosse isso, não teria tempo de reproduzi-los – cópias xérox não era tão fácil de obter na época – e ordená-los. Os documentos, pois, não eram problema, mas a taxa de inscrição sim. Não me recordo – claro – do valor exato, nem mesmo qual era a moeda da época (acho que cruzeiro); mas lembro bem a ordem de grandeza da coisa: a taxa era de um pouco mais de 3.000,00, o que correspondia pouco mais ou menos ao meu salário mensal de professor do estado, um dos mais altos entre os que recebia então. Bem, era fim de mês e eu não tinha o dinheiro necessário, que precisei tomar emprestado com meu pai. Depois de inscrito, viria a saber, por comentários de colegas sobre o concurso, que a taxa cobrada aos candidatos da casa – adiante explico esse detalhe – era simplesmente a décima parte da exigida dos de fora, isto é, arredondando, 300,00. Mais tarde, como acabei conseguindo me inscrever e passar no concurso, agradeceria não ter me dado conta dessa circunstância – "ignorance [sometimes] is bliss" – na minha apressada leitura do edital, em que me concentrei só naquilo que se aplicava diretamente ao meu caso. Porque, se soubesse de tamanha disparidade entre os valores cobrados de cada categoria de candidatos – a dos domésticos e a dos intrusos –, teria entendido o recado nada sutil, obviamente destinado a desestimular estes, e, consequentemente, teria desistido da inscrição. No dia 29 organizei tudo então, e no dia 30, último do prazo, fiz a inscrição. Lá por agosto recebi um telegrama convocando para comparecer à UFF, com vistas à instalação da banca e ciência do calendário das

provas. Éramos três os candidatos, duas pessoas da Casa e eu, como constatei ao entrar no recinto da cerimônia, circunstância que muito me animou, pois o concurso era exatamente para três vagas. Pensei comigo: "Fico em terceiro lugar mas passo."

Vieram as provas escrita e de aula, e achei que tinha ido bem em ambas. No dia de divulgação pública do resultado, o presidente da banca começou lendo os pontos obtidos por cada candidato na prova de títulos, seguindo a ordem alfabética dos nossos nomes, conforme a qual o meu era o último da lista. Cantava o número correspondente a cada quesito, e depois os pontos respectivos. Em certo quesito, as duas pessoas da Casa obtiveram dez, ao passo que eu emplaquei um rotundo zero. O generoso presidente, então, justificando para os presentes o meu vexame, esclareceu que, naquele quesito, eu não podia mesmo pontuar, pois correspondia a tempo de exercício de monitoria na UFF, pontuação privativa, pois, dos candidatos da Casa, ambos ex-alunos da Universidade. Mas nos outros quesitos obtive pontuação decente, bem como notas de aprovação nas provas escrita e de aula, ficando com média um pouco acima de oito, obtendo, pois, a classificação: terceiro lugar.

Depois da minha admissão, acabei sabendo de uma circunstância sem a qual não teria entrado. A reitoria promoveu o concurso porque, pelas regras discricionárias da época, professores eram contratados sem concurso, por indicação, sendo enquadrados como auxiliares de ensino. Nessa categoria, podiam permanecer até quatro anos, findos os quais deveriam prestar concurso para professor assistente, com inscrição compulsória; os que não o fizessem eram desligados. Para elaborar os editais, então, a reitoria consultava as unidades, a fim de saber quantos docentes estavam completando os tais quatro anos como auxiliares de ensino, para que o número de vagas a serem abertas atendesse estritamente a essa demanda. Consultado, o Instituto de Letras informou que tinha três professores de literatura brasileira nessa condição. O expediente seguiu para a

reitoria e, no meio tempo decorrido entre a consulta e a elaboração do edital, um daqueles professores pediu demissão – não acreditava que sairia o concurso, como eu soube depois –, sem que a comissão encarregada do edital fosse informada do fato. Resultado: o edital saiu com três vagas, mas só houve dois candidatos inscritos *ex officio*, de modo que uma vaga ficou disponível para quem fosse de fora, e foi nessa brecha da burocracia que eu entrei. Mas me ofereceram um regime de trabalho de vinte horas, que aceitei sem discutir – claro –, embora os outros candidatos, sem qualquer cláusula no edital que explicasse o caso, tenham sido nomeados com regime de dedicação exclusiva. Na verdade, a carga real de trabalho era a mesma para todo mundo, e a diferença era que o salário do pessoal de vinte horas era menos da metade do que recebiam os colegas aquinhoados com a dedicação exclusiva. Fui nomeado em novembro de 1976, e algum tempo depois passei a pleitear o regime de quarenta horas – não o de dedicação exclusiva –, o que só me foi concedido em 1984 ou 1985, não me lembro bem, quando já exercia cargos administrativos no meu Departamento e tinha por volta de dez anos de casa.

Se entrei em minúcias narrando as peripécias desse concurso distante, de modo algum quis expor a UFF, instituição em que fui muito bem acolhido e pela qual tenho grande admiração e carinho. Práticas como as que descrevi eram comuns em todas as universidades federais da época, e são bem representativas do modo pelo qual, nas ditaduras, os processos arbitrários se manifestam em toda parte. Quis apenas, assim, pensando sobretudo em quem não viveu aquele período da vida brasileira, mostrar um pouco do clima de arbítrio que então imperava.

Admitido na UFF, sabia que, em contraste com os empregos que até então assumira naqueles seis anos de exercício profissional, aquele era definitivo, por corresponder precisamente ao que planejara para mim: uma grande universidade pública, para atuação na área de minha eleição. Não tinha ideia, porém, da longa cadeia de

causas e efeitos implicada no lance – para não falar em Fado ou em Providência. Pois, não tivesse eu comparecido à Faculdade naquela tarde de junho, não teria encontrado a colega de Niterói; tivesse tomado ciência da disparidade entre as taxas de inscrição que mencionei, não me teria inscrito; tivesse a professora que pediu demissão permanecido no cargo, não sobraria uma vaga para mim; não tivesse eu ido a Londrina no mês anterior, em busca dos documentos, não teria tido tempo de reuni-los e ordená-los a tempo de me inscrever. Finalmente, se eu não tivesse me tornado professor da UFF, não teria conhecido a beleza serena de uma aluna da primeira turma que lá assumi, por quem me encantei: casamo-nos poucos anos depois, e vieram Letícia e Pedro, compondo-se assim a força que me mantém à tona, no curso acidentado do rio heraclítico da vida.

Porém, mais concursos faria: para a rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro – português –, no qual fiquei em segundo, com o mesmo número de pontos do primeiro lugar, sem, no entanto, qualquer explicação do edital a respeito (trabalhei um ano na rede estadual fluminense e me exonerei); para o Colégio Pedro II – português –, creio que o primeiro concurso público da instituição em décadas, e que contou com uma multidão de candidatos: havia três vagas e fui aprovado em quarto lugar, mas acabei sendo chamado no prazo de validade do exame, tendo trabalhado lá de 1982 a 1988; para a UFRJ – evolução da literatura –, concurso em que meu desempenho não foi bom: fiquei em terceiro lugar, entre os seis aprovados, dos quais só dois vieram a ser admitidos, no decurso dos dois anos do prazo de validade. O caso dos meus concursos para a Uerj, por seu turno, merece menção mais circunstanciada. Vejamos.

Pouco depois de formado – ainda em início de carreira, portanto –, recebi convite do meu antigo professor de língua portuguesa para atuar na UEG, em substituição a um dos meus mestres da matéria que acabava de aposentar-se. Desnecessário assinalar a alegria que tive com o convite, que aceitei sem vacilar. Assumi o

cargo no segundo semestre de 1973, isto é, quando estava no segundo ano do mestrado. Ao longo do período letivo, porém, percebi a impossibilidade de fazer uma dissertação em teoria da literatura e ensinar na Universidade língua portuguesa. Expus o problema ao professor, declarando minha intenção de ser dispensado. Ele ponderou que pensasse mais um pouco, pois julgava importante, para a minha carreira, o cargo na UEG, e tentou me convencer de que era perfeitamente possível, do ponto de vista institucional, a posição dividida em que me encontrava: concluído o mestrado – dizia ele –, eu teria condições de me dedicar mais a língua portuguesa, sem necessariamente abandonar os estudos literários. Um dia, aconteceu de o diretor tocar no assunto comigo, pois soubera da minha intenção. Me disse que eu não devia me exonerar, pois, no momento certo, poderia pedir transferência para literatura brasileira, área em que então mais me interessava atuar. A saída sugerida, no entanto, rejeitei *in limine*, pois sabia que, apesar da cordialidade entre os professores de cada área, entrar por uma e bandear-se para outra não seria conduta apropriada, tal o zelo que os diversos grupos tinham por seus respectivos espaços. Então, sem nenhuma dúvida, passado o tempo para pensar que me fora concedido pelo meu antigo professor de língua portuguesa, embora muito sem jeito confirmei com ele que sairia no fim do semestre, e assim o fiz.

Bem, minha vida seguiu, fiz outros concursos, trabalhei em vários lugares, passaram-se doze anos e, no início de 1985, se abriram os primeiros concursos públicos na Uerj – a sucessora fluminense da carioca UEG –, um dos quais em literatura brasileira, e me inscrevi. Naquela altura, os concursos para a área já eram multitudinários, e se apresentaram dezenas de candidatos. Havia só uma vaga e fiquei em segundo lugar, mas os concursos valiam apenas para a nomeação do primeiro classificado. No ano subsequente, outro concurso na disciplina: me inscrevi, e de novo deu segundo lugar. Em seguida, em 1987, mais um, então com duas vagas: mantendo regularida-

de absoluta, fiquei em segundo lugar, e, pois, fui nomeado. Anos depois, em 1995, eu já docente da Uerj, abriu o primeiro concurso para professor titular da matéria em décadas, com duas vagas: me inscrevi, fiz o rigoroso concurso – nos moldes tradicionais, isto é, prova de título, prova escrita sem consulta, prova de aula e defesa de tese – e fui aprovado: segundo lugar.

Passo agora, nessa altura deste relato que já se faz longo, a descrever a experiência que tive nas duas universidades às quais me dediquei mais plenamente como professor, a UFF e a Uerj.

Entrei para a UFF, como disse, em novembro de 1976, e comecei a lecionar em março do ano letivo de 1977. Inicialmente, ensinava a disciplina para a qual tinha feito concurso – literatura brasileira –, mas logo, por necessidade do Departamento, passei para história da literatura ocidental, matéria do currículo de biblioteconomia e que não contava com o apreço dos professores do Instituto de Letras. Um pouco depois, de novo a necessidade de atender a carga horária descoberta me conduziria para teoria da literatura, disciplina que assumi com muito gosto, e da qual não mais me desliguei, abandonando literatura brasileira. Acho que tinha uns dois ou três anos de casa quando, por instância de alguns colegas, me candidatei à subchefia do Departamento, sendo eleito. Depois, nova candidatura, então para a chefia, e mais um mandato cumprido. Acreditei que por ali encerrava minha participação na administração, mas não foi bem assim. Tinha terminado o meu mandato de chefe de departamento quando, no começo da redemocratização, institui-se na Universidade uma espécie de esboço de novo modelo eleitoral para escolha de diretor e vice-diretor das unidades universitárias. Se bem me lembro, não havia inscrição de candidaturas, e todos os professores eram candidatos e eleitores. Era preciso organizar uma lista de dez nomes, com os mais votados, e depois enviar para a reitoria uma chapa de candidatos à função. Acho que era isso, não garanto. Mas sei que fiquei em segundo lugar na lista para a dire-

ção, e em primeiro na da vice-direção. Como não estava nos meus planos assumir nenhuma daquelas funções, retirei meu nome, por um acordo interno. Na eleição subsequente, porém, já regida por um modelo mais consolidado de consulta à comunidade acadêmica, fui levado a me candidatar, por um movimento de colegas, e, eleito, cumpri mandato de quatro anos na direção. No período, processou-se a mudança do nosso Instituto do *campus* do Valonguinho para o do Gragoatá, o que, junto com uma reforma da estrutura departamental do Instituto, feita contra muita resistência interna, foi o que – acredito – mais marcou minha administração. Fui, porém, derrotado no meu principal projeto, que era uma reforma profunda do currículo de graduação, inviabilizada pela rejeição do corpo docente. No ano seguinte ao do encerramento do meu mandato, no entanto, tive a satisfação de ver aprovada uma reforma curricular que em parte acolhia os princípios que eu defendia.

Exerci ainda, intermitentemente, outros cargos administrativos, de subchefia e chefia de departamento, sem me interessar, contudo, por qualquer outra posição superior na hierarquia das funções de direção acadêmica, inapetente por elas em si mesmas, e também desestimulado pela necessidade de enfrentar processos eleitorais que me pareciam exaustivos e desgastantes. Creio assim que, somando o tempo dos cargos que exerci, dediquei uns dez ou doze anos à administração, dos vinte e cinco que servi à UFF, Universidade que foi, para mim, uma completa escola de serviço público. Lá aprendi quase tudo que conheço em matéria de administração pública, graças ao ordenamento jurídico-administrativo compacto, racional e claro que regia a instituição, do Estatuto e Regimento Gerais ao regimento interno de cada órgão colegiado, por mínimo que fosse. Caso raro entre nossas universidades, admiro muito a UFF por isso, característica que, por certo, se reflete na alta qualidade do ensino de graduação e pós-graduação que lá se ministra. Desse modo, foi para mim uma distinção muito especial ter trabalhado

na Universidade Federal Fluminense, instituição pela qual tenho o maior carinho e à qual sou muito grato, não só pela oportunidade que me deu de aprender tanto, mas também pelas amizades que fiz, afeições marcantes que vivo cultivando vida afora.

Quanto à Uerj, não é menor o meu amor, e não poderia ser diferente. Devo-lhe a base da minha formação acadêmica, bem como a progressiva certeza, dados os modelos que via nos meus professores, de que a profissão de docente universitário correspondia aos meus projetos intelectuais e profissionais. Trabalhei, então, para me assemelhar àqueles mestres admirados e queridos, e assim, mal me graduei, concebi intimamente um projeto de voltar: queria ser professor na escola em que, como aluno, tinha sido tão feliz. Foi por isso que recebi com tanta alegria aquele convite de 1973, que, num tempo bem inferior ao que eu podia esperar, me conduzia ao seu quadro de professores; foi por isso que lamentei tanto ter de pedir demissão, embora com o objetivo não revelado de retornar um dia; e foi por isso, enfim, que, de 1985 a 1987, fiz três concursos para conseguir a admissão, sem falar num quarto, em 1995, para me tornar professor titular da disciplina que mais valorizei na graduação.

Nomeado, quando já tinha uma boa estrada no magistério, bem como bastante experiência de administração acadêmica, logo no ano seguinte ao início do meu exercício na Uerj fui praticamente convocado para um projeto então recém-implantado: o mestrado em literatura brasileira. Passei então a integrar sua comissão coordenadora, permanecendo por quatro anos na gestão do programa. Posso dizer que, uma vez que era, dos integrantes da comissão, o mais familiarizado com administração universitária, dei um formato ao programa, redigindo suas normas internas, regulamentando a execução do currículo, aperfeiçoando detalhes do seu sumário projeto original. Logo depois, prestei assessoria técnica e acadêmica para a elaboração de projetos para novas áreas, a de língua portuguesa e a de linguística, a fim de que se juntassem ao mestrado em literatura

brasileira. Encerrei assim o que depois se configuraria como apenas uma primeira etapa dos meus vínculos com o programa de pós-graduação, deixando-o razoavelmente estruturado e com três áreas em funcionamento. Lembro-me que, um pouco depois, acho que antes da implantação da área de concentração em linguística, o de língua portuguesa foi objeto de restrições numa avaliação da CAPES, que redundou numa diminuição do conceito do programa como um todo. Reassumi então funções na administração dele, trabalhando com os colegas de língua portuguesa na reestruturação da área, o que foi feito com êxito, pois recuperamos o conceito na avaliação subsequente. Desde então, o programa se consolidou e passei a assumir intermitentemente diversos cargos setoriais de sua estrutura administrativa, até que, a partir de certo momento, achei que já podia me permitir não aceitar mais aquelas tarefas, que, na verdade, jamais constituíram prioridades pessoais para mim, mas – isto sim – um serviço institucional que me sentia na obrigação de prestar. No entanto, algum tempo depois, o programa, já grande e bem reputado, teve seu conceito rebaixado numa avaliação da CAPES, entrando em séria crise. E eu, que me julgava, pela extensão e intensidade de colaborações anteriores, liberado de novos compromissos com a coordenação geral do programa, e mesmo com quaisquer outros cargos da estrutura universitária, fui de novo instado a me apresentar, como se fosse um velho soldado que tivesse dado baixa depois de guerras e batalhas, convocado da reserva para novas campanhas. Não houve jeito: me candidatei à coordenação geral, tive o meu nome referendado nas eleições e assumi a coordenação geral, em meio ao momento mais difícil da história do programa, bem como da Uerj, que, naquela ocasião, entrava também num ciclo de dificuldades sem precedentes.

Comecei a trabalhar. Em um ano conseguimos aprovar, em meio a greves, paralisações, ocupações do prédio por alunos e atrasos de salário, um projeto inteiramente novo para o programa, que foi posto em prática de imediato. Depois de trinta meses atuando

na coordenação, por via de sucessivos mandatos mais ou menos extraordinários, resultado da situação quase caótica vivida pela Universidade, passei o cargo ao sucessor, às vésperas de nova avaliação da CAPES. Divulgados os resultados, recuperamos o conceito que tínhamos perdido, e, embora declare aqui a minha suspeição para me pronunciar a respeito, diria que teria sido justo se, em vez de simplesmente reavermos a nota antiga, tivéssemos saltado um ponto em relação a ela. Esse juízo não resulta de uma avaliação absoluta e abstrata do programa, mas, muito pelo contrário, decorre de ter em conta o evidente processo comparativo para a extração dos conceitos, os quais são sempre relativos ao conjunto concreto dos programas avaliados. Em outros termos: se tivesse de julgar nosso programa isoladamente, em si mesmo, reconheceria as muitas inconsistências que persistem nele, que a minha administração não foi capaz de sanar, pois, se êxitos teve, colecionou também inúmeros fracassos; mas, julgando-o na sua relação com o universo acadêmico em que se insere, o qual conheço muito bem, sustento que fomos subavaliados.

Acredito, pois, tendo em vista meu constante e profundo envolvimento com o sistema de pós-graduação em letras, que nisso consistiu a principal contribuição que pude dar à Uerj. Hoje, quando consulto às vezes seus regulamentos, normas e estrutura curricular, confesso que é com satisfação que reconheço palavras, frases e ideias que comecei a formular nos distantes anos de 1980, quando recomeçava, como docente concursado, na instituição onde fora aluno, e que se incorporaram plenamente à vida institucional do nosso programa.

Nesse ponto, acho conveniente expor minha própria percepção dos trabalhos que venho publicando no decurso desses anos de vida acadêmica. Acredito que compõem um conjunto integrado, mas passível de segmentação em algumas linhas.

Reconheceria inicialmente uma linha metateórica, cujo ponto de partida foi a tese de doutorado que defendi em 1981, e que tinha

por título *A investigação da literatura e o modelo científico de conhecimento*. Dela derivaram dois livros que integram essa linha: *Teoria da literatura* (1986) constituiu por assim dizer derivação indireta, pois nada conservou do texto da tese, aproveitando dela apenas o esquema expositivo geral, além de ter-se enquadrado no formato-padrão dos volumes de uma série de obras destinada a estudantes universitários iniciantes; *Formação da teoria da literatura* (1987), por sua vez, derivou diretamente da tese, dela se distinguindo tão somente por retoques em detalhes de linguagem e pela adaptação à forma de livro. Vincularia finalmente a essa vertente alguns outros títulos: *Iniciação aos estudos literários: objetos, disciplinas, instrumentos* (2006), *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas* (2014), *Um pouco de método* (2016) e *Teoria da literatura: trajetória, fundamentos, problemas* (2018).

Uma segunda linha que creio poder caracterizar tem por matriz o livro *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista* (1999), resultante de tese defendida no concurso para professor titular que fiz em 1995. Nessa obra, procurei distinguir duas diretrizes nos estudos literários brasileiros desenvolvidos no século XIX – a retórico-poética e a historicista –, o que implicou um duplo deslocamento dos meus interesses de pesquisa: do plano universalista e teórico para o plano nacional e histórico. A partir de um horizonte aberto por esse livro, passei a estudar o processo de formação das ideias conexas de literatura brasileira e sua disciplinarização historiográfica, conforme desdobrado no século XIX, iniciando um ciclo de publicações destinadas a recuperar, em volumes anotados e providos de introduções gerais e introduções específicas sobre cada autor contemplado, os textos fundadores da nossa história literária, a maioria dos quais praticamente desconhecidos, pois disponíveis apenas em edições raras. Assim, ao volume *História da literatura brasileira e outros ensaios*, de Joaquim Norberto de Sousa Silva, publicado em 2002, seguiram-se *Historiografia da literatura bra-*

sileira: textos inaugurais (2007), de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)* (2014 – 2 v.), *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros* (2014), de Francisco Sotero dos Reis, *Literatura e civilização em Portugal* (2016), de Manuel Antônio Álvares de Azevedo, e, encerrando o ciclo, *Na aurora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone nacional em formação – 1805-1885* (2017). Além disso, o interesse na dimensão histórica da literatura – particularmente, da literatura brasileira –, bem como a extensão da pesquisa a produções dos séculos XX e XXI, suscitou alguns ensaios, que reuni no livro *Introdução à historiografia da literatura brasileira* (2006), cujo texto, bastante retocado e submetido a cortes e acréscimos de capítulos, serviria de base a nova publicação desse mesmo segmento do meu trabalho: *Historiografia da literatura brasileira: introdução* (2018). De certo modo, porém, poderia inscrever esses dois livrinhos também na linha metateórica, dado que neles procuro reconhecer e caracterizar os fundamentos conceituais das diversas realizações no campo da historiografia dedicada à literatura brasileira. Por outro lado, julgo poder incluir nessa linha orientada para a história o livro *Portugal segundo o Brasil* (2018), que escrevi em parceria com José Luís Jobim.

Não abandonei, contudo, os estudos de âmbito universalista, me lançando a um projeto que tinha esboçado mentalmente desde os anos de 1990: elaborar edições anotadas de textos fundadores da reflexão ocidental sobre matéria literária, levando em conta contribuições de filósofos, críticos, historiadores, ficcionistas, dramaturgos e poetas. O projeto resultou em dois extensos *readers*, respectivamente dedicados a cobrir os períodos moderno e antigo/clássico dos estudos literários: *Uma ideia moderna de literatura* (2011) e *Do mito das musas à razão das letras* (2014). Diria que esse gênero de publicação configura uma terceira linha no meu tra-

balho, aliás bastante afinada com a metateórica, já que consiste em disponibilizar, em edições aparelhadas com estudos e notas, obras seminais da tradição ocidental de reflexão sobre matéria literária.

Acredito que as três linhas até aqui referidas – a metateórica, a histórica e a de edição de textos seminais – configuram uma inclinação mais para a composição de grandes panoramas do que para a concentração em aspectos particulares dos objetos da minha atenção intelectual. No entanto, não deixei de fazer incursões também nesse terreno, identificando assim uma quarta linha, embora minoritária no conjunto das minhas publicações. Vejo-a representada em alguns dos ensaios que reuni nos volumes *Variações sobre o mesmo tema* (2015) e *E a literatura, hoje?* (2018), especialmente na parte intitulada "Práticas analíticas", do livro de 2015.

Gostaria ainda de mencionar publicações que não se enquadram em nenhuma dessas linhas.

Inicialmente, uma experiência no campo de obras didáticas para o ensino médio: *Iniciação à literatura brasileira* (1987), livro que escrevi em colaboração com José Luís Jobim, resultante da circunstância de então trabalharmos no ensino de segundo grau, ambos no Colégio Pedro II e ele também no Colégio Naval. Submetemos o original primeiro a uma editora que, na época, era a grande referência nacional em obras didáticas, mas não tivemos êxito, embora tenhamos recebido o parecer de recusa como verdadeiro troféu: o texto, depois de muitos elogios a vários aspectos do original, informava que a impossibilidade de publicá-lo decorria justamente de suas qualidades, porque – dizia o parecer – o nível da publicação seria incompatível com a realidade das escolas brasileiras, e assim ela teria poucas chances de ser adotada em larga escala. Batemos então na porta de outra editora, que o publicou.

Nesse grupo, incluiria ainda os livros *Never more, forever: a poesia na modernidade, ou Shelley versus Peacock* e *Poéticas*

românticas inglesas: Wordsworth, Hazlitt, Shelley, Stuart Mill, ambos de 2017. São experiências no campo da tradução, atividade bem distinta da minha pauta principal de trabalho. Como, no entanto, trata-se de obras providas de estudos introdutórios e extensamente anotadas, e que disponibilizam textos fundamentais da reflexão sobre poesia, têm a ver com uma das minhas linhas: a da edição de textos seminais.

Até aqui, vinculei minhas publicações a determinadas linhas que identifico no meu trabalho: metateórica, histórica, edição de textos seminais e práticas analíticas. No entanto, como disse, creio que tudo acaba compondo um conjunto integrado, que, porém, se presta a outros arranjos, ou mesmo ao reconhecimento de outras linhas. Nesse sentido, gostaria de remanejar alguns dos livros que referi para uma categoria que chamaria a dos manuais universitários, acerca dos quais queria me estender um pouco.

Nessa modalidade, minha primeira contribuição data de 1987, representada pelo livrinho *Teoria da literatura*, já mencionado. Anos depois, eu notava a total inapetência de colegas do Brasil e de Portugal de se dedicaram ao gênero, que, depois de quase morto mundo afora, parecia revitalizar-se com alguns poucos títulos, logo traduzidos entre nós e muito bem recebidos. Refiro-me a *Literary theory: an introduction* (1983), de Terry Eagleton, *Le démon de la théorie: litérature et sens commun* (1998), de Antoine Compagnon, e *Literary theory*, de Jonathan Culler, traduzido o primeiro em 1994, e os dois últimos em 1999. Na condição de professor de teoria da literatura, e, pois, com o dever de acompanhar o movimento editorial da área, eu tinha lido os três títulos e firmara um juízo sobre cada um. O de Eagleton, além de inteiramente anglocêntrico, se ressentia de debilidades conceituais clamorosas, o que, contudo, não impediu que viesse a ser um *best-seller* acadêmico entre nós, alcançando em pouco tempo, que eu saiba, cinco edições. O de Compagnon, por sua vez, que teve

lançamento quase simultâneo em francês e em português, me parecia um bom livro, porém por demais galocêntrico, e com algumas imprecisões historiográficas mesmo relativas ao universo francês a que se restringia. E o de Culler, por fim, também com lançamentos quase simultâneos em inglês e português (a tradução brasileira se deu no mesmo ano da publicação original nos Estados Unidos), me parecia mais equilibrado e o melhor dos três.

Ora – concluí –, fazia falta obra do gênero original em português, dada a boa acolhida dos dois títulos estrangeiros mencionados. E não só pela lacuna na bibliografia, mas também por uma circunstância: naquele década 00 do século XXI, entrava em moda no Brasil – ou marcava presença mais vigorosa – uma concepção de literatura como representação de identidades, que se manifestava não sob a forma de reflexão teórica, mas como aplicação assistemática à leitura de obras específicas ou como horizonte para a montagem de programas universitários de estudos. Achei que era preciso integrar a nova corrente ao quadro geral dos estudos literários, explicitando seus fundamentos conceituais e colocando-os em referência a outras dimensões do saber sobre a matéria literária. Concebi então o projeto de um manual que pudesse corresponder a tais objetivos, e em prazo curto o levei a termo, dando às questões tratadas um arranjo que julgo sem similar em obras do gênero, pois a dividi em três blocos, em que analisava sucessivamente os *objetos*, as *disciplinas* e o que chamei *instrumentos* dos estudos literários. O livro saiu em 2006, tratando-se do antes mencionado *Iniciação aos estudos literários*.

Eu produziria outros manuais, que concebi não como obras de finalidades estreitamente didáticas, mas como textos ensaísticos, especulativos e assinalados por rigor conceitual, e ao mesmo tempo comprometidos com clareza expositiva e sistematização do conhecimento. Vinculo, assim, à categoria dos manuais títulos que publiquei posteriormente a 2006, e que aqui citei como representantes das linhas metateórica e histórica: *Introdução à historiografia*

da literatura brasileira (2007), *História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas* (2014), *Um pouco de método* (2016), *Teoria da literatura: trajetória, fundamentos, problemas* (2018) e *Historiografia da literatura brasileira: introdução* (2018). Nesses pequenos volumes, orientado por distinções que creio convenientes – entre simplicidade e simplismo, complexidade e complicação –, procurei um jeito simples de expor as questões, e que, ao mesmo tempo, deixasse claro o seu caráter inevitavelmente complexo. Dentre eles, tenho apreço especial por *Um pouco de método*, no qual persegui dois objetivos: no plano conceitual, caracterizar e defender um fundamento racional para os estudos humanísticos, o que acredito necessário e oportuno hoje, quando a razão é frequentemente vista como força opressora e prosperam discursos à beira do ilegível, com pretensões a profundas filosofias, embora não passem de vendavais de palavras; no plano pragmático, desmitificar e descrever técnicas de pesquisa e protocolos acadêmicos, mostrando que se trata de um *know how* objetivo perfeitamente dominável, desde que se tenha a humildade necessária para dedicar algum tempo a esse aspecto aparentemente menor do trabalho intelectual.

Bem, até aqui tentei reconstituir o que me pareceu mais relevante na minha trajetória acadêmica e profissional. Agora, julgo pertinente contrastar, segundo minha percepção, o panorama que encontrei na universidade ao iniciar meu percurso, cinquenta e um anos atrás – mal acredito nisso – com o que observo na atualidade.

Quando comecei, todas as universidades da nossa região eram muito novas, e por isso se achavam ainda em processo de consolidação institucional: a UFRJ era uma jovem senhora de quarenta e oito anos, a UEG uma moça de dezoito e a UFF uma menina de sete. Acompanhei, portanto, boa parte do processo que as conduziu ao que são hoje. A partir de fins da década de 1960, com a reforma universitária promovida pelo regime militar, adotaram basicamente o modelo das universidades norte-americanas, com

a extinção das cátedras, a divisão em departamentos, o regime de créditos e a semestralidade dos períodos letivos, assumindo-se como centros acadêmicos não só de ensino, mas também de pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Por quase duas décadas, seus dirigentes eram escolhidos indiretamente, por órgãos colegiados que indicavam listas tríplices ou sêxtuplas para a escolha de diretores e reitores pelas autoridades competentes, e de chefes de departamento e coordenadores pelos reitores. A partir da redemocratização, foram aos poucos instituindo sistemas de eleições diretas – no que, aliás, a Uerj foi a pioneira –, com a participação progressivamente paritária dos três segmentos que as constituem, isto é, docentes, técnico-administrativos e estudantes. Em vários momentos, governo e forças políticas cogitaram de rever a gratuidade que as caracteriza como instituições públicas, mas não prosperaram tais iniciativas, energicamente rejeitadas por suas comunidades. Vivem, no entanto, salvo em alguns poucos momentos excepcionais, em permanente processo de carências orçamentárias e, no caso da Uerj, a incompetência e a irresponsabilidade de governos estaduais – se não sua hostilidade – quase a levam à ruína, como é de conhecimento geral.

Permanecem, porém, apesar de tudo, o sistema de eleições diretas de dirigentes e o financiamento público. Quanto ao primeiro aspecto, conquista da redemocratização, tornou-se politicamente delicado colocá-lo em questão. Acredito, contudo, que já é tempo de uma corajosa revisão desse sistema, que, oportuno e necessário nas condições em que surgiu, há muito apresenta distorções que não mais o recomendam. É que, nos processos eleitorais universitários, não vêm prevalecendo pautas academicamente consistentes e norteadas por compromissos sociais, mas apenas um simulacro de espírito público que mal disfarça estreitos interesses corporativos. O resultado é que os dirigentes se tornam reféns das corporações internas, às quais ficam devendo sua eleição, o que reduz, se não anula, sua capacidade de implementar políticas verdadeiramente

sintonizadas com a natureza e as legítimas finalidades da instituição que representam. Quanto ao modelo de financiamento, declarando desde já que sou inteiramente contrário a privatizações, e que não conheço o assunto em profundidade para me pronunciar com segurança a seu respeito, e muito menos para propor alternativas, acho também que está esgotado, demandando profunda revisão.

Na área de letras, encontrei, no plano institucional, um panorama basicamente idêntico ao da época de sua instituição nas universidades brasileiras, mais de trinta anos antes. Os cursos visavam formar professores de línguas e literaturas, configurando-se, pois, como licenciaturas. Compunha-se o currículo de um módulo amplamente majoritário de disciplinas especializadas da área, ao qual se justapunha um conjunto limitado de disciplinas pedagógicas, isto é, valoriza-se, na formação dos estudantes, muito mais o que ensinar do que o como ensinar. Existia ainda o bacharelado, curso que consistia exclusivamente no módulo das disciplinas específicas de letras, dispensadas as pedagógicas, constituindo-se em opção de raros alunos, pois, diferentemente da licenciatura, exigência legal para o exercício do magistério, concedia diplomas não correspondentes a profissões reconhecidas, reduzindo-se assim a uma espécie de ornamento ou honraria.

Hoje, porém, a licenciatura em letras tem fisionomia bastante distinta. Como resultado do poderoso *lobby* corporativo das faculdades de educação, seu currículo se acha praticamente dividido meio a meio, entre as disciplinas linguístico-literárias e as pedagógicas. Quanto ao bacharelado, já não é mais a versão do currículo das licenciaturas aliviado das disciplinas pedagógicas; trata-se de curso independente, que tem por objetivo formar pessoal qualificado para o exercício de profissões extramagistério, como as de tradutor, intérprete e preparador de originais para publicação, entre outras demandas de serviços especializados do campo das letras que seria inviável esgotar numa lista, tal o dinamismo da cultura e da

sociedade atuais e seu vigor na invenção de novas profissões – ou, dizendo talvez melhor, como parece preferirem os economistas: novas *ocupações*, palavra que, como se sabe, vem sendo habilitara para substituir o supostamente obsoleto termo *emprego*.

Bem, como não acho apropriado discutir aqui esse estado de coisas, registro apenas minha opinião: a licenciatura precisa reaver um equilíbrio acadêmico entre matérias de conteúdo e de instrumentalização pedagógica, e para isso é necessário que a área de letras enfrente politicamente a de educação, articulando-se, com esse objetivo, com as outras áreas universitárias que formam professores, casos da história, geografia, ciências sociais, filosofia, matemática, física, química e biologia; nossas instituições devem explorar melhor o grande potencial dos bacharelados, por enquanto objeto apenas de um entusiasmo ingênuo e sem a menor sintonia com o mundo real do trabalho, o que tende a confundir e enganar os jovens interessados em letras, independentemente das boas intenções dos que pretendem oferecer-lhes alternativas à opção pelo magistério.

No plano da produção estética, quando cheguei à universidade conviviam os paradigmas do modernismo e do neorrealismo, e não parecia muito difícil referir as obras literárias a uma dessas duas vertentes, o que tornava menos errático o exercício da crítica e mais coeso o ensino universitário de literatura. Hoje, embora não se possa dizer que esse quadro se desfez por inteiro, é certo que perdeu a nitidez, ante o impacto do pós-modernismo e sua proposta de fuga a qualquer ideia de arte que contemple valores como estabilidade, integralidade, centramento.

No plano da especulação conceitual, por seu turno, o debate da hora se dava fundamentalmente entre quatro correntes. No polo conservador, situavam-se duas delas: o historicismo contextualista romântico-realista, que representava as literaturas como sistemas teleológicos orientados para a realização plena de suas virtualidades nacionais, por isso passíveis de apreensão em grandes narrativas

totalizantes, os tratados de história literária de cada país; e o micro-analitismo textualista, que concebia o texto literário, referendando o princípio fundamental da estética modernista, como tessitura verbal intransitiva ou autorreferente, apta, pois, a se tornar objeto de análises técnicas imanentistas destinadas a revelar seus mecanismos de construção, baseadas, sobretudo na metodologia linguístico-literária da estilística. Num polo por assim dizer intermediário, tendo em vista o estado da arte, ficava a crítica dita *sociológica*, geralmente de orientação marxista, que procurava analisar os fatores sociais tidos como determinantes das composições literárias, ou então desvendar-lhes o fundo ideológico. Por fim, como fronteira do conhecimento, cultivada por professores geralmente mais jovens, o pensamento crítico-teórico unificado sob o nome de *estruturalismo*, e que comportava diversos matizes, determinados pelas afinidades de seus cultores com outras ciências humanas, como a linguística, a antropologia e a psicanálise. Esse debate desembocava, na prática de muitos docentes, em soluções ecléticas diversas, e apenas os que se proclamavam estruturalistas buscavam um rigor conceitual refratário a compor com teorias que não a da sua eleição. De minha parte, devo dizer que não me alinhei com nenhuma dessas vertentes, primeiro como estudante e depois como professor, procurando – isto sim – me aplicar ao estudo dos fundamentos conceituais de cada uma delas. Com isso, creio ter acabado por estabelecer meu campo preferencial de atuação, que é o da reflexão metateórica.

Mas o quadro que acabei de esboçar mudou muito. Veio a ultrapassá-lo, primeiramente, a estética da recepção, que, de fato, no meu parecer, representou uma fecunda contribuição para renovar os estudos literários entre nós. Seu prestígio, porém, não resistiu à onda avassaladora do interesse por identidades psicossociais não hegemônicas – de mulheres, negros, indígenas, migrantes, *gays*, etc. –, que passou a ver a literatura não mais como objeto estético, e sim como sintoma de tais identidades, logo transformando-o em

critério de valor. A partir daí, esses estudos identitários passaram a atuar não só na frente analítica, mas também na da militância e na indução de produções literárias conformes a suas concepções. Me dediquei ao estudo desse novo paradigma e, embora compreendendo as motivações históricas e políticas para o seu desenvolvimento, concluí pela fraqueza dos seus fundamentos conceituais. Por outro lado, as obras literárias concebidas em sintonia com ele, na minha opinião raramente escapam de um ativismo raso e simplório, mal conseguindo disfarçar suas motivações meramente oportunistas.

Por fim, diria que o panorama que encontrei nas nossas universidades, em fins da década de 1960, comportava professores que, embora proficientes em suas disciplinas, eram mais socráticos do que platônicos, quero dizer, seu magistério limitava-se, via de regra, à oralidade, em geral não se prolongando em publicações. Várias razões talvez possam explicar o fato. O caráter limitado do movimento editorial de obras da área será certamente um deles. De fato, na época, era possível manter-se a par do lançamento de novos livros, bem como conhecer o limitado universo das editoras especialmente dedicadas à área de letras, do Brasil e do exterior. Com isso, manter um conhecimento razoável e atualizado dos autores e obras de referência não constituía nada de extraordinário, sendo meta alcançável por quem quer que se dedicasse com zelo à profissão. Assim, criavam-se condições para um repertório de leituras amplamente comum, o que tornava os debates entre os adeptos das várias correntes de opinião uma prática verdadeiramente viável. Acrescente-se que congressos e similares eram coisa rara, um por ano, se tanto, mas os poucos promovidos não deixavam a desejar, pela densidade e sintonia com a agenda geral da área.

Desnecessário assinalar como tudo isso hoje é diferente: os professores publicam extensamente; o movimento editorial é frenético, e nem o mais aplicado estudioso é capaz de acompanhá-lo; os repertórios de leitura se fragmentam, impossibilitando debates

e suscitando quase só interlocuções no interior de confrarias de ideias; e as reuniões acadêmicas de especialistas, outrora periódicas ou eventuais, se agigantam, se multiplicam e se transformam em rotina, gerando, em todas as universidades, uma programação interminável de *eventos*, sob os nomes de congressos, seminários, simpósios, encontros, colóquios, jornadas, semanas, e mais designações que se venha a inventar.

Concluo aqui o contraste que tentei fazer entre o estado de coisas que encontrei ao chegar à universidade e o panorama com que me deparo agora. Meu objetivo não foi extrair daí qualquer juízo de valor, que me levasse à valorização nostálgica do passado ou ao entusiasmo com o presente, mas tão somente assinalar um modo de lidar com as inconstâncias do tempo, que julgo apropriado no plano do exercício profissional, e que, portanto, adoto para mim: compreender e adaptar-se, mantido o distanciamento crítico, e nada mais. Um jeito de lidar com essas inconstâncias no plano da existência, porém, não conheço; no máximo, arriscaria dizer que pode ser procurado, conforme a disposição de cada um, na poesia, na filosofia ou na religião.

Chego ao fim desse relato recuperando a epígrafe de que parti: nele há certamente exageros e omissões, e em algumas passagens coisas rasteiras terão assumido ares de façanhas pessoais. Peço desculpas por esses deslizes, mas devo dizer que a culpa talvez não seja só minha, sendo antes artes da forma literária, que mais não é – quem sabe – do que um meio de viabilizar a memória, atribuindo-lhe espessura, contorno, densidade.

No mais, queria lembrar um personagem de Eça de Queirós, Gonçalo, o Fidalgo da Torre, do romance *A ilustre Casa de Ramires*. Comovido por uma homenagem que lhe prestaram os amigos, por conta de um feito seu falsamente alardeado como heroico, pensou consigo, ao retornar à casa, consciente de sua humanidade frágil, feita de covardia física e vacilações morais: “É curioso! Essa gente

toda parece gostar de mim!...” E mais tarde, acolhido no lar de uma família humilde que ao mesmo tempo ofendera e ajudara, sabendo-se indigno de tanta deferência e vendo que prevalecia só o seu lado bom, viu-se assaltado pelo mesmo pensamento: “É curioso! Parece haver amizade, nesta gente!”

Quanto a mim, tomado por sentimento idêntico ao do personagem, queria manifestar-lhes meus agradecimentos sinceros e comovidos, por tanto carinho e acolhimento, admirado como o Fidalgo, cuja frase tomo emprestada, com ligeira adaptação e conformando-a ao nosso português do Brasil: “É curioso: esse pessoal gosta de mim.”

Livros do autor

Estudos e ensaios

José de Alencar: sua contribuição para a expressão literária nacional (1979; em colaboração com Edith Pimentel Pinto e Hilário de Azevedo)

Teoria literária: ensaios (1980; em colaboração com José Luís Jobim)

Teoria da literatura (1986; 10.ª ed. em 2011)

Formação da teoria da literatura: inventário de pendências e protocolo de intenções (1987)

O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista (1999)

Iniciação aos estudos literários: objetos, disciplinas, instrumentos (2006)

Introdução à historiografia da literatura brasileira (2007)

Gonçalves de Magalhães (2012)

História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas (2014)

Variações sobre o mesmo tema: ensaios de crítica, história e teoria literárias (2015)

Um pouco de método: nos estudos literários em particular e nas humanidades em geral (2016)

Teoria da literatura: trajetória, fundamentos, problemas (2018)

Historiografia da literatura brasileira: introdução (2018)

E a literatura, hoje? – estudos de crítica, história e teorias literárias (2018)

Portugal segundo o Brasil (2018; em colaboração com José Luís Jobim)

Didático

Iniciação à literatura brasileira (1987; em colaboração com José Luís Jobim)

Coletâneas organizadas

O miolo e o pão: estudo crítico e antologia de Humberto de Campos (1986; em colaboração com Roberto Reis e Lúcia Helena Carvalho)

Literatura brasileira: ensaios (1986; 2 v., em colaboração com Domício Proença Filho)

Sentidos dos lugares (2005; em colaboração com Antônio Carlos Secchin, Cláudia Maria Pereira de Almeida, João Cezar de Castro Rocha, José Luís Jobim e Lívia Reis)

Lugares dos discursos literários e culturais (2006; em colaboração com Antônio Carlos Secchin, Cláudia Maria Pereira de Almeida, João Cezar de Castro Rocha, José Luís Jobim e Lívia Reis)

A literatura dos anos de 1950 (2006; em colaboração com Maria Conceição Monteiro e Francisco Venceslau dos Santos)

Narrativa e recepção: séculos XX e XXI (2009; em colaboração com Sílvio Augusto de Oliveira Holanda e Valéria Augusti)

História da literatura: fundamentos conceituais (2012; em colaboração com Carlinda Fragale Pate Nuñez, Germana Sales, Rauer Ribeiro Rodrigues e Socorro de Fátima Pacífico Barbosa)

História da literatura: práticas analíticas (2012; 2 v., em colaboração com Carlinda Fragale Pate Nuñez, Germana Sales, Rauer Ribeiro Rodrigues e Socorro de Fátima Pacífico Barbosa)

Literatura brasileira: região, nação, globalização (2013; em colaboração com Germana Sales)

Cantos do Rio: imagens literárias e bairros e localidades cariocas (2016)

Edições

Joaquim Norberto de Sousa Silva. *História da literatura brasileira e outros ensaios* (2002)

Joaquim Norberto de Sousa Silva. *Crítica reunida: 1850-1892* (2005; em colaboração com José Américo Miranda e Maria Eunice Moreira)

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. *Historiografia da literatura brasileira: textos inaugurais* (2007)

A ideia de poesia e arte: reflexões oitocentistas anglo-norte-ame-

ricas (2007)

Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888) (2014 – 2 v.)

Francisco Sotero dos Reis. *Curso de literatura portuguesa e brasileira: fundamentos teóricos e autores brasileiros* (2014)

Álvares de Azevedo. *Literatura e civilização em Portugal* (2016)

Na aurora da literatura brasileira: olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone nacional em formação – 1805-1885 (2017)

Antologias de estudos literários

Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários – 1688-1922 (2011; 2.ª ed., 2 v., em 2018)

Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários – século VIII a.C.-século XVIII (2014)

Traduções

Never more, forever: a poesia na modernidade, ou Shelley versus Peacock (2017)

Poéticas românticas inglesas: Wordsworth, Hazlitt, Shelley, Mill (2017)

Sobre os colaboradores

Ana Chiara é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição na qual se graduou em 1974. Obteve os títulos de mestrado (1989) e doutorado (1996) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e fez estudos de pós-doutorado na Universidade de Nova York (2005) e na Universidade Federal de Minas Gerais (2015). É bolsista do CNPq e coordena o Grupo de Pesquisa Vida, Arte, Literatura: Bioescritas. Entre suas publicações, contam-se *Pedro Nava: um homem no limiar* (Eduerj, 2001), *Ensaios de possessão (irrespiráveis)* (Caetés, 2001) e *Angela Melim* (Eduerj, 2001).

Ana Cláudia Viegas é professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição em que se graduou em português-literaturas (1985) e na qual obteve o título de especialização em literatura brasileira (1986). É mestra em Letras (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991) e doutora em Antropologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997). Tem diversas publicações sobre temas da sua especialidade, e desenvolve pesquisas sobre o narrador em primeira pessoa na prosa brasileira contemporânea e seus processos de autoficcionalização.

Ana Lúcia M. de Oliveira é professora associada de literatura brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq, traduziu e/ou coordenou a tradução de obras filosóficas, entre as quais: *Caosmose*, de F. Guattari; *Ensaios sofísticos* e *O efeito sofístico*, de Bárbara Cassin; *Mil platôs*, de Deleuze e Guattari. É autora de *Por quem os signos dobram: uma abordagem das letras jesuíticas* (Eduerj, 2003) e organizadora de *Linhas de fuga: trânsitos ficcionais* (7Letras, 2004), *Antônio Vieira: 400 anos* (Eduerj, 2011) e *Cartas e papéis vários*, t. I, vol. 5 da *Obra completa do Padre Antônio Vieira* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2014).

Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo é professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem mestrado e doutorado em Teoria da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do programa Prociência UERJ/FAPERJ e bolsista do CNPq, possui artigos e livros publicados sobre Lima Barretom entre os quais *Lima Barreto: caminhos de criação* (Edusp, 2017). Coordena o LABELLE – Laboratório de estudos de cultura e literatura da *Belle Époque* –, núcleo de estudos sediado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Claudio Cezar Henriques é professor titular de língua portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de cujo Instituto de Letras foi diretor, de 1996 a 2000. Graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), obteve o título de mestre na Universidade Federal Fluminense (1995) e o de doutor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995). Membro da Academia Brasileira de Filologia, na qual ocupa a cadeira de número 8, é autor de mais de uma dezena de livros referenciais na sua área de atuação, entre os quais *Atas da Academia Brasileira de Letras: presidência Machado de Assis* (ABL, 2001) e *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois* (Parábola, 2009).

Constantino Luz de Medeiros é professor de teoria da literatura e literatura comparada da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduou-se na Universidade de São Paulo (2009), instituição onde obteve os títulos de mestre (2011) e doutor (2014). Autor de *A invenção da modernidade literária: Friedrich Schlegel e o primeiro romantismo alemão* (Fale-UFMG/Iluminuras, 2018) e *Friedrich Schlegel: relato sobre as obras poéticas de Giovanni Boccaccio* (FAPESP/Humanitas, 2015), é também tradutor de importantes obras de Schlegel: *Sobre o estudo da poesia grega* (Iluminuras, 2018) e, com Márcio Suzuki, *Fragmentos sobre poesia e literatura, seguido de Conversa sobre poesia* (Ed. Unesp, 2016).

Eduardo Luz é professor associado da Universidade Federal do Ceará, onde leciona teoria da literatura. Nesta mesma instituição, fez graduação (1988) e mestrado (1992), e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro obteve o título de doutor (2011) e fez estudos de pós-doutorado (2016). Tem dez obras publicadas, entre elas romances e estudos de crítica e teoria literária. Estudioso de Machado de Assis, publicou três livros sobre o autor de sua eleição: *Manual de bruxaria: introdução à obra crítica de Machado de Assis* (Imprece, 2008), *O quebra-nozes de Machado de Assis: crítica e nacionalismo* (Ed. UFC, 2012) e *O romance que não foi lido: Helena, de Machado de Assis* (Ed. UFC, 2017).

Éverton Barbosa Correia é professor de literatura brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado pela Universidade Federal da Paraíba (1996), obteve o grau de mestre na Universidade Estadual de Campinas (2000), e o de doutor na Universidade de São Paulo (2007). Fez estudos de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista (2010) e na Universidade Estadual de Campinas (2011). Tem publicado sistematicamente em periódicos especializados artigos sobre a produção de autores da literatura brasileira, especialmente Manuel Bandeira, Joaquim Cardozo e João Cabral de Melo Neto.

Fábio Almeida de Carvalho é professor associado da Universidade Federal de Roraima e bolsista do CNPq. Graduou-se na Universidade Federal do Piauí (1989), tendo obtido os títulos de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (1998) e o de doutorado na Universidade Federal Fluminense (2011), instituição em que também fez estudos de pós-doutorado (2018). Entre suas publicações, contam-se *A vida como ela é: lugar e função na obra de Nélson Rodrigues* (Não Ser Ed., 2001), *Makunaima/Macunaíma: contribuições para o estudo de um herói transcultural* (E-papers, 2015) e *Literatura e fronteira* (Ed. da UFPR; organizado com R. Mibielli e I.M.F. Godinho.

Fátima Cristina Dias Rocha é professora titular de literatura brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição por onde se graduou em 1979, tendo obtido na Universidade Federal do Rio de Janeiro os títulos de mestra (1990) e doutora (2000). Desenvolve pesquisa sobre as formas da autobiografia e do memorialismo de escritores brasileiros, publicando regularmente ensaios em torno desse tema, como o recente "O conto zero e outras histórias e Pai, pai: Sérgio Sant'Anna e João Silvério Trevisan visitam o 'museu da memória' ", incluído no livro *Literatura brasileira em foco VIII*: *outras formas de escrita* (Eduerj, 2018).

Francisco Venceslau dos Santos é professor aposentado de teoria da literatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Filologia, foi parecerista do Ministério da Cultura de 2009 a 2013, nas áreas de edição de livros, literatura e crítica da cultura. Trabalhou com Antônio Houaiss e Carmem Figueiredo na edição crítica de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (Ed. da UNESCO, 1997). Dentre suas obras publicadas, destacam-se *Samuel Rawet: fortuna crítica em jornais e revistas* (Caetés, 2008), *Subjetividades da ficção brasileira contemporânea* (Ed. Europa, 2004), *Callado no lugar das ideias* (Caetés, 1999), e o romance de formação *Os anos da juventude* (Caetés, 2014).

Germana Sales é professora da Universidade Federal do Pará. Graduada em letras pela Universidade Estadual do Ceará (1989), tem os títulos de especialização pela Universidade Federal do Ceará (1994), mestrado, pela Universidade Federal do Pará (1997), e doutorado, pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Com diversos trabalhos publicados no campo de sua especialidade, em periódicos e livros, foi coordenadora do GT de História da Literatura da ANPOLL, atualmente preside a Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa e é coordenadora da área de Letras e Linguística da CAPES.

Henriqueta do Coutto Prado Valladares é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de cujo Instituto de Letras foi diretora, de 2008 a 2012. Graduou-se na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1978), possuindo o título de mestrado (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998) e doutorado (Universidade Federal Fluminense, 2004). Atualmente, integra o conselho editorial da Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Eduerj, e preside a comissão editorial do selo Letras, do Instituto de Letras de sua Universidade.

Ida Alves é professora titular de literatura portuguesa da Universidade Federal Fluminense, de cujo Instituto de Letras é atualmente diretora. Graduou-se pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1982), e obteve os graus de mestrado e doutorado respectivamente pela Universidade Federal Fluminense (1990) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Coordenadora de pesquisa do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras (PPLB), sediado no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, é pesquisadora do CNPq e bolsista do programa Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

José Luiz Fiorin é professor associado da Universidade de São Paulo, instituição em que se graduou (1970) e pela qual possui os títulos de mestrado (1980), doutorado (1983) e livre-docência (1994). Fez estudos de pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1984) e na Universidade de Bucareste (1992). É autor de extensa obra na sua especialidade, e entre seus livros publicados incluem-se os seguintes, publicados pela Editora Contexto: *Figuras de retórica* (2014), *Argumentação* (2015), *Linguística: que é isso?* (2015), *As astúcias da enunciação* (2016), *Introdução ao pensamento de Bakhtin* (2016) e *Novos caminhos da linguística* (2017).

Júlio França é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduou-se na Universidade Federal Fluminense (1989), instituição pela qual obteve os títulos de mestrado

(2001) e doutorado (2006), e fez estudos de pós-doutorado na Brown University (2015). Coordenador do Grupo de Pesquisas Estudos do Gótico (CNPq), é autor de diversos ensaios sobre temas de sua especialidade, e conta entre suas publicações os livros *Poéticas do Mal: a literatura do medo no Brasil (1840-1920)* (Bonecker, 2017) e *As artes do Mal: textos seminais* (Bonecker, 2018; organizado com M.C. Batalha e D.A.P. Silva).

Lucia Helena é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, e atualmente leciona no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários desta última instituição. Professora visitante em várias universidades do Brasil e do exterior, é pesquisadora 1A do CNPq e autora de vários livros, dentre os quais: *Totens e tabus da modernidade brasileira* (Tempo Brasileiro/Eduff, 1985; Pêmio APCA de Ensaio), *Nem musa nem medusa*: *itinerários da escrita em Clarice Lispector* (Eduff, 2010), *A solidão tropical: a modernidade do Brasil e de Alencar* (Edipucrs, 2006) e *Náufragos da esperança: a literatura na época da incerteza* (Ed. Raquel, 2016).

Lucia Teixeira é professora titular de linguística da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Nesta mesma Universidade, graduou-se (1976) e fez mestrado (1984), tendo obtido o título de doutora pela Universidade de São Paulo (1994). Pesquisadora do CNPq, foi bolsista do programa Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ, e fez estudos de pós-doutorado na Universidade de Limoges (2003). Entre seus livros, figuram os volumes *Linguagens na comunicação* (2009; organizado com A.C. de Oliveira) e *Linguagens na cibercultura* (2013; organizado com J.R. do Carmo Junior), ambos publicados pela Editora Estação das Letras e Cores.

Luiz Costa Lima é professor emérito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo lecionado também na Universidade Federal Fluminense e na Universidade do Estado do

Rio de Janeiro. Doutor pela Universidade de São Paulo (1972), foi professor concursado da Universidade de Minnesota e docente convidado nas universidades de Stanford, Johns Hopkins, Montréal, Paris VIII e Bochum, bem como pesquisador do Zentrum für Literatur und Kulturforschung. Pesquisador 1A do CNPq, é autor de extensa obra nos campos da teoria da literatura e da literatura comparada. Publicou recentemente o volume *O insistente inacabado* (Cepe Ed., 2108), e tem no prelo novo livro de ensaios, intitulado *Limite*.

Luiz Gonzaga Marchezan é professor da Universidade Estadual Paulista, instituição onde obteve o título de mestre. Doutor pela Universidade de São Paulo (1994), vem concentrando seus estudos nas relações intersemióticas do texto literário, interessando-se particularmente pelo conto contemporâneo e a ficção regionalista nacional. Entre seus títulos publicados, incluem-se *O conto regionalista: do romantismo ao pré-modernismo* (Martins Fontes, 2009) e *Cem anos de "Tropas e boiadas"* (Appris Ed., 2018; organizado com L.W.F. Cruvinel, R.R. Ribeiro e R.M. Canedo).

Marcos Pasche é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, *campus* Seropédica. Graduou-se em português-literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), e nessa mesma instituição obteve os títulos de mestrado (2009) e de doutorado (2014), ambos em literatura brasileira. Crítico literário, tem diversos ensaios de sua especialidade publicados em periódicos da área e em coletâneas, bem como os livros *De pedra e de carne* (Confraria do Vento, 2012) e *Cláudio Manuel da Costa* (Série Essencial, Academia Brasileira de Letras, 2014).

Maria Conceição Monteiro é professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na Universidade Federal Fluminense, obteve os títulos de mestrado (1987) e de doutorado (1998), e fez estudos de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista (2002). É bolsista do programa Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ, e tem publicado diversos trabalhos sobre temas de sua

especialidade, entre os quais os livros *Sombra errante: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX* (Eduff, 2000), *Na aurora da modernidade: a ascensão dos romances gótico e cortês na literatura inglesa* (Caetés, 2004) e *O corpo mecânico feminino: uma poética do transumano* (Garamond, 2016).

Maria Elizabeth Chaves de Mello é professora titular aposentada da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993), fez estudos de pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (2008). Lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Université du Québec à Montréal. Pesquisadora do CNPq, foi bolsista do programa Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ. Autora de várias obras, publicou recentemente *Dialogues France-Brésil* (Presses de l'Université de Paul et des Pays de l'Aldour, 2018; organizado com E.V. Martin, N. Kermele e J.L. Jobim).

Maria Teresa Gonçalves Pereira é professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, instituição onde se graduou em 1971. Obteve o grau de mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980) e o de doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), tendo feito estudos de pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (2008). Entre seus títulos publicados, incluem-se *Trança de histórias: a criação literária de Ana Maria Machado* (Ed. Unesp, 2008; organizado com B. Antunes) e *Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos* (Contexto, 2002; organizado com C.C. Henriques).

Marisa Lajolo, pesquisadora sênior do CNPq, possui os títulos de mestrado (1975) e doutorado (1980) pela Universidade de São Paulo, e é atualmente professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, tendo sido docente da Universidade Estadual de Campinas. Com Regina Zilberman, publicou várias obras sobre leitura no

Brasil. Autora de obra extensa e diversificada, coordenou o projeto FAPESP destinado a inventário e estudo da documentação lobatiana e, em 2009, com J. L. Ceccantini, organizou o volume *Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil* (Ed. Unesp Imprensa Oficial), eleito o melhor livro de não ficção. Em 2012, seu livro *Gonçalves Dias: o poeta do exílio* foi premiado pela Academia Brasileira de Letras.

Nabil Araújo é graduado em letras, mestre e doutor em estudos literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor de teoria da literatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é líder do Grupo de Pesquisa Interinstitucional Retorno à Poética: Imagologia, Referenciação, Genericidade. Organizou *A crítica literária e a função da teoria: reflexão em quatro tempos* (2016) e *Imagens em discurso: efeitos de real, efeitos de verdade* (no prelo), e coorganizou os volumes *Variações sobre o romance* (2016), *Variações sobre o romance II* (2018) e *Imagens de Fausto: história, mito, literatura* (2017). Recebeu os Prêmios UFMG de Teses, em 2014, e ANPOLL de Teses, em 2016.

Peron Rios é professor de língua portuguesa do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, instituição na qual se graduou (1997) e pela qual obteve o título de mestrado em teoria da literatura, no ano de 2005, com dissertação premiada como a melhor da Universidade naquele ano. Poeta, tem diversos ensaios publicados em periódicos de sua especialidade e em livros, no Brasil e no exterior, e é autor do livro *"A viagem infinita: estudos sobre "Terra sonâmbula", de Mia Couto* (Ed. Universitária UFPE, 2007).

Rauer Ribeiro Rodrigues é professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em estudos literários pela Universidade Estadual Paulista, fez estágio de pós-doutorado em literatura comparada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Com Roberto Acízelo de Souza e outros colegas, organizou os dois volumes de *História da literatura: práticas analíticas* (Ed. Makunaima, 2012) e o volume *História da literatura: fundamentos*

conceituais (Ed. Makunaima, 2012). É líder do Grupo de Pesquisa Literatura e Vida – GPLV, e tem publicados livros de ficção e artigos sobre temas da sua especialidade.

Regina Zilberman doutorou-se em romanística pela Universidade de Heidelberg (1976), tendo feito estudos de pós-doutorado no University College (1981) e na Brown University (1987). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se graduou em 1970, e pesquisadora 1A do CNPq, é autora de extensa obra sobre temas da sua especialidade. Entre seus livros publicados, figuram *Estética da recepção e história da literatura* (Ática, 1989), *Brás Cubas autor Machado de Assis leitor* (Ed. UEPG, 2012) e, escritos em colaboração com Marisa Lajolo, *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil* (Ática, 2002) e *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras* (Ática, 2001).

Roberto Mibielli é graduado em letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990), e mestre em educação (2000) e doutor em letras (2007) pela Universidade Federal Fluminense, instituição onde fez também seus estudos de pós-doutorado (2016). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal de Roraima, atuando em nível de graduação e pós-graduação, com ênfase em literatura brasileira e dedicação principal aos temas ensino de literatura, teoria e ensino, literatura da/na Amazônia. Conta com diversos trabalhos sobre temas de sua especialidade.

Rogério Cordeiro é professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), obteve os títulos de mestrado (1996) e doutorado (2001) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área de literatura brasileira. Fez estudos de pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012), concentrando suas pesquisas nas relações entre história e literatura, com foco principal na tradição cultural brasileira, temática em que tem diversos trabalhos publicados. É coordenador do grupo de pesquisa Realidade e Realismo.

Rogério Lima é professor associado da Universidade de Brasília. Graduado na Universidade Federal Fluminense (1989), obteve pela Universidade Federal do Rio de Janeiro os títulos de mestrado (1995) e de doutorado (2001), e fez estudos de pós-doutorado na Fondation Maison des Sciences de l'Homme (2008) e na Universidade de Rennes (2013). Autor de diversos artigos e livros publicados no Brasil e no exterior, foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras – ANPOL, e atualmente preside a Associação Brasileira de Literatura Comparada – ABRALIC –, gestão 2017-2019.

Sérgio Nazar David é professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde se graduou em 1984. Obteve pela Universidade Federal do Rio de Janeiro os títulos de mestrado (1992) e doutorado (2001), e fez estudos de pós-doutorado na Universidade de Coimbra (2006). Publicou poesia – *Onze moedas de chumbo* (7Letras, 2001), *A primeira pedra* (7Letras, 2006), *Tercetos queimados* (7Letras, 2014), *O olho e a m*ão (7Letras, 2018, com Ana Marques Gastão) e ensaios – *Freud e a religião* (Jorge Zahar, 2003), *O* século de Silvestre da Silva (Ed. Prefácio/7Letras, 2007), além de ter organizado edições de Garrett, entre as quais *Correspondência familiar* (INCM, 2012).